



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ROBERTA SCHEIBE

**TEMPOS DE CHORAR E DE SORRIR NO ESPAÇO DA MORADA:
UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO DE MULHERES RESISTENTES
MARCADAS PELA TRAGÉDIA EM MACAPÁ-AP.**

FORTALEZA, NOVEMBRO DE 2016.

ROBERTA SCHEIBE

**TEMPOS DE CHORAR E DE SORRIR NO ESPAÇO DA MORADA:
UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO DE MULHERES RESISTENTES
MARCADAS PELA TRAGÉDIA EM MACAPÁ-AP.**

*Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do
Ceará (UFC), como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutora em
Sociologia.*

*Orientador: Prof. Dr. Leonardo
Damasceno de Sá.*

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S34t Scheibe, Roberta.
Tempos de chorar e de sorrir no espaço da morada : Um estudo socioantropológico de mulheres resistentes marcadas pela tragédia em Macapá-AP / Roberta Scheibe. – 2016.
382 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.
1. Agência das mulheres. 2. Moradia popular. 3. Sofrimento social. 4. Etnobiografia. 5. Macapá. I.
Título.

CDD 301

ROBERTA SCHEIBE

**TEMPOS DE CHORAR E DE SORRIR NO ESPAÇO DA MORADA:
UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO DE MULHERES RESISTENTES
MARCADAS PELA TRAGÉDIA EM MACAPÁ-AP.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 25/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Roberto Marques
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Para dona Argia e dona Ângela, que não viveram para ler suas histórias.

À minha família, que tanto me incentivou. Meus pais, Eloy e Isolde; meu esposo Jonatham; minha irmã Gabriela.

Aos bons espíritos que me inspiram, sejam eles estudiosos teóricos ou pessoas-personagens do cotidiano.

À Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria.

AGRADECIMENTOS

Esta tese, para mim, significa superação. Resultado de muito empenho, dedicação, leituras e exercícios do pensar sociológico, tão distantes da minha realidade prática jornalística. Assim como minhas interlocutoras, também agradeço a Deus em primeiro lugar. À minha família, meus pais, Eloy e Isolde; meu esposo Jonatham; minha irmã Gabriela. À dona Josinete Costa pelo carinho dos seus cafés da tarde para que eu não perdesse o ritmo de escrita da tese. À tia Joseli Silva da Silva que dividiu comigo o seu lar, seu cotidiano em Fortaleza. Que me buscava no aeroporto, fazia minha comida e até me levava para a UFC, como uma mãe. Não teria conseguido sem vocês. Sem suas palavras e suas vibrações positivas.

À Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e à Universidade Federal do Ceará (UFC) pela oportunidade do Dinter – Doutorado Interinstitucional.

Ao meu querido orientador, professor Leonardo Damasceno de Sá. Contigo aprendi muito do que hoje sei. Tomei gosto pela pesquisa, pelas leituras sociológicas, pela elaboração da tese. Nossos encontros de orientação foram preciosos para mim. Gratidão por tudo, sempre.

Ao professor Cristian Paiva, que desde antes do processo seletivo já nos encorajava com oficina de projeto de pesquisa. Ao longo de todos os quatro anos de caminhada você foi fundamental, para mim, como coordenador e professor. Na escolha de meu tema, nas dicas de leitura e fundamental na participação de minha qualificação. Gratidão por tudo, sempre.

À professora Írlys Barreira, de quem sempre ouvi falar muito bem no Amapá. A conheci nos corredores da UFC e falei com ela pela primeira vez em minha qualificação. Grata pelas preciosas contribuições professora.

Aos professores do programa de Doutorado Interinstitucional entre Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Amapá (Unifap): Querida professora Eliane Superti, reitora da Unifap e coordenadora do nosso Dinter; (por ordem de disciplinas ministradas no programa) professor Leonardo, professora Alba, professora Jania, professor Cristian, professora Andrea, professor George, professora Lea, professora Isabelle, professora Linda.

Aos outros “apóstolos” do Dinter, queridos colegas: Fernando Canto, Manoel Azevedo (Maneca), Rosileni Pelaes, Silvia Carla Marques, Maria Conceição Cordeiro, Ronaldo Manassés, Alexandre Galindo, Iraci Carvalho, Selma Gomes, Verônica Xavier, Margareth Guerra. Juntos aprendemos, sofremos, choramos, reclamamos, sorrimos, “comemos” (sempre!)! Obrigada por ter participado desta experiência tão rica com vocês.

Ao CNPQ-CAPES pela bolsa concedida no período de estágio de doutoramento no Ceará.

Agradeço a comunidade da extinta Baixada Perpétuo Socorro e a comunidade do Conjunto Oscar Santos. Às famílias que foram por quatro anos os meus interlocutores. Em especial (nomes fictícios): Maria de Jesus, Fernandes, Vitória, Maria, Zirna, Barreto, Diomira, Isidora, Zenóbia, Ramiro, Ronaldo, Roberto, Rogério.

A Ricardo Costa, amapaense que vive nos Estados Unidos, que tão bem traduziu os resumos de minha tese e de meus artigos para o inglês, sempre com profundo conhecimento e boa vontade. Obrigada!

À todos os amigos que estiveram comigo nesta caminhada, ajudando, torcendo. Me indicando leituras e materiais.

A todos que compreendem o manejo do tempo e suas práticas de vida, morte e experiências cotidianas.

“A vida não é o que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.” (Gabriel García Márquez)

“Se quiseres conhecer um lugar fala com os ausentes; se quiseres conhecer uma pessoa escuta-lhes os sonhos. Pois esse era o único sonho de nossa mãe: voltar ao lugar onde fôramos felizes e onde vivêramos em paz. Aquela saudade era infinita. Haverá, a propósito, saudade que não seja infinita?” (Mia Couto)

RESUMO

Esta tese propõe uma descrição e análise dos modos como quatro mulheres, pertencentes ao universo de 250 famílias, vivenciaram o evento crítico do incêndio da Baixada Perpétuo Socorro, em Macapá-AP, em outubro de 2013. Este espaço social ocupado era considerado pelo poder público como oficialmente impróprio para moradia e área de preservação ambiental. O evento crítico lhes trouxe dor, sofrimento social, humilhação e um novo lar distante de seu cotidiano e de suas vontades e escolhas pessoais. Este trabalho tem como problematização a questão do lugar de pessoa e das suas subjetividades e pretende discutir como estas quatro mulheres relatam este período de transitoriedade, a partir da perda de suas casas, de sua dignidade, e de como reconfiguraram o seu cotidiano no novo lugar de morada, o conjunto habitacional Mestre Oscar Santos. O trabalho detém-se nas maneiras como estas mulheres reconfiguram pertencimentos, práticas cotidianas através de resistências, táticas e micro-relações nos novos espaços de trânsito destas famílias. Inclui em moradias provisórias até chegar à casa própria concedida pelo Estado, distante de toda sua história e agenciamentos de desejo. As noções etnográficas que embasam esta reflexão são de práticas cotidianas, táticas e resistências, aportadas por sofrimentos sociais, praticadas nas categorias nativas de barraco, casa, baixada, conjunto habitacional e humilhação. Os autores que inspiram esta discussão são Veena Das, Michel Foucault e Michel De Certeau, entre outros. A problematização com mulheres se dá nos sentidos propostos por Marilyn Strathern, cujo trabalho com mulheres refere-se a categoria, não no que diz respeito à identidade de gênero, e sim nas formas de usos de imagens do feminino e do masculino. O método está sustentado por trabalho de campo etnográfico e se apoia na ferramenta intelectual da etnobiografia, proposta por Marco Antonio Gonçalves, Roberto Marques e Vânia Cardoso, entre outros, onde os sujeitos são subjetivados e a realidade sociocultural é apreendida pela experiência de pessoas personagens que constroem a sua narrativa como prática de si.

Palavras-chave: Agência das mulheres; Moradia popular; Sofrimento Social; Etnobiografia; Macapá.

ABSTRACT

This thesis offers a description and analysis of how four women experienced a major fire that occurred at Baixada do Perpétuo Socorro, an occupied neighborhood in Macapá, Amapá, in October 2013. These women are a part of the 250 families that witnessed the event. This *social space* was officially considered an environmental preservation area by the government and, therefore, unsuitable for housing. This *critical event* brought them pain, social suffering, humiliation and a new home far from their day-to-day routine that did not take into consideration their wishes and personal needs. This paper discusses how these four women describe this transient period starting with the loss of their homes, then their dignity, to how they had to reconfigure their everyday life in a new dwelling place, the government housing complex called Master Oscar Santos. The problematization in this work focus on the *notion of person* and *subjective constructs* in the social context of moving from home to another place; also in these women's *notion of self* as they readjusted their attachments and sense of belonging to a new environment by practicing their day to day routines utilizing resistances, tactics, and micro-relationships in their transitory social spaces until they received their own home granted by the State, which were located far away from the place where these women felt comfortable and capable of using their agency. The ethnographic concepts that support these considerations are *the practice of everyday life*, *tactics* and *resistances*. Such concepts serve as basis to *social suffering* using such *native categories* as shack, home, baixada (pile dwellings), government housing and humiliation. The authors who inspired this discussion are Veena Das, Michel Foucault and Michel De Certeau, among others. The problematization of women is performed using methods proposed by Marilyn Strathern, whose work with women deals with categories which are not based on gender identity but in the physical female and male form. The method is sustained by ethnographic fieldwork and relies on intellectual and ethnobiographic tools proposed by Marco Antonio Gonçalves, Roberto Marques and Vania Cardoso, among others, where the individuals are subjectified and the sociocultural reality is perceived by the experience of characters that construct their own narrative as they practice the notion of self.

Keywords: women's agency, government housing, social suffering, ethnobiography, Macapá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do bairro Perpétuo Socorro e do local incendiado, a Baixada Perpétuo Socorro	20
Figura 2 – Imagem aérea da Fortaleza São José de Macapá	29
Figura 3 – Mapa do Amapá	33
Figura 4 – Imagem aérea de Macapá a partir do Rio Amazonas	34
Figura 5 – Cidade amapaense de Ferreira Gomes, banhada pelo Rio Araguari	35
Figura 6 – Imagem do Google Eath do entorno da Baixada Perpétuo Socorro	60
Figura 7 – Igarapé das mulheres	60
Figura 8 – Parte da feira da Ana Nery, cortada por um canal	64
Figura 9 – Parte da feira da Ana Nery, hoje praticamente abandonada	64
Figura 10 – Desenho da Baixada Perpétuo Socorro	67
Figura 11 – Uma das entradas da Baixada Perpétuo Socorro	67
Figura 12 – Centro da Baixada Perpétuo Socorro	71
Figura 13 - Trecho da Baixada próximo a entrada do lixão Maestro Miguel	72
Figura 14 – Lugar que divide a “Parte da Frente” e a “Parte de Trás” com a Panificadora e comércio.....	74
Figura 15 – A residência de quatro famílias	75
Figura 16 – Trecho da ponte que direciona à rua Pedro Américo	77
Figura 17 – Lado interno da Baixada Perpétuo Socorro	77
Figura 18 – Entrada da Baixada pelo lixão Maestro Miguel	79
Figura 19 – Close da entrada Maestro Miguel	79
Figura 20 – Ponte/passarela da “parte de trás” da Baixada 1	82
Figura 21 – Ponte/passarela da “parte de trás” da Baixada 2	83
Figura 22 – Entrada da Baixada pela “parte da frente”	91
Figura 23 – Passarela que cortava a “parte de trás” à “parte da frente”	91
Figura 24 – Antes de chegar na ponte: Entrada via rua Ana Nery	97
Figura 25 – Borrão no céu: visão que tive ao sair de casa	109
Figura 26 – Rua São José, esquina da conhecida pizzaria Estrela de Davi	109
Figura 27 – Rua Ana Nery	113
Figura 28 – Rua Marcílio Dias tomada por moradores e população amapaense	113
Figura 29 – Moradores retirando botijões de gás da Baixada Perpétuo Socorro	115
Figura 30 – Moradores próximos a Baixada jogavam água no pátio	115

Figura 31 – Multidão na rua Pedro Américo tentando tirar os pertences de casa	118
Figura 32 – Multidão na rua Ana Nery	118
Figura 33 – Visão das casas entre a rua Ana Nery e Marcílio Dias	120
Figura 34 – Local do incêndio já tomado pelo fogo	120
Figura 35 – Baixada Perpétuo Socorro destruída	122
Figura 36 – “Parte de Trás” da Baixada	122
Figura 37 – Ginásio Avertino Ramos	126
Figura 38 – Local onde era a Baixada Perpétuo Socorro no dia seguinte ao incêndio.	126
Figura 39 – Local onde era a “Parte da frente”	130
Figura 40 – Entrada via Pedro Américo. As casas não afetadas pelo incêndio	130
Figura 41 – Práticas de sociabilidade no abrigo na escola Mário Andreazza	132
Figura 42 – As doações no ginásio Avertino Ramos	132
Figura 43 – Ex-moradores da Baixada Perpétuo Socorro que participaram da sessão na Câmara dos Deputados	167
Figura 44 – Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos	257
Figura 45 – Mestre Oscar	257
Figura 46 – Rua Sentinela Nortente	262
Figura 47 – Rua principal do conjunto	262
Figura 48 – Doce Cantar: segunda rua principal do Oscar Santos	267
Figura 49 – Residência de Maria de Jesus	267
Figura 50 – Moradores reclamam do espaço pequeno dos cômodos	274
Figura 51 – Espaço na parte de trás das casas	274
Figura 52 – Os preparativos para uma festa de aniversário: os momentos de sociabilidades	291
Figura 53 – População que aproveitou os atendimentos médicos oferecidos pela prefeitura	297
Figura 54 – Autoridades presentes no evento na véspera do dia das mães	297
Figura 55 – Para obter alguns benefícios, parte dos moradores ameaçou “atrapalhar” a visita da presidente Dilma a Macapá	301
Figura 56 – Adesão política dos moradores não é fixa	301
Figura 57 – Bandeiras azuis de “Waldez Góes”	302
Figura 58 – Bandeiras amarelas de “Camilo Capiberibe”	302
Figura 59 – Sala/cozinha da família de uma das interlocutoras	327
Figura 60 – Casa com decoração natalina	327

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Na linha do equador: uma breve contextualização.....	28
As estratégias metodológicas do trabalho para compreender “O jeito de ser do povo daqui”	37
A problematização com mulheres.....	42
O método etnobiográfico.....	44
Os autores que guiam o direcionamento teórico deste trabalho.....	50
Uma proposta de crônica sociológica.....	52
PARTE 1 - RELATOS ETNOGRÁFICOS NO CAMPO FLUTUANTE.....	57
CAPÍTULO 1 - Por onde flanou a cronista para encontrar suas pessoas-personagens: Uma descrição do espaço praticado da Baixada Perpétuo Socorro.....	57
1. Pescador de almas: O Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	58
2. O rio tudo vê, o rio tudo sabe: flanando sobre a água.....	59
3. Uma cidade invisível: A Baixada Perpétuo Socorro.....	65
4. “Vida de baixada”: O espaço e seus praticantes ordinários.....	84
5. Nem parte da frente, nem parte de trás: é parte de quem resiste no espaço.....	92
6. Um cenário desconcertante.....	104
CAPÍTULO 2 – Tem algo queimando: A dor e o sofrimento social de um evento crítico.....	107
1. Das palafitas às cinzas: O fim de um espaço praticado.....	114
2. Todos perderam quase tudo: O sofrimento social e a resistência.....	119
3. Notas sobre resistências.....	135
3.1 O apetite de narrar: Intrigas e fofocas.....	135
3.2 Oligarquias simbólicas: A soberania das “Certas Condições” que evidenciam formas prosaicas de resistência.....	142
3.3 O sofrimento social do pertencimento arrancado.....	143

4. O sofrimento social e as resistências nas relações com o Estado	150
4.1 “Vocês vão nos matar?”	150
4.2 Vidas de famílias valem R\$350,00?	153
4.3 A dor do esquecimento de uma vida infame.....	158
5. Um as rugas por aí: A resistência negociada.....	161

PARTE 2 – ETNOBIOGRAFIAS DE RESISTÊNCIAS FEMININAS.....173

CAPÍTULO 3: Etnobiografias de resistências femininas: Agência, trajetórias e subjetividades.....173

1. Os espaços lembrados e vividos nas invenções cotidianas de Maria de Jesus.....	175
1.1 Do Afuá para a Baixada: a vida sobre a água.....	178
1.2 A vida e os destinos de 73 anos de idade.....	183
1.3 “Aquele vida velha já foi enterrada”	187
2. As lucubrações de Fernandes: Percepções e representações de realidades.	193
2.1 Relatos de práticas de vida.....	198
2.2 Uma mulher micropolítica sem a “mania de amar”.....	201
3. “Eu lembro como se fosse hoje”: Vitória e sua prática da confessionalidade.....	211
3.1 A arte de lembrar: As práticas para burlar a fome e a dor de não poder ser mãe.....	216
3.2 Lembrar para poder esquecer.....	224
4. A resistência de Maria e suas práticas de divertimentos.....	232
4.1 Testemunhar: Atitudes de resistência.....	238
4.2 Pedacinho do Céu.....	245

CAPÍTULO 4 – Compendo vidas e práticas sociais no conjunto habitacional: O cotidiano das mulheres etnobiografadas e as configurações de formas, táticas, resistências e subjetividades no espaço da nova morada.....251

1. O ipê Florido, as ruas feitas de músicas e casas de partituras: O espaço do Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos.....	254
---	-----

2. O reger do maestro: Uma sinfonia de redes de sociabilidade e práticas significantes no espaço social do Oscar Santos.....	263
3. Compondo um novo modo de fazer: as práticas cotidianas de ir e vir.....	277
4. Questões práticas de táticas e resistências: a micropolítica da apropriação do espaço nas relações sociais.....	288
4.1 A resistência frente ao Estado e ao sistema: Testemunhos e Táticas.....	289
4.2 De falta de água aos “malandros do pessoal da queimada”: estigmatizações e resistências.....	306
5. A agência do tempo no Conjunto: A produção de subjetividades que nunca se viveu.....	319
5.1 As identidades de uma vida e os espaços de dentro e de fora da casa nova no “pedacinho do céu”	321
5.2 As subjetividades e o cuidado de si: tempo de cada uma.....	332
6. Conclusão.....	336
Referências.....	351
Apêndice A – Os indicadores do Conjunto Habitacional M. Oscar Santos.....	368
Apêndice B – Os números ganham vida.....	379

INTRODUÇÃO

Na quarta-feira, 23 de outubro de 2013, um palito de fósforo mergulhou mortalmente no colchão de solteiro da casa de Ipásia¹ – sobre quem voltarei a falar – localizada na Baixada Perpétuo Socorro no bairro de mesmo nome na cidade de Macapá. Neste dia os filhos de Ipásia, adolescentes, estavam sozinhos em casa fumando crack e foram brincar com fogo. Um fósforo aceso foi arremessado fortemente em direção à parede da casa e caiu no colchão. O adolescente não viu e logo em seguida os 26 mil metros quadrados da Baixada transformaram-se em brasas.

O lugar que ardia em chamas densas era exatamente o local exato onde eu realizava minhas pesquisas de campo, onde moravam tantas famílias que conheci e que agora não tinham mais o seu espaço pertencido de muitos anos de morada. Não tinham mais suas conquistas materiais e, o mais importante, tiveram arrancadas suas conquistas morais. Neste dia, o presente evento crítico (DAS, 1995) deu início a uma desesperada dor e sofrimento Social pelo desenraizamento forçado de um lugar de pertencimentos e uma luta travada na cidade pela apropriação do espaço urbano.

Iniciei meu doutorado em fevereiro de 2013 com um projeto de pesquisa relacionado às práticas cotidianas de mulheres na Baixada Perpétuo Socorro, área de moradia, envolvendo suas táticas e resistências na luta contra a segregação social e a invisibilidade urbana. Em função da magnitude dos rios, há no estado do Amapá inúmeras áreas de mangues. Especificamente na cidade de Macapá há muitas áreas alagadas, que são chamadas de “ressaca” (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). São lugares úmidos, nas regiões baixas da cidade que se tornam pequenos lagos nos períodos do inverno amazônico, nos meses de dezembro a junho, em função do aumento das chuvas e da elevação da água do rio. São espécies de várzeas, mangues, banhados, áreas alagadas. As bacias d’água tornam-se lagos, com vegetação e espécies aquáticas. Nesta época as vitórias-régias dividem o seu espaço com pequeninos peixes de água doce. No verão amapaense, de final de junho a metade de dezembro, essas áreas secam e evidenciam uma vegetação verde brilhante, formada por plantas aquáticas. No Amapá essas áreas de ressaca pertencem à União e são de proteção ambiental. Segundo Levy (2011), as ressacas são comuns em ambientes em que o índice pluviométrico é elevado, como se evidencia na Amazônia. Para Chagas, há 26 áreas de ressaca em Macapá (CHAGAS, 2009), já para

¹ Os nomes dos interlocutores da tese são fictícios. A maioria deles inspirados na obra *Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino (1990).

FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO (2013) são 24 as áreas de ressaca, sendo 23 no perímetro urbano de Macapá.

Logo, as áreas de ressaca irregularmente ocupadas para moradia são chamadas de “Baixada” ou “áreas de ponte”. Estima-se uma ocupação em 22 áreas, algumas com mais áreas habitadas, outras com menos (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Segundo o censo de 2010, o IBGE (IBGE, 2016) apontou 63 mil moradores nesses lugares praticados (DE CERTEAU, 1990). Hoje se estima uma população de mais de 80 mil pessoas vivendo nestas áreas, embora sem pesquisa reconhecida. Nas baixadas vivem populações de baixa renda que constroem suas casas com as próprias mãos, com valores que vão de 5 mil reais a 20 mil reais. Mas vale ressaltar que amplas áreas da cidade de Macapá eram alagadas até uns anos atrás. Hoje há muitos empreendimentos de grande e pequena estrutura que foram construídos em áreas alagadas aterradas, alguns inclusive já comprometidos mostram rachaduras nas paredes que podem ser em função da cedência do solo. É de suma importância ratificar que as áreas de ressaca são muito estudadas no Amapá no que se direciona a sua questão geográfica, econômica e sociohistórica. Neste âmbito é necessário registrar o trabalho de Luís Roberto Takiyama (2012), Ivone Portilho (2010), Marco Antonio Chagas (2009), M.C. Maciel (2001), Jadson Porto (2000 e 2006), José Alberto Tostes (2014), Daguinete Chaves Brito e E. S. Custódio (2013), Neri, S. H. A (2004), entre outros, muitos destes professores da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Hoje, tanto no Pará (desde os anos 50) quanto no Amapá (desde os anos 70, com um *boom* migratório nos anos 90), as áreas de ressaca ocupadas, as baixadas, são favelas formadas por palafitas, que são “tipos específicos de habitações, via de regra, edificadas em madeira, com esteios altos, cuja função, dentre outras, é evitar enchentes ou inundações – construídas em Estados precários e degradantes” (LEVY, 2011, p. 2) justamente em função do inverno amazônico quando estes lugares deixam de ser apenas lama para tornarem-se alagados. Por isso as baixadas também são chamadas de “áreas de ponte”, porque as casas são construídas em palafitas e para circular de uma casa para outra, ou para acessar padaria, bar ou lojas que estão edificadas dentro das baixadas, os moradores construíram pontes de madeira sobre a água.

Em Macapá, as baixadas – ou áreas de ressaca habitadas - ficam escondidas, ocultas no cenário central da cidade, tal qual as Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino (1990). Escondem-se entre casas, atrás de comércios, supermercados e residências. E quando se

acessa estes ambientes, o praticante ordinário (DE CERTEAU, 1990)² desavisado da cidade surpreende-se com o emaranhado de casas umas sobre as outras, localizadas em uma área alagada, instaladas sobre plataformas de madeira, com pontes velhas improvisadas para o deslocamento de um “barraco”³ a outro, como os moradores se referem ao seu lugar praticado e de pertencimento de longos anos. Nesta cidade invisível não há saneamento básico, a água é improvisada por canos que passam debaixo da água suja do mangue e gambiarras envolvendo fios de luz e televisão. E no meio deste ambiente as relações sociais fervilham. Em vários espaços e formas de sociabilidade, há inúmeras práticas cotidianas como os cafés, as festas de brega, almoços e encontros religiosos; assim como táticas dos moradores frente ao ostracismo imposto pelo Estado⁴ às suas áreas de moradia, direcionando-se tanto aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo municipal, estadual e nacional.

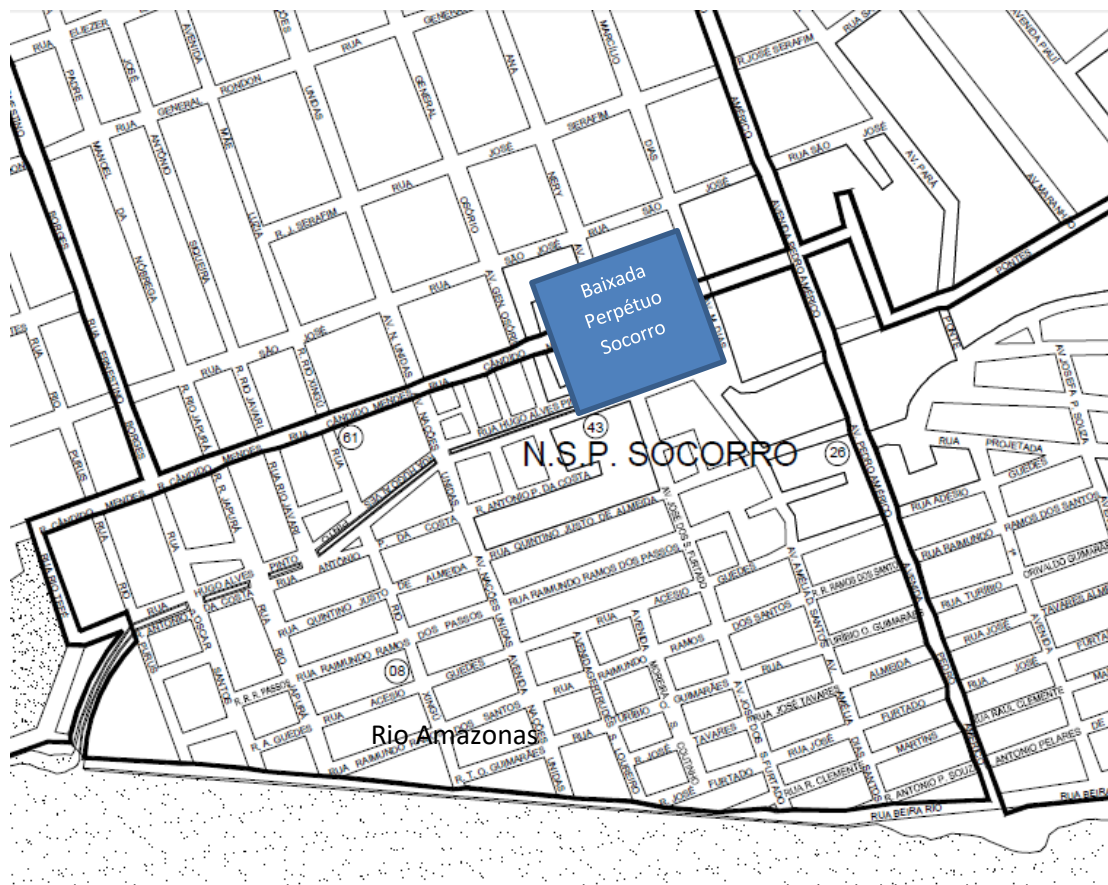
A Baixada Perpétuo Socorro foi área de ressaca habitada desde o início dos anos 70 no Bairro Perpétuo Socorro, na região central-leste de Macapá, com uma estimativa de 2 mil moradores. Aos nove meses de minha pesquisa de campo o lugar foi afetado pelo incêndio e os moradores foram “realocados” para vários lugares da cidade, até que recebessem casas doadas nos conjuntos habitacionais Mestre Oscar Santos, Macapaba e São José. Eu, então, que já fazia a pesquisa de campo na Baixada Perpétuo Socorro desde janeiro de 2013, passei a acompanhar parte dos moradores (100 famílias) que migraram para o Conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, localizado a 12 km do centro da cidade, no Bairro Ipê, me aproximando de forma intensa das quatro famílias de minhas principais interlocutoras⁵. Minha escolha pelo Conjunto Mestre Oscar Santos foi em função de ser o primeiro conjunto habitacional que recebeu moradores oriundos da Baixada Perpétuo Socorro, e também por receber a maioria das famílias que eu me relacionava.

² Referência a De Certeau na obra *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer* (1990, p.171), em que o autor defende o retorno às práticas microbianas, singulares e plurais do cotidiano, esquivando-se do poder panóptico e das regulações cotidianas. De Certeau estimula que se volte o olhar às estranhezas do cotidiano, evidenciando o que não vêm à superfície. A isto ele chama de “operações”, referindo-se às maneiras de fazer inseridas num contexto espacial. O autor chama de “praticantes ordinários” de um espaço os caminhantes, os pedestres, as histórias múltiplas compostas por uma rede de sujeitos que tecem trajetórias de vida.

³ Uso entre aspas expressões de representações sociais e a falas nativas de meus interlocutores, sempre em seu contexto explicitado.

⁴ Termo este no sentido de Bourdieu, 2014, que se refere a estado no sentido do poder físico e simbólico legítimo.

⁵ Suas biografias serão esmiuçadas no quarto capítulo desta tese.



Mapa do bairro Perpetuo Socorro e do local incendiado, a Baixada Perpetuo Socorro.

Este incêndio que ocorreu em outubro de 2013 deu uma grande guinada em meu trabalho. Famílias inteiras ficaram sem casas, muitos tiveram seus animais de estimação queimados, e seus pertences consumidos pelo fogo ou furtados. Os barracos na baixada, construídos há anos pelas próprias mãos, viraram cinzas, e há um sentimento de incertezas e humilhações com relação à situação vivida pelos moradores, bem como os rumos incertos da futura moradia. Diante disto, meu trabalho foi readequado para este evento crítico⁶ que mudou completamente a vida de mais de 2 mil pessoas, totalizadas em 250 famílias.

Em breve retrospectiva, as baixadas, ou pontes (como são chamadas pela população), aos olhos de quem não mora nestas áreas, mas “já ouviu falar sobre elas”, ou somente “escuta as suas histórias”, são vistas como “perigosas”, “cheias de marginal”. Quem reside nesses espaços costuma dizer que esses lugares “oferecem condições de vida”, que lá “algumas pessoas têm certas condições”, numa clara manifestação do poder

⁶ Conceito que será desenvolvido no capítulo 2: “Tem algo queimando: A dor e o sofrimento social de um evento crítico.

simbólico que algumas famílias possuem, no sentido de mais e melhores condições econômicas e sociais do que outras famílias. Este poder simbólico se origina em função do tamanho e estilo da casa, dos bens de consumo e do emprego dos membros destas famílias, gerando especulações a respeito de estabilidade, segurança, respeito, entre outros. Apesar de muitos moradores afirmarem o gosto pela moradia nesses ambientes, outras pessoas afirmam “ter medo dos bandidos”, “me cobram pedágio para eu entrar na minha própria casa”, entre outras frases repletas de simbolismos.

As pessoas que moraram na Baixada Perpétuo Socorro com menos de 35 anos nasceram em Macapá, muitos inclusive dentro da baixada, pelas mãos das várias parteiras que residiam no local. Os mais velhos, geralmente matriarcas e patriarcas, nasceram no interior do Estado, vieram do Pará, especialmente ilhas de Afuá e Chaves; e do Maranhão, especificamente São Luiz e Imperatriz; consolidando-se na época numa população migrante que veio para a cidade de Macapá com a esperança de uma vida próspera e o sonho de proporcionar aos filhos a educação básica e a formação no ensino superior. Estas pessoas, com dificuldades econômicas, ocuparam estes lugares impróprios para moradia – que são áreas de proteção ambiental – e desprovidos de serviços básicos, como água tratada, energia, transportes, saneamento básico, entre outros. Como já citei, entendo as baixadas como Cidade Invisível (CALVINO, 1990) num aspecto espaço/temporal/social e, também, dentro da invisibilidade proposta por Boaventura de Sousa Santos (2006) na sociologia das ausências. As baixadas se tornam invisíveis e as pessoas que as habitam, também, se forem observadas pelo olhar arquitetônico da cidade e à luz do pensamento ocidental etnocêntrico que nos é imposto.

É importante citar que desde 1990 a cidade de Macapá mudou a sua forma urbana e comporta novos estilos de vida e expressões culturais, num sentido de experiências no que se refere a emprego, indústria, comércio, tecnologia e a transformações arquitetônicas no cotidiano da cidade. Inseridas nestas experiências, as baixadas têm um modo peculiar de estrutura prática e relações sociais ali desenvolvidas, embora o estilo de vida, no âmbito do “jeito de ser nortista” frente ao pensamento hegemônico brasileiro – no que diz respeito à personalidade tranquila e calma, a valorização dos eventos sociais familiares, dos rituais de comensalidade, entre outros –, igualmente se desenvolve em outros lugares da cidade. Mas é fundamental entender as baixadas e principalmente as práticas de seus moradores, como uma “re-invenção do urbano” (FORTUNA, 2009, p.86), porque essas ocupações, nesses lugares centrais, quebram a chamada hegemonia do urbano relacionada às edificações e industrializações. É como se, no centro de uma capital de Estado, as

baixadas voltassem no tempo e se reinventassem nas palafitas dos povos ribeirinhos do passado – e em muitos lugares – presente no interior do Amapá e do Pará.

Esta é uma alternativa de vivência de uma população de baixa renda que se situa em posições estratégicas para a prática do consumo, das necessidades básicas e dos compromissos de trabalho. E que por esta sua tática muitas vezes consegue construir nesse ambiente uma casa confortável, acessar lugares centrais com praticidade e proporcionar os ideais de educação e consumo aos seus filhos, mesmo passando por problemas básicos de infraestrutura.

No entanto, este grave problema de habitação informal lentamente começa a ser “resolvido” pelo Estado – Municipal e Estadual, que desde 2010 tem políticas públicas para a retirada de todas as populações das baixadas, que são consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) “habitações subnormais”, sendo Macapá uma das capitais com o nível mais elevado destas. Para isso há projetos Estaduais, financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁷, como os conjuntos habitacionais Mucajá, na zona sul da cidade, e Macapaba, na BR 210, a aproximadamente 15 quilômetros do centro de Macapá; e os conjuntos habitacionais financiados pelo município junto a Caixa Econômica Federal, Mestre Oscar Santos, localizado a aproximadamente 12 quilômetros do centro, e o conjunto habitacional São José, no Bairro Buritizal, zona central de Macapá. Nesta primeira parte de execução dos projetos, governos estaduais e municipais fazem inscrições para o financiamento de uma casa nos conjuntos. O valor da casa fica em torno de cinco mil reais, financiados em dez anos. Há a estimativa de outros conjuntos para lentamente “retirar” as populações destas áreas oficialmente classificadas como “impróprias” e de proteção ambiental, segundo relatório técnico sobre o zoneamento ecológico urbano das áreas de ressaca de Macapá, realizado pelo Ministério Público e Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA (2013) e de acordo com estudos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, conforme Chagas (2009).

É interessante frisar que no Amapá a segregação acontece, porém geograficamente disfarçada e velada, uma vez que as áreas de ressaca são centrais na cidade e, como já foi dito, invisíveis no cenário de Macapá, pois escondem-se atrás de casas e estabelecimentos comerciais. Nota-se ainda, que as áreas de ressaca que no passado foram menos alagadas

⁷ Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) é um plano do Governo Federal do Brasil, criado em 2007 pelo governo Lula, que tem por objetivo incentivar o crescimento da economia no Brasil, por meio de verbas para obras de infraestrutura, como rodovias, casas populares, redes de esgoto, entre outros.

nos períodos de cheia amazônica, logo foram disputadas para compra pelas pessoas mais abastadas. Essas terras de imediato foram aterradas pelos proprietários para a construção de casas próprias e mais recentemente de prédios. Mas há as áreas com maior fluxo de água, especialmente no inverno amazônica e que são privadas de infraestrutura. São essas áreas, como era a Baixada Perpétuo Socorro, que revelam o quanto grupos se utilizam de “sobras” e “restos” da cidade, (SERPA, 20011, p.104) não aproveitados pelos grupos economicamente e politicamente dominantes, para que ali eles construam um espaço de experiências sociais no que diz respeito a moradia, diversão e lazer para um grupo de pessoas que são invisíveis para a sociedade como cidadãos. Mas para estas pessoas a baixada é central no que tange à diversidade cultural e às necessidades de consumo do grupo. É uma ideia alternativa à ideia dominante para ter a sua casa própria e ter a praticidade de residir em uma região central, perto de lugares fundamentais, que lançam mão de meio de transporte.

O que passa a ser uma preocupação para Macapá é justamente a “resolução” de um problema de moradia das áreas de ressaca que, exceto pelos conjuntos habitacionais Mucajá e São José, originam um distanciamento social da população que neles residem ou irão residir se saírem das áreas de ponte. Os moradores dos conjuntos muitas vezes são estigmatizados pela população, como “pobres”, “marginais”, “preguiçosos”, e os conjuntos localizados distantes do centro, como o Conjunto Oscar Santos e o Conjunto Macapaba, tornam-se expressão de sofrimento social de seus moradores, pela distância terrestre dos equipamentos centrais da cidade, pela dificuldade de acesso ao transporte público, pelo alto preço da passagem de ônibus e pela escassez de serviços básicos que há nestes lugares, como pequenos comércios, hospitais, postos de saúde, escolas, entre outros. Desta forma, as populações de baixa renda são afastadas do centro para espaços não ocupados, onde há a insuficiência de muitos serviços. Os segmentos percebidos como os “pobres” ficam distantes do funcionamento da cidade e ratifica-se aí um distanciamento econômico, cultural e social em Macapá. Logo, em breve, a cidade não terá um problema de alocação de moradias, e sim de espaços estigmatizados por uma parte da população que condena à segregação e exclusão uma outra parte da população, que vive em pleno, amplo e contínuo estado de sofrimento social cujas subjetividades são escondidas, sepultadas ou, quando mostradas, desvalorizadas e ridicularizadas pelos grupos dominantes da capital amapaense. Esses sentimentos de inferioridade são duplicados no caso de quem não pediu para estar nestes conjuntos, de quem não se inscreveu em listas de sorteios para ganhar uma casa nesses lugares, como é o caso dos

moradores afetados pelo incêndio. Eles não tiveram escolha. Foi arrancado pelo destino tudo o que eles tinham, segundo interpretação de muitos de meus interlocutores, como Diomira⁸, e eles são “realocados”, “enviados”, “mandados” como manadas para lugares que eles não pediram para estar, não querem estar, mas não tem escolha e precisam ir. Como disse a professora Diomira, “eu até um dia podia sair de lá (da Baixada), mas com as minhas próprias pernas, não como nós fomos, enxotados de lá e mandados pra cá, pra esse fim de mundo. Tá certo que aqui é bem melhor que lá, mas eu não queria ter vindo enxotada”. Desta maneira, o lugar de pessoa, as suas subjetividades, explodem e enchem a problematização deste trabalho, sobrepondo-se, inclusive, à operacionalização racional estatal da oferta das moradias: “lugar tem, só que eu não quero ir”. Ou: “Eu não sei amanhã, mas hoje eu não sou feliz aqui”. O problema aqui não é a falta de oferta de moradias, e sim as ofertas em espaços estigmatizados que estilham todos os pertencimentos e as bases culturais e sociais da noção de pessoa que a maioria dos moradores proletários de Macapá construiu.

Desta forma, este trabalho pretende averiguar como quatro mulheres vivenciaram, juntamente com mais 250 famílias, um evento crítico contendo sofrimento social, dor e humilhação em Macapá. Atrelado a isso, a problematização teórica é voltada para a noção de pessoa destas mulheres, cujo enfoque é a reconfiguração de suas subjetividades, o lugar de pessoa, seus pertencimentos, micro-relações e práticas cotidianas, por meio de táticas e resistências, nos novos espaços de moradia que lhes foram destinadas pelo poder público, em áreas afastadas do centro e socialmente estigmatizadas por parte da população macapaense. As noções etnográficas que norteiam esta reflexão são de práticas cotidianas, táticas e resistências, ancoradas por sofrimentos sociais, usadas/praticadas nas categorias nativas de barraco, casa, baixada, conjunto habitacional, queimada, humilhação, casa no chão, luta. Os autores que fundamentam esta discussão são Veena Das, Michel Foucault e Michel De Certeau. A problematização com mulheres ocorre nos sentidos operacionais de Marilyn Strathern (1988), cujo trabalho com mulheres se dá no sentido de categoria, não no que se refere à identidade de gênero, e sim nas formas do feminino e do masculino. O método se dá por intermédio da etnobiografia (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012) de quatro mulheres que vivenciaram o evento crítico, utilizando aportes da noção de trajetória (BOURDIEU, 1986) e da história de vida (BECKER, 1993 e DEBERT, 1986).

⁸ Interlocutora que será apresentada ao longo do trabalho.

A tese está dividida em duas partes e quatro capítulos. A parte I, intitulada Relatos etnográficos no campo flutuante, contém no primeiro capítulo a descrição sócio-espacial da agora extinta Baixada Perpétuo Socorro, como contexto sócio-histórico deste trabalho, para que se possa compreender a dimensão de pertencimento social de moradia e realidade social vivida por mais de 20 anos pela maioria das mais de 250 famílias, que eram provindas dos mais variados lugares: Macapá (AP), Afuá, Ilha de Chaves, Santarém, Alenquer (PA), Imperatriz, São Luiz (MA), entre outros. Muitos destes lugares têm em comum com as baixadas as moradias em palafitas comandadas pelos rios do norte do país que interferem na vida dos nortistas; são pessoas que têm em comum o conhecimento do Rio Amazonas, que têm na bagagem muitas viagens de barco entre suas cidades e Macapá, que conhecem os mais de seis mil quilômetros de extensão do Amazonas e que levam mais de seis horas de enseada, ou seja, apenas para passar a última ilha e chegar até a beira do Rio Amazonas, em Macapá. Na baixada, casas de madeira formadas em cima de áreas alagadas, comuns em cidades que vivem em torno do rio, tinham peculiaridades de espaços praticados e de moradores que praticavam e significavam o seu espaço, formando laços de sociabilidade e transformações no espaço criado.

O segundo capítulo, Tem algo queimando: O evento crítico do incêndio da Baixada Perpétuo Socorro, traz uma problematização sobre o conceito de evento crítico de Veena Das (1995, 1998, 2008 e 2011), ancorado pelas noções de sofrimento social de Bourdieu (1991), de subjetividade de Foucault (1992 e 2006) e as noções de táticas e estratégias de De Certeau (1990), com descrição aprofundada e análise – com base nas ferramentas teóricas e conceituais propostas – sobre os momentos do incêndio e após a tragédia, num tempo de desespero humilhação e insegurança para todos os moradores. Sobre como as pessoas sentiram-se naquela noite de 23 de outubro de 2013, onde foram acolhidas, sobre suas angústias, seus direitos, suas famílias divididas, os pertencimentos materiais esfacelados, a luta de toda uma vida transformada em cinzas, a batalha pelo aluguel social e as pejejas mais íntimas para manter os seus desejos e sonhos vivos, pensados entre lágrimas, nos colchões finos espalhados pelo chão de salas de aulas de escolas públicas e em ginásios de esportes da cidade de Macapá. Além de pensar na inconstância das moradias provisórias neste período de transitoriedade.

A segunda parte deste trabalho, Etnobiografias de resistências femininas, envolve o capítulo 3 e capítulo 4. O terceiro capítulo, Etnobiografias de resistências femininas: Agência, trajetórias e subjetividades, tece a etnobiografia de quatro mulheres, com

histórias ouvidas e vividas por mim com “matriarcas”⁹ de pequenas e grandes famílias. São mulheres que vivenciaram amplos e intensos sofrimentos sociais, que lutam pelo seu espaço praticado de moradia, guerreiam pelo direito à cidade, e lutam pelo respeito destinado a elas e ao seu grupo pertencido de vizinhos, amigos e colegas. Elas querem viver em um espaço de moradia visível, onde possam ter acesso aos equipamentos centrais da cidade como escolas, órgãos públicos, postos de saúde, centros médicos, supermercados, feiras de peixes e verduras, e não cansam de lutar por um transporte que possam pagar e que seja de qualidade. Enfim, a categoria que resume as ações, as práticas cotidianas de vida destas mulheres é resistência¹⁰, ou ainda, táticas de resistência. Resistir ao Estado, resistir ao estigma, resistir à intolerância e falta de perspectiva (VIVEIROS DE CASTRO, 2010 e 2011) do outro. O capítulo traz um perfil de cada uma das quatro mulheres, com seus relatos de história de vida, seus trajetos, suas malhas (INGOLD, 2012) tecidas e trilhadas, suas migrações, ir e vir, seus cansaços, alegrias, frustrações, a noção de pessoa que se amplia e se revela na voz de mulheres amapaenses. As etnobiografias são construídas por meio dos aportes de encontros etnográficos e biográficos, mostrando a trajetória via entrevistas de história de vida com Maria de Jesus, de 73 anos, Fernandes de 56 anos, Maria de 44 e Vitória de 41. Ao fundo da etnobiografia destas quatro mulheres, tomam corpo as vidas de suas famílias, seus amigos e vizinhos, formando uma rede de aproximadamente 100 pessoas que conheci em minha pesquisa de campo, entre mulheres, homens e crianças. Estas mulheres não foram escolhidas para a pesquisa. Foram elas que se escolheram, pois estas foram minhas interlocutoras mais apaixonadas, mais presentes, mais abertas a deixar que eu entrasse em suas vidas. Os perfis estão relacionados às categorias de análise do trabalho, que são trajetória, espaço, táticas, resistências, práticas cotidianas, noção de pessoa.

O quarto capítulo, A manobra da vida: O Conjunto habitacional Mestre Oscar Santos e as configurações de formas, táticas e resistências cotidianas no espaço da nova morada, descreve e analisa como estas mulheres, marcadas por um evento crítico e pelo constante sofrimento social, passam a reconfigurar suas noções cotidianas de pessoa e subjetividades, incorporando em suas práticas cotidianas táticas de resistências e de cuidados de si. O capítulo retrata as angústias, as significações e ressignificações do novo

⁹ No universo simbólico pesquisado, um grande número de mulheres, sobretudo mães, são consideradas pela própria família e pelos governos municipais e estaduais como “chefes de família”. Entre os familiares elas são reconhecidas como maior autoridade e pessoa de máxima reverência na residência.

¹⁰ Conceito que se baseia em Michel de Certeau (1990 e 2014), James Scott (2011) e Veena Das (2010), conforme será esmiuçado em vários momentos deste texto.

espaço e lugar de moradia, a luta pela apropriação deste espaço, frente aos antigos moradores do conjunto, as novas formações e pactos de sociabilidade, as táticas e resistências frente ao Legislativo, Judiciário e Executivo municipal, estadual e nacional. O capítulo descreve espacialmente o conjunto e o seu lugar praticado pelas quatro interlocutoras e suas famílias, as inquietudes com relação a este espaço praticado, as subjetividades e os pertencimentos que são sacudidos diariamente desde o dia do incêndio; os espaços de dentro e de fora (FOUCAULT, 2013) e o poder político nas relações cotidianas que se avoluma via práticas diárias de resistências e táticas. Neste capítulo foi evidenciada a fluidez das subjetividades das etnobiografadas e foi elucidado como o sofrimento social, a dor e o evento crítico, para estas mulheres, não terminou, e para Argia – uma de minhas interlocutoras iniciais - isto não será mais resolvido, pois ela faleceu no meio do processo. Morreu de dor, de sofrimento, de angústia, de falta de consideração.

Por fim, este trabalho reflete sobre o lugar de pessoa para estas mulheres e elucida um forte sentimento subjetivo de perda de pertencimento social e de moradia, uma avaria de consideração e um amplo sentimento de humilhação, desrespeito, dor e sofrimento, de perda da distinção da localização do espaço do endereço e não da casa. Para eles ocorre um deslocamento social que resulta em humilhação de distância, consideração e pobreza; num sentido de lugar desvalorizado no que tange à localização onde as práticas cotidianas são individuais e familiares, e impedem a interação com o restante da cidade. Este trabalho, sobretudo, fala sobre a subjetividade do sofrimento social, em decorrência de um evento crítico que amplia uma situação de distanciamento social e espacial de uma população, ratificada na voz de quatro mulheres, guardiãs da memória e reveladoras da memória subterrânea (POLLAK, 1989) do passado de luta e do presente de sofrimento e resistência.

Na linha do equador: uma breve contextualização

“Abençoo, hoje, cada vala aberta, cada cachorro morto se decompondo na rua, cada boca suja de açaí, cada rotina triste e repetitiva. Jamais irei embora da minha amada e pobre cidade outra vez. Irei morrer aqui, afogado no líquido amniótico do rio Amazonas.” (Igor Reale)

Macapá, capital do Amapá, localiza-se exatamente na linha do equador. A cidade é margeada pelo Rio Amazonas, com mais de seis mil quilômetros de extensão. Apesar de o Amapá ter se tornado um dos Estados da Federação do Brasil apenas em 1989, sua capital Macapá tem uma longa história social e cultural.

A vila de Macapá foi fundada por portugueses em 1758. Até então Macapá pertencia ao Estado do Grão Pará. Seis anos depois foi fundada a Fortaleza de São José, que é fundamental dentro do cenário da cidade, pois na época foi construída com o intuito que Portugal tinha de proteger a cidade de outras nações europeias, especificamente França e Inglaterra – já que o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa (CANTO, 2014, p.84) e geograficamente localiza-se próxima à Guiana Inglesa. Aliás, segundo Canto, Macapá “deve o seu desenvolvimento à época da construção do edifício militar, a partir da segunda metade do século XVIII” (2014, p. 18). A Fortaleza pode ser considerada o ponto de partida da história de Macapá, erguida pelos açorianos que aqui viveram a partir de 1752. A Fortaleza instituiu a vila, esquentou a economia, a política e também o poder militar. Canto afirma que, sem a construção da Fortaleza, “é possível que Macapá não tivesse sobrevivido” (p. 20).



Imagem aérea da Fortaleza de São José de Macapá, registrada em outubro de 2010 por Sérgio Luiz Silveira. Ao fundo está o Rio Amazonas.

Dando um salto no tempo, em 1893 houve a descoberta do ouro na região do contestado franco brasileiro entre, hoje, o território do Amapá e da Guiana Francesa, e desde então houve grande exploração, principalmente com o ingresso de guianenses nas cidades amapaenses de Calçoene e Amapá. No entanto, a cidade de Macapá sempre teve uma ligação muito forte com todos esses eventos. De acordo com Picanço (apud SOUZA, 2014, p.34), neste período a região vivia a febre do ouro, onde “quilos e mais quilos de ouro saíam do Amapá” (p.34) e os aventureiros esnobavam riqueza na Europa. Mas, de acordo com Santos, os abusos dos franceses frente às terras da região Amapaense espalharam medo por todo lado: “Disparate maior estava por vir. Em dezembro de 1894, o representante francês no Contestado, Eugéne Voissien, proibiu o acesso de brasileiros aos garimpos, e determinou, ainda, a saída imediata dos que nesta área se encontravam” (SANTOS, 1994, p.46). Por fim o contestado se dissolveu e Amapá e Guiana Francesa, desde então, são duas regiões identitárias muito parecidas, que, segundo Souza, “constituem-se duas regiões periféricas e indiferentes perante seus respectivos países, com o desejo de serem reconhecidas e valorizadas, perdendo e/ou (re) encontrando

inúmeros pontos em comum entre eles” (SOUZA, 2014, p.47). Quando Souza mostra as semelhanças entre estes dois lugares, refere-se às políticas governamentais do Estado que intervêm nos territórios, do ponto de vista militar, político, econômico, cultural e – muito importante – diplomático, já que há uma preocupação em tornar Amapá e Guiana Francesa cidades “parceiras” do ponto de vista econômico. A questão do “desejo” passa a ser significativa, porque cria esperanças, lutas físicas e simbólicas, pertencimentos sociais e de lugar e, ao mesmo tempo, uma busca insana pela própria identidade ratificada no território conquistado. Neste sentido, chama-me a atenção a afirmação de Souza, um dos poucos autores sobre a história do Amapá, com publicação científica e acessível¹¹, de que “uma das particularidades da formação econômica, política e cultural do Amapá está relacionada justamente ao desejo de pertencimento ao Brasil” (p.49). Este desejo está alicerçado na luta pelo território, em sentir-se parte do lugar e ter a certeza de que este lugar e este território¹² pertencem a um povo que lutou física e simbolicamente por ele, tecendo identidades e relações sociais que interagem com o território conquistado. O Amapá lutou para ser do Brasil desde o início de sua história, segundo Souza, e isso abre caminho para a compreensão de muitos elementos identitários do Amapá, como o fervor pelas equipes brasileiras em todo e qualquer esporte; o apreço pelo samba de raiz e pela festa de carnaval; e o orgulho de ser “irmão dos paraenses”, revelando uma específica noção de comunidade e de identificação com a “cultura brasileira”, fazendo com que esses elementos culturais e étnicos vividos e recriados evidenciem um sentido de produção do espaço (LEFEBVRE, 2013) que conduz ao sentido de pertencimento de lugar.

Em 01 de dezembro de 1900, graças ao Barão do Rio Branco, que consegue o laudo Suíço (SARNEY, 2013), o Amapá foi reconhecido como território brasileiro, pertencendo ao Estado do Grão-Pará. Como proteger a área de fronteira continuava sendo um problema para o Brasil, e neste período havia intensas lutas físicas e simbólicas neste território, foi que em 1943 o governo brasileiro decidiu transformar o Amapá em Território Federal até 1989, período de interferência direta do Estado¹³, e o Amapá passou a ser gerido e financiado por ele. Por outro lado, todos os lucros obtidos no Território Federal do Amapá, sob o ponto de vista econômico, eram tomados pelo Estado brasileiro.

¹¹ Há materiais sobre a história do Amapá – a maioria em jornais locais antigos - que estão dispersos ou guardados em bibliotecas particulares.

¹² Penso território de acordo com as definições de Haesbaert (2004), de que o território compreende lutas e pelo poder em dimensões materiais e simbólicas.

¹³ Neste trabalho o Estado é utilizado de acordo com o conceito de Pierre Bourdieu (2014) de que o Estado é o uso do poder físico e simbólico legítimo e monopólio da violência simbólica.

Para “gerir”, “gerenciar” o Território Federal do Amapá, até então com três cidades, Macapá, Amapá e Mazagão, foi nomeado o capitão Janary Gentil Nunes que, segundo Sarney, também um dos poucos autores que fala sobre este período da história do Amapá, e é o autor do primeiro romance sobre o contestado franco-brasileiro, de acordo com Souza (2014, p.79), “ali realizou uma obra fundadora e extraordinária” (SARNEY, 20013, s/p). De fato Janary Nunes permanece no imaginário popular, principalmente dos idosos, como um gestor “moderno”, que estimulava o “progresso” e que construiu no Amapá grandes obras arquitetônicas que se relacionavam a empreendimentos que favoreciam a saúde, educação e política. Janary governou o Amapá de 1944 a 1956. Desde a administração de Janary o Amapá não enfrentou mais problemas políticos de fronteira com a Guiana Francesa. Posteriormente foram criados os municípios de Calçoene e do Oiapoque. Nos textos escritos por Sarney sobre o Amapá e relacionados à Janary Nunes, percebe-se uma clara ideia do que Bourdieu (2014, p.384) chama de “construção de uma nação tanto nas estruturas sociais objetivas quanto nos espíritos”, no sentido de introjetar um nacionalismo na população e de modo aparente nas próprias personalidades públicas, quando na verdade há um interesse privado na questão pública.

Em 1991 foi promulgada a Constituição elaborada em 1988 e o Amapá transformou-se em um dos Estados da Federação, juntamente com Roraima. Os agora Estados da Federação mantiveram os seus limites geográficos. O território já possuía as cidades de Macapá, Amapá, Mazagão, Calçoene e Oiapoque. Foram promulgados plebiscitos em 22 cidades para a criação de novas cidades, mas somente seis foram criadas: Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itaubal e Pracuúba. Posteriormente mais alguns municípios foram criados: Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana, Tartarugalzinho e Vitória do Jari, totalizando 16 municípios.

Sob seus aspectos geográficos, os limites do Amapá são a leste com o Oceano Atlântico, a norte com a Guiana Francesa, ao noroeste com o Suriname e ao oeste e sul com o Estado do Pará. Toda a área amapaense tem uma extensão de 142.828,520 km² (IBGE, 2015). Tem clima equatorial, cujo relevo é formado de planícies com muitos lagos e mangues na região litorânea. No restante do território sobressai-se a depressão com planaltos residuais. Há uma variedade de planícies, campos e áreas imensas de mata nativa. Especificamente no território de Macapá a vegetação é formada por mangues litorâneos, campos e floresta amazônica, onde a terra é plana, como na maioria dos municípios, exceto no território das cidades serranas, como Serra do Navio e Laranjal do Jari. Os principais recursos naturais são ouro, granito e caulim (Itamaraty, 2015) e as

idades mais populosas, de acordo com o último censo de 2014, Macapá (446.757), Santana (110.565), Laranjal do Jari (44.777) e Oiapoque (23.628) (IBGE, 2015). O Estado do Amapá, de acordo com o último censo, possui uma população de 750.912 (IBGE, 2015).

Não se pode deixar de falar no Amapá sem dizer que este é o Estado com “maior área de preservação ambiental do país, com 72% do seu território destinado a áreas de preservação (Unidades de Conservação e Terras Indígenas)” (SCHEIBE, AUGUSTO, 2013, P.1). Margeando planícies e matas nativas, há plantas que curam inúmeras doenças, e há a presença de imensos rios que fazem os olhos perderem de vista os próximos trechos de terra, como o Amazonas que margeia Macapá, com mais de oito mil quilômetros de extensão; o rio Araguari, que nasce na Serra do Tumucumaque, passa pela região de Ferreira Gomes – onde há uma hidrelétrica – e desagua no Oceano Atlântico. Logo abaixo deste rio há o arquipélago de ilhas do Bailique, um lugar paradisíaco e muito simples, onde mora-se normalmente em palafitas – casas sobre a água – e vive-se da pesca. As escolas, igrejas e bares também estão sobre as águas; o Rio Pedreira, que avoluma-se na região do Abacate da Pedreira, com muitas embarcações pequenas, de famílias que navegam o rio para cima e para baixo em busca do alimento diário fornecido pelas águas; o rio Jari, na região grande de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, separando o Amapá do Estado do Pará; o rio Amapari, que localiza-se ao longo de todo o município de Santana; o rio Macacoari, localizado na região de Itaubal, muito conhecido pelo seus



Mapa do Amapá. Fonte: www.guiageo.com

lindos lugares para tomar banho e passear nos fins de semana. “Tudo é água e terra. É o primeiro dia da Criação, a terra se separando das águas” (SARNEY, 2013, s/p), poetiza Sarney, senador eleito pelo Amapá, que, apesar das belezas naturais, deve ter escrito o texto com uma grande ponta de interesse político. Todos estes rios desmembram-se para igarapés e lagos, proporcionando ao amapaense um leque infindável de opções de belas paisagens, banhos terapêuticos e, ainda, infelizmente, inúmeras opções de caça e pesca. Digo infelizmente porque na prática não há controle sobre os animais em extinção que são caçados e pescados. Eu mesma conheci um secretário de meio ambiente de uma cidade do interior do Estado que nos convidou para almoçar uma tartaruga. Todos sabem que hoje é considerado crime, mas como faz parte da cultura do lugar, onde desde sempre

se come peixe e carne de caça, talvez não se encare a caça de animais em extinção como um crime.

Ao circular pelas rodovias e estradas amapaenses a vista é de um verde de mata fechada. Há pelas estradas muitas pequenas bifurcações que dão para os “terrenos”, como são chamadas as propriedades privadas de sítios e casas de campo. Estas normalmente localizam-se na beira do rio ou muito próximas a ele. Sobrevoando rios e matas estão pássaros das mais variadas espécies, como araras azuis e vermelhas, patos, garças, marrecas, entre outros animais amazônicos. Também em função dos rios e das espécies animais há as inúmeras áreas de ressacas, que já foram explicadas nas partes iniciais deste texto.

O Estado orgulha-se da Área de Preservação Ambiental Curiaú, última região quilombola do Amapá, localizada na saída norte de Macapá; e o Parque do Tumucumaque, região serrana mais alta do Amapá, com 701 metros (AMAPÁ DIGITAL, 2015), quase na região fronteiriça com a Guiana, onde há uma área nativa e preservada. Em toda esta região há povos ribeirinhos e tribos indígenas, com quatro áreas indígenas de conservação ambiental: Galibi, com 6.689 ha; Juminã, com 41.601 ha; Uaçá, com 470.164 ha; e Waiãpi, com 607.017 ha, totalizando uma área de 1.125.471 ha (AMAPÁ DIGITAL, 2015).



Imagem aérea de Macapá a partir do Rio Amazonas. Foto: Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Amapá.



Cidade amapaense de Ferreira Gomes, banhada pelo rio Araguari. Foto: Cleber Barbosa/Sociedade Amigos da Marinha do Amapá

Sobre este breve contexto histórico, é preciso ressaltar que nos últimos anos o Amapá tem sido destaque nacional na questão da corrupção. Os desvios de verba pública ocorrem há muitos anos, mas tornou-se público na Operação Mãos Limpas ocorrida em 2010, considerada como um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil envolvendo políticos, funcionários públicos e cargos comissionados. Como mostra a reportagem do G1 Amapá de 09 de setembro de 2014, em matéria assinada pelo meu aluno Abinoan Santiago, por ocasião do “aniversário” de 4 anos da operação, a ostentação de jóias e malas de dinheiro dos parlamentares. “Entre os denunciados estão ex-secretários de governo, funcionários públicos e empresários. O MP e MPF também acusam o ex-governador Waldez Góes e [o vice] Pedro Paulo, o ex-prefeito de Macapá Roberto Góes e a ex-primeira dama do Amapá Marília Góes, presos pela Polícia Federal durante a operação” (G1, 2014, s/p). Waldez Góes foi reeleito governador do Amapá e Marília Góes se reelegeu deputada Estadual, para o pleito de 2015-2018¹⁴.

¹⁴ Em abril de 2014 a Justiça também bloqueou os bens de 21 dos 24 deputados Estaduais do Amapá por suspeita de improbidade administrativa. De acordo com o site Congresso em Foco, ocorreu uma denúncia

Além do destaque na imprensa sobre a Operação Mãos Limpas, também foram esmiuçados na imprensa o bloqueio de bens dos deputados Estaduais; a denúncia dos gastos exorbitantes realizados pela Assembleia Legislativa, como noticiado pela Carta Capital, em que “Assembleia Legislativa do Amapá, com apenas 24 deputados, gastou cerca de 17,4 milhões de reais com as chamadas ‘diárias’, despesas com alimentação, deslocamento urbano e hospedagem durante viagens oficiais”. Segundo a revista, “o valor é 14 vezes superior ao gasto do Senado com a mesma rubrica: 1,25 milhão de reais para seus 81 parlamentares e cerca de 9 mil servidores” (MARTINS, 2014, s/p). A revista semanal, na versão digital, ainda relata a Operação Eclésia, realizada em 2014, que “identificou um rombo de 25 milhões de reais nas contas da Assembleia Amapaense, envolvendo os deputados estaduais Moisés Souza (PSC) e Edinho Duarte (PP), à época presidente e primeiro-secretário da Casa” (2014). Outro destaque é o veiculado em editorial, pela Folha de São Paulo, sobre os imbróglis envolvendo a inauguração da ponte binacional que liga Brasil e Guiana Francesa. Diz o editorial:

Os obstáculos que separam as intenções da realidade vão desde prazos irreais, pois amparados em projetos precários e mal fundamentados, até dificuldades na liberação das verbas, passando por licenciamentos ambientais lastreados em informações incompletas. [...] Única ligação entre o Oiapoque, no Amapá, e Saint Georges de l’Oyapock, na Guiana Francesa, a obra de 378 metros – orçada em R\$61 milhões de reais e bancada por Brasil e França – deveria formar um inusitado corredor entre a América do Sul e a Europa. Concluída desde 2011, não possui, todavia, previsão para ser inaugurada. O traçado continua bloqueado porque o governo brasileiro não cumpriu sua parte do acordo: concluir o complexo aduaneiro, com postos da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ibama e Anvisa, e a extensão da rodovia BR-156 até a ponte. Já a França consumou suas obrigações ainda em 2011, entregando a estrutura viária e aduaneira do seu lado da fronteira (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015, editoriais, s/p).

contra os parlamentares a respeito do Programa Legislativo Cidadão realizado na Assembleia Legislativa do Amapá. Este, por sua vez, foi executado sem licitação e de acordo com as informações noticiadas, foi elaborado para ajudar na formação política dos cidadãos com diversos tipos de cursos teóricos e práticos “sobre o funcionamento do poder”. Para tanto, eram pagas bolsas mensais nos valores de R\$350,00, R\$710,00 e R\$950,00. No entanto, de acordo com o Congresso em Foco, “Na prática, porém, os participantes eram escolhidos pelos próprios parlamentares sem critérios objetivos. O Ministério Público sustenta que a medida foi adotada para mascarar despesas com pessoal da Casa”. Eles usavam as bolsas para remunerar pessoas que em tese trabalhariam na Assembléia. “Os deputados que tiveram os bens bloqueados foram: Moisés Souza, Edinho Duarte, Valdeco Souza, Michel JK, Keka Cantuária, Eider Pena, Telma Gurgel, Sandra Ohana, Bruno Rezende, Charles Marques, Manoel Brasil, Marília Góes, Mira Rocha, Paulo José, Junior Favacho, Agnaldo Balieiro, Jaci Amanajás, Roseli Matos, Zezé Nunes, Isaac Alcolombre e Cacá Barbosa. Desses, apenas Paulo José não aparece entre os que exercem o mandato atualmente”, conforme informações oriundas do site Congresso em foco, escritas pelo jornalista Edson Sardinha, disponível em: Congresso em Foco.

<http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/justica-bloqueia-bens-de-21-dos-24-deputados-do-amapa/>.

Além da falta de cumprimento de prazos para com a ponte binacional, o Amapá está entre os dois estados brasileiros, junto com Rio Grande do Norte, com os piores índices de desenvolvimento, segundo levantamento feito pela Controladoria Geral da União (CGU) em maio de 2015 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015, Editoriais, s/p).

Desde o nascimento da Vila de Macapá até os dias atuais o Estado sofre com as usurpações de alguns “colonizadores” que tomam parte do dinheiro público para si, como os inúmeros desvios de verbas históricas para a reforma do aeroporto internacional Alberto Alcolumbre e os rombos nos cofres públicos da Assembleia Legislativa e do Palácio do Setentrião – sede do governo; situações estas que se revelam numa fala nativa crítica, porém com bom humor, repetida por todos que moram há anos em Macapá: “Não... me rouba mais logo”! Estas conjunturas se refletem nas notícias veiculadas na imprensa diária e principalmente no cotidiano amapaense, onde há serviços extremamente precários como educação, saúde e infraestrutura. Isso se ratifica com os indicadores econômicos de Macapá. De acordo com o IBGE, censo de 2010, 45% da população de Macapá não tem nenhum tipo de rendimento. 40,2% têm renda de até dois salários mínimos; 19,54% da população tem renda de até um salário mínimo; 9,5% recebe de dois a cinco salários mínimos; 3,83% recebe de cinco a dez salários mínimos; 0,93% recebe mais de dez salários mínimos e 0,3% recebe acima de vinte salários mínimos. Há um dado apurado em 2014 e divulgado em 2015 pelo IBGE: O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Estado do Amapá é de R\$753,00 em 2014 (IBGE, 2015). Outro dado significativo é que de acordo com o jornal Diário do Amapá, de 11 de janeiro de 2014, o Estado do Amapá possui 182 milionários. Numa economia pautada no contracheque do funcionalismo público, o jornal estima que os milionários lucram à custa de agiotagem ou corrupção do dinheiro público.

As estratégias metodológicas do trabalho para compreender “O jeito de ser do povo daqui”¹⁵

Como dar conta de um universo subjetivo de dor e sofrimento originado por um evento crítico? Como entender e interpretar sentimentos de incertezas, indignidade e humilhação vividos pelos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, agora sem seu lar de

¹⁵ Frase da canção muito popular no Amapá, “Jeito Tucuju”, de Joãozinho Gomes e Val Milhomem, compositores amapaenses.

muitos anos, sem seus pertences, seu bairro, seus acessos e seus amigos? Como perceber e decodificar? E como interpretar as práticas cotidianas, de táticas e resistências, no novo lugar de moradia, marcadas pela dor do sofrimento social?

Eu já estava em campo – na Baixada Perpétuo Socorro – há alguns meses, com uma proposta inicial de trabalho de doutoramento, até a tragédia do incêndio. Sempre pensando e vivendo esta etnografia, fiz o meu ingresso no campo no dia 12 de janeiro de 2013, ainda antes do início do doutorado. Adentrei a Baixada Perpétuo Socorro estimulada pelo professor Cristian Paiva na oficina de pré-projetos que tivemos na preparação do Dinter. Ele me sugeriu uma pequena inserção pontual no campo para ilustrar e fundamentar o meu pré-projeto de pesquisa, já que a maioria das pessoas não sabe e nem tem noção de como é a configuração socioespacial de uma área de ponte habitada, e, naquele momento meu projeto estava voltado para as subjetividades e práticas cotidianas na baixada. Desde então eu fazia entradas esporádicas na área, isto porque eu estava trabalhando como professora na Unifap e participando de aulas do doutorado. Então como meu tempo maior era de manhã, as quatro vezes em que circulei longamente por dentro da baixada e conheci todas as suas entradas, lugares, casas e afins foram de manhã. Até porque era o momento em que eu entrava com a agente comunitária Zenóbia, que era muito conhecida e respeitada na área. O turno da manhã era o seu horário de trabalho e, como ela dizia, “é o horário em que ainda está tudo calmo”. Nos horários da tarde e da noite, esporadicamente, eu circulava pelo entorno da baixada e nas proximidades de suas entradas.

As noras de Maria de Jesus iam para a academia perto da Baixada no final da tarde, e eu havia combinado de entrar pela primeira vez à tarde na área – quinta (24) ou na sexta-feira (25) de outubro. Na quarta-feira (23) eu ligaria para combinar a ida para a academia e também uma visita em um fim de semana para acompanhar uma festinha que eles sempre faziam no sábado à noite. E justamente na quarta-feira o fogo consumiu a Baixada.

Com a tragédia minha questão de tese se aprofundou mais, assim como meu cotidiano de pesquisa de campo. Conforme ocorriam as aulas do doutorado e minhas novas inserções neste campo temporariamente flutuante – nos abrigos públicos e nas pequenas casas alugadas com o aluguel social –, enquanto pesquisadora da área de Sociologia eu amadurecia, num sentido teórico e reflexivo. Foi um período de transitoriedade para eles e também para mim. Mergulhei de cabeça no processo etnográfico nos abrigos e posteriormente no conjunto habitacional Mestre Oscar Santos.

Desde este momento iniciei a elaboração das etnobiografias, pois as mulheres que estão relatadas neste trabalho me concederam entrevistas em profundidade, de história de vida, e conversas informais desde a tragédia – apenas com uma delas eu já havia conseguido uma entrevista inicial. Após este primeiro momento de inconstâncias, com a ida de 100 famílias – das 250 – para o Conjunto Oscar Santos, mudança que se iniciou no carnaval de 2014 e terminou em junho do mesmo ano neste conjunto, eu pude fazer uma observação mais profunda, em função de meu tempo e da facilidade de acesso ao conjunto habitacional¹⁶. Enfim me sentia mais segura, pois meu ritual de aceitação aconteceu exatamente no período da transitoriedade. Quando eles me viram lhes ajudando, lhes ouvindo, fazendo visitas nos abrigos, permanecendo boa parte do tempo permitido ao lado deles, sofrendo com o sofrimento das pessoas – ou pelo menos exercendo ao máximo a tentativa de compreender e colocar-me no lugar do outro, eu ganhei a confiança dos moradores. Então minha entrada no Conjunto Oscar Santos já foi diferenciada, e pela própria estrutura arquitetônica do lugar, eu podia circular por todo o espaço com segurança, como os próprios moradores me diziam.

No Oscar Santos eu entro a qualquer hora. Mas para as inferências com os moradores, as conversas, as convivências e as entrevistas em profundidade o melhor dia de todos é o sábado, pois todos estão em casa. Este é o melhor dia para conversar com a família de Maria de Jesus, com Vitória e com Maria. Aliás, com Maria também posso conversar de manhã, pois o turno de trabalho dela é vespertino. As manhãs são boas horas para conversar com Maria de Jesus – que está sempre à minha disposição e adora conversar –, além de Fernandes, e as novas pessoas que conheci no local, como Ana, Irene, Maióllica e tantas outras pessoas (Também gostaria de citar que mantive meus encontros com outros moradores que permaneciam sem suas casas, como o caso de Zirna, Zaíra, Barreto e Argia – até pouco antes do AVC¹⁷ que a levou a morte). Pela manhã também é o horário que encontro o Julio – meu aluno que mora no conjunto e que me ajudou por uns dois meses com algumas informações sobre o local. Este também é o turno em que converso com o pessoal da Associação dos Moradores do Conjunto Oscar Santos. As tardes dos dias de semana não foram produtivas, porque meus interlocutores trabalham, e as senhoras aposentadas e os jovens que não trabalham dormem à tarde e

¹⁶ Este momento de transitoriedade ainda não terminou para algumas famílias destinadas ao conjunto Macapaba II, que ainda esperam a finalização das obras do conjunto.

¹⁷ Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma deficiência neurológica repentina ocasionada por problemas nos vasos sanguíneos do sistema nervoso central.

depois têm os seus afazeres diários de lavar roupas e limpar a casa – no entanto, também vivenciei estes momentos. Os demais interlocutores que trabalham, chegam por volta de 19h em casa e a maioria deles assiste a novela da Globo e depois dorme. Então para as conversas e entrevistas em profundidade tive muito mais dificuldades à tarde e à noite, embora eu tenha ido ao conjunto muitas vezes nestes turnos para fazer a observação das práticas cotidianas. Há detalhes diferenciados percebidos em cada um dos horários visitados.

Uma das peculiaridades de minha atuação no campo que deve ser citada são alguns comentários que surgiram desde minha primeira incursão na baixada: “Branca desse jeito, ou trabalha na TV ou é Polícia Federal”. Expliquei a todos que sou professora da Unifap, do curso de Jornalismo, mas que não faria nenhuma matéria com eles. É, eles odeiam alguns tipos de jornalistas. Os mais admirados são os âncoras e repórteres de programas policiais, como o Rota 16 e o Bronca Pesada, ambos transmitidos em canais “pequenos” de Macapá, mas com grande audiência na cidade. Seus ídolos são Ericláudio Alencar, Belair Jr., Stanley Hall Santos, entre outros. Não atuando como jornalista, nem policial federal, na primeira vez em que entrei na ponte, com exceção de Zora, todas as mulheres se esconderam de mim. Iam para dentro de suas casas e ficavam me espiando. Quando sentei no degrau da entrada da casa de Zora (Zora foi a primeira pessoa que conversou comigo na Baixada. Ela estava com problemas com o conselho tutelar. Quando ocorreu o incêndio ela sumiu e não se inscreveu nas listas do Estado para conseguir uma casa nos conjuntos), para conversar com ela, notei muitas cabeças nos cantos das portas e janelas me observando. No final da entrevista tinha umas 15 pessoas ao nosso redor. Todas as mulheres me olhavam e sorriam. E alguns homens me olhavam e me “asilavam”, termo local para “dar em cima”.

Aliás, fiz muito sucesso na baixada por ser “branca”. As pessoas me achavam diferente, bonita, “chique”. Não por padrões de modos, educação ou beleza, mas por ser branca. É impressionante como no norte as pessoas brancas se destacam, num sentido de serem “admiradas”. São recebidas com muita curiosidade. Quase todo branco parece ser considerado bonito e “bacana”, no sentido de moderno e chique e especulado como executor de uma profissão “relevante” como trabalhar na tv e “perigosa”, como ser policial federal. Quando eu dizia que era professora, sempre notava uma ponta de decepção nos interlocutores. Até porque, como já me disseram, “branco por aqui (pelo conjunto e baixada) só pode ser Polícia Federal”. Neste âmbito também se adentra numa questão colonialista que o norte do Brasil vivencia até hoje.

Mesmo no conjunto Oscar Santos, num universo de 528 casas, a maioria com mais de 4 moradores (algumas com famílias de 10 a 16 pessoas), tem gente que pensa que sou “Polícia Federal”. Não convivo com todas as famílias, mas muitas pessoas me veem passar, ou a pé ou de carro, e depois eu fico sabendo sobre os comentários. Como dona Fernandes me falou: “O povo deve pensar que você é Polícia Federal disfarçada de professora! Porque nunca tem branco aqui no conjunto. Quando tem é da Polícia Federal, porque é gente que vem de fora (do Estado)”. Quando andei pelo conjunto com o meu orientador, professor Leonardo Damasceno de Sá, branco como eu, alto e de olhos azuis, quem tinha dúvidas de minha identidade passou a ter certeza que eu realmente era uma agente federal disfarçada.

Além do contato direto com minhas interlocutoras, para eu conhecer com mais profundidade o perfil dos demais moradores do Conjunto Habitacional, destes que presumem minha identidade, dos que não são meus interlocutores – e também para os que são – apliquei em 330 casas (na parte direita do conjunto, onde há maior concentração de moradores vindos da Baixada Perpétuo Socorro) um questionário socioeconômico para conhecer o perfil dos moradores, no que diz respeito ao número de pessoas residentes nas casas, e mais alguns dados que interessam à pesquisa, como ocupação, renda familiar, grau de escolaridade, entre outros. Apliquei este questionário, com a ajuda de quatro alunos do curso de Jornalismo em um sábado no final de dezembro de 2014¹⁸.

¹⁸ Em dezembro de 2014, com a ajuda de seis alunos do curso de Jornalismo da Unifap, realizei uma pesquisa de índices econômicos no Conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, especificamente nas residências localizadas na parte direita do conjunto, onde se localizam 50 núcleos familiares que residiam na Baixada Perpétuo Socorro (os outros 50 núcleos estão espalhados ao longo de todo o conjunto). Há no conjunto habitacional um total de 528 casas. Pesquisamos 330 residências (62,5%), destas, 232 residências (70,3%) receberam os entrevistadores e responderam à pesquisa; 36 casas (10,9%) estavam fechadas e nenhum morador foi encontrado nem no dia da pesquisa, nem em nenhum dia da semana seguinte. 35 (10,6%) das casas, segundo os moradores do conjunto, estavam vazias; ou seja, “abandonadas”. Os proprietários legais fecharam as residências há meses e mudaram-se para outros lugares da cidade. Em 26 (7,8%) residências havia pessoas em casa, porém não quiseram responder a pesquisa, nem conversar com o entrevistador. Segundo os vizinhos nos informaram, estes que se negaram a responder eram compradores irregulares das residências, que compraram dos moradores que foram beneficiados pelos programas governamentais, situação que não era permitida. Aliás, ao longo de 2014 e 2015 algumas famílias que fizeram tal negociação perderam suas casas. Quem vendeu e quem comprou. Em 1 (0,30%) casa os moradores não souberam responder o que lhes foi perguntado. O total de pessoas residentes nas casas entrevistadas é de 1.084. Entre estas residências, há uma população do sexo feminino de 570 pessoas, do sexo masculino de 514 pessoas. Destas, 385 são crianças de 0 a 13 anos. 296 moradores têm idade entre 01 e 10 anos; 259 moradores têm entre 11 e 20 anos, 182 moradores entre 21 e 30 anos; 150 entre 31 e 40 anos, e o os demais moradores se dividem entre variadas idades. Das casas que nos responderam a pesquisa, 194 casas estão registradas no nome de mulheres, líderes familiares, sejam elas esposas ou mães; 27 casas no nome do homem e 11 casas no nome do casal. Com relação ao estado civil das casas pesquisadas, em 92 residências há união estável, em 46 os entrevistados são casados, em 77 são solteiros, 11 separados e em

A problematização com mulheres

Eventos críticos afetam a todos. Homens, mulheres, crianças, animais. O incêndio da Baixada Perpétuo Socorro dizimou a casa de pessoas, famílias, trabalhadores, pessoas que lutaram uma vida para ter o que tinham, e que se transformou em cinzas num piscar de olhos.

Porém, o fato da problematização com mulheres é, em primeiro lugar – que já havia sido pensado antes mesmo do incêndio – em função de uma violência simbólica vivida por mulheres, que se ratifica no assédio sexual. Neste caso, eu era a vítima da violência simbólica. Na primeira vez em que entrei na Baixada, só pude entrar acompanhada de meu esposo e de um senhor idoso, morador da Baixada há muitos anos. E mesmo assim percebi formas veladas de assédio, como olhares provocadores e homens querendo chamar a minha atenção fazendo determinados gestos de caráter sexual, piscadelas, palavras sussurradas e olhares na minha direção. Na segunda vez em que visitei o lugar, entrando acompanhada somente de outra mulher, um homem dançou sensualmente em minha frente e diante de suas irmãs, que o repreenderam por querer “aparecer” e se “enxerir”.

Foi exatamente por isso que, num primeiro momento, escolhi me aproximar com mais profundidade das mulheres, não para trabalhar gênero de maneira explícita, mas para escapar do assédio masculino e da possível raiva feminina, pois por duas vezes vi mulheres chateadas repreendendo seus maridos. Por isso neste trabalho, relacionado a esta questão, a escolha da aproximação com mulheres se dá, pontualmente, no sentido de Marilyn Strathern (2006), entendendo-o como “aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências, etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais” (STRATHERN, 2006, p. 20), ou seja, gênero no sentido de categoria e não de identidade de gênero (a menos que eu

seis residências são viúvos o/a morador. Mais de 50% das famílias vivem com renda entre 1 e 2 salários mínimos, e dependem de transporte público. Mais da metade das famílias não recebem ajuda financeira de bolsa. Das famílias que têm esta ajuda, o bolsa família é a principal fonte. Dos 699 moradores em idade para o trabalho (tirando crianças, aposentados e pensionistas), 348 pessoas trabalham em empregos formais ou informais. Destes, apenas 100 têm carteira assinada. Nas casas pesquisadas, em 175 casa há pelo menos um membro da família que estuda, em 170 casas os moradores pararam de estudar. Destes, 10% tem escolaridade entre 1ª e 4ª séries iniciais, 26% tem escolaridade de 5ª a 8ª série, e 21% tem o Ensino Médio completo. Os demais números se dividem entre ensino superior, maternal, analfabetos e sem idade para estudar. Os dados completos, com os gráficos, estão disponíveis no anexo deste trabalho.

mencione em meio ao texto), mesmo levando em conta, entendendo e citando internalizações oriundas do pensamento ocidental institucional e cristão do papel de “mulher” e “mãe” na sociedade, no que Strathern chama de “ordem social” (2006, p.35). Esta questão da internalização é muito significativa, porque para as minhas interlocutoras mais próximas o sexo fisiológico é um imperativo cultural na construção da identidade delas como mulheres e corpo. Há uma construção social da mulher e, ainda, revela-se uma questão sobre “ser mulher na cristandade”, fazendo com que elas oficializem determinados comportamentos que lhes foram “inculcados”, num termo de Bourdieu (2014, p. 163). Num segundo momento, já com algumas entradas na Baixada até o seu incêndio, eu percebi que havia muitas mulheres reconhecidas como chefes de família. Fiquei refletindo sobre esta hipótese por alguns meses. Senhoras separadas dos maridos, ou abandonadas por eles, e que precisavam sustentar a casa e os filhos. E também vi tantas outras situações de mulheres que tinham a principal fonte de renda da família, ou que trabalhavam lado a lado com o esposo na busca do pão de cada dia. Durante o incêndio, o caráter que determinava a ordem da entrega das casas eram famílias lideradas por mulheres e que fizessem tal comprovação; fato este que comprovou minha hipótese. A comunidade é sobretudo matrifocal, a autoridade é a “mãe”, ela é a figura de máximo respeito, veneração e sustentação financeira da maioria das famílias. A mãe, nas famílias, é como um ser divino, talvez muito influenciado pelo catolicismo, já que a maioria das igrejas de Macapá leva o nome de “santas”, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, e o nome da igreja do bairro onde a maioria dos meus interlocutores viveu por décadas, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, entre outras; e as principais festas religiosas são em honra a elas, como a maior festa do norte do país, o Círio de Nazaré.

Agrupando a importância dos dois momentos – violência simbólica e comunidade matrifocal – também foi útil entender gênero em noções incorporadas. Interesse-me pelas incorporações da ordem social e as suas representações de mãe, dona de casa, trabalhadora, pessoa; e as suas relações sociais cotidianas, por meio das práticas na comunidade em que vivem. Busco compreender como elas resistem à invisibilidade e a repressão da macroestrutura social e de poder de que são vítimas, como integrantes de uma população pobre e ainda enquanto mulher. Logo, neste trabalho, há a agência feminina das práticas relatadas e refletidas.

Desta forma, esta problematização com mulheres vai ao encontro de uma das autoras fundamentais para este trabalho: Veena Das (1995, 1999, 2000, 2010),

Antropóloga indiana. Ela aprofundou seus estudos na subjetividade da resistência feminina envolvendo eventos críticos e sofrimento social. Até porque a tragédia do incêndio deu-me a certeza de trabalhar nesta direção, mostrando, conhecendo e interpretando um sofrimento social de uma população socialmente excluída, amplamente formada por mulheres e crianças, com resistências femininas frente à hegemonia do sistema estatal e municipal, bem como no/do próprio imaginário e no cotidiano delas e das pessoas que vivem ao seu redor – indo ao encontro das reflexões de Das, que se inspira em Wittgenstein para pensar a subjetividade e imaginário. Assim, por meio da etnobiografia, este trabalho mergulha em experiências¹⁹ concretas do que Gonçalves; Marques; e Cardoso chamam de “personagens-pessoas” (2012, p.37), elucidando subjetividades concretas, vividas, choradas, sentidas na pele, no choro e no cabelo desgrenhado. Subjetividades que revelam lutas e resistências na ânsia de mostrar ao mundo sua existência e visibilidade.

O método etnobiográfico

Para dar conta deste universo de vivências utilizo o método etnobiográfico, com os aportes da entrevista em profundidade de história de vida, para entender as diferentes versões da realidade. O método da etnobiografia (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p.09), inspirado em uma experimentação de etnografia biográfica de Crapanzano (1980), é empregado no sentido do estudo de trajetórias aliado à observação do cotidiano; pois abarca as “relações entre razão cultural, construção de personagens etnográficos e sujeitos subjetivados” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p.09). Desta forma as minhas observações etnográficas são paralelas a esmiuçar as trajetórias que ampliam experiências individuais dos agentes e de suas visões de mundo, onde eu mergulho em questões culturais e sociais que oferecem, inclusive, um panorama histórico sobre o atual contexto social, político e econômico de Macapá. Na etnobiografia há uma potencialização da individuação, conforme os autores, o que dá vazão às subjetividades de seus agentes e ao mundo em que vivem, mostrando a sociedade

¹⁹Ao referir-me ao conceito de experiência penso na discussão de Joan Scott (1999) que vê as possibilidades políticas das experiências num processo de conhecimento identitário, no sentido de que sofrimentos e eventos críticos podem criar possibilidades políticas ou micropolíticas, como chamo neste trabalho, em que o sujeito se posiciona e em que se elucida o testemunho das mulheres como um documento sobre a história social do Amapá, em que a subjetividade se constrói num sujeito que reverbera identidades, desejos e formas de ação.

confessional (FOUCAULT, apud GONÇALVES, 2012, p.21) que o ocidente se tornou. As percepções que este conceito permite emergir se torna muito evidente a cada conversa que tenho com minhas interlocutoras que são o fio condutor desta história.

Maria, Maria de Jesus, Vitória e Fernandes²⁰ guiam o meu trabalho, por meio de suas subjetividades, de suas construções subjetivas e de suas narrações de experiências vividas e mergulhadas em uma reinvenção cultural e de noção de pessoa. Além disso, elas inserem outros interlocutores nas suas narrativas que impregnam estas páginas de existências, sofrimentos, lutas e conflitos. Por isso, os autores definem a Etnobiografia “como produto de um discurso autoral proferido por um sujeito num processo de reinvenção identitária mediada por uma relação” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p.23).

As construções sobre si, exacerbadas no encontro entre pesquisador e pesquisado, criam um personagem com fronteiras abrasadas entre ficção e vida real, de construção e reinvenção de uma vida dotada de subjetividade e fragmentações (CÂNDIDO, 1968). Aliás, é Cândido um dos sociólogos que mais se aprofundou na linguagem da crônica e cujas reflexões acerca do jornalismo e da literatura abrem margem para a entrada do jornalismo literário na relação da etnografia e biografia. Esta questão será retomada no tópico posterior. Para Cândido (cf. GONÇALVES, 2012, p.25), as relações entre real e fictício estão nas condições de verossimilhança, num discurso descontínuo, fragmentário, de uma comunicação imprevisível, trazendo o discurso e as subjetividades do agente que fala para as construções culturais e sociais e as percepções e representações deste sujeito com relação ao outro; alargando a subjetivação da experiência de ser e estar no mundo.

A etnobiografia que produzo direciona o olhar para o que Winkin chama de “vida real” e de verossimilhança, atrelada à observação e descrição das “estruturas invisíveis” da vida social (2004, p.30). Neste sentido, quero voltar minha atenção para um tipo de experiência vivida num contexto urbano, percebendo um viés de tempo vivido, acoplado à descrição densa (GEERTZ, 1989), compreendendo um sujeito que se reinventa a cada história vivida, lembrada e contada. Almejo perceber o outro dentro de um contexto real para ele, inserido num microcosmo social. A etnobiografia que persigo está atrelada a trajetórias e a biografias, pois os dois lugares não poderiam ser narrados sem contar a história de quem dá vida e contexto ao espaço lembrado (cf. MACIEL, 2013) da Baixada e ao espaço vivido do Conjunto habitacional. Compartilho da ideia de Bourdieu (2006),

²⁰ Nomes fictícios escolhidos por elas.

de que as pessoas, na autobiografia, contam apenas uma parte da história, selecionada pelo seu autor. Mas, também acredito na reflexão de Becker (1993), de que por mais que a história mostre apenas uma parte selecionada, esta parte ajuda a preencher um mosaico de informações para se compreender o quadro como um todo (p.104); além do que, as entrevistas de história de vida oferecem a visão de lados subjetivos de pessoas e processos institucionais, no sentido de ancorar a natureza das experiências ligadas a determinado processo, como o caso dos ex-moradores da baixada no período de transição para o conjunto. Nesta visão subjetiva do personagem, ofertada pela história de vida, partilho da opinião de Guita G. Debert (1986) e Sá (2010), sobre os sentidos e direcionamentos de uma fala e as suas possibilidades de formação micropolítica cotidiana, num sentido político como condição transformadora do mundo em que o agente vive, no que tange aos pontos de vista como uma possibilidade alternativa à versão oficial de um fato, ou para preencher um vazio histórico sobre determinado momento; resulta na análise da própria experiência, num sentido político da fala e reflexão de consciência histórica, mostrando o que há por trás dos fatos e revelando suas interpretações. Debert também sublinha o discurso ideológico, praticado, fragmentado e independente das subjetividades e lembra a importância de construir e reconstruir a memória de uma pessoa, um grupo ou um espaço, por meio da história de vida. Para esta memória construída e reconstruída, dando voz a quem normalmente não é visível na história, mostrando um lado não oficial da memória criada²¹.

No entanto, no conceito de etnobiografia os autores chamam a atenção para a problematização da performance do entrevistado na construção de sua biografia (GONÇALVES, 2012, p.25) – indo ao encontro da opinião de Bourdieu – e frisam a importância da alteridade neste processo, onde há um diálogo e uma relação de interação objetiva e subjetiva entre a pessoa-personagem e o seu entrevistador, envolvendo os posicionamentos de cada um de ser e estar no mundo. Deve-se destacar que esta discussão, envolvendo as questões apontadas por Bourdieu e Becker, já ocorre há muitos anos nas Ciências Sociais e certamente influenciaram Gonçalves, Marques e Cardoso na reflexão desta temática. Sobre tal assertiva, Deleuze (cf. Gonçalves, 2012) defende a vida como pluralidade do ser, e Dosse (2009) como virtualidade no sentido do que um indivíduo pode imaginar para si. Por isso os autores do conceito de etnobiografia dizem que há neste processo narrativas de criação com um caráter de construção

²¹ Pollak (1989, p.05) chama de memória subterrânea, que envolve a história de vida e a história oral como possibilidades narrativas, de verdade e verossimilhança frente à memória oficial.

(GONÇALVES, 2012, p.22), onde as vidas são reinterpretadas pelo próprio “contador”. Bourdieu, criticando a entrevista de história de vida como uma produção e edição de si mesmo, apresenta o conceito de trajetória (1986, p.189), em que o sujeito se coloca frente ao espaço social em que transita. A trajetória resulta, segundo o autor, numa série de posições ocupadas (localizadas e deslocadas) pelo agente no campo, num espaço sujeito a ser transformado, levando em conta as estruturas sociais no que estão em jogo os valores socialmente construídos. Posterior a esta reflexão trazida por Bourdieu, Howard Becker (1993) escreve o texto *A História de Vida e o Mosaico Científico*, inserido no livro *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, cuja argumentação é direcionada para o texto de Bourdieu, *A Ilusão Biográfica* (1986). Nele Becker defende que a história de vida ajuda a montar as peças de um mosaico da cidade. Não é uma única peça tida como verdadeira e real, e sim como uma das tantas peças necessárias para completar um mosaico, seria um viés e um direcionamento; é o real da testemunha, o real de quem viveu uma experiência determinada e que possui subjetividades. Logo, em razão de sua fala, esta testemunha proporciona uma forma de/para entender determinadas estruturas, culturas, resistências, normas sociais. Desta maneira, Becker alarga o olhar para a experiência e a interpretação do sujeito, que são essenciais na elaboração do mosaico total de uma cidade.

Influenciada pelos conceitos de etnobiografia (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012), trajetória (BOURDIEU, 1986) e entrevista de história de vida (DEBERT, 1986; BECKER, 1993), realizei 14 entrevistas de história de vida, três com mulheres que não encontrei mais depois do incêndio e uma entrevista de história de vida com dona Argia, que faleceu de AVC; uma com dona Zirna que ainda não recebeu a sua casa, e cinco com moradoras que já estão no Oscar Santos. Sendo as outras quatro entrevistas um segundo encontro aprofundado com minhas principais interlocutoras. Nestas entrevistas as perguntas foram direcionadas para a história de vida delas, onde nasceram, como era a família, a infância, a adolescência, a fase adulta, e como foi morar na Baixada Perpétuo Socorro. Num segundo momento da entrevista as perguntas foram voltadas para a vida na Baixada, o cotidiano, as pontes, as casas, os vizinhos, o *habitus* do lugar. Num terceiro momento eu pedi que me contassem como era a casa, em termos arquitetônicos, de construção, o que tinha dentro de casa, suas cores, o estilo da casa e como era viver neste lugar. Num quarto momento as perguntas foram voltadas para a mudança de moradia e como cada família está se adaptando ao conjunto Oscar Santos (ou ao outro lugar de moradia). Como é o novo lugar, o espaço, as ruas, as casas, o cotidiano,

os costumes, os cheiros e cores e as suas impressões e subjetividade sobre esta nova fase da vida.

Com as minhas interlocutoras mais próximas, Maria, Maria de Jesus, Fernandes e Vitória, eu realizei uma segunda longa entrevista voltada para a noção de pessoa e a dimensão da subjetividade e suas práticas de si (FOUCAULT, 2014). Também tive muitos outros encontros ou pequenas entrevistas com outras mulheres da comunidade. Desta forma, as mulheres etnobiografadas, em intensidades diferentes, foram muitas; no entanto, aprofundei meu trabalho com quatro delas, já citadas: Maria de Jesus, Fernandes, Maria e Vitória. Especificamente com elas, a primeira rodada de entrevistas foi realizada de abril a julho de 2014, e a segunda rodada, envolvendo questões mais subjetivas, foi realizada no mês de dezembro de 2014. Nesta segunda entrevista com as interlocutoras, estruturei entrevista semi-aberta em quatro blocos: na primeira parte as perguntas foram voltadas para a origem social, condição familiar, ocupacional, uma espécie de perfil que cada uma das moradoras fez de si. Num segundo momento as perguntas foram direcionadas para as concepções e valores, os pertencimentos sociais que definem estas moradoras no âmbito da família, vizinhos, escola, amizades, saúde, acessos e direitos, as suas concepções para o mundo do trabalho, sua relação com o Estado, a noção de pessoa, as instituições de confiança das entrevistadas, enfim, perguntas de caráter subjetivo. No terceiro bloco de perguntas as mesmas foram voltadas para um comparativo entre Baixada e Conjunto, num sentido de casa, moradia, lugar, vida cotidiana, comida e violência para embrenharmos na questão das subjetividades e do sofrimento social. Retomei algumas perguntas que já foram feitas na primeira rodada para verificar se as respostas continuavam as mesmas ou se já se reconstruíram. No quarto bloco, para finalizar as rodadas de entrevistas de história de vida, as questões estavam no âmbito aprofundado das subjetividades, no que se refere a expectativas de vida, sonhos, desejos, medos, sentimentos, humilhações, ódios e fantasias. Foi nesta parte da entrevista que muitas delas se emocionaram com uma “vida que não existe mais”, que lhes foi arrancada e “esquecida”, no sentido de POLLAK (1989).

Antes de finalizar a pesquisa de campo para realizar a finalização das disciplinas do doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC), realizei, no dia 26 de dezembro de 2014, uma roda de conversa com minhas principais interlocutoras. Foi uma tarde de sábado muito agradável, em que falamos de alegrias, saudades, dores, esperanças. Uma conversa repleta de sinceridade regada a risadas, emoções, salgadinhos e refrigerantes. Neste momento conversamos sobre um comparativo da vida na Baixada e no Conjunto,

enfocando, de modo coletivo, as perguntas relacionadas ao bloco dois e três das entrevistas de história de vida referentes à segunda rodada de perguntas.

Gostaria de ressaltar que convivi também com Argia, que faleceu em 2014 por conta de um AVC, a que todos atribuem uma “morte por tristeza”. Com ela realizei somente uma longa entrevista de história de vida. A mais longa de todas as entrevistas, com inclusive grandes ensinamentos sobre plantas medicinais da Amazônia; e tivemos várias conversas informais, até o dia de seu falecimento. Ao longo de 2015 e 2016 fiz incursões esporádicas e pontuais ao campo para aprofundar as compreensões e esquadriñar informações faltantes.

Esta pesquisa se utiliza dos aportes da observação, da memória subterrânea (POLLAK, 1989) com o auxílio dos relatos nas conversas informais, nas entrevistas de história de vida e na roda de conversa. Apesar da escolha de quatro mulheres etnobiografadas, na pesquisa de campo de um ano e nove meses que realizei interagi indiretamente com mais de 100 pessoas da comunidade, e tive um contato direto com um núcleo de sete famílias. Os registros estão em quase 300 páginas de diário de campo, áudios de conversas informais e o montante de entrevistas citadas.

As estratégias etnobiográficas abarcaram observar o campo e as interlocutoras, vivendo conversas informais e realizando entrevistas de história de vida, com a descrição e problematização do espaço físico em que elas transitam, as práticas cotidianas de vivências e relações sociais, as táticas e resistências num contexto subjetivo – envolvendo a noção de pessoa – de transição de moradia, de dor, sofrimento social, sentimentos de humilhação e indignidade por ocasião de um evento crítico. Logo, ratificando, o resultado desta estratégia metodológica é apresentar uma vida de transitoriedade de quatro mulheres que vivenciaram um evento crítico, contendo dor e sofrimento social; apresentando as trajetórias, biografias e narrando e descrevendo as vidas delas nas novas moradas; com o objetivo de imergir na nova configuração das práticas cotidianas, das táticas e resistências diárias envolvendo subjetividades e lutas na ressignificação dos pertencimentos.

Os autores que guiam o direcionamento teórico deste trabalho

Nos tópicos anteriores explicitarei os autores e as autoras que guiarão a problematização e as estratégias metodológicas deste trabalho. Para o direcionamento teórico, irei trabalhar, principalmente, com Veena Das, Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Veena Das (1995, 1999, 2007 e 2011) é fundamental para pensar as mulheres imersas em um evento crítico com intenso sofrimento social. A autora aprofunda seus estudos na violência simbólica das populações mais vulneráveis, como as mulheres e crianças, por exemplo. Para ela, os eventos críticos resultam em situações que provocam uma profunda violência física ou simbólica em grupos sociais, protagonizados por catástrofes e/ou a brutal interferência de instituições e estruturas da ordem social, como Estado, famílias, grupos religiosos, conglomerados econômicos, políticos interesseiros, entre outros. Após viver este momento de dor e sofrimento social – com sentimentos de humilhação e indignidade – de um evento crítico, os atores sociais se modificam, ocupam novos espaços, assumem novas formas e práticas sociais e culturais, novas expressões. E, junto a este período de transição entre o antes, o durante e o pós evento crítico, a autora presta atenção às falas, corpos e subjetividade destas pessoas e como elas fazem para passar por esta situação lutando com as instituições já fortificadas e sancionadas pelo sistema e garantindo seus direitos de cidadãs, sua existência no mundo e as suas memórias. Para tal, Veena Das também fala da agência da resistência feminina no cotidiano.

Michel Foucault (1992, 1995, 2010, 2013) é chave de leitura para entender espaço e a noção de pessoa (subjetividade) – que não tem caráter universal – e as suas relações com a natureza e as instituições sociais, que são centrais para entendermos os modos de operação e práticas cotidianas da própria sociedade, incluindo as formas de poder dos grupos dominantes. Há, nos textos de Foucault sobre esta temática, uma ênfase à transformação sociopolítica dos agentes, ou a ideia de micropolítica do cotidiano – que gera laços de pertença, que o professor Leonardo Sá (SÁ, 2009 e 2010) explicita tanto em artigo quanto na sua tese. Foucault defende a noção de pessoa como sujeito e a produção de suas subjetividades, em que desenvolve as formas de subjetivação, que envolvem subjetividade, corpo, estado e poder; englobando as micro-relações, questões práticas do cotidiano (de que trata De Certeau), e das resistências (que também tratam De Certeau e Veena Das). Foucault frisa as lutas de dominação política e econômica e a recusa em

perceber as formas de subjetivação num tempo em que há uma inquietude cada vez maior com relação ao espaço, que envolve os espaços de dentro (pertencimentos, paixões, sonhos, devaneios) e os espaços de fora (o tempo, o espaço, as estruturas de poder, as utopias e heterotopias) (FOUCAULT, 2013).

Pierre Bourdieu (1986, 1991, 1997, 2014) será utilizado pontualmente nas estratégias metodológicas com a noção de trajetória (1986), e também no que se refere às apropriações de espaço e distanciamentos sociais (1997), bem como a relação de poder físico e simbólico legítimo do Estado frente às populações (2014). Aliás, o que mais pretendo explorar em Bourdieu é justamente esta forma de dominação do Estado, na sua acepção de inculcar valores e manipular agentes. Bourdieu também traz a importante contribuição da noção de sofrimento social, que revelam verdades de posições sociais que agem nas pessoas e sobre as pessoas (1991).

Michel de Certeau (1990; 2014) e De Certeau; Giard; Mayol (1994; 2013) são chave para discutir as práticas cotidianas no entorno do espaço vivido. Práticas estas que envolvem táticas, resistências e trajetórias no espaço. Os autores proporcionam uma reflexão sobre as alternativas de embate de uma população que resiste ao sistema e cria uma prática cotidiana de operações racionais e subjetivas da vida diária. De Certeau dá uma importante contribuição a este trabalho em função de seu conceito de táticas (1990, p. 92), como atitudes desviacionistas, que não obedecem à lei do lugar e são alteradas ou manipuladas pela necessidade do outro. Táticas, ao contrário de estratégias, não são programadas, é ação no espaço controlado, não há tecnocracia. As táticas são fruto de quem se sente invisível, dominado pelas grandes estruturas de poder. O autor também trabalha a noção de trajetória para dar conta das práticas ordinárias e cotidianas das maneiras de fazer, de falar, e de viver. Trajetória, para De Certeau – muito próxima da ideia de Bourdieu –, é um movimento temporal no espaço, uma sucessão de pontos percorridos. A trajetória se desenha, se projeta, se articula e metamorfoseia com tempo e espaço (DE CERTEAU, 1990, p.98). Assim, via trajetória, De Certeau trabalha as maneiras do que é feito ou usado por um grupo de pessoas como, por exemplo, as práticas de consumo e de resistências no lugar praticado que é o espaço, onde as pessoas transformam e dão um sentido e uma experiência a um lugar de moradia, uma rua, uma escola, um bairro, etc. É o movimento destas pessoas-personagem, as suas travessias, que vão condicionar a produção do espaço e as suas operações.

Uma proposta de crônica sociológica

Para embrenhar nas questões e reflexões que os autores escolhidos para aporte metodológico e também teórico oferecem – conjuntamente com minhas idas ao campo – para a redação da tese partirei da referência metodológica da ideia de *Flâneur* (BARROS, 2006 e FREHSE, 2009, BARREIRA, 2012), referindo-me ao olhar apurado e ouvido atento do cronista, do eu do autor. Este é um personagem da literatura parisiense de meados do século XIX e foi inicialmente propagado no Brasil por João do Rio (FREITAG, 2010), cronista que admiro pela característica de apreender a alma das cidades e tecer uma espécie de cenografia das ruas. Logo, inspiro-me em João do Rio para flunar na cidade de Macapá, na Baixada Perpétuo Socorro, nos abrigos, no conjunto habitacional ou onde as vivências deste microuniverso me levarem. Assim como Benjamin (1993), penso que apenas a crônica, seus fatos e sua historiografia, é capaz de restituir a verdade social, por isso a importância de embrenhar numa microsociologia, que tão bem defendeu Goffman (2012), de que infinitas coisas e vivências acontecem ao mesmo tempo, em mundos absurdamente diferentes. Tudo é uma questão de enquadramento, direcionamento. Neste sentido, tenho como proposta um trabalho cuja escrita esteja muito próxima do gênero crônica, subgênero crônica sociológica (MARTINS, 1984), que tem como características um texto com grandes evidências narrativas e descritivas, com influências narrativas e informativas da reportagem de jornalismo literário, onde se visualiza a observação e a reflexão sobre os problemas e as relações sociais; aliado a propagação de narrativas das representações dos interlocutores, através de um texto de estilo mais informal, crítico e com pitadas de tom lírico reflexivo (LIMA, 2001a). Seu conteúdo (da crônica sociológica) é mais longo do que os outros tipos de crônica, justamente em função da reflexão. Como minha proposta é de usar este tipo de crônica em textos acadêmicos, como na tese e em artigos, na reflexão do fato também utilizo referencial teórico e metodológico, pois os fatos sociais são fatos discursivos.

Írlys Barreira – em um texto em que se refere aos guias de viagens – incita exatamente esta minha vontade neste trabalho: de utilizar narrativas em forma de *Short Stories* – que tem uma relação de linguagem híbrida com a crônica – com informações úteis adaptadas ao tempo e espaço da vida moderna (BARREIRA, 2012, p.26), sem deixar de ser reflexivo e analítico, dando conta de personagens e fisingando leitores. O gênero *short stories* é definido por CALVINO (1990, p.62) como “a experimentação de formas novas” – assim como a crônica –, num lugar de permanência das “jóias insuperáveis”,

onde se propaga a riqueza das formas breves, com tudo aquilo que elas pressupõem como estilo e como densidade de conteúdo.

Calvino, inclusive, tem um método muito peculiar e interessante e que se insere nesta modalidade proposta. Este autor detém sua atenção para experiências vividas, objetos, pessoas e propriedades que “criam continuamente prazeres imprevistos” (BECKER, 2011, p.328). O livro de Calvino não traz situações reais, mas sim verossímeis. Mas a sua análise, segundo Becker, deve ser observada com atenção. Calvino foca as narrações em uma característica principal de cada personagem ou objeto e as amplia, mostrando-as como traço dominante em suas categorias de análise, como, por exemplo, memória e desejo. Cada um de seus personagens ou objetos destaca algum elemento da vida organizada e cidadina. As descrições deles são imersas a testes empíricos e de ideias que são experimentadas, rejeitadas, retomadas, modificadas. Há sempre um fio condutor da narrativa que evidencia lugares de verossimilhança e sugerem “generalização corporificada” (BECKER, 2011, p.337), ampliando experiências humanas de práticas cotidianas na cidade de uma infinidade de pessoas que fazem coisas muito parecidas. Daí a relação entre verdade e verossimilhança. Calvino também é dialético e intercambia dualidades que, em algumas situações, podem estar subentendidas, como as qualidades das cidades. Por fim, Becker, por intermédio de Calvino, deixa uma importante lição que também é elucidada por Viveiros de Castro (2010) do perspectivismo, de que “as coisas que as pessoas chamam pelo mesmo nome não são necessariamente as mesmas” (BECKER, 2011, p.342). Por fim, Calvino exercia as possibilidades de análise de Geertz (1989) da descrição densa, porque multiplicava análises de verossimilhança nas inúmeras possibilidades que pode conter em uma história (BECKER, 2011, p.444).

Cronista do cotidiano brasileiro, Carlos Heitor Cony afirma que a crônica está embutida no conceito de tempo, imersa num período; pertence ao temporal – e por isso é, também, jornalística. Cony revela, com isso, que a crônica é como uma contrafação do jornalismo e da literatura²². Segundo o escritor, a crônica está “grudada” no tempo. Na passagem do século XIX para o XX, paralelamente ao registro factual e, também, informativo-jornalístico, a crônica incorporou a subjetividade do narrador. Logo, com a união desses elementos, ela adquiriu uma relação de experiência com o tempo vivido; não

²²Entrevista concedida por Carlos Heitor Cony à autora deste trabalho, em 2003, na Universidade de Passo Fundo, para a monografia intitulada “Crônica: o diálogo entre Literatura e Jornalismo”. As informações desta entrevista também foram divulgadas na monografia (2003) e na dissertação (2006).

com o rigor dos fatos acontecidos, mas com os fatos vivenciados pelo cronista, que relatou, ou escreveu o texto e o analisou. A crônica seria, de acordo com Margarida de Souza Neves (NEVES, 1982, p. 82), uma espécie de “espírito do tempo”, em razão das características de forma e conteúdo, fatos e informalidade. Esse “espírito do tempo” proporciona ao cronista o registro dos fatos e, ao mesmo tempo, a reconstrução da história por meio da imaginação e da construção da problematização sociológica –, o que vai possibilitar a existência do que Neves chama de “cumplicidade lúdica”: uma reprodução/resgate do tempo perdido que se estabelece entre autor e leitor e que dá margem a novas e diferentes interpretações (NEVES, 1982, p. 82). Neste sentido, é importante evidenciar que a crônica agrupa a proximidade da informação e da historiografia dos fatos ao extraordinário da vida, o que faz com que a crônica mantenha a forma épica que é incontroversa e inquestionável (BENJAMIN, 1993). O cronista registra observações e representações narrativas para escrever a história de quem as conta. Estamos falando das versões da história.

A definição de crônica varia de lugar para lugar (MELO, 1994, p.148). Mas neste trabalho penso a crônica com suas características brasileiras de topicalidade e brevidade (como as que pratiquei nos subitens dos capítulos), criticidade e simplicidade, de um estilo que nasceu no rodapé dos jornais. Contudo, é preciso reiterar que essa advertência da efemeridade da crônica nem sempre se releva, pois por vezes o gênero adquire a imortalidade quando aborda temas que ficaram para a posteridade, ou quando fixam “instantâneos de eternidade” (cf. LIMA, 1960), ou seja, privilegiam em seus textos aspectos universais. Devem ser levados em conta, neste cenário de temáticas universais, os artifícios de análise e contextualização (Simmel e João do Rio são atuais até hoje) e publicação. Sobre esta temporalidade da crônica como elemento híbrido entre jornalismo, literatura e sociologia, Alceu Amoroso Lima, escreve que a crônica “vive no tempo e capta a mensagem do tempo, do seu tempo, da hora que passa, do dia a dia” (LIMA, A., 1960, p. 51). A crônica trata de assuntos cotidianos, tem liberdades linguísticas e estruturais e explora o uso de diálogos.

Logo, a lente de aumento de meus relatos está ampliada para situações invisíveis pela grande mídia e inclusive por muitos estudos da área de Ciências Humanas no que se refere ao Amapá. Meu olhar vai para as subjetividades de mulheres que migraram da baixada ao conjunto habitacional em razão de um evento crítico. E esta lente de aumento é aportada pelas reflexões cidadinas e literárias de Paulo Barreto – pseudônimo de João do Rio, Humberto de Campos, Machado de Assis e dos contemporâneos Gabriel García

Márquez, Jorge Luis Borges, Eduardo Galeano, Rubem Braga, Luis Fernando Verissimo e Eliane Brum. Inspiro-me em cronistas porque penso que eles são os *voyeurs*, os *flâneurs*, os caminhantes da cidade. São eles que trazem histórias de interesse humano, fruto da observação dos cinco sentidos. Os cronistas olham, ouvem e escrevem (OLIVEIRA, 2006) a partir de uma escolha, de um enquadramento, dirigindo o texto para uma compreensão do fato observado. Assim como escreveu De Certeau, é necessário captar a “fala dos passos perdidos” (DE CERTEAU, p. 176), percebendo que e como os passos moldam espaços, tecem lugares, nutrem o ir e vir. E é somente por intermédio da observação *in loco* desta fala – outrora dança – dos passos perdidos, que o cronista percebe os caminhantes ordinários da cidade, as pessoas comuns, com suas práticas socioculturais cotidianas, pessoas repletas de singularidades inseridas num contexto de pluralidade onde confrontam as relações de poder com suas pequenas resistências (FOUCAULT, 1995) diárias e algumas tramas eventuais.

Assim como Goffman (2012) escreve a respeito da “microsociologia”, muito posteriormente Vera Telles (2007) sobre as “microcenas”, Agier sobre a “cidade bis” – que vê a cidade produzida pelo antropólogo a partir do ponto de vista das práticas, relações e representações dos cidadãos, Antonio Cândido (1992) que fala da brevidade e fragmentação, e ao mesmo tempo, da densidade e reflexão da crônica; De Certeau (1994), que é possível que tenha servido de inspiração para muitos dos autores citados, exceto Goffman, afirma que é preciso retornar e analisar as práticas microbianas, inseridas nas suas singularidades, abandonando o panóptico e as redes de vigilância. E isto só é possível através do olhar não do alto, mas ao rés-do-chão do cronista (DE CERTEAU, 1994 e CANDIDO, 1992).

Caminhando se moldam trajetos e se computam histórias de apropriações e existências nos mais variados lugares. “Cronicar” (CARVALHO apud ASSIS; SCHEIBE, 2011) deve envolver singularidade na pluralidade. Não deve ser funcionalista cheio de normas e padronizações. “Cronicar” é hibridizar, é sentir as situações na cidade, é desvendar seu próprio caminho de observação das muitas possibilidades de mundo. “Cronicar” deve ser como o poema de José Régio – que não deixa de ser uma crônica –, onde o autor afirma em Cântico Negro: “Vem por aqui” — dizem-me alguns com os olhos doces/Estendendo-me os braços, e seguros/ De que seria bom que eu os ouvisse/ Quando me dizem: “vem por aqui!” / Eu olho-os com olhos lassos,/ (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços) / E cruzo os braços,/ E nunca vou por ali... (RÉGIO, 1978, p. 59).

Assim, o texto desta tese mergulhará nesta proposta, de textos tópicos breves (nos subitens dos capítulos) como incita Calvino, e que extravasem a experimentação, a alma da cidade e de suas cidadinas etnobiografadas como tão bem o fez João do Rio em seus textos. Sociologicamente, inspiro-me nos textos de Michel De Certeau, que magistralmente revelam as práticas cotidianas por meio de um texto que nada mais é do que uma belíssima crônica sociológica.

Esta tese, com seus subcapítulos, busca explicitar e analisar as situações que ampliam as práticas cotidianas envolvendo táticas e resistências de mulheres que vivem um sofrimento social. A escrita deste texto também é inspirada nos textos fragmentários de Simmel – que revela a condição humana, cujo olhar também é de flâneur – daquele que não é do espaço, mas está no espaço, flana (BAUMAN, 1999, p.196), e que por muitos anos foi tão contestado exatamente pelo que depois o transformou em mito: o seu estilo sociológico breve e fragmentário que revela a socialidade e as relações humanas assim como elas são.

Para tanto, proponho no texto da minha tese de doutoramento o uso da crônica sociológica porque acredito que é a narrativa que nos leva à reflexão densa e à fruição do texto. A crônica sociológica é o gênero que pulula para a observação e análise dos fatos por meio de textos breves, espirituosos, críticos e – por que não – profundos em sua essência, grudados no “espírito do tempo”.

PARTE 1 - RELATOS ETNOGRÁFICOS NO CAMPO FLUTUANTE

CAPÍTULO 1 - Por onde flanou a cronista para encontrar suas pessoas-personagens: Uma descrição do espaço social praticado da Baixada Perpétuo Socorro

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior.”
(Michel De Certeau)

Este capítulo faz uma descrição do lugar de moradia e pertencimentos sociais de aproximadamente 2 mil pessoas até o dia do incêndio da Baixada Perpétuo Socorro. Estive em campo, na Baixada, por nove meses, e, portanto, faço a descrição, com elementos narrativos, no tempo presente e muitas vezes em primeira pessoa. Tanto o Bairro Perpétuo Socorro – que abarca três baixadas – quanto especificamente a Baixada Perpétuo Socorro, ratificou-se em um lugar praticado com práticas sociais, de consumo, táticas e resistências frente ao “sistema” de dominação. No entanto, é objetivo principal deste capítulo narrar o espaço vivido pelas minhas pessoas-personagens para que depois esta contextualização seja levada em conta para ajudar a entender o sofrimento social e as subjetividades das mulheres que travam lutas, táticas e resistências para conseguir atravessar um evento crítico em suas vidas.

A Baixada é como um espaço de significação de trajetos, lugares praticados, de expressões e linguagens e de relações de sentido que se estabelecem entre si e que se revelam como a apropriação de um espaço que, ao longo dos anos, gerou pertencimento social em função de elementos significantes como o centro da cidade, o acesso a postos de saúde, escolas, trabalhos, supermercados, comércios, padarias.

1. Pescador de almas²³: O Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

O Bairro Perpétuo Socorro²⁴ é muito “querido” em Macapá devido a sua multiplicidade étnica e social, além de sua importância cultural dentro do cenário da capital do Amapá. É um dos mais tradicionais bairros da cidade e leva nome de “santa”, revelando a importância da religiosidade para o povo amapaense. O bairro margeia o rio Amazonas pelo leste e faz divisa com o Bairro Cidade Nova (bairro este que até poucos anos pertencia ao Perpétuo Socorro) ao norte, Bairro do Laguinho a oeste e centro da cidade ao sul. Localiza-se num local famoso chamado “Igarapé das Mulheres”, onde no início da urbanização da cidade as mulheres lavavam suas roupas no rio enquanto olhavam seus maridos irem e virem com os barquinhos que sustentavam a família partindo ou atracando no pequeno porto localizado no bairro. Exceto pelas lavadeiras, o modo de vida continua muito parecido: o porto²⁵ está sempre movimentado, há ali a chegada de alguns alimentos e materiais que nutrem a população amapaense e a saída dos pequenos barcos de pescadores para as “lonjuras” do Amazonas. No local também acontece, ainda vinculado ao porto, uma grande feira do pescado, com um lugar construído pelo governo para que os pequenos produtores e pescadores, cadastrados, vendam seu produto próximo dali, na Feira do Pescado. Na Associação dos Pescadores do Bairro, que fica em frente ao Amazonas, também há comércio de peixes frescos. O Perpétuo Socorro tem feiras de verduras e legumes, diariamente, em vários lugares. O bairro mantém religiosamente as famosas feiras de peixe, pequenos comércios com vendas de roupas populares, açougues com a carne exposta a céu aberto, salões de beleza e muitas casas pequeninas umas coladas às outras. Este bairro me lembra muito a região do Porto da Palha no Bairro Condor em Belém, ou o Titãzinho em Fortaleza. Universos de histórias e experiências de vida. No Bairro Perpétuo Socorro há uma visão privilegiada do Amazonas, numa orla despovoada do consumismo dos bares e restaurantes que se enfileiram no lado da orla famosa, no Bairro Santa Inês.

²³ Expressão utilizada por Gabriel García Márquez no livro *Viver para Contar* (2003, p.311), ao referir-se ao “melhor professor de jornalismo possível e inimaginável” (p.310), Clemente Manuel Zabala, de Bogotá. O livro é um relato que traz na escrita as características textuais da crônica.

²⁴ O mapa do bairro está na introdução.

²⁵ O porto do Perpétuo Socorro é destinado principalmente a pescadores. O maior porto de Macapá está no outro lado da Beira Rio, no Bairro Santa Inês. Neste lugar acontece o transporte de passageiros para o interior do Amapá e as ilhas do Pará. No bairro ao lado do Perpétuo Socorro, no Cidade Nova I, há o Canal do Jandiá, um canal pequeno onde também há a entrada e saída de pequenos barcos carregados de madeira. No Estado do Amapá ainda há o Porto de Santana, considerado o maior de todos, destinado às exportações de toneladas de grãos (especialmente a soja), madeira e alimentos não perecíveis.

O Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi denominado oficialmente como bairro da cidade de Macapá por meio da lei n. 207/84. Não há informações sobre sua extensão, os mapas da cidade mostram apenas a sua delimitação. A maioria dos mapas está desatualizada, mostrando a extensão inicial do bairro, que iniciava na Rua Cândido Mendes com a reta de seguimento da Av. Procópio Rola, seguindo no sentido leste à Rua Francisco Serrano, prolongando-a no sentido norte até a reta do seguimento da Av. Acre, e, em sentido Oeste até a reta da Rua Cândido Mendes. Em sentido sul encontra o ponto inicial. Em resumo, o Bairro Perpétuo Socorro abarcava também o Bairro Cidade Nova, o que duplicava o seu tamanho. No entanto, pelo novo mapa, divulgado pela Prefeitura de Macapá em agosto de 2013, o Bairro Perpétuo Socorro inicia na pequena Rua do Tefé, pouco depois da Praça Zagury, e vai da Rua Cândido Mendes até a Av. Pedro Américo, e desta até a Rua Beira Rio, de frente pro Amazonas. Por fim da Beira Rio leste até a Rua Tefé, em direção à “orla famosa”.

Há inúmeras possibilidades de entradas no bairro via Rua São José e Cândido Mendes (duas ruas paralelas); da lateral da Rua Tefé, pela Av. Pedro Américo e, de barco, pelo rio.

2. O rio tudo vê, o rio tudo sabe: flanando sobre a água

Seis mil quilômetros de extensão separam Pará e Amapá. Seis mil quilômetros de solidão, de reflexão. Ouvi um sábio dizer que uma oração completa se dá em duas partes. A primeira: orar. A segunda: meditar, ouvir o que Deus tem a dizer. Aqui, no meio do nada, ouve-se Deus o tempo inteiro.

Anda-se muito pelos rios do Amazonas de barco pequenino, apenas com pescadores preparados para carregar peixe: de catraia, canoa com um pequeno motor para vencer alguns quilômetros por hora; navio, que não é o caso dos pescadores, e sim das grandes corporações que transportam mercadorias; e o batelão, normalmente meio utilizado pelos pescadores locais. Batelão (SOUZA, 2012) é uma embarcação de madeira que não transporta passageiros, apenas carga. Mas é de médio porte. É muito utilizado pelos pescadores amazônicos que saem para conversar com Deus e com seu sustento levando junto mulher e filhos. Volta-se com o batelão cheio de peixes e paz interior.

Voltar para casa, adentrar o Bairro Perpétuo Socorro, saindo do Amazonas, é como uma graça. O barco vem a favor da maré, mais rápido, afoito, trazendo a esperança das almas que habitam o batelão. O cheiro de peixe é tão familiar que não é



Imagem do Google Earth do Bairro Perpétuo Socorro, com o contorno do espaço da Baixada Perpétuo Socorro. Imagem: Lilian Guimarães/Assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Macapá, outubro de 2013.



Igarapé das mulheres no Bairro Perpétuo Socorro. Foto: Tribuna Amapaense.

mais sentido. A correnteza da água é próxima. Há uma pequena ilha há muitos quilômetros antes de casa. Depois desta, viajam-se algumas horas vendo apenas céu e rio. No meio do Amazonas o homem não é nada. É um pescador de utopias, ilusões, esperanças. Enquanto espera pela chegada, alguns se deitam na rede e conversam com Deus, enquanto outros conduzem o barco. Ao avistar Macapá, lá do meio da “lonjura”, toda a orla cabe na mão, do Araxá ao Canal do Jandiá. Logo toma forma a Fortaleza São José, com a imponência de seu forte, suas guaritas e, na medida em que o barco se aproxima, o *flâneur* sobre as águas percebe a arquitetura da Fortaleza. Mas não é para lá que ele vai. Ruma seu batelão para a orla do Perpétuo Socorro, para o Igarapé das Mulheres. Vê uma orla protegida do consumo exacerbado, da febre das churrascarias, longe da música ao vivo dos bares. Ali vê um pequeno porto, com pequenos batelões, catraias, barquinhos. Vê barraquinhas de madeira que vendem alimentos variados. Levanta seu olhar e vê casas simples de um lugar que não foi tomado pela industrialização. As águas batem no casco. No peito a saudade de quem não levou a família no batelão. No Igarapé há mulheres que os esperam com as angústias do cotidiano e o amor no coração.

Os barcos ficam ancorados no porto. Em frente a eles um posto de gasolina para abastecê-los. Ao lado, inúmeras barraquinhas de madeira, a maioria de cor azul, muito pequenas, com um telhadinho para proteger o vendedor do sol escaldante. Ali se vende cheiro verde, tomate, cebola, pimenta de cheiro, açaí, tucupi, banana, banana da terra (ela, quando assada, solta um caldo doce que no forno fica caramelizada), castanha, pupunha²⁶ (no inverno amapaense eu visito o Igarapé para escolher algumas pupunhas e cozinhar em casa. Comemos no café da manhã ou no café da tarde, com café puro. Para mim, o gosto lembra o pinhão que cai das árvores na serra do Rio Grande do Sul. Mas muitas pessoas não concordam com esta minha associação). Os produtos são orgânicos, naturais. Este entorno do porto tem muita movimentação desde 5h, 6h da manhã. É uma grande feira popular, com muitas pessoas caminhando e andando de bicicleta, cachorros e gatos no drama diário pela comida. O Igarapé das mulheres tem a diversidade cultural de expressões nortistas e nordestinas. Sotaques, termos regionais. Muitas vezes um termo regional do Amazonas não é o mesmo do Amapá. Fico em polvorosa toda vez que visito

²⁶“Fruto da pupunheira, palmeira alta com o tronco armado de espinhos dispostos em anéis regularmente espaçados, de frutos vermelhos ou amarelos, ovais ou arredondados, com mesocarpo carnoso, amiláceo, comestível após cozimento das amêndoas, que também fornecem um óleo comestível. Os indígenas utilizam sua madeira para confecção de arcos, pontas de flechas, etc.” (SOUZA, 2012, p.314).

o lugar. Gente falando de todo canto: “Banana! Banana da terra!”, “Olha o tucupi!!!!”, “Égua²⁷ da pupunha gostosa”, “mana²⁸, olha o cheiro verde”. O movimento cai um pouco à tarde e à noite há alguns poucos bares, que incitam a prostituição.

No outro lado do Igarapé das Mulheres há o novíssimo Mercado do Pescado, construído em 2013 e inaugurado pelo então prefeito Roberto Góes. Ali, foi direcionada a Feira do Peixe, que antes acontecia no meio de um canal na Rua Ana Nery com a “Rua do Canal”. Neste Mercado do Pescado, há uma construção de certa forma “imponente” para receber os consumidores.

Saindo do Igarapé das Mulheres pode-se transitar pela orla do Perpétuo Socorro, chamada Complexo do Jandiá. Ali há uma larga calçada, com espaço amplo para caminhar, uma quadra de esportes e algumas árvores. É de dar dó, no entanto, que esteja esquecida pelo governo, com rachaduras e buracos – na verdade crateras, também em função da força das águas – nas calçadas. Fato é que esta parte da orla abraça o rio, sem sulcos no olhar do visitante, que se perde – na vista e no pensamento – no horizonte do sol e do rio. O rio... Ah, o rio... Um lugar de afetos, de amores e dores. Lugar de banhos, de brincadeiras, de “futilama”²⁹, de afogamentos. De início e de fim de relacionamentos. De consumos de drogas, de assassinatos, de encontros de família. Tudo no mesmo espaço em vidas que a maioria das pessoas não vê.

Nesta parte da orla muitos moradores do bairro tomam banho de rio, especialmente jovens e crianças, mas raramente frequentado pela população de fora do bairro, que o considera “perigoso” e “violento”. Este trecho da orla, bem como o bairro do Perpétuo Socorro é, estigmatizado pela população da cidade, em representações de violência urbana ratificados em narrativas dos agentes sociais que sentem-se afetados por estas representações e os propagam a outros agentes que passam a repercutir estas narrativas (cf. PAIVA, 2014). São dramas pessoais de determinadas pessoas que ganham novas versões de outros significados, já evoluídos para lendas urbanas. São relatos cotidianos, vividos, experienciados, criados e – sobretudo – recriados pelo imaginário social do amapaense. Estas narrativas de “perigo”, que tem significados simbólicos, exibem

²⁷ Termo amplamente utilizado no Amapá e no Pará como interjeição! Exatamente igual ao “Báh” do gaúcho. É empregado para referir-se a uma alegria, surpresa, tristeza, raiva. Inadmissivelmente não está no Dicionário Amazônico de Souza (2012), que de forma perceptível utiliza mais as expressões ditas nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

²⁸ Expressão muito usada no Amapá. “Mana” acompanha uma frase dita por um homem ou por uma mulher para uma mulher. O termo “mano” é muitíssimo menos usado.

²⁹ Quando a maré do rio recua, dependendo da lua e do tempo, os moradores reúnem-se para jogar bola na lama do rio Amazonas, até a maré voltar. Um espetáculo que se desenha no horizonte do entardecer e que foi registrado por grandes nomes da fotografia local e internacional.

percepções da realidade cotidiana que podem ser enquadradas no conceito de violência difusa, proposto por Barreira (2008) e também por Das (1999), no sentido de situações que podem afetar a qualquer pessoa ou não.

Pois desta parte “perigosa” da orla, após o banho de rio, ao adentrar o bairro, encontram-se muitos outros lugares que vendem o peixe fresquinho. Os mais vendidos são os do tipo filhote³⁰, tucunaré³¹, tambaqui³² e pirarucu³³, são bem limpos e, ali, tem os preços mais especiais da cidade. Na feira da Ana Nery – de onde a maioria dos vendedores de peixes saiu para ir ao Mercado do Pescado –, há alguns comerciantes que continuam vendendo peixes, farinha e frutas, como seu Antonio, amigo de dona Zirna. Aliás, dona Zirna continua com seu quiosque na feira da Ana Nery que cada vez mais tem menos público, em função do deslocamento das pessoas que viviam na Baixada.

Além do pequeno porto comercial da cidade e das feiras de peixe, por todo o entorno há venda de verduras e legumes; bateadeiras de açaí³⁴ e churrasquinhos de rua³⁵. Também há um farto comércio popular, com lojas de confecções que expõem as roupas nas calçadas dos estabelecimentos; lojas de materiais de construção e madeireiras que abastecem boa parte da cidade; igrejas de várias religiões; Unidade Básica de Saúde (UBS) e escolas estaduais e municipais.

Muitas casas do bairro são de madeira, de dois pisos, ou, como são chamadas aqui de “casa de altos e baixos”. Algumas seguem o estilo das palafitas, de ser um grande

³⁰ Peixe encontrado nas águas do Amapá e do Pará. Tem quase um metro de comprimento. É o preferido dos amapaenses. Tem um sabor peculiar e praticamente não tem espinhas. Não há definições sobre este peixe no Dicionário Amazônico encontrado.

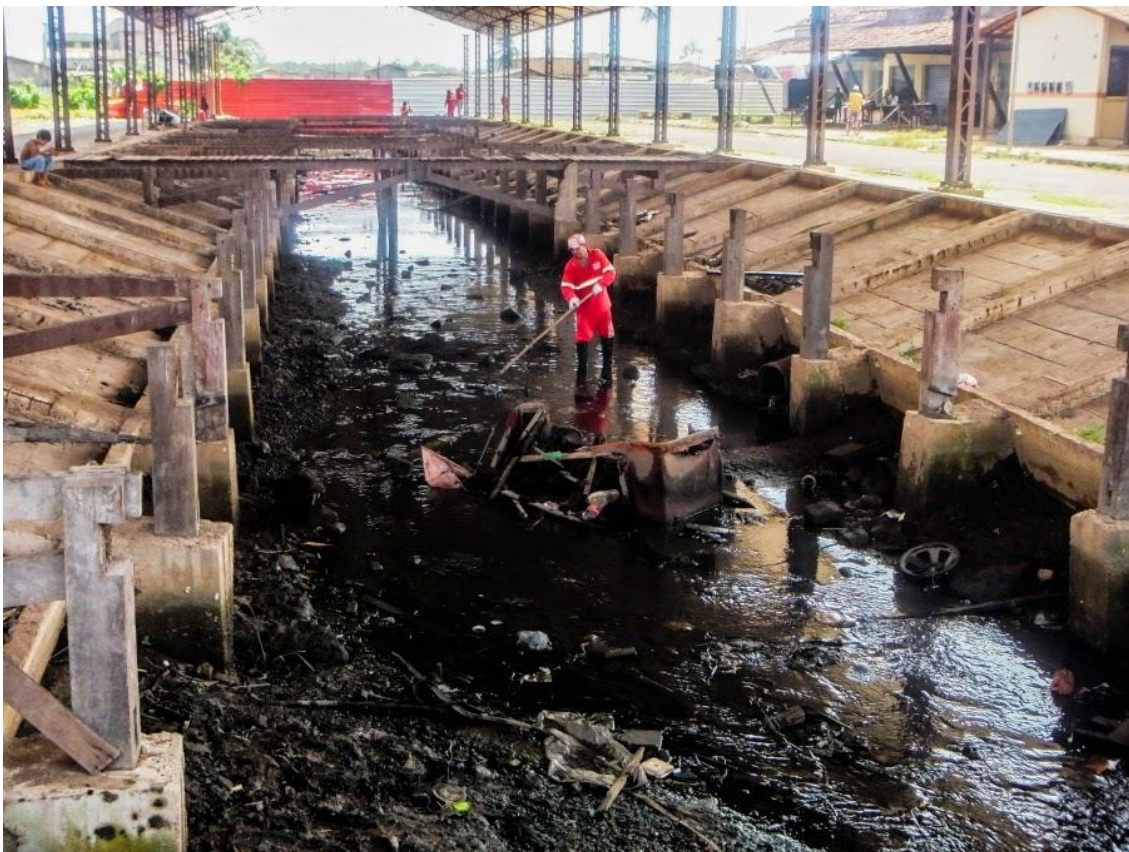
³¹ “É o mais formoso peixe da Amazônia e atinge mais de meio metro de comprimento. Apresenta um colorido exuberante, preferido tanto quanto o tambaqui pelos iciófaos. Assim qual o pirarucu, o tucunaré faz o ninho em terreno argiloso-silicoso, numa profundidade que abriga a postura contra peixes e insetos predadores” (SOUZA, 2012, P.332).

³² “Designação comum aos peixes teleósteos, caraciformes, da família dos caracídeos, do gênero colossoma. Frugívoro, nutre-se com mais de 400 espécies de frutos silvestres das árvores ribeirinhas, especialmente dos igapós. O tambaqui, a atingir os três anos, chega a ter cinco kg, e mede de 50 a 55 cm de largura, na região ventral” (SOUZA, 2012, p.326).

³³ “Da família dos Osteoglossídeos, da ordem dos Clúpeos. É cognominado o “Bacalhau do Amazonas”. Mede de 2,5 metros e pesa até 80 kg. É o maior peixe de escamas do Brasil. Defende seus alevinos recolhendo-os na boca” (SOUZA, 2012, P.131).

³⁴ Nome do local onde é batido e vendido o açaí, fruto consumido pela maioria dos amapaenses nas principais refeições. Os amapaenses tomam o caldo grosso com peixe, ou carne, ou frango. Geralmente com farinha.

³⁵ Lugares que constroem a churrasqueira na frente do estabelecimento. Assam a carne para vender acompanhada de arroz, baião de dois, vinagrete e farofa. Também há os churrasquinhos mais simples, com uma churrasqueira portátil que fica na rua. Após vender os churrasquinhos, o trabalhador informal leva a churrasqueira para casa. As pessoas levam a comida para casa, ou em alguns lugares há algumas mesas e cadeiras espalhadas pela calçada.



Parte da feira da Ana Nery, cortada por um canal. Foto: Rodiney Santos/Asscom Semur em Blog De Rocha.



Parte da feira da Ana Nery, hoje praticamente abandonada. Foto: Abinoan Santiago/G1 Amapá.

quadrado em cima e embaixo, com as divisórias feitas com os móveis da família. Também há muitas casas semi-construídas, com apenas os tijolos erguidos ou com cimento sobre os tijolos e já são habitadas. Há um costume entre parte dos moradores de sentar-se em frente à casa e tomar uma cervejinha no meio da tarde.

Em minhas andanças percebi definitivamente que a parte final do Bairro Perpétuo Socorro, que termina na Av. Pedro Américo, tem uma ligação umbilical com o Bairro Cidade Nova. É como se o “fervo” de movimentação comercial, das feiras de peixe e verduras, de madeiras, enfim, a “alma” do bairro, esteja cravado neste espaço, entre as ruas Pedro Américo, Cândido Mendes, José Tupinambá – antiga Nações Unidas –, paralela à Ana Nery. Este é parte do entorno da Baixada Perpétuo Socorro, ou Baixada Marcílio Dias, ou Baixada do Japonês (havia três nomes para esta área de ressaca habitada, e todos a conheciam).

3. Uma cidade invisível³⁶: A Baixada Perpétuo Socorro

Encontro-me em frente a uma das oito entradas da Baixada do Perpétuo Socorro³⁷, uma área de ressaca, alagada na maior parte do ano, que se localiza na parte leste da cidade de Macapá, entre as Ruas Ana Nery, Cândido Mendes, Marcílio Dias, Av. José do Espírito Santo (rua que todos conhecem pelo antigo nome: Pedro Américo) e Quintino Justo de Almeida; distante algumas ruas do Rio Amazonas. Nesta baixada há uma população que gira em torno de 2 mil habitantes.

Antes de entrar conheço um senhor moreno, pele queimada pelo sol, baixinho e de roupas grandes que se chama Abraão. Ele tem cinquenta anos, há três reside na baixada e é uma das poucas pessoas com pouco tempo de residência no local. Ele é colega de trabalho de meu esposo na Companhia de Energia do Amapá, a CEA. Ao ser apresentada a seu Abraão, explico a ele sobre minha pesquisa e ele se oferece para me mostrar o local, já que é perigoso alguém “de fora da comunidade” entrar sem acompanhante.

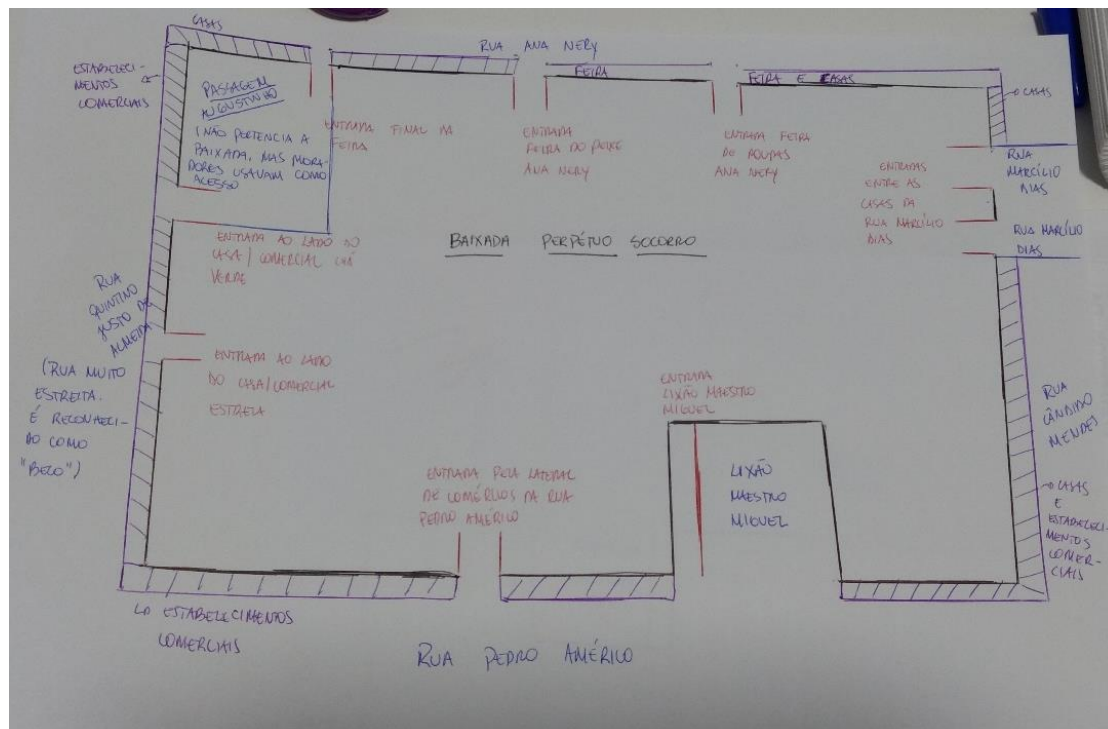
³⁶ Termo empregado por Ítalo Calvino no livro de mesmo nome. O escritor nascido em Cuba, mas que viveu praticamente toda a sua vida na Itália, escreveu “Cidades Invisíveis” em 1972. No livro, o viajante Marco Polo conta histórias de cidades imaginárias, sempre com nomes de mulheres, ao imperador Kublai Khan. Na obra, o autor extrapola a geografia das cidades para falar da existência humana (CALVINO, 1990).

³⁷ Como já afirmei na abertura deste capítulo, na descrição e nas narrativas da baixada Perpétuo Socorro oscilo o texto entre presente e passado. Refiro-me ao presente quando cito minhas incursões no lugar e a reflexões que ocorreram em reflexo à presença no campo. Utilizo o passado quando produzo inferências reflexivas de um lugar que, no ato da escrita de reflexão sociológica, não existia mais. O texto, em muitos momentos, está na primeira pessoa do singular.

Estamos na Rua Marcílio Dias. Há casas nos dois lados da rua, e no meio da Marcílio Dias também. A impressão que dá é que a rua termina neste trecho, com seis casas, uma ao lado da outra fechando o trajeto da rua. Vejo que há três pequeninas casas de material de construção, com algumas partes pintadas. Entre elas, há outra, de materiais de construção e um portão eletrônico. Ali há um espaço, como se fosse um corredor, de onde vem correndo um menino carregando seu “papagaio”.

Este vão, ou corredor, é uma das entradas da Baixada Perpétuo Socorro, que é, na verdade, um “uso da rua” (FREHSE, 2009, p.151) Marcílio Dias, no sentido de ser as atividades e mutações que um agente realiza no espaço vivido e sociabilizado. São interações do praticante com o lugar praticado (DE CERTEAU, 2014). São, inclusive, relações de afeto, de criação e recriação que agrupam identidades e simbolismos. Os moradores fecharam o entorno do quarteirão da Pedro Américo até a Rua Ana Nery e entre a Cândido Mendes e o beco do Comercial Estrela, um pequeno comércio localizado na Rua Quintino Justo de Almeida. Entre a Pedro Américo e a Ana Nery há a Rua Marcílio Dias, que neste quarteirão da Baixada foi fechada pelos moradores. Boa parte das casas fica exatamente onde era a rua. Mas para o caminhante, ou *Flanêur* desligado, apenas parece o final da rua com uma casa na frente. É uma mediação simbólica de diversidade cultural e social, a relação interativa do agente do lugar com o espaço praticado, promovendo sociabilidades e tessituras micropolíticas. Nas palavras de Lefebvre, resultam em “centros de vida social e política” (cf. LEFEBVRE, 2001, P.12 e 2013). A entrada da Baixada é quase imperceptível. Desta forma, os moradores passaram a “usar” a rua com suas moradias. Foi um uso da rua público que migrou para um uso da rua privado. Os visitantes que quisessem, tinham acesso para dentro da Baixada acompanhados de um morador, mas ninguém de fora entrava sem acompanhante.

Se ao *flâneur* cabe desvendar a fisiologia das ruas, como tão bem descreveu João do Rio (2008), ao ver um vão de no máximo um metro de largura e uma estradinha de chão batido ou de ponte, em Macapá, o cronista deve desconfiar. E não só isso: Deve adentrar e inspirar o seu ar para entender o seu jeito de ser. Foi o que fiz, pela primeira vez, em um sábado pela manhã, e depois mais algumas “flanadas” até ela ser levada pelo fogo. Entrei no mundo de palafitas via Rua Marcílio Dias. Havia uma grande ponte muito danificada e precisei prestar atenção para que eu não enfiasse um pé entre as madeiras e



Desenho da baixada Perpétuo Socorro. Por: Roberta Scheibe



Uma das entradas da Baixada Perpétuo Socorro, na Rua Marcílio Dias. À esquerda, atrás do menino, a casa de portão eletrônico que aponta a entrada da baixada. Foto: Roberta Scheibe³⁸.

³⁸ Nenhuma fotografia identifica interlocutores ou integrantes da comunidade por uma opção da pesquisadora para preservar os agentes do campo.

me machucasse. Ela foi construída pelos moradores há muitos anos. De todo modo, esta ponte em que piso não tem mais de 50 anos³⁹, quando muito 15. Há duas madeiras muito grossas, como “perna-mancas” (termo muito usado no Amapá, são espécies de vigas), que servem de âncoras. Elas são compridas e seguem na horizontal. Ligando uma viga a outra há pequenas madeiras, uma muito próxima à outra, em sentido contrário. O problema é que elas já foram uniformes, mas não são mais. Então há remendos nas madeiras-âncoras e principalmente nas madeiras pequenas. Muitas estão quebradas e permanecem ali. Há outras que estão em pé, com pedaços pontudos e perigosos na vertical, provavelmente agindo agressivamente sobre um infeliz que enterre o pé na lama e crave a ponta da madeira na canela.

Abaixo e ao lado da ponte há lama e ervas daninhas, sacolas de plástico brancas e amarelas de supermercado, pedaços de paus e pedras, roupas abandonadas, vidros, um pneu de bicicleta, embalagens de iogurte, potes plásticos, bandeiras de candidatos e uma cadeira de plástico branca quebrada. Há um odor de esgoto. Esta entrada não atravessa a baixada. Ela tem uns dois metros e há uma casa de madeira com grades. A primeira casa de palafitas que vejo é pequenina, 2X2, toda em madeira. Número 1768 pintado à mão, com tinta azul. Para chegar a ela há um caminhozinho de madeira de alguns centímetros. Há uma única grade que serve de porta e janela. A casa está sobre pequeninos, mas grossos, troncos de árvore, os famosos “cepos” de que conheço desde criança no Rio Grande do Sul. Em frente, roupas estendidas. Colada a esta casa outra, também de madeira e sem pintura. Mas com um diferencial: tem dois pisos. Esta casa é a de identificação 9C. Chama-me a atenção que a numeração não segue uma sequência, muito pelo contrário, é completamente desordenada.

Senti-me em um labirinto de pequenas casinhas de madeira em cima da água. Um espaço criado e recriado pelos seus praticantes, que diariamente utilizam-se de táticas e resistências para ter acesso à luz, água, televisão, casas, entre outros. Quanto mais eu entrava, mais imersa eu ficava. A frente de uma casa é grudada nas costas de outra. Para se acessar a casa de trás, ou se atravessa pela casa do vizinho ou se caminha até a ponte de trás. As entradas tinham a função de avenidas, que guiavam os moradores pelas pontes até suas casas. Estas avenidas, ou como os moradores dizem, “pontes”, “passarelas”,

³⁹Segundo seu Paulo, pedreiro, 60 anos, há notícias de que a Baixada Perpétuo Socorro existe desde o final dos anos 60, embora não haja nenhum documento escrito sobre a história do lugar. Este senhor pequenino, sentado em sua bicicleta verde em frente à Casa Estrela, contou-me, que chegou na baixada “gitingo (pequeno), não tinha nem sete anos. Tinha um Japonês que fundou isso aqui. Por isso muitos chamam de ‘Baixada do Japonês’. Ele aproveitava essa terra úmida, meio alagada, pra plantar verduras”, diz.

também se configuravam em um ambiente de relações sociais (BOURDIEU, 1983). Casas, igreja, bar, pequenos comércios. Outra cidade escondida em meio à cidade de Macapá. Casas coladas umas às outras.

E então, como o curso de um rio, abre-se um braço para seus afluentes. A “ponte-rio”, ou a “ponte principal” seguirá até a Rua Pedro Américo. E esta “ponte-afluente”, ou “braço do rio”, seguirá em linha reta até a igreja Assembleia de Deus que fica dentro da Baixada, de onde haverá novos braços para novos caminhos. A prática de espaço sobre as pontes (trajetos), marcadores de lugar, fica melhor na fala de Maria: “Tinha só uma ponte grande e vários braços que atravessavam. Na principal era a Marcílio Dias. Entrava pelo (comercial) Estrela (na parte de trás da baixada) e terminava lá na dona Fernandes (parte da frente da baixada, na Marcílio Dias)”. Maria ao falar abre os braços e, além da prática de espaço na sua fala, realiza a prática espacial corporal abrindo e fechando seus braços pequenos: “Aí no meio tinha uma que dava na casa da Lina de um lado (na feira Ana Nery) e ia dar lá na Rua Pedro Américo. Tinham duas principais... E as outras eram pequenas (pontes) que entravam para dar acesso às outras casinhas. Como se fossem rios... o rio grande. Tem os braços do rio”.

É interessante pensar sobre os “acessos” dos moradores às pontes e sobretudo a serviços que deveriam ser básicos para todo o ser humano, como água, luz e saneamento básico⁴⁰. Nas baixadas de Macapá, estes “acessos” são frutos de conquistas e micropolíticas do cotidiano (Cf. SÁ, 2009; FOUCAULT, 1979; GUATTARI, 1985), onde as ações dos agentes em curso são guiadas por relações de poder na manutenção são guiadas por relações de poder na manutenção do território do baixada, e na conquista a estes bens simbólicos (banheiro dentro de casa, uso da descarga, água, luz, ar condicionado, entre outros). Estes intercâmbios de poder produzem subjetividades interativas do agente com outros agentes e com o espaço, ancorando um “território como construção simbólica” (BARREIRA; LIMA, 2013, p.533); e daí é que resulta o quesito

⁴⁰ Nesta relação com o lugar praticado (cf. DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996), com o ambiente em que vivem, em alguns casos há adoecimentos do corpo em função da falta de saneamento básico e de condições de moradia, como as precárias condições das pontes, por exemplo, que ocasionam cortes e ferimentos nas pernas dos praticantes destes espaços, através de madeiras quebradas, pontiagudas e sujas. Há outras situações mais graves, como surtos de dengue – doença viral, febre chikungunya e zika vírus, todos causados pelo mosquito *aedes aegypti* que permanece nas áreas alagadas (Baixadas). São situações de mau uso dos recursos naturais e prováveis práticas de descuido ou negligência que precisam ser controladas. No caso das baixadas, os Agentes de saúde, através da secretaria de saúde do município, têm um importante papel de conscientização e intervenção no local. Neste caso, os problemas e adoecimentos estão diretamente atrelados às condições do espaço e à interação dos estilos de vida com este ambiente (Cf. FONSECA; NOBRE; SANTOS, 2014).

simbólico de superioridade de quem estava localizado na “parte da frente” em contrapartida a quem estava na “parte de trás”. Ter acesso é desenvolver microrrelações de poder, cunhando outros pertencimentos, valores e microagenciamentos, em contrapartida a produção social do descaso e da exclusão da falta de acesso a itens básicos do ser humano.

Resolvo ir por ali e adentro uma ponte menos estragada, porém em um lugar com muito mau cheiro e sujeira. Olhando para baixo da ponte há lodo com um esgoto a céu aberto que revela um descaso do Estado com a população. Há aí uma relação de forças segregadoras de espaço, onde estes moradores vivem em um espaço ilegal, irregular, sem as necessidades básicas do ser humano e que são notoriamente invisíveis. Logo, o “acesso” ao que deveria ser um direito básico, se dá por meio de lutas e resistências. No entanto, os moradores “querem” estar neste lugar no sentido de ser um espaço de ocupação que se tornou um espaço privado, sem gastos com alugueis e próximo dos lugares de acesso destas pessoas, sem a necessidade de gastos com transportes. É uma tática de sobrevivência estar no centro. É resistir a um mundo opressor, de consumo, de mercado, de conglomerados econômicos, sociais e culturais.

Ao centro da baixada está a panificadora da Baixada. Ela não tem nome. É uma casa de madeira, pintada de verde, onde simplesmente está escrito em azul a palavra “Panificadora” e embaixo um recado colado na parede: “vende-se esta”. A prática cotidiana de comprar o pão é muito significativa. Todos os dias, depois de acordar e tomar banho, compra-se o pão de cada dia para comer juntamente com uma xícara de café preto ou com leite, dependendo do dinheiro do dia. A fila do pão é o momento do encontro com o vizinho e com o amigo, com os demais praticantes do espaço da baixada ou do bairro. Depois, levar o pão para casa e reparti-lo com a família é um momento de prática diária de conversa, união e alimentação. Exatamente em frente à panificadora há uma igreja Assembleia de Deus. Este é o final do braço em linha reta que vem lá do canto da Rua Marcílio Dias. Não deixa de ser um espaço central da baixada. Ali, em frente à igreja, a ponte-afluente se abre em dois novos braços. Um que vai para a direita, rumando até outra entrada na Rua Ana Nery, na feira do Pescado. E outra que vai em direção ao lixão Maestro Miguel, também na Rua Pedro Américo.

A “Igreja Assembleia de Deus – A pioneira”, em frente à panificadora, está como Moisés ao abrir o mar Morto: separa uma ponte em duas, uma para cada lado de seu templo. A igreja é um grande imóvel se comparado aos demais da baixada. Deve ter 4X4



Centro da Baixada Perpétuo Socorro. À esquerda aparece as grades da igreja Assembleia de Deus. À direita, o pequeno comércio que vendia pães, artigos de primeira necessidade e que tinha a sociabilidade da sinuca. Foto: Roberta Scheibe



Trecho da baixada próximo a entrada do lixão Maestro Miguel, defronte à rua Pedro Américo.

Foto: Roberta Scheibe

e tem dois pisos. É toda construída em madeira simples, pintada de cor branca. Grades brancas separam o caminhante da rua, da igreja. Ao abrir o portão, que neste dia estava fechado, o fiel, ou o visitante, tem acesso a um *hall* de entrada com um tablado de madeira cinza, e uns bancos de madeira também cinza. Há uma larga porta central – com duas travas de segurança – e duas janelas largas, uma para cada lado da porta. Em sua fachada está escrito em dourado: “Assembleia de Deus – a pioneira” e gravado em uma imagem que parece um pergaminho, também dourado: “Congregação Estrela da Manhã”. Embaixo destes, em branco, mais discreto: “Fundada em 17-06-1995”. Normalmente abria à noite. A igreja evangélica dentro da baixada revela-se numa estratégia (DE CERTEAU, 1990, p.99) primorosa dos organizadores da Assembleia de Deus. As estratégias, para De Certeau, são ações organizadas e empenhadas por instituições, que detém força e poder. São formais e impõem situações para apropriar-se espacialmente ou simbolicamente do lugar. Logo, assegura-se como uma estratégia da igreja para angariar fiéis, para marcar território dentro da baixada e sancionar um poder religioso e simbólico.

Em algumas casas da baixada há um artigo de luxo: antena de TV a cabo da marca Via. Esta casa, com a antena, está à venda. Os telhados das casas são de zinco. São raras as casas com fiação elétrica regular e segura, a maioria tem em frente da residência um “mundaréu” de fios elétricos. Os gatos⁴¹ estão à solta em luz elétrica, TV a cabo e mais algumas coisas, pois contei 11 fios pendurados só em uma residência.

No geral, muitas casas tem partes da madeira pintadas em verde, rosa, ou sem tinta alguma. A maioria delas tem um portão de madeira. As pontes que levam o caminhante pela baixada, cuja entrada são os corredores, ou vãos, são como “passagens” principais que resultam em “pontos Nodais” na definição de Kevin Lynch (1997, p.53), que se confirmam em pontos estratégicos, onde a partir deles se locomove. Ao passar pela última casa semi-verde, chegamos a um pequeno corredor que termina ao lado de um estabelecimento fechado. Um *Voyage* branco passa em minha frente. Já estamos na Avenida Pedro Américo, super movimentada, e a Baixada não aparece mais no cenário da rua. Do outro lado da rua um senhor assa frango em uma churrasqueira ambulante. Ao retornar para a baixada, por outro vão, passo pelos pequenos comércios da rua Pedro Américo. E lá está um grande espaço quadrado, com muitos lixos jogados. O povo o chama de “lixão Maestro Miguel”. Ali já deve ter sido outra construção, mas há muito

⁴¹ Sistema informal e ilegal de cabeamentos para ter acesso a luz elétrica e tv's a a cabo.



Lugar que divide a “Parte da Frente” e a “Parte de Trás” com a Panificadora e comércio, um pouco à frente, do lado direito. Em frente está a Assembleia de Deus. Foto: Roberta Scheibe.



A residência: Na casa que aparece em primeiro plano residem, pelo menos, quatro famílias. Foto: Roberta Scheibe.

tempo é uma área aberta, sem construções e sem invasões. No chão um resto de azulejo e muitas sacolas de lixo, papelões, açazeiros secos. No canto esquerdo do lixão há outro vão que dá outro acesso ou saída à Baixada Perpétuo Socorro. É importante dizer que o trânsito pela baixada ocorria somente via pontes, porém nem todas as pontes se interligam. A ponte que segue este vão do lixão Maestro Miguel não se interliga com a ponte anterior. Ou seja, para acessar o outro lado da baixada é necessário entrar por outro vão em localização oposta.

O Bairro Perpétuo Socorro é estigmatizado como um lugar de pessoas violentas. A Baixada Perpétuo Socorro sofre este preconceito de forma mais ferrenha. Os moradores protagonizam disputas simbólicas em torno dos usos do espaço entre eles – como a parte da frente, nas entradas pela Marçílio Dias e Ana Nery na passagem da feira de roupas; que disputa com a parte de trás, pelas passagens da Maestro Miguel, do lado de trás do antigo Onoratto, e ao lado da Casa Estrela e Casa Verde, além de uma das entradas da feira da Ana Nery, próximas a rua Quintino Justo de Almeida. E, também, há a estigmatização entre eles e a “sociedade” de Macapá, inclusive no que diz respeito a preservação do território da baixada, que é uma terra da união, de preservação ambiental. No entanto, o povoamento das áreas de ressaca em Macapá já ratifica uma identidade local. Estas áreas cada vez mais se tornam lugares praticados de moradia, e local de pertencimento da população; porém se ratificam em áreas segregadas e de grande perigo de desastre ambiental.

Na “Passagem Maestro Miguel” – as pontes que vão de um lado ao outro, em seus pontos de acesso são chamadas passagens –, via Rua Pedro Américo, aparecem inúmeras residências pertencentes à área que os moradores chamam de “parte de trás” da baixada. Logo na entrada quatro meninos entre 11 e 13 anos fumam maconha. Eles estão sentados na passagem e sentados revelam suas práticas de consumo. Um menino com o cabelo pintado de loiro, camisa branca com vermelha, de time de futebol europeu, boné da Adidas preto com amarelo, bermuda jeans e chinelo vermelho dá uma profunda puxada no fumo. Segura a fumaça e me olha. Na sua frente outro menino parece uniformizado com bermuda e camiseta de time de futebol. O uniforme é branco com vermelho. Nas costas da camiseta branca o número 88 em vermelho escrito “League Champs”. Na cabeça um boné preto, nos pés uma havaianas verde e no tornozelo um adereço oriundo das cores do reggae. As vestimentas dos meninos revelam práticas de consumo impostas pela mídia e pela classe alta. Logo, é resistência à soberania do sistema manter-se atualizado nas práticas de consumo esportistas e midiáticas, mesmo que seja manipulando



Trecho da ponte que nos direciona para a saída na Rua Pedro Américo, via Lixão Maestro Miguel. Na direção oposta termina no vão da Rua Ana Nery. Em frente meu esposo Jonatham que me acompanhou em muitos momentos de minha pesquisa. Foto: Roberta Scheibe.

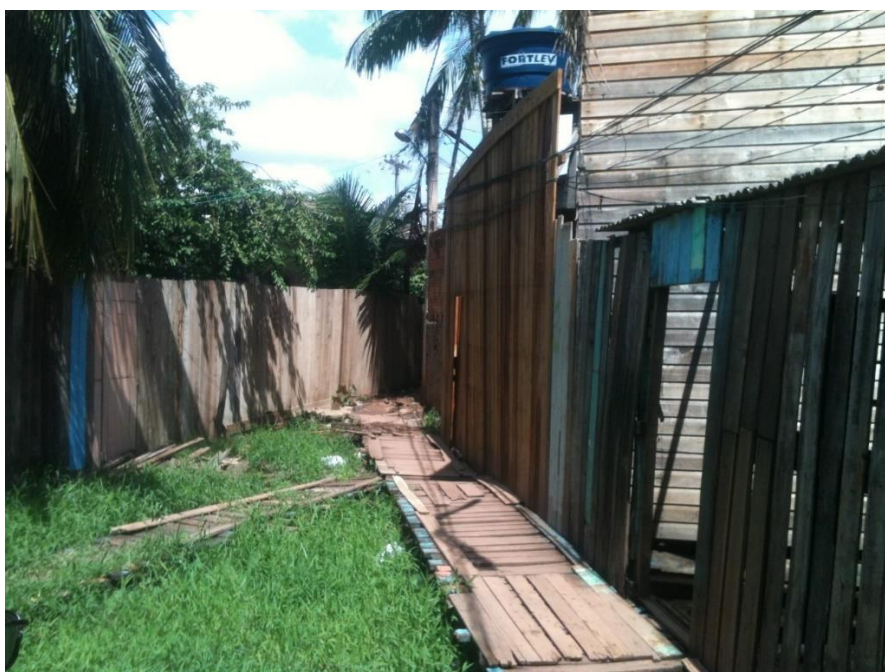


Foto do lado interno da Baixada. Seguindo por esta estrada, encontra-se a saída do local pelo lado direito ao lixão Maestro Miguel, na rua Pedro Américo. Foto: Roberta Scheibe.

a pirataria como uma tática para tal. Ao lado do menino de boné da Adidas está um pequenino de camiseta azul clara, bermuda jeans escura, havaianas branca e boné azul com vermelho, parecido com os bonés da marca Ferrari. Ele está “fechando” um baseado. Bem na hora eu passo. Ele me olha de canto de olho e viu que eu tinha na mão um celular que tirava fotos. Enquanto outro menino me olhava, o pequenino disse: “Não vai tirar foto aí”. Obedeci e segui reto. Ali é um dos pontos de tráfico de drogas da baixada. Segundo os moradores, quem manda são muitos meninos desta idade.

Por dentro, a maioria das casas na parte de trás tem um quadrado de madeira, sem divisórias. O banheiro, como na maioria das casas, é uma retrete, ou seja, o banheiro é do lado de fora da casa e os dejetos ficavam no chão, sem nenhum saneamento básico. São raras as casas com banheiro e com fossa improvisada. Na casa de Zora, uma senhora de nove filhos, prostituta, vigiada pelo conselho tutelar, há uma única divisória que é feita com um pedaço de pano. Dentro de casa há uma pia de lavar louça, uma máquina de lavar roupa, duas camas de solteiro, duas redes, uma estante, uma televisão e um rack⁴². Não há energia elétrica na casa de Zora. A televisão e a máquina de lavar roupa são ligadas graças a um vizinho que deixa uma extensão à disposição da família de Zora. Não há geladeira e, ao que tudo indica, o fogão não funciona mais, pois Zora estava usando ele como cadeira, do lado de fora de casa. Um cachorro e duas gatas parecem alegrar os dias daquelas mulheres.

Na sequência, faço um grande contorno retornando, por outra ponte, à parte da frente da baixada, onde há, no lado esquerdo, uma casa vermelha, uma azul, uma amarela e uma verde. Conheço dona Maria de Jesus. Todas essas casas são da família dela. Há ainda outras duas na frente que também são da família. Na justaposição das casas à esquerda, na casa vermelha, mora um dos filhos, Ramiro, com a família dele. Na azul, outro filho, Ronaldo. Na amarela, o filho caçula, Roberto e sua família e, na casa verde, dona Maria de Jesus, uma filha, Isidora, genro e um neto. A pintura da casa de dona Maria de Jesus, na frente, é verde, dentro ela é de madeira e não é pintada. Na salinha, à esquerda, um grande pôster do netinho Rodrigo, loiro de olhos verdes, com camiseta do Corinthians. O quadro é todo enfeitado com o símbolo do time. Em frente está um armário de cozinha, verde e branco, destes populares que se vendem nas lojas de móveis e eletrodomésticos em Macapá. Lá estão as louças de dona Maria de Jesus, as quais ela tem

⁴² Estante, um móvel com prateleiras.



Entrada da baixada pelo lixão Maestro Miguel, com trajeto à esquerda na foto, na direção do poste de energia elétrica. Foto: Roberta Scheibe.



Close da entrada Maestro Miguel. Foto: Roberta Scheibe.

um imenso apreço. À direita da cozinha está um quarto, onde há uma adolescente, Teodora, e uma criança, Trude, ambas netas de Maria de Jesus. Elas brincam e bagunçam o ambiente. Há no cômodo um guarda-roupa, uma cama e uma rede. Dona Maria de Jesus, 71 anos (em 2013), tem um bem simbólico em sua casa: um banheiro. Ela abriu a porta de madeira e lá estava ele: grande, 1 metro de largura e 2 de comprimento. As paredes também são de madeiras, que segundo a dona, seriam pintadas em breve. Há um vaso, uma pia, um cantinho pra tomar banho e o mais bonito, segundo a dona, o chão, com um tipo de lajota que parecia porcelana. É o lugar da casa que dona Maria de Jesus mais gosta.

Na “ponte” se percebe claramente uma prática cotidiana do consumo (DE CERTEAU, 1990) e, sobretudo, uma espécie de prática de ostentação, evidenciando uma ideia de poder e simbolismo. Sempre há, em todas as situações, exercício de poder, de dominação e de violência simbólica em todos os lugares, muitas vezes por meio da subjetividade de dentro (FOUCAULT, 2013), na ânsia de sanar paixões, vontades, desejos e objetivos subjetivos de superação de obstáculos, que muitas vezes se ratificam na acumulação de capital simbólico e econômico (BOURDIEU, 2005), para se distinguir das demais pessoas do lugar. Estas práticas de consumo de ostentação ratificavam-se em sobressair-se com casas pintadas (se a casa fosse pintada por completo, já havia uma distinção), banheiros dentro de casa, casa grande de dois pisos, eletrônicos dentro de casa, como som, televisão, geladeira, ar-condicionado, e ter um emprego formal. Isto autorizava pessoas detentoras de um capital a terem uma consideração no espaço de pertencimentos da moradia. E também havia o capital simbólico – que poderia resultar em violência simbólica ao outro – de morar na “parte da frente” e ser considerado superior, ter “certas condições”, como dizia ter dona Maria de Jesus. O fato de ter um emprego, mais do que o salário, era um bem simbólico. E o diploma de ensino superior também tem este poder: “Meus filhos são todos formados”, ou “sou formada na faculdade”, tem um grande peso de consideração para as famílias. Nestes campos financeiro e simbólico se moldam as posições de cada agente que se revelam em táticas de uns e resistências de outros, como não limpar as próprias casas (“só pra fazer raiva no outro”), mostrar-se violento e “dono do espaço”, entre outros; no sentido de se usar de resistência via dissimulação (mostrar-se incapaz de limpar o espaço em frente a própria casa para de forma calculada colocar os órgãos públicos para fazer) (cf. SCOTT, 2011), além de impor uma narrativa sobre a violência de si mesmo, no sentido de provocar e

perpetuar fronteiras simbólicas sobre ser uma “pessoa violenta” e “perigosa” para usar de tática para ser respeitado.

Outro poder simbólico quem tem são os traficantes, que exacerbam uma face e uma fachada (GOFFMAN, 2012), e são, por muitos, considerados fortes, violentos, agressivos, e acabam tendo o respeito ou medo de todos os moradores. A família de Maria de Jesus possui outras duas casas em frente às outras quatro casas em que mora uma filha, Helena; e um filho, Jacó. Eles moram há quase 30 anos na Baixada Perpétuo Socorro. Todas as casas da família de Maria de Jesus seguem a mesma estrutura: São confeccionadas em madeira, no sentido horizontal, tem de dois a três quartos, as portas e janelas são talhadas em madeira, e na frente há uma área de estar com um cercado de madeira do tipo “acento circunflexo”, porém no sentido invertido. Cada casa tem uma cor. Atrás de cada uma das casas já há uma área para churrasco. Em alguns casos estas áreas são conjugadas e de alvenaria, como na casa de Maria de Jesus ligada à casa do filho que mora ao lado, Roberto. Eles podem entrar nas casas um do outro por trás. A área do churrasco já está em alvenaria e é usada pelas duas residências. Atrás das casas deles há outras casas. Porém, a entrada destas é de chão batido, e não de ponte, acessando-as pela feira da Ana Nery, logo, outra entrada. Em frente à casa de Maria de Jesus há uma casa em madeira, de altos e baixos, que dá acesso à entrada Marcílio Dias. Esta casa é de Fernandes, seus filhos, suas noras e netas.

Dali pode-se sair tanto pela Rua Marcílio Dias, quanto pela Rua Ana Nery. Saio pela passagem Ana Nery. Dali, ao sair, vê-se um pequeno posto policial e de fundo o vai e vem dos açaizeiros dançando ao vento. Em frente ao posto e ao lado da baixada, a feirinha da Ana Nery. Ali muitas roupas estão expostas ao sol, umas ao lado das outras. Alguns cabideiros com camisetas estão na frente dos estabelecimentos defronte a lixos jogados no chão. Em frente à feirinha há uma quantidade representativa de casas da baixada que tem a entrada via feira. Estes moradores não precisam ter acesso às pontes, já que entram em casa direto pela calçada da feira. São espaços urbanos de sociabilidade ativa (cf. DE CERTEAU, 2014), onde se constroem identidades, agenciamentos, usos do lugar; detalhes ganham sentido e forma em microrrelações, e micropolíticas agenciadas por moradores com o bairro, a baixada, o barraco e vice-versa. Cada um, no seu tempo e no seu espaço, cria suas práticas de ser e estar no mundo.

No trecho das casas próximas à feira, onde o chão já está aterrado, há muitas casas em madeira, sem pintar, algumas com madeiras de cores variadas. Há, aqui, uma solicitação e uma cobrança pelo direito à cidade (cf. LEFEBVRE, 2001), num sentido



“Parte de trás” da Baixada, próximo a entrada da Casa Estrela, pela rua Quintino Justo de Almeida.



Imagem mostra a ponte/passarela da “parte de trás” da Baixada Perpétuo Socorro. Foto: Roberta Scheibe

amplo de espaço para todos, no âmbito da sociabilidade, participação como cidadãos na vida pública e social de Macapá.

4. “Vida de baixada”: O espaço e seus praticantes ordinários

São 7h da manhã. O sol equatorial mostra-se quente em Macapá. Clima úmido. Aqui ninguém quer saber da umidade relativa do ar ou do exato número da temperatura. O se ouve o zum-zum vindo de fora da baixada: ônibus, carros, motos. O cheiro do pão francês saindo do forno das padarias próximas transcende no ar e, por alguns minutos, faz o olfato esquecer o esgoto que exala debaixo das pontes de madeira. Aqui dentro, as almas que dão vida à baixada lentamente levantam. Discretamente as janelas de algumas casas se abrem. Sente-se o aroma do café. Ao fundo as crianças reclamando sobre acordar cedo e ir à escola. Na maioria das mesas o pão, a manteiga. Mas em outras tantas casas, independentes ao sistema, a escola, ao trabalho, seus ocupantes dormem envolvidos no calor do sol e no superaquecimento da madeira e dos telhados de zinco.

Na baixada, pela manhã, o sol não deixa dormir muito tempo. Nas passarelas, ou nas pontes, o trânsito das primeiras crianças de mochilas nas costas, mãos dadas com o pai ou a mãe, dão exemplo de persistências e mostram indícios do futuro. Mulheres de bermuda, camiseta, chinelo e cabelo preso rumam para seus trabalhos de domésticas, lavadeiras, secretárias, algumas de professoras e agentes comunitárias. Outras tantas improvisam um tanque: pegam uma bacia com água e sabão e a levam para frente de casa – onde um mínimo de brisa circula –, sentam-se à beira da porta, abrem suas pernas, colocam a bacia entre elas e começam um longo vai e vem de limpeza e reflexão na vida. Alguns homens, corpo bronzeado e delineado pelos músculos, saem de bermuda e camiseta para os seus trabalhos. Praticamente em sua totalidade os homens da baixada trabalham no mercado informal: pedreiro, auxiliar de pedreiro, carpinteiro, catador de latas, vendedor ambulante. Mas podem-se contar dez dedos de assalariados como serventes, auxiliares na área da saúde ou de limpeza. Os demais se preocupam com o dia de hoje. Comem quando têm fome, trabalham quando necessitam. Dormem quando tem sono, conversam e fazem sexo quando têm vontade, segundo falas dos próprios interlocutores. Há outros tantos – as pessoas mais idosas da baixada – que sentem a sua missão cotidiana como cumprida e agora estão apenas “curtindo a vida”, “de passagem pelo mundão de Deus”.

Quanto mais se adentra na baixada mais a brisa gostosa fica para trás. Dentro de sua estrutura há um bafo de calor. Parece que se entra num forno à lenha, com a luz do sol e as madeiras das casas cozinhando as pessoas. Achei que, desta vez, as pontes da área de Ressaca da Baixada Perpétuo Socorro estão muito ruins e perigosas. As madeiras quebradas, pedaços de outras madeiras por cima, em outros lugares a passarela está podre. Pensei que deveria ser coisa minha, de mulher criada na cidade e que não entende nada dessa vida dura. Mas quando vi dona Maria de Jesus, percebi que não era só eu a insatisfeita com as passarelas.

Ser um praticante ordinário da cidade consiste em desvendá-la do chão, do ponto mais baixo e de onde borbulham os labirintos urbanos em forma de espaço e tempo. Praticar ordinariamente a cidade é mergulhar em suas entranhas. Perceber o que os grandes big brothers⁴³, as personificações do poder absoluto da vida, não veem. A baixada mostra uma multiplicidade de culturas, práticas e significações e, ao mesmo tempo, conflitos, problemas e poderes simbólicos, e elucida as diversificações do consumo urbano dentro de um espaço segregado e vitimado pelos mais variados preconceitos dos outros praticantes cidadãos. A baixada protagoniza inúmeras práticas sociais de Macapá, como as festas de vizinhança ao som de brega, regado a comida e bebida, prática religiosa do culto evangélico dentro da baixada, o espaço praticado do bar e o jogo de sinuca, o café da tarde com macaxeira, entre outros; que, de certo modo, conduzem a um modo de vivência na cidade como um todo. Este é um espaço em que os moradores cunharam o seu uso do espaço, ou, como diz De Certeau, as “usanças” do lugar (1994).

Barreira (2012, p.200) nos faz perceber que os usos dos espaços na cidade, e especialmente vale para o caso da baixada, são inerentes às relações sociais, conflitos, processos e, inclusive, intervenções políticas. A baixada mostra-se um lugar de todos: de donas de casa, traficantes, professores, pedreiros, estudantes, desempregados, ambulantes, profissionais da saúde. Todos criam seus usos e seus espaços. E, em alguns momentos, há a interação dos usos de espaços entre eles originando relações sociais (BOURDIEU, 1983) e as tramas que envolvem a coletividade. Como, por exemplo, as passarelas, ou as pontes. Estas representam o uso mais democrático e plural da baixada. Este uso – aliado a uma disputa simbólica – fica evidente na utilização das passarelas/pontes.

⁴³ Termo utilizado na obra 1984 de George Orwell publicado em 1949. O livro faz uma profunda crítica ao totalitarismo e suas mazelas, bem como às invasões de privacidade.

Além da prática de uso das passarelas, há a prática da conversação sobre elas. Dona Maria de Jesus já me esperava – de camisola branca, esses camisetões que podem ser adquiridos nas lojas de departamento. São ótimos e confortáveis – sentada na frente de sua casa. Já era quase 10h e percebi que muitas mulheres circulavam pelo lugar com camisolas e pijamas. Sentamos na área e começamos a bater papo. Quando falo o tradicional “E aí, dona Maria de Jesus, como anda a vida?”, ela começou... “Ah, minha filha... essas passarelas estão muito ruins. Muito ruins mesmo. O povo tá caindo. A Prefeitura ainda não conseguiu fazer muito por nós, mas o governador...” Lhe interrompi: “Dona Maria de Jesus, mas aqui é competência da Prefeitura!”, e de imediato entendi o recado: “Ah, mas quem conserta aqui é o governador, doutora (Ela me chamava de doutora, foi no início de nossa interação). É o governador quem vem aqui, porque a gente tem uma amizade muito grande com ele. Vou pra eventos com o governador, eles me deixam na porta da minha casa”, disse e continuou: “Até os bandidos me respeitam. Em 29 anos morando aqui nunca discuti com ninguém e nunca liguei pra polícia pra mandar prender ninguém. Mas já liguei pra Claudinha vir consertar as passarelas”, disse. “Claudinha” é a mulher do governador Camilo Capiberibe, do PSB, por quem dona Maria de Jesus tem profunda admiração. No Amapá é assim, ou a família Capiberibe⁴⁴ é amada ou odiada. Nesse caso de dona Maria de Jesus eles são amados.

A adesão política como forma de demonstração pública de força (PALMEIRA, 1996) e a baixada e a distinção de Maria de Jesus e sua família. Esta fala de Maria de Jesus estava recortada em um tempo que antecedia as eleições. E o período da política são as eleições. Logo a família de Maria de Jesus aderiu, desde o início das candidaturas dos Capiberibes, a proposta desta família que sempre se candidatou pelo PSB. Esta escolha, ou adesão, está marcada pelo sistema de dominação e a vida social local. É a adesão a um lado, para sentir-se mais forte e, com “certas condições”, como ela diz. A adesão de Maria de Jesus, segundo ela, está relacionada a “uma certa amizade”, mesmo que esta amizade tenha se configurado após as primeiras candidaturas do patriarca Capiberibe, João Alberto. No caso da adesão da família de Maria de Jesus estão em xeque pequenos e grandes favores: visitas em sua casa em época de campanha, o que mostra a baixada a sua notoriedade; cestas básicas para a comunidade da baixada; e os favores

⁴⁴ Família com tradição política no Amapá, sempre concorrendo a cargos políticos pelo Partido Social Brasileiro (PSB). Seus membros mais famosos são o senador João Alberto Capiberibe, a sua esposa e deputada federal Janete Capiberibe e o filho do casal, Camilo Capiberibe, na época governador do estado do Amapá. Há outras pessoas da família que concorrem a cargos de vereador ou que assumem secretarias estaduais e municipais em períodos governados pelo PSB.

maiores como empregos e bolsas de estudos para pessoas “amigas”, mesmo que isto não seja recorrente. Pode ser, inclusive, muito raro. O grande poder simbólico desta adesão está no que Palmeira (1996, p.47) chama de “capital de relações sociais”, quando além dos favores, há a significação do voto e da adesão no sentido das possíveis “sociabilidades”, “relacionamentos”, “amizades” entre Maria de Jesus e os Capiberibes que são vistos e percebidos na baixada e que elevam a admiração e o prestígio a ela e sua família. Por isso, também, Maria de Jesus tem autoridade em sua família para delegar os votos para prefeito, vereador, deputado, governador. E seus filhos, noras e netos aderem o que Maria de Jesus aderiu (cf. HEREDIA; PALMEIRA, 2006). E isto era e é, para Maria de Jesus, uma forma de distinção.

Os espaços na área de ressaca da Rua Marcílio Dias derivavam das ações dos atores⁴⁵ (Crozier e Friedber apud DUBAR, 2004), agentes, sujeitos, no lugar, como dona Maria de Jesus, por exemplo. São indivíduos autônomos, que se inventam em função da movimentação dos outros atores envolvidos. Aqui, neste caso, não havia nenhum papel definido para os moradores, mas havia determinados interesses e conflitos no uso das passarelas, seja no sentido da obtenção de poder simbólico (na possível amizade com o governador) ou até no sentido do uso do espaço físico; na escolha dos locais das casas (ou da localização das palafitas) e da qualidade da casa. A esta “movimentação interessada” tomei emprestado como categoria nativa frisada por dona Maria de Jesus a certas condições: “Minha família tem certas condições”. O que rege a produção deste espaço centrado numa temporalidade é o consumo, ou a “formação socioespacial capitalista” (CORRÊA, 2009, P.43), seja ela material ou simbólica; logo, ter e não ter certas condições. No caso da amizade com o governador para o conserto das pontes, um lugar de uso comum, implicava no consumo social que Maria de Jesus fazia de uma figura pública, e que já havia inclusive apresentado ao público em seu espaço, quando o governador passou em sua casa em uma das campanhas eleitorais.

Na baixada, os “sujeitos sociais” (Alain Touraine, in DUBAR, 2004), enquanto seres existenciais, que geram subjetivações, materializam processos sociais em um ambiente produzido por eles, por meio do espaço ou da própria rede de relações, onde se introduziu um lugar de palafitas, passarelas, comércios, igreja e casas escondidas na paisagem oficial da cidade, sofrem pela estigmatização da “sociedade” amapaense que

⁴⁵ Refiro-me aos termos ator, agente e sujeito, sempre que considerar necessário, de acordo com as explicações de Claude Dubar (2004), no texto Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo.

reproduz a ideia de que ali residem grupos excluídos. É notório que os grupos populacionais das baixadas são pessoas em dificuldades econômicas e que procuram esses lugares impróprios para moradia e sem saneamento básico na esperança de uma vida melhor para a família. E na tática de uma moradia perto de equipamentos fundamentais centrais, como postos de saúde, escolas, trabalhos e supermercados, eliminam de suas vidas o gasto de tempo e espaço com transportes e determinadas finanças. Ali estas pessoas passam a reformar (ou há muito tempo já reformaram) suas casas e até mesmo as passarelas – que estavam danificadas e cujo fato era espalhado e remoído por muitos –, dando um novo sentido de “lar”, suscitando um processo de pertencimento coletivo de moradia. Há aqui uma opção de moradia que permita um modo de vida deficitário para alguns, porém razoável para muitos, onde existe uma negociação consumista, de ter casa própria a um custo menor. E edifica-se um grande comércio imobiliário informal, abalizado por interesses de sobrevivências consumistas e financeiras em bem próprio, além da manipulação de interesses políticos inseridos no cotidiano econômico de muitos moradores de extremas dificuldades; mas que é fundamentado por um estilo mental e de vida despreocupado e leve.

Destaca-se que a Baixada Perpétuo Socorro se traduz em um “espaço vernacular” (CORREA, 2009, p.47), porque a área é de ressaca, de preservação ambiental. Neste espaço inicialmente houve a “invasão” ou “ocupação” da ressaca, terra pertencente à União. Na verdade, o uso dos termos já incita uma terminologia ideológica (cf. SOUZA, 2011). No entanto, pelo discurso dos moradores sobre suas práticas espaciais e sociopolíticas, em teias de relações e práticas artesanais de usos do espaço, muitos moradores dizem que ocuparam áreas improdutivas, porém estimularam uma corrida para a ocupação de outras áreas, o que impulsionou a invasão de outras áreas de proteção ambiental. Posteriormente muitos dos primeiros moradores passaram a revender suas casas. Nas baixadas de Macapá dificilmente há conflitos com relação às terras de ressaca ocupadas, eu pelo menos nunca ouvi falar de algo sobre o assunto, a não ser pesquisadores das áreas ambientais que defendem a preservação das áreas e alertam para um futuro colapso ambiental. Atualmente os governos estadual e municipal, dentro de um contexto social, econômico e político, começam a efetivar a alternativa dos conjuntos habitacionais para retirar as populações destas áreas a médio e longo prazo, que além de estarem em áreas preservadas moram em péssimas condições de saneamento básico. Mas “nestes estímulos” do Estado com as populações há uma negociação política de “casas a baixo custo”, em que as pessoas recebem uma “casa-embrião”, onde há apenas o básico de uma

moradia popular, e então o morador cadastrado paga uma quantia para ter o direito a esta casa e cabe a ele melhorá-la. Há nisso uma grande polêmica motivada por dois alicerces: Não querer sair do centro da cidade e da casa própria para ter outro gasto com casa e transporte; e a estigmatização de ser uma população de baixada e que é “mandada” para “longe da cidade”. Mas esta questão será discutida no capítulo referente ao conjunto habitacional.

Desta forma, na Baixada Perpétuo Socorro se experienciam práticas sociais de um grupo de pessoas que reside no centro, se utiliza desta espacialidade como um elo estreito entre a casa e a rua (DAMATA, 1997), mas não está na hierarquia dos lugares, porque para a população do Amapá quem mora em baixada é “malaco” e “pobre”, tornando estes agentes sociais estigmatizados. Então neste sentido se olha para os moradores de baixadas numa hierarquia direcionada a seu conteúdo de práticas experienciadas e também para um espaço geográfico. É necessário reiterar que no Amapá os lugares segregados estão em meio aos centros da cidade, embora já existam políticas públicas com as construções de conjuntos habitacionais. No Amapá, ser da baixada tem a mesma conotação, segregação e o estigma do que o termo “favelado”, pesquisado por Zaluar (1994) e Birman (2008) e de gueto, estudado por Nunes e Veloso (2010), que já tem uma nova configuração de estigmatização do que o gueto investigado por Wirth (1980), que ainda era entendido como espaço comunitário.

Na Baixada Perpétuo Socorro a moradia é uma prática de “princípio de racionalidade” (NUNES; VELOSO, 2010, p.18) articulada na ratificação da localização da moradia. Aliás, há em todo o Brasil vivências de migração forçada de populações que foram retiradas de lugares segregados para novas moradas e que se revelaram fracassos do poder público, justamente em razão do local de moradia ser “nobre” no que diz respeito a sua centralidade. Também é necessário salientar que os poderes públicos em Macapá são coniventes com as habitações nestes lugares alternativos para a população, pois eles mesmos alimentam estes locais, reformulando “pontes” e, em épocas de campanha, argumentando em alto e bom tom nas televisões que irão incentivar projetos do programa Minha Casa, Minha vida⁴⁶, mas somente para os cidadãos que queiram participar, e que os demais podem continuar nas baixadas⁴⁷.

⁴⁶ Programa do Governo Federal criado em 2009 para estimular a construção de unidades habitacionais e o financiamento das casas próprias da população. Neste programa de financiamento, famílias com renda de até R\$1.600,00 mensais podem participar.

⁴⁷ Ou que irão reconstruir todas as pontes das baixadas, como faz ampla campanha um candidato a prefeitura em Macapá no pleito de 2016.

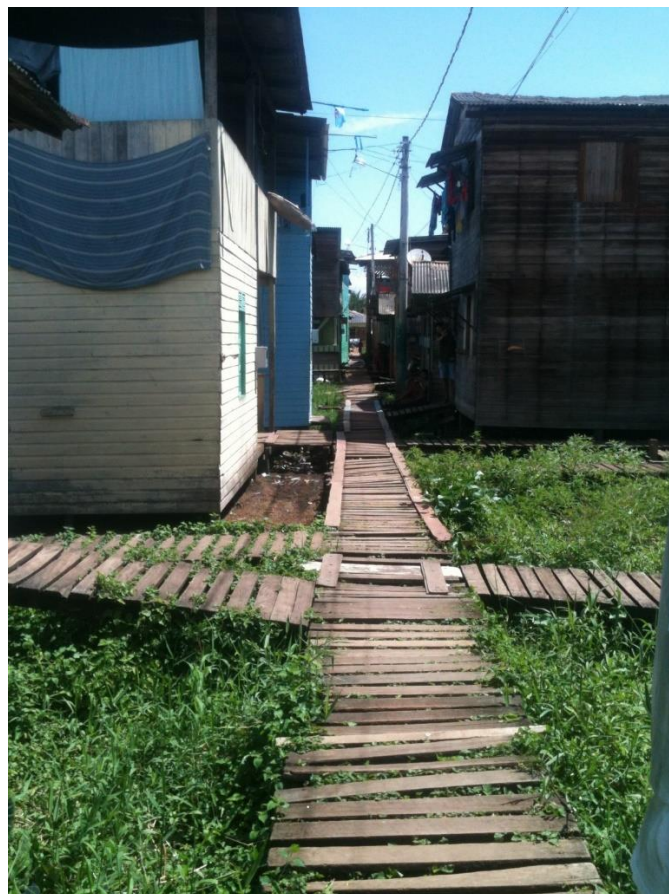
Essas experiências hierárquicas, como as imposições da ordem social e das “certas condições” de dona Maria de Jesus, em ser amiga do governador e garantir uma “revitalização” das pontes; ou ainda a questão do acesso aos equipamentos centrais, bem como determinadas ações dos governos locais e as situações de segregação, definem a identidade da baixada e as suas tramas, que também circuncisa conflitos, rotinas. Como percebo na minha conversa com dona Maria de Jesus que continua a falar. A cada pessoa que passa pela frente da casa, dona Maria de Jesus dá a bênção ou uns gritinhos para os moradores: “Iuuuuuu”, “Hêp”, “A bênção meu filho!”, revelando a sua hierarquia na passagem Ana Nery de uma estabelecida no lugar (ELIAS e SCOTSON, 2000), de “certas condições”, de amizades influentes, e de parteira aposentada, que se configura num gigantesco poder simbólico no Amapá, que mantém viva a tradição dos partos naturais⁴⁸. Para meu espanto, em nosso segundo encontro, dona Maria de Jesus não me convidou para conhecer sua casa, mas o seu banheiro, evidenciando um poder que raras pessoas possuíam na baixada, o que reflete a reprodução concreta e simbólica das relações políticas, sociais, culturais e econômicas da área.

Eu entro. Isidora, filha de Maria de Jesus e as noras da dona da casa estão todas ao redor da mesa confeccionando lembrancinhas para o baby chá de uma amiga. Não me dão confiança. Ao abrir a porta do banheiro, de madeira crua, ao invés de 73 dona Maria de Jesus parecia ter 4 anos. Seus olhos brilharam, ela sorriu. A porta foi movimentada devagar, para que a expectativa aumentasse. E lá estava ele: grande, mais ou menos um metro de largura para uns 2 de comprimento. Talvez um pouco maior. Dona Maria de Jesus foi para o meio dele, me olhou e abriu os braços, num silêncio eloquente de quem diz ‘está vendo’? As paredes também eram de madeiras, que segundo a dona, seriam pintadas em breve. No palco da baixada, em cena, dona Maria de Jesus performatiza (GOFFMAN, 2012). Mostrou-me o vaso sanitário, abriu a água corrente na pia: “Veja, é água corrente!”, muito incomum naquele lugar. E ao lado, um grande chuveiro para tomar

⁴⁸ As parteiras são muito valorizadas no Amapá. Mais de 500 parteiras são oficialmente reconhecidas pelo Estado. Elas possuem um sindicato coeso, e cada integrante recebe um benefício financeiro pelos serviços prestados. Seria uma espécie de “respeito compensatório” (HONNETH, 2013, p.66) pelos serviços prestados, quando algum direito ou institucionalização é negado a determinados sujeitos pela consciência pública. As parteiras não são remuneradas de modo comparativo com profissionais da saúde, por isso são reconhecidas pelo Estado e recebem o benefício. Porém, as parteiras possuem o máximo respeito de diversos grupos sociais do Amapá. É justamente este o maior benefício de ser parteira: o poder simbólico de uma parteira é muito maior do que seu retorno financeiro. Uma parteira é valorizada como uma pessoa que ajuda a comunidade, que “coloca moleque no mundo”, que é parceira das famílias e da comunidade onde faz parte. Além de realizar um parto natural e sem intervenção da medicina moderna.



Entrada da Baixada pela “Parte da Frente”, pela feira da rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe



Passarela que cortava a “Parte de trás” da Baixada, pela entrada do Casa Estrela, na Rua Quintino Justo de Almeida, em direção à “Parte da Frente” pela entrada da Rua Marcílio Dias, rua esta que acabava na entrada da Baixada. Foto: Roberta Scheibe

banho! Sem ter que buscar baldes de água na torneirinha da feira de roupas como muitos moradores faziam. “E o chão, professora, veja! Olhe estas lajotas! Quase uma porcelana!”, e bate com o pé no piso. É o lugar da casa que a matriarca mais gosta. Se pudesse passaria o dia lá. O banheiro é real para dona Maria de Jesus. Seus movimentos acreditam naquilo que a dramatização dela está me dizendo. Como ela mesma diz: “Eu já sou aposentada! Não faço mais nada! Sempre meu café está pronto, almoço eu não faço mais porque sempre aparece um prato! Às vezes eu acordo, tomo café da manhã e volto a dormir!”, conta. “Meus filhos construíram um banheiro pra mim e compraram uma central de ar para botar no meu quarto porque está muito quente; eles estão estudando, tenho uma nora formada. Sabe como é, nós temos certa condição. Eu sou muito feliz aqui!”.

Depois do cafezinho, já era meio-dia. Maria de Jesus continuava sentadinha de camisola, e a filha e as noras permaneciam cortando os papeis. Os filhos foram para um canto assistir televisão. Então dona Maria de Jesus me levou para a saída da área. Fomos abraçadas. Ela me falando de passarelas e de ter e não ter “certas condições”. Abraçamos e prometi telefonar pra ela em breve. Eu, na minha ansiedade crônica, não deixei de pensar em que horas almoçariam.

5. Nem parte da frente, nem parte de trás: é parte de quem resiste no espaço da “ponte”

As populações destas áreas de “ponte” sofrem a segregação territorial⁴⁹ e, também, simbólica, de condição de pobreza, por morar em uma “favela”⁵⁰ (KOWARICK, 2009), em virtude de seu espaço vivido. De fora para dentro há uma forte estigmatização, mas que também ocorre “de dentro pra dentro” da baixada e da própria cidade.

A Baixada Perpétuo Socorro é “parte da frente”, com as melhores casas e “parte de trás”, com a população mais vulnerável. Estas se estabelecem em, literalmente, fronteiras-pontes (DE CERTEAU, 1990), porque protagonizam, produzem e significam/ressignificam lutas de classificações sociais que se ratificam em

⁴⁹ Conceito de Wacquant (2005) em que um grupo, ou uma rede social, sofre o descrédito coletivo em função de seu precarizado local de residência ratificado pelos padrões do capitalismo contemporâneo.

⁵⁰ Para Kowarick as favelas são lugares ocupados, de terra alheia, pública ou privada, onde há aglomeração de pessoas e as unidades habitacionais precarizadas, onde as casas podem ser construídas de alvenaria e também de madeira, mas, muitas delas, sem necessidades básicas de saneamento e conforto. Estas estão situadas nas áreas chamadas de “insalubres” ou de “risco geográfico” (2009).

movimentações e “operações” do cotidiano, como intrigas, conflitos, acusações, tensões, dramatizações, táticas e também sociabilidades, evidenciando fronteiras-pontes muito mais simbólicas do que reais, porque os moradores apreendem e produzem sentidos do lugar em que tecem como moradia. Os sujeitos moldam o lugar por intermédio das redes de relacionamentos. Logo, compreender a baixada e seus confins exige transgredir as fronteiras e as pontes, embrenhando pelos microespaços de vivências e apreendendo as construções de lugares que os moradores da baixada deram a ela. Exemplos disso são os poderes simbólicos e limites fronteirios internos de “parte da frente” e “parte de trás” (ELIAS e SCOTSON, 2000), na luta pelo melhor espaço e pela melhor casa, na ostentação dos eletrodomésticos, no poder de quem está preso e “manda tocar o terror”, no poder da ordem imposta pelo traficante, nas construções de estigmatizações internas e, também e fundamentalmente, na vida diária dos moradores nas suas organizações de sociabilidades, onde os homens ordinários respiram.

Neste sentido, as palafitas condensam-se no espaço onde ocorrem as redes de relações dos indivíduos e dos grupos sociais, num ambiente de um cotidiano com disputas de valores e leis próprias. E este espaço de práticas envolve a passarela: “A ponte é pública”, como dizem na baixada. A “ponte” ou a “passarela” é um lugar de oposições de ações e pensamentos. A “ponte” é o lugar da diversidade, onde todos tem liberdade de agir de acordo com suas vontades. Faz-se dela e fica-se nela onde bem entender. Fala-se o que quiser, usa-se o que quiser. Pensa-se como quiser. Incomodados que se retirem. As pontes principais são como dois grandes rios com muitos braços, muitas vertentes, revelando nesta metáfora uma das práticas de espaço de tantos moradores, como Isidora, Ana, Zaíra, Maria e Vitória.

Nessas pontes sobre a água, os moradores já estão acostumados com a sua anatomia. Caminham rápido, correm, passeiam, namoram, há outros que fazem o uso da ponte para fugas, brigas, espancamentos, assassinatos por arma branca ou de fogo. Crianças brincam, no inverno até pulam da ponte para o lago que está cheio de água e sujeira, e muitos, ao pisarem em uma madeira estragada, ferem a canela e os dedos dos pés. Choram com aquele sentimento, o queixo tremendo, as lágrimas correndo com vontade pelo rosto, encontrando-se ao final da face. Mulheres sentadas em cantos de madeira de frente para a casa da vizinha. Os vizinhos são considerados os amigos de verdade, representam a união e a parceria. Os melhores vizinhos são os amigos. Ser grande amigo na baixada, é não incomodar o vizinho e ajudá-lo quando necessário. Na verdade, mais do que um grande sentimento de amizade é uma estratégia individual para resistir no espaço. Tomar

café juntos e bater um papo sobre a ponte, de janela em janela ou de área em área, cada um encostado na sua casa, ou até mesmo na casa do outro. “Eu passeio muito”, diz dona Isaura, “este é o meu jeito. A Liquinha, que mora ali do lado, é muito minha vizinha desde que cheguei aqui. Nós se gostemo muito”. A ponte inicialmente dá uma ideia de grande coesão social, que em tese revela credibilidade e solidariedade entre os membros da rede. Mais tarde percebe-se que há a coesão em redes muito particulares, como as familiares, de dona Maria de Jesus, e entre alguns vizinhos, como Isaura e Liquinha, Maria e Ana, Maria de Jesus e Fernandes, Argia e Barreto.

As sociabilidades na baixada, e nas casas que pertencem à “parte da frente” e à “parte de trás”, resultam em práticas sociais e culturais de um grande espaço com práticas de lugares diferentes. Aqui há todo um sistema simbólico de poder econômico e social. Nesse universo de uma cidade escondida da cidade, repleta de palafitas, pontes e tramas, a área se divide, pelos próprios moradores, na “parte da frente”, os estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), formada por um grupo de umas 20 casas que se caracteriza pela ocupação formal de um ou mais membros da família, que estudaram, alguns já possuidores do bem simbólico do diploma de ensino superior. Além de que, nesta “parte”, os moradores têm a maioria dos móveis e eletrodomésticos necessários dentro de suas casas. Alguns destes móveis também representavam um poder simbólico, como no caso de Diomira e Ramiro que possuem alguns eletrodomésticos que nem foram tirados das caixas, como um micro-ondas, por exemplo. Outro grande poder vangloriado pela “parte da frente” é o banheiro dentro de casa, já com a água que sai do cano, sem a necessidade de buscar água nas torneiras da feira ou ficar dependendo da escassa e suja água oriunda dos canos da companhia de água local. No entanto, nesta história toda há um grande problema, como uma vez me contou Maria:

A CAESA (Companhia de Água, Esgoto e Saneamento do Amapá) veio aqui e colocou um cano grosso, lá na (passagem) Maestro Miguel e na (passagem) Marcílio Dias. Só que a população mesmo faz buracos (nos canos da água). Vai lá e ‘ah, aqui não tá bom, tá ruim’ (de chegar água) e aí fura lá embaixo e já deixa o do lado aberto. Aí já faz embaixo (um buraco) com a ganância de ir mais água para a casa. Então fica ali. Quando é verão até que fica por cima (os dois canos ficam acima da água do lago, proporcionando aos moradores água limpa). Mas quando é inverno vem por baixo da água (os canos ficam submersos na água, sujando-a), então essa é a maior dificuldade, porque a água já é suja e ainda tem isso (de ter muitos furos no cano e a água, além de suja, vem

escassa). Aí o povo diz, eu mesmo digo ‘olha, a água tá vindo podre’, mas na verdade é a água do lago⁵¹.

Por isso o ir e vir de baldes coloridos, todos os dias. Essas declarações sempre me são dadas por Maria, que é minha interlocutora sem papas na língua, a única que denuncia e afirma que não tem medo, “eu falo, e eu falo mesmo, não tenho medo não!!” Logo, se um banheiro com chuveiro que vem com a “água podre” já é objeto de desejo e luta, um banheiro com um reservatório de água limpa é um poder inimaginável dentro da baixada. O “meu banheiro” é, na verdade, uma resistência no lugar e um símbolo local de prestígio (Goffman, 2008), numa tentativa de ser melhor do que os demais e ter mais “condições” sociais e simbólicas. Assim, este grupo de moradores da “parte da frente”, detentor de mais condições, inclusive onde há mais casas com banheiros, desloca de si o estigma que sofre fora da baixada para um estigma e estereótipo interno, direcionando estes preconceitos – mesmo que, muitas vezes, sem dar-se conta –, aos seus “vizinhos” da “parte de trás”. Logo, os “pobres”, “coitados” e “favelados” não estão na “parte da frente”, e sim “lá pra banda de trás”. Estas casas da “parte da frente” se localizam estritamente do trecho da Ana Nery – da Feira de roupas até a Marcílio Dias. Estas casas são mais bem instaladas e acabadas do que as demais. Este grupo de moradores também não passa fome, algumas famílias da parte de trás sim. Os estigmas citados acima refletem-se na fala de alguns moradores, evidentemente não de todos. Noto que muitos moradores da “parte da frente” respeitam os moradores da “parte de trás”; no entanto, há outros moradores da “parte da frente” que querem ou precisam se sentir superior aos moradores da “parte de trás”. Logo, evidenciam um poder simbólico de ter mais bens de consumo e bens duráveis do que os moradores da “parte de trás”, como já foi enfatizado. Os moradores da “parte da frente” querem ter o mesmo poder de compra e modo de vida da classe média que mora em outras partes centrais da cidade – e muitas vezes os tem -, direcionando o estigma de “pobre” para os moradores da “parte de trás”. A manutenção deste poder simbólico resulta em resistência econômica (de sentir-se ou de pertencer à classe média) e uma prática de cuidado de si (FOUCAULT, 2013) no plano dos sonhos, desejos e vontades; para construir um padrão de vida para si, superior aos seus vizinhos. Esta prática do cuidado de si fica evidente em frases como “aqui temos de tudo”, “nada

⁵¹ Todos os depoimentos dispostos em citação recuada neste trabalho foram gravadas em áudio durante minhas conversas e entrevistas com as interlocutoras. Sempre com o conhecimento e o consentimento delas.

nos falta”, “por que vamos sair daqui se estamos no centro, e temos tudo o que precisamos, além de nossa casa própria?!”. Por isso os moradores da “parte da frente” usam frases de distinções (BOURDIEU, 2007), no sentido de transpor estigmatizações e estereótipos sociais e territoriais oriundos de fora das baixadas. São práticas simbólicas que os moradores da “parte da frente” – e inclusive alguns da “parte de trás” que estão em situação de maior vantagem econômica – encontram para imporem-se nos seus microespaços territoriais e no sentido de lugar que encontraram para viver suas experiências. No entanto, acabam espalhando e reproduzindo ideias de medo, insegurança, e preconceitos ditos fora da baixada, ratificando equivocadamente as configurações da violência urbana⁵² e operando uma fragilização na própria prática de resistência dos moradores, porque há uma fragmentação dos espaços e uma fragilidade nas relações entre os moradores.

Há uma construção simbólica das “duas partes”, que elucidam o capital (BOURDIEU, 1996) por intermédio de uma espiral invisível que se torna visível no consumo: os moradores da cidade de Macapá estigmatizam moradores de baixada. Estes, por sua vez, criam classificações de poder simbólico para si. “Parte da frente” estigmatiza “parte de trás” por ter “certas condições” e jogam qualificações negativas para esta parte da área, destinando-lhes difamações e desqualificações. Já na “parte de trás” há a própria configuração de estabelecidos e outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000), uma vez que os mais antigos na área são os estabelecidos com melhores condições financeiras e de consumo, ratificadas nas benfeitorias da casa e nos eletrodomésticos dentro do lar, que muitas vezes nem são usados, mas são importantes para “estarem ali”.

E há os *outsiders*, famílias que chegaram depois, são mais pobres, não possuem emprego, não tem qualificação para trabalho, fazem pequenos bicos como catar latinha e vender água de coco na rua, não têm móveis em casa, nas épocas de chuva suas casas alagam e muitas vezes passam fome. Algumas destas famílias mais pobres possuem filhos adolescentes que querem consumir “o que os ricos usam”, como diz Maria. O problema é que eles não possuem capital financeiro para tal.

Deste modo acabam praticando determinados delitos, como pequenos furtos, andam armados com facas e tiram bens e dinheiro dos próprios vizinhos para manterem o

⁵² O sentido do termo “violência urbana” que utilizo aqui é o proposto por Machado da Silva (2008). Para ele, esta é um conjunto de práticas sociais que são frutos dos sentidos dados por seus “atores” (DUBAR, 2004) nas suas experiências realizadas na cidade, em que há, nestas práticas, o emprego da força física e também do crime.



Antes de chegar na ponte: Entrada via rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe

simbolismo de um capital social e financeiro. Na baixada não há traficante de grandes quantias nem perigosos assaltantes. Aqui há pequenos traficantes, que vendem uma trouxinha de maconha ou crack em pequeníssima quantidade e que precisam pagar ao grande traficante. Uma vez, muito depois que já a conhecia, Maria me contou que seu filho mais velho, Pierre, já foi preso. Na primeira vez, menor de idade, foi apenas detido, pela prática de um homicídio para salvar uma tia, em legítima defesa. O marido, bêbado, espancava a tia, que já estava desacordada. Ele correu e bateu no agressor com um pedaço de pau. Mas acertou-o na cabeça e matou na hora. Ficou preso apenas para acalmar os parentes enfurecidos do morto. Alguns anos mais tarde foi preso por venda de drogas. “Ele vendia droga. Era crack, ele vendia dentro da baixada. Ele era só a bomba dos caras grandes. Como eu te disse, né Roberta, eles só pegam os filhos da gente. Eles são de classe alta, são traficantes grandes e moram na cidade. Tão por aí. Eu nem sei quem são... ou sei até quem são, mas em nome de Jesus, eu não vou falar o nome deles”, disse. Isso confirma que os “violentos” da baixada são ignorados pela população de outras áreas da cidade e estigmatizados como “malaquinhos”. O poderio destes meninos e meninas dá-se apenas dentro da baixada, onde dirigem sua violência para apavorar idosos e adolescentes mais novos que eles. Deste ambiente extorquem roupas, dinheiro, eletrodomésticos. Fazem pequenos furtos para usar o tênis da Nike, boné da Adiddas, sandálias da Kenner, e roupas das marcas de classe média Starpolis e Tripé. Estes adolescentes se autodenominam de VASP (Vagabundos Anônimos Sustentados pelos Pais). Como um dia me disse Maria:

Mana, eles querem essas roupas porque é os ricos que usam. Eles querem se espelhar nos ricos, entendeu? Só usam sandália.... o menor preço de uma kenner é 50 reais. Uma starpolis é 100 reais, a mais barata é de 80. E a tripé é 100 reais uma bermuda. Então não é todo mundo que tem condições, e eles querem se mostrar que eles são igual os ricos. Na realidade é isso. Eles querem ser igual os ricos... Querem tá com chapéu, óculos, e é tudinho assim. A visão de um é a de outro. Porque o que o filho da vizinha quer o outro quer também.

É o padrão consumista do sistema de dominação cultural que impõe marcas e consequentemente desejos, vontades, verdades, dignidades. As vontades dos adolescentes nas baixadas – e aliás em todos os lugares – revelam meninos e meninas sonhadores, que não são inocentes, mas cuja dura realidade das determinações econômicas, sociais e

culturais são incorporadas sem a percepção da imposição da ordem social. No entanto a prescrição do padrão de consumo – e não da imposição multicultural – é totalmente percebida, e o adolescente resiste e utiliza táticas e estratégias para fazer parte destas determinações da globalização, numa sensação de igualdade perante o outro. Para isso, muitos adolescentes que não possuem dinheiro para comprar seus desejos acabam furtando alguns trocados na semana para passear no Macapá Shopping no sábado, bem vestido, tomando sorvete e impressionando quem o acompanha. Os capitais sociais e simbólicos, entre os jovens, não têm a ver com educação, mas com consumo. Eles não estudam e não querem estudar. Eles querem ter e usar. “O que um comprou o outro também quer. Todo mundo quer ser igual. Só querem ter, não querem estudar e trabalhar pra ter. Os pais é que precisam trabalhar”, diz Maria. Em alguns casos, para ter o que os outros têm, é que na madrugada alguns moradores veem “gatos pingados jovens” atravessando as pontes da baixada carregando televisores nas costas. “Eu olho a ponte e a casa mesmo (de madrugada), eu vejo eles passarem com televisão, bujão de gás, boooooomba... bomba d’água!!!”, conta Maria num sorriso triste. Essas andanças são fruto de um furto nas redondezas para, na outra manhã, viverem no sonho do capital social (BOURDIEU, 1983). Eles também detêm o capital simbólico do crime e das representações sociais e imaginários de medo entre os vizinhos, de querer ter o que é dos outros. Eles se acham poderosos, e também incutem este imaginário de virilidade e força. Como Zaíra que se apaixonou por telefone por um homem preso, que mal conhece e que lhe dá uma sensação de proteção. Como lhe disse sua mãe, “minha filha, entre tantos homens na face desta terra, você foi escolher ligar para um preso e começar um relacionamento com um homem que nunca viu na vida pelo telefone?” E ela sorri. Sente-se muito segura com seu marido, e diz que ele tem olhos em todos os lugares da cidade. E isto lhe é um grande orgulho: “Qualquer coisa que me acontecer eu ligo pros meninos do Iapen, e aí vocês vão ver o que acontece”. Muitos destes jovens abusam do uso de drogas baratas que estimula assaltos e mortes entre eles mesmos por centavos ou por pequenas intrigas, como na semana do incêndio em que uma moça foi assassinada por dever alguns reais a um traficante.

É neste contexto de relações sociais em que eles estão envolvidos que determinam o seu comportamento (cf. COLEMAN, 1990). Como muitas senhoras me diziam, que por mais que tentassem educar os seus filhos, com a maioria dos pais trabalhando e se esforçando, o dia-a-dia na baixada, e os grupos de interação, roubavam os filhos da educação que lhes foi dada. Ou seja, para que os adolescentes não fossem considerados

“amamãezados” ou “apapaizados”, como eles dizem (fazer o que os pais lhes orientam), eles são estimulados por grupos sociais de adolescentes a abandonar a vida de “filhinho de papai” e ingressar numa vida que lhes proporcione um benefício de capital simbólico em potencial, que é a consideração, a “moral”, “ser alguém”, ter a vantagem de usar roupas da moda e consumir os produtos que aparecem na televisão, usados por quem eles negam, mas no fundo mais admiram: os ricos. Após um tempo de práticas nestas redes sociais que lutam pelo capital social, os jovens sentem-se pertencidos a este universo. Este pertencimento somente se quebra quando um deles é preso e sofre violência física e simbólica na cadeia (ou assassinado); então volta não querendo “esta vida nunca mais”, como jura Pierre, filho de Maria, que foi preso por tráfico de drogas.

Enquanto uns agarram-se a pequenas oportunidades de mostrarem um valor simbólico de força física e de estilos consumidores, a declaração forte de Maria revela que os grandes traficantes são da classe alta de Macapá e escondem-se atrás de outras profissões de classe média alta. Eles revelam para a sociedade uma origem de capital social e têm um imenso poder simbólico percebido apenas nas áreas pobres de Macapá que lhes são submissas. Além disso, as áreas de ressaca como a Baixada Perpétuo Socorro, são “vendidas” como imagens de descontrole, insegurança, medo, desordem, fomentadas por um número pequeno de ricos, muitas vezes de forma ilegal.

Independentemente do lugar, saber viver é fundamental. As práticas sociais e as sociabilidades vivenciadas, sentidas, fazem do ser ordinário da cidade – se ele assim o quiser – um deus contador de histórias de suas experiências. Estas, por sua vez, como escreveu De Certeau (1994), acontecem ao rés-do-chão, na vida singela, simples, cotidiana; onde acontece uma criação/recriação das práticas e significações cotidianas de um determinado espaço. Os moradores da Baixada Perpétuo Socorro apropriaram-se de um espaço há muitos anos, e conceberam um sentido para estas práticas de vivências, praticando um lugar com relações, interações, identificações, subjetividades e sociabilidades.

Como a hora do café e os fins de semana. Falo da baixada, mas falo de Macapá. Depois do almoço há a hora da cesta. Para alguns, mais curta, para outros tantos, mais demorada, de barriga para cima, sono pesado para digerir o açaí, que foi comprado dentro da baixada nas três batedeiras da ponte. Além do açaí compra-se o complemento da carne nos churrasquinhos fincados nas entradas das passagens. Açaí com frango, açaí com charque, açaí com carne vermelha, açaí com peixe. Pois depois do açaí há o sono pesado e posteriormente a sociabilidade do café. Normalmente o café é o ritual das Entre 15h e

17h, às vezes estende-se até 18h. Chega essa hora e o cheiro do café passado exala, alguém aparece com pão francês, aqui chamado de “pão careca”. Este é adquirido na panificadora da baixada, ou nas panificadoras do bairro. Na mesa já estão uma manteiga com sal e uma faca sobre a manteiga. Quando o mês está iniciando e a família recebeu o dinheiro do salário, há na mesa amapaense um alimento tão querido quanto o açaí: a tapioca, que está cara, uns 7 reais e faz apenas algumas. Então quando há dinheiro o filho volta feliz com o pacote de tapioca. Em casa, alguém passa a tapioca na peneira para que ela fique bem fininha. Depois, com o alimento em uma bacia, coloca-se uma pitada de sal. E aí sim vai para uma frigideirinha para que tome forma, sem óleo nenhum. É um alimento muito saudável. Ao sair do fogo, alguém da casa já está a postos para passar a manteiga na tapioca quente. Enrola-se a tapioca e está pronto. Tudo junto com um café passado muito adoçado.

Há também as tardes em que o café é tomado acompanhado de macaxeira ou pupunha, nas épocas de janeiro a julho. Uma macaxeira cozida, bem salgada, com um pouco de manteiga, ou uma pupunhazinha salgada. Sempre com ele: o café. “mmmmm isso chega a me dar água na boca!!!”, grita Fernandes, para a risada de todos. Os cafés na casa de Fernandes são sempre divertidos e cheios de divagações da dona da casa. Ela come, sorri, conta histórias e elogia o que está comendo. Ao redor da mesa a família conversa, fala sobre o dia, ou acompanha os noticiários sensacionalistas locais, como o rota 16, e o Bronca Pesada, por exemplo. Além de reunir a família é a hora de convidar o vizinho mais próximo para um gole de café. Como Maria de Jesus, Isidora, Diomira, Cecília; Maria, Joana e Ana; Dona Argia e suas filhas Mariana e Terezinha; Zaíra, Maurília e Ipásia; Dona Zirna e a filha Cloé, e dona Isaura e suas vizinhas Madalena e Liquinha. Zoé tomava café em casa, sozinha, apenas com seus filhos.

Além da sociabilidade do café, todos os fins de semana, na baixada, são uma festa. As sociabilidades são em torno de bebidas e comidas. A padaria/bar já começa cedo, no sábado, vendendo cerveja, ou uma cachacinha, e grupos passavam o dia jogando sinuca na mesa de bilhar do lugar, na parte da frente ou jogando dominó em todas as partes da baixada. Quem perde toma uma dose do que tiver. Lá na parte de trás o bar de seu Barreto já se prepara para um grande dia. “A gente prepara caldo de chambari, e vende a 3 reais a tigela. Mas rende muito com legumes”. Mas, segundo ele, a renda do bar melhora na madrugada, quando o comércio da rua já está fechado e os moradores da baixada evitam sair bêbados da “comunidade”, para não “arrumarem encrenca”. Barreto, em conversa informal, relata que:

A carteira de cigarro é vendida a 10 reais. Depois de uma hora da noite não tem mais comércio aberto e o povo paga. E a gente fica 24h aberto em dia de sexta, sábado e domingo. O cigarro a unidade é 0,50. Dá muito dinheiro. Nos finais de semana a gente faz muito dinheiro. No final de semana faz uns 200 reais. A gente faz bisteca... muita coisa. Eu trabalho no bar e faço serviço de pedreiro. Dá pra ganhar dinheiro.

Barreto afirma que quando vendem a grade de cerveja inteira a renda é maior, vendendo a mais de 20 reais dos preços nos atacados. Ana não gosta de passar os fins de semana na baixada. Ela prefere ir para a casa de sua mãe, que reside bem longe do Perpétuo Socorro, lá no Bairro Açaí, na saída norte da cidade. Lá, ela diz que é mais calmo, porque na baixada, “não é calminho não. Tem festa, música alta, aí eles bebem e brigam entre eles mesmos... eles não fazem nada de comida ali perto, só bebem”, fala. Ana diz que na casa da mãe a família faz churrasco e conversam bastante. Ela e o marido não bebem há dez anos, desde que se converteram à igreja evangélica. “Sou da Assembleia. Eu vou lá na beira da Feira do Pescado. Lá bem atrás tem uma igreja. A gente vai no dia de quarta, sexta e domingo”.

As representações da realidade são diferentes da realidade. No entanto, de acordo com os relatos dos interlocutores, conforme as doses de bebida aumentam, a música também aumenta e, conseqüentemente, a sensualidade, as brigas entre casais, as discussões entre amigos, as brigas com ameaças de arma branca. O caldo? Que caldo? O fim de semana? Maria, que é agente de saúde, conta:

Agitaaaaado! Lá no posto de saúde no dia de segunda-feira a gente não trabalha (no sentido de não ter ninguém pra atender), porque na segunda-feira é a ressaca deles... e na terça-feira eles começam... (a ir no posto de saúde). Aí eles dão uma trégua terça, quarta e quinta (trégua de festa e de beber) e na sexta eles já começam a beber. Terça, quarta e quinta é dia de procurar o que fazer, fazer um bico. E sexta, sábado e domingo vai beber, vai assaltar, vai ouvir som alto, bebendo cachaça... não dá pra falar com eles porque eles tão porre... ‘poxa, mano, abaixa o som que tem um bebezinho aqui e ele tá dormindo’. ‘Olha, eu tô na ponte e a ponte é pública’. Ainda tem essa que a ponte é pública. É assim. E usa droga mesmo lá. Eu tô grávida e digo: ‘ei, mano, vai mais pra ali...’, ‘a ponte é pública’, aí eu disse: ‘olha, a ponte é pública, eu sou evangélica, eu sou de Deus, e eu tô grávida. Primeiro Deus e depois a minha família! Vão usar pra ali porque senão eu vou tomar uma atitude. E eu tomo mesmo, eu não tenho medo. Eu já moro aqui há

muitos anos... e não tenho medo de bandido não'. 'Tá, não, não, nós já vamos dona Maria'. Porque se der confiança usam na porta da tua casa. Fumar aquela fumaça forte que vem pra cima da gente. É assim baixada.

E o “brega está torando”, som muito alto, tecnomelody. É um brega na versão dance, com uma mistura de música regional e eletrônica ao mesmo tempo. Como o brega mixado por Dj Moisés que “bomba” em 2013. Começa com uma batida eletrônica e um teclado dando os acordes iniciais, que já remetem ao ritmo tradicional do brega. “tantan, tan tan....tantantantan”. E entra uma voz feminina aguda, em meio ao teclado: “Porque você já sabe, que tá guardando lembranças, de momentos nossos, que estão dentro de miiiiiiiiiiiiim”. Os casais dançam entusiasmados. Ele, bermuda, boné, sem camisa, copo de cerveja na mão. Ela, bermudinha apertada, blusinha curta acima da barriga farta, cabelo preso, chinelo havaianas, copo de cerveja na mão. E a música continua, vibrando no som profissional, com a mesma cantora de voz aguda, agora com o acréscimo do ritmo eletrônico: “é porque dói em mim, essa saudade que tenho aqui... e eu não aguento miiiiiiiiisss”.

Enquanto a maioria das pessoas participa de festas na baixada, nos fins de semana, Ana vai para a casa da mãe; dona Maria se tranca em casa com a neta Adriane; Dona Maria de Jesus, Vitória e Zirna vão para a igreja ou vão evangelizar para a igreja. A família de dona Maria de Jesus reúne-se em uma das seis casas para comer churrasco e tomar uma cervejinha. E se Fernandes não “rasga para o Curiaú”, como ela diz, já está “alegrinha” rindo e bebendo na casa da família de Maria de Jesus ou de quem lhe convidar, porque “mana, eu gosto de uma festa”. E a festa, de quem está na festa, vai até o clarear da segunda-feira.

A segunda que chega trás para muitos o gosto amargo na boca, a ressaca do ontem. A dor de cabeça, o embrulho no estômago, o sono, a raiva, o mau-humor, a prática de “não querer ser incomodado”. Quem encheu a cara ontem e não precisa trabalhar dorme até onde der. Há muitos outros que tem o dever do trabalho. Há outros ainda que faltam ao trabalho. A quem não bebeu cabe fazer silêncio e arrumar a casa, preparar chá de boldo aos familiares, fazer um caldo para melhorar o mal-estar. Aqui, para parte dos moradores, a segunda é o domingo. E a terça é apenas segunda.

6. Um cenário desconcertante

Os moradores da Baixada Perpétuo Socorro se identificam e constroem as suas relações e laços sociais espacializadas no entorno das concepções da “casa própria” e “espaçada”, perto dos equipamentos centrais de necessidade do grupo – como escola, posto de saúde, posto policial e supermercado –, e num contexto de busca pela educação dos filhos. O pertencimento, para estes moradores, é um sentimento que levou muitos anos para ser nutrido, uma vez que muitas pessoas “chegavam chorando” na baixada, pelo fato de estar morando em “cima de um lago”, num “buraco” e em um “lugar fedorento”. Mas, hoje, há pertencimento territorial gerado por anos – 10, 20, 30 anos – de produção do espaço. Eles criaram um espaço como “sendo seu”, ampliando velhas casas ou construindo casas confortáveis, com todos os móveis e eletrodomésticos necessários. As famílias mais precarizadas argumentam que a casa na baixada “é o que resta”, e também se sentem pertencidos ao bairro por “ser perto de tudo”.

Perambula no imaginário das famílias moradoras desta baixada a “conquista” – as lutas, os “acessos a direitos”, as “condições”, por meio de suas táticas e estratégias de lutas simbólicas e econômicas – da casa própria, mesmo sem documento oficial; uma conquista da emigração do interior, do meio rural, ou de outras cidades e até mesmo outros locais de Macapá, onde muitas pessoas viviam uma vida de dependência de outras pessoas (como morar com pais, tios); a conquista do conhecimento e da educação para os filhos; e uma forma de ascensão social de uma população de baixa renda, de quem “não tinha nada” e hoje já tem “casa própria e faculdade”. São conquistas e ascensões sociais que clamam pelo direito à cidade, mesmo que de forma “invisível”, ou “esquecida” pelo poder público.

Nesta política do espaço, vista nas microcenas (TELLES, 2007), do lado de fora de suas fronteiras ou limites (LYNCH, 1997), os moradores sofrem uma estigmatização territorial (WACQUANT, 2005) e são vistos e identificados como “os pobres da baixada”, os “malandros”, em que é reforçado um sentido classificatório de desqualificação social, gerando uma dor de indignidade pessoal, como já foi descrito. Entendo “pobres” e “pobreza” de acordo com as reflexões de Simmel (1986), em que a pobreza é uma construção sócio-cultural elaborada por não pobres, onde a noção de pobreza tem a ver com as metodologias de interação social em tempos e espaços peculiares. Estas construções de pobreza classificam as pessoas pela sua renda e local de moradia, levando em conta a residência em lugares “precarizados” e de “risco social”. Dentro da baixada, nas suas fronteiras, também há sistemas classificatórios que causam a

desqualificação social, como determinadas estigmatizações em torno da “parte da frente” e da “parte de trás”, com situações em que muitos moradores transmitem estigma ao outro morador. “Eu não sou pobre, já a família da fulana”... Eles afastam-se socialmente do outro, da “outra parte” considerada socialmente indesejada e lhes direcionam preconceitos. Alguns moradores da “Parte da Frente”, em algumas situações, utilizam a moradia – e o banheiro – como um “operador classificatório” e hierárquico (CECCHETTO & FARIAS, 2009, p.228). No entanto, o fato é que este grupo é invisibilizado, em função da ocupação a lugares da cidade de condições precarizadas (LEFEBVRE, 2001). Estes grupos, por sua vez, segundo suas falas, dão ares de não querer sair destas áreas de proteção ambiental porque são próximas ao centro; e parecem usar-se de táticas para requerer ao governo a reforma das pontes da baixada.

No contexto da pertença a este lugar de moradia os sujeitos que aqui vivem dão um sentido de lugar “bom” pra baixada, “porque aqui é nosso”, “minha casa”, “perto de tudo”, “supermercado bem aqui, escola bem ali, posto de saúde aqui do lado, polícia aqui no canto”. Após décadas de residência neste lugar, onde os moradores foram moldando o espaço de moradia ao longo dos anos, com reformas na casa e aterros de espaços alagados, ali é a sua casa, com fortes laços com os vizinhos “de porta”, sejam eles familiares ou amigos adquiridos em anos. A pertença, aqui, não é à baixada, ou a este “buraco”, como diz dona Argia. A pertença é ao bairro, lugar de feiras, comidas, lojas, supermercado, escolas e posto de saúde. Lugar de amigos, e de vizinhos que “ajudam quando a gente precisa” e de gente “que não incomoda”.

Por outro lado, os moradores negam – e em alguns momentos se contradizem – viver num lugar perigoso. Reafirmam que ali é o espaço que lhes proporciona uma “vida digna”, condição socioeconômica melhor do que em outros lugares da cidade, onde teriam que pagar altos aluguéis e dependeriam de transporte público. A moradia na baixada lhes ensina táticas e estratégias de vida, incluindo as de representação simbólica, como narrativas da segurança do lugar, e a capitalização social e simbólica, elementos que os ajudam a posicionar-se como agentes ativos frente ao sistema opressor da sociedade capitalista consumista. Mas, sentimentalmente, os moradores têm “medo” da violência simbólica que vem “de fora da baixada”, com preconceitos, rótulos e estigmatizações, e também têm medo dos “moleques” que andam “fazendo bronca por aí”, andando com arma branca pelas pontes da baixada. Algumas famílias, como a de Maria de Jesus e de Maria confiam na polícia e, caso precisem, recorrem a ela. Mas há outras famílias que não acreditam na polícia ou acreditam que ela faça parte de um sistema de interesses

simbólicos e financeiros, “eles vem aqui, se achando os bonzão, batem em pai de família honesto, batem em moleque, querem cobrar uma verba pra eles... mas não são todos os policiais que são assim... mas muitos são”, diz Zaíra. Zaíra, não quer nem ouvir falar em polícia: “ligo para os meninos do presídio (seu esposo e os amigos que estão presos) e eles vão tocar o terror”. Logo, a confiança e o sentido de segurança são destinados não ao Estado, mas a familiares e amigos que, muitas vezes, podem estar presos ou envolvidos em ilegalidades e informalidades, mas que transmitem segurança a eles, e onde os valores e as concepções de “crime” e “culpado” não são os mesmos do código penal (muitos amigos ou familiares presos são valorizados e admirados porque o motivo da prisão pode estar relacionado a tentativas de ajudar os moradores da baixada, quando se refere a delitos em prol de benfeitorias no lugar, por exemplo). Este sentido de segurança também se mostra na relação com o vizinho, que é “boa”, mas atravessada por conflitos e rupturas, como as “fofocas”, “ilegalidade” e “maus exemplos”. “Amigo” para os moradores da Baixada Perpétuo Socorro, são “vizinhos” e vice-versa. Mas ser “um amigo de verdade” ou um “bom vizinho” não é “viver um na casa do outro”, como diz Maria, e sim “ajudar quando a gente precisar” ou, como sempre falam Maria de Jesus e Fernandes, é “ficar na sua”, não “interferir na vida do vizinho”.

A baixada define-se não pelos seus limites espaciais, mas de interações sociais (AGIER, 2011). Não é, nem nunca foi, unida. Há um falso sentimento de união. Na verdade o que há na baixada é uma “lei do silêncio” cumprida em função de interesses e medidas de sobrevivência, que geram sentimentos de segurança. Se fosse um lugar seguro dona Maria de Jesus não nutriria um sentimento de tristeza e revolta pelo assassinato de seu filho, numa ponte próxima a casa dele. Diga-se de passagem, as brigas e os assassinatos, na maioria das vezes, ocorrem por passionalidade nos relacionamentos, brigas de casais, traições e, em alguns míseros casos, por dívidas pequenas de drogas baratas, onde geralmente os assassinados são adolescentes descalços. Escrevi este texto em muitos trechos no tempo presente porque vivi a Baixada Perpétuo Socorro. Porém, este lugar praticado durou aproximadamente 53 anos, até 15h de 23 de outubro de 2013.

CAPÍTULO 2 – Tem algo queimando: A dor e o sofrimento social de um evento crítico

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.” (Karl Marx)

O carro-pipa⁵³ dos bombeiros desceu a Ana Nery em alta velocidade, com a sirene ligada e buzinando, abrindo espaço entre a população atônita que formava um mar de gente. No desespero, as pessoas carregavam nas costas o pouco que tinham. As sirenes ouvidas em todos os lados faziam o desespero aumentar. Pessoas gritavam e choravam, adultos entregavam seus filhos para parentes e voltavam correndo arriscando-se em meio ao fogo para salvar os bens materiais que não tinham sido consumidos. Algumas pessoas, com botijões de gás nas costas corriam afastando-se dos 40 metros de altura do fogo espalhado em 26 mil metros quadrados no espaço entre a Rua Cândido Mendes, Ana Nery, Marcílio Dias, Pedro Américo e Quintino Justo de Almeida. A Baixada Perpétuo Socorro ardia em chamas e deixava aproximadamente 2 mil pessoas sem suas casas, seus pertences e seus pertencimentos sociais. Era a segunda vez que um incêndio afetava o lugar, mas o anterior, há mais de 15 anos, havia destruído apenas uma pequena parte da grande área.

Ao meu lado, um ônibus dos bombeiros parou e ao abrir a porta, bombeiros que estavam de folga desciam correndo as escadas do veículo e rumavam para próximo dos colegas. Todos os carros dos bombeiros de Macapá estavam no bairro. Quando os carros secavam, apesar do rio Amazonas estar a uns 500 metros do lugar, a pressão para a entrada da água nos veículos, naquela hora, era mínima. Então, novamente abrindo espaço loucamente entre a população e a avalanche de carros que engarrafavam o bairro, os carros eram levados até a praça Nossa Senhora da Conceição, no Bairro Trem, no outro lado da orla, para encher por meio de um aparelho de pressão que há na praça. Cada enchida levava em torno de 6 a 8 minutos. Mais o tempo de ida e volta.

⁵³No dia do incêndio, havia três carros dos bombeiros que transportavam água em grande quantidade. Dois da cidade de Macapá e um da cidade de Santana. A comunidade também contou com a ajuda de dois caminhões privados que tinham capacidade para armazenar água. Atualmente, em função deste incêndio de grandes proporções, a cidade conta com seis caminhões de bombeiros à disposição na cidade de Macapá, destes 1 tem o dobro da capacidade dos outros cinco. E um dos seis está destinado a combate de incêndio em áreas de vegetação, no entanto, também é usado se tiver incêndio de grandes proporções na cidade. Há mais um carro-pipa no estado, na cidade de Santana.

O fogo se iniciou depois das 15h na casa de Ipásia. Assim relatam os vizinhos. Mas a defesa civil diz que começou por volta de 16h40. Ninguém sabe ao certo. Ipásia não estava em casa. “Estava há dias na casa da sua mãe na Baixada Pará. Ela é viciada em crack”, me disseram. Os filhos, também viciados, fumavam crack em casa e brincavam com palitos de fósforo. Um dos palitos caiu em um colchão que encostou nas madeiras da casa. Eles, chapados, não viram, ou não fizeram nada, ou saíram. Ninguém nunca vai saber com certeza. Nem os acusados. O fogo começou a consumir a casa.

Momentos antes, o filho mais velho de Zoé, 32 anos⁵⁴ – esta que por sinal está grávida de sete meses –, com um ferimento no pé, precisou ir ao pronto socorro do bairro fazer um curativo. Zóe então trancou seus dois filhos dentro de casa.

Aí mandei meu filho tomar um banho, porque não dava pra fazer curativo fedendo, e aí não carecia de tomar banho mais tarde. Ai ele foi, tomou o banho dele e nisso deu tempo de eu fazer a outra dormir. O mais velho chegou com sono, porque eles estudam de manhã na escola José de Alencar, então de tarde eles têm sono. Aí eu disse ‘Umbora Maxi’, nisso dei banho pra minha Ritinha, e depois eu embrulhei ela no lençol e botei ela dormir. E foi assim que ela saiu da casa. Mas assim, vizinha, quando eu via qualquer cheiro de queimado eu ia lá olhar na Ipásia... porque a casa que começou o fogo era no lado da minha.... foi! Aí assim, se eu tivesse lá eu teria feito um alarde, mas eu não tava lá.

Mas como iria voltar logo, desta única vez não passou a corrente entre a porta e a trancou com o cadeado. Somente trancou a porta com a chave. Disse para os pequenos de 2 e 3 anos não abrirem a porta para ninguém porque ela já voltaria. Do posto de saúde viu as chamas e voltou desesperada. “Meu Deus, meus filhos morreram, meus filhos morreram queimados”. Ela continua, sempre chorando: “Eu corri, cheguei na baixada e minha casa não estava mais lá. Tinha fogo e não tinha mais casa. Eu pensei ‘poxa, meus filhos morreram queimados’”. Para e chora. “Aí eu me desesperei e desmaiei... eu só lembro quando eu acordei com uma senhora dizendo que eles tavam bem e que tavam na casa de uma tia deles pra cá já. Foi o vizinho que salvou eles...”. Ela suspira e continua: “Fui saber uma hora depois, achei até que ia perder o meu filho

⁵⁴ As idades dos interlocutores citados neste capítulo referem-se a idade na data do incêndio, em outubro de 2013.



Borrão no Céu: Visão que tive ao sair de casa. Estamos na esquina da av. Padre Julio com a rua Professor Tostes, na divisa do Centro com o bairro Santa Rita. Foto: Roberta Scheibe



Rua São José, na esquina da conhecida pizzaria Estrela de Davi. Foto: Roberta Scheibe

com o susto [...] Eu só queria saber de chorar e mais nada, pensava nas minhas coisas que eu batalhei pra mim tê...”. Esta era a dor de quem estava na parte de trás e foi afetado primeiro.

Próximo a casa de Zoé, dona Isaura, 74 anos, já estava tomando o tradicional café da tarde na casa da vizinha, a Liquinha, “porque nós se gostemo muito e eu tava lá. Então eu senti um cheiro de queimado e fui pra casa. Quando saí da casa dela vi que era fogo”. Ela, sem dentadura – que perdeu no incêndio, me conta: “Mana, todo mundo perdeu tudo! E as coisas que as pessoas salvaram o povo roubava. Mas eu perdi tudo mana! Nem sandália eu tinha no pé, agora eu ganhei uma”. Falando muito, e alto, Isaura, revive o pesadelo: “Aí eu gritei e bati palmas! Eles tavam tudo lá sentado conversando, e eu gritei ‘Baixinha, minha filha, a tua casa tá pegando fogo’! E aí pronto! Foi rápido, todo mundo só deu tempo de sair correndo. Não consegui pegar nem documento, nada, nada, nada. Nem meus filhos (salvar alguma coisa)”. Sobre isso, Vitória, 41 anos, narra que “eu queria salvar a minha cama, que tinha dado só duas prestações... Em vez de nós quebrar tudo... o meu marido dizia ‘não, não quebra, não quebra’, pro pessoal da igreja que tinha ido me ajudar. Quando eu cheguei o pessoal da igreja já tava lá ajudando! E assim como nós ia tirando o povo ia roubando”. Vitória diz que “quando eu cheguei (na casa) na correria eu joguei a minha bolsa num lençol e enrolei. E levei junto com as coisas. Depois tu pensa que eu achei? Eu nãaaaoo achei. Perdi tooooooodos os meus documentos! Tive que tirar tudo de novo. Carteira de trabalho, tudo, tudo, tudo”.

Da mesma forma corria Zaíra, de 19 anos, para salvar sua filha de um mês. “Tava tomando café com minha irmã e minha mãe. Resolvi ir no andar de cima dar banho na minha filha. Ela tava na banheira. Quando eu olhei pela janela o fogo tava chegando na minha casa. Só fiz tirar ela de dentro da banheira e saí correndo. Minha filha saiu nua de casa. Não salvei nada”, conta, ela, com os cabelos arrepiados, só com a muda do corpo e à procura de uma roupa para sua filhinha. “Fui pra rua! A minha vó não queria sair de casa, ela jogava as coisas dela no lago, mas não adiantou. Mas aí eu fui pro outro lado da rua, pra frente da Casa Estrela, aí depois minha mãe veio”. Zaíra beijava a testa de sua filha recém-nascida, alisava os parcos cabelos dela e disse: “Meu irmão quase morreu, porque ele tava bebendo e não acordava, mas aí meu tio foi pegar ele e saía bicudando ele pra ele acordar e sair”, relata. Assim também foi com dona Argia e seu Barreto, Zirma e Maria.

Muito rapidamente queimaram-se barracos, pontes, e casas de alvenaria foram completamente destruídas. Lá na parte da frente, nos lugares em que as chamas ainda não

havia chegado, pessoas resistiam em seu lugar de moradia, como dona Maria de Jesus. Mais tarde ela me dizia que sua fala era: “O fogo não vai chegar aqui não... é o lado oposto de onde tá queimando. Não vou sair da minha casa”. O fogo chegou e ela foi carregada pelos bombeiros. O vizinho dela, Remo, dizia: “Dona Maria de Jesus, sai daí, a senhora vai morrer”. Então, assim como muitas outras pessoas, dona Maria de Jesus e sua família tentaram tirar alguns móveis de casa. Alguns conhecidos lhes diziam: “Me dá aqui, eu levo ali fora para você”. “Na agonia a gente entregava, porque a gente conhecia as pessoas de anos e anos aqui. E quando chegava lá fora do fogo não tinha mais nada. As pessoas se sumiam com as nossas coisas e nunca mais apareceram. Nem para colocar o nome na lista para ganhar uma casa”, conta Diomira, nora de Maria de Jesus. O fogo gerou uma crise de confiança entre amigos, vizinhos e moradores. A outra Maria, 37 anos, também relata esta situação. “Uns meninos que moravam lá na ponte, que eu conhecia, me diziam ‘me dá aqui que eu ajudo a senhora’... no desespero eu dei, precisava tirar minhas coisas... achei que eles fossem me ajudar, mas eles sumiram com tudo... gente que conhecia de vista, e não estão em lugar nenhum... levaram minha TV, botijão de gás, geladeira, fogão, fiquei sem nada”. Assim como elas, Fernandes, 54 anos, também não conseguiu salvar nada. Jô, 34 anos, quase morreu, porque tentou salvar seu gato. Voltou para dentro de casa e o pegou. Quando foi sair, um pedaço do teto da casa desabou, o gato se assustou e pulou dos braços dela. Ela nunca mais o viu.

Neste capítulo, farei a descrição e narração do incêndio da Baixada Perpétuo Socorro, interpretando a tragédia à luz da teoria dos eventos críticos de Veena Das (1995), que a relaciona a fatos que ocorrem afetando uma coletividade, que até então vivia uma vida aparentemente tranquila e que passa de forma repentina a viver situações que quebram o seu cotidiano. Inspirada por Das, quero narrar o fato intercalando-o com as vozes relatadas da perspectiva de quem viveu, experienciou e sofreu com um evento crítico. Estas pessoas, por sua vez, que até então tinham uma vida anônima, num universo invisível, acabam tendo, de uma hora para outra, as suas vidas e suas intimidades expostas na esfera pública, dissecadas pelo poder público, pela mídia – que explora histórias de dor – e pela própria população que alimenta o sofrimento social via redes sociais. Essas vidas invisíveis que protagonizam o evento crítico inquerem o Estado⁵⁵ uma ajuda, ou

⁵⁵ Aqui entendo Estado na concepção de Pierre Bourdieu, “Sendo o Estado – se é que ele tem uma existência – um princípio de produção, de representação legítima do mundo social. Se eu tivesse de dar uma definição provisória do que se chama “o Estado”, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala

uma deliberação, muito fundamentada pela precariedade do lugar em que viviam, onde havia habitações classificadas como “subnormais” pelo IBGE (2010) e que, a partir do incêndio, passavam a ver e viver outro tipo de sofrimento social através de uma ruptura em seu cotidiano. Diante disso, a população afetada – os moradores, que se tornam agentes políticos (DAS, 1995), envolvem-se com o Estado e, também, confrontam-se com ele. Este, por sua vez, as reconhece como “vítimas” – no sentido de classifica-las, rotulá-las, nomeá-las -, e até certo ponto age “em favor” das pessoas, quando na verdade há um conflito de interesses gerando violência simbólica e a subjetividade do sofrimento social. Das (1995, 2001 e 2006) entende o sofrimento social como experiências, limitadoras ou não, da condição humana, através de duas formas, uma envolvendo grupos sociais que tem experiências coletivas, mas individualmente manifestam suas expectativas, percepções e agonias. E outra via interação social de experiências relacionadas a doenças. O foco neste trabalho está na primeira das formas. Pierre Bourdieu (2007) também traz uma contribuição de sofrimento social, atrelada à estrutura de poder do sistema. Para ele, o sofrimento faz parte de um sistema social encadeado no processo produtivo, industrial e consumista dos espaços sociais – logicamente praticados e cujas trajetórias sejam efetuadas neste ambiente. Para ele, o sistema amplia violências cotidianas – conceito este que Veena Das (1995) também utiliza – de todas as formas que se instalam prioritariamente nas situações de miserabilidade do mundo. Logo, os sofrimentos dependem de posicionamentos, trajetórias, relações com a alteridade e com experiências incorporadas. Há uma relação, em Bourdieu entre indivíduo e o social, intercambiada pelas relações sociais e estruturas sociais. Paralelamente, o capítulo evidenciará, à luz da teoria proposta, as opções de resistência (com base em Veena Das, 1995; De Certeau, 1990 e SCOTT, 2011) dos moradores, especificamente das mulheres, frente a um novo e incerto futuro que luta para manter-se frente a discursos e ações hegemônicas do sistema.

de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima” (2014, p.30).



Rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe



Rua Marcílio Dias tomada por moradores e população amapaense. Foto: Roberta Scheibe.

1. Das palafitas às cinzas: O fim de um espaço praticado

Por volta de 18h já anoitecia. As labaredas de fogo cada vez cresciam mais e já consumiam todo o espaço físico da Baixada Perpétuo Socorro. Na entrada, pela Marcílio Dias, achei que o fogo chegava a 40 metros, porque estava mais alto que a maioria dos açaizeiros do entorno. Meu coração apertou tanto... O lugar que ardia em chamas tão densas era exatamente o lugar em que moravam muitas famílias trabalhadoras, de gente simples, que lutavam por uma vida digna, que almejavam escolas para os filhos, entre tantos outros sonhos, inclusive o que eles já tinham conquistado, da casa própria. Nessa hora o vento aumentou... vindo da maré do Amazonas. E o fogo que apenas triscava os açaizeiros da área entre Marcilio Dias e Ana Nery os tomou com força. Como disse Zirna: “E lá vinha aquele vento açoitando o fogo. Aí depois os policiais chegaram e mandaram a gente levar as nossas coisinhas mais pra frente porque ia ficar muito quente”. Nesta hora os bombeiros começaram a derrubar as árvores para tentar amenizar o fogo e evitar que ele passasse para as lojas e para as outras ruas do bairro.

Um amarelo alaranjado ardia e explodia num negro aterrador e poluente que se misturava entre as nuvens no céu que começavam a surgir. As sirenes pararam de soar por uns 3 segundos, e então eu ouvi um dos sons mais tristes de minha vida: Pessoas e animais gritavam e choravam desesperadamente. Muitos dos animais, naquela exata hora, estavam morrendo queimados, presos a correntes nas casas de seus donos. Nessa hora a garganta engasgou, e o estômago embolou. Respirei fundo e tentei me fazer de forte. Ligava pra seu Lobo, um senhor que morava no bairro. Eu sabia que ele estava no meio do fogo tentando salvar animais. Tentava encontrá-lo. Não dava mais para entrar na baixada. Os cabos de luz e telefonia foram cortados/desligados na área. Nada funcionava. Não se conseguia fazer ligações para nenhuma operadora. Eu também comecei a procurar uma amiga que mora na pequena passagem Santa Marta, uma área de ressaca aterrada, bem próxima à baixada. Era minha amiga Ândria. Perdi as contas das inúmeras vezes que tentei ligar para Lobo e Ândria. Os interlocutores da baixada eu ainda não tinha os seus telefones celulares, somente o telefone fixo de dona Maria de Jesus, que aquelas alturas não iria tocar.

Quando o fogo foi diminuindo na parte que levava à Rua Ana Nery, eu e meu esposo pegamos o carro e atravessamos o bairro por outra rua. Já devia ser umas 20h. Tudo era muito escuro. Nessa hora as pessoas não corriam mais, porque não tinha mais o que fazer. Elas simplesmente vagavam, olhavam para o fogo, arrasadas, cabelos



Moradores retirando os botijões de gás da Baixada Perpétuo Socorro, pela rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe



Moradores próximos a Baixada jogavam água no pátio, com medo que o fogo se aproximasse de suas casas. Foto: Roberta Scheibe

desgrenhados, sujos de fumaça, com a roupa do corpo. Neste sentido, o evento crítico traz consigo sofrimentos sociais dotados da violência simbólica da perda da casa por um fato atípico, fruto de um erro humano, mas absolutamente sem intenção, que gera amplas, graves e longas consequências traumáticas para quem perdeu tudo nesse dia. Olhar para o nada, vagar com os cabelos desgrenhados, significa viver uma violência de fragmentação da experiência do viver, e – sobretudo – como defende Das (1995), encarar uma imensa ruptura num tempo e num espaço, onde o passado não tem mais sentido e a compreensão da realidade fica vaga, de uma hora para outra, de um minuto para outro, amplia uma lembrança recente. Uma memória ainda atrapalhada, que é presente, subterrânea e silenciosa de um passado presente na pele queimada e suja de fuligem de um sujeito social que teve uma guinada em seu cotidiano. Entramos por uma rua lateral, na direção da orla para dentro do bairro. Parei ao lado do supermercado Fortaleza. A noite já estava totalmente escura e não tinha luz. Como os telefones não funcionavam, eu gritava pelo nome dos amigos, parava ao lado de pessoas e perguntava se alguém conhecia Maria de Jesus, Vitória, Maria, Argia, Fernandes, Zirna, Ândria e Lobo. Eu e meu esposo, andávamos com a lanterna do celular, chamando por nossos amigos.

Entramos e paramos em frente a entrada da baixada pela via da Maestro Miguel. Ali o fogo permanecia muito forte. Eu estava a uns 100 metros do fogo, ele imperava em uns 25 metros de altura. Eu via aquele laranja que ardia no ar. As fagulhas voavam e se transformavam em espessa fumaça. O calor nos tocava. Ao meu lado e atrás de mim centenas de pessoas olhavam incrédulas o que acontecia. Pessoas que tinham perdido tudo. Pessoas que moravam ao redor, pessoas tentando encontrar suas famílias.

De tanto que procurei, mesmo no escuro – o fogo ficou um pouco pra trás – reconheci Ândria, parada, olhando o fogo à distância. Parecia um milagre ter encontrado uma das pessoas. Nos abraçamos tanto e ela nos disse que estava tudo bem. Como o vento virou, a Passagem Santa Marta, onde ela reside, não foi afetada. Entramos pela Santa Marta para ver como ficou a “parte dos fundos” da Baixada Perpétuo Socorro, por trás da rua Quintino Justo de Almeida. Circulamos em uma área de ressaca aterrada, em meio às casas. Eu ouvia os programas policiais provavelmente ligados em pequenos geradores, ou via aparelhos de telefone, pois ainda não havia luz. As pessoas olhavam para fora (vendo o incêndio ao vivo), e para os programas sensacionalistas que transmitiam ao vivo a tragédia.

Ao chegar na parte de trás da baixada, senti um aperto no peito. Uma sensação muito ruim. Havia uma área de 26 mil metros quadrados que agora era uma cinza dourada

brilhante. A sensação de dor era maior porque a cinza dourada era linda, visualmente falando nos termos de fotografia e linguagem cinematográfica, mas era um dourado que trazia uma tristeza sem fim e uma dor sem tamanho; porque a visão das cinzas que brilhavam carregava consigo a perda do lar e dos pertencimentos sociais de uma média de trinta anos de moradia. Tirei fotos para contar a história. Parecia a imagem daquele filme do Johnny Deep em que ele vendia chocolates, se apaixonava por uma mulher cuja terra da família italiana se dilacerou pelo fogo. E lá estava assim. Só que ao contrário do filme que só tinha parreirais de uvas, aqui eram parreirais de gente.

Enquanto a gente corria tentando ajudar, muitas outras pessoas faziam a mesma coisa. Muitos outros, claro, filmavam e fotografavam tudo para postar no facebook e, inclusive, gente mal intencionada achando “cara de demônio” nas fotografias entre as chamas; aproveitando-se da dor do outro. Enquanto eu e meu esposo acompanhávamos o incêndio, e tentávamos ajudar, sem sucesso, as pessoas nos convidavam para entrar em suas casas – nas outras passagens (que são áreas de ressaca aterradas, ocupadas e transformadas em moradia) para ter outra visão do incêndio, ou pelo menos mais de perto. Onde estávamos era a passagem Augustinho, que fica atrás do “Casa Verde”. Dali se tinha acesso a uma das entradas da Baixada Perpétuo Socorro. O desespero de todos era iminente. As mulheres choravam e rezavam “em nome de Jesus”, muitas famílias enchiam baldes de água e jogavam na direção da baixada, ou ao redor de suas casas, numa tentativa desesperada de proteção. Muitos enchiam toneis de água caso o fogo se aproximasse. Era choro, sofrimento, gritos. O Amapá estava em pânico.



Multidão na rua tentando tirar os pertences de casa. Rua Pedro Américo. Foto Roberta Scheibe



Multidão na rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe

A Baixada Perpétuo Socorro imergiu em cinzas. Todos choravam. As notícias que corriam eram de que tudo começou com uma briga de vizinhos, que duas crianças morreram queimadas, uma loja foi saqueada e um homem assassinado. As notícias não estavam corretas. E eu não vi nada disso. Vi bombeiros correndo, famílias ajudando outras famílias, e muita gente sem chão.

Neste dia 250 casas, de acordo com a Defesa Civil (G1, 2013), foram queimadas. No entanto, os próprios moradores estimam o dobro, uma vez que a maioria das casas possuía os “puxadinhos” para cima, ou para trás. Em cada um destes puxadinhos morava uma grande família. Mas ao visitante desconhecido, parecia ser apenas uma casa. Segundo o laudo dos Bombeiros, em informação amplamente divulgada pela mídia – e julgada pela imprensa marrom –, alguns meninos que estavam consumindo drogas brincavam com palitos de fósforos em uma das casas da “parte de trás”, “lá pra banda do Onorato”. “Onorato” era uma antiga loja de materiais de construção que se localizava nas proximidades da Casa Estrela, mas que hoje é uma outra loja de materiais de construção. No entanto, nem todos os moradores acreditam nesta versão ou duvidam dos nomes dos culpados. Como a grande maioria das residências era estruturada em madeira, e à tarde o vento perto da orla sopra forte, o fogo consumiu os mais de 26 mil metros quadrados em torno de 2h30. Os bombeiros lutaram contra o fogo até mais de 23h.

2. Todos perderam quase tudo: O sofrimento social e a resistência

Quem mais sofre em função destes eventos são populações de baixa renda, que ficam atreladas às sanções do Estado. Os sujeitos sociais afetados pela violência física ou simbólica propiciada pelo evento crítico podem estar vinculados a questões de parentesco, como foi o caso na baixada, em que se afetaram moradores da “parte da frente”, formada em torno de algumas famílias grandes (em que muitos filhos se casaram com os filhos dos vizinhos e continuaram morando na baixada) e da “parte de trás”, constituída de muitas famílias (havia em torno de 40 casas na parte da frente e 210 na parte de trás. Se levarmos em conta os puxadinhos, iria duplicar). Nestes casos de eventos críticos, as cláusulas seguidas por uma comunidade mantêm o grupo coeso até um certo momento – como vivenciei por ocasião deste incêndio –, porque seguem regras de interesses que se equivalem e proporcionam um equilíbrio, mesmo que aparente, entre eles. Nos casos em que há uma ruptura imediata do cotidiano – como o



Visão das casas entre a rua Ana Nery e Marcílio Dias. Foto: Jonatham Costa.



Local do incêndio já tomado pelo fogo. Visão do alto de uma casa de três pisos da rua São José.

Foto: Roberta Scheibe

fogo que destruiu as casas – todos se esforçam para restabelecer a suposta harmonia do grupo.

No caso da Baixada Perpétuo Socorro a protrusão é causada pela fatalidade do incêndio, resultado das escassas condições do lugar; mas que se forem refletidas de modo profundo e histórico, se chegará à ocupação de terras da União, à omissão do Estado em permitir habitação em terras de mangues, áreas alagadas e de preservação ambiental e em não observar as condições de vida nestas áreas habitadas. Governos estadual e municipal apenas faziam reparos em pontes e pisavam em ovos com a população desses locais para não perder a imensa quantidade de votos que os moradores lhes proporcionavam nas eleições (mesmo que desde 2010 tenha começado algumas ações de políticas públicas isoladas para alguns lugares de habitações “subnormais”). A desarmonia do grupo começa a surgir quando as primeiras famílias ganham suas casas e não tem mais interesse em lutar para que os outros membros da antiga comunidade ganhem suas casas.

Eram 23 horas. Logo que se percebeu as proporções gigantescas do incêndio na Baixada Perpétuo Socorro, Governo do Estado, Prefeitura, igrejas e voluntários se uniram para ajudar as “vítimas”, assim rotuladas pelo Estado. Nestas nomeações (BOURDIEU, 2014) e violências simbólicas (DAS, 1995) ratificadas pelo Estado, havia 700 desabrigados (aquelas pessoas que não tem para onde ir) e 1.245 desalojados (pessoas que ficaram na casa de parentes). As pessoas foram acomodadas, na primeira noite, segundo informações divulgadas pelos órgãos públicos e pela imprensa, no ginásio esportivo Avertino Ramos (em torno de 150 pessoas), lugar este localizado na divisa do Bairro Perpétuo Socorro com o Centro, na Rua Cândido Mendes (lugar muito concorrido pelas pessoas por ficar perto de “casa”, ou seja, do Bairro Perpétuo Socorro); na escola Edgar Lino (em torno de 150 pessoas), no ginásio Diocesano das Pastorais (com inicialmente 30 famílias e depois mais 12 famílias – Em torno de 300 pessoas), e também foram utilizadas como abrigo duas escolas no Bairro Perpétuo Socorro: O Mario Andreazza, a escola Maestro Miguel (em torno de 85 pessoas), escola Deuzuite Cavalcante e escola São Benedito, estes sem estimativa de número de abrigados. Estes dados foram de um relatório inicial da Defesa Civil (SANTIAGO, 2013).



Baixada Perpétuo Socorro destruída. Esta era a entrada por trás do Casa Estrela, pela rua Quintino Justo de Almeida. Neste local muitos moradores, cidadãos amapaenses e jornalistas registraram suas fotografias, diante de um calor quase insuportável.



“Parte de trás da Baixada”, próximo à casa de John Macapá, conhecido lutador de MMA, que era morador do local.

Havia muitas pessoas que trabalhavam representando Prefeitura e Governo do Estado, em tarefas como servir comidas e bebidas às pessoas que não tinham mais suas casas, organizar roupas e sapatos para doação, coordenar postos de entrega de doação (gerenciar as doações que chegavam e as doações que saíam. Vale ressaltar que a comunidade macapaense doou uma quantidade imensa de todos os itens necessários). Mas foi surpreendente o número de voluntários que não tinham vínculos com o governo, que na mesma noite do incêndio estavam dispostas a servir. Estas pessoas subiam as arquibancadas dos ginásios e/ou adentravam as salas de aula, onde as pessoas estavam se acomodando, levando bandejas de comida, roupas, sapatos, ou um simples abraço. Ao contrário de algumas determinadas pessoas – logicamente sem efetuar nenhuma generalização – forçadas por seus empregos de cargos comissionados do governo que andavam de salto alto carregando uma bandeja de bolachas na ponta dos dedos, sem de fato querer estar ali.

Quem perdeu sua casa, suas coisas, seus pertencimentos, tinha o cheiro da memória trágica impregnado no nariz, nas roupas, na pele. As pessoas permaneciam estupefatas, pareciam perdidas. Pegavam uma roupa doada, deitavam em colchões do exército ou doados por lojas de Macapá, tentavam falar com parentes. Não sabiam direito o que havia acontecido. Estavam arrasados. Ninguém falava muito naquela noite... As pessoas estavam em choque. Muitos grupos voluntários entregavam biscoitos, sucos, refrigerantes. As arquibancadas do ginásio Avertino Ramos, onde tive acesso no primeiro dia (até porque as escolas ainda se articulavam para receber as pessoas, já que havia muita confusão no bairro, bombeiros permaneciam apagando fogo e o bairro continuava sem luz), viraram uma grande vitrine de usados, pois a cada lance de arquibancadas havia camisas por números, calças por tamanhos, e uma infinidade de sapatos, cada número em uma arquibancada: 34, 35, 36, 37, 38 e 39.

Enquanto voluntários corriam de um lado para outro com a bandeja de cachorro-quente, caminhões de grandes lojas do Amapá como Center Kennedy e Domestilar chegavam em frente ao Avertino Ramos descarregando caminhões e mais caminhões de colchões para doação. Na quadra de esportes, havia banheiro de um lado para as mulheres e de outro para os homens. Colchões foram espalhados na quadra e telões ligados para que eles pudessem ver televisão no outro dia. Mais voluntários passavam com alimentos e bebidas. Conversei com algumas pessoas naquela noite. Todos haviam perdido quase tudo. Anastácia, 30 anos e mãe de cinco filhos, só não estava mais triste porque seu bebê recém-nascido acabava de ganhar um berço novo e as lojas de crianças mandaram

entregar roupas para todos eles. Talvez eles tenham passado a ter mais do que jamais tiveram. Inicialmente, percebe-se a benevolência e caridade do Estado e das empresas privadas amapaenses. No entanto, num segundo momento, se percebe uma força coercitiva por parte do Estado para enquadrar as pessoas nas categorias de “vítimas”, nomeadas e ratificadas, e por outro lado a resistência dos moradores sobre este poder disciplinador, ou, na categoria nativa, “humilhação”. Foi esta categoria que fez muitas famílias dormirem aglomeradas em casas de parentes para não precisar dormir em colchões doados, vestir coisas que lhes foram dadas de segunda mão, comer biscoito mole, cachorro-quente frio e tomar banho junto com muitas pessoas. Mas para quem não tinha para onde ir, restava apropriar-se do sofrimento sancionado pelo Estado e por empresas (estas logicamente sem ações mancomunadas e de má fé, mas contribuindo para o sofrimento social de ser pobre, estigmatizado, de não ter mais nada), num primeiro momento, fazendo com que o Estado se legitime (DAS, 1995) e, por outro lado, gere uma nova violência simbólica nos atores sociais. Esta é a força da legitimação inculcada pelas estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2014, p.227), que estão engendradas no espaço de relações dos agentes. Logo, apropriar-se das estruturas impostas pelo Estado, como submeter-se às estruturas deste, segundo Bourdieu, não deixa de ser um ato de cognição do que foi impetrado pela estrutura do sistema.

Eu estava lá. Conversei com todas as pessoas que pude, abracei outras, dei uma palavra de força, porque naquele momento eu também não sabia o que fazer. Fiquei lá até apagarem as luzes para que os moradores tentassem dormir. Já era 1h da madrugada. Muito provavelmente ninguém conseguiria dormir, mas fui convidada a me retirar, naquele momento, porque só os desabrigados poderiam permanecer no local. Naquela noite eu fiquei muito assustada: Com tudo o que as pessoas passavam, com a vulnerabilidade das baixadas, com meu trabalho de pesquisa que dava um giro de 180 graus, e assustada em estar pensando nisso enquanto outras pessoas sofriam. Lembro da mensagem que meu orientador Leonardo Sá me enviou, mais ou menos assim: “Roberta, agora ajude a todos, faça seu trabalho como pessoa, como voluntária, como jornalista. Depois relate tudo o que viu. Mais tarde conversaremos”. E foi o que fiz. Relatei a tragédia acionando doações nas redes sociais, fui doar roupas, levei alimentos não perecíveis para os postos de coleta, acionei amigos para doarem. Nos postos de entrega para doações havia quilos de roupas, muitos móveis e alimentos não perecíveis. Os jornalistas pululavam histórias. Histórias honestas, outras sensacionalistas explorando a

subjetividade e a dor das pessoas. Assim como os moradores, nesta noite também não dormi.

No outro dia, pela manhã, fui cedo ao local do incêndio. Ainda havia fogo e o lugar estava muito quente. Maria chorava de felicidade, pois encontrou Mia, sua gatinha, viva entre os escombros. Salvou-se escondida embaixo dos escombros da casa de sua dona, onde as brasas permaneciam... Conseguiu se esconder embaixo de uma marquise entre o fogo e a água. Estava ferida e muito machucada. Aliás, desde o dia do incêndio, Mia nunca mais miou. Além das pessoas, muitos animais passavam por intenso sofrimento. Seu Lobo e mais algumas pessoas que trabalham com proteção ambiental, passaram a noite recolhendo animais abandonados, perdidos e feridos, que moravam na Baixada. Na casa de Lobo havia uns quinze resgatados que foram tratados e medicados. Ele foi para a imprensa mostrar os cachorros e gatos encontrados. Alguns donos apareceram para pegar seus animais de estimação. Os demais animais foram doados à comunidade. Esta questão com os animais foi de grande comoção para todos, até porque muitos morreram acorrentados às casas de seus donos que não estavam em casa. Inclusive, na noite do incêndio, saindo da área queimada para o abrigo, encontrei uma família, pai, mãe e filha, indo para casa no escuro da noite. Eles estavam andando em fila. O pai carregava um gato filhote. Perguntei se era dele, a resposta foi: “Não moça, acho que ele morava na queimada... ele tá com um pequeno ferimento e tremendo muito. Deve estar perdido”, dizia o homem afagando a cabeça do gato. A filha, aparentando 6, 7 anos, entrou na conversa: “A gente vai cuidar dele, tia”. Aí eu lhes



Ginásio Avertino Ramos, um dos muitos locais de abrigo aos desabrigados. Foto: Roberta Scheibe



Local onde era a Baixada Perpétuo Socorro, no dia seguinte ao incêndio. Acesso pelo trecho da rua Pedro Américo, via Lixão Maestro Miguel. Foto: Roberta Scheibe

disse: “Poxa, se não acharem o dono dele, não o abandonem. Fiquem com ele”, ao passo que o senhor me olhou, sorriu e disse: “se seus donos não aparecerem, ele já tem um novo lar”, e seria um lar de gente simples, vizinha da baixada, de pessoas pobres e trabalhadoras, mas muito provavelmente um lar em que seria protegido e cuidado.

Pela manhã, nos abrigos, as pessoas que conseguiram dormir foram acordadas cedo. Havia informações ditas no microfone sobre as deliberações públicas e as ações a serem executadas por eles. A Secretaria Municipal de Mobilidade Social (SEMAST) organizaria uma lista com todos os moradores que comprovassem residência no local. Quem havia perdido seus documentos no incêndio seria investigado para ver se de fato morava no lugar. Naquela situação de dor intensa, havia muitas pessoas de outros lugares da cidade que estavam instaladas nos abrigos fazendo-se passar por vítimas. Muitos foram denunciados pelos próprios moradores, que nunca haviam lhes visto antes. Como me disse um menino na escola Maestro Miguel: “Mana, temos que cuidar! Lá dentro da minha sala tem uma mulher que eu nunca vi na vida!! Eu conheço cada pessoa que morava lá naquela área, e eu nunca vi aquela maluca...”, disse. Outra pessoa próxima também afirmou: “Nós temos que tomar cuidado, porque muita gente está querendo se passar por desabrigado para ganhar casa, roupa e comida”, disse. Os amigos ao redor concordaram com eles. Todos ajudavam a fiscalizar uns aos outros. Eram todas vidas vulneráveis que competiam, afinal, uma casa estava em jogo. Naqueles primeiros dias, Governo e Município levaram aos abrigos os serviços de emissão de documentos, àqueles que tiveram RG⁵⁶, CPF⁵⁷ e certidão de nascimento queimados, e, posteriormente, haveria a confecção da tão esperada lista para o recebimento de uma casa. Após a elaboração da lista, investigada e “sancionada”, seriam liberados os aluguéis sociais para as pessoas procurarem uma nova residência, até a concessão de uma casa pelo governo – o que também dependeria do nome na lista. Naquele momento, ver seu nome na lista era garantir a continuidade da própria existência, denotar um novo sentido para a vida das pessoas. O nome na lista oficial da SEMAST revela uma luta, uma resistência, o começo de um novo cotidiano, dando partida a novas formas de subjetividade, que em tese vai

⁵⁶ Registro Geral (RG) é uma carteira de identidade nacional que todo cidadão brasileiro deve ter para identificação oficial. É um documento de identificação civil emitido pelos órgãos de segurança dos estados da federação brasileira e distrito federal a qual o cidadão pertence. Contém as informações de identificação pessoal (nome, sobrenome, filiação e data de nascimento) de seu portador.

⁵⁷ Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é um registro do cidadão na Receita Federal do Brasil. Todo cidadão brasileiro tem um registro único de CPF.

impor novas ocupações de espaço, novos pertencimentos sociais, outras práticas cotidianas, outras significações e ressignificações para um passado que é presente.

Muitas famílias estavam divididas em abrigos diferentes, como dona Fernandes, que estava no Avertino Ramos, e seus filhos nas escolas do Bairro Perpétuo Socorro. Fernandes não sabia onde estavam suas amigas. Perguntou-me sobre Maria de Jesus, mas ninguém sabia do paradeiro dela. Havia até rumores de que ela teria morrido queimada... Na escola Maestro Miguel e na escola Mario Andreazza (pude acessar a três dos abrigos: Ginásio Avertino Ramos, Escola Mario Andreazza e Escola Maestro Miguel, mas permaneci mais tempo no ginásio e na escola Mario Andreazza porque a maioria de meus interlocutores estava nestes abrigos) as pessoas eram destinadas a salas de aula. Os espaços do pátio das escolas eram ocupados para pequenas caminhadas – já que eles não podiam sair por muito tempo dos abrigos –, para pequenas rodas de conversa, e para os momentos de café, almoço e jantar. Normalmente as pessoas permaneciam dentro de salas de aula, agarradas aos seus pertences. Alguns cachorros ficavam nas portas das salas, presos a cordinhas, com um copo de água ao lado e um pedaço de cachorro-quente. Eles estavam com seus donos. Quando alguém ia ao banheiro, outra pessoa da família, um amigo ou um vizinho “reparava” (cuidava) os pertences da pessoa e seu animal de estimação. Estes fatos mostram como o evento crítico reverbera no novo e transitório cotidiano. Ter que atar seu animal de estimação a uma porta, ficar grudado aos seus pertences, dividir uma sala de aula com outras pessoas, comer o que lhes dão e não o que se tem vontade, são formas de violência sofrida. Não deixar levarem seus objetos, o revezamento quase militar aos pertences, o “olho por olho, dente por dente” sobre o nome na lista, as reclamações frente à qualidade da comida, a demora na liberação dos aluguéis sociais, são pequeninas formas de resistência que se ratificam em formas de reabitar um cotidiano em transitoriedade.

As famílias de “certas condições”, como a de dona Maria de Jesus, foram para a casa de parentes sem precisar ficar nos abrigos (por isso as pessoas não a viram e pensaram que ela havia morrido queimada). Naquele dia, ter um parente onde se pudesse passar a noite ou os próximos dias era um grande poder simbólico (BOURDIEU, 2007), que representava “condições”, “dinheiro”, “importância”, “consideração”, e “dignidade”. A família de Maria de Jesus comprovou a residência no local porque tinha suas contas de luz regularizadas, então a própria Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) lhes deu o comprovante. A situação dificultou para as pessoas que viviam totalmente na informalidade. Estas dependeram de investigações e depoimentos de vizinhos, gerando

nos investigados sentimentos de humilhação, raiva, ódio e ressentimentos que foram processados no cotidiano instalado nos abrigos e escolas pós-evento crítico, com a sociabilidade reconstruída em torno da tragédia e de sentimentos de indignidade.

Logo, a tal lista foi o assunto mais falado da semana, gerou medos, expectativas, sonhos. Todas as pessoas com quem eu conversava me diziam a mesma coisa: “agora vamos esperar o que vai acontecer”, “estamos aguardando para ver o que o governo vai dizer”, “tomara que o governo nos dê uma casinha”, “a senhora é do governo??”, “Vamos escutar! Agora eles vão falar no microfone!”, “e essa lista que não sai?!”, falas que exacerbam o controle que o Estado tem sobre identidades, burocracias e pertencimentos. Ele, “O Estado”, age como se fosse o valor mais importante e sente-se acima da vida do ser humano. Há, nestas falas, revelações de imposições da ordem social, ou, como escreveu Lacan, uma espécie de criminalidade da ordem social (DAS, 2011), envelopada em “ajudar as vítimas” e esconder/omitir habitações impróprias, direito à cidade, ao seu centro e à moradia, e direito aos bens de consumo. As pessoas ficaram, por uns dias, aparentemente, submissas ao Estado, porque ainda pensavam em como resgatar sua honra e sua dignidade. Nestes dias subsequentes, enquanto a lista estava sendo investigada, as pessoas ficavam nos abrigos, não queriam sair deles para não perder nada, muito menos o nome na documentação oficial dos órgãos públicos. Assim como Bourdieu, eles também sabem que o Estado detém a legitimidade da força física e simbólica (2014), então ali havia um jogo de verdades (FOUCAULT, 2006), com uma encenação de submissão.

As pessoas que não moravam na baixada não podiam entrar nos abrigos. Eu conseguia entrar porque provei que estava fazendo uma pesquisa com os moradores, então me deixavam entrar alguns minutos por dia. Tempo que sempre burlei e acabava ficando em torno de uma hora em cada abrigo, até me pedirem para sair. Nestes dias as pessoas assistiam a filmes nos telões – muitos de animação para as crianças, os telejornais eram transmitidos ao vivo, para que eles “se vissem” na televisão, o que sempre gerava uma expectativa enorme. Todos queriam aparecer na televisão ou conceder entrevista “para a internet”. Quando eu entrava nos abrigos, a primeira coisa que ouvia: “Professora, a senhora me viu na televisão?”, “ontem dei entrevista pra internet”, ou, como me choramingou Fernandes: “Poxa, professora, eu também quero aparecer na internet”. “Aparecer” significava existir.



Local onde era a “parte da frente”, pelo acesso da rua Ana Nery. Foto: Roberta Scheibe



Entrada via Pedro Américo. Estas foram as únicas casas que não foram afetadas pelo incêndio, porém foram destruídas pelos bombeiros para impedir que o fogo se alastrasse. Foto: Roberta Scheibe

Às 19 horas, momento do jornal local da retransmissora da Rede Globo, tudo parava. Eles não prestavam mais atenção em nada, nem conversavam. “Vamos ouvir e ver o que vai dar!”. Em outro momento, presenciei a filha de Zirna, Cloé, ligando para o seu pai que estava morando no interior do Pará. Ele havia lhe dito que tinha visto uma matéria no SBT sobre o incêndio. E ela, explicativa, lhe disse: “Pai, mas tá dando direto, agora a Globo tá aqui ao vivo, vamos ver se apareceremos”! Logo, “aparecer” seja na TV, nos sites de informação ou conceder entrevistas para a rádio era sua forma de existir num mundo que antes para a sociedade era invisível e que depois do evento crítico ratificou-se em um mundo que lhes foi arrancado, cujo cotidiano foi deslocado. Desta forma, “aparecer”, era a oportunidade de experienciar, talvez em poucas vezes na vida, uma forma de visibilidade, de atenção, de dignidade e moralidade, mesmo que a imprensa só esteja lhes usando como personagens por alguns dias, e depois lhes vão esquecer. Talvez, quando fizer um ano, lhes lembrem de novo e depois, mais uma vez, lhes esquecem. Assim, estar na mídia é existir e resistir a um velho espaço habitado por anos, que não existe mais, mas que continua em suas vidas lhes marcando dor, destruição e ampliando fragilidades. Era a sua forma de testemunhar (DAS, 2011), de agenciar histórias e vivências, de se recriar, de gravar ou divulgar a memória de uma vida até então invisível para uma coletividade. Não deixa de ser um grito de socorro cuja ação caridosa geralmente vem disfarçada em imposições de ordem social.

Assim como no artigo de Barreira, “Política, Memória e Espaço Público: a via dos sentimentos (2001), neste caso também as mulheres são, sobretudo, as signatárias da condição de vítimas. Sobretudo são elas que concedem entrevista na TV, elas estão nas listas da Secretaria de Mobilidade Urbana (as prioridades são “famílias chefiadas por mulheres”), elas são maioria nas comissões de moradores, mesmo que o participante mais ativo da comissão tenha sido um homem. Elas chamam a atenção para o cenário político e emocional da situação. As mulheres articularam a presença nas assembleias de todos os tipos para tentar agilidade na entrega das casas. As mulheres são ampla maioria nas reuniões. Elas falam, brigam, dialogam. O que faz delas agenciadoras resistentes inseridas na condição de vítimas que lhes impuseram. O luto pela perda da casa se transforma em moeda de negociação, em poder simbólico, para a venda do voto, a negociação de melhorias no novo lugar de moradia – mesmo que estas “melhorias” sejam dever atribuído socialmente ao morador e não do poder público, como recolher o lixo espalhado pela família no quintal de casa. Logo, neste ambiente da baixada, da transitoriedade e da futura morada no conjunto habitacional, as mulheres são as



Práticas de sociabilidade no abrigo na escola Mario Andreazza. Foto: Roberta Scheibe



Ginásio Avertino Ramos recebeu muitas doações do povo Amapaense. É um lugar central e de fácil acesso. Foto: Roberta Scheibe

principais agenciadoras das experiências, da política cotidiana, do espaço de moradia, da economia doméstica, das relações sociais. Elas têm o poder simbólico de agenciar os códigos morais destes moradores: honestidade, resistência, moralidade. E a elas são destinadas, pela parte dos outros moradores, todas as honras simbólicas de soberania e respeito. Pode-se mexer com homem, criança, adolescente. Mas “não se mexe com mãe”, porque ela tem o poder simbólico de mediar todos os tipos de conflitos do espaço vivenciado por eles. No texto de Barreira, as mulheres são as protagonistas do ressentimento na política e nas experiências cotidianas e são guardiãs de vínculos sociais. Nas moradias em áreas de risco no Amapá, bem como neste caso de fatalidade envolvendo o incêndio dos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, as mulheres são as protagonistas do luto, da usurpação dos pertencimentos e das práticas de resistência locais. São as arqueiras das relações sociais e da memória local, porque são elas que reconstroem e dão novos sentidos a estas memórias, retomando lutas em torno de um tempo e um espaço que elas viveram e sentiram.

Para as crianças havia muitas práticas culturais amapaenses. Eram praticadas danças e cantigas de roda, filmes infantis, musicais, teatros apresentados por companhias da cidade e muitas brincadeiras, envolvendo as crianças e fazendo adultos sorrirem. Aliás, muitos adultos fizeram amizade, iam bater papo nos portões dos abrigos com os amigos que estavam “do lado de fora”, e a maioria deles, dentro do abrigo, acostou seu colchão – e quem conseguiu salvar algumas coisas, os seus pertences –, para perto de seus amigos. Fernandes não salvou nada, mas ganhou algumas sacolas de roupas. Zirna conseguiu salvar suas coisas, pois morava na entrada da feira e dentro de casa tinha poucos móveis, pois o restante estava em um box que tem na feira Ana Nery onde vende comida. Mas suas coisas estavam ao seu lado. E ela e Fernandes passavam o dia em agonia, esperando pelo futuro.

No desenrolar dos fatos, todos tinham uma expectativa muito grande em receber uma ajuda do governo. Em praticamente seis anos morando no Amapá, percebo que as pessoas têm um apego e uma fundamentação em torno do governo, como algo de origem paternalista, uma vez que até 1989 o Amapá pertencia à União, e como muitos interlocutores me dizem, “a gente ganhava tudo”, “baixava avião da FAB aqui trazendo comida, roupa...”. Decorrente dessa confiança no governo, também com base em seus direitos enquanto cidadãos, e também na falsa obediência, ratificando uma forma de resistência, os atingidos pelo incêndio aguardavam com ansiedade e preocupação as notícias sobre o rumo de suas vidas. Fernandes, Remo e Zirna, Anastácia, Vitória e

Maria, assim como todos, não conseguiam pensar em outra coisa. Paralelo a este pensamento, vinham reflexões com relação ao tempo vivido e também sobre o futuro que virá. Estas pessoas, fragilizadas por um evento crítico que promoveu uma ruptura em suas vidas, também foram violentadas simbolicamente. Vitória, que perdeu tudo, teve todos os seus documentos queimados, o filho inalou fumaça e passou mal, chegou a me contar que um casal foi visitar as pessoas na escola e que levaram presentes para sua família e seu filho menor. Apresentaram-se apenas com o primeiro nome. Brincavam, conversavam, levavam seu filhinho para lancha e para brincar. Muito tempo depois, em sua casa nova, chegaram a visitá-los e depois sumiram. Posteriormente, nas eleições, quando bateram em sua casa para pedir um voto, ela soube quem realmente eles eram: filhos de um candidato ao governo do Estado. Esta é a forma de exercer um “direito” – “cobrar um favor” – ou exercer um campo de poder desproporcional, de pessoas oriundas da “nobreza”, da classe “rica” e “poderosa”, sobre outras pessoas em condições inferiores de “vulnerabilidade”, “pobreza”, “humilhação”. Ou seja, uma troca de serviços, fazendo com que uma estrutura objetiva de ordem social seja introjetada nos espíritos das pessoas sob forma de “estratégias ideológicas” de dominação (BOURDIEU, 2014, p.401), como o que Weber chamou de “poder carismático” (p.412), aliciado como o mais nefasto e praticado em períodos de sucessões eleitorais, porque o líder carismático, ou seus agentes, munem-se de carisma para perpetuarem-se no poder criando uma forma de legitimidade ao agir num momento de crise. E estes filhos, muito provavelmente, num futuro não muito distante, serão sucessores do líder carismático, perpetuando a tradição familiar no poder e também a desigualdade social. Aqui há, portanto, uma relação de forças, com armas e condições desiguais, em espaços praticados de realidades sociais e culturais distintas, cujos agentes mudam suas posições conforme seus interesses, neste caso quem tem tudo alicia quem não tem nada – e para tanto, também precisa negociar.

Outra situação parecida com esta me foi relatada por Fernandes:

Sabe professora, tem gente que se *prevalece* com as desgraças dos outros, dizendo que o governador não tá ajudando... ele tá sim doutora (Fernandes, nos nossos primeiros encontros, me chamava assim, mesmo eu insistindo para que não usasse esse impositor “doutora”)! Ontem ele veio de cama em cama aqui conversar com todo mundo. Ele veio ontem depois que a senhora saiu, era pra lá de meia noite. O prefeito sentou aqui e o governador sentou aqui (no colchão dela). Eles nunca me fizeram nada, mas sempre me deram muita ajuda. Eu sei que eles têm os defeitos deles, mas quem me ajudar eu sou grata o resto da

vida. Quando eu caí, o pessoal do partido que ia e vinha me deixar em casa. Isso pra mim já é uma glória, e eu vou ser grata pro resto da vida.

Esta é uma tática que Fernandes tem para resistir. Dando a um partido e a um governador o aval de quem “salva” sua vida, e não a alguém que cumprisse com uma obrigação governamental ou que aliciasse um eleitor em troca de favores. É como se os governantes agissem como “proprietários de suas funções” (BOURDIEU, 2014, p.430), como se rigor, burocracia, operações estratégicas, serviços básicos à comunidade como saúde e transporte fossem um favor e não uma obrigação. Há, desta forma, uma manutenção dos campos de poder por parte dos grupos dominantes que detém um recurso social (p.431) constituído de ações que se corroboram na execução de palavras e favores, que, por sua vez, constroem uma realidade específica, de lutas simbólicas pelo poder, num espaço de posições – alguns com muito mais poder físico e simbólico do que outros –, cujas construções refletem posteriormente na realidade social das eleições, como uma luta que ironicamente representa uma legitimidade no mundo social.

Esta é uma estratégia de Fernandes, que ela inclusive vai admitir depois de mais de um ano de convívio comigo, quando voltamos a tocar neste tema e ela admite que “anda conforme a procissão” para conseguir o que quer. Para ela pouco importa em quem vote, desde que consiga suas necessidades.

3. Notas sobre resistências

3.1 O apetite de narrar: Intrigas e fofocas

Afinal, quem foi que “botou” fogo na baixada? “Se continuarem com essa história de culpar meu irmão vou ligar pros meninos do presídio e eles vão tocar o terror”, me confessou Zaíra, sempre repetindo esta frase de ameaça e beijando a testa e a cabeça de sua filhinha que há um mês nasceu com seis dedos em cada mão.

O período que envolveu os dias subsequentes ao incêndio, nos abrigos e escolas, foi de muita angústia e tensão; a angústia do nome na lista e da ordem de entrega do aluguel social e das casas prontas, a dor de estar longe da família, que estava espalhada em abrigos pela capital do Estado, a tristeza de estar em um colchão jogado numa sala de aula, junto com mais 10 a 20 pessoas no mesmo espaço, entre homens, mulheres e crianças, sem conforto e intimidade nenhuma, tendo que entrar em filas para urinar, defecar e tomar banho, aceitando doações de sabonete, escovas de dente, toalha, roupas

íntimas e roupas que lhes coubessem no corpo e muitas vezes que tiravam suas identidades. Um momento de medo de não conhecer quem dormia ao seu lado, ou porque não conhecia aquele morador, ou porque ele estava se passando por um desabrigado. Logo, concomitantemente a dor, sofrimento, humilhação e sentimento de falta de dignidade, os moradores viveram um período intenso de intrigas e fofocas, frente ao Estado e entre eles mesmos.

Primeiro foi a fofoca com relação aos culpados do incêndio. A polícia deteve quatro meninos que foram denunciados por fumar crack no local. Todos maiores de idade. Mas as conversas que nutriam as práticas das rodas de conversas dos moradores – principalmente na Escola Mário Andreazza, onde estavam alguns suspeitos – era de que apenas um destes meninos estava na casa com outros dois menores de idade e pequenos, e que este menino teria colocado a culpa também em outras pessoas. Estas, por sua vez, estavam na Escola Mario Andreazza. Eles faziam cara de “mau”, no entanto, não faziam discursos sobre si próprios, só diziam que iam pegar o tal delator. Mas suas irmãs, mães e amigas se encarregavam de lhes defender. Tudo se iniciou quando Zoé, a moça grávida e mãe de três filhos, começou a falar no pátio da escola – que possui uma espécie de arena, daqueles teatros gregos com o palco no centro e ao redor as arquibancadas –, que ela viu que aqueles meninos estavam lá fumando crack. Inclusive ela disse para um grupo de pessoas e eu estava entre elas.

Diz o laudo da Polícia Civil e dos Bombeiros do Estado do Amapá que havia quatro jovens consumindo drogas e que um dos fósforos teria iniciado o fogo. Zoé, que morava na casa ao lado da que teria iniciado o fogo, conta que os meninos estavam usando drogas e que eles são de fato os culpados do incêndio, incluindo os outros acusados. Ela contava e chorava. E declarou: “Quando eu saí de lá os meninos deviam tá lá fumando droga. Eu sempre via, às vezes eu falava, discutia com eles, era uma boca, eles fumavam crack, maconha, e o incêndio começou assim”. Ao redor de Zoé já estava formada uma roda de mulheres. Algumas pessoas – entre elas um dos acusados – estavam sentadas próximo nas arquibancadas da arena. Ela, corajosa, continua: “só que uns falam que foi a vizinha lá do lado que (e não os filhos dela fumando) tava discutindo com o marido dela... e a minha prima me falou que o filho tava brincando com um Bombril perto de um botijão, mas ela não tinha botijão!!” Nestas alturas a tensão já estava instalada. Os olhos dos acusados comiam Zoé. E ela não parou de falar: “A Ipásia não tinha Botijão. Sabe porquê? Porque eu morava do lado da casa dela e eu conhecia ela! Eu olhava pra dentro da casa dela, ela não tinha o que comer, ela comia na casa da mãe dela na outra ponte”! Por fim,

depois da esculhambação, faz que não é com ela: “E nesse dia ela tava dois dias sumida de lá, e eles (os filhos) tavam direto fumando! Só que eu não tenho nada a ver com a vida dos outros né, então deixava lá por conta”. Dona Isaura, com um vestido longo que lhe doaram, sem sua dentadura, estava “só filmando”, ou “só de olho”, ou ainda, “só na butuca” (termos nativos para observação) em Zoé. Pouco tempo depois, quando a conversa terminou e fui para uma sala de aula ver Zaíra e sua filhinha, dona Isaura foi lá se “enxerir” (categoria nativa para duas situações, uma “se meter” e outra “dar em cima de alguém”) e contar-lhe que Zoé estava falando mal de seu irmão:

- (Zaíra) – E agora tem mais essa confusão do meu irmão [...]... Meu irmão quase morreu queimado dentro da casa da minha avó...

- (Dona Isaura) Eu não quis falar nada, mas a Zoé tava entregando pra ali [...]

- (Zaíra) – Mas não foi, dona Isaura, não foi ele...

- (Dona Isaura) – Mas eu sei! Quase que eu me meto, mas daí deixei...

- (Zaíra) – Porque foi o filho da menina, que tavam brincando com bombрил... Deixa eu te falar... Foram os dois meninos da sogra da minha mãe (filhos da Ipásia), que tavam brincando com bombriiiiiil, tavam *fariscando* assim... rodando o Bombril. Aí *disque* o Bombril foi coisando, foi pegando no colchão e foi queimando. Isso era lá pro outro lado da ponte (da parte leste de trás). Aí foi que a Ipásia, a sogra da minha mãe, que já falou que o meu irmão tava no meio... E o outro já se acusou... O filho dela se acusou dizendo que tinha sido ele que tinha tocado fogo. Ele pegou os outros três abestados e entregou o nome deles.

- (Dona Isaura) – Parece que o menino, [...], se acusou porque ficou com pena dos meninos porque eles são criança... (os menores de idade). Eles são crianças, mas tem uma coisa (ela se refere a pena) pra eles. Parece que lá na prisão já tão querendo matar eles... (Os menininhos também eram filhos da dona da casa).

- (Zaíra) – E ela (se referindo a Ipásia) não tem que acusar nada, porque ela passava de semana ou até mês fora da casa dela, não era dona Isaura?

- (Dona Isaura) – Era...

- (Zaíra) – A Ipásia é a mãe do menino que se acusou e dos dois meninos que tocaram fogo. Todos eram filhos dela [...]

- (EU) – Vocês têm certeza que eram os meninozinhos que iniciaram o fogo?

- (Dona Isaura) – Era!

- (Zaíra) – Era... Eles eram crianças, a vovó falou que era pra meu tio [...] acordar o filho dela e o meu irmão, porque ele tava na parede lá do quarto dormindo... porque senão era pra eles tarem morto essa hora. O fogo já ia pra parede do quarto dele. Porque meu irmão sempre bebia com meu tio e ele dormiu lá no quarto.

- (EU) – Alguém viu esses meninos brincando com o Bombril?

- (Dona Isaura) – Aí que eu não sei... Quando eu vi a casa já tava pegando fogo, já tava cobrindo a casa... Isso eu sou testemunha que o fogo saiu da casa da Ipásia, porque eu fui uma das primeiras a ver e avisei.

- (Zaíra) – Só os meninos tavam lá, o meu irmão tava dormindo ressecado e o outro tava trabalhando. Os dois tavam trabalhando (os outros acusados). Então agora o meu irmão é um dos acusados, aquele moreno que tava sentado lá do meu lado antes, lá no pátio. Agora, isso que eu acho engraçado, a Ipásia não viu, como ela vai acusar? E ainda vão pegar um menor como testemunha de acusação? Não pode isso... (Ipásia confirmou a informação de seu filho para a polícia). Ele tem só 14 anos o menino que falou que viu eles lá dentro, porque eu não sei se vocês assistiram o Rota (o programa policial Rota 16), o Ericlaudio (apresentador) falou que era lombra (sacanagem, viagem) deles se jogaram droga um no outro. Mas se eles são viciado, viciado, vocês acham que eles vão jogar droga fora pra ficarem brincando de se jogar um no outro???? Nãããã...não... Agora eu tô querendo entrar em contato com os moleque lá da cadeia, porque Deus o livre... eu vou falar pra mamãe que a Zoé tá acusando meu irmão, não, mas não vou dizer da senhora (fala pra dona Isaura que não vai falar que foi ela que contou...)

- (Dona Isaura) – Eles botaram fogo no colchão...se eles tivessem jogado água...se queimasse era só a casa dela lá, mas não, quando eu cheguei o fogo já tava passando pra outra casa.

- (Zaíra) – Eu fico lembrando que eu era de deixar a neném sozinha lá... lá na rede lá em cima, eu deixava ela sozinha lá, que era mais ventilado... e o fogo começou logo de cara lá em cima!!! E tem mais uma, a Zoé não tem que falar nada, que ela foi levar o filho dela pro posto de saúde e deixou os filhos trancados lá na casa. Já pensou se não tiram eles? Se não fosse o vizinho... Mas eu vou falar pra mamãe...

[...]

- (Zaíra) – Mas ainda tá no processo ainda, a advogada falou que não era pra gente contar esse negócio na mídia, que era pra deixar só com ela lá... a gente tem testemunha que não foram os meninos, porque dois tavam trabalhando e o meu irmão tava ressecado.

- (dona Isaura) – Agora quem fez a besteira foi o irmão dos meninos (menores) que assumiu.

- (Zaíra) – Ele se acusou e acusou os meninos!

- (Dona Isaura) – Esse merece que dêem uma pisa (surra) nele...

- (Zaíra) – O moleque tá lá pra (Baixada) Pará com a mãe dele. Tão querendo matar ele já... Mas eu tenho fé em Deus que isso não vai acontecer (já pensando no irmão dela e não nas ameaças ao menino que se acusou...) Mas porque se não foi ele, por que ele se assumiu? E *disque* os policial civil falaram que sabiam que não eram eles, mas que era pra eles confessarem, que enquanto eles não confessassem eles iam continuar dando porrada. Mas polícia é assim mesmo, quando não acha culpado... Bate até dizer. A mamãe tá desesperada, tá tomando remédio controlado...⁵⁸

Esta situação relatada revela em primeiro lugar que a ruptura transgride o fim do espaço habitado de moradia e imerge nas relações sociais de vizinhos. Há, a partir dos fatos que integram a narração acima, um conflito entre os moradores a respeito dos

⁵⁸ Conversa que participei e gravei com a autorização das interlocutoras em 29 de outubro de 2013, no abrigo Mario Andreazza.

culpados do incêndio gerando uma reinvenção política entre eles. Zoé corre perigos ao acusar seus vizinhos, mas o faz em forma de resistência contra o abuso de poder dos traficantes, usuários e também dos apenados que parecem exercer grande poder na Baixada. Há uma desconfiança na ordem social e uma reordenação dos atos morais dos moradores, como o testemunho acusatório de Zoé, que parece querer o retorno de uma ética – ou de uma operação de resistência particular – que finda um tempo vivido em um certo espaço. Assim como várias pessoas me falaram, que eram “da banda da queimada”, criando através da estética, um discurso, ou seja, um modo de fazer da linguagem algo particular, linguístico, ordinário; e dos depoimentos algo concreto e – para eles –, verdadeiro, que revela a vida na perda de um espaço destruído, que trás dor e perda de pertencimento. Eles são da “banda da queimada”, repercutindo e digladiando relações de força entre o depoimento de quem via as coisas acontecer, como Zoé, e a fala de Zaíra, que tinha a ajuda dos meninos apenados. São trajetórias que, conforme afirma De Certeau (1990, p.97 e 98), são aparentemente “desprovidas de sentido”, mas ao percebê-las de perto se veem escolhas que estão na ordem da subjetividade e dos sentidos da vida construída neste lugar extinto, que tem a ver com proteção e segurança, revelando trajetórias como a de Zoé, de Zaíra, de Isaura, do irmão de Zaíra, que movimentam o espaço social e temporal do lugar vividos desenhando e redesenhando trajetórias envolvidas no tempo e no espaço que se transformam e se intercambiam.

As táticas são utilizadas contra amigos e vizinhos que – momentaneamente ou não – deixam de ser tanto amigos quanto vizinhos e que tem a ver com o desenlace da certeza do nome na lista que é uma estratégia estatal. Zoé revela a tática da denúncia, da “boca no trombone”, como foi dito. Zaíra revela um segundo tópico nos fatos narrados: as imposições de violências físicas e simbólicas pelos “‘muleques’ do presídio”, lugar em que estão muitos amigos, irmãos, maridos e namorados, tidos como “salvadores” e pessoas dotadas de poder, que são acionadas pelas mulheres em momentos de tensão e insegurança social. Os “moleques do presídio” são como o Estado na lei da baixada, cuja retórica, narrativa e ações encenam, performatizam, incutem e geram violências, para evidenciar uma subversão pública, mantendo a disputa de poder sobre preocupações e necessidades comuns a determinados grupos.

Um terceiro momento no fato sobre os culpados do incêndio é revelado na fala de Zaíra de um poder coercitivo e violento da polícia, que ratifica o monopólio do capital da força, digamos assim, mesmo que muitas vezes esta força seja exercida de forma injusta, ilegal e imoral. Os comportamentos policialescos são construídos com interesses de

dominação política e física, como se seu desígnio fosse universalizar e sancionar valores morais e preceitos de interesses e percepções, proliferando nas pessoas o que Bourdieu chama de “trabalho de inculcação de categorias de percepção e de apreciação comuns” (2014, p.453), como se o Estado e a polícia – como pertencente a ele – tivesse um princípio máximo de criação de ordem social fomentada pelos valores sociais estatais. Desta maneira, a violência ganha corpo nas histórias contadas e/ou impostas através da coerção e do abuso de poder contra os mais fracos na esfera social com outras subjetividades e valores morais.

A fofoca agitou os abrigos. Os da “parte da frente” não sabiam direito como havia começado o fogo, mas concordavam com o laudo. A fofoca fez com que os da “parte de trás” divergissem sobre os culpados, o que causou uma desunião no grupo. Eles estavam “de bico” uns com os outros. Zaira mal olhava para Zoé.

Neste período inicial da crise ocorreram várias outras fofocas e boatos, mergulhando no que nas obras de Veena Das (1995) podemos entender como transitoriedade, de mudança entre o local e o estilo de vida dos moradores e o processo transitório ao futuro próximo. É um momento propício a condutas e atitudes conflitantes, de tensões que no dia a dia ficam encobertas. As fofocas e os boatos, além dos culpados do incêndio, giravam em torno de como “tem gente que não está aqui, mas está com nome na lista das casas”, “Olha ali... até ontem andava de shortinho, agora tá aí, andando de saião”, se referindo às doações que chegavam às escolas. Mas também havia boatos maiores, como: “o governo tá querendo mandar a gente lá pro Bairro Ipê e Açai... mas a gente não quer ir pra longe não. Queremos ficar aqui no bairro, no centro”, “não vou morar longe não. Vamos voltar a invadir aqui”, “tão querendo fazer uma praça no lugar da baixada, mas vai servir só pra malandro fumar droga”, “aqui nós estamos no centro! Vamos ficar aqui!”.

Estas frases revelam a importância do espaço de moradia para as pessoas que viviam na Baixada Perpétuo Socorro, não somente pela casa própria e pelas sociabilidades, mas pelo entorno do lugar. Ali se acessava a pé – o que é deveras importante – minibox (pequenos mercantis), supermercados, escolas, postos de saúde, postos policiais e os órgãos governamentais, localizados em sua maioria da orla em direção ao centro. Os pertencimentos ao bairro e aos equipamentos centrais resultam em regiões territoriais em que se construíram sentidos, referências e trajetos.

As conversas dos moradores sobre “morar lá longe” diziam respeito aos conjuntos habitacionais construídos com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

em parcerias do Governo Federal com Estado e Prefeitura. Há, desde o ano de 2013 – antes do incêndio – políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Estado e principalmente pela Prefeitura de Macapá para a retirada das populações das áreas de risco e de proteção ambiental, naquelas residências chamadas de subnormais (IBGE, 2010). Em 2010 algumas ações isoladas foram realizadas, como o conjunto habitacional Mucajá, localizado no centro de Macapá. Para as novas políticas públicas há conjuntos habitacionais prontos e outros sendo construídos. Destes, dois são centrais e dois afastados do centro. Era para o Oscar Santos e para o Macapaba que a população não queria ir. Para estas pessoas, invisíveis nas baixadas do centro, mas acessando-o, morar nos bairros afastados seria como acabar com a própria existência, ou seja, estar invisível, ser invisível e não poder acessar os pertencimentos espaciais em função da falta de dinheiro e transporte.

Os moradores que acabaram de ter arrancadas as suas casas e os seus pertences têm como honra a moradia em lugar central, como forma de resistência frente à segregação e gentrificação do espaço, uma vez que há um sentido classificatório de desqualificação moral para quem mora nestes espaços de estigmatização territorial, em que determinados grupos sofrem um descrédito coletivo em função da precarização do local de residência, comparado aos padrões de moradia contemporâneos (Cf. Wacquant, 2005). Logo, as baixadas são sinônimo de resistência, de lutar por um espaço valorizado como central, afrontando o esmagamento (termo empregado por SCOTT, 2011, p.218) estatal, latifundiário e de conglomerados econômicos; resistindo no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e opondo-se à coerção dos aparelhos estatais.

Desta forma, relutar contra a mudança de seu espaço central de moradia, empregar uma falsa submissão, provocar incêndios (nunca será comprovado se foi criminoso ou não, mas particularmente não acredito nesta possibilidade) e difamar são formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2011) utilizadas como ferramentas de cidadãos ordinários e invisíveis da cidade frente às imposições do Estado e grupos dominantes. As pessoas não querem ir para lugares considerados residuais, afastados do centro, onde não há – num raio de metros, como era na baixada – vizinhança, supermercados, escolas, padarias com o pão feito na hora, postos de saúde e postos policiais, feiras e comércios dos mais variados tipos. Quem já mora nos bairros próximos aos conjuntos habitacionais na zona norte argumenta que: “Aqui a gente tem que andar bastante para chegar nestes lugares. Porque não temos carro, nem bicicleta e o transporte, além de caro, demora muito”, dizem. O Ipê (bairro de localização do conjunto Oscar Santos) e o Brasil Novo

(bairro de localização do conjunto Macapaba) não tem um fluxo de comércio e estabelecimentos porque são bairros novos. Ainda não há especulação imobiliária, e os moradores temem ser esquecidos e distanciados socialmente do centro da cidade, o que ampliaria as desigualdades e a dominação física e simbólica das classes dominantes. A gentrificação se expande, espacialmente e também abstratamente, ou seja, de modo simbólico pela valorização dos terrenos e do espaço onde se dão os lugares praticados. Logo, os lugares se hierarquizam (BOURDIEU, 2008) e ratifica-se uma abismal distância social entre casas no centro da cidade e “conjuntos habitacionais” – que já são marcas de estigmas, como discutiremos adiante – em lugares distantes do espaço social da cidade; fomentando uma fronteira simbólica entre “a posição social de morar no centro” e a “posição social de morar longe”.

3.2 Oligarquias simbólicas: A soberania das “Certas Condições” que evidenciam formas prosaicas de resistência

Outros momentos de intrigas e boatos se relacionaram ao paradeiro de algumas pessoas, como dona Maria de Jesus. “Como estão com o nome na lista e não estão aqui? Devem ter um QI (quem indica) no governo, só pode! E ainda se inscreveu com 5 casas!”. No entanto, o critério da lista era a comprovação da residência. Dona Maria de Jesus não estava desabrigada, e sim desalojada, nas nomeações governamentais que ratificam a categoria de “vítima”. Os colegas de seu genro que trabalha no Detran coletaram mil reais para que eles pudessem alugar uma casa, assim como a empresa Grão de Ouro, lugar de trabalho de Roberto, lhe enviou carros com móveis de necessidades básicas e cestas básicas. “Ai minha filha, Graças a Deeeeus nós temos muitos amigos, as empresas que meus filhos e genro trabalham alugaram esta casa pra nossa família por uns dias, estão nos trazendo roupas, calçados, cesta básica, água, não está nos faltando nadaaa!”, disse dona Maria de Jesus. Logo, há aí uma distinção do trabalho formal, que se mostra como um poder real, concreto, e ao mesmo tempo abstrato, de soberania, de “certas condições”, de sentir-se um estrategista e não sobreviver com táticas como os vizinhos. Mas é, também, uma maneira subjetiva de resistência (SCOTT, 2011), aliás, é o que fazem os assalariados brasileiros, senão uma resistência ao poderio do sistema? Conseguir fazer parte dele também é uma forma de resistir ao poder, a dominação, a subjetividade do orgulho e da dignidade humana. Dona Maria de Jesus e todos os filhos comprovaram residência no local através da conta de luz da Cea. Mas seu filho mais velho não quis a

casa, pois ele já estava construindo uma nova no bairro Brasil Novo, e cedeu a outra família que precisava. “Nós temos tudo legalizado, por isso nós conseguimos nossas casas, eu estou muito chateada com pessoas que estão me acusando de ser favorecida, mas eu não fui favorecida”, diz. “Eu fiz tudo direitinho e agora estou recebendo por isso. Há 30 anos pago energia da minha casa e tenho o papel que comprova a minha ocupação. E estes papéis nós salvamos no incêndio. Na Cea fui lá e tirei segunda vida dos comprovantes de luz de toda minha família, que por sinal estava tudo pago”, fala dona Maria de Jesus na resistência, também, de não querer ser um “descampado”, um “pobre”, um “necessitado”. O que mantém Maria de Jesus é a honra e o orgulho, conquistados com o suor de seu trabalho. Por isso ela se considera “distinta” e “com certas condições”.

Nos abrigos não havia mais “parte da frente” e “parte de trás”, eram pessoas dormindo juntas, escolhendo sapatos doados e torcendo para ter seu número, algumas pessoas passavam mal – em função da fumaça inalada –, um bêbado protestava só, em frente à sala em que se instalou a Semast, gritando que queria ficar no bairro e não ir para longe, que o governo estava atrapalhando sua vida e que ele tinha direito ao aluguel social o quanto antes. A tática do homem embriagado era gritar palavras contrárias às ações da Secretaria de Mobilidade Social, apontando o dedo para os mentores da coerção. Ele resistia, só, disfarçando sua lucidez de embriaguez. Protestava sozinho e amargurado, mergulhado em sua dor, contra a opressão e a ordem interpelada pela coerção do Estado. Sua tática de resistência solitária esboçava um desejo de circulação e pertencimentos praticados.

3.3 O sofrimento social do pertencimento arrancado

Dona Isaura, numa tarde quente na escola Mario Andreazza, me disse: “Eu não quero ir embora pra longe desse bairro... eu não quero não, eu não vou! Porque eu sou muito conhecida, eu sou muito ‘percurada’. Pensa, são 24 anos morando”. As pessoas ao seu redor, que acompanham a cena de dona Isaura, em pé, chinelos de dedos, com gestos expansivos, concordam com ela. Motivada ela continua sua fala de resistência: “Eu não vou não. Agora, eu não entendo, porque ele (governador) não limpa ali (no lugar onde queimou), não aterra e não manda fazer casa? Lá no mesmo lugar...”. A preocupação, na verdade, era com relação aos equipamentos centrais e a especulação da liberação de casas e apartamentos em bairros longínquos ao centro de Macapá: “se alguém adoce lá longe, aí não tem dinheiro pra trazer pra cá. Aqui, se adoce, liga pra ambulância, e a ambulância

nunca tá desocupada pra vir. Imagina pra lá”, argumenta. “No dia do incêndio, no Novo Horizonte – o meu genro é segurança da Unifap – pegaram um ‘takes’. Pra vir rápido pagaram 40 reais, já pensou? Agora pensa lá pra zona norte! Não tem escola, não tem hospital... Ainda mais a gente com os nossos ‘pobrema’”, desabafa dona Isaura.

Enquanto ocorriam as especulações com relação à liberação do dinheiro do aluguel social, de uma ajuda de custos em torno de R\$3.000,00 e de um cartão de crédito financiado pela Caixa Econômica Federal de R\$5.000,00 – que poderia ser devolvido em um prazo de três anos -, e também ao destino da futura moradia, as pessoas sentiam-se ao léu, sem nada, com o pouco que lhes tinha sido doado. Lembravam-se do passado recente e pensavam nas expectativas futuras. A maior preocupação era não precisar sair do bairro de pertencimentos, onde havia amizades e o fornecimento de suas necessidades de consumo.

A família de Maria de Jesus já tentava se acostumar com a ideia da moradia distante. Isidora chegou a me dizer que preferia ir ao Conjunto Oscar Santos do que ao Macapaba, porque lá era casa e mais “família”, com lugar para as crianças brincarem na frente das casas. Fernandes também dizia que só queria uma casa para morar, não importava o lugar. Maria preferia ficar no bairro, mas se não desse, não iria se opor. No entanto, a maioria das pessoas, como Argia, Zirna, Zaíra e Isaura, não queriam sair do bairro e revelam, nas suas falas, as subjetividades de mais de 20, 30 anos de pertencimentos sociais incorporados no Bairro Perpétuo Socorro, revelando trajetórias, sociabilidades e práticas cotidianas, como pode ser percebido na fala de uma das ex-moradoras da baixada:

Acordava cedo, tomava café, levava meu neto pra escola no Azevedo Costa, eu ia de pé, porque eu gosto de andar. Ia deixar ele, vinha de lá, e eu era muito ‘percurada’ pra puxar, porque eu tenho curso de parteira. Até a minha carteira queimou, eu tenho que conseguir outra... E era isso, eu lavava minha roupa na mão que eu não tinha máquina, a minha filha às vezes batia minha roupa na máquina mas quem espremia era eu. E era assim, eu ia comprar minha comida... às vezes dava uma deitadinha, me levantava e ia na casa da minha vizinha... eu não gostava de televisão, de novela, de nada, só do jornal. Depois do jornal eu ia dormir. Eu ia puxar barriga. Domingo (dia 27/10) vai fazer três anos que eu peguei o último menino. Aqui em Macapá, na minha casa, só na casa dos vizinhos eu já peguei 23 crianças. Ô meu Deus, tudo isso queimou, eu tinha uma relação com o nome das crianças, das mães, mas queimou tudinho, ficou só na memória... E eu fiz esse curso, passei, tinha minha carteira... E eu não quero sair daqui.

As falas, recheadas de verbos pretéritos, parecem ratificar o fim de uma vida habitada na baixada, de uma experiência praticada no espaço da moradia. O ato de falar, nesse momento, além de relembrar operações diárias também tinha a função de memória subterrânea (POLLAK, 1989), porque era uma voz de resistência em meio aos escombros e os relatos oficiais da defesa civil. Uma fala que define uma rede de conexões e uma malha (INGOLD, 2014), ou uma teia de trajetórias percorridas e sentidas. Todos se lembravam de bons momentos de sociabilidades e pertencimentos, impulsionados pelos bens culturais e sua produção local. O contexto da fala acima citada revela contextos de usos (DE CERTEAU, 1990, p.96) de outras práticas do morar, de caminhar, de viver. Os moradores tinham operações próprias, resistindo aos horários formais de trabalho, às formalidades de luz, água, a massificação da televisão. Naquele labirinto urgiam operações próprias, do café, da conversa com o vizinho, da cultura do parto natural, dos percursos no entorno da casa, fundamentadas num contexto de bairro tradicional, pobre, cuja culinária da cidade sai de seu seio.

Fernandes, a senhora baixa e gordinha, com problemas na visão, que adora utilizar o discurso como a principal de suas práticas ordinárias não cansava de dizer que, mesmo tendo violência física de gangues e traficantes, tendo que se fazer “de cega, surda e muda para no outro dia não ser encontrada com a boca cheia de formigas”, lá era um lugar muito bom para se viver, porque ocorriam rodas de conversa em torno de comensalidades ampliando práticas sociais em torno do consumo. Ela fala de uma vida muito recente: “Ah, era muito bom. Se reunia com a família, os vizinhos lá pelas 16h30, 17h, fazia um café preto, cozinhava uma mandioca, era muito bom. Lá no final de semana era bacana... tudo a gente inventava, era churrasco, era geladinha, era feijoada, era sopão... A gente fazia festinhas... agora sabe-se lá onde tão nossos amigos”. Vitória também me disse, nos poucos momentos em que a vi no abrigo (pois durante o dia inteiro ela continuava trabalhando): “vou sentir muita saudade dos lugares... Da casa, dos amigos próximos... sabe-se lá se vamos ver eles de novo”. Dona Zirna, senhora de 65 anos que estava sozinha esperando seu destino, também me disse em seu forte sotaque maranhense: “Ah, eu gostava demais, porque tudo ficava pertinho. E agora ninguém mais sabe pra onde a gente vai. Eu queria ficar perto do centro da cidade. Que é mais fácil”, disse. E de trás de seus grandes óculos de grau, que lhe dá o enquadramento de um mundo em ruptura, em indefinição e transitoriedade, ela me diz em voz calma e triste: “Eu acho que lá o que

aconteceu... o governo tem culpa, porque era tudo baixada, não acham um lugar pra botar esse pessoal. E às vezes acham, mas o pessoal volta”!

Então ela disse o que várias pessoas já me disseram: “Já me disseram que se mandarem embora (para longe do bairro) eles vão vender a casinha que vão ganhar e vão voltar pra lá construir outra (na Baixada do Bairro Perpétuo Socorro)... Olha! Tá muito apegado né!”, conta Zirna. Nestas práticas discursivas de Fernandes, Vitória e Zirna, aparecem lugares de pertencimento e o começo de novas percepções de mundo. Estas mulheres não são passivas, elas incorporam falas sobre o papel do Estado, das igrejas e das famílias. Estas pessoas, assim como a personagem Asha de Veena Das, também se colocam no papel de testemunhas e transgressoras (DAS, 1995). Nas narrativas há a ressignificação do passado e o começo de delimitações do futuro via imaginário. São, também, novas formas de habitar o seu mundo numa atividade que não deixa de ser “subversiva”.

As falas de Fernandes também revelam que este momento de ruptura não é uma violência isolada sentida pelos moradores. Eles viviam cotidianamente a violência (portanto, como diz Das (1995), ela pode descer ao cotidiano) seja nas ações das “certas condições” dos vizinhos, da metáfora de ter que calar-se frente a traficantes e mandatários ordinários do local, sobre o abuso de poder policial, além da violência e sofrimento social da pobreza e do distanciamento social e econômico das classes dominantes. Finalmente, a expressão de Zirna sobre “ficar perto da cidade” e estar “apegado” revela uma expressão de esperança, numa “forma de vida” (DAS, 1999, p.38).

Neste momento o fator tempo não agiu, porque para eles, o passado da baixada é presente. “Meu filho disse que ele tava na escada e que o fogo vinha por debaixo. Ele chorou tanto porque comprou uma casinha de dia das crianças pra filha dele, mas coitada... queimou a casinha, o velocípede, as bonequinhas, tudo. Não salvou nenhum brinquedo. As bonecas grandes dela foram tudinho... Eu disse pra ele não chorar porque Deus vai dar uma outra para ela. Mas graças a Deus tá todo mundo vivo”, disse Fernandes. Nesta fala, Fernandes, como narradora distante de um espaço, mas jamais distante de sua história descritiva no tempo, traz conselhos e ensinamentos morais (BENJAMIN, 1993, p.200). A situação vivida pela família de Fernandes, contada em detalhes, de modo artesanal, tem caráter extraordinário, porque tem exatidão, tem valor. E o fato vivido, em si, está morto no espaço, mas não na memória que relata uma versão do fato. Por isso o que Fernandes conta é um conteúdo com autoridade. Tudo o que acaba deixa uma coisa para trás, ou melhor, “como disse Pascal, ninguém morre tão pobre que não deixe alguma

coisa atrás de si” (BENJAMIN, 1993, p.212). É a vida lembrada (p.214), que morreu, mas que vive na memória e traz dor à família de Fernandes. E é este tom que dá sentido e moral a um elemento fundamental da narrativa: a voz do mundo místico que lhes dá um consolo. “Deus vai dar outra pra ela” e “Graças a Deus tá todo mundo vivo”. Para Benjamin (p.218) é “o consolo da voz da natureza” à figura do justo. A experiência de Fernandes é agora minha experiência também, pois sua narrativa foi incorporada em minha memória.

O compartilhamento da dor atinge as pessoas, que num primeiro momento enfocam um sentido religioso ao seu sofrimento, explicitado em falas como “Deus sabe o que faz”, “Deus tem algo melhor pra nós” ou “Deus vai dar uma outra (boneca) pra ela”; e num segundo momento passam a proliferar um sentido político, de análise dos fatos, como fez Zirna, e de resistências contra o Estado. A dor é racionalizada, como percebido em frases de “o governo tem culpa”, “era uma bomba que a qualquer momento ia estourar na nossa mão”. Zoé também chorava ao lembrar-se dos pertences de sua filha: “A minha filha, coitada, saiu com a roupa do corpo. Ela fez três anos esse ano (enche os olhos de lágrimas). Essa menina ganhou tanta roupa, tanta roupa, ela tinha aquelas bonecas que nem chegou a tirar da caixa”. No relato testemunhal, o evento crítico vivido – ou, neste caso, convivido – decompõe os sentimentos, fere o corpo (fisicamente, com queimaduras e machucados) e a alma (nos liames mais subjetivos), interrompe um modo de vida habitado, num cotidiano incinerado, onde se transmutam em cinzas os espaços habitados, as relações e as conquistas materiais que lhes são custosas. A dor eloquente de Zoé, que parecia não ter fim, aparecia em sua voz, entrecortada a lágrimas e soluços: “Ela ganhou uns vestidos de seda de cento e pouco que deram pra ela de presente quando ela fez um ano e que tava muito grande. Ela ainda nem tinha usado”. Para de falar e chora. Todos ao seu redor baixam a cabeça. Alguns silêncios parecem ser a eternidade. Zoé resolve continuar: “E eu não tinha usado porque a mulher comprou maiorzinho que ia dar nela com uns quatro anos. As coisas dela eram todas da Jequití, da Natura, tudo coisa boa, e agora ela não tem é nada”. As falas e os silêncios constituem um drama subjetivo, açoiado pelos símbolos tão vivos do “fogo”, da “queimada” e das “cenas de terror” que estão vivas em sua memória.

Maria também mostra, pela primeira vez, o deslocamento de seu cotidiano causado pelo evento crítico vivido e o trauma de sua vida ordinária vivida por mais de 20 anos naquele lugar. Ela faz questão de dizer que mesmo pobres, muitos sem estudo formal, que

a maioria dos moradores habitantes do local trabalhava, “eram honestos e dignos”, ao contrário da opinião que a população de Macapá tem sobre os moradores da área.

Apesar de ser uma favela, uma baixada, era uma periferia lá... Mas os pais sempre eles procuraram trabalhar. Nós, por exemplo, a vizinha Sergipana vendia o acarajé dela, o vizinho do lado tinha o bilhar e o bar dele, a outra vizinha trabalhava num colégio, o Miguelzinho sempre vendeu churrasco na rua... era o dia todinho eles vendendo, entendeu? A única coisa de maior necessidade lá era essa mulher que os filhos dela tocaram fogo... porque ela tinha 11 filhos... todos pequenos, entendeu? Toooooodos pequenos, um filho de um, outro filho de outro... e ela não trabalhava, a única coisa que ela sobrevivia era esse negócio dessa bolsa (Bolsa Família⁵⁹). Agora ela visita o Iapen, porque agora o marido dela tá preso né. Tinha vizinhos pobres, a Graça também, que tinha muitos filhos... uns 8 filhinhos ela tem... mas a maioria trabalhava. Ahhh, tiveram tantos momentos bons, aniversáriáááário... entendeu? Tem muita criança Roberta... e eles vem com fome. Porque se passa fome também lá, como eu te falei, os filhos da Ipásia... e quando a gente fazia aniversário enchia de criança que ia só pra comer. E era bom isso (no sentido de gostar de ajudar). Era coisa boa que eu podia ver lá. Quando os pais chegavam de tarde as crianças tavam lá, aleeegres esperaaando. Tem coisas boas também na baixada, não é só coisas ruins não.

Maria não é muito de falar “do que passou”, ela fala lentamente e arrastado quando lembra de seu espaço habitado. Ela conta que perdeu o que tinha de mais precioso: sua casa, os documentos e todas as fotografias de sua família. Uma experiência traumática que não será esquecida tão cedo. Em uma de nossas conversas ela parou, se encostou na cadeira, olhou pro nada e disse:

Não foram dez meses, foram 20 anos ali... A minha casa quando eu vi pegar fogo... era um pedaço de mim! Parece que era uma criança que tava gritando pra mim ajudar. Agora, como é que eu vou ajudar? Como eu vou ajudar a minha casa... ? (fica triste). Durante vinte anos que eu

⁵⁹ É um programa do governo Federal Brasileiro de transferência direta de renda à famílias em situação de pobreza (com renda inferior a R\$170,00) e extrema pobreza (renda inferior a R\$85,00) do Brasil. Podem participar as famílias que tenham crianças de 0 a 17 anos.

construí... poxa era importante pra mim a minha casa. Eu amava ela! (vai se emocionando) Todo dia eu cuidava dela. Eu amava a minha casa! São coisas importantes assim que vem... as amizades da gente... Tem uma saudade, porque nós perdemos, né, assim que eu me lembro... por exemplo, as fotos. As fotos ficaram tudo... Queimaram! Tudinho!!! (olhos cheios de lágrimas) Coisas... Coisas que tem muito valor sentimental! (as lágrimas escorrem pelo rosto de Maria... mas na sua voz ela permanece firme). Não material, mas espiritual, né. As fotos dos meus fiiiilhos (Fala com carinho), a foto do meu casamento, quando eu casei... tudo queimou lá... que tem importância pra gente (enxuga as lágrimas e sorri).

As lágrimas que escorrem pelo rosto de Maria expressam o tamanho de sua dor. Não somente a sua fala, mas nas suas lágrimas. É quando Das (2011), inspirada em Wittgenstein, fala sobre as linguagens do corpo, e também sobre os silêncios que falam. Estas linguagens aparecem num contexto de cotidiano e resistência que precisa ser mantido – por isso Maria enxuga suas lágrimas e sorri, continuando a falar no mesmo tom de voz calmo. Esta situação também pode ser percebida na fala de Vitória, quando conta:

Um dia eu chorei tanto lá (no abrigo), por causa da minha casa... eu fui trabalhar e a Clarice (amiga que mora com a família de Vitória e estava grávida. Ela é como uma filha para Vitória.) ficou lá no abrigo com os meninos. Aí quando eu cheguei, eles falaram que a gente tinha que procurar kitnet. Aí nós rodemo até umas 8 horas da noite eu e meu marido. Depois eu cheguei tão cansada, nós tomemo um banho (no abrigo), e não tinha mais janta. E tinha uns guardas que ficavam lá. Aí a gente foi atrás de comida lá e eles barraram nós (depois das 20h não dava mais pra sair do abrigo). Aí eu disse que eu tinha saído e o cara disse ‘eu não quero saber, a lei agora é não sair. Agora a senhora não pode sair!’ Égua, eu chorei tanto nesse dia, eu chorei tanto... Aí um homem veio ver o que tava acontecendo, eu falei, aí eu disse ‘infelizmente o meu patrão tá viajando, senão eu ia ligar pro meu patrão agora’, eu disse pra ele (por ele ser promotor público e poder “fazer algo por eles”). Aí eles perguntaram se eu queria um copo de leite... eu fiquei tão triste nesse dia, sabe... eu chorei muito mesmo! E eu disse: ‘Eu sou pobre sim, mas eu chegava em casa e eu tinha as minhas coisas. Eu nunca passei por essa humilhação como eu tô passando agora’. Aí a mulher da diocese veio e perguntou se eu queria bolacha, se eu queria leite. Aí quando foi no domingo a gente passou o diiiiia sem comer (diz rindo) não foi Clarice? (Clarice concorda com um sorrisinho). Pobre quando acontece essas coisas fica sem nada né. A gente não tinha nada... nem dinheiro. E a gente ficou esperando pela comida, e a prefeitura atrasou, sei lá, foi alguma responsabilidade, alguma coisa... A gente foi comer já de tarde... ficamos esperando. Foi umas 4 h da tarde quando trouxeram uma marmita lá pra gente. Aí de madrugada ela (Clarice) me diz.... ‘Vitória, Vitória, já tá me dando as dor’.... Aí eu

pensei ‘Meu Deus do céu... e agora que a gente tá sem dinheiro!!’. Aí eu chamei a ambulância e nós fomo. Chegamo na maternidade e não tinha leito. E aí lá vai... a gente pegou e foi pro São Camilo. Aí lá graças a Deus que tinha. Aí depois veio uns amigos da gente, a irmã dela, aí arrumamos as coisas lá. E ela ainda passou uma semana no hospital, porque o nenê nasceu com a pele toda amarela...

Vitória e sua família sofreram por exclusão, esquecimento social e moral. Perder tudo e não poder contar com a sensibilidade do outro doía em Vitória e a deixou tão triste. A este sentimento, Veena Das utiliza-se do termo “sofrimento social” para esmiuçar contextos sociais e políticos, como ferramenta de intervenção na realidade (1995). Assim, o sofrimento social adiciona experiências de dor, traumas, distúrbios, doenças, humilhação e perda dos pertencimentos (KLEINMAN, 1997). Assim como Vitória chorou de humilhação e de fome, como Clarice dependia do Estado para ter seu filho depois de ter visto queimar todas as roupinhas para seu bebê, compradas a muito custo, como Zoé teve um estresse traumático, dona Maria de Jesus sofreu de asma, falta de ar e crise nos rins, assim como Argia teve depressão, Fernandes desenvolveu dores intensas na cabeça.

A dor de Maria ao falar da casa, de Vitória ao sentir-se humilhada em passar fome, entre tantos outros exemplos, demonstram na linguagem, nos gestos e na voz uma dor que lhes foi desferida, exacerbam imaginários, subjetividades e pertencimentos, sentidos vividos e construídos. E, em todas as falas destas interlocutoras, é como se elas fizessem um pedido de reconhecimento e dignidade. A partir daquele momento ter vivido o incêndio no seu lugar de moradia passa a ser, também, uma marca de pertencimento entre eles, que gera laços de comunidade.

4. O sofrimento social e as resistências nas relações com o Estado

4.1 “Vocês vão nos matar?”

“Vocês vão fazer o quê? Vão nos bater?” Maria explodiu. Até então, no abrigo no ginásio Diocesano, ela tinha ficado quieta e chorava em silêncio pela perda de sua casa. Mas depois do que aconteceu com as adolescentes, aí, para Maria, foi demais. Naquela tarde de segunda-feira a defesa civil chamou a todos os “desabrigados” para sentarem em seus colchões e lhes escutarem.

O caso era que os banheiros femininos estavam todos entupidos por papel higiênico, absorventes e outros lixos. No microfone, com a imponência dos diretores de escola, diretores de presídios ou de um general, os representantes governamentais foram curtos e grossos: “vai ser a última vez que nós vamos chamar as mães pra falar”. Disseram que da próxima vez que um banheiro estivesse entupido, sérias medidas seriam tomadas. As mulheres, adolescentes e crianças começaram a chorar. Maria, então, indignada, gritou do meio da quadra, de onde estava seu ralo colchão: “olha, vocês poderiam ter evitado isso se vocês fizeeeeessem o papel de vocês! Se vocês tivessem o carro de vocês cheeeeeio de água não era pra tá acontecendo isso (referindo-se a um possível despreparo dos bombeiros no incêndio). Porque nós estamos sendo humilhados com isso que vocês tão fazendo aqui com nós, entendeu?” Não entra na cabeça de Maria como uma baixada que fica a menos de 500 metros do maior rio do mundo tenha acabado com um incêndio. Segundo ela foi falta de organização estatal. E continuou falando em voz alta e tom áspero com o representante da defesa civil: “Ninguém ensinou as meninas aqui. Lá na baixada não tem esses negócios aqui não (vaso sanitário). Então vocês deviam ter evitado! Lá na baixada a gente fazia as necessidades na retrete (lugar fora de casa onde os dejetos caem no chão. Elas não sabiam utilizar a descarga). Então, antes de brigarem que elas tão entupindo o vaso de vocês, expliquem antes como se faz”! O povo começou a aplaudir e “as meninas faziam ‘eeeeeeeeeee’ batendo palmas”. Como os representantes governamentais não esperavam esta “ousadia” da resistência de Maria, ela continuou: “Então o que é que vocês vão fazer daqui pra frente? Vocês vão voltar e vão nos matar? Vocês vão fazer o quê? Vão nos bater? O que é que vai acontecer? Porque nós tamo aqui mas tem gente olhando por nós também”. Maria estava indignada. Depois me disse que não se pode cobrar um tipo de postura ou de “educação” se a pessoa não tem ou não aprendeu aquilo. “No olho deles, que na casa deles é tudo muito chique, tem a mãezinha chique, que educou dizendo ‘é aqui no vaso sanitário, é aqui no lixo’. Né? Mas quem disse para aquelas crianças lá? Porque elas são adolescentes mas elas são crianças. E nunca ninguém disse”. Ela chorava de raiva e continuava me contando: “Porque lá a mãe saiu pra trabalhar de manhã e só chegou de noite. O pai saiu pra fazer bico e elas ficaram sozinhas lá. Quem foi que ensinou pra elas? A vida! A vida ensinou a elas. Então são certas coisas que eu me revolto e falo mesmo; nem pra rir nem pra chorar”. Maria figurava uma prática de resistência solitária, de bater de frente com os poderosos do governo “oficial”, fisicamente e simbolicamente, direcionando seu discurso para aquelas pessoas que tinham o que comer, onde dormir e o que vestir, e que trajavam-se de roupas oficiais

do Estado do Amapá e os violentavam simbolicamente. “Eu tava ali e eu não ia deixar nós ir cada vez mais fundo do poço, pra eles pisarem mais na gente. A gente nem sabia quem tava ali pra defender a gente”⁶⁰.

Maria é uma das únicas pessoas que ousa discutir com figuras da estrutura social do governo. Como ela mesma diz, comparativamente com outras pessoas, sua profissão de agente comunitária lhe dá um pouco mais de bagagem do que outras pessoas que são analfabetas, vivem de bicos e que não se sentem preparadas em termos de discurso para dialogar com os representantes da ordem social. Em todos os lugares que estive, e que Maria esteve, a vi se manifestar. Ela é muito respeitada pelas pessoas da comunidade pelas opiniões e também pelo seu trabalho, visto como uma espécie de “médica” na “comunidade”. Este embate de Maria com o poder público deve ficar para a história de luta de resistência cotidiana (SCOTT, 2011) de uma população vulnerável vitimada por um evento crítico. Maria responde ao “Estado” sobre sua repressão e hegemonia cultural e moral. Ela não se engendrou, não se organizou, não preparou um levante. Apenas levantou-se de seu colchão e falou. É uma forma cotidiana de resistir ao mais forte para defender seus pensamentos, seus valores e seus interesses, da forma que sabe fazer. Ali, a razão da resistência era moral, dizia respeito à honra, uma luta por dignidade, para apagar a humilhação social. Logo, as consequências de sua fala foram formas coletivas e informais de resistência que envolviam descumprimento de atividades (não tomar banho na hora estipulada, tentar sair do ginásio, sujar os banheiros), provocações ao governo (como as eleições estavam próximas eles ameaçavam “colocar a boca no trombone” e “ir para o Rota 16”, programa policial), ameaças e simulações de ignorância (como “ah, é? Agora que vamos entupir estes banheiros”). Naquela situação por mais que o Estado quisesse manter a coerção, as resistências via dissimulação (cf. SCOTT, 2011) eram maiores. E, afinal, o que o Estado iria fazer com eles, considerados estigmatizados, “pobres”, “malacos”, “ladrões”, “moradores de baixada”? Bater-lhes? Matá-los diante da população que via seu drama, diante da televisão que lhes tinha como a bola da vez na trama diária da luta pela audiência? Maria usou da marca de estigma que ela e os demais, na situação daquele momento, tinham circuncisada em seu corpo e sua subjetividade. Naquele momento, por meio de sua prática de falar, a senhora de 37 anos disse de onde vinha, mostrou sua condição social, de moradia e também de resistência. Expôs as fragilidades de sua comunidade e revelou sentimentos e ações da inferioridade simbólica

⁶⁰ Descrevo na íntegra esta narrativa de Maria, sobre este fato, em sua etnobiografia, no capítulo 3.

e física a eles destinadas. Assim, havia ali uma comunidade moral (DAS, 1995) que sofreu violências e humilhações conjuntamente. Além disso, Maria acusou o Estado de inexperiência, falha e intransigência no incêndio. Logo, acusações graves que, de certa forma, interpelavam a sociedade amapaense: Como, há alguns metros da quantidade imensa de água, não se pode fazer algo mais rápido? Por que não havia mais carros-pipa? Desde o incêndio os bombeiros foram mais bem equipados pelos gestores estatais. Estava, pois, instalada a tática de resistência dos moradores, que a partir dali começaram a dissimular, enfrentar e ignorar ações impostas pelo Estado.

4.2 Vidas de famílias valem R\$350,00?

Já no fim de semana dos dias 26 e 27 de outubro, Governo do Estado e Prefeitura Municipal decidiram pela liberação dos R\$350,00 do aluguel social a todas as famílias vítimas do incêndio. Num primeiro momento todos receberiam o valor em dinheiro enquanto ocorria a investigação sobre quem estava fraudando informações. Caso houvesse casos positivos, estas pessoas seriam excluídas do aluguel social e da lista para o recebimento das casas. As pessoas seriam destinadas para os conjuntos habitacionais Macapaba (Na BR da zona norte, no Bairro Brasil Novo), no conjunto Oscar Santos (na zona norte, no Bairro Ipê), ou seja, há uns 15 quilômetros de seu antigo lugar de moradia, e ao conjunto habitacional São José, no centro da cidade. No entanto, Macapaba e Oscar Santos levariam seis meses para ficarem prontos, e o conjunto São José um ano ou mais, se as obras do PAC não atrasassem. Cada núcleo de família de 3 ou 4 pessoas receberam o valor, ou seja, pai e/ou mãe e filhos. No entanto, não era nem é possível juntar os valores para alugar uma grande casa unindo a grande família (pais, filhos, netos e suas famílias) como era o caso da maioria na baixada. Logo, cada pequeno núcleo teria que alugar uma casa neste valor. A consequência foi a divisão de muitas grandes famílias espalhadas pela cidade de Macapá em imóveis alugados.

Após esta definição, os moradores esperaram a liberação do dinheiro do aluguel. Logo na segunda-feira, nos abrigos, começaram a procurar residências no Bairro Perpétuo Socorro. Mas poucos foram os felizardos em permanecer no bairro. A maioria que alugou imóveis nas redondezas pertencia à antiga “parte da frente”, e os demais conseguiram alugar pequenas casas em outros locais da cidade, incluindo outras áreas de ressaca, algumas no centro, outras longe dali. E enquanto o dinheiro não era liberado, as pessoas permaneciam nos abrigos.

A partir de quarta-feira as famílias esvaziaram os abrigos. A grande maioria das pessoas perderam seus telefones celulares. Muitos, na agonia, saíram para as casas alugadas e não passaram mais seus contatos. Com muitas destas pessoas eu perdi o contato, porque nos últimos dias eles impediram a entrada de todas as pessoas, inclusive a minha. Nas conversas, poucas pessoas diziam seus nomes verdadeiros ou completos, já que a maioria ali é conhecida apenas pelo apelido. Ao procurá-las pelo nome na lista, muitas vezes a casa não estava em seu nome, mas na de outra pessoa da família; ou seus nomes, como elas se revelaram, não estava lá. Desta maneira perdi o contato com Isaura, Zaíra, Maurília, Zoé, Anastácia e Eufêmia. Depois perambulei pelo bairro, perguntei a amigos, e ninguém mais soube delas.

As demais famílias foram se alocando. A família de dona Maria de Jesus inicialmente ficou em um quarto e sala no Perpétuo Socorro. Os outros filhos alugaram outras casas no Bairro Brasil Novo, bem longe de seu lugar de costume. Ela e a filha Isidora relatam momentos de humilhação, pois moravam no andar de cima de uma casa de madeira. Rodrigo, de 2 anos, não podia brincar, nem correr. E um dia fez xixi no chão e este pingou na casa de baixo. Pronto, foram convidadas a se retirar. Então conseguiram uma casa emprestada no Bairro Lagunho, próximo à secretaria de Comunicação do Estado. Uma casa grande, porém antiga e com alguns problemas de infiltração. Ali era o lugar de encontro de toda a grande família.

Argia e Barreto se mudaram para uma casinha nos confins do Bairro Cidade Nova. Um lugar de difícil acesso em função da quantidade de terra em períodos de seca; logo em período de chuva só dava para passar a pé, mesmo assim mergulhando os pés e pernas na lama. De um lado havia uma boca de fumo, onde os traficantes ficavam armados na rua. Para não passar por eles, era necessário dar uma volta de uns cinco quilômetros em meio à lama. Por pouco não atolei uma ecosport há 10 metros da casa deles, ou seja, só passavam carros grandes e olhe lá. Dor e resignação é o que eles viveram, depois de ver perdidas duas casas de altos e baixos na parte de trás da baixada, uma vez que Argia e Barreto cada um tinha sua casa. No decorrer dos anos, ela viúva, ele separado, resolveram namorar e juntar as casas. Fizeram um bar na casa de Barreto. Perderam tudo: móveis, eletrodomésticos do bar, e materiais de trabalho de seu Barreto, que é mestre de obras. Só os equipamentos dele estão avaliados em 15 mil reais. Perderam também o sentimento de dignidade e consideração, já que depois do incêndio não há mais roupas para dona Argia costurar, não há mais bar para ela cozinhar, servir e limpar – do que ela tem o maior orgulho –, não tem mais os materiais de Barreto. Eles estão num quadrado de madeira,

num lugar enfiado na lama. Dentro de casa uma pequenina televisão antiga, um móvel doado. Ao lado uma máquina de lavar e uma máquina de costura que seu Barreto comprou com um trabalho que fez. Há uma cozinha improvisada, sem móveis. As roupas estão guardadas em trouxas e há dois colchões de solteiro no chão. Só. “A máquina de costura eu comprei para Argia porque ela anda muito triste e depressiva. Já teve um AVC logo depois do incêndio de tanta tristeza, de tanto pensar no ocorrido. Ela pensa demais. Comprei a máquina para ela fazer o que gosta”. Dona Argia tem a máquina e não tem clientes. Ela está morrendo aos poucos de falta de consideração. Ela me olha e sorri, triste.

Zirma alugou uma casa no Bairro Perpétuo Socorro, depois foi morar há 15 quilômetros no Cidade Nova, e meses depois regressou ao Perpétuo Socorro, sem conseguir ficar longe de “seu lugar”. Ela mora num quarto e sala próximo à antiga Rua Nações Unidas, atual José Tupinambá. Vitória e Maria estão nos arredores do centro da cidade. Fernandes, primeiro foi para um quartinho no Bairro do Laguinho, mas lá foi despejada porque seu aluguel social estava há mais de dois meses atrasado. Ela também não recebeu a cesta básica. Está morando em um quartinho em outro local do bairro, exatamente ao lado da baixada, num antigo ponto comercial. Ela divide o espaço, com um banheiro, com mais 2 famílias. Cada espaço de 2X2 é dividido com um pano. No lugar há muita sujeira, moscas e mau-cheiro. Eu conheci o lugar. Fernandes estava com problemas de visão e esperando a cirurgia para curar-se da catarata nos dois olhos. Dias depois de minha visita eles tiveram que sair deste segundo lugar porque o dono iria voltar a alugar o ponto para o comércio. Logo, Fernandes foi morar de favor na casa da irmã, dividindo o quarto com as sobrinhas: “você sabe quando você tá sobrando, tá atrapalhando e não tá no seu canto. O que eu mais quero agora é minha casa, porque lá eu vou ser o rei”, me disse Fernandes, no dia em que voltou da Secretaria de Mobilidade Social, quando foi verificar a situação da lista.

Muitas pessoas relatam as dificuldades neste período. Dona Maria de Jesus passou mal, foi ao hospital com crise de asma e de rins. Quando se mudou para uma casa no Bairro do Laguinho, vivendo do aluguel social, ela me disse:

Mas eu vou te falar uma coisa, aqui mesmo, com esse aluguel social... é tão pouquinho, que a pessoa que não tem emprego, que não trabalha né... tem esses negócios de reparar carro, de trabalhar de diarista... essas pessoas, Roberta, tão passando fome! Até que roupa não, teve muita

doação de roupa. Teve roupa, roupa, roupa, roupa, roupa... de tudo quanto era bairro chegava roupa para essas escolas aí... Foi assim... mas falta comida agora... E as cestas, eles deram pelo Natal... Eu que sou curiosa também fui lá na secretaria do governo... Falei assim: ‘Olha, as minhas noras, nenhuma, ainda receberam as cestas de Natal...’. O cara disse: ‘O que dona Maria de Jesus?’. Eu disse: ‘Nenhuma!’. Aí ele puxou a agenda e tava tudinho o nome das meninas... todinhas! Só a minha que não tava lá porque tinham me entregue.

No período de novembro de 2013 até março de 2014, até as primeiras 100 famílias mudarem-se para o conjunto Oscar Santos, ocorreu entrega do aluguel social e de cestas básicas. Para as outras 150 famílias que esperaram até final de 2014, algumas até setembro de 2015, e umas 20 famílias que não receberam suas casas em 2016, o período foi e é de duras penas. Poucas famílias, segundo relatos, receberam as cestas básicas prometidas no Natal e no Ano Novo de 2013. As demais não receberam cestas, e os alugueis sociais atrasavam constantemente, fazendo com que muitas famílias, como a de Remo, tivessem que pagar o valor do aluguel trabalhando para as famílias que lhes alugavam casas. “A gente tá morando numa vila no bairro das Pedrinhas. Estamos lavando a vila em troca de moradia, porque o aluguel social está atrasado”, me disse Remo em uma reunião dos moradores afetados pelo incêndio. Os moradores viveram meses escravizando-se, rebaixando-se ao sistema, aos grupos dominantes e àqueles que almejam somente lucros e se esqueciam do direito à cidade e, sobretudo aos direitos humanos daquelas pessoas que viviam em meio a um sofrimento social e ao tão repetido sentimento e/ou condição de humilhação. Outro exemplo é o de Fernandes, que morava num lugar insalubre, um estabelecimento comercial improvisado para ela e outras famílias: “Olha professora, todo mundo morava aqui. Dividia o mesmo banheiro. Era moleque que não era brincadeira. Mas ele (marido da sobrinha de Fernandes) me botou ali porque sabe como é, sou parente”. Ela continua me contando: “mas ele pediu pro povo sair porque, sabe como é né professora, três meses sem receber aluguel é complicado. Eu pendurava minhas roupas aí nesse negócio (Um móvel de escritório simples). O Governo tá fazendo muita sacanagem, a pessoa três meses sem receber...”. O cachorro de Fernandes, salvo no incêndio, passou a morar na rua, pois ela não podia colocá-lo dentro de casa (alguns meses depois ele faleceu de desnutrição, anemia e virose). “O banheiro era aqui fora, tinha que sair para ir no banheiro. Era um sufoco. Eu não tinha nada. Nem TV, mas aí eu me juntava

com o pessoal que morava aqui. Ela (a vizinha) dividiu a nossa casa com um balcão e ela colocou a tv no meio, dai eu podia enxergar a TV também”. No outro lado da sala comercial havia mais uma família num espaço de 2X2 metros quadrados. A eles apenas chegava o som da televisão. Este caso específico das humilhações relatadas pelos moradores, há um sentimento de impotência perante o outro. Segundo Ansart (2005), a humilhação se enquadra a uma situação de relações entre atores. Um é sempre mais forte do que o outro, física ou simbolicamente. Se esta influência que ofende, agride, machuca o outro, for provisória, ou vivida por um momento, ela pode ser reparada através de uma resposta. Mas os casos extremos são como os vividos pelas pessoas que perderam suas casas e precisavam aceitar as condições e os modos de influência do Estado. Neste caso, a humilhação não é reparada, logo, é deveras desigual, fruto de coação, é “experiência de impotência” (ANSART, 2005, P.15). Desta forma, humilhação é uma situação que revela um sofrimento, cujo humilhado sente-se inferior, com o orgulho ferido, sensação de amargor, tristeza, tendo sua imagem e seus valores dilacerados e desrespeitados. Ou seja, é uma situação de sentimento de falta de respeito. A estas humilhações que não são reparadas, Ansart incorpora o conceito de “humilhações sociopolíticas” (ANSART, 2005, p.16), onde há, além destes sentimentos e situações, relações de poder, coação e imposições de violências simbólicas por poderosos para dominados. Estes casos de humilhações sociopolíticas são vividas conjuntamente por grupos afetados por situações específicas de disparidade social, como é o caso de quem perdeu sua casa no incêndio da Baixada Perpétuo Socorro, que, além do sofrimento social do evento crítico ocorrido, experienciam os olhares de reprovação dos outros, resultado de representações que reforçam preconceitos e sentimentos de intolerância e humilhação. Esta “humilhação coletiva” (ANSART, 2005, p.17) transformou-se em memórias, silêncios e resistências. Para entendê-las, é necessário, segundo o autor, repensar a situação vivida por estas pessoas frente aos afetos e, invariavelmente, seus pertencimentos. Para Decco (2005, p.106), a humilhação não é um sentimento, mas uma conduta de rebaixamento. Mas, para estas pessoas, sentir-se humilhado é ser indigno, é sentir-se inferior, rebaixado, desrespeitado. É um efeito, uma sensação, um sentido, que afeta as pessoas na sua sujeição, nas suas práticas subjetivas, na sua honra. E, por enquanto, para eles, não se vislumbra uma “cura” para este sentimento de impotência da humilhação forjada pelas distâncias sociais e culturais entre quem executa (o Estado, as instituições formais inculcadas nos mapas mentais das pessoas) e quem recebe a humilhação (pessoas sem casas, sem dinheiro, impotentes).

4.3 A dor do esquecimento de uma vida infame

Seu Barreto me liga quase chorando e pede que eu vá encontrá-lo. Ele descobriu um casal de velhinhos, de 77 e 78 anos que sobreviviam sem aluguel social, nem casa, nem kit, nem cesta básica nem nada. A senhora, Ângela, já teve um AVC dentro da baixada e já estava acamada. No entanto, no final de 2013, teve outro. Já era fevereiro de 2014. Amigos se reuniram para pagar um aluguel para eles.

Cheguei à casa do casal e seu Barreto falava e chorava de ódio e pena. Seu Barreto tem 53 anos e é um homem muito bonito. Corpo definido, cabelo grisalho e barba bem aparada. Deve ter aproximadamente 1,75 de altura. Ele havia sido escolhido como representante dos moradores para resolver estes casos de pendências com o poder público, e ajudava a todos que lhe pedissem. Ele chorava de raiva. Os velhinhos estavam em casa. A casa era alugada e tinha somente tijolos e o cimento. Ainda não estava acabada. Não havia nem a massa e muito menos a pintura. Na frente estava toda suja. Fui recebida pelo senhor, seu José. Recebeu-me com um sorriso e se desculpou por não conseguir falar direito: “No dia do incêndio eu caí na ponte, bati a boca no chão, cortei toda a gengiva e perdi minha dentadura”, e sorriu, sem nenhum dente. Ele levou a mim e seu Barreto para um quartinho de 2X2 onde estava dona Ângela, 78 anos, com todo o lado direito do corpo paralisado. Uma filha vinda de Belém lhe ajudava a levantar a cabeça. A senhora estava nua, coberta apenas com um paninho – porque chegamos – em frente a um ventilador. Dona Ângela me olhou e começou a chorar. Acho que ela pensou que eu era do governo. Meu coração apertava muito nessa hora. Muitas pessoas, no início, ou na primeira vez que me viam, pensavam que eu era do governo. “Não precisa chorar mãe”, disse a filha. Nunca vou me esquecer como dona Ângela me olhava. Ela quase não conseguia falar. Chorava, sem dentes, me implorando ajuda. Seu Barreto saiu do quarto para chorar. “Oi Dona Ângela... nós vamos tentar ajudar a senhora... não precisa chorar”... Ela chorava, me olhava, pegava na minha mão, beijava e chorava.

No dia do incêndio eles perderam tudo, inclusive todos os documentos. E como são velhinhos, não conseguem andar para sair de casa e tirar novos documentos de identidade e CPF, nem como averiguar a documentação da casa. A princípio ninguém havia informado sobre o caso para os órgãos públicos, nem seu Barreto sabia da história. Falta muita informação para os filhos do casal, que não sabiam como proceder. Seu Barreto estava muito revoltado com o descaso. Ele tremia e dizia que enquanto vivesse tentaria ajudar estas pessoas vitimadas pela tragédia. Ele não tinha almoçado, já eram mais de

15h. Liguei para a produção do GB, um novo programa com ênfase policial que também é veiculado pelo canal 16 em Macapá.

Enquanto esperávamos a reportagem do programa, deixamos dona Ângela deitada. Tentamos fazer com que ela dormisse, embora a filha nos dissesse que ela passa o dia e a noite tentando se levantar. “Tem horas que ela tá boa, conversa, fala com sentido. Mas tem horas que ela fala com a mãe, o pai, os irmãos... todos já estão mortos... ela tá variando”, diz a filha, que final do mês terá que voltar para Belém para cuidar dos seus filhos.

Enquanto tomávamos um café, eles me contavam o quanto a vida estava sendo difícil nos últimos dias. Liguei para o Ronaldo, técnico em enfermagem do posto de saúde e filho de dona Maria de Jesus. Pedi para que ele passasse para vê-la, auferisse sua pressão, levasse um médico, enfim. Ele me prometeu e de fato, no outro dia, foi até a casa dela (e me ligou de lá falando sobre a consulta médica).

Nisso chegou o carro da marca uno mille cor de uva do programa do GB. O repórter e o cinegrafista. Os vizinhos já apareceram lá fora. A reportagem contava a história de “descaso do governo com os moradores” e contou de forma “espreme que sai sangue” a vida de Ângela. Eu, como jornalista, sempre fui contra esse tipo de reportagem. Mas pela primeira vez na vida estava concordando com o teor dela, pois eles estavam apelando, negociando, fazendo alianças. Os canais sensacionalistas sugavam suas histórias, mas eram somente eles que iam até lá para ouvi-las. Algumas eram manipuladas, outras não; no entanto, era a forma de negociação que eles (moradores) tinham para atingir o governo, já que o programa de televisão criticava o Governo do Estado em todas as edições. Enquanto isso, outras pessoas vinham querer “fazer uma denúncia”, para os repórteres. Toda a vizinhança tinha algo a reclamar, como a senhora loira que veio dizer que seu filho estava sofrendo preconceito pela secretaria municipal de trânsito que o havia multado. Logo, são eles que dão atenção para pessoas que vivem em constante drama e sofrimento. Seu Barreto também ligou para a assessoria de uma deputada, de oposição ao governo. Ela prometeu intervir para agilizar a documentação para a liberação do aluguel e das cestas básicas para o casal. Pediu fotos e provas do lugar insalubre em que estavam. E a matéria policial utilizou-se do sofrimento dos idosos para criticar o descaso do governo. Após a matéria, eles receberam doações da população e ela recebeu assistência médica. Alguns meses depois dona Ângela morreu, vítima de outro AVC, e vítima da falta de consideração, da incredulidade das pessoas, sem receber o aluguel social. Dona Ângela teve uma vida infame (FOUCAULT, 1992).

Próximo dali a esposa de Barreto, Argia, morria de falta de consideração. Dentro de sua própria casa, Barreto tentava, mas não conseguia, ajudar a sua esposa. Ela ficava quieta, triste. Não tinha mais clientes para fazer seu trabalho de costureira, sua razão de viver. Seus amigos não a visitavam mais, pelo difícil acesso de sua residência. Logo, padecia de solidão, de falta de estima. Não tinha a quem ensinar seu grande conhecimento sobre ervas, sua aptidão para a limpeza do trabalho doméstico de que muito se orgulhava. “A agente de saúde sempre que entrava na minha casa dizia: ‘Na casa de dona Argia é sempre tudo limpiiiiiinho, limpiiiiiinho’”. Dona Argia encontrou em mim, em nossos poucos momentos, alguém que a ouvisse. Era seu ato testemunhal (DAS, 2007, 2011), seu ato de resistência. Ela me contava toda sua infância, na ilha de Chaves, interior do Pará. Toda a dificuldade de perder sua mãe ainda criança, ser criada por um pai muito rígido, fazer todo o trabalho de casa. “Eu ariava panela com areia. Ficava limpiiiiiinho”. Sempre dizia a frase final com muito orgulho. Depois me contou sua quase morte ao ser mordida por uma arraia, sua primeira e única “visagem”, como se refere a ver um espírito, o que lhe impôs respeito e devoção a Deus. Contou-me de seus profundos conhecimentos sobre ervas medicinais e seu amor pela limpeza. Naquele dia ela estava sentada no chão de sua casa, corpo longevo, esguio, unhas pintadas de “Brasil” (já estávamos em período de Copa do Mundo). Ela sorria e me contava sua vida. Seu maior prazer da vida era trabalhar e sentir-se útil. Alguns dias depois sua casa foi assaltada e levaram-lhes os poucos móveis que tinham. Numa noite quente, deitada na rede, poucos dias depois de nossa primeira longa entrevista, e de muitos encontros anteriores, dona Argia teve seu segundo AVC. Levaram ela de bicicleta até a rua principal do Bairro Perpétuo Socorro e de lá de táxi até o hospital. Desde então, seu Barreto tomava banho na casa de amigos e passava dia e noite no hospital com sua “Dona Argia”, como ele chamava. “Nem minha barba eu aparo mais”, disse-me numa tarde de sol a pino, em frente ao pronto socorro, chorando, quando me chamou para dizer que era só esperar “Deus chamar dona Argia”, pois ela tinha acabado de ter morte cerebral. Os filhos de Dona Argia também zelavam pela mãe. Como ela estava no pronto socorro, na UTI⁶¹, seu Barreto e os filhos passavam o dia no calor ou até no sol, encostados no muro do pronto socorro de Macapá. Argia morreu dias depois, no hospital público de Macapá, sob a presença do agora desgredado e barbudo seu Barreto, que viu a tragédia bater à sua porta. Ele que havia ajudado tantas pessoas, não conseguiu salvar sua esposa (como ele me disse: “Eu arrumei até doação de

⁶¹ Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um termo que significa uma unidade de monitoramento em hospitais para pacientes que estão internados em estado considerado grave.

políticos para fretar um helicóptero-ambulância para levá-la para Belém. Mas o médico disse que ela já teve morte cerebral”). Ela, católica, foi velada numa humilde sede da igreja evangélica do Avivamento, por um único motivo: era em frente à baixada, no outro lado da rua do Casa Estrela, de onde dona Argia nunca quis, de fato, sair.

Na experiência coletiva, Ângela e Argia mostram o trauma individual levado ao extremo do sofrimento social, que causa doenças, dores na alma e no corpo. A vida destas pessoas não deixa de ser uma espécie de símbolo do que aconteceu, porque relembram um sofrimento vivido por um grupo de duas mil pessoas. Ângela e Argia, além do trauma do evento crítico, sofreram mais porque foram esquecidas socialmente e moralmente. A subjetividade delas era ignorada e elas próprias as escondiam, liberando-as apenas à família e aos interlocutores que as ouvissem. É o que Veena Das chamou de violência que desce ao cotidiano (DAS, 2007, 2011), que é quando a violência é construída no cotidiano. Nestes dois casos, a violência simbólica já ocorria dentro da baixada, nas faltas de saneamento básico e necessidades básicas. Posterior ao evento crítico, desceu ao cotidiano na “normalidade” do esquecimento para com estas pessoas, seja por parte do Estado ou de suas relações sociais.

5. Umas rugas por aí: A resistência negociada

Pessoas penavam de falta de consideração, passavam necessidades básicas, com atrasos no aluguel social e incertezas com relação às moradias futuras. As manifestações, negociações e táticas de grupos de moradores frente ao Estado estavam fundamentadas na sua necessidade, no interesse e no reconhecimento de suas experiências e desejos. Neste sentido, Honneth (2013, p.64) diz que um grupo enfrenta os estágios de autorrelação, abalizados na socialização e individualização dos agentes, que se esquematizam na autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Para as famílias, este esquema foi e é a condição ideal de reconhecimento, na experiência de ser e sentir-se importante, emitindo e recebendo posturas, conversas e gestos de reconhecimento. A falta de consideração sentida pelos moradores, remontava ao incêndio vivido pelo grupo cuja experiência de separação rompia com a consideração. As amizades e as relações de afeto entre vizinhos e amigos haviam sido quebradas ou separadas. Logo, o grupo precisou se fortalecer, arquitetar táticas, recriar valores ou retomá-los em comunidade, efetuar a “prática de aspectos valorativos” (HONNETH, 2013, p.67) para, através do grupo como um todo, reconquistar ou retomar o reconhecimento social.

Dois fatos desencadearam as negociações incendiadas pelo ocorrido na baixada e pelos aparentes descasos oficiais, na luta pela retomada da consideração do grupo.

* * *

No dia 12 de fevereiro aconteceria o sorteio das casas referentes aos conjuntos habitacionais na Caixa Econômica, para quem havia tido o nome na lista aprovado; no entanto, o mesmo foi cancelado. Diomira, uma das ex-moradoras, me mandou uma mensagem pelo celular: “Não teve o sorteio! Nos mentiram de novo!”. Os moradores, por intermédio de seu porta-voz, seu Barreto, iniciaram uma pressão sobre os órgãos públicos. O grupo estava preocupado com relação ao sorteio dos nomes que iriam para o empreendimento finalizado – o Oscar Santos – e temendo ter que esperar o empreendimento do governo, sem o auxílio do aluguel social – que termina em abril – e sem as cestas básicas.

As famílias viviam em estado de intranquilidade e de dependência pela resolução de fatos futuros. Afinal, cem famílias seriam contempladas, e as outras cento e cinquenta? E quem iria primeiro? Qual a ordem? Diante de tal fato a defesa civil marcou uma reunião com os moradores para 24 de fevereiro de 2014, na Associação dos Pescadores do Bairro Perpétuo Socorro. Logo, no território dos moradores. E os movimentos de resistência começaram com toda a intensidade. Neste tópico, a pretensão é focar as “formas cotidianas de resistência”, de acordo com Scott (2011) e De Certeau (1990), que envolvem lutas ordinárias, de uma população rotulada como vulnerável, diante do embate à ação estratégica do considerado mais forte.

O encontro estava marcado para 15h. Cheguei por volta de 16h, em frente à Associação – que se localiza em frente ao Rio Amazonas – havia apenas três carros – provavelmente dos porta-vozes da defesa civil, com o meu, quatro, e inúmeras motos e bicicletas – e a reunião estava apenas começando. Devia ter aproximadamente 200 pessoas, ou seja, em torno de um representante por família, talvez até menos que isto. Este era o primeiro ato de resistência. Ignorar as astúcias do poder público. Estava muito quente lá dentro e havia muita conversa. A acústica era terrível e mal dava para entender o que o engenheiro da defesa civil falava. A mensagem também era prejudicada pelas conversas paralelas. Esta, a segunda forma de resistência: atrapalhar o discurso pronto e oficial, que traz respostas rápidas e que não se enquadram nos sofrimentos e subjetividades das pessoas. Os representantes dos governos e da defesa civil falavam e

eram vaiados, ou precisavam bater com aquele sininho pedindo “ordem”. Terceira forma de resistência.

O Engenheiro da defesa civil dizia que o local em que eles estavam morando está isolado porque é uma área de risco. Ele reiterava que a posse continuava sendo dos moradores, mas que eles não poderiam voltar lá porque tinha muitos riscos. No entanto, como houve o incêndio e não havia mais ninguém lá, os moradores não tinham mais a posse. Como era uma invasão, não possuíam documentos. Logo, não tinham mais direito a nada, por isso precisavam lutar, em função dos anos de pertencimento e, sobretudo, do direito à moradia, em casas doadas, nas situações de sinistro. Mas neste momento as informações eram muito confusas e incertas. Os moradores questionavam o tempo que as casas populares levariam para ficar prontas e o porquê de muitos aluguéis sociais estarem atrasados. Os representantes dos governos Estadual e Municipal saíam pela tangente, dizendo que em breve os conjuntos habitacionais ficariam prontos e que os aluguéis sociais já estavam normalizados, até porque os representantes do governo, ali, respondiam por toda uma ordem social da qual eles mesmos, os funcionários do governo, também eram “vítimas”. Era o que lhes cabia falar no momento e aguentar na carne os conflitos burocráticos. O povo ria e vaiava, algumas mulheres gritavam. Quarta forma de resistir.

Ao longo da reunião muitas pessoas foram embora, outras se sentaram fora do ambiente para conversar, já que os discursos eram abstratos e não sanavam suas necessidades imediatas. Algumas pessoas foram me perguntar o que eu estava anotando. Uma moça veio, simpática, falar comigo: “A senhora é do governo?”; “Não, sou professora da Unifap, por quê?”, “Ah, é que tem umas pessoas anotando umas coisas... e eu queria saber porque eles prometem tanta coisa pra gente que não cumprem, que eu queria ter isso que vocês escrevem”.

Eu assistia atenta, muito mais para conseguir entender o áudio do que qualquer outra coisa. Um senhor bêbado gritava umas palavras que não dava para entender, numa resistência solitária. Enquanto eu assistia aos acontecimentos, chegou uma equipe do programa policial Rota 16. O repórter e o cinegrafista foram muito observados. As pessoas iam conversar com eles, os chamavam pelo nome, queriam dar entrevistas e se sentiam muito valorizados quando isto acontecia. Depois das explicações das “autoridades”, muitos moradores entraram em fila para fazer-lhes perguntas e se irritavam com a demora das respostas, revirando os olhos para cima, balançando a cabeça e o corpo, batendo o pé no chão, rindo e dizendo para as autoridades que queriam falar. Quinta forma de resistência em forma de dissimulação.

A defesa civil os instruiu nos trâmites com Governo e Caixa Econômica Federal, e também os instruíram caso fosse necessário entrar com uma ação civil pública. Os representantes da defesa civil foram muito educados e, dentro do sistema ao qual estavam engessados – eram tanto dominantes quanto dominados por seus superiores e pelo sistema –, pareciam tentar ajudar. O caso é que o sistema dominante e capitalista, por si só, já é classificatório e opressor, gerando uma violência simbólica que muitas pessoas exercem sem se darem conta. No final da reunião menos da metade dos moradores permanecia no local. Sexta forma de resistência.

Em resumo: tudo continuava na mesma situação. Na verdade Governo estadual, municipal nem Caixa Econômica Federal nunca haviam lidado com uma situação deste tamanho, e ainda tomavam pé dos trâmites oficiais. Como muito depois me disse o gerente da Caixa Econômica em conversa informal, que havia um desencontro muito grande de informações, que ninguém sabia como lidar nestes casos e havia uma demora muito grande nas coordenadas do governo federal, pois uma decisão passava por vários órgãos municipais, estaduais e federais. E enquanto os imbróglis não eram resolvidos, as pessoas continuavam morando em lugares improvisados e vivendo momentos muito difíceis quando os R\$350,00 atrasavam⁶².

* * *

“A gente tem que lutar junto. Mas se cada um quiser lutar em causa própria, então paramos por aqui. Muita gente já tem sua casa e agora não quer mais ajudar o outro?”. Seu Barreto estava indignado. Nós estávamos na casa de Ana, já no conjunto Oscar Santos. As primeiras cem famílias escolhidas e algumas delas sorteadas – tiveram preferência famílias com crianças menores ou com mais idosos e as demais foram sorteadas – já haviam se mudado há uma semana para o conjunto. Elas receberam as chaves no carnaval. Algumas se mudaram naquele fim de semana, outras estavam se mudando.

Eu e seu Barreto fomos conhecer a nova morada de Maria, Ana e Maria de Jesus. Os demais interlocutores não haviam se mudado. Muita gente aguardava aluguel social e

⁶² Por muitas vezes eu tentei entrar em contato com os governos municipal e estadual para ouvir suas versões. Apenas os funcionários da SEMAST me atenderam, sempre com muita educação, mas nos outros órgãos, sempre que precisei de algo foi uma dificuldade imensa e tenho muitos relatos referentes a estas tentativas em meu diário de campo.

até mesmo as chaves para o imóvel no próprio conjunto Oscar Santos. Seu Barreto avisou Ana e Maria – que junto com seu Barreto compunham a representação dos moradores. Eles se voluntariaram na reunião na Associação dos Pescadores –, de que haveria reunião dos moradores na Assembleia Legislativa na segunda-feira de manhã, 9h. A reunião seria para sensibilizar os deputados a ajudar na negociação com o governo para acelerar o término das obras do conjunto Macapaba, para viabilizar mais moradias. As duas mulheres diziam estar desanimadas, porque o povo não comparecia às reuniões, e que elas já tinham suas casas. “Mano, não dá mais pra ficar indo pro Centro não, hummmm (onomatopeia de escárnio), a gente agora vai ficar aqui... acho que vamos até pensar num comércio... porque não dá pra ficar saindo pra comprar ou passear”, disse Maria. Ana ria, sempre tímida. “De mototaxi dá 20 pra ir e 20 pra voltar (do Centro), já pensou mano? Não dá... hummmm”, disse Maria, numa frase entoada de um jeito totalmente amapaense, com os lábios unidos e erguidos no final da frase.

O grupo enfrentava um sério problema de dispersão, desunião e quebra dos valores construídos na baixada de parceria e amizade. As pessoas estavam desanimadas, sentindo-se sozinhas e afastadas de tudo. E o grupo vivia intrigas internas. Fomos conhecer a casa de Maria de Jesus (será detalhada no capítulo sobre o conjunto Oscar Santos) e, ao chegarmos, antes de qualquer coisa, ao ver seu Barreto, ela já gritou lá de dentro de casa: “Tô triste contigo! Tu andou dizendo que eu não tinha direito na minha casa?” Seu Barreto, surpreso: “Euuuuu????? Só o que me faltava agora, eu ajudando o povo e o povo dizendo que tô querendo enganar...”. Então Maria de Jesus abriu um sorriso: “Eu sabiiiiiaaaaa que você não faria isso meu amigo”, se abraçaram e começaram a conversar como bons amigos que eram. Mas algumas pessoas deixaram de se falar por causa de fofocas e fatos, muitas vezes, não verídicos. “O que era”, mudou para “o que é”, a “realidade atual”. Segundo Barreira (2012, p.203) representa o contraste entre o passado e o presente. Neste meio tempo há uma dimensão de transitoriedade, por isso a memória passa a ser tão importante. Neste momento, em função do sofrimento social, quem recebia suas casas enclausurava-se nos imóveis com sua família, na constante tarefa diária de reconstruir o cotidiano. Logo, não ir às reuniões na Assembleia seria uma forma de resistir à violência simbólica das discussões políticas, dos assédios morais, das ofensas e humilhações que eles sabiam que ocorreria na Assembleia Legislativa. E para aqueles que não tinham suas casas, perder o apoio dos amigos de outrora, a quem o grupo como um todo ajudou para a aquisição das casas, soava como uma traição e um abandono.

* * *

24 de março de 2014. Dia da tão esperada sessão da câmara dos Deputados Estaduais do Amapá. Um dos pontos de pauta da reunião é a discussão em torno da situação dos moradores vítimas do incêndio de 23 de outubro de 2013 no Bairro Perpétuo Socorro. Hoje, seu Barreto, representante dos moradores e seu Fabiano, voluntário da Congregação Humanitária Missionária do Evangelho Apostolado em Missão e apresentando-se também como consultor do Sebrae, este que atua como voluntário dos moradores (nas eleições os moradores entenderam o porquê da eventual “ajuda”. Ele se candidatou a deputado e pediu o “retorno” da “ajuda” aos moradores. Uma grande violência simbólica), estavam na tribuna, juntamente com os deputados, para sensibilizá-los a intervir junto ao Governo Estadual para agilizar a entrega das casas no conjunto Habitacional Macapaba e a interferir junto ao prefeito municipal para fazer os reparos nas casas do conjunto habitacional Oscar Santos que ficaram por fazer (como falta de maçanetas, pequenas imperfeições em portas e janelas). Havia uma grande expectativa das “vítimas” do incêndio para que outros ex-moradores da baixada – que já receberam suas casas – estivessem no local a fim de aumentar a pressão sobre os deputados. Ao ingressar na Assembleia, moradores estavam insatisfeitos pelo fato de ter que entrar em filas para entrar na sessão, ter que apresentar documentação, entre outras questões de praxe da Assembleia Legislativa. Afirmavam sentir-se “mais uma vez humilhados”.

Neste sentido, eles se tornam uma “comunidade de ressentimento”, nos termos de DAS (2007), porque seu cotidiano, suas políticas de afetos, resistências e relações são diferentes, informais, livres e baseiam-se na palavra; logo, na assembleia, as padronizações impostas – comuns a quem é influído pelo sistema – de entrar de calças, preencher fichas, esperar em filas –, se transformam em imposições de violência simbólica, porque usar calças compridas não faz parte de suas vidas, assim como entrar em filas e usar documentos, até porque eles são conhecidos e se reconhecem pelos seus apelidos (mesmo que estes apelidos sejam outros nomes que eles mesmos escolhem). A sessão, que estava marcada para 9h, começou quase 11h. Sendo que os deputados levaram 28 minutos apenas para citar os pontos de pauta – que não terminariam, pois a reunião ficou sem quórum no final. Por insistência de seu Barreto e Fabiano à Assembleia Legislativa, a deputada do PDT Marília Góes, esposa do ex-governador Waldez Góes (ambos presos por um pequeno período em 2012, inclusive – Waldez na Papuda –, em razão do maior escândalo de corrupção do Estado do Amapá, em um rombo de 950



Ex-moradores da Baixada Perpétuo Socorro que participaram da sessão na câmara dos deputados. Esta foto foi publicada no G1 e apareço entre os moradores. Foto: John Clay Pacheco/G1.

milhões), oposição ao atual governo, que requereu a oportunidade da fala dos moradores para solicitar o pagamento do aluguel social e os reparos nas casas do Oscar Santos. Esta foi uma das únicas figuras públicas que interviu pelos moradores. Os deputados da situação os ignoravam sem o menor pudor. Enquanto os deputados votam emendas e discutem pautas e processos que são divulgados apenas com um número (que a população não sabe o que é, não tem como enxergar o que tá escrito em uma televisão lá embaixo no plenário), os deputados promovem um gozo coletivo do ego político. Enquanto um fala, dois ou três deputados prestam atenção e todos os outros batem papo, falam ao celular, ficam em rodinhas de conversa rindo. Assim como eu, o povo também não estava achando nada interessante naquilo tudo. As pessoas batiam papo, riam, uma senhora de aproximadamente 70 anos cochilava sentada, o assessor da deputada lia um jornal, muita gente falando alto ao celular, pessoas conversando e senhoras passando vendendo brownies e biscoitos.

Quando chegou próximo ao meio-dia, ainda nos pontos iniciais da pauta, o povo começou a ir embora, muitos tinham que buscar os filhos na escola, fazer comida, e tinham fome! G1 e a reportagem do Rota 16 estavam na área. Os moradores se organizaram para dar entrevista no programa policial. Muitas pessoas estão com fome. O presidente da Assembleia, Moisés Souza, pede aos garçons da “casa” para servir ao povo água e café. Depois os garçons chegam com biscoito cream cracker e refrigerante.

Às 12h12, não houve mais quórum para continuar. Aos poucos, deputado por deputado – que em sua maioria eram da base governamental –, saíam discretos do plenário. As pessoas todas ali vieram andando alguns quilômetros com crianças no colo, deixando suas casas, seus afazeres, para nada. O deputado que estava conduzindo a sessão pediu que “os deputados que estivessem presentes na casa comparecessem ao plenário”... ninguém. Então, sem quórum, a deputada Marília Góes pediu para avançar na pauta e passar a palavra dela ao seu Fabiano, que representaria os moradores vítimas do incêndio. Já que para isso não teria votação, nem nada que precisasse de quórum, uma vez que eles estavam ali apenas para sensibilizar aos deputados – que não estavam no plenário. Com a deputada Marília 8 deputados estavam no Plenário. Dois prestando atenção. Até parte dos deputados que conduziam a sessão foram embora. A dep. Marília explica que as pessoas estão sendo “despejadas” de suas casas pelos donos (embora o termo oficial não seja esse, porque uma pessoa só é despejada por ordem judicial), que era preciso sensibilizar a “prefeitura” para o pagamento dos aluguéis sociais.

Marília falou (com certeza sob orientação de seu Barreto, pois ela narrou exatamente o que ele disse que diria aos deputados) que os imóveis recebidos da prefeitura estavam “sem condições de uso” em alguns lugares do Oscar Santos, com danificações nas portas e janelas. Disse que os moradores “não procuraram a Marília, e sim a câmara dos deputados”. Pediu ao Prefeito Clécio Luis e à Secretária do Governo Estadual de Mobilidade Urbana Cláudia Capiberibe para que atendessem estas pessoas. Naquele momento, Marília era oposição tanto ao governo do Estado quanto ao poder municipal. Todos os aliados políticos evadiram da sessão.

Seu Fabiano inicia a sua fala. Neste momento, seis deputados estão presentes. Quatro prestam atenção. O povo não dá um pio. Todos muito atentos. Fabiano inicia sua fala com uma citação do escritor Honoré de Balzac, que fala em nação. Depois afirma que os moradores da Baixada Perpétuo Socorro hoje vivem incertezas e constrangimentos, e que os políticos querem transformar questões sociais em questões de promoção política (muito provavelmente o que ele tenha feito ao se candidatar). Disse que o governador lhes prometeu 5 mil, aluguel, kit geladeira-fogão (ajuda de R\$3.000,00), cesta básica, entre outros, e que para muitos não deu e para outros deu pela metade (com todas as pessoas que falei, os aluguéis sociais atrasavam, porém sempre foram pagos. E todos receberam um kit geladeira e fogão e os 5 mil reais para comprar o que precisassem. Mas muita gente reclamava deste atraso ou não entrega). Ressaltou que a primeira dama Cláudia Capiberibe disse, em uma reunião fechada apenas para algumas mulheres que foram afetadas pelo incêndio, que o governo não iria cumprir o que prometeu. “Temos um governo preocupado com a aparência política e não com o povo”, ressaltou Fabiano. Nesta hora havia 5 deputados presentes. Eram 12h26. “O momento exige que deixemos os interesses partidários e olhemos para homens e mulheres que tentam um recomeço. Hoje o sofrimento destas famílias está sendo prolongado. Depende da agenda da presidente Dilma para vir inaugurar as casas”.

Mais uma vez, o voluntário Fabiano, que diz ajudar os moradores – e fala muito bem –, reiterou o sofrimento do povo. Contou sobre uma senhora enferma de 80 anos que era cuidada por outra senhora portadora de necessidades. Ela teve seu aluguel cortado de modo equivocado. Esta senhora foi morar na feira do Perpétuo Socorro, segundo Fabiano, em situação subumana. “Governo do Estado e Prefeitura não tem noção das condições em que o povo vive”. Os atrasos nos aluguéis e na entrega das casas “está gerando despejos, prejuízos materiais, psicológicos e danos morais”.

A deputada Sandra Ihe informou que ele tinha mais 3 minutos para falar. “Estamos aqui para pedir o apoio de Vossas Excelências, diante do poder que esta casa tem junto ao Governo Estadual e Municipal”. Ele salienta que é inadmissível que seres humanos precisem esperar inaugurações políticas, pois o Macapaba estava praticamente pronto, mas só seria inaugurado em junho, por ocasião da visita da presidente Dilma em Macapá (Voltaremos a falar sobre esta questão no capítulo sobre o Conjunto habitacional). Após a fala de Fabiano, outra deputada, ao pronunciar-se, disse que o governo tinha anunciado estar com o aluguel social em dia. O povo, no andar de cima, começou a gritar “É mentira!!”, “É mentira”. A deputada disse: “Eu sei que é mentira, porque aquela mulher nunca falou uma verdade! A primeira dama (Cláudia Capiberibe) só sabe mentir! Não contem com eles, mas nós estamos dispostos a ajudar”, disse acusando a secretária do Estado, também esposa do governador, de mentirosa. O povo começou a aplaudir.

A deputada Marília repetia que as pessoas estavam passando por um constrangimento muito grande. “Cabe ao Estado e ao Município fazer o seu papel, garantir a estas pessoas DI-GNI-DA-DE! Mas esse governo não tem comprometimento com o povo!”. E continuou: “Acabou com O Luz Para Todos, com os jovens do primeiro emprego que estão indo para a penitenciária. Falta comprometimento do Governo com o povo”. A deputada prossegue: “O seu Barreto tem sido incansável, às vezes sem ter dinheiro para pagar um ônibus”. Algumas pessoas concordam. Uma moça, atrás de mim, brinca com a amiga dizendo que tem gente vindo a pé do Bairro Ipê (porque é muito longe da cidade, em torno de uns 15 a 20 km, por isso não chegaram). Ao terminar, a deputada Marília também é aplaudida.

Fabiano fala sobre as famílias que tiveram suas casas demolidas para apagar o incêndio, mas que não estavam na área de risco... Estas não tiveram a entrega do laudo, nem tiveram ação judicial para a reparação dos bens. O voluntário argumenta que o Estado tem o dever de reparar a casa destas famílias. E que no total, as pessoas que foram atingidas pelo incêndio representam quase 500 famílias, e não o que vem sendo divulgado, porque “os técnicos disponibilizados pela prefeitura fizeram laudos insuficientes, porque numa única casa havia dois núcleos familiares. Foram feitas unidades habitacionais inadequadas para famílias numerosas. Dois quartos para uma família com 8, 10, é inabitável!”. O povo, de cima, dizia “É verdade! É verdade!” A moça atrás de mim cochichou com uma amiga: “parece que nem tem cozinha. Só cabe uma geladeira”, e riu. São feitas as considerações finais, e os deputados incitam Barreto e

Fabiano a irem solicitar ações em Brasília, junto ao governo federal, o que nunca aconteceu.

Sobre a longa descrição desta sessão da Assembleia Legislativa, três questões vêm à tona: primeiro, o Estado como *Fictio Juris* (BOURDIEU, 2014, p.431); segundo, as constantes negociações em troca do voto; terceiro, a falsa submissão dos moradores que assistiam à sessão. O que mais chamou a atenção neste dia foi a dramatização dos deputados. Bourdieu diz que o Estado muitas vezes se comporta como se fosse *fictio Juris*, assim como as ficções entre juristas. Há toda uma falácia, representações e construções de elementos. Há uma fabricação de ações, comentários, modos de agir. Enfim, uma prática não tão ordinária assim que está tecida em construções de um Estado. Em fabricar opiniões sobre pessoas. Em dissimular-se para pessoas que viviam um sofrimento social sem, na verdade, estarem interessados nelas – e sim nas farpas enviadas aos inimigos políticos destas eleições – que talvez na próxima serão aliados. Um jogo falacioso. A sessão inteira perpassa no que Goffman (2012) chama de “microestrutura de significados” (2012, p.16), quando ações de performance⁶³, dramatizações num cenário clássico dominam espaços e sistemas. Ali não estava em jogo o que seria deliberado, e sim como seria deliberado. As tramas e maquinações ocorriam em troca de queimar a imagem da oposição, vinculando-os a mentiras e atrocidades, por meio de tons jocosos, simulações de incredulidade, vociferações e acima de tudo, performatizando “não estar nem aí” quando oposições tomavam a palavra. Levantar para conversar com os outros deputados, falar alto no celular, abanar para um grupo de pessoas, sancionava cerimoniais performáticos de superioridade e de maestria na arte de ignorar o outro. Neste sentido, a segunda questão se elucida na disputa pelo voto nas próximas eleições. A oposição ao Governo Estadual e à Prefeitura justificava-se porque esta era a melhor hora para conexões, alianças e, também, para demonstrar poder simbólico, afinal, todos os deputados da situação saírem da sala para não ter quórum também fazia parte da performance. Assim, há uma construção da realidade para eles, os políticos, que parece não alcançar – ou não perceber – a realidade de sofrimento social da população. E, também, ali ocorria outra performance, não dos políticos, mas dos moradores afetados pelo incêndio, no sentido de concordar com as figuras públicas na frente delas, abanar para deputados que só lhes pedem votos e depois os esquecem, bater palmas e sorrir, faz

⁶³ Performance, neste trabalho, adota o conteúdo do conceito de Goffman que refere-se a atuação teatral, onde o indivíduo é um ator cênico que interage face a face mas interpreta um papel para a sua plateia e/ou interlocutor (GOFFMAN, 2012, p.165).

parte da resistência, de se fazer de subalterno e de simular ignorância, quando na verdade os moradores sabem que estes comportamentos também são táticas, são dramatizações e performances, são maquinações de histeria que escondem uma profunda lucidez.

* * *

No próximo capítulo, serão evidenciadas as etnobiografias de quatro mulheres que foram e são peças fundamentais neste trabalho. Ao longo do capítulo se perceberá as longevas e constantes práticas de resistência das mulheres em todos os momentos de suas vidas. Por fim, no último capítulo, as práticas sociais e de resistência no novo local de moradia serão descritas e analisadas, com narrativas que estão diretamente ligadas a fatos que foram relatados e refletidos neste capítulo.

PARTE 2 – ETNOBIOGRAFIAS DE RESISTÊNCIAS FEMININAS

CAPÍTULO 3 – Etnobiografias de resistências femininas: Agência, trajetórias e subjetividades

“A vida não é o que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.” (Gabriel García Márquez)

Nesta parte II, quarto e quinto capítulos, escolhi etnobiografar a vida de quatro mulheres que passaram por este período de intranquilidades e migraram para o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, longe de seu lugar de pertencimentos, precisando tirar forças para viver novas experiências de práticas cotidianas e de resistências, num universo subjetivo, enfrentando sempre o poder do Estado (BOURDIEU, 2014) e a “cegueira moral” e insensibilidade (BAUMAN e DONSKIS, 2013) dos outros.

Neste capítulo será traçado um perfil, com as características do método etnobiográfico, de quatro de minhas interlocutoras mais próximas e que mais deram abertura para que este trabalho se realizasse. Aqui estará descrita a história de vida, trajetória e breve biografia de Maria de Jesus, Fernandes, Maria e Vitória. No próximo capítulo – ainda envolvendo a parte II – haverá a problematização das práticas cotidianas e de resistência no conjunto habitacional, envolvendo questões subjetivas das interlocutoras. Aqui, os perfis estão relacionados às categorias de análise do trabalho: trajetória (etnobiografia), espaço, táticas, resistências, práticas cotidianas, noção de pessoa, e pertencimentos sociais e de moradia.

Maria de Jesus, Fernandes, Maria e Vitória possuem, aqui, um papel de pura agência, de realidade – e não apenas de representação – sociocultural e histórica apreendida pela ação da individuação, que por si é subjetiva, com a dimensão do indivíduo e suas escolhas, ou seja, da experiência vivida; através de um diálogo envolvendo subjetividade e objetividade, pessoa e cultura, com a problematização da pessoa-personagem, lugar de onde a pessoa se produz, vive, revisita, sofre, é feliz no ato de contar. Logo, narrar a si mesmo é construir a própria noção de pessoa, já que para Foucault (apud GOLDMAN, 1999), a noção de pessoa é cultural e, também, pessoal. Ou seja, jamais universal. Para Gonçalves (2012, p.24), a etnobiografia é fabulação e

experiência, por isso a categoria pessoa-personagem; mediada por uma relação, em que o sujeito está num processo de reinvenção identitária – e por isso a problematização da performance –, mas que, no entanto, nunca se separa do contexto que o produz. A narrativa é percebida enquanto ato e não estrutura, no sentido de compreender a relação com o outro e os contextos sociais em permanente movimento.

Neste ponto da narrativa subjetiva há um embricamento entre a narrativa oral e a memória, em que a narrativa biográfica resgata e retrabalha memórias de contexto histórico e social, memórias familiares, individuais e comunitárias e/ou coletivas. Nestes relatos, estas mulheres utilizam a narrativa oral para a transformação de uma outra narrativa de si, que, por sua vez, tem um importante papel no fluxo da memória subterrânea (POLLAK, 1989), ou seja, através da história oral de contar um outro e alternativo lado da história, aquele resistente, que não está nos livros de história impostos pela história oficial, onde o resistente produz relatos de sofrimentos simbólicos frente à coerção do Estado e das classes dominantes. Assim, estas interlocutoras são outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000), são resistentes (SCOTT, 2011), são undergrounds no sentido de estar às margens da sociedade que fala e resiste, no sentido das resistências dos escritores que flanavam entre a ficção e a realidade, como João do Rio, Charles Bukowski e John Fante.

Abaixo seguem-se etnobiografias tecidas de histórias de vidas cotidianas, logo, não são completas, não envolvem a totalidade da vida do etnobiografado, e sim trazem seus relatos ordinários de determinados elementos da vida cotidiana, que por si são incompletos e dotados de sentido e de performance. Os relatos abaixo resultam em um texto no que jornalisticamente chama-se de perfil, com os fatos recriados e performatizados pelo entrevistado, aliados à reflexões sociológicas, cujas narrativas estão escritas ora em citações diretas, ora indiretas, ora com o texto em terceira pessoa, ora em primeira. Ou seja, beira a informalidade, assim como a vida cotidiana. Assim como a crônica. Assim como a crônica sociológica – proposta nesta tese. Assim como a etnobiografia.

Aqui se contam versões de um contexto histórico e que não estão nas páginas oficiais. São versões alternativas, de resistência, que relatam a história da alteridade, inicialmente individual para, depois, se tornar história coletiva de um grupo de pessoas que vivenciou um evento crítico. Cada narrativa dialoga com a história social do Norte do país. Logo, este capítulo se destina a contar histórias de vida das mulheres, fatos da vida lembrada na Baixada Perpétuo Socorro, da casa nova, das relações com vizinhos e

amigos, das subjetividades das interlocutoras. Narrativas da vida lembrada e da vida vivida. A narrativa descrita vai e vem no tempo e no espaço, assim como a memória intrépida das interlocutoras.

1. Os espaços lembrados e vividos nas invenções cotidianas de Maria de Jesus

Esperar é sua sina. Maria de Jesus passa a vida esperando. Seus filhos, seus netos, seus amigos. Ela também me espera. Da baixada, ao conjunto. Sempre com saudade.

Ser ouvida, elogiada e respeitada lhe deixa satisfeita. E hoje seria um grande dia para isso e para que ela sentisse sua distinção. Era o dia em que sua casa nova, no conjunto habitacional, já estava “nos trinques” para receber visitas, como eu e seu Barreto, o representante dos moradores.

Sua nova casa localiza-se na Rua Cidade Nova, a última rua do conjunto habitacional. Em frente a vista é para um descampado com um única e miserável casa de madeira que protege do sol e da chuva um casal pobre com cinco filhos; e do lado esquerdo e direito de sua residência uma série de casas, todas iguais, cuja única diferença é uma faixa de cor que se alterna entre vermelho, amarelo e azul. Dona Maria de Jesus estava na lateral de sua casa, no sol, agachada em frente a uma bacia cheia de roupas, com o vestido entre as pernas. Ela esfregava roupas brancas. Como sempre fiz a partir deste dia – e de propósito –, buzinei com meu carro em frente a sua casa, uma buzinação longa e forte, para brincar com ela. Ela, pequenina, de vestido longo, veio correndo, sorrindo, com a mão na testa para proteger os olhos do sol. Ela sorriu: “Minha filha! Já estava lhe esperando! Estou com tanta saudade”. Dona Maria de Jesus tem tanto afeto por mim que chego a me assustar. Deve ser porque sempre que lhe vejo fico horas escutando suas histórias e seus anseios, enquanto sua família trabalha.

De imediato, quis mostrar-me sua casa nova, lógico. Com um sorriso no rosto, orgulhosa, feliz, mostrava-me a sala, as portas e as janelas gradeadas por sua conta, quartos, parte da frente da casa e parte de trás, onde havia bastante espaço para a casa ser ampliada. Batia com o pé no chão e dizia: “Roberta, minha casa agora é no chão, não é mais no lago”, referindo-se a casa sobre a água na baixada. Sorria e me abraçava. Mostrou sua casa, numa felicidade imensa, sinalizando que estava tudo ótimo. Mostrou os quartos, acordou a Teodora, sua neta, para me dar ‘oi’. “Nãaaaao dona Maria de Jesus, não precisa. A menina vai odiar”, ela tem 13 anos. “Nãaaaao, cada vez que essa Teodora te vê fica

falando horas...”⁶⁴. Teodora ouviu e ficou toda sem graça, assim como eu. Ela tava acordando, ainda deitada na cama. Eu abanei, dei um “oi”, e fui olhar a área de trás. Não tinha nada, mas dona Maria de Jesus disse que sua família – afinal ela mora com a família de sua filha Isidora, seu marido e dois filhos – fariam um muro alto em volta do terreno, como fizeram os dois vizinhos de trás, que muraram o terreno. Maria de Jesus já me explicou: “Aqui vamos fazer mais um quarto, que vai ficar para a Isidora e o Rogério. Aí a Teodora vai ficar com o do meio e eu vou ficar com o quarto da frente. Lá na frente da casa também vamos murar pra fazer uma garagem. E já nesse próximo pagamento vamos fazer o forro, porque eu tenho asma, né”. Todas as casas foram entregues sem o forro, só com o telhado e uma caixa d’água presa nas madeiras entre a casa e o telhado. “Agora nesse pagamento já vamos fazer, de PVC mesmo. Vai ficar melhor. Depois vamos fazer o muro com a garagem e o quarto da Isidora”.

Maria de Jesus já nos oferece café. Enquanto tomávamos o café, que para mim estava perfeito, pois tinha pouco açúcar, dona Maria de Jesus ligou a sua televisão nova, de LCD⁶⁵, de 52 polegadas, adquirida com uma espécie de ajuda do governo Estadual após o incêndio. O governo deu-lhes um valor de 3 mil reais por família, para que comprassem suas necessidades, mais um cartão de crédito de 5 mil reais que poderiam ser parcelados em alguns anos. Eu brinquei com ela: “E essa TV chique dona Maria de Jesus”, “pois é”... Riu e ficou lutando com o controle remoto para localizar os canais. Sintonizou no programa da Fátima Bernardes, na Globo HD. Sentei ao seu lado e a abracei. Conheci dona Maria de Jesus em minha primeira entrada em campo, mas como sou “espaçosa” com idosos, como dizem, vou logo abraçando e beijando. Ela de novo disse que estava com saudade. Nessa hora Fátima Bernardes chamou o correspondente internacional Márcio Gomes para falar sobre o avião da Malásia que estava desaparecido. Ela aumentou o volume: “Olha, é sobre o avião, plantão!”. Eu havia assistido o noticiário pela manhã e eles ainda não haviam encontrado os destroços da aeronave. Mas nesse meio tempo poderia ter alguma informação nova. Dona Maria de Jesus escutava atentamente... depois disse: “não acharam...”. Diminuí o volume e ficou passando de canal. Mas os outros canais não pegavam. Contou que não tinha alegria maior do que sentar ali na frente e olhar a paisagem, da TV e da rua. A performance de dona Maria de Jesus em zapear sua

⁶⁴ Isto ocorreu em 2014. Em 2016 Teodora engravidou e teve um aborto espontâneo quando estava com três meses. Fato que a deixou em enorme tristeza.

⁶⁵ É uma tela de cristal líquido utilizada para exibir audiovisuais. Existe em diferentes formatos, desde tela de computadores a televisores.

televisão nova, HD, a mim e a seu Barreto, mostrava uma nova prática cotidiana: o acesso a bens “duráveis” e de consumo – mesmo que imersa na ditadura da única televisão aberta que funcionava, a TV Globo; já que antes, na baixada, ela não tinha tanto acesso como tem agora. Lá não lhe faltava nada, como ela dizia, mas agora sua distinção em termos de pertencimento ao consumo estava maior, pois em sua casa ela e sua família possuem equipamentos de ponta, de última geração. Ela não se sentia mais uma precariada (BAUMAN, 2013) do consumo. Agora a senhora possuía uma televisão como os “ricos” possuíam, assim como geladeira, freezer, máquina de lavar, entre outros. Aliás, não só na casa de Maria de Jesus, mas a televisão era a coqueluche da maioria dos moradores, através da ajuda estatal que receberam por conta do incêndio e que impunha ali, de certa maneira, um poder simbólico de voto.

A outra paisagem “HD” que Dona Maria de Jesus se orgulha – e ao olhar pensa no futuro – é o descampado em frente, com poucas árvores. “É uma paisagem muito linda. Mas de noite dá um pouco de medo, porque podem vir daí pra assaltar”, disse ela, justificando as grades na casa. Maria de Jesus também falou que já tinham uns “malandros” querendo assaltar as casas. Mas contou que era uma mulher feliz, que estava com a filha nesta casa, que outro filho, o Ronaldo e sua família, estavam numa casa duas ruas atrás de sua casa, e que seu filho mais moço, o Roberto, conseguiu uma casa na avenida principal com sua esposa e seu filhinho. O filho Ramiro ainda não recebeu as chaves, mas já sabe que virá para o mesmo conjunto. Apenas Helena, a filha mais velha, é que foi destinada ao conjunto São José, porque não tem filhos. Os demais filhos de Maria de Jesus tem casa em outros bairros da cidade.

“Agora eu quero ficar aqui!”. Pergunto se, caso eles pudessem voltar para a baixada, ela gostaria de retornar para lá: “Não. Agora não quero mais. Quero ficar aqui! Não preciso de mais nada! Tenho minha casa, minha televisão, tem um espaço comunitário bem ali, meu freezer aqui tá cheio de comida, agora quero ficar aqui! Já tá vindo comércio pra cá”, diz. “Passa o homem do pão, o homem passa vendendo peixe fresco aqui na rua, na casa ali do canto o homem já botou uma bateadeira de açaí, e hoje vai ser o primeiro dia que vamos tomar açaí aqui”. Seu Barreto, que está comigo na visita, pergunta se todo mundo quer voltar para a baixada ou se o povo quer ficar no conjunto, e dona Maria de Jesus responde: “É um ou outro que quer voltar, porque tá achando aqui longe e não quer pagar o valor da casa. Mas a grande maioria tá é feliz!!!”.

Em suas falas, na sua performance com a televisão, nas esperanças futuras de olhar para o descampado em frente de casa, Maria de Jesus encena e reconfigura a vida em um

novo espaço público e privado, onde descobre as alterações das práticas cotidianas e sabe que suas práticas de resistência só cessarão com a morte. No novo espaço de moradia, Maria de Jesus pratica seu cotidiano relacionando-o a objetos de consumo e relações sociais, averiguando vínculos e novas táticas para manter sua distinção, como sempre gostou de ter. Na baixada, sua conveniência (MAYOL, apud De CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1996, p.39), ou seja, um compromisso ou comportamento que a pessoa renuncia de seu individualismo em contribuição com a vida coletiva da comunidade, era seu trabalho de parteira, que lhe garantiu consideração, distinção, ou como ela sempre diz, “certas condições”. Parteira aposentada, num lugar em que nem todos a conhecem mais e outros “esqueceram-se” da consideração que lhe tinham, Maria de Jesus procura novos contratos sociais, ou novas práticas culturais e sociais para torná-la distinta. Sua cordialidade passa a ser decisiva para manter-se considerada perante o outro na sua rede de relações. Já a performance com a televisão e o descampado denotam uma relação de subjetividade com o espaço físico e social, de sentir-se parte da estrutura, do sistema, de aderir a um novo “padrão de vida” ou de valores e comportamentos que estão em voga na sociedade do consumo e que antes ela não tinha acesso. Logo, a conveniência no conjunto passa a ser sua construção de uma identidade social de cordialidade, aliada a suas novas maneiras de agir, do mesmo modo que as demais pessoas, cujo objetivo principal é a acumulação simbólica pelo consumo; na baixada, além do consumo, a conveniência e as práticas identitárias eram baseadas, sobretudo, em práticas culturais de encontros, festas de cultura popular e práticas de solidariedade com os outros, como a atividade de parteira.

1.1 Do Afuá para a Baixada: a vida sobre a água

A vida começava para Maria de Jesus no Afuá, pequena cidade sobre a água pertencente ao Pará, a aproximadamente 8 horas de barco do Amapá, que, diga-se de passagem, é mais perto do que ir da capital paraense para a ilha. Ela nasceu em 1943, e morou no Afuá até seus 35 anos de vida. Lá nasceu, viveu, casou-se a primeira vez, teve seis filhos no primeiro casamento e cinco no segundo. Destes, três são falecidos.

A infância no Afuá, segundo ela, “foi bacana”. Teve cinco irmãos com quem pode fazer todas as travessuras possíveis. Mas foi na adolescência que a coisa começou a esquentar. Ela queria era namorar, mas seu pai, muito rígido, não a deixava sair de casa.

A gente namorava muito... tinha uma professora lá, com aquele mooonte de moça, era de dez moça que ela levava na festa... era sóooooo com ela que ele (pai) deixava sair. Era aquele mooonte de moça, cada uma queria ser mais esparrenta... era gargalhada, se gostava de dançar, de namorar e pintar e bordar, e ela (professora) gostava muito de nós, ela tinha um respeeito por nós... Eu namorei muito. Saía pouco maaaas... tinha festa no Afuá, que era muito famosa da Nossa Senhora da Conceição, a gente passava quatro, cinco dias lá (no centro), passeava de noite, saía, naquele tempo não tinha esses negócios de bandidagem... era muuuuito tranquila a vida ali... Os meninos respeitavam a gente, e era assim...

E “era assim” que a vida continuava e aos 22 anos Maria de Jesus casou-se sobre as águas do Afuá. Exatamente no dia de seu aniversário, 07 de fevereiro. Teve seis filhos e por esse período aprendeu a lida de parteira, seu maior orgulho.

Quando tinha uma mulher, uma moça pra ganhar (para parir) eles iam lá me buscar pra eu fazer o parto. Lá eu tinha a minha malinha com todo o meu material né... de curativo, de cortar ‘inbigo’, tudo isso eu tinha lá direitinho... Mas uma vez nós fomos numa festa lá no centro e uma moça teve dor e ela ia ter logo (o bebê), lá na feeeesta menina, eu tava numa festa! Menina, quando essa menina teve esse filho... não tinha uuuuuuma tesoura nessa casa. O cara pegou um terçadinho (faca) assim, amolou bem amolado... botou uma panela no fogo, botou uma água quente nele, ele disse: ‘a senhora vai cortar o ‘inbigo’ com esse terçadinho’, eu disse ‘voooou’.... eeee hoje tá um homenzarrão ele... cortei com o terçado o ‘inbigo’ dele.

No Afuá a senhora fez uns “vinte e tantos partos”, como ela diz. Quando veio para Macapá o número mais que dobrou. Este é o maior orgulho e sensação de consideração de Maria de Jesus. Por conta da aposentadoria, este seu trabalho de parteira – a prática de “botar menino no mundo” – é sempre lembrado e recriado como seu principal feito. Mas sua vinda para as terras tucujus foi em função de uma tragédia. Seu marido faleceu aos 35 anos. “Foi o coração que matou ele. Foi problema de coração. Ele tinha uns 35 anos, um ataque”. Seu filho mais velho morreu bebê, com malária. Os dois filhos mais velhos já adolescentes estudavam em Macapá e moravam com o tio no bairro do Muca.

Enquanto os filhos estudavam, conheceu o segundo marido. Sabendo que seu destino era esperar, veio para Macapá para esperar os filhos estudarem. O marido comprou um terreno na Baixada Perpétuo Socorro e a levou para lá. Ela contou, uma vez: “eu cheguei chorando e eu saí chorando” na baixada. O choro da chegada foi em ver que sua casa seria, mais uma vez, em cima da água. O choro da saída foi em ver seus 30 anos de pertencimentos construídos arrancados em minutos. No entanto, depois que se acostumou à nova vida, ela não precisava mais chorar. Se associou nas parteiras amapaenses, que são mais de seiscentas mulheres cadastradas como parteiras; e em Macapá, além dos partos, para ganhar um extra começou a “puxar barriga”, porque “já vai inclinando pra encaixar a cabeça do bebê. Eu vou, puxo e indireito. Ainda tem gente que chama”, conta ela. Na baixada teve mais cinco filhos do segundo casamento. Os filhos do primeiro casamento foram casando e tendo os seus filhos. Perdeu outra filha do primeiro casamento, aos vinte e poucos anos, também de ataque do coração. Dos filhos do primeiro casamento, dois moravam perto dela na Baixada Perpétuo Socorro. “Os filhos foram crescendo e estudando”, conta ela com orgulho, dos cinco mais novos, estes do segundo casamento. “Uma filha é concursada e todos os outros filhos trabalham e estudam. Menos o mais novo que só concluiu o ensino Médio e trabalha” (não tem “faculdade”). Com saudade lembra que um de seus filhos – do segundo casamento – foi assassinado dentro da baixada. “E foi assim, criei todos os meus filhos, graças a Deus. Nunca se meteram em gangue, nunca se meteram em bandidagem... esse um morreu porque foi o próprio sogro dele que matou ele...Eu acho que era ciúme que ele tinha, né... ela (a namorada do filho) era enteada dele... então isso eu não sei....”. E apesar dela falar pouco sobre isso, esta é a maior dor de sua vida.

Vivendo práticas de esperar, servindo aos outros, Maria de Jesus viveu trinta anos na Baixada Perpétuo Socorro. Enquanto os filhos estudavam, o marido trabalhava com madeiras, ela trabalhava como parteira e lavava roupas para fora.

Lavava ali na minha casa mesmo... Entregava passadinho já. Lavava pra pessoas da polícia, enfermeiros, professoras, eles me pagavam bem, me davam gratificação em dezembro, me davam cesta básica, me davam frango... Eu sempre gostei (Baixada Perpétuo Socorro) dali, não esqueço aquele lugar. Tô saindo dali, mas eu não esqueço esse lugar... Eu fico com saudade do lugar, saudade da minha casa, saudade do meu quarto. Ali era perigoso, tinha muitas pessoas do mal. Tinham pessoas do bem, mas também tinham pessoas do mal. Mas nunca mexeram comigo lá. Em trinta anos nunca minha casa foi apedrejada, nunca

foram na minha casa brigar, nada. Meu telefone ficava bem na porta, quem passava na rua enxergava meu telefone. Mas eu nunca liguei pra polícia pra entregar ninguém. Então eles tinham uma confiança em mim... Eles sabiam que eu não ia denunciar eles...⁶⁶

A memória de Maria de Jesus cria, recria, aciona dispositivos plenos de significados. Suas lembranças da casa, da baixada, da vida familiar, revelam referências (REIS, 2007) e inferências. O que é lembrado – e de certa forma esquecido – compõe lembranças e experiências individuais e coletivas. E a memória social só existe porque há a relação com o outro, com o tempo, o trabalho, a família, os espaços construídos socialmente (BOSI apud NACARATO, 2008). Neste sentido, o conceito de identidade de Maria de Jesus é mutante, móvel, se transforma continuamente de acordo com os “sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1997, p. 13). Narradores selecionam fatos que serão contados, mas determinadas falas de Maria de Jesus, como o apego pela casa, revelam o tamanho de sua dor subjetiva, de sua saudade pelo que não existe mais. Logo, há de modo permanente nos moradores uma lembrança, um esquecimento e uma negociação com relação às lembranças da baixada e do incêndio inseridas nas formas de subjetivação (FOUCAULT, 2010).

Maria de Jesus separou-se do segundo marido quando todos os filhos já eram adolescentes. No entanto, somente na prática, nunca no papel. Ela ficou com a casa e com os filhos na baixada. E o então ex-marido mudou-se para outro bairro da cidade. “A gente já estava há nove anos separado... ele vivia com outra família lá no Brasil novo! A gente não vivia mais junto mas a gente era amigo, fazia compras juntos... ele até estava arrumando aquela casa (onde ela morava), assentando porta, janela, a Isidora pagava ele”, disse. Os dois continuavam se relacionando como amigos. Algum tempo após o assassinato do filho, Maria de Jesus recebeu outra notícia triste em sua vida: “Era quase duas horas, que eles almoçavam tarde lá (na outra casa), aí tocou o telefone, e eles falaram ‘um telefone numa hora dessas’, aí era a mulher dele (nova mulher do ex-marido) que disse: ‘Dona Isidora, é pra senhora avisar a sua mãe que o João tá no pronto socorro, encontraram ele na BR – porque ele tinha uma bicicleta cargueira, né, ele vendia peixe para os amigos dele de lá (da BR)’...” A memória de Maria de Jesus está longe.

⁶⁶ No dia desta entrevista, Maria de Jesus morava no Bairro do Lagunho, com o dinheiro do aluguel social.

Relembrando, recriando. Revivendo dores e sonhos. Ela olha para o alto... pensa, lembra, revive: “Um rapaz que trabalha lá no (supermercado) Fortaleza encontrou ele caído, na terra, espumando todinho... com dinheiro, celular dele, não levaram nada... disque tava tremendo todinho. Aí o rapaz coooooorreu lá na casa dela (da esposa de João), tava de moto, e disse ‘Dona, seu marido tá caído bem ali’”. A trajetória de Maria de Jesus como protagonista de sua família tem sua narrativa como o fio condutor da história de todos os filhos, genros, noras, netos e maridos. As histórias desta senhora e sua família são tão incríveis que não cabem neste capítulo. “Quando a gente soube a gente correu tudinho pra lá (para o hospital), todo mundo largou seu emprego e correu pra lá. O Roberto que não deixava o pai... aí ele (João) não falou mais nada. A gente falava, falava, falava, e só via que escorria lágrima dos olhos dele (e faz com as mãos o movimento das lágrimas caindo no rosto). Essa aqui menina (e aponta com a cabeça o quarto onde está Isidora, para se referir a ela, de modo “disfarçado”) ficou desesperada, porque ela gostava demais do pai dela”. E arremata uma história de dor: “Aí infelizmente ele foi pra UTI e ainda ficou nove dias antes de morrer. Ele tomou veneno. Porque ele era demaaaais apegado nesse filho que morreu”.

Realmente, as histórias de Maria de Jesus são tantas que não caberiam em nenhuma tese. Falta contar o sofrimento para sustentar seus filhos, a angústia de construir uma casa no lago, a humilhação social que passou no período do incêndio mesmo, em algumas vezes, negando ter passado por sentimentos de humilhação e depois deixando escapar o quanto sofreu e o quanto adoeceu. As histórias de Maria de Jesus parecem os rios que ela trilhou na vida, do Afuá a Macapá. Rios intermináveis, cheios de braços, de vertentes, que desaguam em narrativas de tempo e de espaço sem fim, já misturadas com as afetividades calejadas de experiências e a imprecisão da velhice. Eu não escolhi Maria de Jesus como minha interlocutora. Ela é que me escolheu, não como sua interlocutora, mas como uma amiga que lhe ouvia e a acompanhava. Maria de Jesus tem liderança em sua família como matriarca, e distinção na comunidade pelo que foi e pelo que construiu. Mas ela não é falante e contadora de histórias. É quieta, repete suas histórias e lembra, recria e reconstrói sua casa na baixada, que não existe mais. Fia-se no seu mundo real, nas suas coisas. Na realidade que tem em mãos. Maria de Jesus não fala muito, chama os outros para contar suas histórias e falar por ela. “Não foi Isi? Conta aquela história pra Roberta”. E Isidora, a filha que está sempre ao lado dela, conta as histórias e a senhora concorda com a cabeça. Em determinados momentos solta um “Fooooooi! Bem assim!”. Em nossos encontros ela gostava de mostrar sua casa, me servir café, chamar seus amigos

para me verem, passear comigo no conjunto, sempre envolvendo outras pessoas na conversa. Claro que sempre fui um objeto da performance de Maria de Jesus, mas sobretudo, esta senhora é uma mediadora de relações, colocando uns em contato com outros. Nos momentos em que fala coisas simples, de seu meio, de sua “vida vivida”, ela gesticula e fala muito entonado. É deste rio e seus braços que é feita a subjetividade de Maria de Jesus, que nos seus espaços vividos (BACHELARD, 2005) conecta-se criação de sentidos, sentimentos e imaginação criativa. Assim Maria de Jesus se coloca num mundo próprio, enraizado a histórias de lugares, sentimentos, sonhos, frustrações e desejos. Ela resiste a cada lugar por onde passa, inventando e reinventando seu cotidiano.

Nos relatos referentes ao incêndio, há entre meus interlocutores uma memória coletiva. Mas quando se refere à história de vida, a memória individual é recriada sem um foco de “certeza absoluta”. Assim como Eclea Bosi percebeu em *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* (1994), minhas interlocutoras mais idosas, como dona Maria de Jesus, têm dificuldades em lembrar determinados fatos específicos de sua infância, adolescência e primeiros anos da idade adulta. Segundo Bosi, alguns tempos podem ser suprimidos em função de outros, ratificando determinadas lembranças em um tempo específico. Em Maria de Jesus sua memória está mais fixada nas narrativas dos últimos 40 anos de sua vida, ou seja, já no segundo marido e na sua inserção na Baixada Perpétuo Socorro. As maiores lembranças são as ali vivenciadas. As lembranças anteriores não são propositalmente esquecidas, e sim se embaralham no tempo e no espaço das lembranças e da imaginação de Maria de Jesus. A baixada em sua memória e nas práticas de resistência é um divisor de águas, porque marca um importante deslocamento na vida dela, referente a uma vida de antes, com um marido morto; e a uma vida durante a baixada, com filhos, mortes e superações; e por fim uma vida posterior à baixada, repleta de transitoriedade, incertezas, humilhações e reinvenções cotidianas. Por isso os relatos de lembrança do lugar vivido e do próprio incêndio como “perda” de uma parte de sua vida, acabam sendo muito frequentes em suas falas, entremeadas a outros fatos.

1.2 A vida e os destinos de 73 anos de idade

Finalmente chegou o dia de seu aniversário e dona Maria de Jesus queria festejar a vida. Seu núcleo familiar (ela, Isidora, Rogério, Teodora e Rodrigo) estava em uma casa alugada no Bairro Lagunho. Os demais filhos estavam espalhados pela cidade, todos

passando por momentos de grande aperto financeiro, residindo em casas emprestadas ou alugadas, com roupas que lhes foram doadas.

A casa atual onde Maria de Jesus residia tinha muitos problemas de estrutura, mas ninguém reclamava, pois a mãe de seu genro Rogério a havia emprestado para eles. Maria de Jesus sofreu, foi hospitalizada com muita asma e apendicite. Ela também estava com o moral abalado pelos vizinhos e moradores que lhes furtaram os eletrodomésticos no dia do incêndio e também porque haviam feito falsas denúncias de que os filhos de dona Maria de Jesus não moravam na baixada. Mas, para ela, tudo já havia passado. Eu e meu esposo, na época ainda meu noivo, fomos convidados para a festa. Já era passado das 21h. Quando chegamos fomos a atração da festa. Dona Maria de Jesus se emocionou muito com nossa presença, seus olhos se encheram de lágrimas! Ela me abraçava muito! Deixei um kit de cheiros e ela não parava de cheirar seu presente. Apresentei meu então noivo Jonatham a ela, e ela nos apresentou para todas as pessoas da festa, uma a uma, nos levando pela mão.

As mesas e cadeiras da festa estavam dispostas na calçada da rua, como a maioria das famílias faz aqui em Macapá. As festas são na frente de casa. Pois a de dona Maria de Jesus também era. Depois do muro, na área que antecede a casa, estava a mesa grande com as comidas e o bolo com cobertura de chocolate com enfeites comestíveis coloridos. Dentro da casa estava um corre-corre, pois os filhos dela assavam o churrasco lá atrás da cozinha. Aliás, os convidados eram, sobretudo, os filhos, já que dona Maria de Jesus tem oito filhos vivos, suas noras/genros, netos e bisnetos. Também havia poucos amigos.

Abraçamos a todos e fomos atenciosos com cada pessoa que conversamos. Eles nos ofereceram churrasco. Como não comia carne na época, fui logo para um vatapá de camarão que estava muito bom e faz parte dos rituais de comensalidade amapaense. Jonatham se encheu de frango com arroz, farofa e vinagrete. Tudo estava muito gostoso. Pouquíssimas pessoas estavam bebendo. Conversamos e comemos e a cada pouco alguém vinha ver se estava tudo certo ou se estávamos “precisando de alguma coisa”. E estava tudo ótimo, já estávamos cheios de tanto comer e tomar refrigerante. E então chegou a hora dos parabéns!

Todos foram chamados para a área. Eu fiquei nas escadas que davam para a área para gravar tudo. Dona Maria de Jesus foi para trás do bolo e chamou seus filhos, como todos fazem em Macapá (a família vai para trás da mesa). Mas aí a senhora mudou de ideia: resolveu chamar apenas seu filho Ronaldo, que esteve de aniversário durante a semana, e a sogra de sua filha Isidora, que faria aniversário no outro dia. O filho Roberto,

bem humorado, “só para fazer graça”, também ficou na mesa. Este é o ritual, ou a prática dos aniversários no Amapá. Sempre com a família reunida em torno de um bolo – geralmente caseiro –, junto à maniçoba, vatapá, às vezes tacacá, e sempre churrasco. O churrasco é para dias especiais. E aí o negócio foi: “1-2-3: Parabéns, pra você”.... E todo mundo cantava feliz. Dona Maria de Jesus também cantava, séria e emocionada, cabelos esbranquiçados, hoje soltos, na altura dos ombros. Nos “dias normais” o cabelo está sempre preso por um coque que enfeita o corpo pequeno e magro de Maria de Jesus. O filho Ronaldo começou a chorar. Depois dos parabéns começou o “É big! É big! É big, é big, é big! É hora, é hora...”. Foi só na hora do “Com quem será... com quem será...” que dona Maria de Jesus abriu um sorriso porque sabia que viria sacanagem... Todos cantavam, batiam palmas e riam. Quando terminou o canto, dizendo que ia depender se “os filhos vão querer”, eles começaram tudo de novo, comandados por Roberto. “Parabéns pra você”. Todos cantamos três vezes os parabéns, o “É big” e o “Com quem será”. Só depois veio o “Discurso! Discurso! Discurso!”. Maria de Jesus falou bem pouco: agradeceu a todos por estarem ali e a Deus por eles estarem bem. Seu filho Ronaldo, emocionado, também disse que estava muito feliz que todos estavam juntos. A amiga não discursou. E depois começou a sessão de fotografias. Primeiro dona Maria de Jesus tirou fotos com todos os filhos, depois com todas as noras, com o genro, a amiga e as netas. E aí me chamou: “Professora, eu quero tirar uma foto com a senhora”. E aí lá fui eu para trás da mesa tirar foto. Depois tiraram fotos com amigos e muitos selfies.

Esta prática social de comensalidade representa uma forma de enraizamento. Neste dia eles tinham acabado de perder suas casas, seus pertences, seus objetos de consumo que a muito custo foram adquiridos em parcelas, como aparelhos de televisão e notebooks. Agora, sem nada, aquele aniversário significava um recomeço, uma nova luta, um novo começo, uma forma de resistência frente ao inesperado, à brutalidade da vida e do Estado. Era enxugar as lágrimas de Ronaldo porque o caminho a percorrer seria longo e árduo. Pois o aniversário, as mesas na rua, as condições para conseguir juntar dinheiro e fazer um aniversário com churrasco, vatapá e bolo era uma maneira de resistir a um pertencimento social ao espaço urbano do modo de vida amazônida, de ribeirinho, da “vida velha” que pulsava dentro da memória e dos corações da família de Maria de Jesus e que lhes lembravam outros tempos e outro lugar; ali todos estavam juntando os cacos do que sobrou para reconstruir o futuro da família. Era, pois, um “momento de transição” (HARVEY apud ABREU, 2011, p.20), estes momentos são acompanhados de incertezas e angústias. “Para Lepetit e Pumain (1993, p.vi-vii), períodos de transição são momentos

de perda da concordância de tempos; são períodos em que antigos tempos hegemônicos passam a coexistir e a interagir obrigatoriamente com tempos recém-chegados, tempos novos em busca de hegemonia (SANTOS, 1994, p.45-46; ABREU, 1996; ABREU, 2011, p.20).

O tempo longo é um dos fatores que enraízam pertencimentos. Mas os tempos são relativos no espaço pertencido: É o tempo físico do espaço construído, o tempo espiritual (Simmel, 2006, p.43) das subjetividades do conhecimento elaborado, das afetividades tecidas e cuidadosamente preservadas, dos valores e normas grupalmente construídos e oficializados, das tradições e costumes inculcados (BOURDIEU, 2014), do tempo mental da modernidade, da tecnologia, dos lugares frequentados, dos ambientes simbolicamente imponentes. Tudo, como argumentou Simmel (2006), se desenvolve ao logo de um tempo. Um tempo construído grupalmente, mas alimentado individualmente. São plantações de espaço, tempo, e experiências vividas que se enraízam no lugar em que são experienciados. Os pertencimentos da família de Maria de Jesus são ligados a sociabilidade, ao centro e à distinção social ligada ao centro, aos feitos enquanto pessoa e aos bens materiais.

Este encontro do aniversário de Maria de Jesus foi a forma de reunir a família, de relembrar práticas sociais familiares de antes do fogo, em que os tipos de relações (MAYOL, 1996, p.84, e 85) envolviam a proximidade dos encontros, dos cafés da tarde, das festas de domingo ao som do brega; ali o hábito estava sendo lembrado festivamente e, silenciosamente, na dor, no sofrimento social da casa perdida e das violências simbólicas impostas. O hábito em silêncio se mostrava no choro de Ronaldo e na seriedade de Maria de Jesus em frente ao bolo. Um jogo de cenas “rebobinavam” nas cabeças dos presentes. Esta noite não era de alegria, nem de tristeza. Era de resistência!

Depois de comermos o bolo feito pela filha Isidora e as noras da aniversariante, Maria de Jesus me chamou para seu quarto improvisado. Quando cheguei lá ela queria me mostrar seus presentes. A cama estava cheia deles, sobretudo de embalagens do Boticário. Eu ri: “Dona Maria de Jesus, todo mundo quis lhe dar presente do boticário hoje!”, ela riu e se deitou na cama: “Tira uma foto de mim com meus presentes”. Aí eu tirei a foto e já tinha várias pessoas no quarto. Sentamos na cama e começamos a bater papo. Foi aí que Isidora disse: “Professora, eu pensei que a senhora não viesse”. E eu: “E por que eu não viria? Nas pesquisas da gente nós fazemos amigos, né dona Maria de Jesus?”

Isidora tem menos da metade da idade da mãe. Desde cedo ela conhece a barbárie humana, as insensibilidades causadas pela globalização (BAUMAN, 2014), as introjeções mentais que os sistemas políticos e sociais lhes submetem. Ela, assim como sua mãe, seus irmãos, suas cunhadas, seus filhos e seus sobrinhos, conhece como ninguém a perda da dignidade, o sentimento de humilhação e de sofrimento social. Eles já haviam perdido suas casas, suas coisas, seus pertencimentos. Ela, ao me ligar, temeu que eu fosse outra decepção em suas vidas, outra humilhação, outra usurpação, outra relação sem compromisso da vida líquida, de uma subjetividade massificada e destruída. Ao me ver chegar, sentar, comer e conversar – assim como permanecer participando de suas vidas – passei a ser como um fio das relações humanas que tenta retomar caminhos de sensibilidade que restavam da “vida velha”. Como se eu ajudasse a “cuidar deles”, tomando emprestada a noção de Foucault (2010, p.12) para “cuidar de si”.

1.3 “Aquela vida velha já foi enterrada”

Maria de Jesus está sentada em frente a sua casa no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos. Ela olha para o descampado em frente, passa a mão nos cabelos brancos, aperta os olhos e diz: “No futuro, isso aqui vai ser tudo prédio”.

A senhora vislumbra um futuro, recria sua história e sua memória. E não pensa mais – ou finge ou se esforça em não pensar – na casa que tanto amou.

Ah...hoje em dia eu nasci de novo! Porque pra mim aquela vida velha lá foi enterrada! Eu nasci de novo e tô construindo outra vida. É uma coisa que 90% pra mim melhorou. E pra todos nós que pegamos nossas casas, foi super feliz. [...] Mas é só ter fé em Deus para conseguir o que a gente não tinha. Agora o que a gente perdeu acabou! Acabou. Eu não quero nem mais as lembranças! Vida nova, vida pra frente, estudar, trabalhar, ir daqui, já pega ônibus aí, o marido leva um pedaço depois volta e para aqui (referindo-se à sua filha Isidora). Vamos trabalhar, graças a Deus... Durante a semana toooodo mundo trabalha. Todo mundo. Aí no final de semana o pessoal descansa. Às vezes a gente sai, vai para um aniversário, mas a gente não sai muito, porque não quer deixar a casa só né... ainda mais que tá em construção né... então a gente não sai. Final de semana faz um churrasco aqui... faz um churrasquinho e um assado, as vezes pra nós e pro Ramiro... e vamos vivendo! Com fé em Deus... ontem essa casa ficou cheia de gente... as pessoas que ganharam suas casas todos vieram aqui me visitar ontem... tava cheio aqui. As pessoas me disseram ‘Dona Maria de Jesus a sua casa ficou muuuuito bonita’... Daqui a pouco o muro vai tá levantado, vou fazer a

calçada... e se Deus quiser, eu quero aprontar a calçada antes do dia das mães (no próximo domingo)... pra não dá lama no dia das mães. E se Deus quiser vai dar tudo certo.

Maria de Jesus quer negar suas lembranças e focar sua vida em novas práticas sociais. Mas em muitos momentos ela esquece a performance – performance aliás que é para ela mesma, num exercício mental de esquecer o que se passou e construir novas projeções – e relembra sua distinção e sua casa. Porém, mantém uma rotina de resistência. “Eu acordo, agora acordo cedo por causa da obra, mas senão acordo tarde. Mas quando a Isidora sai eu acordo cedo pra cuidar do Rodriguinho (em torno de 7h), aí ele fica dormindo, eu fico olhando ele, aí ela volta 11h, quando ele acorda eu dou merenda pra ele... e fico olhando ele, a casa...”. Ela resiste a um lugar distante socialmente, resiste ao medo de lhe tirarem os materiais de sua obra. Resiste ao tempo de seu neto.

Aos 73 anos⁶⁷ Maria de Jesus se gaba de não precisar mais fazer nada. Diz que ao chegar Isidora prepara macarrão, arroz, já deixa a carne temperada na noite anterior, mas se precisar fazer alguma coisa ela diz que ajuda. “Depois do almoço dou uma dormida, a Isidora vai lavar roupa, que ela gosta de lavar roupa de tarde. E assim é... nós somos assim... A minha união minha com ela (filha Isidora) é como se ela fosse minha mãe”. Dona Maria de Jesus explica a relação: “Ela diz ‘olha mamãe, tenho que lhe levar hoje pra tomar vacina’, ‘olha mamãe, tem que te levar no hospital’, ‘olha mamãe tem que fazer um exame’... tudo que eu preciso eu tenho que pedir pra ela. Ou eu digo ‘tal dia tenho que fazer tal coisa’ e ela diz ‘tá bom mamãe eu lhe levo’”. É para Isidora que dona Maria de Jesus entrega sua vida, sua confiança, sua rotina. “Ela vê o que falta em casa, ‘olha não tem isso, não tem aquilo’, já vai no supermercado e já traz... E agora eu quase não saio mais... vou na casa dos meus filhos. E no máximo eu vou na casa da vizinha aqui”. Maria de Jesus efetua práticas de espaço em suas falas, embaladas na sonoridade das palavras, em que ela proloooooonga seeeeeempre o que vaaaaai dizeeeeer. Além das práticas de espaço sonoras, ela se utiliza das práticas de espaço por meio de seus gestos expansivos com as mãos, e, geralmente, com os braços abertos: “Nas minhas amigas que já tão aqui e moram pra ali é difícil a gente se vê, mas de vez em quando a gente se encontra na rua. Mais as minhas noras que vêm aqui... a Helena (filha) vem bastante... e a Isidora sempre tá aqui, e a minha vida é essa (no som a música “incomodam, incomodam, incomodam,

⁶⁷ Idade em 2016.

incomodam muito mais” ouvida pelo neto Rodrigo, em último volume, no quarto de seus pais)”. Entra música e sai música de Rodrigo no DVD⁶⁸ e Maria de Jesus continua falando de seu grande orgulho: “A Isidora é uma pessoa que onde ela chega ela faz amizade. O meu sonho agora é de ferrar minha casa, arrumar tudinho do jeito que eu quero, e depois comprar um carro pra ela, pra Isidora... Pra ela fazer o trabalho dela, ir passear com o marido dela, com o filho... porque ela tando com o carro dela ela não depende do Rogério (esposo de Isidora que tem carro)”. Posteriormente, Jesus passa a revelar práticas de subjetividade que entram na esfera do cuidado de si (Cf. FOUCAULT, 2010): “E ter a minha casa é um sonho. Eu sempre tive o sonho de ter uma casa na terra. Eu sempre pedi pra meu Deus: ‘Meu Deus quando é que eu vou ter dinheiro pra comprar uma casa pra mim onde não tenha lago?’ E ele ouviu as minhas orações. Tudo bem que foi um sofrimento grande, porque queimou minha casa e as minhas coisas queimaram e o que não queimou desapareceu, mas foi uma coisa pro meu bem”. Na nova casa, Maria de Jesus faz a prática de um novo lugar, através de reformas físicas e estruturais e de falas que reiteram seu gosto pelo novo ambiente. Paralelamente, Maria de Jesus repete, sempre, para ela mesma, que “a vida é a gente ter o chãozinho da gente”, como quem ratifica para si algo que se torne verdade. “Eu tive um abalo muito grande, mas depois muitas pessoas me aconselharam: ‘Dona Maria de Jesus, foi pro seu bem’ (se escuta ‘au- au- au- au’ no som). E essa casa aqui era o meu sonho. É um pouco longe, mas a gente se acostuma”, conta. Maria de Jesus mostra o sofrimento social na asma que piorou por ocasião do incêndio, tanto em função da inalação da fumaça quanto da doença psicossomática de nervosismo, além de demonstrar em seu discurso e suas representações. Nesta nossa conversa, Maria de Jesus pede reconhecimento e reparação de sua dor. A resistência desta senhora é discursiva e de reiteração, como forma de ecoar e incutir em si mesma e na alteridade um outro pensamento. Ela repete inúmeras vezes no mesmo discurso, para si, para mim e, sobretudo, para seus filhos e noras que, “eles moram no chão”, que “no futuro isso aqui vai ser tudo prédio”, “que foi muito melhor assim” e que “onde morávamos era área da marinha”, referindo-se, na verdade, a uma área “de marinha”, mesmo que a baixada não fosse nem “da marinha”, nem “de marinha”, já que ficava há mais de cem metros do rio Amazonas. “Aí depois é que eu pensei que eu queria ter um chão, ‘eu não quero viver em cima do lago, não quero criar os meus filhos aqui, eu quero um lugar onde

⁶⁸ Disco óptico digital que armazena arquivos audiovisuais. Ele é reproduzido num aparelho que tem o mesmo nome.

eu vá ter um futuro, com facilidade, fazer meu almoço, ver a minha televisão, ‘trankilo’, meus filhos vão pro trabalho e nossa vida é essa”.

Em suas formas de subjetivação, fica claro que Maria de Jesus sonha com a consideração, a notoriedade e as “certas condições” de um passado que não existe mais. E que, por mais que racionalmente entenda que a estrutura de sua casa atual seja muito melhor e “no chão”, não “no lago”, intimamente seu apego está ao pertencimento de 30 anos na Baixada Perpétuo Socorro. Ao lembrar-se da baixada sua expressão muda, a saudade se revela, a vontade e o desejo de um lugar que não existe mais aparece. No entanto, uma inculcação insere-se na sua subjetividade como um modo racional de ver as coisas, obedecendo à ordem social imposta pelo Estado e pela sociedade. E encontra em Deus o que Foucault (1984, p.33-35) chama de delimitação do modo de investimento, ou seja, procurando no sobrenatural e na espiritualidade um atenuante para a sua dor: “Deus sabe o que faz. Deus me tirou aquela casa e me deu outra muito melhor”. Falas que antes estavam centradas em “aqui vivemos muito bem” e “temos certas condições”, passam a ser recriadas através de novos sonhos construídos, e inculcados mentalmente em si, sempre mediados por Deus, como quando diz “‘Meu Deus quando é que eu vou ter dinheiro pra comprar uma casa pra mim onde não tenha lago?’ E ele ouviu as minhas orações”.

Imergindo na dimensão subjetiva de dona Maria de Jesus, pra ser feliz, segundo ela, é necessário ter o próprio lar, ter “respeito, o amor, e uma amizade com os vizinhos, não ter intriga com ninguém, (nem) ter raiva e ódio dos outros. É isso aí que deixa a gente feliz”, diz. Ela continua: “Poder ajudar os outros, ser ajudado, é o amigo! Sabeeer respeitar as pessoas. Ter uma amizade! Ter uma amizade é o que faz a gente ser feliz. Porque ter intriga e briga com os vizinhos deixa a gente infeliz”. Percebe-se a importância dos vizinhos não somente na vida de Maria de Jesus, mas de outros interlocutores que sempre enfatizam esta relação. A figura do vizinho encarna um significado de paz e tranquilidade. Não mexer com o que é do outro, respeitá-lo e ser respeitado. Isso significa uma prática de subjetivação: não se intrometer na vida do outro para que o outro não invada a sua vida. Logo, imbuído na prática de subjetivação há a prática da privacidade, de manter sigiloso o princípio da vida privada de cada um. Não contar o que o vizinho “faz de errado” na visão de um morador é uma prática de privacidade e de resistência e preservação de si. “Eu conheço a pessoa de vista! Eu conheço a pessoa que sabe tratar o outro. Que sabe respeitar, que sabe dar o valooooor para o vizinho que ele tem. Tem vizinhos que se o teu cachorro latir ele já tá aqui xingando e brigando”, diz. “E aí já tá

brigando com um vizinho e já tá brigando com o outro... fazendo coisa errada. Nós devemos cuidar o que nós fazemos! Que é pro outro de fora enxergar” (no sentido de não falar mal de ninguém)! Maria de Jesus e sua família atuam num código de conduta, criado por eles, de performatizar relações pacatas com os vizinhos. Deixar que os outros enxerguem uma família pacata e feliz, centrada e coerente. Eles pregam a privacidade e as discussões familiares tratadas no foro íntimo e privado, sem que os outros enxerguem. Paralelamente, para não ser “enxergado”, é necessário não “enxergar” a alteridade, no sentido da privacidade.

Além de manter a paz com o vizinho para manter sua vida íntima, ser feliz, para Maria de Jesus, é perceber que sua espera de tantos anos pelo crescimento, físico e cultural de seus filhos, valeu a pena. “Como me disse um vizinho: ‘Dona Maria de Jesus, eu gosto muuuuito dos seus filhos. Gosto deles, [...] eu admiro os seus filhos, porque eles estudam, eles trabalham...’, ‘antão’ é isso que deixa a gente feliz!!” Sobre esta valorização simbólica, ela arremata: “Ver as pessoas de fora olharem pra gente, dizerem que a gente tá bem, ‘poxa a senhora tá bem, desde que veio da queimada, da baixada’. ‘Antão’ isso tudo me deixa feliz”. Ser feliz, para Maria de Jesus, envolve resistir à opressão do mercado consumidor do estudo e do trabalho formal. E resistir é consegui-los. Ser feliz, para ela, envolve um reconhecimento social, simbólico, fruto de uma inquietação social. Logo, Maria de Jesus é uma das mulheres mais revolucionárias que conheci justamente porque ela inseriu seus oito filhos vivos no ciclo da resistência ao sistema fazendo parte dele! Estudar é resistir! Estudar e trabalhar – no mercado formal – é instrumento de autodefesa de cidadania. Por isso ela é feliz, tem orgulho de seus filhos e orgulho do que ela foi capaz de estimular. Uma vez ela me disse que só morreria em paz quando todos os seus filhos tivessem diploma de ensino superior.

A esta questão soma-se a noção de pessoa que Maria de Jesus tem. Subjetivamente, para ela, ser “uma pessoa nesse mundo” tem que ter o valor do trabalho, como uma vez ela me disse, ao ser questionada por mim sobre o que era ser “uma pessoa nesse mundo”:

Ter um trabalho e muito respeito pelo seu próprio trabalho. Você tem que ter um respeito pelos seus patrões e os seus patrões tem que ter um respeito pra você. Olha a Isidora, faz 14 anos que ela tá empregada, e ela é uma menina queriiiiiiida no trabalho dela! Nunca teve uma falha! E isso deixa a gente assim... Porque brigar no trabalho deixa a gente desgostoso... Isso a gente vê na família da gente.

A noção de pessoa desta “matriarca” está atrelada a dignidade, utilidade, valorização frente ao sistema e aos outros, na visão dela suplantado pelos “vizinhos”. “Ser uma pessoa nesse mundo” é escapar das sórdidas humilhações, dos sofrimentos impostos por quem nos inculca violência física e simbólica, como resistir ao pagamento de contas, resistir ao absurdo dos preços do consumo alimentício e de eletrodomésticos, é auto expor-se apenas nos valores considerados ideais, como honestidade, trabalho, família e estudo. Para ela, noção de pessoa tem a ver com ser visto, ser notado, ser admirado, escapando-se da invisibilidade e da indiferença.

Em função desta dor do esquecimento e da luta por visibilidade é que Maria de Jesus confia “somente em Deus”. Depois de Deus, confia em seus filhos e em sua família, que mantém unida através de uma resistência diária de práticas cotidianas incitadas por ela, como o encontro para o café da tarde, a pequena conversa da manhã e os encontros de final de semana. Esta união também é mantida pela prática das rodas de conversa e conselhos que semanalmente ela dá para as noras. No entanto, não são conselhos de um sistema cultural impositor, ao contrário, são conselhos de resistir a este sistema, como a luta de Maria de Jesus em fazer os filhos lutarem pelas suas casas. Seu sonho é que sua família seja feliz, e que “possam ser alguma coisa a mais na vida, crescer mais na vida”. Seu sonho pessoal é:

Arrumar minha casa, arrumar um quarto bom pra minha filha, aí atrás, pra ela colocar todas as coisas dela... Quero ter um quartinho só meu pra eu ter as minhas coisinhas, a minha televisão, o meu DVD, pra eu escutar os meus hinos, que eu sou evangélica, que agora eu ainda não posso escutar porque eu não tenho o meu quarto, eu durmo com a minha neta, e a minha neta não gosta desses negócios de hino. Quero arrumar meu quarto pra se um dia eu morrer, eu morrer feliz.

Ao que tudo indica, “arrumar sua casa”, “escutar os seus hinos”, são práticas cotidianas no espaço habitado da casa que Maria de Jesus pretende voltar a fazer, como fazia na sua casa pertencida da Baixada Perpétuo Socorro. Por enquanto ela condiciona seus sonhos, desejos e vontades, nas práticas subjetivas de seu quarto próprio. Suas práticas de si estão ancoradas na imaginação de um quarto que não existe, mas que precisa existir para que ela possa “morrer feliz”, revelando-se, nas suas formas de subjetivação, um sujeito que agencia e se produz cheio de desejos e vontades, resistindo a um mundo de gentrificação e segregação que ela se nega a aceitar.

2. As lucubrações de Fernandes: Percepções e representações de realidades

Fernandes estava sentada em um colchão fino próximo ao banheiro do ginásio Avertino Ramos. Estava descabelada e vestia uma roupa doada. Olhava para o nada. Em uma mão um cachorro quente e na outra um copo de suco. Baixinha, gordinha, os cabelos bem curtos e grisalhos. Nós ainda não nos conhecíamos. Mas quando começamos conversar ficamos mais de duas horas batendo papo. Quando me vi, já estava deitada com ela no colchão ouvindo suas histórias.

Mas lá (baixada Perpétuo Socorro) ninguém é de ninguém... pra não morrer a gente ficava quieto. Cego, surdo e mudo. A polícia vai ficar guardando a nossa família 24h? Não vai! Eles cuidam da deles. Se eu falar alguma coisa de dentro da penitenciária mandam me matar. Mas nunca mexeram comigo nem com meus filhos, nem na minha casa. Somente bom dia, boa tarde e boa noite, mas a gente não é besta né...

Fernandes, há alguns anos, caiu da escada de sua casa de dois andares na baixada. Quebrou braço, perna, bacia. A partir deste dia não pode mais trabalhar. “O INSS me encostou. Fiquei com problema no braço, na mão”. Ela tem dores no corpo e também sofre de catarata. Já operou um olho e espera, na fila do SUS, a operação para o olho direito. Antes disso tudo concluiu o Ensino Médio e trabalhava na equipe de limpeza do Hospital Geral em Macapá. No entanto, acabou de perder sua casa e tudo o que havia dentro dela, com anos de trabalho para que tudo pudesse ser adquirido e mantido. A única coisa que havia ao seu lado naquele instante era uma sacola preta que lhe doaram, para que pudesse guardar as roupas que lhe deram.

No ginásio Avertino Ramos, “não estou sozinha, estou com Deus”, mas estava sem seus familiares. Os três filhos e suas esposas com as crianças e sua outra filha estavam espalhados em outras escolas da cidade de Macapá. Suas falas revelam ambivalências e desejos:

Mas Deus é maravilhoso... Não sei mais pra onde (vou). Mas pra onde o governador me mandar eu vou, desde que não volte pra lá. Será que vão aterrar lá? Podiam aterrar, abrir uma rua ali pela Marcílio Dias. A minha casa não era na rua. Na contagem a minha casa não era na rua. A minha casa era de frente pra (rua) Marcílio Dias, e de lado dava de frente pra (casa da) Maria de Jesus. Se o governador mandar aterrar até

lá no fim, fizesse rua e loteasse, ia ficar outra coisa. A senhora sentava na frente da casa da Maria de Jesus e ficava olhando a minha casa. Tinha uma via Embratel (antena de TV a cabo). Eu morava lá com meus quatro filhos.

Fernandes gosta muito de falar. Nossos encontros nunca duram menos de duas horas. Nunca. E quase sempre só ela fala. Suas falas revelam práticas de discursos e representações, além de práticas cotidianas de sociabilidades e entretenimentos, como a que fez por 25 anos na baixada, de sentar na frente de sua casa e ficar olhando as outras casas e as pessoas passarem pela ponte; em ter uma intensa vida em família, numa casa onde viveram com ela 11 pessoas; e assistir TV a cabo da “via Embratel”. Ao mesmo tempo, por mais que Fernandes fale e discursive, o pequeno trecho acima basta para revelar que há nas suas formas de subjetivação a determinação da matéria investida, no sentido de confessar na sua fala a vontade de permanecer no espaço da baixada, caso o governador aterrassse o local e “fizesse rua e loteasse, ia ficar outra coisa”. Por outro lado, a razão reverbera quando diz que vai para qualquer lugar, “desde que não volte para lá”.

Assim como Maria de Jesus, Fernandes tem no exercício espiritual a delimitação de seu modo de investimento (Foucault, 1984), quando diz: “Tudo que eu peço pra Ele, Ele me dá. Se Ele me tirou de lá é porque ele tem um lugar melhor pra mim. Onde me botarem eu tô satisfeita... Eu só quero que ele me permita acordar de manhã pra estender a minha roupa que eu gosto! Estender a roupa com as minhas pernas no chão! Só isso”. O sobrenatural passa a ser como uma ponte para atravessar o sofrimento social de forma impassível. No momento pós incêndio, a prática era de sobrevivência e assimilação, desencadeamento subjetivo. Por isso, “onde me botarem eu tô satisfeita”, desde que ela possa “acordar de manhã para estender a minha roupa que eu gosto”. Muito tempo depois, com mais de ano de residência na nova casa, ela já não pensa mais na satisfação da casa e em estender a roupa no varal. Sua agência já está motivada para uma nova residência, fazendo planos para uma casa em um bairro estabelecido e com vasto comércio. Mas, por enquanto, tudo está na subjetividade da representação de um ideal de residência.

Em suas falas, em nossas conversas e nas suas entrevistas concedidas a mim, Fernandes demonstra conhecimento e astúcia sobre a genealogia do saber, em diferentes discursos e representações sobre as relações de poder e as formas de dominação:

Entra governo e sai governo e eles dão aquela sacudida, só entra quem eles querem. Eu sempre digo pra minha filha, ‘eu tenho 53 anos (em 2013), mas quando chegar política não levante bandeira, aprenda com a sua mãe’! Por isso que ela ficou lá, porque ela não levantou bandeira, porque na hora da limpeza... Tem colega que levantou bandeira contra e agora tá fora. ‘Quando chegar política seja neutra! Nem um, nem outro’. Se não fosse isso...

Fernandes entende o funcionamento do poder no mundo e especificamente em Macapá. Sabe das alianças, das coerções, dos favores e das cobranças dos favores. E também sabe jogar. A todos que passam lhe convidando para ir para a igreja, ela diz que vai, a todos os candidatos que lhe pedem votos, ela lhes faz um aceno positivo com a cabeça. Quando eles saíam de perto de seu colchão no ginásio Avertino Ramos, ou depois do piso firme de sua casa nova no Oscar Santos, ela só me olhava. Nem sorria, nem nada. Apenas gesticula a mais cirúrgica prática de resistência não verbal que lhe é típica. Coloca as mãos nos olhos, depois nas orelhas e depois na boca. Cega, surda e muda. “Eu fiquei lá (Baixada Perpétuo Socorro) 25 anos. Quando passavam lá com droga eu fechava tudo e ficava vendo televisão. É a sobrevivência... eu não via nada! O que adianta ser dedo duro? Chegar na penitenciária e ter que mostrar alguém? Só que aí eles tocam fogo na minha casa, pegam meu filho, meu neto...”. Ela continua: “Uma juíza que é uma juíza levou 21 metralhada na cara, imagina eu, uma simples pessoa. A que ponto nós seres humanos chegamos? Somos igual presidiário, vivemos trancados! Mas a senhora sabe de quem que é a culpa por tudo isso? É dos governantes, porque eles botaram essa lei de que menino não pode nada, que tem que estar na escola e não pode trabalhar”. Discursos e representações são as práticas cotidianas, de colocação no espaço e de resistência, de Fernandes. “Na minha época menino estudava e vendia picolé, porque o pai mandava estudar e trabalhar. Vendia picolé, vendia chope (sacolé, geladinho), o que vinha. Você não via esse negócio de menino sem fazer nada, de cheirar cola, se drogando, com negócio de camisinha”, diz. As narrativas de Fernandes, enlaçam suas representações discursivas chamando a atenção de outras pessoas que estavam próximas a nós: “Depois que houve esse negócio de Estatuto da Criança e do Adolescente, doutora, a senhora vai virando aqui essas pontes (baixadas) é menino tirando sarro com a cara da gente, é menino metralhando a casa da gente... é menino querendo balar a cabeça da gente...”. E conclui: “O de menor mata alguém da sua família, daqui a 45 dias ele vai embora”, fala com a sobrancelha esquerda erguida.

Mas você sabe que eu quis falar isso quando eu terminei meu segundo grau, mas aí queriam me matar... Você sabe por que os políticos fizeram isso? O de menor não pode pagar pena, mas o político fez o de menor votar, porque vai pro bolso dele. Ele tá pouco se lixando se o de menor vai matar ou não. Ele quer saber de todo mês estar com seus 45, 50 mil. No meu ponto de vista menino tinha que ir preso sim, fazer limpeza, o nosso país tinha que pegar esses meninos – eu dei essa palestra lá (na escola onde estudou, eu um trabalho de sala de aula) – e botar pra limpar prédio, trabalhar, arrumar, mas não doutora, até os presos comem do bom e do melhor, coisa que em casa nós não temos negócio de frango, salada, comida boa... uma vez eu já entrei lá e vi. Mas graças a Deus nenhum filho meu nunca foi preso. Os ladrões não tão nem aí se eles forem pra cadeia, porque eles sabem que vão ter do bom e do melhor, vão ter mulher pra satisfazer eles... Eu falei isso lá no meu segundo grau e quase levei o farelo.

Essa história ela repetiu, para mim, em todas as nossas entrevistas gravadas no pequeno gravador, e em muitos bate-papos informais. Esta “palestra” é seu maior bem simbólico, de um período que subjetivamente foi seu apogeu em reconhecimento, vaidade, intelectualidade e conhecimento. O momento desta “palestra”, de falar uma representação que, para ela, consiste na mais absoluta verdade, com as representações de prisões - tratamentos aos apenados - , comportamento de adolescentes e ferrenhas críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi uma forma de se colocar no mundo, de ser e estar, se sentir plena e participativa. Ser ouvida. Ser admirada. Isto, para Fernandes, se revela intimamente na sua noção de pessoa, em função da constante repetição deste evento.

Fernandes problematiza representações que se ampliam em descrições e análises da vida social. Traz as suas experiências e alia-as às experiências de coerções micropolíticas, pessoas, lugares e situações e ao que deduz sobre realidades da alteridade. São as formas subjetivas, através da prática da conversa, que ela arruma para representar a sociedade que, segundo Becker (2011), é sempre parcial. Cada um constrói a representação da sociedade de acordo com o seu posicionamento e conhecimento no mundo. Fernandes coloca-se como uma mulher que cresceu brincando na rua, desde cedo trabalhou, criou os filhos, decepcionou-se com os homens, sente-se independente, morou na periferia e, como ela diz, “viu todo o tipo de coisa”. Ali ela construiu sua opinião e suas representações. Fernandes interpreta estas representações da perspectiva de sua moralidade, apontando culpados e dizendo o que deveria ser feito.

No abrigo Avertino Ramos, depois de ter comido seu cachorro quente, que esfriou de tanto falar, tomou o suco e reclamou de fortes dores de cabeça. Aliás, passou reclamando desta dor por toda a nossa convivência e, mesmo eu lhe repetindo todas às vezes para consultar um médico, ela nunca foi. Nossa conversa foi interrompida por uma missionária de uma igreja evangélica que veio falar sobre “viver na luz, passar por uma provação e ter uma posterior vitória”. “Cria, não tenha dúvida, nós todos passamos por lutas e provações”! Fernandes pegou o papel ofertado pela missionária, fez um aceno de cabeça, típico de quem concorda com absolutamente tudo. E continuou falando comigo para que a missionária fosse logo “pregando em frente”.

Agora doutora (no primeiro dia em que nos conhecemos, ela me chamou de doutora) tem tudo isso... Olha, a senhora sabe porque estão fazendo isso dos protestos (de 2013) agora? É porque a nossa presidente é uma mulher! A Dilma, coitada, ela tá sofrendo muito... porque por trás desses protestos tem muito político armando tudo com um pessoal para tentar prejudicar a Dilma porque a reeleição vem aí. É tudo uma grande armação contra ela. A gente sabe que tem muitos problemas, mas também tem muita armação. A gente não é idiota, a gente sabe de tudo isso, mas se faz de besta.

Fernandes revela pensamento crítico e informação. Seu depoimento narrativo exacerbava o contexto atual do país, vivido em 2013, das crises governamentais, dos protestos naquele ano, bem como esmiúça uma opinião sobre a presidente Dilma que revela um conhecimento de gênero, tecendo em sua representação uma presidente que sofre por ser mulher, resiste a complôs por ser mulher e se equilibra em uma sociedade machista. São as problematizações e críticas de uma pessoa que percebe as relações sociais e de poder a sua volta e que, sobretudo, possui representações identitárias, referindo-se a presidente e a opressão em função de sua categoria de gênero. Fernandes aponta uma prática reguladora de representação identitária heterossexual e masculina, como se todos os problemas (ou abusos para com ela) da presidente fossem pelo fato dela ser mulher, que denota uma hegemonia de poder e modos de pensamento. Fernandes sente-se à frente de seu tempo, justamente por defender e assumir um ponto de vista que considera crítico e diferente do senso comum. “Se fazer de besta” é um saber dominado (Foucault, 1976), uma prática de resistência, de quem dissimula e se faz de “mulher submissa”, “mulher pobre”, de “quem não estudou” e “não sabe de nada”, para discretamente enfrentar o sistema, construir novas e críticas identidades, reconstruir

práticas cotidianas que tem a ver com a agência do tempo, como a educação que procura dar para suas netas e para quem escuta suas falas (assim para quem assistiu a sua citada palestra).

2.1 Relatos de práticas de vida

Fernandes nasceu em Macapá, no Bairro do Trem. Teve apenas uma irmã, na casa de quem ficou por um curto período enquanto esperava sua casa no conjunto habitacional. “Eu brinquei tanto que o meu apelido era Joãozinho. Porque eu gostava de brincar com peteca, empinar papagaio, jogar bola na rua (ri), ‘que nem’ moleque. A galera apelidava eu de Joãozinho. Eu parecia era um machinho”, conta. Depois das traquinagens de infância, na adolescência ainda brincava e tinha muitos amigos. “Não me queixava de nada. Mas agora não né professora, não dá mais pra ficar indo em praça... eu me lembro quando eu ia pra festa, a gente voltava na gandaia, voltava a pé da festa, lá nos meus 16, 17 anos, passava na panificadora, vinha tomando refrigerante e comendo pão com o sapato na mão”, diz rindo, em frente à casa grande da irmã, com pesado portão de madeira, muito próximo ao tapume da defesa civil que cerca o espaço que um dia foi da Baixada Perpétuo Socorro. “Hoje Deus o livre, você não faz mais isso. Antes fazer brincadeira em casa do que na festa. Aí com 18 anos eu casei. Casei nova, mas só fui ter filho lá pelos meus 24. Eu me tratei pra ter...”.

Enquanto Fernandes fala, seu óculos de sol, pendurado na cabeça, vai caindo e já está no meio da testa. Ela está de calça Jeans, sapato e blusa preta, com o cabelo pintado de vermelho, embora no mesmo corte sempre bem curto. Completamente diferente daquela mulher descabelada e abatida que encontrei no Avertino Ramos. “Vim pra baixada com uns 28 anos, logo depois que eu me separei do pai dos meus filhos. Agora vou fazer 54 (2013) anos. Mas até pode ser mais tempo (de moradia na baixada). Faz 28 anos que eu moro aqui, porque eu vim pra cá ainda grávida”. Ela tenta calcular o tempo de moradia, olhando para o espaço vazio que antes era sua casa. “Eu tive dois casamentos. No primeiro marido eu tive quatro filhos. E no segundo eu não tive porque já tinha me operado. Conheci ele (o segundo marido) aí dentro. Me separei porque foi má camaradagem dele”. Ela me conta rindo que teve os filhos em “escadinha, um atrás do outro”. Eles têm dois anos ou menos de diferença um para o outro.

A senhora se lembra de uma época que descobriram pílulas de farinha? Foi bem nessa época. O meu primeiro tem 30, o outro fez 29, o outro vai fazer 28 e minha filha 26 anos. Eles misturaram a pílula com farinha. Foi nessa época. Ai quando tive minha filha eu me operei. Aquele deputado Salomão que mandou me operar, a irmã dele era médica no hospital. E fiquei só nos quatro filhos, Graças a Deus! Graças a Deus. Porque se tem uma coisa que tem bastante na periferia é moleque né professora! (risos). Meu Deus do céu... De tarde quando a gente se senta aqui, passa cada mulher com uma barrigona, um moleque no colo, outro aqui... outro ali. Naquela época não era como hoje. Hoje tem remédio bom, tem camisinha... mulher pega filho porque quer.

Conforme os anos passaram seus pais morreram, os filhos cresceram e tiveram os seus filhos. Fernandes morava com filhos e netos em sua casa. Sempre trabalhou e estudou. “Sou uma mulher independente”. Da vida que teve por 28 anos na baixada – e sua memória é focada para este período, pois sempre que indagada a outros períodos da vida é para a baixada que ela converge – lembra com saudosismo as práticas de convivência: “lá no final de semana era bacana... tudo a gente inventava, era churrasco, era geladinha, era feijoada, era sopão... A gente fazia festinhas...”, ri e fica com o olhar perdido no tempo. As práticas sociais preferidas de Fernandes tem a ver, sempre, com a comensalidade e a cervejinha.

Se reunia com a família, os vizinhos lá pelas 16h30, 17h, fazia um café preto, cozinhava uma mandioca, era muito bom. Mas o que eu gosto mesmo é de uma pimentinha... Gosto daquelas que entram ardendo na boca e saem ardendo lá embaixo (risos). Esses dias eu fui num restaurante e pedi pro garçom: “Moço, tem daquela mardita? Daquela que dói um pouquinho em cima e sai com tudo embaixo?” aí ele trouxe a boa! (risos). Ah, eu adoro uma pimentinha, uma pimenta bem forte, que chega a chhhhhhhhhhhhhhh arder nos lábios! Eu adoro!! Eu acho gostoso aquilo... minha filha diz que a “mamãe não pisca”.... mas nós estamos só numa passagem aqui... temos que trabalhar, mas também temos que nos divertir. Meu filho diz que eu tinha que ser mais séria e entrar na igreja, mas eu disse pra ele: “meu filho, a sua mãe está bem viva com 54 anos (em 2013), e quer viver bem”. Às vezes o povo só estuda, estuda, estuda, trabalha, trabalha, trabalha... Eu não. Eu vivo a minha vida. E dia de semana não... mas em final de semana eu deixo a casa bagunçada, pegamos um carro com umas amigas e a gente rasga pro Curiaú pra tomar um banho de rio, tomar uma cerveja, eu não tô nem vendo!

Depois de mudar-se para o conjunto habitacional – que tanto sonhou e desejou - esta vida de passeios e balneários terminou, e Fernandes passou a internalizar sofrimento pelo distanciamento social: “aqui é muito longe. Ninguém tem como vir me pegar (mesmo que para ir ao Curiaú se passe pela BR cuja lateral é o conjunto Oscar Santos). Minhas amigas não vêm aqui. Aqui é tudo longe. É bem melhor que lá (a casa)... mas é tudo longe”. Fernandes foi abandonada socialmente por amigos, vizinhos de outrora, família. Sente-se abandonada porque não vive mais no centro, não consegue ir a pé ao posto de saúde, no supermercado, na lanchonete, na igreja. Não consegue pegar ônibus porque não enxerga direito. Vive só no conjunto com a filha mais nova que trabalha o dia todo. Em algumas épocas que os filhos passam por dificuldades financeiras eles deixam os filhos para que Fernandes tome conta. Ela foi abandonada por uma sociedade individualista, fragmentada e consumista. Resta-lhe assistir televisão e emitir representações da sociedade quando alguém destina um tempo para lhe ouvir. Às vezes se junta à família de Maria de Jesus para a prática das rodas de conversa e rituais de comensalidade. Ela gosta muito da nora de Maria de Jesus, Diomira.

As práticas sociais do café da tarde que envolviam a família, com macaxeira e pão careca (pão francês), com 11 pessoas, se transformaram em biscoito e café com uma ou duas pessoas. Ou sozinha, ou com Amandinha, sua neta. Fernandes diz que o pão do bairro não é bom, e queixa-se de andar alguns metros para ir à casa de suas amigas, como Maria de Jesus, Diomira e Michele. “Meu corpo dói e eu não enxergo direito”. E na baixada era só andar alguns passos e estava na casa de todos. Deste modo, as práticas cotidianas históricas em sua família, algo em torno de 28 anos, que tinham um grau profundo de subjetividade e singularidade, passam a ser um vazio e uma necessidade. O sofrimento social e a subjetividade de Fernandes estão na prática discursiva de falar do passado, em que utiliza esta prática para controlar a sua narrativa – o que deve ou não dizer –, e principalmente na prática não discursiva de gestos, olhares e silenciamentos, de sofrer por um passado que não existe mais. As dores de cabeça, o ganho de peso, a falta de cuidados com o corpo (não vai ao médico, está com erisipela, dores intensas na cabeça, catarata no olho direito) revelam uma luta contra a singular e objetiva solidão, que sufoca a subjetividade de Fernandes. As mudanças de suas práticas cotidianas lhe foram impostas pela vida e o poder nefasto das instituições. É por isso que Fernandes fala, representa, performatiza e interpreta sempre que pode.

2.2 Uma mulher micropolítica sem a “mania de amar”

“Amandinha! Para de comer bolacha! Daqui a pouco eu vou fritar a galinha”! Fernandes repreende a neta Amandinha, chamada no diminutivo porque tem o mesmo nome da filha mais nova de Fernandes. “Do que era mesmo que eu estava falando para você? Ah, sobre ser feliz”. E Fernandes encontrava em mim alguém que lhe ouvisse a manhã inteira. Eu, assim como Amandinha, sentava-me em sua casa nova no conjunto Oscar Santos, na mesa da cozinha e ouvia suas histórias comendo bolacha Maria e tomando café preto. A manhã toda. Ela falava e sempre me lembrava meu professor mais fantástico e louco, o João Carlos Tiburski, que quando estava concentrado falava sério franzindo mais uma sobrancelha do que outra. Fernandes fazia igualzinho.

Feliz, é você estar feliz dentro de casa, com sua família, se você tiver um marido... ter o que comer... porque não ter o que comer não é ser feliz. E é ter dinheiro, mas tô falando do básico, de ter dinheiro pra comprar uma roupa, um sapatinho... porque Roberta, eu não tenho vontade de ser rica. Eu tenho vontade de acordar com a minha neta... olha, na hora do almoço ela tá procurando isso ó... (implica com Amandinha que quer comer biscoito ‘ela vai comer daqui a pouco lá por 3h’). A única tristeza que eu tinha na minha vida era da minha visão né... que eu não enxergava. Mas agora já me operaram de um olho e daqui a pouco vão me operar do outro. Só falta o outro... eles marcaram para 05 de janeiro (operação que não aconteceu). Então é isso... e eu queria ter um carrinho Roberta. Não queria ter um carrão de luxo. Um carrinho, pra me levar pra igreja, ou então que me levasse pro médico, levasse eu assim para um passeiozinho no dia de domingo tomar um banho (de rio)... mas assim negócio de ser rica não.... felicidade é isso, é ter o básico. Tem gente que tem tanto dinheiro e não é feliz dentro de casa. Mas eu sou feliz. Tá certo que eu fiz uma besteira Roberta... eu não podia ter comprado esta estante que eu comprei (estante da sala, para colocar a televisão)... sabe quanto é uma estante dessa? 460,00... e eu vendi minha televisão de 40 polegadas, aquela grandona que eu tinha (modelo antigo), vendi pro vizinho porque foi ela que arriou minha estante. Mas essa bichinha 460, não vale nada, eu tinha que ter comprado um rack... foi dinheiro posto fora... arriou tudo. E ainda comprei este micro-ondas aqui... (Amandinha volta dizendo que ganhou um sapato da amiguinha vizinha. ‘Amanda, eu já não falei que vou comprar um sapato pra você? Você não precisa pegar sapato’! Amanda explica que ganhou) Então.... o que a gente tava falando? Ah, felicidade é isso... não é ter dinheiro.... ou as vezes a pessoa quer ter poder, ela é uma advogada, bem estruturada... o marido dela é isso e aquilo outro, mas não são felizes... porque felicidade não é poder

aquisitivo, nem ter uma linda casa... mas dentro da casa é um inferno, isso não é felicidade... Olha aqui na minha casa... eu não tenho tudo, mas eu tenho o essencial. Olha eu tenho a minha máquina (de lavar), que eu só faço botar a roupa, tirar e estender... coloco na corda, de bate-enxuga... tenho geladeira, ... a única coisa que eu quero comprar é a minha televisão daquelas de LCD... grandona, mas eu só vou comprar depois que eu cercar a minha casa. Não vou comprar uma televisão grandona pra chegar em casa e não ter mais minha televisão... porque aqui você sabe qual é a conversa né.... do que eles levam...é a televisão... Eu tô primeiro querendo fazer meu essencial, que é meu muro.

A felicidade está atrelada às necessidades básicas do ser humano, e que Fernandes não teve em momentos de sua vida. Passar fome traz infelicidade. Ao mesmo tempo, ser feliz para ela está vinculado à democratização dos bens de consumo. Nas práticas de conhecimento de Fernandes fica evidente compreender suas prioridades e suas “besteiras”. Para ela cometer uma besteira é gastar R\$460,00 em uma estante que não tinha boa qualidade. Há aí uma significação que beira o contexto de dificuldade social e financeira que deixa evidente se tratar de um retrato da cultura e das formas de vida vivenciadas pelos “pobres” no Brasil. Fernandes observa uma conjuntura e um modo de vida que nem sempre consegue fazer parte com plenitude, mas que quer fazer. Ela quer ser uma consumidora em potencial, e tem na estante – e em umas panelas que comprou e nunca usou – uma forma de status social (GOFFMAN, 2014, p.49), mas nem sempre a precarização de seu dinheiro lhe permite “fazer besteiras”, como comprar a tão sonhada televisão. Fernandes percebe o abocanhamento simbólico de instituições, multinacionais, dos ciclos econômicos de prosperidade e precarização (BAUMAN, 2014). Por isso para ser feliz, para ela, não se precisa de muito, mas mesmo assim ela elenca objetos que fazem parte deste ciclo vicioso do consumo e que são importantes para a sua felicidade, motivada pela forma e força simbólica da alteridade que está gravado no imaginário de Fernandes.

Mas Fernandes sabe que a felicidade, além do consumo, hoje, é também um jogo de cena, inclusive no amor. Ela me conta uma situação que aconteceu entre ela e seu segundo marido, Hipólito: “Agora Roberta, hoje em dia, você sabe que a gente tem que trabalhar com o ‘célebro’... como amar. A gente ama. Mas a gente não pode amar, amar, amar... porque a gente tem que trabalhar com o ‘célebro’... olha eu tinha essa mania de amar... eu amei tanto um homem... eu ensinei tudo pra ele”. Fernandes nunca ouviu falar

em Foucault. Mas se articula bem com ele. Ao longo dos anos esta senhora que parece ter bem mais do que 50 e poucos anos observa as relações de poder e até certo ponto as media e as cutuca com vara curta. “Ensinei ele a ler e a escrever, ensinei ele a parar com essas manias de ficar lá na rua e chamar ‘hei fulaaaano’ (muda a voz), ‘hei siclaaaaaano’, sabe... deixa a pessoa chegar pra conversar com você. Fui ensinando educadamente a ele. Disse que na hora do almoço não era necessário bater a colher e falar de boca cheia. E eu fui educando ele (respira fundo)”. Fernandes imerge na genealogia do poder e intercambia a posição de dominador e dominado. Ou de poder e resistência. “Sabe e foi passando, foi passando, e fomos nos juntando... passou uns cinco anos, nos seis nos casamos, depois com o tempo eu me fiz de desentendida, mas eu ouvi o irmão dele falando: ‘oooooh tá certo que a cunhada ela é educada, ela é isso e tal, mas olha a idade dela, tu quer isso pra ti?’”, e o que ela ouviu lhe doeu como um tiro: “E ele disse pro irmão dele: ‘não, só tô dando um tempo’. Ele disse: ‘não se preocupa, tô só organizando minha vida’. Égua (interjeição nortista. O ‘Égua’ serve para surpresa, tristeza, alegria, exclamação. Assim como o “bah” do gaúcho) Roberta... aquilo.... eu não bati de frente com ele... não bati de frente, porque eu sou do tipo da pessoa que tu só me vê chorando se for algo que me tocar muito”. Até então suas posições de poder se alternavam com Hipólito; e Fernandes, no amor, era ambivalente. Até que ouviu essa prática discursiva de Hipólito que lhe doeu. Hipólito cortava com palavras o coração de Fernandes. Era uma prática de fala preconceituosa, a visão de um discurso masculino mergulhado numa ordem social machista, com os valores introjetados pelo significante masculino (BUTLER, 2003). “Eu engoli! Tu sabe o que é engolir? Desceu pra baixo aquilo. Aí eu peguei e pensei: ‘a primeira coisa que eu vou fazer eu vou dar poder pra ele’. A pessoa que você ama... dê poder a ele pra você ver. E eu me virei e fiz dele fiscal da fazenda em dois dias... sabe que fiscal da fazenda ganha dois salários”, conta. Ela sofria mas tentava não demonstrar. “Mana, quando ele se viu com esse dinheiro... ele já sabia ler, já sabia escrever, fazer conta, tudo... A primeira coisa que ele fez foi arrumar uma mulher pra lá pro interior. Mas também... eu chorei por dentro e engoli”. Neste dia seu chão se desmanchou, ela chorou por dentro. Sua prática de amar fora dilacerada. E ela nunca mais “amou, amou, amou”. “Eu chamei ele e falei: ‘Hipólito, eu não vou fazer escândalo contigo... se você está pensando que eu vou fazer escândalo, eu não vou fazer escândalo... minha mãe ensinou uma coisa... chore por dentro e dê um sorriso, mas não mostre que você está acabada’”. E, segundo ela, disse ao ex-marido: “‘Eu só quero que você pegue suas coisas, tudo o que você tem... e o que você quiser levar que nós construímos você pode levar’”. Neste

momento ela fala bem devagar, e respira tão fundo que o ar que lhe entra a faz reviver uma dor. “Mana mas este homem se desesperou. Ele chorou na cadeira, chorou, chorou, chorou... mas ele também não disse que ele queria ficar. Ele engoliu, pegou as coisas dele e foi embora”.

E Fernandes instaurou um cuidado de si (FOUCAULT, 2010) cuja forma de subjetivação obrigava-se a agir com a razão, no sentido de terem-lhe descido uma opinião e uma ação de ordem social goela abaixo e, em função disso, passou a resistir ao amor. Fernandes calhou a se produzir forte. Criou uma capa de proteção para seu eu, num invólucro de dramatização da própria vida, mais para si mesma do que para os outros. “Aí uma vizinha uma vez me disse: ‘vizinha, eu não te entendo... sobre sua vida, a senhora anda sempre muito calada’, eu disse: ‘é a vida me ensina... eu já tive dois marido e três companheiro. Sabe por que eu já tive esses cinco homens na minha vida? Porque eu não nasci... eu não sou nem uma Roberta Taylor para mim engolir desaforo de homem e chifre”’. E enfatizou à vizinha: “Por isso dê poder pra quem você ama, pra você ver como vai ficar. Se ele não mudar pra melhor, ele muda pra pior, mas dê poder pra ele! Dê poder pra ele! E aí o que foi que aconteceu? Com cinco anos ele apareceu, parece um mendigooooo”! Hipólito agiu como “adiaforização”, conceito criado por Bauman (2014, p.48-50), de uma conduta que não merece atenção, algo sem importância. Pois Hipólito operou como se Fernandes não fosse importante. Como se os seres humanos fossem descartáveis depois do uso. Fernandes, a isso, tornou-se insensível, logo sua representação de amor, hoje, é de dor, de traição, de utilização, de descarte. O amor é banal, é traiçoeiro. O amor, para ela, é corrupto e sem sensibilidade. O amor é negócio. Para Fernandes o amor é negócio porque isto é que é real para ela. É indiferença. Fernandes sofre por amor. Por isso, “dê poder para quem você ama para você ver como vai ficar” significa que o poder corrompe, o poder dilacera, o poder mexe com os brios. Mas o poder simbólico e financeiro quem tinha era Fernandes, que mesmo com o coração partido pelo poder do significante discurso masculino de seu amor, resolveu dar e depois tirar o poder do marido. No entanto, a vítima que sofre socialmente não esquece, porque a memória é que mantém a lembrança, a raiva, o sentimento de que algo deve ser feito. É a memória de que o amor é um negócio que deixa Fernandes seca e amargurada, sem querer ser passada para trás outra vez. Fernandes secou para o amor para cuidar de si (FOUCAULT, 2010, p.114-116), numa prática de relação consigo e com o outro, que beira a competência, no sentido das aptidões e habilidades para não amar, e a maestria do embaraço, que através do diálogo e da necessidade de saber se saia da ignorância. Curar

a própria dor está em primeiro lugar. Ela curou sua dor. Ela curou sua dor?? Ela não curou sua dor... E Hipólito? “Parece mendigoooo”. Hoje quem não cura sua dor é Hipólito, que continua implorando o amor de Fernandes, como aconteceu inclusive na noite do incêndio, quando Hipólito adentrou o Avertino Ramos para dormir no mesmo colchão que sua Fernandes.

É por isso que hoje Fernandes confia apenas em Deus. Depois de Deus, apenas nela mesma. Ela diz que para viver bem é preciso apenas paz de espírito, e para conseguir isso “é só não me incomodar com a vida do vizinho e o vizinho não se incomodar com a minha”. E, além do ocorrido com Hipólito, desabafa por que não confia em ninguém:

(respira muito fundo e suspira). Aaaaai, porque às vezes, a amizade às vezes... todos nós temos um lado que temos uma revolta, né; sempre tem. A gente não vai dizer nunca, mas sempre tem. Cada amizade sua, você dá pra você notar como é a aproximação dele (amigo) com você! Olha, ali na casa da Eusápia, que era nossa vizinha lá no Perpétuo Socorro, o filho dela mora nessa mesma rua só que pro lado de lá. E a Eusápia não saía mais daqui, mas por quê? Campanha (política)! Ela vinha acompanhar o marido dela, ela queria que eu votasse no Grilo (candidato a deputado estadual, fez muitos votos no Bairro do Perpétuo Socorro). Entendeu? Vinha me buscar, vinha me deixar... e eu, como eu me faço de morta pra mim sobreviver... eu acompanhava a procissão. Eu tenho problema é na visão, não no ‘cérebro’... eu sou muito antenada... eu ia na procissão. Mas que eu tava ligada, tava. Acabou, acabou a política, e todo mundo... (fez um gesto de que acabou)... acabou... acabou as festinhas, acabou os almoços... É assim... hoje em dia se todos nós, Roberta, a gente... é... esse negócio de dizer “eu vou me abrir pra fulano”... se abra pra Deus! Esse negócio de se abrir pra fulano... isso não é uma segurança. Só se você fosse pro banco e dizia ‘olha, vou contar um negócio pra vocês, mas fica entre nós’, e se abrisse aquele cofre, você falava tudo e depois você trancava... mas você dizer assim ‘ah, eu vou falar para uma grande amiga’, você está correndo um alto risco. Porque um dia aquilo pode ser surtado (ela quis dizer “revelado”, “dito”, “contado”, “fofocado”).

Fernandes sabia que Eusápia estava lhe direcionando práticas de atração e convencimento em prol do que a ajudaria futuramente. Se Eusápia elegesse seu candidato, teria prestígio entre os moradores do bairro e do conjunto, e possivelmente teria cargo comissionado e algumas verbas a mais. Fernandes sabia disso e “acompanhava a

procissão”, afinal Fernandes estava ganhando na campanha o benefício que o deputado e seus assessores receberiam nos outros quatro anos. Fernandes entende os interesses e joga o mesmo jogo. Ela luta em diferentes campos e tem o que Foucault (1984) chama de “vontade de revolução”. Ela entende, se aproveita como uma forma de resistir (economizando seu dinheiro, almoçando e bebendo de graça, aproveitando as caronas que lhe eram oferecidas), depois denuncia e faz a própria revolução através da prática discursiva e de representação (ao criticar Eusápia e a lógica subversiva das campanhas eleitorais). Na narrativa acima Fernandes revela com tristeza uma amizade que ela apostava como verdadeira e que se mostrou negociada em tempos de insensibilidade (BAUMAN, 2014), manifesta a busca por autoridade e poder de todas as pessoas e em todos os campos. Os interesses configuram-se na ordem da individualidade e das estruturas do sistema que impõem uma ordem simbólica (BOURDIEU, 2014) mostrando que todas as relações estão imersas no desejo de poder, autoridade e abuso. No sentido de que a meritocracia é se beneficiar. Fernandes sabe o processo e o entende. Como precisa sobreviver, faz parte de sua ética entrar na “procissão”. Paralelamente ela revela outra importante questão: A prática da confessionalidade (FOUCAULT, 2010) no mundo moderno. E em sua prática do ato de conversar e narrar ela afirma que a confessionalidade trai. Revelar-se ao outro é revelar-se ao público. É tornar-se assunto público, pois afirma que as pessoas, o outro, a alteridade, não sabem guardar segredo. Só um cofre guardaria. Fernandes revela a fraqueza do outro e das relações sociais – por isso para estar em paz de espírito, para ela, é não se envolver com vizinhos. A figura do vizinho está tão presente nas falas de todas as interlocutoras porque são as relações sociais atuantes neste universo. Entre estas pessoas há poucas relações de trabalho de frequência cotidiana. Há, aqui, relações cotidianas entre famílias e vizinhos. Logo, para Fernandes, abrir-se para alguém representa sentir-se ameaçado, com medo, inseguro. Abrir-se ao outro é entrar em desconforto consigo; é estar desprotegido. Contar um segredo a alguém e a um “amigo” é o mesmo que viver em intensa incerteza. É por isso que para Fernandes – e para minhas demais interlocutoras - não existe amizade verdadeira. “Amigo” é aquela pessoa com quem se pode ter uma relação amistosa de pedir um pequeno favor, de reparar a casa quando o dono não está, de não reclamar do som ou do barulho. Desta forma, assim como para Maria de Jesus, para Fernandes amigo é o vizinho, desde que não lhe incomode e não adentre sua privacidade. Não existe amigo para desabafar. A solidão é parte condicionante da condição humana de Fernandes.

Bati no ferro da janela de Fernandes e gritei: “Fernandeeeeeeeees”. Ela estava deitada em sua cama e apenas colocou a cabeça para fora da porta do quarto. Seu cabelo estava todo “bagunçado”, como ela diz e já voltou a ser grisalho. Ela estava mais gorda (Maria de Jesus sempre que a via dizia: “Mulheeeeeer, tu tá engordando, te cuida, cuida da tua saúde...”). Olhou, apertou os olhos para enxergar direito e quando me viu abriu um largo sorriso: “Robeeeeerta! Entre, vou fazer um café. Vamos conversar!”. Entrei. O sol batia em cheio na sala dela. Ela colocou a mesinha da cozinha na sala. Servi-me do café. Amandinha, sempre que me via não saía de perto. Fez um desenho para mim onde estávamos de mãos dadas eu, ela e a avó, com um coração no meio. Depois se sentou no chão da casa ao meu lado, e ficou passando um pente fino em seus cabelos para tirar os piolhos que adquiriu na escola. Depois tirava os piolhos do pente, quebrava-os com a unha e colocava todos num punhadinho no chão, na frente de onde estava sentada. Fernandes, ignorando a neta, franzindo a testa e arqueando mais uma das sobrancelhas, começou a falar e eu a lhe ouvir. O sonho de Fernandes é ver seus filhos se formarem na faculdade e terem um “bom emprego”, ou seja, um emprego formal e estável. Seu maior desejo pessoal é fazer faculdade de Psicologia. “Queria ser psicóloga. É porque eu tenho uma habilidade pra conversar com as pessoas, para dar conselho, sabe? Eu tenho isso. Eu tenho uma colega que é só se separar do marido dela que ela corre pra mim pra conversar”, diz. Seu maior medo na vida é ficar cega, e ter que depender dos outros. E sua maior humilhação na vida foi esperar pela sua casa no conjunto: “Todo mundo já veio no começo e eu batalhando, batalhando... olha que tu viu Roberta... e eu ia e eu voltava, e eu ia e eu voltava e eu ia e eu voltava (falando de ir na Semast). Eu já nem dormia direito”. E, para ela, “isso foi pra mim a maior humilhação”.

Para Fernandes, ser uma pessoa nesse mundo, transgredindo a humilhação, tem a ver com educação e está atrelada a influência dos pais. “É a convivência de uma maneira com os pais que não vai fazer os filhos serem errados lá fora. Se você der uma boa educação para os seus filhos, eles serão boas pessoas. Olha, começa pelo meu erro, é assim que é a convivência”. A noção de pessoa para Fernandes significa “educação vem de casa”. Ela afirma que a criança faz o que aprende em casa com os seus pais. Por isso reitera a importância da família dentro de um ambiente de ensino e – mesmo que ela não diga nem cite – de amor! A noção de pessoa está ligada também ao amor dos pais, que Fernandes não afirmou, mas deixou a entender. Ela frustra-se por não ter dado a educação que hoje julga a correta para seus filhos. “Eu fui uma mulher errante, tá certo que não faltava nada para os meus filhos, mas sábado e domingo eu ia pra festa! Em vez de eu

levar eles assim para uma praça, para uma praiazinha, fazer um lazer com eles, era eu que tava fazendo lazer com meus namorados, tava me achando a rainha da cocada”, pensa Fernandes. “Se o pai for errado, o filho vê, ele é criança mas ele vê. Se o pai for traficante, o filho tá vendo tudo aquilo que o pai dele tá fazendo... tu acha que ele vai ter uma boa vida lá fora (fora de casa)?” Preferir sair para festas a cuidar dos filhos lhe causa um remorso que é reparado com os netos. Ela não quer que Amandinha cresça como o pai, ou como a mãe, que se separou de seu filho e “sumiu pro Oiapoque”. Amandinha, sentada no chão próxima ao sofá, escuta, me olha e sorri, esmagando piolhos. “Vamos supor, se a mãe lançar mão de colocar alguma coisa pra dentro de casa, o filho também tá vendo. O que é que ele vai ser lá fora? Ele não tem um espelho dentro de casa? Então tudo inclui a família! Tudo depende da família”, fala. Ela continua seu raciocínio: “Tem mãe que quer jogar a responsabilidade dela pra professora. Oraaaa. Quem dá a primeira educação somos nós, dentro de casa. E a professora ela dá uma complementação. Eles (professores) não têm obrigação de ficarem no pé do... (ia dizer ‘moleque’ mas não disse)... O núcleo primeiro são os pais!” De fato Fernandes é ambivalente. Ela que não tem mais as “manias de amar” e não “acredita no outro” tem como sua subjetividade e noção de pessoa o cuidado com o outro a quem se ama. “Eu tenho essa minha neta, eu não deixo muito ela presa, ela vai pra casa das coleguinhas dela, e eu fico aqui apenas monitorando. Quando ela vem ‘há vovó fulano me deu’... eu digo: ‘quem te deu?’, eu fico só fiscalizando!”. E completa: “Porque com esse mundo lá fora, se eu não fiscalizar e não perguntar nada, daqui a pouco o que que a minha neta vai ser? [...] Olha, os meus filhos tão separados... eu tô aqui almoçando, comendo do bom e do melhor, e eu fico pensando, será que o meu neto tem (o que comer)?” Fernandes demonstra amor, carinho e cuidado. Não um amor sexual e carnal que tinha por Hipólito, mas um amor maternal e que dá sentido a sua vida. Ela que não teve proteção, nem se sente protegida, tem como noção de suas formas de subjetivação a proteção ao outro como uma garantia de manter a sua segurança e visibilidade. “Eu tenho esse lado meu... eu tenho um filho casado, eles moram lá no trem, e eu fico pensando, quantas vezes eles não bateram no meu neto? Eu tiro porque um dia eu disse assim pro meu netinho, ele tava se pendurando na televisão”, conta, “e eu disse: ‘tu jáááááaaaai Fausto? (subir na estante onde estava a televisão)’ e ele... (faz um gesto imitando o neto, como quem tem medo de apanhar, que se encolhe todo). Então já deram porrada nele. Pra ele abaixar a cabecinha dele assim, triste, já bateram nele”. Fernandes mostra preocupação com as formas de violência para com seus netos, e, sempre, em seus discursos verbais, fala da educação ministrada na família: “Mas tudo faz parte da família!

Os filhos da Maria de Jesus, os filhos da Astrogilda, tão tudo aqui... mas não tem nada a ver, porque isto faz parte da família (se referindo a educação dos filhos de Maria de Jesus e Astrogilda que são educados “apesar de” morarem no Conjunto)....”.

Fernandes aproveita para realizar sua performance exagerada verbalmente do evento que como prática discursiva marcou toda a sua vida. “Olha, eu já dei uma palestra, Roberta (repete de modo um pouco diferente um fato que relatou na primeira conversa que tivemos. E sempre que pode, a repete, acrescida de novo detalhe)... No meu colégio, eu estudei no Emílio, aí tiravam sempre eu da turma, porque eu sou muito ‘conversista’, aí eu tive uma opinião e quase que me matam lá no colégio... Você sabia? Por pouco não me mataram... Foi lá na Avenida FAB, aí me escolheram pra falar”, conta detalhadamente: “‘a Fernandes, a Fernandes’, ‘vai Fernandes, vai falar, tu tem um português correto’, e muita gente não concorda, mas eu falo, assim, o que eu penso. Aí eu fui lá pra frente (na sala de aula, para falar), só que eu não pensei que tinha expresidentário né... lá na minha turma...”. Ela se orgulha deste fato, de suas representações e interpretações sobre o sistema carcerário brasileiro, especificamente sobre os presos, e também sobre a maioria penal, de que é contra. “Mas na realidade eu disse: ‘se todo preso ele pagasse a pena dele, tirasse aquelas firmas que engordam eles lá dentro (falando sobre a comida), e pegassem esses presos pra fazer a limpeza nos colégios, ia reduzir o chamado ladrão de galinha, e aqueles outros, as ‘mingualias’ (querendo dizer coisas pequenas)”, ela prossegue: “eles iam fazer as limpezas, os mutirões, e tudo isso ia reduzindo a pena deles lá dentro, ao invés de ficar engordando lá dentro. Porque quem paga ali e engorda eles somos nós. E nem todo tempo nós temos uma xícara de café ou um prato na hora do almoço, mas eles têm lá”, ressalta. A cada vez que Fernandes narra esta história da “palestra” ela a recria. Desta vez até uma “cadeira voou” do final da sala até onde ela estava. Sua narração emite uma expressão que traz uma performance gabando-se, mas ela deixa transparecer expressões faciais e gestuais, no âmbito a que se refere DAS (2011) de alguém que procura reconhecimento e admiração. “Eles têm do bom e do melhor, eles lá dentro, comem seis vezes ao dia, em compensação nós aqui fora, nós não comemos seis vezes ao dia. Eles têm lanche de manhã, eles têm o lanche das 9h, eles têm o almoço, eles têm o lanche da tarde, eles têm a janta e ainda tem o lanche antes de dormir; e em compensação nós não temos”. Isto mostra-se uma injustiça para ela: “‘E quando eles saem de lá, eles saem mais gordos do que nós. Então eu achava assim, que o apenado não era pra ele ter do bom e do melhor, era pra ele ter um serviço pra ele!’ Menina eu só vi quando uma cadeira voou... mana, se não tivesse dois colega meu

policial... eu garanto que eu tava morta agora Roberta”. Sua ação de olhar, seus gestos, o semblante que muitas vezes figura-se sério, absolutamente concentrada e “dona do conhecimento”, demonstram esta espécie de carência de ser ouvida e admirada por algo que fez na vida. “Era daquelas cadeiras de ferro, ele arrancou, jogou, ia dar certo na minha cabeça. E eu não sabia (que tinha ‘ex-presidiários’ na sala). E eu fico aqui assistindo (a vida dos outros... e se contradiz, porque sempre fala para sua neta não cuidar a vida do outro), sai o cara daquela F1000, daquele carrão, aí sai... sabe o nosso país, se a gente quisesse, tirava tudo o que eles roubaram”. Este fato é recontado em função das inferências (GOFFMAN, 2014) que ela teve com suas relações sociais e na atuação performática de sua fala e suas práticas gestuais. Ali é seu palco, onde ela é personagem principal, onde a única espectadora atenta, de interação face a face, sou eu. Seu roteiro, é sempre crítico. Para arrematar esta parte da história, ela reconta: “Aqueles mansões que eles tem, as fazendas, e vendia tudinho. Vendia tudinho!!! Os carrões deles? Vendia! Deixava eles só com o salário deles. Tu ia ver se eles iam roubar de novo (aí ela repete a história dos meninos menores de idade que deveriam ser presos).

No conjunto habitacional, sua solidão aumentou. Fernandes está longe dos amigos, dos ex-colegas de aula, dos conhecidos da baixada; não tem mais novos fatos protagonizados como ocorriam no cenário de outrora, rico em máscaras e cenas. Ela atua para mim tentando me transmitir uma ideia de segurança e impressão de uma pessoa forte e crítica, voltando a um episódio em sua vida que lhe deu orgulho e que ela pode atrelar a sua noção de pessoa, em que os enfoques estavam voltados para a justiça e a criticidade, na visão dela. Fernandes tenta empregar as “práticas defensivas” (GOFFMAN, 2014, p.26), mas não tem mais controle do seu palco frente a mim, embora já tenha tido. Eu percebo sua manipulação e vejo no seu comportamento espontâneo seus pedidos de ajuda e suas verdadeiras opiniões. Como a dor do amor e a necessidade de amar de novo. Ela está convencida da realidade que encena. Esta Fernandes “palestrante” e “conversista” é sua máscara mais profunda, aquela que gostaria de ser e que ela sabe que não é na sua completude; é seu status social de uma pessoa crítica e valorizada. Quando sua prática defensiva, ou prática do ato de narrar é feita até a exaustão, numa apresentação performática da sua máscara do eu, ela libera tantas energias que se sente exausta, os olhos começam a pesar e então, como sempre, reclama de sua intensa dor de cabeça na nuca. Depois de extravasar se percebe o pedido de ajuda, a carência. Mais uma vez, entre tantas vezes, lhe disse para procurar um médico com urgência, disse lhe o local em que deveria ir, era atendimento gratuito, e ela parecia descarregada de tão cansada de tanto

falar. Eu a elogiava, sorria, atendia suas vontades. Esta é Fernandes. Indefesa, carente. Para brincar, perguntei qual sua mais íntima fantasia. Na hora ela acordou: “Ahhhhhhh (ri muito e fica vermelha...). Todos nós temos, mas é mais ou menos nessa base (ri)... A gente podia ter dois maridos né... se eles têm, porque a gente não pode? [...] Só que era assim, nenhum morando comigo, cada um na sua casa”, frase que revela a capacidade de interação, a necessidade das “manias de amar”, o desejo sexual e a individualidade mantida. “Se eles podem, por que as mulheres não podem?”. No significante de Fernandes o feminino tem tanto espaço quanto o masculino. Também sente prazer, também pode manipular, também pode ter uma máscara de ser insensível. Esta é a representação da vida cotidiana (GOFFMAN, 2014) da vida agora pacata e de sofrimento social de Fernandes. Mas no fundo ela grita por amor, atenção e reconhecimento.

3. “Eu lembro como se fosse hoje”: Vitória e sua prática da confessionalidade

Era tarde quente de “plena quarta-feira” e Vitória estava sentada, de vestido largo, em uma cadeira de balanço na sombra do pátio de sua nova casa, no conjunto Oscar Santos. Este ainda era de chão batido e não tinha a cerca nem o portão de madeira que Vitória mandou fazer nos meses seguintes. Vitória, 41 anos (em 2016), altura mediana, encorpada, cabelos negros longos, colocava suas mãos sobre a própria barriga, encostava a cabeça e os longos cabelos pretos no encosto da cadeira, e fechava os olhos diante da claridade.

Enquanto milhões de pessoas, como eu, e como a patroa de Vitória que fizeram a cirurgia a laser para a retirada da vesícula são submetidas a pequeninos três cortes na região do abdômen – um micro-corte quase em cima do estômago, outro pequenino dentro do umbigo e outro, do tamanho de um chip, na lateral direita do abdômen, onde se posiciona a vesícula – Vitória teve a impressão de que estava sendo a protagonista de uma cesariana. Na cirurgia pelo SUS em Macapá, ela voltou para casa sem a vesícula, claro, mas com um corte de um lado ao outro da barriga. Quinze centímetros de pontos. Segundo ela as pedras já estavam muito grandes, e ela também não podia esperar muita tecnologia vinda do SUS. Era por isso que Vitória estava desfrutando do prazer de olhar para o céu azul de Macapá em “plena quarta-feira”. Melhor do que isso só olhar para o céu azul sem sentir dor. Vitória estava “encostada pelo INSS por sessenta dias” para a recuperação do rombo que lhe fizeram para a retirada das “42 pedras” em sua vesícula.

Doía para respirar, doía para levantar, doía para sentar. Só não doía para falar. E por isso Vitória, nesta tarde quente, e acondicionando seus sonhos na cadeira de balanço, contou-me a história de sua vida. Aliás, depois ela descobriu que doía para falar também. Mas aí a dor era de outro tipo.

Antes de mergulhar no tempo o olhar de Vitória estava tranquilo, relaxado. Olhava o filho Paulinho, seis anos, jogar taco *baal* (jogo com tacos, uma bolinha e uma boleira. É a principal brincadeira no conjunto habitacional) com os amigos da rua de casa no Conjunto Oscar Santos. Paulinho é um querido. Não consigo pensar em outro adjetivo para ele. Menino moreno, cabelos negros e ondedados, magrelo. Mesmo muito quieto ele conquista a todos com o seu sorriso e sua educação. Jogava uns minutos e corria ver como sua mãe estava. Ao lado de Vitória, num carrinho de bebê, estava Foguinho. Um imenso bebê de seis meses, que não parava de sorrir. Ele recebeu este apelido porque nasceu dias depois do incêndio que a família viveu na Baixada Perpétuo Socorro. Apesar de Vitória ficar o tempo todo olhando pra ele, brincando, sorrindo e embalando o berço, Foguinho não era filho de Vitória. Bom... é como se fosse, mas não é. Foguinho é filho de Clarice, uma moça de vinte e poucos anos que veio do interior para trabalhar. Não tinha onde ficar, conheceu Vitória, e tornaram-se grandes amigas. Vitória a acolheu em sua casa com sua família. Vitória também tem mais três filhos, um de 13 anos que nesta hora está na escola, outro de 16, que já trabalha, e uma filha de 19 anos (em 2016) que mora em Santarém no Pará. Vitória está no segundo casamento. Seu esposo, conferente de transportadora, mais novo que ela, apaixonado e trabalhador, luta o mês inteiro para que não falte nada para a família. Ela e o marido saem para o trabalho 7h e voltam 19h. Todo santo dia.

Depois dos dois meses de “encostada” terminar, Vitória voltará ao seu emprego. Ela é uma concorrida empregada doméstica entre os ricos de Macapá. Atualmente trabalha na casa de um promotor espírita, ela evangélica fervorosa. Ganha mais do que a média das domésticas, tem carteira assinada – o que é muito raro no conjunto habitacional – e tem diferentes cursos de gastronomia, que paga com o próprio salário. Ela conquista os patrões pela boca. Faz todos os tipos de comida, inclusive vegetarianas e sem glúten, para agradar aos gostos e “doenças de ricos” em Macapá.

Vitória nasceu em Alenquer, interior do estado do Pará. Veio para o estado do Amapá com 19 anos para trabalhar e nunca mais saiu. No início morou com uma tia. Começou a trabalhar como garçoneiro na beira rio (em frente ao rio Amazonas) recebendo uma miséria de salário. Aos poucos foi se “aperfeiçoando”, como ela diz, no trabalho de

doméstica, aprendendo coisas diferentes, incluindo culinária, para atender as demandas dos clientes amapaenses. De dois em dois anos ela visita sua mãe e seus irmãos no Pará. Logo depois que chegou a Macapá casou com seu primeiro marido e aos 23 anos teve o segundo filho (voltaremos a falar da primeira). Ficou casada nove anos. Separou-se porque apanhava do marido quando ele chegava em casa bêbado. Quebrava a casa, os móveis... e Vitória. Mesmo separada, se encontrou novamente com o ex-marido e engravidou dele novamente. Era a terceira filha, uma menina. Ela voltou para o Pará para que sua filha nascesse. Deixou o agressor de vez. Anos depois conheceu seu segundo marido. Eles estão juntos há nove anos e tiveram Paulinho. “Eu já me acostumei pra cá pro Amapá... E agora eu já tenho uma família pra cá né... os três filhos. E pra cá o estudo é melhor do que pra lá. Melhor pra trabalhar e pra manter eles”. Ela parou de estudar no quarto ano por um grande sofrimento que lhe acontecera na vida. Muitos anos depois, já em seu segundo filho, ela voltou a estudar. “Eu ia trabalhar, quando eu chegava eu ia pra escola e levava ele, o meu filho. Aí eu conclui até a oitava série levando ele, entendeu? Fiz no José de Alencar, lá no centro, na Santos Dummond”. Desde que chegou em Macapá Vitória residiu no Bairro Perpétuo Socorro, até final de 2013, quando recebeu a casa no Conjunto Oscar Santos, por ocasião do incêndio. “Desde que vim de Alenquer eu morei lá no Bairro perpétuo socorro. E nunca ninguém me assaltou nem nada. Eu tinha hora pra chegar e pra sair. Eu não ficava na rua. Ia de casa pro trabalho, do trabalho pra casa, da casa pra igreja da igreja pra casa”.

Ela fica em silêncio, depois me olha, dá um sorriso tímido e diz que, no conjunto Oscar Santos, sua casa ficou “mais apertada” do que era na Baixada Perpétuo Socorro. Lá sua casa era de dois pisos, grande, de madeira. “Tinha acabado de fazer, tinha acabado de juntar dinheiro e reformar ela todinha, fiz o pátio na frente, fiz tudo novo e queimou tudo né. Queimou nossos móveis tudinho. Eu não tenho noção de quanto eu gastei”. Ela fala com voz mansa e triste. Seus olhos também revelam sua dor, cada vez mais marejados de água: “O dinheiro não deu pra madeira e a gente tirou fiado e ainda ficou pagando. A televisão e a cama também. Aí depois tiremo de novo, naquele cartão de 5 mil que a caixa econômica financiou”. Ela conta que o que tem ganhado e comprou. Ganhou sofá e, por meio do cartão financiado da Caixa Econômica Federal, comprou uma televisão LCD de 52 polegadas (que dias depois seu filho de 13 anos, num ataque de ciúme na fase da pré-adolescência, atirou o controle na tela e rachou-a toda, para desespero de Vitória, que veio se aconselhar comigo sobre “o que fazer pra ele não ser tão revoltado”). Ela também comprou um jogo de rack, esta televisão e uma parte do armário, porque terminou o

dinheiro. “E lá (na baixada) o meu armário era grande. E a cama também não deu (pra comprar). Então tô numa caminha box velhinha que ganhei no abrigo da diocese. Mas tá dando pra se manter até comprar outra”, conta.

Vitória sente falta da antiga casa, do espaço amplo, e, sobretudo, da sua prática diária de atividades que envolviam locomoção: “Lá por uma coisa a gente sente falta, que era tudo perto pra gente comprar as coisas. Aqui não tem um comércio (tem um há uns 500 metros). Ainda não tem posto de saúde que pra gente tá difícil”. Ela cita a dificuldade de estudar neste período de transição: “não tem escola com vaga aqui, que meu filho não tá estudando porque ficou sem vaga... lá ele estudava no Ana Cristina (no Bairro Perpétuo Socorro) e eu tinha conseguido vaga no Maestro Miguel (em frente à baixada) pra ele... só que é muito longe (do conjunto) então é difícil (para levá-lo na escola). Eu trabalho de doméstica, saio de manhã, como vou buscar meu filho?” (antes era só atravessar a rua e estava em casa).

Vitória está falando das determinações dos hábitos sistemáticos de cidadãos assalariados, sem dinheiro, que precisam sucumbir-se às normas institucionais e a padrões que não abrem mão de suas necessidades. Talvez, na vida de Vitória e sua família, a agência do tempo possa interferir e quebrar com o que De Certeau chama de inércia do hábito (1994, p.85), num sentido de protagonizar uma ação de ruptura com as imposições da ordem social financeira, política e social; de transcender a soberba de uma economia global e rumar para a liberdade de práticas de agir e de ser. Na baixada, com as criatividades práticas na sua casa, isto em partes acontecia. No entanto, hoje, além da residência, a família permanece atrelada a ordem social no que tange a questão econômica. Vitória precisa obedecer às ordens do sistema capitalista para poder dar comida, casa, amor e educação à sua família, assim como todos os demais moradores. Porém uns com maior sacrifício do que outros.

Enquanto as práticas de seu esposo estão voltadas, além do trabalho, ao encontro com amigos, ao futebol, ao churrasco e a cerveja, as práticas de Vitória dirigem-se, sobretudo, ao trabalho – quando não com carteira assinada ao trabalho em casa – ou a doação ao trabalho voluntário da igreja. Ela introjetou a igreja como uma prática de prazer em sua vida. Da baixada ao conjunto, suas práticas são muito parecidas. Mesmo preferindo sua casa na baixada, lá ela quase não tinha amigos. Suas práticas envolviam trabalho, igreja e filhos. “Eu quase não ficava em casa. Saía muito cedo pra trabalhar. E eu não tinha muito contato com os vizinhos porque eu sou evangélica. Então à noite eu ia pra igreja e quando eu chegava já tava na hora de ir dormir pro outro dia”. Ela diz que

sua relação com os vizinhos era só “bom dia e boa tarde”. O que ela mais lamenta sobre o incêndio não é ter perdido tudo, e sim ter perdido a “célula” que havia criado da igreja a qual pertence, a Quadrangular. “Por isso eu reformei (a casa. Ela também aterrou o espaço da residência, fazendo com que a casa não ficasse sobre a água), fiz um pátio bem grande. E eu já tava puxando aquele povo tudinho que fumava droga... tava sendo uma bênção”. Todos os planos da vida de Vitória envolvem sua prática na igreja. “Aqui também tá nos meus planos, em nome do Senhor Jesus. Eu já fiz um culto aqui na frente. Chamei a pastora. Acho que foi o primeiro. E eu não quero nem mexer muito aqui nessa casa que os meus planos é fazer um espaço pra culto”, diz. As práticas de espaço de Vitória dirigem-se sempre à igreja. A ocupação do espaço de casa é destinada a uma territorialização da igreja, que inculcou (BOURDIEU, 2014) em Vitória valores, conveniências e sociabilidades que são mantidas com muita força de vontade como a internalização de uma prática de si.

Sua casa na Baixada foi comprada com muita dificuldade. Ela recebeu como rescisão de um emprego anterior seis mil reais. Mas a casa custava dez mil reais. Então seu novo patrão “inteirou” os outros quatro mil e foi descontando aos poucos de seu salário. “Mas ainda não era casa, porque quando a gente comprou ainda tinha água por baixo das ‘táuba’... Quando se escovava as madeira caia... de podre”! Vitória estava muito angustiada com a situação de sua casa. Ela conta que na primeira chuva forte que houve desde que estava naquela casa ela soube a real situação do imóvel: “Aí mana, a gente passou... quando a chuva veio... (risos) nós ficamos tudo em pé num cantinho... (ri) Molhou tudo, tudo!! Aí lá no canal do Jandiá eu consegui um homem que me arrumou umas madeira, aí o telhado o doutor (patrão) tirou no cartão pra mim... Aí foi que eu cobri reto as telhas, só aquele baiuquinho e lá nós ficamos”. Ela conta que viveram “só num pedacinho”, enquanto trabalhavam e guardavam dinheiro para reformar a casa. “Aí eu aterrei primeiro a frente, que era assim um beco que entrava... e eu aterrei tudo. Pedi coleta pros vizinhos lá de traz (para aterrar tudo), mas eles não deram, aí eu mesmo aterrei de lá até a minha casa”. Ela conta que com anos de economia conseguiu construir um “quadrado, fiz o banheiro, quebrei tudo as ‘taubas’ em baixo e joguei tudo terra. Aí nesse tempo moramos em cima (no andar de cima). Aí depois ajeitamos os quartos em cima. A gente tinha acabado de pintar (quando queimou)”. Lembra com saudade que sua casa era grande, “já tinha três quartos, em cima, tinha o pátio, e embaixo tinha a sala, a cozinha e o banheiro. Tinha tudo. As coisas eram tudo organizadas. Lá era bom porque era tudo perto...”. Ela diz que se fosse possível voltar a morar exatamente no espaço físico em que

morava, ela gostaria de retornar, “porque lá já comprava tuuudo bem pertinho... E de uma parte eu gostava demais de lá também porque era perto da igreja. Mas por um lado eu digo: ‘Senhor, foi da sua permissão’. A gente não tem que contestar. Na hora eu me lamentei, né... poxa... mas que seja feita a vontade de Deus...”.

Vitória passou por “poucas e boas” e já parece estar acostumada às desventuras da vida. Para inserir-se na sociedade, como escreve Bauman (2014, p.79), é preciso pagar contas de água e de luz, mensalidades de escolas, cursos, materiais de consumo. Para estar integrado à sociedade hoje há o estímulo do consumo. E Vitória queria uma casa para morar. Não era vaidade, era necessidade. Mas seu dinheiro não supria sua necessidade de uma casa simples onde pudesse se sentir segura, protegida, seca e quente. Seu dinheiro só supria a necessidade das quatro paredes na casa da baixada. Em sua casa chovia, alagava, e a família de Vitória sofreu da mesma humilhação que todos os precariados passam: falta de condições básicas de vida, por falta de dinheiro, por não ter uma aparente especialização – naquilo que se convencionou a ter valor como uma boa profissão - e que lhe trouxesse notoriedade e vantagens financeiras. O sistema determinou as precisões de Vitória e não a deixa questionar suas opções. É uma condição de dor e miserabilidade que é marca de uma imposição de indignidade e categoria de inferioridade (BAUMAN, 2014), ratificada por uma sociedade excludente e que distancia social e moralmente seus cidadãos. Vitória vive e testemunha formas e práticas fixadas de humilhação.

3.1 A arte de lembrar: As práticas para burlar a fome e a dor de não poder ser mãe

“Ahhhhh se eu te contar a minha infância”, Vitória ri, jogando a cabeça para trás. Na hora sente a dor e coloca a mão na barriga. Sua infância foi sofrida. Não pôde brincar sem preocupações. “Como eu disse pros meus filhos né, ‘hoje vocês acordam 10h, tem café, tem tudo’... eu não, eu criança vendia coisa na rua... cheguei a vender pamonha, cheiro verde, devia ter uns 8 anos pra 10”. Sua família era pobre. O pai abandonou a mãe e esta, precariada, tinha que sustentar oito filhos. Logo, precisava contar com a colaboração de todos os filhos.

Vitória usa-se da confessionalidade para falar de sua vida. Porém não na noção de confessional trabalhada por Bauman e Donskis (2014), que gira em torno de falar sobre si na mídia e nas redes sociais, no sentido de mostrar-se. O tom confessional utilizado nas narrativas orais de Vitória – aquele que Fernandes quer negar - aliam-se ao conceito

trabalhado por Foucault (2010) que circunda o cuidado de si e as práticas de subjetivação, ou seja, confessar-se, falar de si. Como escreveu Maria Luiza Ritzel Remédios (1997), cujos estudos são na literatura, inspirada em Foucault, há uma confessionalidade no que tange a desnudar o eu, esmiuçar a vida, acreditar na narrativa centrada em si e nas suas práticas subjetivas. É o discurso íntimo com instinto de reconstruir sua vida e sua memória, além de recriar identidades. Vitória utiliza a narração como prática de vida para explicar o passado embrenhado num contexto histórico e, sobretudo, cultural, e tentar esquecê-lo no futuro, mesmo sabendo desta impossibilidade. Vitória se coloca no centro do espaço de sofrimento de sua família como para ela, de fato, é; pois o narrador, ao relatar sua história selecionada, escolhe uma perspectiva para direcioná-la. A perspectiva de Vitória é de dor e humilhação, mesmo que no dia a dia seja uma pessoa calma, positiva e sorridente. As narrativas de Vitória são uma catarse.

Ixxxxxxxxx... Cheguei a passar fome assim de não ter nada, nada o que comer. De passar o dia de fome mesmo, só água pra beber. Tem um dia que eu nunca vou esquecer. A gente passou o dia de fome. Mas de fome mesmo! Não ter nada pra comer. (repete a frase e sorri) e eu tinha uma bermudinha que era a melhor que eu tinha (sorri com vontade de chorar). E eu tive que vender essa bermuda pra nós comer. Eu fui numa mulher e lá eu vendi a bermuda pra gente comer. Eu nunca esqueço. E eu tava contando pra ela (para Clarice), que eu uso essa peça aqui né (aponta para uma prótese de ouro que tem no dente), porque eles começam a rir de mim, né, mas eu digo 'ahhhhh quando eu tinha os meus dentes podres' (sorri) e eles começam a rir de mim! Como eu era pobre minha mãe não cuidou, não tinha aquele tratamento como tem agora. Como o meu filho que vai botar aparelho. E eu disse 'agora você tem a mamãe', e o que eu puder fazer pra ajudar o meu filho eu vou fazer, porque eu não quero que ele passe o que eu passei. Eu trabalho de doméstica, mas o pouco que eu ganho é pra manter meus filhos. E eu tive que arrancar meus dentes todinhos. Porque eu era criança e meus dentes foram estragando um do lado do outro, e minha mãe não tinha como levar pro dentista. Aí foi estragando tudo. E eles ri de mim (por causa da prótese de ouro), porque eles tem dente natural. Ai eu fui fazer esta cirurgia (da vesícula) e eu disse pra eles: 'Vocês nem acreditam que eu tive que tirar a minha dentadura'! (risos) E eles ficaram rindo de mim... eu disse 'é vocês ri de mim', mas só eu sei o que eu passei.

A subjetividade de Vitória revela um eu social, inserido num contexto histórico e social de pobreza e exclusão, de trabalho infantil por necessidade, de lembranças que representam intimidades, dores, história subjetiva recriada na memória de um ser identitário que se reinventa múltiplo e fragmentado (REMÉDIOS, 1997). “‘É vocês ri de mim’, mas só eu sei o que eu passei” revela um “rir para não chorar”, que traz na dentadura a inscrição da violência simbólica de pobre, falta de dinheiro, precariado. Acontece com Vitória o que Das (1999) chama de uma violência que esgota a capacidade de representar e transcender a dor que não é física. Na narrativa de Vitória percebe-se que a dor dela não se ameniza com a agência do tempo. Pelas suas palavras, seus suspiros, a cada vez que fala, ela sente de novo e sofre como sempre sofreu. A narrativa de Vitória traz o que Das (2011), pensando via Lacan, nomeia de criminalidade da ordem social. No dia a dia vive uma violência calada que remete a um sentimento de inferioridade, a uma narrativa cujas palavras trazem práticas de dor. Uma dor crônica. Talvez ela tente lembrar para poder esquecer. Mas isso nunca acontece. Ou, ainda, lembrar para recuperar a honra e a dignidade.

E eu saia vendendo de loja em loja. Eu fazia assim: de manhã minha (mãe)... ela tinha uma plantação no quintal, pegava e plantava cheiro verde no quintal, chicória, pimentinha de cheiro, aí ela tirava tudo, que o quintal era grande, e ela colocava a gente pra vender. E tinha um irmão meu que era maiorzinho, ele pegava a bicicleta e ia pro roçado atrás de maxixe pra fazer as tanquinhas (lugar para guardar as verduras com a alça do maxixe) (sorri) Égua! Eu me lembro como se fosse hoje! Aí não tem aquele charão (bandeja) grande? Eu usava cabelinho curtinho e usava um chapéu de homem. Eu colocava um chapéu e a bandeja em cima. Aí eu saía ‘olha o maxixe, olha o cheiro verde’ (sorri timidamente), e aí me chamavam. E quando era de tarde a minha mãe fazia as pamonhas. Aí eu vendia. Olha, mas eu queria tanto, tanto encontrar um senhor... quando eu fui lá (passear em Alenquer), eu não encontrei e minha mãe disse que acha que ele já morreu. Ele era o dono de uma loja. Quando ele via eu passando, ele me olhava e dizia assim: ‘vem cá’ (faz o sinal com a cabeça pra o lado e o sinal com a mão de como se chama alguém). Ele me chamava de Maria Pamonha. Eu choraaaava, choraaaava que ele me chamava de Maria Pamonha (ri). Ele me dizia: ‘Conta aí quantas pamonhas tem e dá tudo para meus funcionários’. Ele comprava tuuuuuudo de mim! Me ajudava... E quando eu passava, que ele não tava, quando eu vinha ele comprava tudo as pamonhas que tinham sobrado. Eu só voltava pra casa com pamonha quando aquele homem não tava naquela loja. Ele comprava...

Dizia ‘Senta aí’, e eu sentava. E ele dava pros funcionários e dizia ‘conta aí quanto é que dá’, e eu contava... Eu vinha tãaaaaafeliiiiiz, tãaaaaafeliiiiiz (fala mansinho, baixinho, sorrindo. Vitória é muito simpática e educada). E aí quando passava o tempo da pamonha ela (mãe) colocava... ela fazia... o que aqui se chama de chope... (sacolé, geladinho), lá era diamantina. Aí ela (mãe) dizia, ‘quando tu vender tudo tu coloca a tampa (do isopor) virada assim (para dentro do isopor) porque aí todo mundo já sabe que não tem mais’. Aí eu já fazia, colocava a tampa assim virada e todo mundo já sabia que não tinha. E ela dizia assim a minha mãe, de longe ela me via... ‘já vendeu tudo a minha filha, porque já tá com a tampa ‘abrida’’. Quando via tampado era que não tinha vendido tudo né. E era assim a minha infância...

Vitória traz representações culturais e subjetivas em relação a sua mãe. As formas de subjetividade frente à mãe, ou como práticas de atos de amor da mãe pelos filhos, envolve o ensino do trabalho, de como saber vender, da tampa do isopor ao vender o chope, do cabo do maxixe para fazer a cesta para vender legumes. São formas cotidianas de práticas e de subjetivação, em que vão se moldando relacionamentos e afetos, com representações da mãe abandonada, da mãe que lhe ensina práticas de trabalho (tampa do isopor, cabo do maxixe, chapéu) e da mãe que não sabia lhe ensinar a cuidar dos dentes nem que lhe poderia pagar um dentista. Lembrar “como se fosse hoje” é recriar a memória e também um tempo que, ao contrário do que pensa DAS (2011), não destrói relações. Sua mãe lhe frisa na memória que seu núcleo de valores morais está voltado à família, ao trabalho e a religião. Vitória traz uma memória subterrânea de um contexto social e econômico da classe classificada como pobre do norte do Brasil. Seu depoimento traz uma confessionalidade que não existe nos livros de história. Narrando, Vitória dá significado a sua vida. E o homem sensível que hoje não se encontra mais e que lhe ajudava resulta em uma das únicas pessoas que na trajetória de Vitória a tratou com dignidade e carinho.

A mãe tem um lugar central na vida de Vitória. Tanto em sua formação quando em seu sofrimento. A figura da mãe lembra aflição, expiação, padecimento. Lembra batalha, abandono e exclusão. A mãe era uma resistente. Resistir não no sentido de dissimular, mas no sentido de enfrentar o sistema, lutar e encarar a fome, a miserabilidade. Vitória aprendeu com a mãe. Era enfrentamento o tempo todo. A brincadeira era um luxo, só “de vez em quando”:

Mas tinha os dias que a gente brincava! Ela (mãe) dizia assim: ‘tal dia vocês não vendem, vocês vão brincar’! Lá a rua era assim (aponta para o conjunto Oscar Santos com rua larga), só que era areia né... Aí eu gostava de brincar de bandeirinha e queimada. Bandeirinha era quando tu desenhava uma área e ficava um grupo pra lá e outro pra cá. E tu tinha que passar pra lá e o grupo tinha que te pegar. E você tinha que se salvar e ganhava. E se te pegassem lá a pessoa ficava grudada. E queimada (caçador) é bater com a bola no da outra equipe, é queimar. Eu brinquei muito assim. Aí eu fui ficando mais madurinha e ela (mãe) me colocou pra estudar a noite. Eu devia ter uns 13 anos. Aí eu fui começar, fui fazer a primeira série. E aí estudava de noite e já fui trabalhar na casa dos outros, de babá... Reparei muita criança de babá... Aí já devia ter quase 15 anos e comprei uma bicicletinha pra mim. A mamãe nunca me deu nada. Quando eu já fiz uns 14 anos já fui trabalhando e comprando o que é meu. Com o meu dinheiro mesmo eu comprei uma bicicleta, e meu pai era muito muito bravo. Ele ia reparar nós lá (na escola. Mesmo separado e tendo abandonado sua mãe, no início o pai os observava a distância. Anos depois ele voltou com a mulher e tratava os filhos com truculência). Que na hora que era pra sair era pra ir pra casa, entendeu? Aí foi, foi, foi... ele prendia muito a gente, muito, muito, muito. E fui que eu arranjei um namorado e engravidei dele.

A partir do momento em que Vitória engravida sua vida muda para sempre. Este episódio marca o início de infundáveis agressões e violências simbólicas impetradas pela família e pela alteridade. Ela tentava cuidar de si, mas seu pai não a deixava, e lhe fazia constantes agressões morais. Ela se sentia impura, desonesta, nefasta. “Engravidei e ele (pai) disse que eu não ia fazer vergonha pra ele e que eu era pra sair de casa”, relata. “Aí eu fui morar na casa de uma amiga minha. Eu tive essa filha e hoje ela mora com uma tia minha em Santarém e tem 17 anos já. Mas deixa eu lhe falar. Eu parei lá. Só quem ia me visitar era o meu avô, que hoje em dia tem 90 anos”. Sua história é repleta de teias de relacionamentos, dramas e relações de humilhação. “Eu fiquei na casa de uma amiga minha porque meu pai ficou com vergonha. E lá (na cidade) todo mundo sabia que eu tinha saído de casa. Aí que eu comecei a padecer mesmo. Já pensou, eu grávida? Eu chorava dia e noite e pensava ‘como é que eu vou dar de comer pro meu filho?’”. Ela vivia em estado de aflição: “Quando tava perto de nascer eu não tinha uma fralda!!!”. Vitória vivia neste período três tipos de sentimentos: Vergonha, trauma e humilhação (Cf. DECCA, 2005). Vergonha pelo que seu pai lhe inculcia e acusava. Trauma pela situação e a agonia do futuro e da maternidade. E humilhação por sentir-se rebaixada, inferiorizada. “Só que a minha tia, irmã dele (pai), disse que ia pegar ela pra criar. Quando nasceu, nasceu... e no outro dia ela foi buscar... (me olhou bem no fundo dos olhos) eu

chorava demais... (a voz fica mais baixa). Foi logo depois (o filho interrompe e diz que está passando o ‘homem do pão’, um senhor que vende pão pelas ruas do conjunto ao mesmo tempo em que prega a palavra de Deus com músicas gospel. Vitória diz ao filho para pegar 5 reais na gaveta)”. Neste relato, no curso desta narrativa de dor, exala no ambiente a ofensa ao amor próprio de Vitória, e ao amor que tinha pela filha. “Eu amamentei ela só no primeiro dia. Eu chorava. Olha, a senhora acredita que até no lojo dela, onde ela alojou, eu passava a mão assim, ô meu Deus. Eu chorei demais, demais. O povo olhava pra mim e pensava que tinha morrido a mãe. Mas eu fiquei tão revoltada... tão revoltada com a minha mãe e o meu pai...”, para, respira, e tenta terminar a frase: “que eu pensei ‘eu vou me embora pra Macapá ou pra qualquer cidade, e nunca mais vou... ’ (não termina a frase)”, diz.

Este trecho da narrativa deixa entrever uma mãe em estado de desespero e angústia pela privação dos direitos e cuidados para com a filha. A narrativa de Vitória, entrecortada a suspiros, falas mansas, olhos marejados, pausas emocionadas, amplia sentimentos que nunca foram esquecidos. Ela continua sua narrativa com a memória muito, mas muito longe daquele quintal de chão batido onde era sua nova casa. “Aí essa minha tia disse que levaria a minha filha e me disse ‘daqui com 15 dias eu mando te buscar’, só que quando cheguei lá ela não pegou mais peito... (o menino fala de novo que o ‘homem do pão’ está aí, Vitória está envolvida no ápice da sua história e pede ao filho para ‘resolver com a Clarice’). Eu fui e ela não pegou mais peito”. A memória da mãe Vitória nunca foi esquecida. Agora ela é novamente acessada e a dor, o padecimento, as circunstâncias de desgostos tomam novas e atualizadas proporções e formas de revolta. “Arrumei um emprego de empregada doméstica. Aí é que eu tive contato com a minha filha. Mas quando eu cheguei lá não era mais aquilo que a titia falou... ela disse ‘ah, eu vou criar ela, eu tenho medo que você queira me tomar ela e meu marido não quer que você chegue perto””, conta. “E eu fiquei entre a cruz e a espada. Eu pensei em deixar com ela. E quando eu engravidei muita gente me falava pra mim abortar, e eu disse ‘não, eu não vou fazer isso’! Pensei seja o que Deus quiser, né... vai nascer”, e completa: “Aí deixei ela com minha tia e vim embora pra cá (Macapá) e não falei nada pra ninguém”. Vitória dá voz e testemunho a uma violência física e simbólica tão estrondosa que é difícil de acreditar. Mexe com os sentimentos de qualquer ser. Vitória representa um tipo de violência muito comum no Brasil, contra mães privadas do direito de serem mães. Ela foi proibida de exercer suas práticas de maternidade com a própria filha em função da retrógrada e violenta tradição que está descida no cotidiano (DAS, 1995, 2001) há muitos séculos. Ela

veio para Macapá e seus pais “não sabiam se eu era viva, se tinham me matado. A minha mãe chorava dia e noite. Quando eles descobriram que eu tava aqui, minha mãe veio de lá atrás de mim, pedindo perdão de tudo que ela tinha feito”, relata. Ela voltou a ter contato com sua filha em 2013. O desejo da vida de Vitória passa a ser resolver este problema com a maternidade que lhe assola a alma e lhe causa tantos sentimentos negativos como dor, mágoa, raiva, ressentimento, e que são processados e mantidos há tantos anos em sua vida. Eis uma prática da resistência. Uma mãe, só, sem chão, expulsa de casa, que decide não abortar, que quer ter sua filha, mas não tem condições financeiras para tal, que é humilhada pela tia, tem ânsia de ver sua filha, mergulha na estranha Santarém atrás da maternidade que lhe pertence. São atos bravos de resistência.

Era uma tarde assim como hoje. Era numa ladeira. Aí eu cheguei lá e perguntei e eles disseram ‘não, eles não moram mais aqui...’. Eu pedi pra uma mulher: ‘você sabe onde eles moram?’, ela disse ‘não’ e eu fui me andando. Quando chegou mais lá na frente eu perguntei e uma mulher disse: ‘Olha, sabe onde eles tão morando? Passa essa rua, essa rua e essa rua. É na ooooooutra! Uma casa verde só de alvenaria. E eu fui lá! Quando eu dobro eu vi a casa. E aí o meu coração (faz sinal de que ele disparou e sorri). Eu pensei ‘Meu Deus, o que ela vai fazer?’, isso ano passado, ela já tinha mais de 15 anos. Agora ela tem 17. Eu pensei ‘Meu Deus, será que ela vai me expulsar?’ e o meu coração batia foooooorte, dava aquele friozinho assim né (e sorri). Aí eu disse ‘mas eu vou!’ Quando eu chego lá na frente tava tudo fechado. Aí a outra vizinha olha pra mim e diz assim: ‘Mas a senhora parece muito com a Cristiane’, que é o nome dela. Aí eu disse ‘Eu sou a mãe dela’. Ela disse “Mentira?! Senta aqui!! Bora esperar ela chegar”. Aí eu fiquei lá esperando e era umas seis e meia ela chegou. Chegou um carro ela, o pai dela, a mãe dela tudinho (os pais adotivos). Aí quando a titia me viu ela disse ‘Oi... olha quem tá aqui...’. Aí eu tomei a bênção dela, né... abracei, e aí a Cristiane disse assim: ‘Quem ééé mamãe?’ (numa voz fininha)? Aí a minha tia disse: ‘Pegue ela... é a tua mãe’. Quando ela disse ‘é a tua mãe’ ela (Cristiane) começou a chorar e eu comecei a chorar também. Ela chorava e pegava assim em mim (passava a mão no rosto). A tia escondeu primeiro. Mas depois ela descobriu. E ela sempre dizia que o sonho dela era conhecer a mãe dela. Só que eles sempre diziam que não sabiam onde eu tava nem o meu endereço. Mas na verdade eles sabiam, porque ela ia em Alenquer e ela via a minha mãe, que sabia onde eu morava e dava meu endereço. Aí ela (a filha) chorou, chorou, chorou, e eu chorei e todo mundo chorou lá. Aí ela dizia ‘Agora eu conheço a minha mãe’, e agora ela tá querendo conhecer os irmãos dela e o pai dela. O pai dela é de lá de Alenquer. E eu nem sei notícia

dele. Aí... ela chorou, chorou, chorou e eu chorei e depois a gente passou o domingo junto e aí eu contei toda a história pra ela. Ela disse: ‘A minha mãe Socorro não me contou, eu que vi no papel do hospital o teu nome. E eu pensei, mas não era pra tá lá o nome da mamãe? Então eu chamei ela e perguntei: Mamãe, por que tá o nome dessa mulher aqui e não o seu?’ Aí foi que eles abriram o jogo com ela, contaram que meu pai tinha me jogado pra fora de casa. E eu (para a filha) contei a história tudinho e ela disse ‘eu nunca tive raiva da senhora’. Hoje em dia a gente se fala pela internet, né, pelo face, whatsapp, todo dia ela manda mensagem pra mim, ela faz faculdade... quando deu a queimada ela ficava mandando mensagem ‘mãe, tudo bem com a senhora? Tudo bem com a senhora??’, Agora ela diz que o sonho dela é conhecer os irmãos dela verdadeiros e o pai.

Vitória fala das formas mais profundas de subjetividade relacionadas aos sonhos e aos desejos. Uma criação das práticas de si que envolve a satisfação de algo que – ainda – não lhes pertence. Era um sonho “conhecer” a filha, é um sonho da filha conhecer os irmãos e o pai verdadeiro. É um sonho ter sua filha por perto. São sonhos, subjetividades de mãe e filha que são resultado de uma violência simbólica descida ao cotidiano muito provavelmente impetrada desde o nascimento das duas. E os sorrisos que Vitória demonstra ao contar todos estes fatos é de alguém que sofreras já se acostumou com a dor. Isto é uma “forma de vida”, conceito que Das (2011) toma emprestado de Wittgenstein, que expõe uma forma de “gramática” de atuação para sobreviver à dor. A resistência para Das é de aguentar o que lhe é imposto e de uma condição de “enfrentamento”.

Vitória desde menina trabalhava, assim como todos os seus irmãos. Mas a partir do momento em que “engravidou” passou a viver uma sina imposta ao sexo feminino: Agredida por engravidar, culpada e acusada por tal situação, expulsa de casa, agredida posteriormente pelo marido. Esconderam-lhe a filha, afrontaram-lhe com desrespeito no seu trabalho de doméstica. Hoje a memória do que Vitória sofreu se vincula diretamente ao seu comportamento nas relações sociais, de não “dar confiança” para vizinhos, de ter um amor tão profundo pelos seus filhos que seu maior medo na vida é perder um deles, já que uma lhe foi “perdida” por terem lhe tirado à força. Dor que demonstra ao afagar os móveis que sua filha encostou momentos antes de lhe ter sido tirada dos braços. E por isso Vitória se apega às relações da igreja, porque ali são inculcados nas pessoas padrões

de comportamento que, para eles, representam “o certo”, “o bem”. E é na igreja que Vitória transcende a violência que lhe marca o corpo e a alma.

3.2 Lembrar para poder esquecer

Depois de tantos anos Vitória não trabalha mais na casa do doutor promotor. “Eu que pedi as minhas contas mesmo. É porque ele baixou o meu salário, ele disse que não tinha mais como me pagar, e eu tava precisando”. Vitória contou uma história de que recebia mais de um salário e que depois voltou a receber um salário, e que houve descontos e que em um mês chegou a receber seiscentos reais. “E o que é seiscentos reais para uma pessoa que tem família e filhos? É a família toda né... aí agora eu tô trabalhando na casa dos doutores cirurgiões (os dois são médicos). E ele cobriu o salário”. Ela fica em silêncio, está sentada no sofá que ganhou. Quando cheguei ela estava só de toalha, indo tomar banho, na hora trocou de roupa para vir me contar: “Só que assim, eu já tinha trabalhado com ele um tempão, aí eu saí e fui pro doutor (o promotor). Aí eu tava falando com ela (a doutora) pelo Whats⁶⁹, e aí ela me falou: ‘tu não quer voltar pra cá?’ e me fez uma proposta boa... Aí eu sentei e conversei com o doutor (promotor) e ele disse que não, que não ia mais aumentar o meu salário”. Mas já conheço Vitória. Tinha algo a mais nesta história. E assim ela começa a abrir seu coração para suas práticas subjetivas e suas noções de pessoa, felicidade e sonhos.

Pra começo de conversa estamos quase na época do primeiro Natal de Vitória e sua família no conjunto habitacional. Sinto que ela está muito cansada. São mais de doze horas em função de seu trabalho assalariado (levando em conta o ir e vir) e depois ainda vem o terceiro turno de faxina em sua casa e o “reparo” na educação dos filhos, conversando, observando-os e dialogando. Além do mais, Vitória se incomoda com bagunça: “É que aqui tem muita poeira... e eu não gosto, eu sou enjoada... eu gosto de ver limpinho, não gosto de ver tudo desajeitado, os copos tem que estar ajeitadinhos. Pode ser pobre, mas tem que ser asseado né...”. Então Vitória passa até por volta de 23h esfregando suas coisas e fazendo a comida para sua família no outro dia, pois Clarice “se amigou” e foi morar com o pai de Foguinho na Baixada Pará (alguns meses depois ela retornou ao conjunto, apenas com o filho). Além do mais, o marido gosta de comida feita na hora à noite e pelo que Vitória conta, ele não a ajuda nos trabalhos domésticos e não

⁶⁹ Whats App, aplicativo de comunicação mundialmente conhecido de bate-papo no celular.

sabe cozinhar. E “eu me agonio de chegar e tá sujo, com terra... eu fico ‘Aiiii meu Deeeeus’. Tem muita poeira.... tem muito vento e entra demais poeira (de fato, no conjunto dá uns jatos de vento.... sempre tem vento, mas as vezes vem como se fosse uma tempestade de areia)”. Ela dorme tarde e seis horas já está acordada, para deixar o almoço pronto para sua família. “Tá bem puxado pra mim”. Estas atividades revelam as práticas diárias de Vitória, que envolvem os trajetos na cidade, seu ir e vir, todos os dias, de moto com o marido para ir e voltar do trabalho. Envolve a ocupação no espaço da casa do outro, destinando modos de agir e lidando com a alteridade como regra e chefatura. É só à noite que ela vai pensar nos seus filhos. “Às vezes eu tenho do bom e do melhor do meu emprego, e eu fico pensando... será que os meus filhos tão comendo? Porque chega no final do mês e a gente já fica aperreado sem dinheiro”, conta ela, dizendo que em todas as casas por onde andou os seus patrões sempre lhe ajudavam com alguma comida no final do mês, além do salário. De todo modo, mesmo “estando puxado” sem Clarice, mesmo tendo trocado de emprego, mesmo ficando tudo longe para sua família, mesmo assim, para ela, a nova vida vale à pena: “Porque lá a gente morava perto de um ponto de drogas né... passava três casas... e eu pensava muito no crescimento dos meus filhos lá... Pra mim não era vida isso... e pra cá eu falo pra todo mundo... que eu saí do inferno para o paraíso (ri)”.

Vitória está sobrecarregada. Cansada, irritada e sofrida. Neste último ano houve uma reviravolta em sua vida. Terminou a casa própria na baixada com anos de economia, perdeu sua casa e todos os pertences no incêndio, sofreu humilhações nos abrigos, foi morar em uma casa pequena e longe de tudo na perspectiva dela, todo mês passar “aperreios” financeiros e ainda teria sofrimentos com sua família e seus irmãos. No entanto, além do desabafo dela, ainda assim, ela está numa casa que tenha “chão” e que esteja longe de violência e consumo de drogas, mesmo que seja um ponto de vista. Vitória tem o que chama de lar, uma casa própria legalizada, em conjunto habitacional visível e não escondida entre paisagens urbanas – mesmo que já sofra com o distanciamento social. Por isso ela diz ter saído “do inferno para o paraíso” e vive um momento de reconstrução das relações sociais e também das práticas cotidianas, como trazer cultos para sua casa e convidar seus vizinhos para assistir, fazer vatapá e levar um pouco para a vizinha, ir até a vizinha “bater um bolo” para ela, chegar somente 19h em casa, entre outras.

Sentir-se no paraíso, para Vitória, é sinônimo de felicidade. Para ser feliz, segundo ela, “em primeiro lugar tem que ter Deus no coração, né (fala com um sorriso). Em segundo lugar a saúde, nossa e de nossos familiares. Mas em primeiro Deus”. Um de seus

argumentos é que o dinheiro vem se as pessoas trabalharem e tiverem saúde, mas que não dá para trabalhar sem ter saúde. “Isso é felicidade para mim”. Sua família está no triângulo necessário para a sua felicidade. “Deus me defenda!!! (risos) Os meus filhos, a minha mãe... são tudo pra mim. Meus filhos em primeiro lugar”. E, como todas as interlocutoras, os vizinhos tem um quesito muito importante na felicidade de Vitória. “Porque vizinho é um pra ajudar o outro né... e os meus vizinhos são legais. Só os daqui do lado (direito) são meio... enjoadinhos, brigam por algumas coisas. Mas esses daqui (lado esquerdo) são muito legal... esses dois... um ajuda o outro, às vezes com transporte...”. E Vitória conta um fato típico do que é ser considerado um bom vizinho, através de situações que envolvem práticas sociais em torno da comensalidade, troca de favores e, sobretudo, a não interferência na vida íntima do outro.

Aqui graças a Deus eu encontrei uns vizinhos muito bons... com esses da frente também... mas eu não tenho essa intimidade de colocar vizinho na casa pra ser amigo, até porque eu trabalho... eu saio 7h e chego 7h da noite... às vezes eu faço comida e levo um pouquinho (para os vizinhos). Chego e digo ‘olha vizinha... tome um prato de comida’, ou então ‘olhe vizinha, hoje à tarde fiz um vatapá’, chamo os vizinhos pra comer comigo... às vezes faço um churrasco e convido, porque elas não sabem cozinhar né. Às vezes elas me chamam ‘vizinha, venha bater um bolo pra mim’... aí vou lá, bato bolo pra elas, entendeu? Eu acho assim... olha, semana passada meu marido esqueceu de pagar o talão da nossa energia (começa a rir), quando vimos cortaram nossa energia... aí eu tava em casa, meu patrão tinha viajado... eu liguei pra ele e disse ‘amor, cortaram nossa energia’, ele disse ‘puxa!’, o vizinho veio na hora e disse ‘não, nós não vamos deixar vocês ficarem sem energia, nós vamos já puxar um bico de luz pra senhora’, né... se não fosse o vizinho... vizinho é pra ajudar o outro.

Tanto nas moradias na Baixada Perpétuo Socorro quanto no conjunto habitacional Oscar Santos, a relação com os vizinhos é pré-determinada e demarcada. Eles possuem um código de ética e moralidade, ou ainda, uma teoria do comportamento e das relações com os vizinhos, o que reforça uma sensação de pertencimento e uma ação condicionante de “amizade”, mesmo que como sendo algo negociável e de aparências, transformando as relações em “maquinações” (GOFFMAN, 2012, p.200). Há uma performatividade envolvida na relação, formas de ação que envolve não revelar o âmago da vida íntima. Somente se “mostra” ao vizinho o que se quer mostrar, se encena a vida ao vizinho no cenário da parte da frente da casa. Na parte interna o vizinho não tem acesso a não ser

que seja convidado. Na maioria das famílias com que convivi é assim. Isto só não acontece em famílias grandes, de 16 pessoas, que moram em uma pequena casa de dois quartos. Aí, nestes casos, esta família não quer se relacionar com o vizinho, não pede nada a eles, não quer que eles interfiram em sua vida e tomam as atitudes que quiserem. Os demais, como a família de Vitória, querem ter uma relação harmoniosa, para o caso de “um reparar a casa do outro” quando uma das famílias não estiver, ou no caso de socorrer o outro, como emprestar um “bico de luz” quando a luz da casa de um vizinho for cortada. Mas a maquinação envolve a negociação da relação. Todos sabem até que ponto se pode ir. Todos sabem que se trata de um jogo de cena, com manobras micropolíticas a fim de deixar um posicionamento neutro acerca do modo de vida de uma família e também de um código de silêncio de não contar a vida do vizinho para ninguém. Em resumo: “Em boca fechada não entra mosca”. Atitudes que tem a ver com a ordem social que sempre lhes foram impostas. É transmitir impressões acerca da família que todos sabem que é encenação, mas todos os vizinhos a praticam. “Faça de conta e eu acredito”. É uma relação de negociação e não de confiança.

Já amizade, para ela, “amigos”, com confiança e sentimento de amizade, são os fiéis da igreja evangélica. “Pra mim os amigos da igreja são meus irmãos, são importantes pra gente né. Às vezes quando acontece essas coisas na vida da gente, o pastor ensina”, referindo-se à adolescência de um dos filhos. O filho de 13 anos estava grosseiro, violento em casa, com os irmãos e os pais. Um dia Vitória quase perdeu o controle e bateu nele. Mas o pastor a aconselhou a jamais fazer isso, a conversar e a ensinar ele. “Porque eu fiquei chateada, foram quase 3 mil reais (o preço da TV que o filho quebrou), e eu ainda to pagando né... mas ele (pastor) disse ‘não, não faz isso’, ele me alertou do que eu devia fazer né... então isso é amigo”, diz. Ela sorri e diz que confia em Deus “mais que tudo nesse mundo”, e “aqui na terra” confia no seu esposo, que é seu “parceiro” e em seus filhos. E como confiar é um sentimento de apreço, Vitória também sente que precisa fazer algo para manter isso. Ela preocupa-se muito com a educação e a formação dos filhos. Para ela, para que sua família possa realmente ter dignidade, a educação oferecida à sua família pelo Estado precisa melhorar. Ela dispara uma crítica para o atual governador (e meses depois também critica seu sucessor), dizendo “Não é querer falar do Capi (governador Camilo Capiberibe), mas na época do Waldez (Waldez Góes) os meus filhos ganhavam caderno, lápis... claro que ele roubou, né, mas o Waldez dava (ajuda) para os pobres né...”. Ela continua: “Tirou até aquela meia bolsa do pró-jovem... e olha, já tá só bandagem, como o jovem vai viver? Era pra ele dar um apoio... Olha agora, o meu filho

tá pelejando pra conseguir um trabalho... ele é doido pra trabalhar, ele queria ganhar meia bolsa pra ele trabalhar, ganhar o dinheirinho dele”. Segundo ela, “já coloquei os currículos né (entregou os currículos em agência de emprego)”. A falta de dinheiro interfere diretamente na formação dos filhos, e ela sabe disso: “E eu quero colocar ele (filho mais velho) no curso de informática... que ele começou a fazer, mas o meu dinheiro não dá de pagar... é o sonho dele fazer informática, fazer inglês, entendeu? Mas pra quem ganha um salário é difícil pagar isso”.

Quando pergunto para Vitória se ela tem um sonho na sua vida, ela me olha, séria, e pergunta: “Como assim?”. Vitória sofreu tanto que não sonha mais. Mas depois ela diz, “futuramente... quero ajeitar mais a minha casa, que é pequena (sorri), quero fazer um quarto aí pra trás. Eu até já coloquei no projeto de vida da igreja, em nome de Jesus, em primeiro lugar Deus já realizou meu sonho que era colocar o muro aqui”, conta sorrindo. “O primeiro passo Deus já me deu, subi o muro. E agora quero fazer um quarto pra nós aqui atrás pra deixar esses (dois quartos da casa) pra cada um deles (Cada um dos filhos) pra eles não ficarem brigando”, já que a filha mais velha mora com os pais adotivos e a outra filha está morando com o pai.

A maior preocupação de Vitória é de que seus filhos não passem pelas humilhações que ela passou, como ter sido expulsa de casa, ter sua filha tirada de si, ter sido espancada pelo primeiro marido, perder sua casa e passar fome por não poder sair do abrigo. Mas Vitória ainda tinha outra humilhação. E, lá no início, quando Vitória conta o porquê de ter saído da casa do promotor, eu sabia que ela não tinha contado tudo. “Ixi... meu irmão tá preso... [...] tem um mês que eu vi ele lá, eu fui lá em Belém... de ter que ir lá... do jeito que as pessoas tratam a gente, de tu tirar toda a tua roupa, tem que se agachar... eu ia orando... ‘Senhor, eu não quero’, porque todo mundo dizia que tinha que se acocar (Acocar. Falando no sentido de inserir a mão nos órgãos genitais – ou como estão fazendo agora, de olhar com um espelho – para ver se portava alguma coisa)”, conta. “Eu ia orando ‘Senhor, não deixa’, quando eu cheguei pra visitar dele, eu já ia orando pra que o Senhor abrisse as portas pra mim... porque a minha mãe já tava desesperada, porque parece que ele ia para uma clínica de doente... e ele não é! Quando eu cheguei lá eles me trataram mal”, confessa. Disseram-lhe que ela não poderia ver o irmão na cadeia, “porque ele tava na área de castigo. Tava isolado, sem ninguém, jogam comida lá, e fica tudo escuro né... Então... ele é meu irmão... e você pode ser a pessoa mais errada do muuuundo... ele matou uma mulher aqui em Macapá. Uma mulher assaltou ele...”, me diz, falando baixinho. “No outro dia ele foi para um bar beber e ela passou rindo da cara

dele... e ele tava embriagado, ele diz que não lembra... ela entrou no comércio e ele deu sete facadas nela. E ele fugiu. Mas ele já sofreu tanto, porque quando pegaram ele, ele disse que arrancaram as unhas do pé dele com um alicate”.

Vitória acredita que seu irmão “já pagou pelos pecados dele né... e hoje ele sofre demais. Ele tá em Belém e a mulher que ele matou tava grávida. E lá no Pará ele já tava num processo por causa de uma briga que teve”; logo, o irmão de Vitória cumpre duas penas, a pelo crime que cometeu no Pará e outro pelo assassinato no Amapá. Na prisão, como escreve Bauman (2014, p.21), a insensibilidade é conectada a um qualificativo moral. O sistema é insensível, imperturbável, é agressor. É a violência abertamente protagonizada pelo Estado, que não educa e abusa do poder. Abusa inclusive de quem não precisa passar por esta violência, como Vitória, que vive em sua dor pelo amor e honra familiar. É uma violência que Vitória pressentia e sentia em silêncio, pois ia “orando” para não precisar passar por descomedimentos. Vitória é metralhada pela violência simbólica de todos os lados, mas a reconhece no Estado porque este a deixa com sentimento de impotência, e impotência gera a mais profunda humilhação. “E essa é a minha maior humilhação. Às vezes no meu trabalho... eu vivo rindo... e o povo às vezes diz ‘a Vitória acho que não tem problema na vida dela...’, a minha patroa sempre dizia ‘tu ganha comigo por causa do jeito que tu é... eu falo contigo e tu não fica com raiva, fica rindo... de bem com a vida’”.

Ela se magoa, dói, sofre, chora. Mas no final acaba rindo. Suas risadas são seu enfrentamento moral e sua resistência física de desdenho e luta. Rir é mostrar-se, é assumir sua condição de combatente e de enfrentamento ao sistema que lhe oprime. “Eu aprendi assim, os nossos problemas a gente não pode levar para o trabalho, tem que ficar dentro de casa. E Deus ele é teu amigo... tem que se ajoelhar e conversar com ele. Muitas vezes tem uma pessoa que diz que é amigo, mas que não é. (sussurra) Olha, porque às vezes... uma coisa que eu me magoei, magoei muito... (suspira) eu acho que eu não saí mais por motivo do salário (de seu emprego anterior, na casa do promotor)”. Era isso que estava lhe incomodando, e Vitória tentou não falar sobre isso, porém não conseguiu: “Às vezes uma palavra te magoa mais do que um tapa. E a dona Miranda falou UMA PALAVRA (destaca com a voz) pra mim que aquilo parece que foi cortando assim dentro de mim. E tu sabe como é tu gostar daquela pessoa, ter a maior consideração, deixar o teu filho em casa e ir lá dormir na casa dela”, desabafa. “Cuidar das coisas dela com o maior carinho, e tu pensar que tá protegida e tu chegar e falar o teu problema e aquela pessoa dá aquela resposta em ti assim que... realmente eu saí mais porque eu fiquei magoada com

ela. E quando ela pressentiu... porque ela não é patroa de chegar e pedir desculpa... entendeu? Mas ela pressentiu que eu saí por isso”.

Vitória sofre, é testemunha, mas também perpetra ações de combate. Como sua risada, sua qualidade no trabalho, e suas condutas para seus agressores morais, como sua ex-patroa. Lhe perguntei qual era esta palavra que a magoou, e se ela gostaria de falar sobre isso. “Quando aconteceu isso com o meu irmão lá e minha mãe adoeceu, ficou falando mal, eu falei: ‘Dona Miranda, eu queria 15 dias pra mim ver a minha mãe’, aí ela disse: ‘agora, Vitória, que eu vou pros Estados Unidos? Agora que tu vem pedir pra tu ir?’”. Ela conta que a ex-patroa não pensava na situação vivida pela família de Vitória, e foi isto, aliado a conduta de dona Miranda, que a ofendeu tanto. Segundo Vitória, sua ex-patroa lhe dizia: “‘Não, como é que vai ficar o meu filho? Quem que vai cuidar do meu filho?’ Aí eu disse: ‘Dona Miranda, é a minha mãe (que estava muito doente), minha mãe é tudo pra mim... minha mãe, os meus filhos... a minha família!’ Aí ela disse: ‘ah, quer dizer que tu chega e tu diz ‘eu vou?’’”. Vitória enfatiza que pediu liberação, porém a senhora não lembrava: “Aí depois ela pediu: ‘tu vai?’ Porque primeiro eu pedi, ‘dona Miranda, eu queria 15 dias’... aí depois ela pediu: ‘tu vai Vitória?’ Eu falei ‘eu vou’. Aí ela disse: ‘quer dizer que tu vais? Tu se manda?’ Entendeu? Eu disse: ‘Dona Miranda, eu lhe respeito muito, mas eu vou, ela é minha mãe!’”, narra.

A maior condição de humilhação para Vitória não foi ter sua filha arrancada de si nem passar fome no abrigo da prefeitura. Sua maior humilhação, assim como Antígona (DAS, 2011), foi ver o irmão sofrer e ver o “sangue de seu sangue”, sua honra familiar, ser tratada de forma indigna. E ela praticamente não fala sobre isso. Ver o irmão na cadeia e precisar passar pela opressão do sistema carcerário para visitá-lo e ouvir seus padrões tecendo comentários acerca de sua família ratifica-se como o auge da violência contra ela. Talvez a sensação de humilhação de Vitória seja maior nesta situação porque outras humilhações que ela passou na vida foram e são veladas, invisíveis, escondidas numa “capa de moralidade” impetrada por pai, ex-marido, patrão. Vitória segue contando o episódio da ex-patroa: “Aí ela falou: ‘É bom mesmo tu ir... PORQUE...’... parece que as coisas vem uma atrás da outra. Porque o meu marido tava sem dinheiro e ele foi rodar de mototaxi clandestino né, aí prenderam a moto. E ela me deu 500,00 pra tirar a moto. O cara pediu 500 pra não mandar pro curral (lugar oficial onde os veículos apreendidos vão)...”, ela me conta, falando baixinho. “Por trás dos panos, porque era 2.000 pra tirar (do Detran)... entendeu? Então eu fiquei doidinha porque era o único transporte que a

gente tem pra ir trabalhar, pra ir e voltar... e aí ela me deu e depois ela passou isso na minha cara. Porque ela me ajudou na queimada, e depois ela jogou na minha cara”.

Eis que ela desabafa, então, o que mais a humilhou: “E o que mais me magoou: ‘o teu irmão tá preso, que eu ouvi tu falar, foi transferido pra Belém, tua mãe tá doente, a moto foi presa... e isso tá trazendo maldição pra dentro da minha casa’. Égua, mana... quando aquilo ela falou...”, diz Vitória, narrando sua representação de humilhação, como uma agente que está situada numa complexa rede de relações de foro íntimo e, também, público. “Aí eu falei: ‘eu tô deixando alguma coisa a desejar na tua casa? Todo dia quando a senhora chega o seu almoço não tá na mesa?’ eu falei pra ela. ‘tá’, ela disse. ‘Eu não sou babá, mas quando a senhora pede para cuidar do seu filho eu cuido, com mil problemas que eu tenho e eu deixo de cuidar do meu filho para cuidar do seu filho’”. E enfatiza: “‘Mas se eu estou trazendo maldição pra dentro da sua casa, eu estou saindo da sua casa’. Aí ela não falou nada. Aí depois eu continuei limpando... mas sabe quando tu tá com aquela vontade de chorar e tu tem que aguentar? Eu pensei ‘meu Deus’, eu nunca esperava que ela fosse falar isso”. Neste dia, Vitória trabalhou até o final do expediente. No final do dia, o patrão chegou, trocou as lâmpadas da casa e pediu se ela queria as lâmpadas usadas. Ela achou melhor não aceitar.

Antes de ir embora, a patroa a chamou e disse que daria os quinze dias para ela visitar a mãe. “Mas se ela fosse uma outra patroa, ela tinha dito ‘poxa, Vitória, desculpa, eu te magoei... desculpa’, porque se fosse eu teria chegado e dito ‘Poxa dona Miranda me desculpa...’ entendeu?”, questiona. Vitória viajou, foi ver a família em Belém. Quando chegou o dia de seu retorno, ela decidiu não voltar. “Passei uma mensagem e disse ‘eu não vou, vou visitar meu irmão’, aí ela disse: ‘quando tu vem? Eu já cheguei em Macapá’. Eu disse: ‘Dona Miranda, se a senhora quiser arranjar outra pode arranjar, porque eu não vou mais trabalhar pra senhora não, me desculpe’”, diz ela, enfatizando que todas estas conversas estão registradas nas mensagens de seu celular. “Dali a pouco o doutor me passa uma mensagem: ‘eu tô em Brasília... por favor, chega em Macapá e vai lá em casa porque a Miranda tá sozinha... não conseguimos ninguém’, eu respondi ‘pois ainda tô em Belém’. Quando eu cheguei na quinta-feira ele me passou uma mensagem pra mim voltar”. E então chegou a hora e a vez de, na concepção de Vitória, mostrar sua resistência e seu valor: “E eu falei ‘eu vou ficar lá até o senhor arranjar outra’, se eu fosse uma pessoa ruim eu ia falar ‘não vou mais’, né? Fiquei lá... voltei. Mas eu disse ‘eu não vou ficar’, mas se ela chegasse e me pedisse desculpa... mas não. Eu saí e eles não conseguiram ninguém”.

Ela conta que indicou uma outra pessoa para trabalhar em seu lugar, porém que a moça “não aguentou porque é muito trabalho... tem que ter pique pra trabalhar. Já foram três e não ficaram. Mas agora tô bem no outro emprego. É mais *trankilo*, tem quatro empregada... mas eu não tenho nada contra eles (antigos patrões), o doutor é uma pessoa muito educada! Eu gosto muito deles”. No final, diz rindo: “Depois ela passou uma mensagem ‘poxa, eu queria uma empregada igual a tu, assim, evangélica, mas não tô conseguindo’ (solta uma risada). Eu falei ‘Oh, mas Jesus vai lhe enviar uma’... (risos) eu disse pra ela. Aí ela sempre fala comigo, eu enviei um vídeo de família pra ela (tudo pelo whatsapp) de amizade”. Este imbricamento de relações é real para ela. São relações de trabalho negociadas, agenciadas e performatizadas mas fundamentadas em violências de tratamentos verbais e de classe, onde os patrões sentem-se no direito de fazer exigências, comentários e julgamentos. Na ofensa de Vitória, o ato de não voltar ao trabalho é a sua cartada final diante de jogadas e negociações desiguais. Este é seu mundo cotidiano vivido. Vitória parte de suas ações de sujeito para se narrar, expressar e se recriar. E a prática de si de abrir seu coração através da narrativa a ajuda a entender sua trajetória de violência sofrida.

É por isso que Vitória encontra a segurança e a não condição de violência e humilhação na igreja. Porque os que lá estão vivem na mesma condição de sofrimento e dor. E vitória tem como prática de si a relação com Deus, no sentido de achar que estando com Deus está com a verdade (FOUCAULT, 2010) e resiste e enfrenta esta dor porque tem ou acha que tem “a paz de estar em par com Deus” (CAMELO, 2005). Aliás, esta parece ser a canção da vida de Vitória, que escolheu este nome para si por entender-se como uma vitoriosa frente às adversidades que a vida lhe impôs. “É morena tá tudo bem/ Sereno é quem tem/ A paz de estar em par com Deus/ Pode rir agora /Pra nós todo o amor do mundo/ Pra eles o outro lado/ Eu digo mal me quer/ Ninguém escapa o peso de viver assim/ Ser assim [...]” (CAMELO, 2005).

4. A resistência de Maria e suas práticas de divertimentos

Maria é amapaense, “nasci na maternidade aqui em Macapá. Morei desde que nasci no Perpétuo Socorro. Mas não era na baixada. A gente tinha uma casa... lembra que o Barcellos (governador do Amapá, em torno de 40 anos atrás) fez um conjunto pra lá? (na verdade uma distribuição de terrenos e casas, mas sem estrutura de conjunto habitacional) a minha mãe tinha uma casa daquelas...”. Ela ama o Perpétuo Socorro e nunca quis ir

embora do bairro. Tem 40 anos (em 2016), é baixinha, gordinha, cabelos crespos acima dos ombros, normalmente presos num coque informal. Quando trabalha pela casa e fica suada, um cachinho solta de cada lado de seu cabelo e fica como se ele tivesse “elétrico”. Quanto mais suada mais vermelha ela fica e evidenciam-se pequenas sardas nas bochechas. Maria sorri nas desventuras. Mas aprendeu isso há pouco tempo. Ela é casada a vida toda com Décio, 42 anos, um senhor alto, magro, branquinho, cabelos castanhos. Ele é marceneiro e sua profissão o seu grande orgulho. “Décio é bom para mim e para meus filhos”. Eles casaram-se já com Maria morando na baixada. Eu tinha 18 anos... nós estamos há 22 anos juntos (em 2014). Eu tinha 18 anos e ele 20”.

Aliás, ela foi parar na Baixada Perpétuo Socorro porque “o meu pai pegou um acidente de moto e ficou meio perturbado da cabeça. Até hoje ele sofre com as sequelas... ele caiu de moto e bateu, quebrou a cabeça dele... ele teve um trauma... e ele ainda ficou bom, mas agora ele pegou AVC”. E então ela explicou que isso desencadeou sua morada na área de ponte. “Aí a minha irmã deu uma ideia pro papai – que já tava meio doido da cabeça – de vender a casa. E ele vendeu, aquela casa bonita da mamãe. A casona bonita. Aí ele pegou e vendeu a caaaaasaaaa (triste). Aí ele deu um dinheiro pra mim, outro pra minha irmã e com o dinheiro que sobrou ele comprou uma casa e um motor...(de barco para ele)” E com este “dinheirinho” que ele destinou para as filhas, ele mesmo comprou uma casa lá para cada uma delas. “Meu Pai amado!!! Morei lá pra mais de 20 anos! Eu criei os meus filhos lá. Só o Pierre tem 22 anos...” (em 2014). Maria tem três filhos e uma neta (estava grávida do último quando viveu o incêndio). No início foram tempos difíceis: “Eu já passei fome logo no começo, quando eu tinha 18 anos e ele (Décio) tinha 20. Ele não sabia que ele tinha esse talento pra trabalhar (marcenaria), e eu não era agente de saúde. Então logo no começo foi muito ruim e eu passei fome sim. O meu filho maior passou fome com nós...”.

A Baixada Perpétuo Socorro significou o pertencimento de moradia de sua família por muitos anos. Ali ela sentia-se com vínculos com seu espaço de moradia, sua casa, com as práticas cotidianas envolvendo as crianças da vizinhança e a sua profissão, além dos trajetos percorridos entre escola da neta, posto de saúde em que trabalha e pequenos mercantis e feiras para a alimentação da família. Mas que por outro lado era um lugar que para ela trazia influências ruins, por falta de educação e oportunidades. Maria não se desprende do lugar em suas práticas de si:

– De certa forma a gente já tava acostumado com o ambiente... a gente vivia ali, como se fosse a nossa única alternativa de vida lá... eu vivia feliz lá, o meu marido ia trabalhar e eu criava os meus filhos ali... era a nossa rotina de vida. A gente não tinha esperança de vida de sair de lá. A mamãe faleceu, meu pai sofre de AVC, não tinha uma situação melhor pra nós... era lá mesmo... só que por uma parte era bom, mas por outra parte era ruim... nossos filhos foram sendo influenciados. Porque as pessoas dizem que o meio não influencia, mas o meio influencia sim... nossos filhos eram influenciados por aquilo. Eu criei o meu filho (Pierre) e ele foi se perdendo lá dentro... quando eu vi... que eu pensava que eu tinha domínio dele... e eu não tinha mais domínio dele. Quem tinha o domínio dele eram aquelas pessoas que moravam lá, que tinham convívio com ele e que já mandavam na vida dele. Aí, olha... era assim a vida lá... bom pela parte que a gente criava e ruim pela influência do meio... meu marido começou a beber... até hoje tem sido uma guerra pra mim tirar ele da bebida... e eu não bebo, porque eu vou pra igreja, eu sou evangélica faz 10 anos, graças a Deus, ao senhor Jesus! Eu não bebo... e foi influência do meio! Eu tô na maior luta pra tirar ele da bebida. E antes de morar ali ele não bebia. Ele começou a beber ali. Mas o meioooooo... Morar numa baixada é assim, por exemplo: ‘Ah, tu é filhinho de mamãe...’, é ‘amamaezado’, é ‘apapaizado’, entendeu? As pessoas que moram lá elas julgam a gente.

– O que é ser ‘amamaezado’ e ‘apapaizado’?

– Ser amamaezado é assim, por exemplo, o meu filho não quer fazer o que eles querem. ‘Ahhh só quer fazer o que a mamãezinha e o que o papaizinho aconselham’... o que eles querem. Isso é ser amamaezado e apapaizado. Aí eles ficam falando isso. E a criança que não tem uma mente formada ainda não quer ser amamaezado porque acha que é feio. Aí vai começar a fazer as outras coisas que as pessoas mandam.

– E o que seriam estas outras coisas?

– Vender droga, brigar de gangue... coisas que mãe e pai não querem, mas que quando a gente vê, por influência, já tá no meio.

A precarização das moradias na baixada, a resistência aos padrões de normatizações faziam os adolescentes criarem categorias nocivas, como “amamaezado” e “apapaizado”. As redes de relações sociais neste universo incitavam atitudes e modos de pensar que enveredam para a noção de pessoa de ser independente dos pais e priorizar a satisfação dos seus desejos de independência. Incitar o outro a não ser “amamaezado” e “apapaizado” mergulha em uma trama e uma zombaria (GOFFMAN, 2012, p.124), em que a vítima é caçoada induzindo-a a ter uma mudança de atitude. No entanto, ser categorizado por um destes termos, para a vítima não significa uma zombaria ou uma

gozação, e sim é uma violação de sua personalidade. Da feita em que o jovem resolvesse não ser mais um “amamaezado” ou um “apapaizado” ele assinava a sua entrada para o “mundo do crime” e do tráfico de drogas, o que lhe causava uma independência financeira e até um apreço com as mulheres. No entanto, passava a ter uma vida marcada e curta, entre idas e vindas entre baixada e penitenciária. Era contra isso que Maria lutava, em vão.

A família de Maria morou há mais de 20 anos naquela casa, que viu crescer seu filho Pierre – na época de nossas conversas ele ainda estava na prisão. Saiu perto do natal de 2014, por ocasião de minha última longa entrevista com Maria -, Raphael, que neste ano da entrevista tinha dez anos e sua netinha Adriane de quatro anos. Décinho já nasceu no conjunto habitacional e fez um ano. Maria é agente comunitária há mais de 15 anos. Aprendeu na prática. E tanto na baixada como no conjunto habitacional, é muito respeitada pela sua profissão. “Aqui, quando alguém está doente, ‘chama a Maria’! E eu vou!”, conta. Ela diz que os vizinhos – que inclusive eram da baixada - tem confiança nela, e que nem sempre conseguem ir ao posto de saúde ou uma vaga em consulta médica. Ela não receita medicamentos, apenas verifica pressão, febre, indica chás e plantas e faz curativos. Ama sua profissão. Como Maria trabalha pela parte da tarde, pela manhã ela limpa sua casa, cuida de sua neta e de seu filhinho. Coloca DVD para eles, brinca, dá uma voltinha pelo conjunto, sempre que tem “um dinheirinho” faz café da manhã com pão, manteiga, queijo, iogurte. Quem mais gosta é Adriane, cabelos negros compridos, é linda e parece ter fortes traços indígenas. É muito sorridente. Adora gato, cachorro, papagaio e maçã. Aliás, seu apelido, em casa, é maçã. Ela também tem uma gatinha, a Mia. A gata, pequena, magra, de três cores – dourada, branca e preta -, vive encostada em Adriane, ronronando, ronronando. A felina passeia sempre por perto da casa nova, já que ficou traumatizada com o incêndio que viveu na baixada. Desde o dia do incêndio, a gata nunca mais miou, e se afeiçoou ainda mais a Adriane.

Muitas práticas cotidianas realizadas outrora na baixada ainda ocorrem na sua casa no conjunto, como a prática do esposo de ouvir som alto, sempre no último volume.

Acordava... eu pelo menos... e porque já faz 10 anos que eu tô na igreja, então o pastor me ensinou que a gente tem que levantar e fazer tudo dentro da casa, entendeu? E cuidar do marido e dos filhos... Mas na realidade lá – e por um tempo eu também fiz parte disso – amanheceu o dia... dá um banho no meninozinho e vai pra frente da casa da vizinha

fofocar da vida alheia, fazer bronca e gostar quando tão brigando... o movimento dentro de uma baixada é briga, é polícia entrando pra prender e a gente tá olhando, isso é a vida da baixada! E tooodo dia no bar! Lá é assim... e o som alto. O meu marido por exemplo, Roberta... depois que ele começou a beber agora é assim. Tu lembra daquele sonzão dele? Agora tá alugado, tá lá pra feira do pescado... (no Bairro Perpétuo Socorro). Ele é assim (de beber e ouvir música alta), mas aqui é só no final de semana. Mas lá na baixada era toodo dia quando ele chegava. Até que um dia um vizinho denunciou ele... mas realmente Roberta... era muito som (muito alto). Aí ele foi lá pra delegacia e ele parou, ele se conscientizou... mas ele não era assim. Ele gostava de som, o sonho dele era ter um som grande. Ele gosta, ele tem paixão por isso. E olha, Roberta, 20 anos que eu to com ele... e ele trabalha na marcenaria e tem que suprir aqui em casa a comida. E assim que dá ele compra uma pecinha (para o som). Mas primeiro é nós... ele é muito família, tudo é nós... faz a compra do mês... mas o soooooom... esse custa uns 6 mil, 7 mil. Porque tem que ter mesa e caixa. Só que as caixas ele mesmo que faz, porque ele é especialista em fazer caixa.

A “vida de baixada”, para Maria, resume-se em algo desregrado, sem rotina, sem preocupações da maioria com o trabalho e com a prática de “cuidar da casa”. Na sua fala fica evidente que desde “que se tornou evangélica” ela “saiu daquela vida”. Na sua narrativa corroboram-se significantes e significados para a categoria de “vida de baixada”, termo equivalente a “polissemia do termo favela” (BURGOS, 2012, p.373). São representações sociais de Maria de um lugar multifacetado com uma diversidade de identidades, gostos e representações. Para uns ouvir som alto era a prática mais prazerosa do mundo. Para outros o som alto era a maior tortura do mundo. Nas representações de Maria as identidades mais citadas são as que não lhe satisfazem e que lhes foram incutidas como equivocadas pela cultura da sociedade e da religião que frequenta. Fato é que as múltiplas identidades existentes na baixada resistem a padrões de comportamentos, moralidades e a ordens sociais impostas no restante do espaço público da cidade. E Maria também resistiu a isso – aí sim no sentido de Scott, de dissimulação e levantes – até se tornar evangélica. Estas identidades – de resistências a padrões e normas - tomam para si uma violência de dominação simbólica sobre as demais identidades para o controle espacial do lugar. Na fala de Maria sobre o pastor revelam-se classificações e operações de gênero que dizem respeito a noções culturais pré-estabelecidas, de que a mulher é que precisa cuidar da casa, dos filhos e do marido. E revela as práticas cotidianas voltadas ao

lazer e ao consumo, como no caso do som. Nas baixadas em Macapá quase todas as casas possuem um som de altíssima potência e qualidade. O som, para parte destes moradores, vem antes da prioridade do transporte. O marido de Vitória é um dos casos opostos, que não tem som e tem uma moto.

Na baixada, mais do que no conjunto, havia práticas cotidianas diferentes entre homens e mulheres. Maria vivia seu cotidiano para a igreja, o trabalho e a educação das crianças da baixada. “Ninguém mexia comigo porque eu sou evangélica, eu passava lá no grupo de evangelização, todo mundo me respeitava... graças a Deus né... e lá eles respeitam os crente, Roberta...”. Ela conta que fazia evangelização nas casas na baixada todas as terças e quintas-feiras pela igreja Universal. “Não tem aquelas uma que andam com a roupinha azul? Eu sou uma delas! Sou evangelista. Então eu passava no meio (da baixada) e convidava a gangue. E eles até respeitavam quando eles tavam aperreado que a polícia tava atrás deles... eles vinham até pedir oração... vinham ‘poxa Maria, ora aí por mim, tia’, né? ‘mana, ora aí por mim’... e nós orava”! Conta que as evangelistas, como prática semanal, faziam núcleos de oração e, após as orações, faziam bolos e vatapá. “Isso eu sinto falta! Dia de quinta-feira eu ia convidando eles tudinho por lá... fazia bolo, às vezes vatapá, e aqui (no conjunto) não tem isso... aqui dentro não tem igreja, só uma pra li pra baixo (no bairro). Não é como era lá, que tinha gente toda hora na porta convidando pra ir pra igreja, sabe como a Universal é... isso eu sinto falta”, conta ela que já começou a integração na nova igreja Universal do bairro. Ela vai todos os dias para a igreja, no horário de 19h, levando seu filho Decinho no carrinho. Maria conta que as práticas da baixada envolviam muito o público masculino, que sobressaía. Os homens, segundo Maria, “não são muito respeitoso não. Eles atacam, assaltam... a maioria é assaltante. A maioria dos jovens que ficavam lá eles se envolviam... usavam crack, ficavam, iam roubar, de lá vinham noiado lá pra dentro. Roubavam celular, bolsa de madame de dia... mas de noite a gente via eles passando com televisão grande na cabeça”. Ela ainda diz que “a minha casa era alta, e às vezes de madrugada eu ia orar e eu via. Eu ia olhar a ponte e a casa mesmo, eu via eles passarem com televisão, bujão de gás, boooooomba... bomba d’água!”.

Maria diz que lá o meio desregrado influenciava negativamente sua vida, mas que também havia coisas boas, como os aniversários que ela organizava para as crianças e às sessões de DVD com pipoca para os filhos da vizinhança. Maria tentava educar as crianças com filmes e DVDs lúdicos, fazia brincadeiras e rodas de leitura, para que elas não se entretessem com o mundo do crime. Neste sentido, Maria é uma resistente. É

resistente contra o sistema e as autoridades do crime. E ela resiste via atitude. Tem a atitude de tentar melhorar, na visão dela, o lugar em que vive. Maria, na nova vida, na casa nova, sente falta destas práticas e também sente falta das oportunidades e dos pertencimentos de acesso a equipamentos centrais, como padarias com pão feito na hora, supermercados, feiras para comprar frutas e verduras frescos, alimentos na hora. Seus almoços eram regados a açaí, frango, carne, feijão, e no conjunto habitacional ainda não há comércios perto. “A gente precisa fazer a compra mensal nos atacados ou grandes supermercados”, fazendo com que o pão de cada dia não seja tão fácil. Há uma padaria na primeira rua fora do conjunto, mas até hoje não vi nenhum morador satisfeito com ela. Maria diz que isto não é saudade, é necessidade: “E também sinto falta dessas coisas (compras). Porque isso não é saudade, é falta”.

4.1 Testemunhar: Atitudes de resistência

Depois de ter perdido a casa de sua família na adolescência, que tanto amava; passar fome; e viver num meio em que não se sentia bem, Maria começou a “decair”. Beber e fumar passou a ser a fuga para seus problemas. Aí começou a trair Décio. Seu marido, que não bebia nem fumava, passou a agredi-la quando ela voltava para casa embriagada.

Eu pelo menos, graças a Deus, parei de apanhar. Porque antes de eu ser evangélica eu apanhaaaaava. Eu apanhava do meu esposo... nós brigava e ele me batia. E era porque eu ia pra festa, bebia, queria tá fazendo tudo errado, traía ele também... traia... Ele tinha mágoa de mim, Roberta... porque eu não tinha uma mente formada, de mulher. Eu era... eu trabalhava na casa dos outros. Antes de eu conhecer ele, eu morava no meu quarto. O meu pai me deu um quarto lá, mas eu morava nas casas das famílias (onde ela trabalhava). Então eu não queria casar... Ele que queria! Ele que ficava indo atrás de mim. Eu não queria compromisso com ele. Ele achava que eu traía ele... Mas eu falava pra ele que eu não queria compromisso. E daquele tempo ele já levava a sério o que eu não era... ele achava que eu era a esposa dele. Aí era assim a nossa vida. Eu era muito péssima. Eu vivia na farra, eu bebia, eu andava com outros. Depois que eu me converti é que eu fui ter a mente mesmo boa. Passei a respeitar a minha família (nunca mais foi agredida)... a viver pra eles... faz 10 anos. É outra vida. Eu tinha 28 anos.

Maria toca no assunto importante sobre a questão de gênero, no sentido de que pela ordem social e cultural vigente entre suas relações sociais há valores morais de que a mulher precisa viver para a família e inserir-se em determinados comportamentos, como entrar para a igreja, limpar a casa e cuidar de seus filhos, ignorando e violentando a mulher que tem outras noções de valores morais, como a individualidade e liberdade (de beber, fumar e não querer casar, ter vários parceiros...) demonstrando uma sociedade que ainda é machista e excludente frente ao sexo feminino. Havia ali, traições da parte dela em um casamento de relacionamento “fechado”. Nesta “infração” Décio a agrediu e começou a traí-la também. Mas ela não se importava com ele, porém ele se importava com as traições e “falhas” dela. Maria, ao “tornar-se evangélica” passa a abraçar os valores morais vigentes e impostos, e que são fomentados pela maioria das religiões, e por isso sente que agora “é uma pessoa melhor” e mais digna, quando na verdade ela trancafiou em algum lugar de sua subjetividade os desejos de uma vida de práticas que antes ela gostava e se considerava livre, tomando para si valores que denigrem a mulher que quis ser. São as opções que as pessoas fazem na vida. E Maria fez as dela ao “entrar para a igreja”. Por isso que Maria acredita que vive para cuidar de sua família, incluindo o marido.

Sufrimento maior foi quando sua família foi vítima do ódio e da raiva alheia. No trecho abaixo, Maria relata dois momentos que, para ela, lhe causaram profunda dor e sentimento de humilhação. Maria abriu na sua casa na baixada, no primeiro andar, uma pequena lojinha que se chamava “pedacinho do céu”. Segundo ela, ganhava “muito dinheiro”, e a vida financeira da família ficou de vento em poupa. Porém, acabou quando teve um homicídio em frente à casa. Seu filho matou o marido de sua tia. Mais tarde, um ano depois, o filho foi preso por tráfico de drogas. E tudo, na vida social e sentimental de Maria, mudou de figura.

Era 5h da manhã e ela (irmã, que morava na frente) mandou chamar (a família de Maria) porque o marido dela tava batendo muito nela. Ela se envolveu com um moleque, Roberta... E ele tava dormindo em casa (o Pierre, filho de Maria). Os vizinhos foram lá defender ele no tribunal de Júri. Ele (Pierre) deu cacetada nele (marido da irmã de Maria, para que o homem parasse de bater na tia, só que a paulada foi na cabeça e o marido da irmã morreu na hora) e ele caiu. Na cabeça... Ele veio pra ajudar ela (a irmã dela). Ela mora lá na Baixada Pará. Ela (a irmã) não ficou com raiva dele (Pierre), ela falou que se não fosse ele, ia ser ela... Ela ficou toda deformada, ele tinha batido muito nela. Muito mesmo.

Bateu, bateu. Aí o filho dela que era pequenininho foi chamar lá, de madrugada. E quando eu cheguei lá já tava morto. Aí a gente fica sem cabeça, fica sem chão, é o filho da gente. E eu acabei com tudo (com a loja) e eu peguei, fui lá (na polícia) e apresentei ele. Fui lá mesmo e disse: ‘Olha, doutor, aconteceu isso, isso e isso’. Aí chamei a minha vizinhança, todo mundo, todo mundo foi lá, falou a verdade, e o juiz pegou e... ele ficou 35 dias preso, e o juiz disse que ele ia ficar preso por causa da reação da família, então, era para eles guardarem ele para a família não vir matar... porque a família dele ficou... né Roberta... ele era jovem ainda. Ele tinha 21 anos e nessa época o Pierre tinha 15. E agora (segunda vez em que foi preso) ele ficou mais tempo porque pegaram ele com droga... ele passou 3 anos preso. Mas vê se ele quer saber agora? Foi trabalhar com o pai dele. Tem pessoas que diz assim ‘ah, penitenciária é um inferno’, não, penitenciária quando quer reeduca. É uma reeducação. Porque, Roberta, eu e o Décio, a gente tem condições de dar uma vida boa para os nossos filhos... ter o quarto deles, um bom ventilador, uma boa colcha, um bom colchão. Dorme num lugar bom! Come o que quer de manhã quando acorda... e penitenciária não é assim não. Tem um colchãozinho fininho que chamam de Abade lá... ventilador, mana, é coisa de rico, dorme no carapanã (mosquito), come aquelas marmitinha... horrível! Ele tem trauma daquilo lá. Ele vendia droga. Era crack, ele vendia lá dentro da baixada. Ele era só o bomba dos cara grande. Como eu te disse, né Roberta, eles só pegam os filhos da gente. Eles são de classe alta, são traficantes grandes e moram na cidade. Tão por aí. Eu nem sei quem são... ou sei até quem são, mas em nome de Jesus, eu não vou falar o nome deles.

Pierre tem a violência inscrita no corpo e na alma. Maria toma a violência do filho também como uma circuncisão em seu eu. Estas violências são vividas sob força do contexto histórico e cultural de Maria e Pierre, do lugar onde moravam, das convivências, parcerias, amizades, exemplos e dos preconceitos que sofrem de muitos moradores. Ao falar em preconceito e humilhação, Maria narra suas condições de vida e como ocorre – ou não ocorre – a noção de pessoa na dimensão construída da realidade que a cerca: “Eu sofro preconceito por causa dele. Ele (Pierre) tem 21 anos (faria 22 dentro de pouco tempo). Esses dias pegaram ele (Já no conjunto habitacional. Pierre cumpriu os três anos de pena e está livre). Ele não saiu pra trabalhar com o pai dele, porque ele queria arranjar uma coisa pra ele. Aí ele foi bem pra ali (no outro lado do conjunto) e o vizinho ligou pra polícia dizendo que ele tava foragido”, conta. “Olha... quando eu vi o Bope não chegou mana? Deu-lhe um soco na boca dele, rachou a boca dele. Eu fui lá com o papel, só que já tinham dado um soco nele. Eu falei ‘não, ele não tá foragido, olha aqui o papel dele’, aí olharam tudinho, mas já tinham dado o soco”. Maria tem dor de mãe e denuncia o

sofrimento social que o sistema carcerário brasileiro causa nas famílias dos apenados, sobretudo nas mães, esgotando a capacidade de representação delas. Ir ver o filho no presídio é passar por um calvário de humilhação e dor, de sufocamento de seus valores e suas moralidades. Pelo filho ela passou pelas maiores adversidades de sua vida. Maria relembra as práticas agressivas que são comuns nos presídios: “Porque lá é ruim, a gente é humilhado, a gente vê as pessoas idosas serem humilhadas, e eu ia pra igreja e orava... todo o domingo era a visita. Eu ia pra igreja e aliviava minha alma. Chorava muito na igreja. Vinha leve (da igreja), mas quando eu voltava de lá (penitenciária) eu vinha pesada, porque era muita humilhação”, afirma. “As pessoas idosas serem humilhadas por aqueles agentes ruins. Porque eu acho que é falta de amor e respeito pelos idosos. Pessoas que não entendiam e ficavam humilhando as pessoas idosas. E a gente mesmo, Roberta... é constrangedor aquilo ali”. Assim como Vitória deixa claro em suas falas sobre os apenados e as violências impetradas nas penitenciárias brasileiras, Maria diz que não deseja para ninguém esta experiência, “de levar a comida com todo o cuidado e eles quebravam toda a comida da gente. Mandam a gente se abaixar... eu sou gorda, né... tenho que levantar seio, abrir boca... É constrangedor a penitenciária”. Maria afirma ainda que a própria vizinhança é quem discrimina a ela e seu filho. “Porque a pessoa é ex-presidiário né... é o meu preconceito (no sentido de sofrer o preconceito) maior esse. Graças a Deus ele saiu de lá... Lá naquela penitenciária era muito sofrimento.”

Como Maria diz, “o meio faz a pessoa” e este meio divide os indivíduos entre agentes vítimas ou agressores, fazendo com que a violência proporcione, no caso da vitimização de Maria, uma ressignificação deste evento em sua vida (PAIVA, 2014, p.22), primeiro através da resistência da memória subterrânea (POLLAK, 1989), de falar, denunciar, dar seu depoimento; depois por meio da reconstrução da memória e nova análise dos fatos. Ao refletir sobre o papel da penitenciária e a reeducação do preso, bem como ao acessar estas lembranças de sentimentos de discriminações e preconceitos, Maria acrescenta que as práticas na penitenciária são constrangedoras e que, de certa forma, o morador “de baixada”, ou de áreas invisibilizadas, também sofre deste tipo de preconceito e falta de consideração na sociedade. “E nós da baixada sofremos preconceito sim... porque foi embora a água... aí fizeram uma reunião ali (no centro comunitário do conjunto habitacional) e as meninas se meteram pra falar, e quando chegaram ali eles tavam falando ‘ah, porque é por causa desse pessoal que veio da baixada’, olha? E a gente tava reivindicando um negócio que... a gente quer água!”, indigna-se. Maria sente que sofre preconceito, sabe que é violentada psicologicamente pela polícia e pela sociedade em

geral, mas através do resgate de suas narrativas ela ressignifica situações. “Mas eu disse, a gente tem que dizer assim: ‘a gente veio de baixada, mas a gente morava no que era nosso, e nem todo mundo que mora em baixada não é bom (quis dizer que não dá pra generalizar sobre ‘ser mau’ na baixada), tem que ser olhado com bons olhos pela sociedade, nós somos pessoas que não temos que aceitar a discriminação!’”, diz.

Sobre esta estigmatização dos novos vizinhos, há uma relação clássica na ideia dos estabelecidos e outsiders (SCOTSON; ELIAS, 2000), ou no sentido de dominadores e dominados. Os dominadores, os primeiros moradores – muitos vindos de outras baixadas da cidade, mas omitindo esta informação – jogam seus preconceitos, de onde são vítimas, para as cem famílias vizinhas que todos sabem que vieram do incêndio da “Baixada” Perpétuo Socorro. Logo, os demais moradores, na mesma condição precariada, de exclusão e distanciamento social, tiram os preconceitos e as estigmatizações de si e as direcionam ao outro, o “dominado” da “Baixada Perpétuo Socorro”, o “pobre” e “excluído”. Os demais, que já residiam no conjunto, sentem-se os “dominadores”, dotados de poder simbólico de disseminar estigmas, quando na verdade o conjunto Oscar Santos é um espaço social onde a maioria dos indivíduos não está distante socialmente. No entanto, os ex-moradores da Baixada Perpétuo Socorro sentem-se ofendidos em seus pertencimentos e sua rede de afetos, além de ter seu moral abalado. A narrativa de Maria revela representações de dentro e de fora de um determinado grupo de pertencimentos sociais. O conjunto acaba se revelando um espaço social pela exclusão ou distinção mútua das posições que constituem nas estruturas. Todo o espaço, para o autor, é hierarquizado. Logo, os efeitos de lugar são potencializados pelas posições das estruturas internas do lugar, bem como pela distância do centro da cidade de Macapá e pelo provável esquecimento das áreas residuais afastadas do espaço social da cidade. Penso que os conjuntos afastados do centro, como o Macapaba e o Oscar Santos – diferentemente dos conjuntos Mucajá e São José – estão fomentando uma espécie de fronteira simbólica entre “a posição social de morar no centro” e a “posição social de morar longe”. É um distanciamento físico que gera distância social e desencadeia uma disputa interna, entre eles, para ter uma posição hierárquica social, de classificação de vizinhos, de ser o mais abastado, ter a melhor casa e ser o “mais honesto”, ou ainda de “empurrar” a culpa para o “socialmente inferior”. Algo como uma “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA, 2008) que se tira dos ombros e se coloca nas costas da alteridade.

Apesar das situações conflituosas e aflitas que vive com a polícia e seu filho, Maria ainda acredita no trabalho da instituição. “Eu acho que a Polícia, Roberta, a gente precisa,

é uma coisa boa. Porque, por exemplo, se a gente precisar a gente liga...”. E arremata: “mesmo sofrendo essa discriminação eu tô de consciência em paz porque Deus tá vendo e as pessoas daqui um tempo vão ver... que meu filho tá trabalhando com o pai dele... ele falou assim: ‘mãe, eu quero estudar’ e eu vou atrás de uma vaga pra ele, porque ele parou de estudar na sexta série”. Falar bem da polícia significa realizar uma operação de micropolítica, no sentido de cunhar uma rede de proteção negociada, uma forma de resistência ao abandono social do Estado. Maria faz uma tentativa discreta de resistência por dissimulação (SCOTT, 2011), através de verbalizações favoráveis a polícia. “Mas a polícia é uma coisa boa, pra mim é. Apesar de que tem policiais que eles não são legais. A senhora sabe né que alguns pega dinheiro da gente, bate nos filhos da gente... Mas não é todos. No meio tem alguém, mas os outros falam ‘para com isso rapaz, vamo fazer nosso trabalho direito’. Pra mim polícia é importante”. Eu estava ali já como uma “conhecida”, como uma pessoa que se “pode confiar, porque você sempre esteve aqui com a gente, contando a nossa história”, uma vez me disse Maria, com os olhos marejados, quando me despedi para ir à Fortaleza cumprir os demais créditos do doutorado. Mas se ela não confia nem no marido e somente em Deus, ela também não vai confiar em mim para falar mal da polícia. Logo, sua estratégia é de pacificação e aceitação das normas de “segurança” policial, numa falsa condescendência. Maria resiste. Maria usa um tom performático (GOFFMAN, 2012) porque ela sabe que precisa ter uma resistência perspectivista frente à opressão, truculência e violência policial. Ela como uma cidadã pobre, excluída pela máquina pública e pelo sistema, cujo filho parou de estudar e foi preso duas vezes, uma por homicídio e outra por tráfico de drogas, não pode enfrentar e vociferar contra a instituição policial. Seria suicídio social. E ela sabe disso.

Nas situações de maior humilhação e tensão foi o Estado quem humilhou Maria. A polícia que bateu em seu filho, a forma como foi tratada no abrigo por ocasião do incêndio e, sobretudo, nos lugares alugados com verba – muitas vezes atrasada - do aluguel social que lhe deixaram um sentimento de indignidade. “Eu chorava lá! Já pensou a minha neta, que eu amo ela? Ela ia lá brincar com as filha da mulher que tinha alugado o quarto e ela voltava chorando de lá: ‘Vovó, a mulher me enxotou de lá’... Aaaaaai! E tu não tinha pra onde ir? Tu já ‘pensasse’? Isso daí que era a pior humilhação pra mim”, diz. “Tu é doido, eu chorava lá, eu dizia ‘meu Deus, me tira daqui’. Antes nós fiquemo lá no abrigo Diocesano. Lá eu ficava por aqui, indignada com os bombeiros... que não fizeram nadinha! Poxa... Roberta... a gente mora num Estado onde tem esse riozão aí, Roberta!”, fala, indignada. “Por que eles não deixam aqueles carros cheios de água lá? Né? Sabem

que tem baixada aqui! Eu fiquei revoltada com esses bombeiros! Olha, a minha casa tava longe pra pegar fogo. A gente não conseguiu salvar nada porque a gente pensava que ia chegar (os bombeiros para apagarem o fogo)”. Ela continua sua narrativa de crítica e desabafo: “Toda hora na televisão: ‘porque os bombeiros são isso’. É uma propaganda que eles fazem desses bombeiros, mulher?! Quando chega numa hora dessas... olha... não tinha água! Ai meu Pai! Entendeu? Poxa, então pra nós foi humilhante lá”. Maria dá um depoimento de enfrentamento ao Estado, de resistência e de defesa de sua vida, seus costumes, seus valores, seus amigos e vizinhos.

As meninas... sabe como é baixada né Roberta... Na baixada, por exemplo, não tem uma equipe que vai educar as filhas das pessoas lá. Porque nós que somos da saúde a gente deixa a desejar isso. Era pra ter, todo mês, uma equipe de saúde pra entrar dentro da baixada e chamaaar as jovens, as mães, os rapazes, para ter uma higiene. Ensinar o que é uma higiene! E lá não tinha! Aí nós morar lá (no abrigo) e foi a maior humilhação que nós passemos foi essa. Chegemo lá e as meninas jogavam absorvente dentro do vaso sanitário... Porque não tinha vaso sanitário dentro da baixada. Só era pra fora (retrete). Eram raras as casas na baixada que tinham um vaso sanitário lá. Elas não sabem, coitadinhas, o que era. Então como elas jogavam lá (na baixada) elas jogavam os modos e os absorventes lá dentro. Entupia! Elas não sabiam como era!!! Acostumadas lá naquela baixada... aí o tenente lá ficava humilhando a gente... até que uma hora eu me levantei e falei... porque eu sou ousada... porque tavam falando ‘vai ser a última vez que nós vamos chamar as mães pra falar’... láaaa no Diocesano. Aí eu levantei a mão e depois as menina bateram palma porque sabem que eu sou ousada. Eu falei ‘olha, vocês poderiam ter evitado isso se vocês fizeeeeessem o papel de vocês. Se vocês tivessem o carro de vocês cheio de água não era pra tá acontecendo isso. Porque nós estamos sendo humilhados com isso que vocês tão fazendo aqui com nós, entendeu? Ninguém ensinou as meninas aqui. Lá na baixada não tem esses negócios aqui não (vaso sanitário). Então vocês deviam ter evitado’. Eu falei lá, Roberta, pra eles. E as menina ‘eeeeeee’, gritavam do meu lado lá.

O choro e a raiva de Maria pela submissão, por “enxotarem” sua neta, pelas (ou formas de falar) das normas de higiene exigidos pela defesa civil em que eles, “da baixada”, não se enquadravam, gerou em Maria uma observação da criminalidade simbólica com que lhes tratam. São pessoas que estão em eterno esquecimento na ordem social e que apenas são lembradas por tragédias em que a mídia evidencia eventos críticos (DAS, 1995) ou por serem “infratores” da ordem social vigente. As palavras e os gestos de Maria foram de resistências a este despotismo. Ela escolhe um acontecimento

enquadrado, que Goffman chama de “encaixamento” (GOFFMAN, 2012, p.611), e o revive, reconta, recria. Como em sua fala sobre as arbitrariedades da defesa civil com os moradores, que não sabiam usar o vaso sanitário. Recriando, Maria enfrenta. Maria resiste. Naquele dia do enfrentamento o sistema lhe ouviu. Contando para sua família, para seus amigos e vizinhos, narrando-o para mim, Maria performatiza e espalha um momento enquadrado. Se espalha o que lhe indigna, realiza um ato resistente. O gesto de Maria, apoiado pelos demais sujeitos, enfrenta, denuncia, e também pede socorro a uma estrutura fechada e que não leva em conta identidades construídas via contexto social e histórico. Através de uma interpretação de seu mundo, do mundo das pessoas que vivem em baixadas, Maria enfrentou o sistema mostrando que nem sempre as representações das pessoas que integram o poder máximo do sistema estão corretas e isentas de falhas.

4.2 Pedacinho do Céu

Maria e Décio tem o segundo grau completo. Aliás, conheceram-se no que seria hoje o EJA (Educação de Jovens e Adultos)⁷⁰, há mais de 20 anos. Naquela época ele não bebia e nem fumava. Já ela, bebia, fumava, ia para a festa, como já foi dito. Hoje, ele bebe e fica em casa. Ela cuida dele. Décio é uma pessoa muito introspectiva. Ao que aparenta, vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Em casa brinca com Adriane e sempre molda ou lixa um novo e pequeno móvel para a casa deles, acompanhado do brega em volume mediano (desde que lhe denunciaram), todos os dias. É sempre quieto e bebe nos finais de semana, ouvindo seu potente som, aí sim, no último volume. Senta na parte de trás da casa no conjunto habitacional, que dá para uma pequena área onde Maria colocou uma piscina de plástico para Adriane, toma a cerveja, ouve um brega e “filma” tudo que acontece ao redor. Já Maria modificou suas práticas cotidianas de festas e bebidas pela evangelização, e encontrou na Igreja Universal um alento. Desde então, diz ser outra mulher, que vive apenas para a família.

A minha diversão é diferente.... (fala num tom calmo) Eu vou pra igreja (fica toda animada), em casa eu também me divirto no meio deles, no final de semana geralmente vem alguém, vem a minha família ou os amigos dele, e enquanto eles bebem eu cuido deles, faço churrasco, to

⁷⁰ Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um programa do governo federal Brasileiro para pessoas que não concluíram o ensino fundamental e o ensino médio na idade considerada oficialmente como apropriada. É uma modalidade de ensino onde mais séries podem ser concluídas em menor tempo.

limpando a casa... De vez enquanto um me abraça, um é meu amigo... então é isso aí, é a minha família... Então geralmente a minha diversão é assim, porque eu não sou de tá saindo nesse negócio de balneário. Eu não vou em festa. Até ele não vai, porque ele me respeita. Todo mundo que vê o sonzão dele assim acha, ‘ah, o Decio vai toda a vez tocar’, nãaaaoo... ele coloca o som dele aqui e ele bebe aqui. Ele me respeita, Roberta, ele é meu amigo. Graças a Deus, ele fala que me ama, que é meu amigo, ele dorme agarradinho comigo... éeeee Roberta. Ele é trabalhador, trabalha o dia todo, quando chega, chega querendo me ver... ele ama o filho dele (Decinho), é apaixonado pelo filho dele, pela neta dele. Ele é muito família! Olha: tem pai que não ajuda os seus filhos né... ele não, ó... já levou os dois filhos dele para trabalhar com ele. Ele torce pelos filhos dele. Ele é muito legal.

Maria está feliz em sua casa nova, com as práticas de seu esposo e de seus filhos. Está internalizando seu novo cotidiano e suas novas práticas. “Todo dia eu limpo ela (a casa nova), vê como tá limpinho... tem casa que é suuuuja, a minha não, eu vivo limpando ela... eu não gosto de tá na casa dos outros, eu fico aqui, eu limpo a parede, eu passo detergente na parede, limpo o banheiro, o banheiro é intocável”, diz. Maria diz que está feliz porque tem a sua casa no chão, sente-se longe da violência, está com toda a sua família em casa – incluindo o filho que saiu da prisão. Ao falar sobre a felicidade, ela imerge nas práticas de subjetivação e nas práticas cotidianas de sua vida reconfigurada: “eles tudo com saúde, pra mim ser feliz é meus filhos estarem limpos, eu vejo que fui eu que limpei, eles tão andando limpinhos, é meu esposo dentro de casa, é a minha geladeira ter as coisas para dar pra eles”. Enquanto Maria vai falando, percebe-se que para ela a felicidade é uma prática diária de si na sua relação com e para o outro, de conduta e doação à alteridade. “Felicidade é eu ir visitar uma casa e se tiver alguém doente é eu levar o doutor lá e eles ficarem bem. Isso é felicidade pra mim”. Ela se vê uma pessoa útil e isso para ela tem a ver com noção de pessoa: “Eu tenho utilidade nessa vida. Ser pessoa é ser mãe, é ter amigos... é você ser uma PESSOA, fazer o que você gosta de fazer... poder ir e poder vim, poder compartilhar sentimentos com alguém, ter liberdade... é a pessoa ter liberdaade... poder a pessoa ficar em família... poder realizar sonhos...”, frisando elementos constitucionais da pessoa humana. Enquanto Maria fala, percebe-se claramente sua reflexão sobre suas ideias e, sobretudo, a recriação de si e de suas identidades de mãe, agente comunitária, mulher, evangélica, ser livre, suas trajetórias. Enquanto ela vai falando ela vai retomando suas noções pessoais diante de seu ser e estar no mundo e é visível que ela acredita nos valores morais sociais ratificados pela sociedade cristã, como a visão de ser uma mulher de acordo com o que está escrito na bíblia. “Tu é

mulher, tu é mãe. Como Deus disse: ‘tu és o esteio da tua casa. O teu marido é o chão e tu o esteio’”.

Em sua vida “em primeiro lugar pra mim é Jesus... eu falo para meus filhos, em primeiro lugar é o Nosso Senhor Jesus. Em segundo lugar vem a minha família...porque eu vivo pra eles Roberta... Eu abri mão de tudo, eu não vou em festa... não vou em balneário”. Maria abriu mão de algumas práticas sociais pela maternidade (DAS, 2011), passou a controlar e/ou anular seus desejos em prol de um ideal de conduta, um ideal de mulher, de mãe e de fiel evangélica. “Não que seja ruim a minha religião, ela não proíbe isso. Eu é que fico bem em casa com a minha família. Eu vivo pra eles! Amanhece o dia eu vou comprar comida, lavo a roupa deles. Fico esperando eles chegar... eu quero o melhor pra eles”. A noção de mãe de família, para Maria, atrela-se ao bem estar higiênico e de limpeza. No significativo de doar-se para a integridade, educação e higiene de seus filhos. “A sandalinha limpa, a toalha limpa... olha... ‘mãe, eu quero uma toalha, cadê minha toalha?’, ‘tá aqui, meu filho... tá limpinha, cheirosinha a toalha’... né... isso pra mim é família”. Maria não gosta de evidenciar sua vida privada. Ela vive para sua família. As experiências pessoais de Maria a inserem numa narrativa ativa e recriada. “O vizinho fica lá na casa dele e eu fico aqui... e eu não gosto desse negócio de amizade, Roberta... eu não gosto de amizade. Eles saem e eu fico em casa. Esses vizinhos aqui do lado não tem ninguém morando na casa. Porque ela vendeu a casa”. Maria continua, falando que a vizinha aluga a casa ao lado: “Um dia um e o outro dia outro, então eu não dou confiança, porque eu não quero saber da vida deles e eles da minha. Porque o pastor nos ensinou que a gente não tem que saber da vida do vizinho porque a gente tem muito que fazer da nossa”. Ela reitera o foco de sua vida: “Eu tenho o meu marido e os meus filho e eu tenho que cuidar deles. Vou cuidar da vida alheia? Então amanhece o dia e eu quero saber deles (família), o meu foco é eles. E dos outros eu não quero saber. Não gosto, não gosto, não gosto”. Para Maria, suas amizades tem a ver com ajudar o outro. “Se tiverem doente eu marco uma consulta (ela vai agendar com o médico no posto de saúde dos Bairros Perpétuo Socorro e Cidade Nova)... trago remédio, ensino como é... porque o amigo e o vizinho, Roberta, não é de tá toda hora na tua casa. Eu tenho essa visão. Mas tá doente e vem avisar. Quando eles tão doente geralmente é assim: ‘vai lá com a Maria’”. Para ela, este é o “verdadeiro” amigo e vizinho. “Quando tá doente, quando tá precisando... às vezes eles pedem ‘me empresta lá 10 reais’, eu empresto dinheiro pra eles. Assim 10, 20... Então se eles não tem o dinheiro da comida eles vem aqui e eu empresto. Entendeu?” Nesta rede de agência feminina a articulação e os movimentos de

Maria são fundamentais, em experiências e nas práticas de espaço e de ação. “É porque eu sou assim, mas não sou de tá lá no meio... Não sou de tá no meio da rodinha não. Não gosto. Mas amigo pra mim é fundamental! Se a gente precisa até de um capim da rua, quanto mais dos amigos né... [...] Tá com uma dor de ouvido, ‘corre lá na Maria’”. Maria explica que os moradores do Oscar Santos sentem-se isolados de hospitais e postos de saúde. Ela também frisa que tem dez anos de experiência como agente de saúde e que, por isso, para ela é fundamental o ato de ajudar. Aliás, servir ao outro é o que hoje move a sua vida.

Mas eu preciso de amigos. Quando eu tô entediada eu pego o meu filhinho e vou lá (na rua que moram suas amigas), uma vez na semana. [...] Então nós, todos os seres humanos, nós precisamos de amigos. É impossível viver isolado... né? Mas eu respeito o espaço deles. Mas eu tenho as minhas amizades sim! Na igreja... eu considero muito os meus amigos da igreja. Que lá toda noite eu tô lá!!!Tooooda noite eu tô lá! Maria Igreja! É bem aqui perto no Bairro Ipê (dá pra ir a pé, é perto). Eu pego o Decinho, coloco no carrinho dele e vou me embora. É bem aqui logo. Tooooda noite! Começa sete horas. Termina 8h15, 8h30 no mais tardar, porque é escuro pra gente voltar... às vezes vem em casa... o pastooooor. Não muito, mas eles vêm. É impossível viver alheio né. Vou (pra igreja) eu, o Decinho e a Adriane. Agora também tem o meu filho, o Pierre, meu filhão que saiu (da cadeia). E o Raphael que não gosta muito, mas eu levo! (ri) Meu marido não gosta de ir na igreja, é muito difícil, ele só vai na igreja quando tá doente, pra ficar curado (risos). [...]Porque a palavra de Deus ela diz assim: ‘Maldito homem que confia no outro homem’. Né? Porque perfeito mesmo foi só o senhor Jesus. Eu tenho as minhas falhas, eu tenho os meus erros. Por isso que existe a individualidade. Porque eu tenho que entender que o outro é diferente de mim, e que nem eu mesma me conheço. Só quem esquadrinha o nosso coração é o Nosso Senhor Jesus. Então eu não posso esperar a perfeição do meu amigo! Não é verdade? [...] Eu não posso confiar no meu marido. Porque ele me traiu uma vez né. Ele me traiu. Eu vivo com ele, mas eu não confio nele 100%. Eu vivo com aquela desconfiança. Se já traiu uma vez a gente sempre fica ali com aquele pé... (atrás da orelha). Então se você não confia com uma pessoa que mora junto de ti tu vai confiar numa outra? Sinceramente, Roberta. Eu confio em Deeeeus, eu vivo pela fé. Eu confio em Deus e vivo pela fé. Eu olho pra ele (marido) e vejo Deus nele. Mas não é que eu vá confiar nele. Eu vivo pela fé.

Maria utiliza a religião e sua espiritualidade como principal prática de si. Seu pertencimento social hoje é a igreja Universal, mais a localizada no Bairro Perpétuo Socorro do que a do Bairro Ipê, no entanto ela tenta se acostumar à nova “casa de Deus”.

Maria destina a este lugar suas práticas de si e práticas cotidianas que são perpetradas todos os dias com a máxima força, em busca de alento para viver e lutar. Este é o lugar onde ela não se sente vítima e um indivíduo em potencial sofrimento social. Ali o status aparentemente não é importante e Maria tem no grupo seu espaço de pertencimentos de amizades verdadeiras. Maria resiste em ocupar-se consigo mesma todos os dias, às 19 horas. Ela diz que encontra Deus, mas é bem provável que encontra-se consigo mesma para pensar em seus anseios e angústias; e também se encontra com um mercado religioso que lhe introjeta valores morais de como ser uma pessoa melhor. Os gestores destes mercados religiosos se aproveitam de sofrendores sociais em potencial (cf. MACHADO, 2014 E CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER; PEREIRA, 2004), como populações vulneráveis, excluídas e precarizadas, e os incentiva a uma cultura de prática de si que também beneficia seus benfeitores. Independente desta maquinação (GOFFMAN, 2012), é na religião que Maria realiza suas práticas penitenciais (FOUCAULT, 2010) e sua cultura de escolhas pessoais. Ela cuida de sua alma e é isso que a salva. Maria confia em Jesus, “porque ele não falha”. As coisas mais importantes de sua vida são cuidar de sua família e de sua casa. E a relação com os amigos e com os vizinhos é muito mais de doação de trabalhos voluntários do que de convivência e práticas de roda de conversa.

Seu maior sonho é que seus filhos possam estudar. Ela se culpa com a prisão de Pierre, por achar que não o educou como deveria. “Aí eu penso ‘Senhor, o Senhor me deu um filho e eu não soube criar... ou talvez o meio que eu tava ali, meu Pai, não me ajudou... Por que, meu Pai, desde 10 anos atrás, meu Pai, eu tô indo na igreja, mostrando o bom caminho’”, conta. Ela diz que se frustra ao pensar nas dificuldades pelas quais o filho passou e quer que todos estudem e possam ter “um diploma”. Além do estudo para os filhos, ela tem o desejo de abrir um restaurante em frente de casa para que ela, o marido e os filhos possam trabalhar e também gerar empregos. Além de fazer uma pequena movelaria no espaço no fundo de casa. Ao falar de suas fantasias e desejos... ela fica um pouco tímida. De repente, sussurrando, me diz o que seria para ela uma noção de salvação (FOUCAULT, 2010, p.109), uma prática de si que seria assumida por sua família e que, de acordo com o seu sonho, abriria as portas para uma vida feliz e abençoada, sem vícios e hábitos ruins, onde Deus seria o mediador entre ela, sua família e a alteridade; e que, da feita em que se realizasse, iria ocorrer o que Maria chama de “boniteza” de alguém:

Eu sonho assim, que eu tenho uma coisa minha que é... que tá dentro de mim! Eu tenho uma vontade que o meu esposo vá pra igreja comigo. Ser obreiro de lá. Isso é uma fantasia minha né... Mas que pode ser realizar. Eu tenho vontade dos meus filhos também, da minha neta... Porque eu vejo Roberta, que é muito raro... mas tem uma casa lá que todo mundo é pastor e obreiro lá (na igreja Universal). Aí assim é bem de mim... é um DESEJO!!! É um sonho meu... Quando eu tô na igreja e eu fecho os olhos, eu vejo pela fé a minha família lá... vestidos de obreiros... andando na rua comigo ganhando almas... é um sonho meu. [...] Porque uma pessoa bonita pra mim... a minha boniteza é diferente da boniteza do mundo. Porque eu me considero assim... Roberta, pra mim a beleza não é exterior... pra mim a boniteza é a pessoa ter alma, ter coração, se preocupar... isso é bonito pra mim! Eu acho bonito quando alguém se preocupa com o outro... te dá um prato de comida... Quando essa geladeira tá cheia... é se preocupar se aquele vizinho, se aquela criança já comeu. Eu acho coisas assim diferentes que todo mundo acha, que a boniteza é aparência. Mas eu não acho. Por exemplo, o meu esposo não acho ele bonito (por fora), mas ele é bonito por dentro. Ontem mesmo ele comprou essa calça aqui, ó (me mostrou uma calça jeans que estava em cima do sofá) e deu pro menino, tá aqui pra ele vir buscar. Pro filho da Sergipana. Ele comprou e deu. Porque ele morava bem na frente de casa (na baixada)... [...] Eles eram amigos... então é saudade que ele (marido) sente dele (filho da Sergipana)... Ele mora aqui também... aí ele comprou... e é raro isso. E é coisa que ele se lembra de lá (da baixada). E é bonita essa calça. Então pra mim a boniteza não é exterior... é bonito você fazer uma coisa boa... ajudar alguém... e quando alguém tá doente ou tá preso não existe nada melhor do que tu visitar... como mãe assim... é muito ruim pra ti ir visitar... mas é bom levar uma comida, um refrigerante, um açaí... a mãe fica tão feliz! Eu ajudo... Uma pessoa tá no hospital, é tu fazer um kit... tu coloca uma escova, sabonete, um pente... (sorri) uma toalha... uma coisa assim, que não vai pesar pra ti. Ou ainda 'a senhora vai pra onde?' 'vou pro hospital', 'olha, eu vou te dar 10 reais pra pagar o seu transporte'. Isso é bonito tu ajudar as pessoas .

A “boniteza” do mundo de Maria é real porque ela vive para esta condição, onde sua existência pode ser de incertezas materiais, porém, para ela, jamais existencial. A “boniteza”, pois, se mostra em narrativas onde a fronteira simbólica de ser e estar no mundo localiza-se na boa ação, num sentido ao seu mundo social e pessoal, numa representação a um imaginário cotidiano que sempre se ressignifica fundamentado em Deus, na igreja evangélica e na redenção familiar.

CAPÍTULO 4 – Compendo vidas e práticas sociais no conjunto habitacional: O cotidiano das mulheres etnobiografadas e as configurações de formas, táticas, resistências e subjetividades no espaço da nova morada

“Mudaram as estações
Nada mudou
Mas eu sei que alguma coisa aconteceu,
Está tudo assim tão diferente...” (Renato Russo)

Perder a casa, os pertences e a lembrança de uma longa trajetória, usurpadas pelo fogo cruel que queima histórias sem dó nem piedade, dói. Sufoca. Angustia. Perder todos os bens físicos, as relações sociais e as vivências de toda uma vida e depois não ter para onde ir gera sofrimento e sentimento de humilhação. Perder tudo que se tem e morar num lugar sem nada, onde há apenas um colchão no chão e uma trouxa de roupas doadas ao lado, ao lembrar de tudo que já se teve e que não se tem mais, dá um nó na garganta. Perder a casa e tudo o que se valoriza, e ter que morar em co-habitação em um lugar minúsculo, sem móveis e lotado de gente, estressa, agonia, ocasiona discussões homéricas e feridas ditas que cicatrizam mas marcam para toda a vida. Tudo isso se amplia com a falta de dinheiro, de trabalho, de estudo, de bom senso do outro.

As famílias que residiam na Baixada Perpétuo Socorro, com o incêndio que devastou o local, perderam tudo, passaram por abrigos e alugueis sociais e neste período, até a ida de cem famílias para o conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, estavam no ápice do sofrimento social e das relações de conflito com o Estado como um todo. Estas relações conflituosas envolviam a estrutura municipal, estadual e federal, que agenciava formas de poder exercidas sobre estas pessoas ratificadas em ações e práticas sociais. Por outro lado, as famílias afetadas pelo fogo respondiam com outras práticas sociais, sobretudo práticas de resistência, para a sobrevivência frente a estes infortúnios infligidos pelo sistema indiferente a eles. Receber uma casa significava ter dignidade. Apesar de muitos novos problemas só se tornarem visíveis, vividos e praticados com a entrada da família no novo lar.

Carnaval de 2014. Final de fevereiro. A Caixa Econômica Federal começou a liberar as primeiras casas no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos para as famílias oriundas do incêndio na Baixada Perpétuo Socorro. A maioria das habitações já estava

terminada e os moradores até então – que já moravam no conjunto – pertenciam a diferentes lugares da cidade, muitos vindos de baixadas, que haviam se inscrito no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e passado por uma longa triagem envolvendo averiguação de dados e investigação da vida econômica. O projeto deste conjunto é uma parceria entre Prefeitura Municipal e Governo Federal, especificamente com Caixa Econômica Federal, através do programa Minha Casa, Minha Vida, com habitações destinadas a famílias com renda mensal até R\$1.600,00. Segundo divulgação da prefeitura o conjunto custou R\$20.590.987,81 (CHICOTERRA.COM, 2013). Estas residências são chamadas pelo Estado de “Casa Embrião”, ou seja, a casa é entregue ao morador com sala e cozinha conjugados, dois quartos e um banheiro, todos os ambientes com portas, janelas e piso. Há uma pequena área de serviço atrás da casa, com uma pia para lavar roupas. Há um espaço aberto para colocar a máquina de lavar roupas, mas a maioria dos moradores coloca este eletrodoméstico dentro do banheiro, em função do medo de furtos. Com relação a “casa embrião”, cabe aos moradores, segundo as regras do programa governamental, aperfeiçoarem a residência com forro e com as demais benfeitorias, como grades nas portas e expansões na frente e atrás da casa, que tem espaço para a ampliação da residência ou construção de pátio e garagem. No entanto, no início a estrutura, o sistema, o Estado como um todo, impôs a cada família vinda do incêndio Perpétuo Socorro – assim como para os demais moradores cadastrados no programa – um pagamento pela casa em valores que se alteram em pequenas quantias, mas que chega até 5.300 reais pela casa, valor pago em 10 anos. As parcelas/giram em torno de 53 reais por mês para cada família. Mas tem gente que pagava/paga menos de 30 reais. No entanto, na metade de 2014, governo do Estado e prefeitura perceberam o erro que cometeram com as famílias oriundas da “área do sinistro”: segundo afirmação de um profissional do alto escalão da Caixa Econômica de Macapá, por pura inexperiência de nunca ter lidado com uma situação de risco e de incêndio como esta antes, eles cobraram pela residência, isentando apenas aquelas pessoas que não se encaixavam no programa, e que era apenas oito famílias. Posteriormente perceberam que “famílias vulneráveis”, em casos de sinistro, em desastres humanos e ambientais, não pagam suas residências. Mas até ocorrer esta resolução os moradores enfrentaram o governo em diversas situações, como será evidenciado adiante.

Prefeitura e Governo do Estado do Amapá doaram (e ainda estão em processo de doação) 500 casas em três conjuntos habitacionais. A defesa civil apontou 250 grandes famílias na área do incêndio e os programas governamentais definiram a entrega de duas

casas por núcleo familiar. Famílias que possuíam mais casas na área precisaram comprovar tal situação com a entrega de documentação. Das 500 habitações, 100 casas foram doadas no Conjunto Oscar Santos, que tem 528 residências; 262 no conjunto Macapaba, com 2.148 unidades habitacionais (destas, 80 casas para os prédios do Macapaba I e 182 para o Macapaba II); e 140 para o Conjunto São José, no centro da cidade. No entanto, até outubro de 2016 ainda há as 182 unidades habitacionais do Macapaba II para ser entregues, com estimativa de finalização da construção deste conjunto habitacional em dezembro de 2017. Muitos moradores fizeram tentativas de invadir a área do incêndio em função dos atrasos no aluguel social e das dificuldades econômicas⁷¹. Algumas famílias – que vivenciaram o evento crítico e outras que se passam por “vítimas”, mas que não residiam no local – ocuparam a antiga feira da Ana Nery, hoje praticamente abandonada pelos feirantes e tomada como residência. É um espaço sem saneamento básico e com perigosas irregularidades e informalidades nos cabeamentos elétricos que levam luz elétrica aos moradores⁷². Numa das últimas tentativas de ocupação no espaço que pertencia a Baixada Perpétuo Socorro, no final de novembro e início de dezembro de 2015, 20 pessoas, representantes de famílias, entraram na área fechada com tapumes pela defesa civil e chegaram a marcar os territórios de suas novas casas, no entanto a polícia ambiental os proibiu de continuar a invasão. Alguns dias depois, segundo estimativas da imprensa, em torno de 280 famílias (inclusive especulase que muitas famílias não residiam no lugar anteriormente) tentavam invadir o local. Houve até troca de tiros, segundo moradores vizinhos à área, que residem na travessa Augustinho⁷³.

No que se refere ao conjunto Oscar Santos, em torno de 70 famílias mudaram-se no feriado do carnaval de 2014, 20 já tinham recebido as chaves do imóvel, mas ainda

⁷¹Os dados para a citação destas informações são oriundos de minhas entrevistas com representantes do governo, da prefeitura e da Caixa Econômica Federal, e também dos websites e assessorias de imprensa da Prefeitura Municipal de Macapá (www.macapa.ap.gov.br), Governo do Estado do Amapá (www.amapa.gov.br), Jornal do Dia (www.jdia.com.br), Jornal A Gazeta (www.jornalagazeta-ap.com.br), Portal de Notícias G1 (g1.globo.com/ap/amapa/), Portal de Notícias Seles Nafes (selesnafes.com/) e Portal Chico Terra (www.chicoterra.com).

⁷² Informações conforme matéria veiculada pelo G1 do Amapá, intitulada “Vítimas do incêndio que atingiu 250 casas correm risco de novo acidente”, em 23 de outubro de 2016, em alusão aos três anos do incêndio. A matéria relata que a Companhia de Energia do Amapá (CEA) fez um alerta sobre os riscos de novos incêndios em função dos cabeamentos irregulares. Disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/10/vitimas-de-incendio-que-atingiu-250-casas-correm-risco-de-novo-acidente.html?utm_source=twitter&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar

⁷³ Informações in loco com moradores e também através dos websites www.selesnafes.com (<http://selesnafes.com/tag/perpetuo-socorro/>) e www.g1amapa.com.br (<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/12/no-ap-vitimas-de-incendio-ameacam-invadir-area-por-falta-de-beneficio.html>)

não haviam se mudado e 10 casas ainda seriam sorteadas para 10 famílias. As últimas 10 famílias do Oscar Santos receberam a chave de suas casas no dia 09 de maio de 2014, véspera do dia das mães.

A partir de então se iniciam trajetórias de recomeço, de processos de reconstrução do eu e de suas subjetividades, depois de um marco de sofrimento na vida de 100 famílias que migraram para o longínquo Bairro Ipê, no conjunto Oscar Santos. Se iniciam agências de reconfiguração das práticas sociais e de resistência. Passou a existir um novo modo de vida para estas pessoas, com novas conveniências (MAYOL, 1996), no que se refere a contribuições e normas para vida coletiva, além de diferentes práticas culturais e sociais. Aliás, estas práticas se tornam decisivas para a ratificação da identidade do grupo no novo lugar de moradia. Os trâmites do café da manhã, a distância para o trabalho, o uso do transporte público, a mudança no cotidiano, as alterações alimentícias em função da distância do lugar, as novas opções de festas e integrações sociais passam a ser um mecanismo tático e de resistência para se manter em constante jogo de apropriação do espaço e busca por respeito e consideração. Este capítulo se debruça sobre como ocorreu a reconfiguração das práticas sociais dos moradores que passaram a nutrir-se de novas práticas de resistência frente ao Estado. O capítulo pretende esmiuçar quais são as novas práticas de resistência e também as diferentes práticas do cuidar de si, embasado na noção de pessoa, partindo das etnobiografias de Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria. A discussão teórica para este capítulo está embasada em Veena Das, Michel de Certeau, Michel Foucault, Márcio Goldman, e Leonardo Sá.

1. O ipê Florido, as ruas feitas de músicas e casas de partituras: O espaço do Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos

O bairro, afastado em torno de 20 quilômetros do centro de Macapá, na zona norte da cidade, tem nome de flor: Ipê. Criado há poucos anos, oficializado no mapa urbano de Macapá em 2013, o bairro é acessado de um lado pela AP-70, que liga o centro da cidade à rodovia do Curiaú, área quilombola e de proteção ambiental e por outro na BR 156, próximo ao km 3,9 onde se localiza o conjunto habitacional Macapaba. Estima-se uma população de 30 mil pessoas no bairro, que ainda possui características de cidade interiorana, com algumas ruas de chão batido, ruas calçadas com pedras, e a maioria com piche que forma um asfalto de péssima qualidade. O bairro é repleto de pequenos comércios, com lojas de roupas e espécies de baiucas, chamados de “minibox”, onde se

vende de tudo um pouco, onde o cliente é atendido pelo próprio dono. Os miniboxes do Amapá não deixam de dar a impressão de que o espaço perde a gravidade, no que se refere a coisas penduradas no chão, no teto, nas laterais, paredes, portas, janelas, grades e até no teto. Há produtos para vender em todos os espaços do minibox, doces, sabão em pó, cerveja, pinga, biscoito, leite, papel higiênico, materiais de construção. Parece que entramos em outra temporalidade, num tempo e num espaço específico a um lugar praticado. O Ipê também é espaço praticado de escolas públicas, muitas igrejas evangélicas, lan-houses e açougues. Nas entradas do bairro vêem-se muitas árvores nativas, e no percurso inteiro do bairro não se vê prédios, apenas casas.

O Conjunto Habitacional tem nome de músico: Mestre Oscar Santos⁷⁴. Inaugurado em 08 de novembro de 2013, localiza-se no Bairro Ipê pela entrada da rodovia do Curiaú. Seguindo na rua principal sentido centro-zona norte, acessa-se a rodovia do Curiaú e em seguida a entrada ao bairro Ipê, cuja marca principal dos moradores é a “Borracharia Ipê”, uma pequena borracharia de esquina, cuja placa amarelo ouro evidencia a entrada do bairro. Alguns metros adiante a primeira zona de acesso ao Conjunto Oscar Santos, que possui quatro entradas pelo lado de entrada do bairro, uma a alguns metros de distância da outra. Há ainda entradas pelo lado oposto, porém com uma área de difícil acesso até a rodovia, logo, a maioria das pessoas entra e sai do conjunto por este acesso.

Na descrição espacial do conjunto Mestre Oscar Santos, a pé ou usando meio de transporte, se acessa o local pela rodovia do Curiaú, como sempre fiz (já que a distância é muito maior pela BR 156 e é necessário atravessar todo o bairro. Só faz este trajeto quem vem do outro lado da cidade), entra-se no conjunto pela alameda Andorinha. Alguns metros à frente, à esquerda, pequeno, mas em tamanho real, mestre Oscar Santos, através de seu monumento, dá as boas vindas recebendo a todos com música, nem que seja nas práticas de nomeação da rua e das alamedas do conjunto e nas práticas artísticas do monumento que segura uma flauta. Estas práticas não foram feitas pelos moradores, e sim “impostas” pelo design gráfico e de ambientes do conjunto. Infelizmente, a maioria das pessoas ali não sabia quem era Oscar Santos. Alguns se interessavam por ele, outros

⁷⁴ Centenário músico paraense radicado no Amapá. Nasceu em 1905. Foi autodidata e o mais intenso professor de música do Amapá, fazendo parte inclusive do Conservatório Amapaense de Música. Tocava os mais variados instrumentos de sopro e de cordas. Na entrada principal do conjunto, na primeira rua de acesso de quem dobra na Rodovia do Curiaú rumo ao bairro Ipê, há uma pequena estátua – em tamanho real – de Mestre Oscar Santos tocando flauta. Em dezembro de 2014, com um ano e um mês de conjunto foi furtada a flauta tocada pelo músico e amputado um de seus dedos. Os moradores vindos do incêndio do Perpétuo Socorro foram acusados de tal feito, precisando tomar corpo – em forma de prática discursiva de resistência – para provar sua inocência.

preferiam ouvir um brega. Passando pelo anfitrião, na Alameda “Andorinha”, cuja música que nomeia a alameda é de composição do próprio maestro, à direita entra-se na Rua Sentinela Nortente, esta a principal do conjunto e a única que ganha nome de “rua”. Ela recebeu como nome o título da canção escrita pelo cantor amapaense Osmar Júnior. É a rua mais larga e mais comprida. É ela que dá acesso à outras 12, das 15 alamedas do conjunto. Estas seguem para as direções, à esquerda e à direita, com o mesmo nome da alameda de um sentido ao outro. Todas as ruas recebem nomes de letras de músicas compostas por compositores nascidos ou criados no Amapá. Como Toada Cabocla (de Marcelo Dias e Miguel Junior), Floração (Magnus Araújo), Doce Cantar (Ana Martel), Tarumã (Amadeu Cavalcante), Sereia dos rios (Rambolde Campos), Bacabeira (Enrico e Joãozinho Cleverson), Pedra negra (Fernando Canto), Luz do mundo (Manoel Corneiro e Roneri), Pérola azulada (Zé Miguel e Joãozinho Gomes), Minha cidade (Bebeto Nandes), entre outras. Todas as vias de tráfego são asfaltadas e milimetricamente sinalizadas no asfalto, porém em alguns casos, entre uma alameda e outra há um grande desnível no solo, fazendo com que os veículos automotores tenham que passar muito devagar para que a parte de baixo do carro não bata no desnível. Há muitas reclamações, no entanto, por outro lado, obriga aos condutores a redução da velocidade. Apesar das reclamações, são raros os carros que transitam no conjunto. Alguns moradores possuem carros. Muitos motos e bicicletas. Há outros carros que transitam diariamente pelo conjunto, como as viaturas policiais, por exemplo. Exceto três alamedas (cuja rua começa e termina em pequeninos trechos), todas as outras vão ao encontro da Rua principal Sentinela Nortente.

No conjunto Oscar Santos não há nenhum prédio. Há um desnível do telhado em todas as casas. Até a porta da casa o telhado é maior. Após a porta de entrada, há um telhado que sai debaixo da aba do telhado anterior. Todos feitos de telhas de barro. Portas e janelas são uma mistura de ferro com alumínio e não são pintadas. O chão é todo lajotado. Há um elemento simbólico de coerção: ao lado de todas as janelas há o contador de energia da Companhia Elétrica do Amapá (CEA). Na frente de cada casa foi plantada uma árvore, mas muitos moradores a arrancaram para construir garagens ou pátios ou a deixaram morrer por falta de cuidados. Em cada esquina, dos dois lados da



Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos. Foto: Divulgação Prefeitura Municipal de Macapá. Publicada em: www.chicoterra.com.br



Mestre Oscar. Fotografia de parte do monumento, criado pela Associação Macapaense de Artesãos e Artistas (Amaarte). Monumento confeccionado em fibra de vidro com pintura metálica. Foto divulgada em www.alcinea.com.

rua, há uma placa vermelha com o nome da rua e abaixo outra plaquinha com uma rápida explicação da música e sua autoria⁷⁵. As ruas são largas, possibilitando práticas esportivas para as crianças e também o ir e vir de carros que unem fé e finança, pois alguns entram no conjunto para pregar a palavra de Deus e ao mesmo tempo vender pão francês, peixe, legumes, entre outras coisas. Lá o senhor que sempre leva alimentos em uma pequena caminhoneta é chamado pelos moradores de “homem do pão”. Há no conjunto habitacional muitas famílias que abrem o próprio negócio em suas casas: Além dos salões de beleza, pequeninas lojas de roupas, vendas de salgadinhos fritos; há o Minibox SS, na rua principal, de propriedade de uma família com 11 pessoas. Eles abriram o minibox – que vende papel higiênico, azeite, cachaça, margarina e biscoito – para aumentar a renda da família e poder construir um anexo na casa com mais dois quartos. Há também uma família que abriu uma tenda pequena com vendas de frutas, outros que abriram um pequeno bar – um inclusive com mesa de sinuca -, mulheres que prestam serviço de corte e costura e homens que consertam materiais eletrônicos. Não há padaria no conjunto, apenas uma em frente à principal parada de ônibus na frente do conjunto, mas até hoje não ouvi nenhum morador falar bem da padaria, principalmente no que se refere à qualidade do pão.

Havia, na rua principal, um grande “buraco”⁷⁶, que praticamente divide o conjunto Oscar Santos em dois lados. Este “buraco”, categoria nativa de meus interlocutores, ou em palavras mais prósperas ao sistema estrutural, este “espaço” foi destinado a construir uma área de lazer, envolvendo uma praça e/ou quadra de futebol e/ou basquete. Enfim, uma área destinada à prática de esportes para a comunidade. Mas muitos como Maria de Jesus e Fernandes sonham em ter, no espaço, um posto de saúde e um posto policial. Por enquanto o espaço permanece vazio, inalterado, com o crescimento de ervas daninhas. Muitos moradores também utilizam o espaço para jogar lixos. No entorno há muita sujeira, lixos espalhados e cachorros famintos farejando comida.

Pela entrada do conjunto através da Alameda Andorinha, a maioria das casas das pessoas que moravam na baixada Perpétuo Socorro está localizada após o “buraco”. Ou seja, entre o buraco e o descampado final, vista da casa de dona Maria de Jesus na alameda “Minha Cidade”, a última do conjunto. Em ambos os lados do espaço vago há casas enfileiradas. Como já foi dito, as várias alamedas deste trecho, exceto três alamedas,

⁷⁵ Por ocasião da inauguração do conjunto, houve a entrega de um DVD com um breve documentário do conjunto com a participação de todos os compositores homenageados.

⁷⁶ Em 2016 foi construído no espaço um campo de futebol de areia.

levam a rua principal Sentinela Nortente. Esta, como diz dona Maria de Jesus, é a “avenidona principal”. À direita ruma-se para a frente do conjunto. Atrás do buraco há dois últimos blocos de casas e atrás do conjunto um campo de futebol sete que a prefeitura fez em outubro de 2015. Este é de areia e faz muito sucesso entre os homens, que organizaram desde então um campeonato de futebol do conjunto Oscar Santos. Há também uma seleção do conjunto que enfrenta outros times da cidade no campeonato municipal. Um dos líderes é Rogério, genro de Maria de Jesus. Na parte oposta à entrada, na Rua Minha Cidade, na esquina, há um pequeno centro comunitário, que na maior parte do tempo permanece sem atividade, ocupado apenas pelas crianças que brincam em sua sombra.

De novembro de 2013 até hoje, houve muitas mudanças no conjunto habitacional. O conjunto e suas casas foram entregues limpos e pintados, com árvores plantadas, e um monumento em tamanho real do mestre Oscar Santos, porém muitas casas foram entregues danificadas ou incompletas. Os moradores solicitaram os reparos ou o término das residências. A maioria dos reparos foi realizada. Os moradores também reclamaram até o início de 2015 de falta de água diária, em função de um frágil sistema de água construído pela empresa que venceu a licitação, a Vex Construtora, uma vez que não há poços artesianos e a água tratada da Caesa (Companhia de Água, Esgoto e Saneamento do Amapá) ainda não é utilizada no conjunto.

Por outro lado, desde que meu campo migrou para o Oscar Santos, o conjunto como um todo mudou a cada dia, numa clara manipulação dos espaços impostos (DE CERTEAU, 2014, p.81). Todos os dias havia mudanças no conjunto: árvores arrancadas, como na casa de Julio; construções de garagens, como na residência de Maria de Jesus; construções de “puxadinhos” para a parte de trás ou da frente de casa, como na casa de Diomira e Ramiro; com a edificação de mais quartos para famílias grandes, como na casa de Mari; ou apenas a confecção de alto muro no entorno da casa, como muitas casas da “avenida principal”, como a de esquina de propriedade de um policial. Os muros variavam de concreto, como na garagem de Maria de Jesus, a todos os tipos de madeiras, como na casa de Vitória na alameda “Pérola Azulada”. Casas limpas, casas sujas. Casas com gramado, casas com terra batida em frente, casas com ervas daninhas muito altas. Casas pintadas, casas que perdiam sua cor em função dos reparos na residência, ou devido às grades pesadamente cimentadas por conta própria pelos moradores. Casas em que grossas porções de cimento estão por cima das cores da casa. Casas com portões eletrônicos – daqueles que os moradores acusam ser “ricos” para morar em conjunto – e casas com

portões de ferro manuais ou portões de madeira. Lixeiros novos, ruas pintadas com giz pelas crianças, algo quebrado ou consertado. Todos os dias o conjunto se transmutava, vivia, pulsava, criava as suas práticas cotidianas de vida, sociabilidades e resistências, que se ratificava na luta pela apropriação do espaço e contra a estigmatização sofrida por estes moradores. Estas transmutações tem a ver com a procura por assumir um lugar neste espaço e nas redes de relações que se formam a partir deste lugar praticado. As trajetórias de vida das mulheres agenciadoras destas práticas sociais são resultado de suas subjetividades relacionadas ao espaço, num cenário onde se prolongam e se propagam os espaços de dentro (MAYOL, 1996; FOUCAULT, 2013), onde os pertencimentos e enraizamentos tomam corpo – e alma – entre sonhos, desejos, paixões, atitudes, valores criados. No espaço social do conjunto as pessoas passam a produzir subjetividades que tem a ver com sentimentos de novas relações com o tempo e o espaço, já que sua moradia anterior era um lugar de passagem (MAYOL, 1996; AGIER, 2011) ou um não lugar (AUGÉ, 2012), com espaço e tempo próprios de uma rua sobre a água que foi fechada pelos moradores para a construção de moradias. Já o Oscar Santos, figurado em atitudes mentais dos seus moradores – em permanente exercício de introjeção para aceitar o novo lugar de moradia – não deixa de abalizar o que Agier (2011) escreve sobre o conceito de região moral de Robert Park, no sentido de que os “moradores” do conjunto Oscar Santos procuram e querem construir significados no novo lugar de moradia, numa significação de enraizamentos, identidades, valores, trajetos percorridos no espaço urbano protagonizado, agenciado, por atores sociais ativos e repletos de expectativas. No entanto, hoje os significados existentes sobre o conjunto ainda marcam passado e presente com coação e violência simbólica no tempo e no espaço, no sentido de moradias prontas e estipuladas, cumprimento de normatizações impostas pela construtora e pelo Estado, entre muitas outras situações que ainda serão evidenciadas. Estas circunstâncias geram nos moradores uma vontade íntima, um desejo, um espaço amplo e múltiplo de dentro, uma subjetividade de voltar ao espaço da baixada, onde o sentimento e a sensação de liberdade e autonomia eram maiores. Porém, este retorno ao Bairro Perpétuo Socorro é visto como uma utopia, uma página virada. No conjunto, os moradores passam a introjetar ideais de comportamentos e criar valores próprios – inclusive em aprofundar laços de pertencimento e amizade com famílias oriundas do Perpétuo Socorro, o que revela uma trajetória de pertencimentos consolidados no bairro central e reforça estigmatizações no conjunto habitacional – para uma vida a ser percorrida no conjunto habitacional.

Na perspectiva dos ex-habitantes, hoje, a volta da moradia na Baixada Perpétuo Socorro é uma utopia, pretendida em sua maioria por aqueles que viviam da ilegalidade como o tráfico de drogas. Muitos destes não se cadastraram na Caixa Econômica Federal para a aquisição da casa própria e os vizinhos nunca mais os viram. Outros que ainda cogitam uma volta é em função da pertença aos equipamentos centrais, das facilidades do ir e vir e de informalidades como o não pagamento de água e luz. Alguns moradores do local fecharam suas casas e foram morar com parentes, em casas mais próximas ao centro, e muitas famílias venderam suas casas em uma transação ilegal. Inclusive em julho de 2015 houve uma mobilização entre Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal, nos sábados do mês, para realizar um recadastramento dos moradores e retomar casas de moradores ilegais. De acordo com informações divulgadas pelos órgãos oficiais e reiteradas pela mídia, 09 famílias perderam suas casas por terem vendido ou alugado o imóvel e outras três situações estavam sendo analisadas (SELESNAFES, 2015). Nestes casos perdem suas casas quem vendeu e quem comprou e estas casas ficam disponíveis para um novo sorteio de novos moradores cadastrados no Minha Casa, Minha Vida. Eu mesma, em uma pesquisa, e nas idas diárias ou a cada dois dias ao conjunto, encontrei mais de 20 casas fechadas, no entanto não havia como comprovar há quanto tempo as famílias estavam ausentes de sua residência. A maioria dos vizinhos sempre confirmava a ausência, já que aqueles não eram “bons vizinhos” na ótica deles.

Logo, a casa no conjunto habitacional é uma realidade e um direito, mas, para eles, ainda com um mínimo de certeza, respeito e reconhecimento; em função das constantes dificuldades vividas devido à situação econômica vulnerável. O novo lugar



Rua Sentinela Nortente. No segundo quarteirão visto na foto há, em frente, um grande espaço chamado de “buraco”, onde há promessas de um empreendimento futuro. Foto divulgação da Prefeitura Municipal de Macapá. Divulgada em www.selesnafes.com.



Rua principal do conjunto Mestre Oscar Santos: Sentinela Nortente. Foto: Roberta Scheibe

de moradia já marca a vida social das novas e atuais práticas, táticas e resistências vividas pelos moradores do conjunto Oscar Santos. Este recente local de moradia abre espaço para outras formas de pertencimento e também novas configurações do tipo estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) dilatadas nas maneiras de sociabilidade e nos conflitos sociais. Moradores que chegaram primeiro e que não são da Baixada Perpétuo Socorro – mesmo que tenham vindo de outras baixadas – sentem-se os “estabelecidos” no lugar. Mas, com o tempo, quem serão os novos estabelecidos do Oscar Santos? Os estabelecidos serão os moradores há mais tempo no local? Aqueles com mais condições financeiras? As pessoas com emprego formal e ensino superior? Aqueles que detêm a força física? Por enquanto, depois de um período de transição, ocorre a formação de novas redes de moradores em outras territorialidades, em que quem “vem da queimada” é o estigmatizado, o “outsider”. Por outro lado, os “outsiders” tomam como referência a memória do deslocamento forçado, onde se aprende a introjetar um novo lugar e a viver com as intempéries da vida, “se acostumar com o novo lugar”, “com o tempo vamos ter tudo aqui perto de novo”, “moramos lá há 30 anos, temos muita saudade daquele lugar, mas era uma bomba que podia estourar a qualquer momento”, “aqui a casa é nossa, podemos fazer um puxado”, “Esta casa tem escritura” e “eu acordo todo dia e olho para esta vista maravilhosa”. Segundo a maioria, “aqui agora é a nossa casa”, num claro sinal de reconfiguração e projeções mentais das práticas de cuidado de si (FOUCAULT, 2010) e também numa demarcação de espaço de reterritorialização, num ambiente com população nortista vinda de todos os lados de Macapá – incluindo diferentes áreas alagadas. Estas famílias fazem parte de um grupo que continua a se movimentar e mobilizar na luta por melhores direitos básicos em suas formas de vivências, onde há fluxos intensos de redes de sociabilidades, envolvendo perspectivas, expectativas, sonhos, desejos, crenças, intrigas, táticas e resistências...

2. O reger do maestro: Uma sinfonia de redes de sociabilidade e práticas significantes no espaço social do Oscar Santos

A vida social é a efetiva composição dos moradores do conjunto. É neste ambiente que a vida pulsa, a criatividade exacerba. Alguns saem para trabalhar, para fazer bicos, mas agora, a intensidade desta socialidade, acontece dentro da área territorial do conjunto habitacional Mestre Oscar Santos. Ali/aqui a vida flui: nas ruas, nas calçadas, nas casas,

na frente das casas, no campo de futebol, no centro comunitário, nos bares internos ao lugar, no “homem do pão” que passa vendendo de tudo um pouco e pregando a palavra do Senhor. Ali pululam canções que endoidariam mestre Oscar Santos, no sacolejar do brega tradicional, do tecnomelody, nas versões mais modernas de brega que se possa imaginar. E as festas são regadas desta musicalidade, que ocorre entre notas musicais, som alto, parafernália eletrônica, cerveja, churrasco, vatapá, maniçoba, bolo, danças e palavrões, entre agências e agenciamentos masculinos e femininos, na prática ordinária com mil maneiras de fazer (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996). “Ei caralho, tu tá doido?!”, “Fooodda-se, caralho!”, “Pega-te porra, toma-te caralho!”, “Égua, mano, fôlego, porra...”; palavrões ditos entre bebidas, jogos de dominó, danças sensualizadas de brega, suor, álcool, alegria. Mas estas festas nem se comparam com a intensidade da baixada. “Ixi... lá era muito pior. Lá, mana, ninguém dormia. Era três dias sem ninguém dormir”, revela Maria, rindo, que agora mora na “avenidona” Sentinela Nortente. “Povo de baixada, mana... não tem conversa”. Mas dona Maria de Jesus, a matricarca da família, que mora do lado oposto de Maria, já diz: “é, mas aqui como diz o nome, nós estamos em um ‘con-jun-to há-bi-ta-cio-nal’!!!! O homem da Vex (construtora) já veio aqui e já disse pra gente que isso aqui não é baixada. Tem que respeitar o vizinho. Tem limite pra som”. Na baixada, pelo que contam os relatos de outrora, o cotidiano era uma “operação de produzir” (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 18) no espaço, que, com a inexistência do lugar praticado de antes, é revivido no imaginário e na recriação da memória subterrânea. Sobre as pontes de madeira o céu era o limite para o brega e o estrondo das caixas de som imensas, de mais de dois metros de altura, onde tremia caixa, ponte, barraco, copo, cerveja. Na segunda-feira muitas pessoas não trabalhavam. No conjunto não. “Aqui tem que ter limites. Som, até meia-noite no máximo. Depois tem que baixar o volume. Aqui polícia circula pelo meio do conjunto. Na baixada polícia nem sempre entrava”, diz Maria.

Pois o conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, assim como outros conjuntos habitacionais em Macapá, ou como outras baixadas da cidade, é um lugar praticado por trabalhadores precarizados, assalariados ou não, que vivem de trabalhos de bicos, auxiliares de limpeza ou de pedreiros, pessoas que trabalham em construções, domésticas, lavadeiras, cozinheiras, garçons e garçonetes, diaristas, professoras, técnicos em enfermagem e agentes de saúde, operários e aposentados. É lugar de poucos assalariados presos ao horário comercial de seu trabalho, é espaço vivo de pessoas que tecem a própria vida, que costuram seu tempo social de vida e obra, que criam a partitura de sua

existência. Aqui é lugar de pessoas de bem com a vida, muitas redes de agentes despreocupados com o dia de amanhã, cujo foco é no “viver o hoje”, comer bem, descansar, deitar-se em redes que embalam ao ritmo do vento intenso que bate no Oscar Santos. As casas, de janelas abertas, não carecem ar-condicionado ou ventilador. Como diz Maria de Jesus: “Menina aqui tem um veeeeeento! (fala lenta) Um vento, um vento um vento! (Fala muito rápido) Mas pensa no veeeeeentooooo!! (Fala lenta novamente)”. O vento bate forte e embala redes, desejos, pensamentos, embaça o olho de poeira e às vezes de lágrimas que lembram da outrora brisa do rio Amazonas próximo a baixada.

O apego ao lugar de moradia no Bairro Perpétuo Socorro era muito forte. “As meninas sempre vão pra lá ver amigos e vizinhos. Às vezes me pedem um dinheiro para o ônibus”, diz Maria. Lá tinha comércio, posto de saúde, escola, peixarias, feiras. No conjunto, ainda falta tudo. “Isso não é frescura não, não é querer, isso é necessidade”, reclama Maria, sobre a falta do que os moradores consideram como estrutura fundamental: Posto de saúde, escola, comércio, padaria. E enquanto estas necessidades não chegam, falar sobre “a falta delas” faz parte do cotidiano das pessoas. Fomenta as práticas de rodas de conversas e os discursos de Fernandes. Esta, que mora na alameda “Pedra Negra”, arqueia a sobrancelha e diz: “Esta padaria é uma porcaria! Não tem nem pão careca. Desde que me mudei pra cá só como bolacha no café da manhã”, reclama. “Por esse aspecto era muito melhor lá, porque o pão era quentinho, a gente comia junto, tinha tudo ao redor (panificadoras, feiras). Aqui não tem nada. Só bolacha. Eu queria muito vir pra cá, mas agora já tenho o sonho de ir para outro bairro que tenha mais comércios por perto... mas não sei se vai dar”, diz. “Tenho o problema da minha visão, não enxergo direito, e tenho que ficar mendigando carona e ajuda por aí. Se eu fosse pra um lugar que tivesse coisas mais perto eu poderia ir a pé”.

Muitos dos moradores sentem como se estivessem “mendigando” alguma coisa de outrem. Alguns se sentem bem, mas muitos outros humilhados, sem dignidade, em moradias de co-habitação, em alguns casos de até 15 pessoas em dois quartos, onde as redes de dormir são a salvação para muitas famílias, onde a tentativa de bicos pra levantar uma grana fica há uns 15, 20 quilômetros do centro, dependendo de onde se vai. Tem gente que não consegue sair de casa para fazer um “trampo”, ou um “bico”, porque não tem os R\$2,90 da passagem de ônibus. A população do conjunto é estigmatizada, não é reconhecida como digna na ordem social da cidade, que de modo geral se utiliza de representações simbólicas negativas qualificando como inferiores pessoas que residem em baixadas e conjuntos habitacionais: “tudo malaco”, “povo de baixada”, “pobres”,

“arruaceiros”; como se quem não morasse nestes lugares fosse melhor qualificado, com outras práticas sociais mais “dignas”. Os “estigmatizados”, por sua vez, criam práticas de agenciamento e de cuidado de si que gira em torno de táticas frente ao governo, frente aos “ricos”, “grã-finos”, “barões”, “bacanas”, “playboys”, que envolvem agenciamentos de resistência no que diz respeito a atitudes e comportamentos, boicotes e práticas religiosas que são sucumbidas a agências religiosas, sobretudo das igrejas evangélicas, que são as únicas a irem para o conjunto habitacional para promover cultos e encontros espirituais a fim de “resgatar almas” e preparar as pessoas para “aceitar Jesus” e ingressar em igrejas evangélicas. Estas práticas de frequentar igrejas pentecostais, “evangelizar” e “orar” se tornam entre as mulheres a principal prática de cuidado de si e prática cotidiana de prazer, desejo e diversão, dentro das imposições da ordem cultural da cidade. A religiosidade é a maior prática, tanto que quando pedi a minhas interlocutoras mais próximas para que escolhessem um pseudônimo para serem chamadas na tese, duas nomearam-se de “Maria”, referindo-se a “Maria, mãe de Jesus”, figura não sagrada para os evangélicos, mas profundamente respeitada por “ser a mãe do Nosso Senhor”, mulher perfeita, pura, amorosa, mãe ideal, esposa ideal, imaculada, “santa” e para elas sem sexualidade, tanto que isto passa a ser incorporado por elas, como veremos ao longo do capítulo.

Morar no conjunto Oscar Santos é elaborar uma prática do espaço-tempo com novas “maneiras de morar” (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996) que entoam um ritmo diferente das práticas de espaço do local de moradia interior (a luta para organizar a disposição dos móveis na casa pequena, onde colocar todos da família para dormir) e dedilham novos acordes subjetivos da noção de pessoa de cada um. São práticas de imaginação: Ser um intérprete da vida presente e um compositor de imaginar o futuro promissor para o lugar praticado, para um tempo em que o descampado se torne parte da metrópole, como quando dona Maria de Jesus olha para o descampado e diz “isso aqui no futuro vai ser tuuuuudo prédio”, na esperança de um futuro onde haja ideia de globalização, tecnologia, modernidade em engenharia de prédios, redes de sociabilidades, fluxo de pessoas, comércio intenso. Como diz Vitória: “Eu penso que aqui no futuro vai melhorar. Hoje não tem nada, mas em alguns anos aqui vai se tornar um bairro onde tenha tudo”. “Ter tudo” significa não viver na ansiedade de estar longe



Doce Cantar: Segunda rua principal do Oscar Santos. Foto: Roberta Scheibe



Residência de Maria de Jesus, logo após a mudança, em fevereiro de 2014. Foto: Roberta Scheibe

de postos de saúde, médicos, enfermeiros, escolas.

Para a comunidade do Oscar Santos, esta é a principal prática de preocupação. Postos de saúde, postos policiais e escolas. A padaria vem no segundo *hall* de preocupações. Logo, os moradores, ainda, intercambiam práticas de sentimentos com relação ao lugar, no que tange a gostos, expectativas e desejos na ordem da subjetividade. Ora o lugar amplia uma possibilidade de futuro, ora de solidão e abandono, como Fernandes cada vez mais rejeita as possibilidades e expectativas futuras e sente e vive a solidão. “Aqui não tem nada. Não quero muito papo aqui. Preciso educar minha filha e minhas netas. Preciso murar a casa. Fiz a besteira de comprar um rack em vez de murar a casa. Quero uma televisão dessas finas (LCD), mas se não mudar a casa (gradear para a segurança) amanheço sem a televisão”. Fernandes soa fatalista e repete falas como esta diversas vezes. Mas nas falas ásperas revela preocupações de uma pessoa sozinha, que muitas vezes precisa responsabilizar-se por suas netas. De uma pessoa carente e doente, quase cega de um olho, com erisipela, fortes dores de cabeça. A alegria é bater papo – no momento comigo, com Diomira e com a professora Michele – exercer críticas ao sistema e imaginar um futuro onde possa ter um “carrinho. Mas só um carrinho, não um carrão”, para levá-la aos passeios, balneários e à igreja. Ao tempo-espaço futuro Vitória destina suas energias espirituais. “Se Deeeeus quiser, eu vou conseguir dinheiro para cimentar aqui na frente (de casa), murar, fazer um telhado e fazer uma célula da igreja aqui. Em nome do Senhor Jesus!!” Morar no “Mestre Oscar”, como os “chegados” falam, é embrenhar em uma teia de significados, é resistir cultural, social e economicamente aos mandos e desmandos da ordem social que rasga partituras alternativas, confere ritmos, letras e passos de danças.

E a vida no “Mestre Oscar” já é, por si, um ato de resistência. É um brega frente às prescrições do pop e do MPB ou da MPA (Música Popular Amapaense), cujas músicas deste estilo dão nome às alamedas do conjunto. A “galera do Oscar” reivindica seus valores e seus estilos de vida, mas não na integração e na ordem de “uma comunidade”, imersa no que as estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2014) tentam lhes fixar, como BAUMAN e DONSKIS (2013) enfatizam, num sentido do incentivo do Estado em “retomar” o sentido de comunidade. Os moradores do Oscar Santos, até então, não estão preocupados em “retomar” este sentido, até porque eles não querem “se misturar”, abrir a sua intimidade para as pessoas. O que se quer é privacidade e relações negociadas, como a “célula” de Vitória. É uma relação micropolítica (Sá, 2009), que incide na tática para um estilo de vida confortável e informal, dentro de um contexto de imperialismo cultural

consumista, onde as relações sociais são o limiar de um processo de negociação que envolve uma fronteira de espaço público e privado e sobretudo uma moral econômica e social. Estas práticas envolvem inclusive formas de resistência ao Estado e ao outro, como veremos adiante.

Para entender as configurações do espaço no conjunto habitacional, é preciso entender a relação dos moradores com o conjunto e com seu lugar de pertencimento anterior, a baixada. O espaço na baixada foi criado e recriado por muitos anos. O tempo todo. Dez, vinte, trinta anos de reinvenção do espaço. As pontes, as palafitas. Tudo mudava, evoluía, transmutava. A casa, ou o barraco, não é um “objeto”, e sim, na acepção de Tim Ingold, a casa na baixada é – neste caso “era” – uma “coisa”, a que ele chama de “*parlamento de fios*” (INGOLD, 2007b, p. 5). O barraco na baixada é coisa porque tem vida própria, assim como o ímã do cigano em Cem anos de solidão (livro do colombiano Gabriel García Márquez (1998)), herança esta que o morador traz para o conjunto habitacional. O “Objeto” não tem vida. Não se remodela, não evolui, não se altera, não muda. A coisa se transmuta, se altera, se transforma em outra. É matéria, é forma. A casa da baixada é coisa. A casa no conjunto também é coisa. Ela se altera conforme o estado de espírito e o estado material de seus ocupantes. Como Deleuze e Guattari (apud INGOLD, 2012) escreveram, é necessário seguir os fluxos da forma gerada, no sentido de que tudo é matéria, é movimento, é variação. A forma gerada do barraco é o estado de sobrevivência. A forma elaborada do conjunto é expectativa. É a condição de ocupante da baixada que migra para o conjunto. A casa se delinea e se transforma conforme se tem verba, dinheiro, trabalho, material de construção e tempo para a mão de obra. É a criatividade do improvisado, nas palavras de Ingold, de construir a própria casa com as próprias mãos, levantar os tijolos ou enfileirar as madeiras, “emassar”, pintar. Esta é a trajetória das famílias e suas casas construídas na base do improvisado da água, da luz, da fiação, do banheiro.

É por isso que para Ingold estas práticas consecutivas e criativas não são conexões. São malhas de linhas que se emaranham e crescem. Como a música. A baixada era malha. Porque suas pontes e seus barracos tinham a vida própria de se modificarem conforme alguns tempos: tempo de dinheiro ganho para comprar materiais, tempo de folga para construir a própria casa com as próprias mãos, tempo de política para angariar alguns fundos para reformas, tempo de emprego para guardar dinheiro para a reforma futura. Estar na baixada é/era participar deste emaranhado de fios, é/era participar do processo de formação deste espaço que, conforme o tempo de moradia, se transforma em laços de

pertencimento de moradia onde se agrega valores morais estipulados em família, em amigos e com vizinhos. Como o valor da casa própria, do amigo-vizinho, das proximidades com o centro, da casa digna com móveis. Entre céu e terra há lugar para a conectividade e permeabilidade, ainda nas palavras de Ingold. É por isso que a casa se reinventava a cada novo puxadinho, as pontes se transmutavam a cada revitalização, o papagaio (ou a pipa) saía do estado de objeto para o de coisa ao ganhar vida quando ganhava o ar no meio do baixada; a bola que vencia movimento e sentido, o som que fazia os corpos alcançarem um outro estado mental.

O barraco é/era coisa porque ganhou forma de seus habitantes que estão inseridos num fluxo que dá forma, logo é necessário seguir o fluxo, fazendo com que a coisa se reinvente o tempo todo. E os moradores levaram toda esta mutação da “coisa” para o conjunto, através dos rastros, das trajetórias, das práticas, das recriações da memória, das resistências. Mutações que se tornam visíveis nos reparos da casa, nas brincadeiras com o papagaio (pipa) nas alamedas do conjunto, na bola no campinho ou o meio do “buraco”, entre outras práticas. Logo, a casa, no conjunto – assim como na baixada – nunca é finalizada. Ela está em permanente estado de reforma, fazendo com que os moradores continuem “seguindo adiante” a vida, suas relações e a coisa, formando um emaranhado de fios valorativos. A coisa que é própria, que é deles, que abriga a essência de uma vida que vive em ciclos. É por isso que, para Ingold, o significado de malha não é o de rede (Ingold, 2008, p. 210-211), num âmbito de conectividade. E sim dos rastros. Como a teia de uma aranha não é o resultado de uma conectividade e sim de seus passos, a malha é a trajetória da própria coisa e seus habitantes.

Quando os moradores do conjunto habitacional Mestre Oscar Santos dizem, repetidamente, que preferiam morar na Baixada Perpétuo Socorro e que, mesmo sabendo da qualidade superior das casas de alvenaria do conjunto, o barraco da baixada era o depositário dos pertencimentos de moradia e de consumo, mais uma vez amplia-se o conceito de Ingold sobre a malha e o seu significado voltado para os rastros de trajetórias e as coisas que transcendem suas formas. O conceito nativo do barraco em sua malha guardava e recriava o tempo todo experiências de vida em torno de sociabilidades como festas de final de semana ao som de brega, regado a cerveja e churrasco, lembrava o espaço de um “barraco de altos e baixos”, com uma sala ampla onde coubessem todos os eletrodomésticos comprados em 12 vezes no crediário de lojas populares. Lembrava a proximidade dos lugares centrais de sair da baixada, andar alguns metros e encontrar bares, supermercados, escolas, postos de saúde, lojas de roupas e padarias. Essa malha

cria e ratifica pertencimentos de sociabilidades e de consumo de uma classe proletária no seu espaço de moradia, mas que tenta reinventar este espaço – pelo menos em partes – e inserir nele as facilidades angariadas por um governo de características populares que proporcionou o acesso dos pobres ao mercado de consumo, em que “chegam na vez” de comprar e ter em suas casas móveis, eletrodomésticos e eletrônicos que há vinte anos só eram consumidos pelos ricos. É por isso que o barraco assombra os imaginários dos habitantes das casas do Oscar Santos porque lembram uma conquista social de evolução na qualidade de vida. A casa no Oscar Santos “é muito melhor, é toda de material. Mais segura. E é no chão, não tem rio embaixo. Aqui não fede como fedía na baixada”. Mas os corações permanecem presos ao Perpétuo Socorro: “Deus que me perdoe, eu sei que aqui tá muito melhor, minha casa é muito melhor, mas eu não sei... eu preferia lá. Lá na baixada... Na verdade eu não queria ter saído daquele jeito, enxotada pelo incêndio, perdendo tudo o que eu conquistei”, disse-me em uma roda de conversa Diomira, enquanto todas as outras mulheres da roda concordaram.

As casas no Oscar Santos são todas enfileiradas, arrumadas, esteticamente organizadas pelo padrão do Minha Casa Minha Vida; mas não tem “a cara” deles, e, com já dito diversas vezes, são longe do centro, distantes quilômetros de lojas de roupas, padarias, comércios populares, escolas e postos de saúde; e ali as casas são fundamentadas no chão, como sempre frisa dona Maria de Jesus ao bater seus pés no cimento, simbolizando a terra firme em que sua casa está plantada. Estar no conjunto representa estar em uma casa muito menor, em termos de espaço do que na área de ponte. Diomira, demasiada humana, avalia seus desejos. Não se tem como culpar desejos. Ela sabe que “racionalmente” o conjunto é melhor, mas está na sua ordem de desejo querer a baixada. São os desejos de segunda ordem que tem a ver com a reflexão de não poder mais racionalmente voltar para aquele lugar. Mas, sobretudo, o conjunto habitacional representa a perda de uma malha de mais de 20 ou 30 anos de moradia na baixada, numa completa sensação de humilhação e indignidade, onde as trajetórias de cada morador transitaram pelo bairro, pelas escolas, pelos postos de saúde. Ali fizeram amigos, conhecidos, parceiros. Ali eram estabelecidos e tinham “tudo o que os ricos têm”.

O conjunto habitacional representa uma queda no padrão social e na distinção do lugar de moradia mesmo que na prática, na qualidade da casa e de seu entorno, seja o contrário. O conjunto representa um distanciamento social, para eles. Como me disseram as adolescentes Teodora e Olívia:

Roberta – E vocês meninas (Teodora e Olívia) vocês preferiam morar lá ou aqui?

Olívia – Lá.

Roberta – Por quê?

Olívia – Porque lá é bom pra mim... (e ficou quieta... Diomira disse pra ela falar mais, mas ela não falou. Fernandes se mete na conversa).

Fernandes – Eu vou dizer qual é a das meninas... Tem muitas colegas que elas até tem um carro... mas o problema é o da gasolina. Eu perdi a maior parte das minhas amizades pra cá, elas não tão vindo. Quem vem ainda é a Hilda. Mas o resto não veio. Por causa da distância. E lá não, lá toda a hora tavam lá as amigas da Olívia, que eu via elas lá na casa da Maria de Jesus. Mas aqui... é esse problema...

Roberta – É isso Olívia? É por causa dos amigos? Ou porque tudo lá era perto?

Olívia – Os dois. Porque lá era melhor. E lá eu estudava pra lá. (Olívia e Teodora tinham 13 anos na data da entrevista, hoje têm 15. Elas falam muito pouco, pelo menos comigo. Só conversam entre elas. Elas estavam esperando uma moça do conjunto que faria “escova progressiva” no cabelo da Teodora).

Roberta – Você tá estudando pra cá agora?

Olívia – Sim.

Roberta – E você tá gostando da escola?

Olívia – Nãaaao.

Roberta – Por quê?

(silêncio)

Roberta – Por causa dos amigos?

Olívia – É...

Teodora – Eu gostava de morar lá porque era tudo perto, mas aqui... eu gosto de morar aqui porque aqui não fede. (risos da mãe, Isidora).

Isidora – (risos) é, não fede.

Diomira – Mas nada é perfeito né.

Assim, estar no conjunto contradiz o hábito que gerou – por décadas – as crenças e valores na qualidade de vida e moradia na baixada. As práticas cotidianas de anos suscitou sentido sobre a noção de lar, de ponte, de baixada, de barraco. Os moradores deram um sentido a este espaço inserido no contexto do bairro e da realidade de Macapá, onde qualquer forma de distinção social tem um valor profundo. E reorganizar isto no conjunto leva tempo e reconfiguração destas práticas em novas práticas. Ou ainda, uma remodelação da “coisa”, que se transmuta numa nova forma, que se reconfigura em novos valores morais, outros pertencimentos e práticas sociais, construídos através de diferentes relações sociais, igualmente novas e estranhas.

Simmel, na obra *Questões Fundamentais de Sociologia*, escreve sobre as semelhanças e diferenças entre as pessoas como elementos fundamentais da sociologia e da interação entre os indivíduos que vivem em sociedade; e afirma que é necessário

“observar as diferenças dos outros caso queiramos utilizá-las e assumir o lugar adequado entre eles” (SIMMEL, 2006, p.46). No caso das famílias migrantes do Bairro Perpétuo Socorro ao Bairro Ipê, no Conjunto Habitacional Oscar Santos, as diferenças foram os fatores que os levaram a viver o que chamo de “estados de intranquilidade”, de medo, falta de dinheiro, precarização escolar e profissional, carência de serviços básicos ratificados – e muitas vezes não realizados – na constituição brasileira; foram os fatores que os levaram a vivenciar transitoriedades e tragédias e que não são observados pelo Estado, que se torna “responsável” por uma população “vulnerável” em casos de “tragédias”. Assim como aconteceu na Baixada Perpétuo Socorro aconteceu com a população nos casos do rompimento da barragem de Ferreira Gomes (AP) e no acidente da barragem de Mariana (MG), ambos em 2015. São diferenças de classe, também de raça e de identidade étnica. Mas para adentrar nas diferenças é necessário antes entender as semelhanças...

...E são nessas semelhanças que a vida é vivida e praticada – e é esta que é valorizada, mostrada, difundida e encenada – em Macapá. Ao macapaense viver bem não é ter uma casa considerada bonita pelos padrões das revistas de design e arquitetura; é ter uma casa grande, onde possa ter todas as regalias de conforto em termos de eletrodomésticos e eletrônicos, receber os amigos e a família, experienciar em comunhão os rituais de comensalidade do Natal, da Páscoa, do aniversário, do Círio de Nazaré, comendo pato no tucupi, maniçoba, vatapá, mousse de cupuaçu, peixes e carnes de caça como jacaré e tracajá (tartaruga), churrasco no domingo, tomar cerveja do meio dia até a noite, dançar o brega, zouk love (mistura de brega com um estilo romântico, ritmo que vem da Guiana Francesa), samba, MPB, rock, fazer rodas de música tocando samba. Os amapaenses têm uma ligação estreita com a música. Macapaenses de todas as classes, quando é possível, são semelhantes na religiosidade intensa - independente da escolha da religião -, na mesa farta, na recepção aos visitantes, nas longas horas conversando, tomando cerveja, ouvindo música muito alta e dançando. É possível que a grande maioria dos Macapaenses – e seguramente dos amapaenses das outras 15 cidades do Estado – tenham os seus pertencimentos ligados à semelhança da sociabilidade, cujos valores são fé, bem estar (qualidade de vida) e diversão. E por isso, “morar no centro” também representa um valor antigo inculcado, onde encontram os três valores



Moradores reclamam do espaço pequeno dos cômodos. Foto: Roberta Scheibe



Espaço na parte de trás das casas. Neste pedaço os moradores tem o direito de ampliarem suas residências. Foto: Roberta Scheibe

semelhantes entre as classes. Semelhança em morar em lugares centrais que lentamente começa a ser dissipado em função do crescimento da cidade e das oportunidades de negócios para a casa própria em grandes terrenos vendidos sem a escritura em novos bairros da cidade – mas que ainda não foi dissipado na classe proletária. Logo centro, para os macapaenses com mais condições financeiras, ganha novos elementos de valores.

Centro passa a ter uma nova conotação, significando comércio e estruturas governamentais, e ganham espaço bairros com equipamentos centrais nos espaços do próprio bairro. Ou seja, o bairro pode ser afastado, mas precisa ter escola, posto de saúde, supermercado, minibox, órgãos governamentais e bancos. Tudo isso fica melhor se for no “Superfácil” (órgão do estado do Amapá que agrega num só lugar vários estabelecimentos importantes, como Correios, bancos, Polícia Federal, Detran, fotocópias para identidades, confecções de documentos pessoais, entre outros). Tudo normal, como em todas as cidades em expansão. Mas os valores mais antigos são aqueles que, como disse Lessing, citado por Simmel (2006, p.44), são aqueles valores instintivos amplamente disseminados. E os valores em torno da vida tranquila, da “vida boa”, são os mais amplamente ratificados. A preocupação é para a comida do dia. Se no outro dia se tem comida em casa e o dia amanhecer chovendo e der vontade de ficar em casa, se fica em casa, porque não é necessário ter mais. É possível que esta atitude ainda seja um imperativo muito forte na ampla maioria de pessoas que vive do mercado informal em Macapá.

É para esta semelhança que os macapaenses vivem e trabalham. Mas para a semelhança ampliada, há uma diferença comprimida, escondida, invisível, velada, coagida. A semelhança é ampliada, mais especificamente no âmbito das sociabilidades – porque ela se dá, sobretudo, em elementos massivos, de acordo com Simmel (2006). Para este autor o trágico na sociologia é que nas massas as qualidades são reduzidas e primitivas. Por isso a “semelhança” entre o povo macapaense – que vista de um aspecto pode ser extremamente virtuosa pelas escolhas valorosas das sociabilidades priorizadas – esconde e omite diferenças gritantes que se revelam nos números discrepantes de classes sociais e rendimentos mensais, nos números da informalidade e do rendimento financeiro de sua população, conforme revelado na introdução deste trabalho. A semelhança oculta um processo massivo em que determinados grupos da população da capital do Amapá, quando age de forma coletiva, vive imersa em jogos sociais (SIMMEL, 2006, p.57) de poder, usurpação e encenação, promovendo e ampliando desigualdades. É uma coletividade internalizada na individualidade. Talvez esta seja a tática e a estratégia

macapaense de classes proletárias para imergir nas sociabilidades desejadas e para encontrar e jogar o jogo (SIMMEL, 2006) do comportamento social praticado.

Neste sentido, os lugares centrais dos bairros de Macapá ratificam estas ideias de falsa semelhança e desta tática como micropolítica para negociar comportamentos sociais e o acesso aos bens de consumo. Em Macapá ainda se vive no que Barreira chama de lugares “misturados” (2010, p. 262), quando há a participação das classes proletárias e das classes abastadas nos mesmos lugares. Em Macapá as baixadas, escondidas do cenário da cidade, convivem com os grandes casarões, embora as políticas públicas já trabalhem para alterar esta questão. Mas em Macapá, a zona sul passa a receber condomínios fechados para ricos e classe média, e a zona norte abarca hoje ainda em maior número a classe média e proletária com os conjuntos habitacionais em bairros muito afastados dos lugares centrais. No caso dos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, a ida ao conjunto habitacional, ou seja, esse desenraizamento de seu local de moradia de mais de 30 anos, em que muitas famílias formaram-se neste lugar, nasceram, criaram-se e casaram-se lá, parte de uma situação de perda irreparável neste jogo social de usurpação, de dor e de sofrimento, como já escreveu Lúcio Kowarick em *Viver em Risco* (2002). Estes moradores já chegam ao novo lugar de moradia estigmatizados, segregados, discriminados em função de sua gênese, sua trajetória migrante denominada e circuncisada de um “morador de ponte”, desconsiderado, vivendo sob palafitas, segregado pela raça negra ou indígena, marcado pela vestimenta e pelo jeito de falar. Esse desenraizamento gera um pertencimento forçado ao consumo, de querer ter o que aparentemente vai lhes dar a igualdade. Outra falsa semelhança. Hoje, no conjunto Oscar Santos, muitas famílias que fogem da estigmatização, e que acabam a direcionando ao outro, ao vizinho, ao morador da rua ao lado, agora vivem pertencidos a um consumo, pertencidos ao enclave fortificado (CALDEIRA, 2008) que eles mesmos mentalizam ter. Fecham-se no espaço privado da casa, enclausurados por grades sem pintar rudemente cimentadas nas paredes já começando a ficar sem cor. As famílias com mais condições erigiram altíssimos muros com portões. E não saem do lar para “reparar a casa”, adotando uma estratégia defensiva, de apontamento do estigma – e logicamente do erro - ao outro, reproduzindo socialmente a insegurança, o medo, as ameaças, o “bandido” e a polícia, fazendo com que todo dia vençam as audiências dos programas policiais que criam uma construção social de medo. O final territorial do conjunto é fronteira, é limite. Logo, desenraizamentos são resultados de violências dos mais variados tipos. Os moradores fecharam-se e se enclausuraram em rituais de comensalidade e sentimentos de angústia e

ansiedade, fazendo com que o haja o adoecimento de muitos moradores. Há casos de depressões, erisipela e obesidade. Exceto dona Maria de Jesus – tenham engordado consideravelmente no conjunto habitacional, num isolamento social que comanda a ordem vigente entre eles.

3. Compondo um novo modo de fazer: as práticas cotidianas de ir e vir

No conjunto do mestre Oscar Santos a música está sempre presente. No som, na alma, no aparelho que vibra, no bатуque em casa, na escolha musical do fone de ouvido. A música, também, é composta e executada no cotidiano. A vida diária, em si, é uma simples, bela e sonora partitura da realidade. E no conjunto Oscar Santos, assim como poderia ser em qualquer lugar do mundo, a vida tem trilha sonora com letra de outrora e ritmo adaptado a um tecnomeldy: “todo dia ela faz tudo sempre igual/Me sacode às seis horas da manhã/Me sorri um sorriso pontual/E me beija com a boca de hortelã” (BUARQUE DE HOLANDA, 1971). Todo dia, tudo sempre igual, com pequenas variações. Para De Certeau, Giard, Mayol (1996), assim como para Calvino (1990), cujos textos sobre cotidiano servem de inspiração para este trabalho, afirmam que o cotidiano só faz sentido quando se revela o invisível, a vida ordinária, ao rés-do-chão, como as crônicas de Candido (1992). O cotidiano é rotina, é dádiva, é opressão, é construção, reparo. Cotidiano é memória, é história, é aroma, é cheiro, é ouvir, é sentir. É, sobretudo, uma criação, por isso a importância das “práticas cotidianas” (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996), ou seja, das pequenas obras vividas, criadas, entoadas, executadas via rotina e que, mesmo praticadas todos os dias, a cada novo dia ganha uma nota musical diferente, um olhar, um sentido.

Antes das 7h os primeiros ônibus da linha Bairro Ipê-Oscar Santos-Centro já passam pelas três paradas de ônibus em frente ao conjunto habitacional. Os moradores não estão satisfeitos com isso, pois antes o ônibus passava pela Alameda Andorinha e atravessava a Rua Sentinela Nortente. Lá dava a volta e retornava, saindo pela Alameda Andorinha e rumando ao Centro. “Parece que não dá mais pra fazer isso. Não sei o porquê. Sei que tenho que caminhar até a parada”, reclama Fernandes em ter que caminhar aproximadamente 20 metros para a parada de ônibus. “É que eu pegava bem aqui na esquina. Já não enxergo e ainda tenho essa perna meio ruim que quase não subo no ônibus”. Logo, antes das 7h já tem polêmica no Mestre Oscar.

Pouco antes disso, porém, o amanhecer acontece calmo com um cotidiano relaxado. Quem tem estabelecimento comercial em casa – especialmente com vendas de alimentos – já abre as portas do local por volta de 7h para atender eventuais clientes que corram atrás de alimentos que estão falando para o café. Muitas pessoas, como Vitória, acordam com o amanhecer do dia. De modo geral, as famílias envolvidas com trabalho formal e filhos em idade escolar acordam entre 6h e 6h30. A primeira coisa é tomar uma ducha fria. Como a grande maioria das pessoas em Macapá não utiliza chuveiro elétrico, a água da manhã é bem fria, por isso o banho é rápido, porém lavando bem o cabelo para refrescar a cabeça para o dia. A fila do banho é disposta pela hierarquia dos agentes mais ativos da casa. Primeiro toma banho que vai sair para comprar o pão – ou, na terrível dificuldade que o conjunto está vivenciando de não ter uma padaria considerada “boa”, ver o que há na panificadora ou no minibox. Algumas vezes quem prepara o café na mesa acaba tomando banho após o café da manhã. Há todo um revezamento para a utilização do único banheiro da casa, que envolve um tempo razoável para necessidades fisiológicas e de higiene. O espaço do banheiro, na maioria das casas, é dividido com a máquina de lavar roupas. Mas sempre tem um que reclama: “Boooooora mãe! Preciso ir no banheirooooo!”, num mau-humor matutino de sono e preguiça de falar. A questão do banheiro é micropolítica. Envolve negociação, hierarquia e agência. Quando as famílias são muito extensas os quartos também são negociados; a superlotação é amenizada com redes dispostas pelo quarto. Nas famílias com quem convivi havia menos pessoas na casa. Então geralmente o casal da casa (e uma criança pequena) ficava com um quarto e outras pessoas dividiam o outro quarto. Na casa de Maria de Jesus, por exemplo, havia um quarto para Isidora, Rogério e Rodriguinho – que tinha 3 anos na época da mudança para o conjunto, há dois anos – e outro quarto para Maria de Jesus e Teodora. Assim era na casa de Maria, que dividia o quarto com Décio e o filho Décinho, e no outro dormiam Pierre (22 anos), Raphael (10 anos) e Adriane (4 anos); Vitória, que dividia o quarto com o esposo e no outro dormiam seus dois filhos e, quando Clarice estava morando com ela, ela e o filho juntavam-se aos filhos de Vitória. Na casa de Fernandes o espaço era mais “tranquilo”, pois ela dividia a casa com uma filha e em muitos meses com mais duas netas.

Na mesa do café tem café preto, leite, pão – agora na maioria das vezes pão de chá, ou de hot dog, “dormido” do dia anterior. Ou aqueles pães que se compram no supermercado com validade para a semana toda. “Aqui sinto muita falta disso. Do pão quentinho. Às vezes o homem do pão passa cedo por aqui (vendendo pão francês quente)

e aí é uma alegria. Mas nem sempre ele vem, aí é pão do dia anterior”, conta Vitória. Fernandes também reclama: “Uma das minhas tristezas é esta, Roberta. Cadê que aqui tem meu pão careca? Só isso aqui ó”, e aponta um pacote de bolacha Maria. Então, quando não há pão, compra-se biscoitos de água e sal ou de maisena, que são comidos sempre acompanhados de manteiga, e quando há grana também há na mesa tapioca, ovos mexidos, queijo, presunto e iogurte. “Mas nem sempre tem isso. Ontem só tive pão velho com manteiga. Hoje consegui ir ali na padaria, que não é bem uma padaria, e comprei iogurte, biscoito e queijo para os meninos. Ah, e maçã que a Adriane adora. Mas nem sempre consigo”, diz Maria sorridente, enquanto Adriane, só de calcinha, come a maçã sorrindo e afagando a gata Mia. Nas famílias com horário a cumprir o desjejum é regado a “boooooora moleque, come rápido e vai te arrumar pra ir pra escola”, dito naquele sotaque amapaense de sonoridade chiada: “exxxxcóóóólaaaa”. O “moleque”, com sono, “cabelo bagunçado”, vai ao quarto, depois de um banho pingado que se não for fiscalizado pelos pais acaba sendo só uma passada embaixo da água, sai penteando cabelo e colocando uniforme. Os pais também já estão agoniados para não perder o horário do ônibus para rumar aos seus trabalhos – dos pouco assalariados – com empregos no centro. Logo muitos vão ao trabalho e o outro representante da família vai levar a criança na escola. E, ao invés de se gastar duas passagens de ida e volta da escola, gastam-se quatro. Então os pais precisam encontrar um bico no centro para esperar o filho terminar o horário da escola, pois não há dinheiro para mais passagens. E então é aquela correria para a parada de ônibus. “O problema, Roberta, é que normalmente atrasa. Então ele (o ônibus) tem um horário para passar, mas às vezes atrasa muito, ou vem cheio e temos que esperar o outro”, conta Maria, que já ficou mais de uma hora e meia esperando a vinda do ônibus. Nestes casos são privilegiadas as poucas famílias que têm carro, que não devem contar duas mãos de dedos, e as famílias com moto, como a de Vitória. “Neste sentido a moto quebra um galho pra gente. De manhã eu acordo 6h, preparo o café, quando Clarice não está morando comigo ainda preciso deixar o almoço pronto para eles. E então tomo um banho rápido e eu e meu marido saímos de moto”. Ele deixa a esposa no trabalho e ruma para o seu. Ao meio-dia ele retorna pra casa, ela somente à noite. “Com moto em menos de meia hora estamos no centro. Quem vai de ônibus leva mais que o dobro”, lamenta Vitória. Aos que dependem do transporte coletivo, a alternativa de todos é relaxar, colocar o fone de ouvido ligado no telefone celular e ouvir as músicas de sua preferência. Quando o ônibus chega, tentar pegar um lugar pra sentar, olhar pela janela, ouvir música e “viajar” até chegar a realidade do destino. E então “todo dia ela diz que é pra eu me cuidar/ E essas coisas que

diz toda mulher/ Diz que está me esperando pro jantar/ E me beija com a boca de café” (BUARQUE DE HOLANDA, 1971).

Aos que ficam no conjunto resta organizar a casa, recolher os alimentos e louças usadas no café da manhã, limpar a casa, “passar uma vassoura, depois um pano na casa, tirar o pó, arrumar os quartos”, como diz dona Maria de Jesus. “Mas eu não faço nada. Isidora faz tudo. Nos dias que ela precisa ir ao trabalho de manhã, ela faz quando ela volta”. Algumas famílias aproveitam a manhã para lavar roupas e aproveitar o sol forte para secá-las. Mas este cotidiano não é regra. Ele acontece em dois ou três dias na semana. Nos demais dias, quem não trabalha formalmente ou tem horários variados, como Isidora, que trabalha duas ou três manhãs, ou como os autônomos, nos outros dias da semana em que a casa está “limpa” e não se tem atividades extras, senta-se numa cadeira de balanço ou deita-se na cama para assistir a programação matutina da rede Globo. Vi isso em muitas casas, e às vezes, de acordo com um movimento na casa, um vizinho ia à casa do outro para uma rápida conversa para falar dos “problemas do conjunto”, como falta de água e depredação das casas. Alguns moradores praticam conversas com as janelas todas abertas para “pegar um vento”, outros amedrontados pela realidade criada do medo fecham-se em casa com portas e grades trancadas. E “então é assim”, como diz dona Maria de Jesus. A manhã é calma. É a hora em que sempre conseguia conversar com Maria de Jesus, Fernandes e Maria. Menos com Vitória que estava limpando a casa dos patrões no centro da cidade. Muitas crianças que não frequentam a escola (ou porque não estão em idade escolar ou ainda porque não conseguiram vaga nas escolas próximas do conjunto) dormem até dez, onze horas da manhã. Como me conta Jesus: “Minha função é reparar (cuidar, observar) o Rodriguinho. Da hora que ele acorda eu dou comida pra ele, uma fruta, uma banana, uma maçã, e ele brinca na motoca dele aqui no pátio, ou fica assistindo os DVDs com músicas de crianças”, como o já todo riscado DVD do ‘Patati-Patatá’. Aliás, o conjunto habitacional é um lugar onde as mulheres mais velhas cuidam das crianças. Maria de Jesus cuida de Rodrigo, Fernandes cuida de Amandinha. Maria cuida de Adriane. Avós cuidam e educam seus netos. “Aí eu espero a Isi (Isidora) vir para preparar o almoço. Eu só ajudo. Às vezes eu tempero e passo um bife”, diz Maria de Jesus. Fernandes, a esta hora, está grudada no programa da Fátima Bernardes (que é veiculado na TV Globo, próximo ao almoço), e só depois vai pensar o que comer, já que a Amandinha “já se entupiu de bolacha”. “Mais tarde vou fritar uma galinha, com arroz e feijão que já tem pronto”. Por enquanto observa a neta que brinca na vizinha e assiste televisão deitada em sua cama. Maria está a mil, limpando a casa, “dando um trato no

banheiro”, organizando os quartos, descascando uma laranja para Adriane – que já comeu sua maçã -, dando banana amassada para Decinho, seu bebê, que sorri todo lambuzado. Decinho e Adriane assistem a programas infantis no DVD, e Maria nas folgas dos cuidados com as crianças, vai limpando sua casa.

Entre meio-dia e 13h começam-se os preparativos para o almoço. “O bom é que passa o homem com o carro. Às vezes ele vende peixe, açaí. Mas agora tem uma batedeira de açaí bem aqui na esquina. E nós estamos fazendo supermercado no início do mês e quando dá enchemos nosso ‘frisi’ de carnes”, conta Maria de Jesus. Desde cedo uma proteína já estava sendo descongelada, ou já foi até temperada no dia anterior. Na hora do preparo, das práticas de comensalidade, faz-se um “arroz escorrido”, bem simples com água e sal ou acrescido de alho, um feijão, feito para a semana toda, às vezes macarrão e ou frango, ou calabresa, ou carne de gado ou porco. Jesus prefere fazer bife, Vitória já tempera a proteína à noite para “apurar” o sabor, Fernandes adora “galinha frita” e Maria tenta ser saudável com as crianças fazendo “um franguinho” cozido ou assado, quando tem “grana”. Peixe e salada são raros no conjunto, pois muitas pessoas não gostam destes alimentos ou os acham caros. A maioria compra carnes que estão em promoção e já se habituaram ao gosto de carne vermelha ou frango. “Todo dia eu só penso em poder parar/ Meio dia eu só penso em dizer não/ Depois penso na vida pra levar/ E me calo com a boca de feijão” (BUARQUE DE HOLANDA, 1971). O horário do almoço é meio tumultuado para quem tem filhos que estudam pela manhã e pela tarde, pois aí os adolescentes já almoçam mais cedo, porque até 12h, 12h30 precisam pegar o ônibus. E as crianças chegam quase 13h também em função do transporte. Logo, nem todos almoçam juntos. Aos que permanecem em casa após o almoço, às vezes se lava logo a louça para ir fazer a cesta. Ou ainda, quando o açaí tomado foi “do grosso”, com bastante farinha, tomado junto com a proteína, a louça fica para mais tarde. A prioridade é o descanso com sono pesado e “o bucho cheio de açaí”. No Amapá, depois do açaí, é obrigatório um tempo de sono. E é motivo de riso saber que em outros lugares do Brasil se toma açaí misturado a alguma coisa para malhar. “Vê se pode! (risos) Eu encho meu bucho e tenho que dormir... e o povo aí pra fora vai malhar, disque. Só pode ser que tomam a chula” (risos), disse-me Diomira, soltando um “disque”, palavra muito utilizada entre os amapaenses e paraenses que seria uma prática de criação de nomeação, em tom irônico, que refere-se a uma expressão de brincadeira, ironia ou chacota. A “chula” é a “rebarba” do açaí, ou seja, pouco açaí misturado com muita água.

Bom, “depooooooooois do açaí e do soooooono”, como diz Maria de Jesus, é hora de “pensar na vida”. “Aí é que a gente vai cuidar de fazer alguma coisa. A Isi passa uma vassoura na casa e um pano, se ainda não passou de manhã. Ela gosta de lavar roupa de tarde e eu ajudo ela estendendo a roupa na corda”. No entanto, muitas vezes encontrei Maria de Jesus numa prática muito comum no conjunto, oriunda dos tempos de baixada: encher uma bacia com água fresca, ir para uma sombra, agachar-se, no caso de Maria de Jesus colocar a saia entre as pernas, e esfregar algumas roupas na bacia mesmo. Roupas íntimas ou roupas brancas. Algumas pessoas também tiram o pó dos móveis e lavam alguns lugares da casa, mas sem desperdício de água, já que essa necessidade, em muitas épocas no conjunto, estava com carência.

Pois bem, enquanto Maria de Jesus e Isi cuidam da casa, Fernandes assiste filmes e telejornais – e também cuida da casa quando tem vontade – Vitória está no segundo turno de trabalho na casa dos “barões”. A esta altura já fez as comidas dos chefes, o “patrão e a patroa”: “Para ela comida ‘saudável’, carne e salada; para ele comida vegetariana, mas não é porque ele é fresco, é porque ele não pode comer carne porque tem alergia”. Vitória riu muito quando eu disse a ela que eu era fresca, pois não comia carne na época. Ela ria e me contava de receitas vegetarianas que aprendeu em um curso que ela mesma pagou, com recursos próprios, para se especializar. Disse que um dia faria algo para mim... Bom, após o almoço, na casa dos “barões”, Vitória e outras três empregadas domésticas já cuidaram da louça e ainda estavam lavando e espanando a grandiosa casa dos patrões médicos.

Mas esta realidade descrita acima não representa o todo da baixada. Eu conheci famílias que não tinham o que comer. Há três casas de Maria de Jesus, por exemplo, há uma casa com 15 pessoas, todas desempregadas. Sobrevivem com o valor recebido do Bolsa Família. Então ao acordar muitas vezes eles não têm nada para comer. Há muitas crianças na casa, que são netos da proprietária da residência. Os pais das crianças as maltratam, brigam e agredem física e verbalmente seus filhos. Não trabalham, não tem qualificação para trabalhar e na baixada catavam latinhas de refrigerantes e cervejas. Ou ainda “reparavam” (cuidavam) carros em rua pública. Não conseguem pagar o valor do ônibus para ir ao centro procurar algum lugar para exercer estas práticas. Eles ficam o dia todo em casa. Quando há luz (se ela não foi cortada) conseguem ver um pouco de televisão. Senão ficam em redes, as crianças brincam e os adultos conversam e também brigam entre eles. Eles só têm água da torneira para tomar. Estes dependem de doação dos vizinhos para o café da manhã e o almoço, já que estas crianças não frequentam a

escola para ter a possibilidade de alimentarem-se no intervalo das aulas. Aliás, houve outro caso de uma jovem mãe viciada em crack e dois filhos pequenos. Eles não tinham nada para comer, nem móveis dentro de casa, já que “a mãe vendeu tudinho para comprar droga”, como me disseram. Dormiam no chão. Os vizinhos contavam-me que levavam para eles comidas prontas para o almoço, pois eles não tinham nenhum eletrodoméstico para preparar, nem pratos para comer. Uma das vizinhas próximas, que se formava em pedagogia, tinha “dó, e todo dia levava um prato de comida para ela e os meninos”. Esta mulher “só fazia olhar e dizer ‘Deus lhe abençoe vizinha’”. Mas alguns dias depois o conselho tutelar apareceu para lhe tomar os filhos e “do nada a mulher fechou a casa e desapareceu com as crianças”, disse-me a moradora formanda em Pedagogia. Esta casa ficava na rua de trás da casa de Maria de Jesus, porém no lado oposto da Rua Sentinela Nortente, próximo a uma das saídas do conjunto onde há uma parada de ônibus. E esta é a realidade de algumas famílias. As mais “miseráveis”, como os vizinhos falam. Há umas oito famílias ou mais que passam por graves necessidades e contam com a ajuda dos vizinhos. Estes comem quando lhes dão. E passam o dia em casa.

A tarde é o momento mais intenso de sociabilidade, sobretudo das crianças, que jogam *taco ball* em quase todas as alamedas do conjunto e na rua principal. Duas travinhas em lados opostos, uma pequena bola e tacos. O objetivo é colocar a bolinha na rede da equipe oposta. Ganha quem fizer mais pontos. Esta é uma brincadeira essencialmente masculina, que supera o futebol, é prática preferida de Paulinho, filho de Vitória, e há pequenas rixas entre os meninos de cada alameda no sentido de impor a sua superioridade no jogo. Menos da parte de Paulinho, que é o menino que apazigua tudo, é “paz e amor, é amigo de todos, é gente boa o moleque”, me disse um dos amigos mais velhos de Paulinho. Paulinho tem oito e este amigo 12 anos. Os meninos passam a tarde jogando. Só dão uma parada para tomar água e no ápice da tarde, entre 16h e 17h, quando passa o “homem do pão”, vendendo o pão quentinho e pregando a palavra do Senhor. “Aleluia, irmão, só Jesus salva! Ele é seu melhor amigo, irmão. Ele é seu pai, seu irmão. Olha o pão, olha o pão quentinho irmão”, e a pequena caminhoneta vai passando lentamente por todo o conjunto. O “homem do pão” acumula as funções de vendedor, motorista, pregador e técnico do microfone do carro. Provavelmente também a função de padeiro. O “homem do pão” trás a esperança das práticas sociais e subjetivas de dias melhores.

Apenas na alameda que entra no conjunto, a Andorinha, os meninos têm a prática do futebol nos finais de tarde. Outra prática constante, entre agosto e outubro é empinar papagaio. Todas as tardes, no momento de vento forte, meninos de todas as idades

empinam suas pipas. Para tal há todo o ritual de fazer a pipa, que é chamada de “papagaio”, arrumá-lo, colocar o fio, passar o cerol – que inclusive dá muitos acidentes com ciclistas e motoqueiros que cortam os pescoços com os fios empapados de cerol. Mas todos lidam com os papagaios. De Rodriguinho de 4 anos, a Paulinho de 8 a Rogério de quase 40 (os adultos brincam nos finais de semana). Os meninos geralmente ficam na rua de sua casa empinando. No máximo vão para a Rua Sentinela Nortente ou para a frente do “buraco” onde dá mais vento. Aliás, os “usos da rua” (FREHSE, 2009, p.151) no conjunto Oscar Santos são justamente as brincadeiras de rua empinando papagaio, andando de “creta”, como diz o neto de Ana (amiga de Maria, mora ao lado de uma casa transformada em bar na rua que começa na lateral do “buraco”), para Bicicleta, brincando de taco *ball* como Paulinho, jogando futebol na rua, brincando de bastão. No momento os usos da rua são muito mais para relacionamentos sociais que criam novas identidades, através de um cenário microscópico da cultura local, como se mostram nas brincadeiras de crianças, adolescentes que conversam ou “ficam”, nos primeiros relacionamentos amorosos, e até adultos, que fazem nas calçadas pequenas rodas de conversa, sentados em cadeiras de balanço. Estas práticas são interativas e micropolíticas.

Meninas brincam mais dentro de casa, estão envoltas de brincadeiras com bonecas, desenhos e demais práticas de sociabilidade que envolvem o “ficar bonita” de acordo com as injunções da ordem social, no que diz respeito a aprender a “fazer chapinha” no cabelo, ou fazer alisamento permanente do cabelo, que envolve uma química intensa e severa nos cachos naturais das meninas. Há muitos salões de beleza espalhados pelo conjunto que recebem clientes das mais variadas idades. O serviço mais prestado é o de alisamento dos cabelos.

Também há muitos adolescentes que se sentam em rodinhas nas alamedas do conjunto para práticas de rodas de conversas. Há poucas rodas com mistura entre meninos e meninas. A maioria é apenas masculina. Há uma roda, no estilo da “sociedade de esquina” de Foote Whyte (2005), onde os meninos adolescentes se encontram, para rodas de conversas, jogos de dominó ou taco *ball*, com lideranças; o que incita medo na comunidade, no sentido de que eles são “perigosos” e os mentores das “arruaças no conjunto”. Há no conjunto umas quatro casas que vendem maconha e crack. Dentro do conjunto alguns jovens ou um e outro adulto consomem, especialmente crack. No entanto, como o conjunto é relativamente novo, o consumo ainda é pequeno e velado. As casas que vendem drogas vendem para pessoas de fora, clientes antigos, cujo contato do traficante vem de outros tempos, como no caso da vizinha de Maria de Jesus, que vende

para clientes antigos que compravam nas proximidades da Baixada Perpétuo Socorro. No entanto, esta situação jamais foi comentada por ninguém da família de Maria de Jesus, naquele contrato fronteiro de valores entre vizinhos. “Em boca fechada não entra mosca”.

Após estas práticas cotidianas de limpar, descansar e brincar há a prática da comensalidade do café da tarde. Que não é na intensidade interativa que ocorria na baixada, mas de todo modo é agregadora de momentos de interação, conversas, trocas de ideias, relatos de situações ocorridas no dia, comentários de fatos noticiados no rádio e na televisão local e nacional. Entre 16h e 17h, quando o “homem do pão” circula com pão quente – e, sobretudo, quando se tem o dinheiro para o pão –, prepara-se o café preto, o leite e a manteiga. Quando está no início do mês se agrega ainda uma macaxeira cozida, bem salgada. Neste momento há risos, conversas, contação de histórias, fatos ocorridos, vividos e vistos. Ocorrem práticas de interação verbal e gestual, assim como de olhares e comportamentos. Esta é uma prática principalmente agenciada por mulheres. Os homens – ou a maioria deles – só “passam, comem, e saem”, e as mulheres permanecem dialogando durante e por um tempo após o café, falando sobre assuntos em voga no Brasil, na cidade, no bairro, no conjunto, ou sobre suas práticas de si. Falando sobre elas, seus maridos ou namorados, os filhos, atitudes... Todos ali se conhecem muito bem, e um percebe no outro uma alegria ou alguma reprovação apenas num olhar “de canto de olho” ou ainda num “franzir de boca”. As conversas, frases ditas, gestos explorados, expressões faciais, principalmente feitas com a boca, revelam pertencimentos, opiniões, identidades e conivências.

E depois o sol já começa a cair, “seis da tarde como era de se esperar/ Ela pega e me espera no portão/ Diz que está muito louca pra beijar/ E me beija com a boca de paixão” (BUARQUE DE HOLANDA, 1971), e em muitas situações não é apenas “ela” que espera no portão, mas ele que a espera, como no caso de Rogério que está desempregado (o candidato político que ele “aderiu” não “varou”, ou seja, não venceu, e ele perdeu o “cargo comissionado” que tinha no Detran) e que espera Isidora; ou ainda eles – ele e ela – chegam juntos no portão, como Vitória e Nelson, de mãos dadas, suados do trabalho, moto empoeirada, corpo doido, com fome... Já se toma o banho pra noite, senta-se para assistir televisão, geralmente novelas de televisões abertas. Alguns homens sentam-se à frente de seus potentes sons e escolhem o brega do dia, como Décio. Outros exercitam práticas sonoras em programas de computador grátis para edição de músicas, e acabam aprendendo trabalhos de DJs para poder discotecar em festas de brega nas

baixadas e conjuntos habitacionais. Outro “xodó” de muitas pessoas é o computador, desktop ou notebook, que é conectado a internet com um modem de chip de telefonia celular, que tem uma velocidade limitada de conexão a um preço baixo. E aí se acessa redes sociais, rola bate-papo, pesquisas na internet, troca de ideias, namoro virtual, fotos editadas para ficar mais bonito na foto publicada, e assim vai. O smartphone 24 horas conectado também não para. Todos já aderiram, inclusive minhas interlocutoras. Apenas Maria e Fernandes não tem “whatsapp” “porque meu celular é velho e isso não funciona”, diz Fernandes.

Maria de Jesus não gostava desses “negócios de internet, nem de televisão”. Mas, com tanta insistência, ela “entrou no facebook e tem whatsapp”. No entanto, nunca vê seu “whats” nem responde. Mas no “face” entra à noite e coloca fotos suas e de sua família. Há muitos comentários na “timeline” de Maria de Jesus, todos comentários elogiosos da vitalidade e beleza da senhora de mais de 70 anos. No entanto, Jesus ainda prefere as práticas de sentar na frente de casa, olhar para o descampado em frente a sua casa e pensar no futuro. Vitória está “quebrada”, no sentido de “cansada”. Mas antes, quando trabalhava na casa do promotor, vinha mais cansada ainda, “porque lá tinha bem mais coisa para fazer”. E aí se Clarice não está morando com ela (como aconteceu em dezembro de 2014) ela ainda ia varrer a casa, tirar o pó, passar um pano na casa, arrumar o quarto dos meninos e preparar a comida do outro dia que seria finalizada antes de 7h. Aproveitava e jantava à noite, conversava com os meninos – já que a filha não estava residindo com ela – sobre questões da vida, comportamentos cotidianos, pregava o evangelho, entre outras coisas. Sempre que dá acesso a internet e as redes sociais pelo seu celular smartphone. Ela é muito carinhosa com os meninos, assim como o esposo. Vai dormir entre 23h e 00h. Quando Clarice está tudo fica mais calmo. Vitória chega e tudo já está pronto, então tem mais tempo para descansar e assistir um pouco de televisão com a família e “papear” com Clarice, a quem Vitória adora. Fernandes, à tardinha, bate papo com sua filha que chega do trabalho ou está acordando, pois muitas vezes faz plantão à noite. Ela é técnica em enfermagem. A encontrei apenas uma vez. Nas demais visitas ou ela não estava, ou estava dormindo. Pelo que Fernandes fala, a menina trabalha bastante e nos momentos de folga vai dormir na casa de amigos para ir a festas no centro da cidade. “Ela já dorme pra lá porque é muito perigoso e caro voltar pra cá na madrugada”! Logo, quando Amanda está em casa à tardinha, Fernandes bate papo com a filha, puxa conversa. Às vezes dá resultado e rola um papo e um jantar em família. Senão, em épocas que está com as netas em casa ela “repara” as meninas e assiste televisão: “adoro os telejornais, para eu aprender e não

ser manipulada”. Ela dorme, às vezes, 4h assistindo programas de televisão. Uma vez em que conversávamos chegou um vendedor da Você Telecom, empresa que presta serviços de acesso a internet e lhe ofereceu um pacote. Ela lhe disse: “Não, não, não gosto desses negócios de internet. Mas se fosse de televisão (TV a cabo) eu até contratava, porque passa tanta besteira nessas televisões que a gente é obrigada a assistir”... Em função dos programas – e também das “besteiras” – que assiste, em algumas manhãs sua prática preferida é dormir... Isso se Amandinha não estiver em casa para lhe acordar cedo com sua carinha feliz de sorriso contagiante. Amandinha passa mais tempo com Fernandes do que sua prima. E Maria, à noite, tem sua principal prática de cuidar de si, quando retorna 18h de seu trabalho, serve o lanche para os meninos se eles já não comeram, pega Decinho, coloca no carrinho e “vai embora pra igreja”. Lá ela ora, canta, pede a Deus, tem momentos de recriação da memória, de criação de expectativas, de alegrias, de possibilidades, sentimentos de agradecimentos a Deus. Pensa que está entre amigos e aprendendo todos os dias. 20h30 ela religiosamente já está em casa com o filho e encontra o esposo Decio que chegou há pouco, já está de banho tomado e sentado em frente ao som, mexendo nas peças, ouvindo música e conversando com os dois filhos, um pré-adolescente, o outro adulto, e fazendo carinho na neta Adriane. Em outros momentos, ele “dá um grau” em algum móvel que ele mesmo confeccionou. Adriane, Raphael e Decinho brincam e Pierre, normalmente está em frente a casa, sentado, olhando o movimento, lindo, sempre sorrindo. Ele, no final de meu trabalho de campo, recém havia chegado na nova casa, saído da penitenciária, e ainda não tinha novos amigos no lugar, já que seus amigos de antes estavam no conjunto Macapaba e outros ainda esperavam a entrega das residências. Enquanto os meninos brincavam, filho mais velho e marido descansavam, já que Pierre estava indo trabalhar com o pai. Maria prepara o jantar com alguma sobra do almoço, todo santo dia após a ida a igreja – de onde volta feliz, em paz e de alma lavada. Depois televisão e sono, onde simplesmente deita na cama e “capota” de tão cansada, dormindo de concha com seu Décio. E assim, “toda noite ela diz pra eu não me afastar/ Meia-noite ela jura eterno amor/ E me aperta pra eu quase sufocar/ E me morde com a boca de pavor” (BUARQUE DE HOLANDA, 1971).

Este cotidiano destas quatro mulheres e suas famílias, assim como muitas outras famílias residentes no conjunto, oriundas ou não da Baixada Perpétuo Socorro, repete-se todos os dias, com pequenas alterações no roteiro, na partitura, na roupagem do ritmo da vida. Muitas outras famílias vivem num ritmo de sofrimento social pela falta de comida, de trabalho, de dinheiro. Aqui são espaços vividos cuja execução é paralela a um espaço

lembrado e um espaço imaginado (MACIEL, 2013). São espaços micropolíticos, públicos e privados de organização, execução de práticas diárias, e também de fórmulas de modos de vida. As agências femininas são o diferencial para “o negócio acontecer, a vida andar, a gente viver”. Como diz Maria de Jesus, em sua sabedoria simples, enfática, certa e realista: “Então, é sempre assim. Todo dia. Acorda, toma banho, faz café, busca algo no minibox... e assim vai. Toooooodo diiiiiiaaaa é assim!”.

4. Questões práticas de táticas e resistências: a micropolítica da apropriação do espaço nas relações sociais

Os moradores que perderam suas casas em função do incêndio, e que estão no conjunto Oscar Santos, praticam resistência de duas grandes formas: no sentido de enfrentar o Estado e a ordem dominante (DAS, 1995) e no sentido de artimanhas táticas do fraco contra o forte (DE CERTEAU, 2014), que se utiliza das táticas da relutância, da dissimulação, difamação, simulação de ignorância e falsa submissão, provocação, sabotagem, entre outros (SCOTT, 2011). E desde o incêndio os moradores intercalam estas duas grandes formas de resistência para afrontar hierarquias e *establishment*. No conjunto habitacional ainda não há muitos “gatos de energia” como havia na baixada, porém há “gatos” de televisão a cabo, por exemplo, que é uma forma de resistir a um modo específico, a modelos de consumo midiático. Não pagar parcelas da casa significa resistir a um erro coercitivo do Estado – que depois foi admitido; não ir a reuniões é resistir aos mandos dos poderosos de poder legítimo; resistir aos programas governamentais e de políticas públicas para sair das áreas de ressaca é resistir a um lugar de pertencimentos longe da ideia de abandono e exclusão. Efetuar práticas discursivas para com lideranças governamentais é enfrentar a ordem dominante. Estas são formas de resistência por enfrentamento. Já não recolher o lixo espalhado na frente de sua casa é uma dissimulação contra a opressão do lugar em que foram obrigados e “destinados” a viver. Têm, aí, fatores culturais, práticas sociais e culturais que provém de culturas e etnias cujas práticas de vida ocorriam no entorno dos rios amazônidas cuja preocupação com o lixo não existia. Mas, neste caso, a resistência é uma hipótese mais intensa do que a prática cultural. Ir à igreja é resistir a um mundo de paixões, de consumo, de amores incivis, da vida fácil, do mundo do crime. E a relação contratual com os vizinhos faz parte desta resistência, da manutenção dos segredos da resistência e dos segredos do que não foi conseguido resistir, deste modo, a relação com o vizinho envolve a prática de cuidado

de si no sentido de que cada relação tem a ver com a própria segurança e na utilidade da relação (cf. FOUCAULT, 2010). Cada resistência tem uma intenção devido a uma ação simbólica primeira, como se fosse uma reação, segundo Scott (2011), que escreve sobre camponeses, mas cuja situação podemos relacionar a todas as populações ou grupos que em algum momento sentem-se violentados por um sistema de poder. Logo, resistências também são ações micropolíticas de condutas em relação aos outros que visa à proteção de si próprio. Das diz que estas experiências práticas são “Práticas de acordo” (1999, p.38), quando há, nas formas de vida a discricção, o silenciamento e o segredo, valorizando a privacidade. De Certeau (2014, p.40) chama de “contrato com o outro”.

Há resistências quanto a hierarquias, trabalhos formais, resistências disfarçadas de submissão. “Poxa, não fui trabalhar porque não deu. Não liguei porque não consegui”, quando na verdade há, aí, um agenciamento valorativo do não trabalho, ou de outros trabalhos, cuja preferência é do bem estar de ficar em casa num dia de chuva, de descansar em uma terça-feira, de achar que o dinheiro da diária não é necessário naquele dia; ou de preferir em trabalhar num outro local naquele dia. É uma forma de autonomia, mas que não pode ser dita às claras porque há a necessidade de estar inserido no sistema social, porque em outros momentos o dinheiro da diária será bem vindo. As pessoas resistem para manterem-se seguras, satisfeitas, alimentadas, em suas terras, em um lar. As mulheres se reocupam no espaço novo e inicialmente “pré-moldado”, elas recriam este lugar, mas deixam evidenciar sua domesticação enquanto mulher numa ordem social despótica.

Minhas interlocutoras – e demais mulheres deste grupo de relações sociais – tem a tarefa de guardar os laços e a memória de um lugar, já que os homens ocupam-se com outras coisas, espaços e tempos. É um tempo de agenciamento micropolítico, da figuração do luto, da luta pelo reconhecimento e consideração e também de um novo espaço-tempo de expectativas. Aqui “expectativas” significa “esperança”. Mas antes disso, há que resistir.

4.1 A resistência frente ao Estado e ao sistema: Testemunhos e Táticas

As disputas no espaço social começam primeiramente em embate direto com o Estado, rebatendo discursos hegemônicos apresentando táticas sutis de defesa. Há em todos os microacontecimentos um desenrolar social e político, que agrega experiências – e testemunhos! – de dor, angústia e fortes sentimentos de humilhação evidenciados

constantemente nos discursos de resistência no sentido de enfrentamento em direção ao poder disciplinador e coercitivo. Esta condição de sofrimento social (DAS, 1995) mostra-se nos discursos (“esse governo nos humilha”) e no corpo (dores de cabeça e aumento de peso), nas novas formas e sentidos que os moradores criaram após o incêndio. Passa a existir, no conjunto habitacional, um cotidiano, por um lado, de violência, e de outro, de reinvenção de práticas.

Há outro tipo de prática que ganha força: as táticas para a resistência frente aos opressores. Logo, o cotidiano que aparentemente voltaria ao normal, em um conjunto habitacional novo, com infraestrutura e design modernos, numa proposição de casa ideal, não foi como o prometido por diversos fatores. O primeiro destes fatores era, para eles, a violência simbólica de ser inserido na formalidade. Praticamente todas as pessoas que residiam na Baixada Perpétuo Socorro tinham invadido seus terrenos ou os comprado de modo informal, poucos pagavam luz e água, e a maioria tinha “gatos” de água, luz e TV a cabo. “É por isso que hoje tem muita briga pelas casas. Porque lá muita gente não pagava nada e não tem como comprovar. Quase ninguém ali pagava energia... era tudo invasão. E onde tem invasão não tem energia, é só gato! Um puxava de uma casa, pro outro... É por isso que até hoje tem essa polêmica”, me diz dona Maria de Jesus. “E eles (os “outros” moradores) não tinham como comprovar na Cea que eles tinham casa, que eles pagavam energia. Nós não, quando ainda tavam apagando o fogo a Cea já tava lá! Porque nós seeeempre pagamos tudo em dia. Eles conheciam nós, eles sabiam das nossas casas, e sabiam que nós era tudo legal”, afirma. A família de Maria de Jesus introjeta a ordem cultural e social dominante, naquilo que Scott (2011) afirma sobre ter uma consciência social de que a ordem imposta pelo padrão cultural ou pela elite é a correta. “Pra pessoa hoje ter uma vida bem sucedida, ela tem que pagar tooooodos os seus impostos. Éeee, pagar tooooodos os impostos. E foi por isso que a gente logo conseguiu. Ainda deve ter umas 150 famílias que não foram chamadas pro Macapaba, ainda tão esperando”, diz (esta nossa conversa ocorreu no final de 2014). No entanto, o que aparentemente parece ser uma submissão a ordem social dominante é na verdade uma resistência da família de Maria de Jesus. Porque “pagar tooooodos os impostos” é estar inserido no processo. É estar e sentir-se de igual para igual com a “elite”. Maria de Jesus é resistente no sentido de jogar o jogo do poder, sobretudo do reconhecimento, da luta pelo direito à cidade, ao consumo e ao respeito. Mas a maioria dos moradores não resistia da maneira de Maria de Jesus.



Os preparativos para uma festa de aniversário: os momentos de sociabilidades. Foto: Roberta Scheibe

Eles iniciaram uma resistência burlando a assinatura de TVs a cabo, pois também queriam ter acesso à infinidade de canais e opções culturais e de entretenimento. Como uma vez me contou por escrito Julio, meu aluno que mora na rua principal do conjunto:

O número de parabólicas e de TVs fechadas é cada dia mais comum, mas uma coisa chama atenção, como pessoas que nem sequer trabalham, ou ainda que trabalham, não possuem as mínimas condições de pagarem pelo sistema fechado, optam não pelo pacote simples, mas pelo mais completo com todos os canais? Pois é, descobri que alguns aparelhos podem ser sabotados pelos nossos amigos (moradores que sabem fazer o procedimento) que realizam a instalação, os então funcionários da Claro, Oi, ou Sky, enfim eles tem como liberar e fazer com que pareça uma compra autorizada. Alguns vizinhos fizeram essa opção e hoje estão assistindo vários canais de TV fechado, de graça, é verdade! Eles não pagam nem um centavo pelo uso do sistema de canais fechados. [...] mas a maioria faz a instalação completa pelo valor de R\$1.000,00 (pagos ao funcionário da empresa) com direito a uma antena, caso o comprador dos “serviços” não possuir uma. Já para os amigos que estiverem sem a possibilidade de adquirir um aparelho Sky original para o serviço, descobrimos que há vários no mercado que apresentam a semelhança do Sky ou similares, como o Gold box, que pode pegar mais de 1.000 canais, para isso deve-se procurar no mercado negro. Há sites especializados nisso como o mercado livre que provê este material aos brasileiros. (Texto que Julio enviou para mim, 29 de agosto de 2014)

Este ato de resistência era a maneira de integrar o *hall* de consumo da classe dominante e da ordem social imposta, numa luta silenciosa aos bens materiais e simbólicos de consumo, como querer assistir ao UFC (evento de luta livre), através do descumprimento “da lei” e da satisfação de necessidades de segurança, alimento ou consumo cultural. Estas resistências são informais e dissimuladas. Todo mundo sabe de todo mundo. Toda a comunidade, de uma forma ou de outra, está envolvida em determinados tipos de resistência. Um sabe da tática do outro, mas como há a vigência do “contrato” de não mexer com o vizinho, Julio arremata: “Aqui no conjunto temos muitos destes (gatos de TV paga), meu vizinho pelo menos, posso afirmar não é um desses, mas alguns conhecidos de dentro do residencial sim”, diz. O sucesso dessa dissimulação e sabotagem, enquanto resistência, segundo Scott (2011) é proporcional ao consenso simbólico com que é percebida ou, principalmente, não percebida. Esta é uma forma de tática que os moradores encontram num contexto de resistir ao espaço social e econômico, de resistir culturalmente como forma de enfrentamento às dificuldades financeiras e de

resistir à proteção do vizinho. É uma forma de inserir-se no cenário do consumo e afastar preconceitos de distâncias sociais através da subversão do sistema pago. São sentidos construídos para mundos vividos (DAS, 1995, 2001) dentro de contextos de agências enquanto sujeitos sociais. Há uma convivência, um trânsito entre lei e transgressão, ambas ações dotadas de significados e de significantes dos agentes.

No entanto, a tática da TV a cabo é essencialmente masculina. Mulheres, no conjunto, não estão preocupadas, num primeiro momento, com os “mais de mil canais”. Quando assistem televisão querem ver noticiários, novelas e programas de saúde. Mas a maioria das minhas interlocutoras não se prende à televisão, exceto Fernandes. O agenciamento das mulheres no conjunto é relacionado à casa e ao cotidiano, que também é espaço de transgressão, que se dá pela verbalização discursiva e testemunhal, especialmente das mulheres. Elas são ativas, incorporam discursos e se recolocam no mundo de novas possibilidades de conquistas de espaços. Como ocorreu em função das parcelas de pagamento das casas. Quem mais reclamou com o governo e conseguiu o reparo do erro foram as mulheres. Os homens estão aparentemente preocupados com o lazer, e as mulheres com as operações cotidianas para agilidade e coerência de serviços prestados pelo sistema.

A partir da ida ao Oscar Santos, as pessoas não se preocupavam mais com os demais moradores (que foram ou iriam a outros conjuntos). Eles estavam preocupados com suas necessidades momentâneas, como o pagamento das parcelas da casa própria, pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que variava de trinta a setenta reais. Os moradores achavam que, pelo fato do incêndio, deveriam “ganhar” a residência. Havia já um movimento muito silencioso – de agenciamento feminino no conjunto – para o boicote do pagamento. Muitas famílias já pensavam em vender suas casas e voltar para uma baixada central na cidade como uma das táticas efetuadas. A situação se ampliou na programação do dia das mães, quando as últimas 8 famílias – entre elas a de Fernandes e Diomira – ganharam, literalmente, suas residências. Caixa Econômica Federal informou que, por um critério estatístico da casa, famílias que tinham renda acima de quatro mil reais, em casos de sinistro, não precisariam pagar suas casas, elas seriam doadas. Fato este que “estragou” a festa armada pela prefeitura. A resistência, o embate descarado frente ao Estado, começava no centro comunitário em 10 de maio de 2014.

Parecia Sucupira (DIAS GOMES, 1973), cidade fictícia da novela O Bem Amado, onde eram encenadas as peripécias de um governo municipal de cidade muito pequena, onde havia a promoção pessoal de seus gestores públicos. O Governo Municipal de

Macapá marcou uma grande festa, às 9h, para entregar as últimas 08 casas, das 100 ofertadas pela Prefeitura Municipal. Pelo conjunto todo havia faixas de “Obrigada Prefeito! Ass. Moradores do Oscar Santos”; faixas estas que muitos moradores me afirmaram não ter colocado. No centro comunitário, coberto apenas com o telhado, sem paredes laterais, as cadeiras estavam enfileiradas, faixas recém pintadas, funcionários da prefeitura distribuindo água gelada, atendimentos médicos gratuitos à população para verificar pressão, consultas médicas, coleta de sangue, entre outros serviços. Os discursos de prefeito, deputados e vereadores começaram por volta de 11h. Claro que todas as “autoridades” chegaram apenas no momento dos discursos. Houve muitos discursos naquela manhã. Todos enfatizavam a doação das casas, o dia das mães que seria no outro dia, e cada orador falava bem de si mesmo; enquanto o povo já estava inquieto, as cadeiras já estavam todas bagunçadas, os homens haviam ido embora e as mulheres sentavam, levantavam, abanavam-se com panos e olhavam com desdenho para as “autoridades”. As 08 famílias estavam ansiosas e nervosas para receber as chaves de suas casas, como Fernandes e Diomira, nora de Maria de Jesus. Aliás, Diomira estava tão apreensiva que chegava a estar completamente diferente do seu jeito de sempre. Ela é muito sorridente e brincalhona, e estava visivelmente nervosa. Ela já imaginava a reação das pessoas em função da “doação” da casa. Diomira é professora com cargo e o esposo auxiliar de limpeza. Mas a renda dos dois, especialmente com o salário de Diomira, ultrapassava os 4 mil reais. Assim como Fernandes, que recebia seu benefício do governo de um salário mínimo, mas que havia se enquadrado na doação em função da renda da filha e de outro filho, que não ficou morando com a mãe. Ao ser revelada, esta informação gerou uma confusão grandiosa entre os demais moradores, as outras 92 famílias, que colocaram em tremenda saia justa Governo Estadual e Prefeitura. “Eu acho que todos têm que ganhar. Eu nem tenho renda, só um benefício por invalidez. A minha filha é que ganha mais. Mas eu não tenho culpa por isso”, disse Fernandes. Segundo Maria, que já estava ofegante, bochechas vermelhas e cabelos arrepiados, dizia em alto e bom tom:

O governador prometeu pra nós de dar 3 mil reais quando queimou a casa. Ele ia dar pra nós, dar de coração. Mas não deu, e tá tudo gravado, as meninas gravaram (a verba saiu posteriormente). Então quando prometeu tem que dar. Se prometeu tem que dar. Ainda mais pra gente que é de baixada. Prometeu tem que dar! E agora tem essa história dessas últimas casas que eles não vão pagar (as parcelas, como todos os outros). Se não vão nós também não vamo... (...) Se dá pra um tem que dá pra outro. Eu queria que o prefeito me explicasse isso que tá me

perturbando, pra onde que vai esse povo aqui daqui a 3 meses? Porque eu morei em baixada e eu sei. A família não trabalha, faz bico e só consegue dinheiro pra comer. Da onde que ele vai arrumar os 50, 70 reais pra pagar a casa dele?

A confusão foi grande, os discursos de protesto dos moradores – especialmente de agências femininas – aumentaram e as autoridades deram um jeito de terminar o evento e ir embora. Deixavam seus assessores ou representantes da Caixa para dar explicações. A partir deste momento as famílias moradoras do Oscar Santos que vieram do Bairro Perpétuo Socorro uniram-se em resistência através de discursos verbais para o não pagamento das casas, inclusive parentes das famílias beneficiadas, como Isidora, cunhada de Diomira, que acha justo que ninguém “pague casa nenhuma”. Diomira recebeu a chave da casa escondido. Ela fez a mudança na parte da tarde. Eventos com situações discursivas como esta, para publicizar o trabalho realizado pela prefeitura, deputados, vereadores, materializa-se como um cerimonial que funciona como mecanismo de mediação entre um mundo ideal, performatizado pelos políticos, e o mundo real, de indignação dos moradores. As supostas lideranças políticas representam discursos simbólicos da estrutura do poder público no Amapá, de oligarquias partidárias interessadas em bem próprio, onde se “tapam buracos” com a população. Tanto é que quando o alvoroço da população começou, os controladores dos ritos prontamente encerraram o evento e deixaram o local.

Os agentes do Estado tentaram abafar o caso na mídia dando destaque para a entrega das casas e a “festa” antecipada do dia das mães, o primeiro de muitos no conjunto. Mas a partir daquele momento começou o que Scott chama de “valores desviantes e contraditórios” (2011, p.232), quando a população utiliza a tática do discurso para alfinetar o governo, tanto municipal quando estadual. De uma hora para a outra as práticas de rodas de conversas do conjunto passaram a ter como principal assunto a “exigência da doação das casas”, senão “nós não vamos votar no Camilo”, que era o candidato à reeleição para o cargo de governador no pleito 2015-2018, mesmo sendo o conjunto de ordem de execução da prefeitura e parceria com governo federal. Havia entre os funcionários dos órgãos públicos – não os gestores – uma dificuldade em lidar com a situação, já que nunca havia acontecido um evento crítico desta proporção em Macapá. Os moradores, além de comentar, se utilizaram da imprensa, principalmente a

sensacionalista – que era oposição ao governo – para requerer suas exigências. E esta prática tática do “burburinho” surtiu efeito.

Na segunda-feira, 23 de junho, a presidente Dilma Rousseff tinha compromisso para vir a Macapá inaugurar outro conjunto habitacional, o Macapaba, em parceria com o governo do Estado. Os moradores, agenciados por mulheres, incluindo Maria, se utilizaram da ameaça de que, caso não ganhassem as casas, fariam um “escândalo” no lançamento do Macapaba. Neste dia o conjunto estava cheio de bandeiras azuis, mesmo sem nomes escritos. Isto claramente remetia à outra tática: a adesão ao candidato a governador Waldez Góes, envolvido em recente escândalo de corrupção; mas enfocando principalmente que estavam contra o governo da situação, Camilo Capiberibe. Neste período a família de Maria de Jesus, que historicamente apoia a família Capiberibe, estava em profundo silêncio.

Os moradores haviam recebido informes de que haveria uma reunião urgente, no sábado, dia 21 de junho de 2014, às 16h no centro comunitário, somente para os moradores do conjunto. Demais pessoas não poderiam participar. Assim informou-me Diomira por mensagem no celular. Na segunda-feira, dia de jogo pela copa do mundo, Brasil X México, estávamos assistindo todos juntos o jogo na casa de Maria de Jesus, e, em prática de roda de conversa, Diomira, Isidora, Maria de Jesus e Fernandes me deram a versão delas. Primeiro Isidora me disse: “O governo chamou todo mundo. Tinha um representante da Dilma e a primeira dama, Cláudia Capiberibe. Eles falaram que foi um engano, que a Caixa errou. Que todos que tiveram suas casas queimadas na baixada ganhariam as casas nos conjuntos, não vamos pagar mais nada. Foi isso. O povo todo tá feliz”. Diomira, visivelmente sem graça – pois ela fazia parte das oito famílias que inicialmente ganharam a casa -, ratificou que, de fato, foi um erro. Isidora, chamada de “Isi”, ou de “Dora”, disse: “Não é justo. Todo mundo estava no mesmo barco. Nossas casas queimaram. Agora só porque uns ganham mais? É justamente por isso que estes que ganham mais deveriam pagar, porque a gente ganha um salário aqui em casa, então deveria ganhar quem não tem nada...”. A fala gerou um conflito entre as cunhadas, e Diomira falou: “Mas faz parte de um programa. A gente não tinha culpa...”, Isi, indignada, disse: “É, mas isso não é justo.” Logo, ocorreu que a Caixa Econômica percebeu uma resolução na regra do programa que, segundo o superintendente da Caixa



População que aproveitou os atendimentos médicos oferecidos pela prefeitura no evento de maio de 2014. Foto: Roberta Scheibe



Autoridades presentes no evento na véspera do dia das mães. Ao fundo os cartazes colocados pela prefeitura. Nas alamedas do conjunto havia faixas da população saudando o prefeito. No entanto, as pessoas afirmavam não ter colocado as mesmas. Foto: Roberta Scheibe

que acompanha a situação do Perpétuo Socorro, não havia sido notada antes pelos gestores superiores que cuidavam do caso. Uma vez, em conversa informal, que não foi gravada, ele me disse que de fato foi um erro, que ninguém em Macapá havia lidado com uma situação como esta e que quando perceberam o erro ainda precisaram de alguns meses para o processo tramitar da Caixa Econômica para a prefeitura, depois para o Estado e deste para o governo Federal. Somente depois desta burocracia a Caixa seria notificada para liberar as casas do pagamento. Quando o erro foi “notado”, justamente na visita de Dilma a Macapá, representantes do Governo do Estado isentaram todos os moradores do pagamento, dizendo que novos contratos de doação seriam executados. E o conjunto Oscar Santos que na quinta-feira estava azul (da cor do PDT do candidato Waldez Góes), no final de semana e na segunda-feira voltaram à cor amarela (cor do PSB do governador Camilo Cabiberibe). “Graças a Deus”, disse Isidora. “Agora vão refazer nossos contratos”, sussurrou Fernandes. Todos estavam muito felizes e Maria de Jesus voltou a “rasgar seda” para os Capiberibes, de quem ela sempre foi uma grande fã. Na entrada da casa já havia um adesivo do PSB. Esta situação nos remete a pensar que o voto é por adesão e a política não é pensada de modo permanente e fixo. Os candidatos até podem concorrer em eleições subsequentes, porém, as relações de apoio e declarações públicas de voto não são fixas e mudam de acordo com os interesses (HEREDIA; PALMEIRA, 2006). E parte da comunidade do Oscar Santos, insatisfeita com o governo de Camilo Capiberibe desde as situações vividas no incêndio de suas casas, na Baixada Perpétuo Socorro, jogou de acordo com seus interesses, mudando a adesão. O governo do PSB, no entanto, fez um agrado aos moradores que retomaram a antiga adesão. Tudo em questão de um final de semana.

No entanto, em julho de 2015 os contratos ainda não haviam sido modificados, em função, segundo o superintendente, desta burocracia que leva muitos meses. Neste período posterior, Maria de Jesus disse: “É... não sei no que isto vai dar. Mas decidimos continuar pagando nossa casa. Porque se não der certo não vamos nos prejudicar. E se der eles nos devolvem o dinheiro”. Os moradores precisaram usar-se de uma estratégia (fazer “escândalo” na visita da presidente Dilma, para conseguir atenção para algo que lhes estava afetando e que era o seu direito enquanto cidadãos) para alcançar direitos, que eram também de ordem habitacional, como melhorias nas casas do conjunto, exigência da construção do forro e de instalações de posto de saúde e posto da polícia dentro do conjunto. Além de solicitar o aumento da frota de ônibus, como foi a solicitação de Maria, Fernandes, Ana e Dorotéia; e cumprimento de atividades burocráticas – com cobranças

aos gestores municipais e estaduais no que diz respeito a viabilização de documentos, como incitaram alguns dos moradores que perderam os documentos pessoais no incêndio. Também houve táticas direcionadas a requerimentos de favorecimentos, como ocorreu “por tabela” na tática do “Escândalo na visita da Dilma”, como os agenciamentos de favores financeiros – como benefícios sociais e o pleito a uma verba financeira doada para a compra de eletrodomésticos que outrora foram queimados no incêndio; e humanitários – para viabilizações na área da saúde, como consultas médicas, cirurgias e remédios; como a cirurgia para a correção da catarata que Fernandes precisava⁷⁷. A maioria das solicitações não foram atendidas.

Esta tática (porque ela não foi organizada, e sim aconteceu em um momento durante uma reunião) tomou força e transformou-se nos dias seguintes, numa estratégia grupal, consolidou-se no sentido de obter suas exigências e ameaçar o poder do estado através da negociação da decisão do voto, que perpassa, sobretudo, pela micropolítica, e pela questão econômica e a posição de cada indivíduo na estrutura social do local em que vive. Cada um joga com as peças que tem e recruta as que lhe são necessárias. É neste sentido que Goldman e Sant’Anna dizem que a chamada “irracionalidade tende a surgir como ‘racionalidade diferente’” (1996, p.22); e que Kuschnir introduz o conceito de “táticas de manipulação política” (2007, p.16), onde todas as culturas possuem estas táticas de negociações cotidianas. As relações de poder estão embrenhadas nas relações sociais, que, por sua vez, são intercambiadas.

Realmente a Caixa Econômica Federal cometeu um equívoco ao cobrar pelas casas no conjunto habitacional. Mas, por que o moradores se mobilizaram para protestar exatamente nos dias anteriores a visita da presidente Dilma em Macapá, que viria inaugurar o conjunto Macapaba? Por que o governo esperou até o sábado para informar a população, já que a visita da presidente seria na segunda? Por que dona Maria de Jesus, fanática pelo governador Camilo, estava tão quieta em relação à insatisfação de seus

⁷⁷ O eleitor é racional, e muitas vezes arquiteta o uso de seu voto muito antes das eleições. É o uso de uma tática para alcançar favorecimentos, que podem ser financeiros, simbólicos, humanitários, entre outros. A noção de tática desenvolvida por Michel de Certeau se relaciona a lugar e a espaço, justamente porque resulta em uma atitude engenhosa de um indivíduo que se coloca como um praticante de um lugar. Geralmente são ações para um benefício individual ou coletivo (CERTEAU, 2014). Táticas que aqui podem ser exemplificadas de diversas maneiras, como seu Barreto, líder dos moradores que residiam na Baixada Perpétuo Socorro, que negocia o seu voto, de seus vizinhos e até de amigos que moram no conjunto Oscar Santos com a deputada Marília Góes. Os eleitores são racionais e negociadores, como escrevem Goldman e Sant’Anna, “não existe, pois, irracionalidade, mas dispersão” (1996, p.26), onde o apoio, a ordem e o poder estão sempre prestes a se alterar.

vizinhos para com o governador, e ainda não tinha tomado partido neste período pré-eleições? Por que, após a reunião com a “Claudinha”, como alguns moradores se referem à Cláudia Capiberibe, mulher do governador na época, dona Maria de Jesus colou um adesivo amarelo do PSB em frente a sua residência? As “Certas condições” que dona Maria de Jesus sempre afirmou ter estavam meio congeladas nos últimos meses, mas este poder simbólico voltou e ela retomou sua distinção de ser “amiga” do governador (BOURDIEU, 2007). Todas estas ações não refletem um morador – e por consequência um eleitor – irracional, irresponsável, manipulado. Muito pelo contrário: revelam um morador/eleitor negociador, ou como escrevem Goldman e Sant’Anna, “não existe, pois, irracionalidade, mas dispersão” (1996, p.26), onde a ordem e o poder estão sempre prestes a se alterar.

No caso dos ex-moradores da baixada, ou da ponte, como eles dizem, a tática principal naquele momento de sofrimento social e humilhação, foi usar eventos oficiais para dramatizar, ou agilizar uma performance (GOFFMAN, 2012) – não organizada, que simplesmente acontecia, surgia em algum momento. Havia ainda uma estratégia feita por eles, em eventualmente realizar protestos ou burburinhos muito próximo ao momento da reeleição dos candidatos, a fim de receber a ajuda financeira de 3 mil reais do governo para a compra de móveis e eletrodomésticos (para quem ainda não havia ganhado) e principalmente a doação da casa. Num primeiro momento a tática que se transformou em estratégia, atingiu seu objetivo. Os moradores conseguiram suas casas – e em contrapartida a estratégia (DE CERTEAU, 1996) do governo também deu certo, pois repararam um erro de forma discreta frente à mídia e organizaram uma visita da presidente pacífica e “perfeita”. Outras estratégias empreendidas pelos moradores do Oscar Santos, num segundo momento, foi negociar o voto de maneira visível, obtendo dinheiro extra para o mês, cestas básicas e empregos para a família, ou simplesmente vendendo um espaço na fachada de casa para colar cartazes de candidatos.

Em suas declarações, muitos moradores negociam, mas alguns não entendem o voto como negociação. Já outros afirmam abertamente a comercialização e negociação do voto, como na conversa que tive com Maria e seu Barreto, no dia da primeira visita ao conjunto. Maria, que tem a mesma característica de “esticar” a sonoridade das palavras como a outra Maria, a de Jesus, me disse: “Vou votar e fazer campanha em quem me pagar. Me pagou, eu vou lá, levo a minha equipe – porque eu tenho uma equipe para fazer campanha – leeeeeeevo a minha equiiiiiiiipe, booooooto na ruuuuuu, faaaaço campanha. Mas



Para obter alguns benefícios, parte dos moradores ameaçou “atrapalhar” a visita da presidente Dilma a Macapá e disse ter mudado de lado político. Foto: Roberta Scheibe



Adesão política dos moradores não é fixa e muda de acordo com os interesses. Foto posterior à reunião dos moradores com os representantes do governo Dilma e Camilo Capiberibe. Os moradores voltaram a aderir a estes candidatos. Foto: Roberta Scheibe



Bandeiras azuis de “Waldez Góes”. Foto: Roberta Scheibe



Bandeiras amarelas de “Camilo Capiberibe”. Foto: Roberta Scheibe

só me pagando. Me pagando, mana, voto e faço campanha pra qualquer um"! E riu alto. Ana, que participava da conversa, que, aliás, era na casa dela, só ria, quieta no canto dela, sentada em frente à mesa. Eu tomava meu café e seu Barreto, na porta de casa, balançava a cabeça: "Nunca! Eu nunca vou me vender por voto nem coisa nenhuma! Não me vendo! É por isso que as coisas estão como estão. Se a gente se vende, a gente já está sendo pago, então não tem como cobrar deles depois. Se a gente não se vende, a gente pode cobrar. Se eles não fizerem, a gente vota em outro. Não me vendo!". "Pois eu me vendo. E me vendo meeeeeesmo", disse Maria.

Os comentários de Maria de negociação explícita e também as ações de seu Barreto, que diz não vender o voto, mas que negocia, como no caso de dona Angela, onde chamou a imprensa, ligou para deputados; e posteriormente no falecimento de sua esposa agenciou com deputados ajuda para o pagamento das despesas fúnebres; revelam uma "negociação da realidade" (VELHO, 2003, p.31), cada um a seu modo, num processo de reinvenção micropolítica, que mostra uma metamorfose social vivenciada por um grupo ou uma pessoa, num sentido de abrir um leque de possibilidades para alcançar determinadas finalidades de necessidades particulares. Este conceito de Velho vai ao encontro do conceito de "política do cotidiano" de Paulino (2011, p.111) – que também estudou um conjunto habitacional –, no sentido de observar a realidade como um campo de possibilidades de poder, que se oscilam entre diferentes grupos e momentos do cotidiano. A vida real – e a conduta do voto – tornam-se negociáveis, em busca de um poder simbólico ou até mesmo concreto, que revelam uma realidade de ordem econômica desigual. Mas é uma metamorfose e um desenrolar político e cotidiano, uma vez que Maria, na hora de realmente "negociar" e "botar a sua equipe na rua", desistiu. Estava cansada de tudo. "Ah, Roberta, não quero saber de nada. Só deixei colocarem uma placa desses Gurgel aqui na frente da minha casa por trinta reais. E nem vou votar neles. Só vendi o espaço mesmo. Vou é cuidar do meu filho que ganho mais", disse Maria, revelando as oscilações da micropolítica e do poder. Ou seja, o que antes era angariado dentro da Baixada Perpétuo Socorro, lugar de pertencimento de moradia; é resolvido dentro do conjunto Oscar Santos, onde os moradores ainda "treinam" o pertencimento à sua nova morada. Fora do conjunto, nos equipamentos públicos como a Assembleia Legislativa, por exemplo, as obras táticas não dão certo, porque os moradores não comparecem às ações, e os poucos que participam sentem-se acuados diante da formalidade e do poder simbólico dos lugares públicos. Em sua "casa", eles conseguem ter a união, força e coragem para falar, ser apoiados e fazer as suas solicitações. Tem

coragem e ousadia para articular e conduzir operações táticas de práticas discursivas. Ou seja, a situação se inverte: quem detém o poder são eles e os acudados são os gestores públicos, que estão “fora de casa” e muitas vezes melindrosos em relação à atitude dos moradores, que são rotulados por parte da população como “gente de baixada”, “malacos”, “agressivos”, “favelados”, “perigosos”, entre outros. A noção de espaço em De Certeau, como um lugar praticado, se consolida em Marc Augé (2003) em noção de lugar como invenção, fruto das ações dos sujeitos, um sentimento de posse, um senso de domínio territorial que lhes é próprio, seguro e conhecido. E isso toma corpo no conjunto.

No dia 23 de junho, segunda-feira, Dilma Rousseff e Camilo Capiberibe inauguraram o Macapaba, puxaram as fitas verde e amarela para abrir os laços de um novo conjunto para a comunidade. Escolheram a dedo pessoas que receberiam suas casas neste novo conjunto para beijar políticos e fazer declarações na televisão. Todos sorrindo, sem nenhum empecilho, sem nenhum outro participante indesejado e insatisfeito. Como me disse Fernandes:

Pois é, professora. Hoje a Dilma estava lá na inauguração do Macapaba. Muita gente foi lá pra ver e não deixaram entrar. As únicas pessoas que entraram foram os políticos, autoridades, e umas famílias escolhidas para ganhar a casa. Muita gente queria ir lá vaiar a Dilma e não pode entrar [pessoas que não faziam parte do acordo entre eles]. Se a senhora fosse também não poderia entrar.

Esta citação explicita uma realidade de oportunismo, “certas condições”, poder e coação de políticos brasileiros, onde “só entra” quem tem uma situação favorável a eles. Por outro lado, os moradores sem as “certas condições” perante o sistema – onde Fernandes me inclui -, precisam encontrar outras maneiras de resistir a este processo, ou de burlá-lo. E as operações cotidianas de práticas discursivas é uma dessas maneiras que muitas famílias como a de Fernandes encontram para encontrar um lugar para as suas subjetividades e sua noção de pessoa, bem como para sobreviver a uma vida de pobreza, violências físicas e sociais, de fome, falta de emprego, enquadramento a normas sociais que não fazem parte de sua cultura de vida. Fernandes, um dia após o incêndio revelou uma opinião sobre o governo atual. Agora, de certa forma, falava com outro tom. Assim como Maria de Jesus e seus comentários acerca dos Capiberibes, assim como tantas outras ações que se ratificam em táticas de sobrevivência, que De Certeau define como atitude engenhosa de um indivíduo que se coloca como um praticante de um lugar; Karina

Kuschnir (2003) chama de “estratégias políticas”, Vera Telles de “jogos da vida” e “viração popular” (TELLES, 2007, P. 28) e Daniel Hirata nomeia de “Sobreviver na Adversidade” (HIRATA, 2010, p.19). Os moradores do conjunto habitacional Oscar Santos não se sentiam no direito de pagar suas casas e negociaram para que isso acontecesse. Porém as negociações precisam ser em tom de ameaça para que estas pessoas sejam ouvidas com atenção e atendidas, caso contrário, são ignoradas, invisibilizadas. “Se uns não vão pagar, ninguém vai pagar!”, sempre disse Maria. E, se tivessem que pagar, voltariam para uma baixada qualquer no centro da cidade e fariam lá as suas casas, com o seu dinheiro e do jeito que quisessem⁷⁸. Logo, foram estratégias e táticas políticas, econômicas e sociais, forçando o pertencimento ao novo lugar de moradia. Estratégias que partiram do governo, que considera ter uma população estigmatizada morando longe do centro; e dos moradores, que, com a casa ganha, “aproveitaram a ocasião” (DE CERTEAU, 2014, p.46), e têm as verbas dos programas sociais que muitos utilizam para efetivamente gastar com a vivência e a sobrevivência cotidiana da família, o que ainda revela uma completa falsa consciência de igualdade, como diz Scott (2011). O objetivo dos moradores, atualmente, é de que os contratos das casas sejam alterados o quanto antes (de contrato de “compra” para “doação”), para que a promessa da casa doada não deixe de existir. Em dezembro de 2015 isto ainda não havia ocorrido e está em processo em 2016.

Este objetivo dos moradores revela trajetórias de experiências vividas – na “teia da vida” (DAS, 1998, p.31) – impostas no entorno do sofrimento social e da estigmatização, onde um evento crítico encerra um tempo e um aglomerado de relações, e instaura outro tempo com novas relações, na luta pela ocupação do novo território e de novos pertencimentos, num universo em que é fundamental levar em conta o trabalho do tempo (DAS, 1998). Logo, lutar pela doação da casa é, antes de tudo, uma forma de “habitar o mundo, ou habitá-lo *outra vez*, num gesto de luto” (DAS, 2011, p. 15), num sujeito que se reinventa partindo de um luto para um renascimento, tal como fênix. O conjunto habitacional, para cem famílias e para as mulheres agenciadoras é um novo espaço de um velho espaço habitado, cuja rua para a saída do conjunto passa a ser para muitas mulheres a fronteira da sociabilidade. O Oscar Santos, para estas famílias, lembra destruição e

⁷⁸Novamente no domingo, 06 de dezembro de 2015 os moradores que ainda não receberam suas casas nos demais conjuntos habitacionais fizeram um protesto na Rua Pedro Américo, pedindo suas casas. Ao longo da semana eles tentaram invadir o local e foram impedidos pela polícia. Nas semanas seguintes houve mais tentativas e ocorreu troca de tiros entre polícia e ocupantes, segundo moradores próximos ao local, como já citado neste trabalho.

fragilidade de uma vida. Deste modo, resistir às práticas de violência física e simbólica sofridas, resistir ao governo, lutar pelo não pagamento da casa é uma forma que especialmente as mulheres têm – porque são elas quem frequentam reuniões e fazem levantes – de enfrentar a violência e recuperar o sentimento de honra e dignidade através da sujeição da experiência (BUTLER, 1997).

4.2 De falta de água aos “malandros do pessoal da queimada”: estigmatizações e resistências

“Tu veio de onde?” é a primeira pergunta que um morador faz ao outro no conjunto habitacional Oscar Santos. Ao afirmar “sou da queimada” ou sou “da Baixada Perpétuo Socorro” a pessoa já impõe uma resistência e por outro lado demonstra uma condição social de fragilidades financeiras e já sabe que será arrojado com violências simbólicas de inferioridade em função de seus pertencimentos de moradia. Hoje no conjunto os moradores oriundos da “queimada” formam uma comunidade moral (DAS, 1995) que se transforma na identidade de “ser da queimada”. Assim, para manterem-se no novo território, os moradores precisam se reinventar identitariamente e micropoliticamente frente aos demais moradores e ao Estado como um todo, no sentido de sistema, que o tempo todo lhes impõe um poder disciplinador e os rotula.

Era mês de junho. Sábado à tarde, em torno de 16 horas. Em Macapá fazia muito calor, e as festividades estavam por conta da copa do mundo e das festas juninas. Hoje era dia de jogo. Brasil X México. Cheguei ao Oscar Santos e passei pela casa de Maria, que estava em frente de casa, com um pano na cabeça queimando lixo. A fumaceira era imensa. O marido Décio limpando a casa. Tinha um som muito grande e de alto valor financeiro dentro de casa. Seria “escalado” mais tarde para as práticas sonoras à noite. O bebê estava dormindo. Vitória ainda estava no trabalho, louca pra vir pra casa ver o jogo com a família. “Já tô saindo daqui e indo para a parada (de ônibus)! Tomara que o ônibus não demore pra chegar”, já que hoje não tinha a carona da moto do esposo, que já estava em casa arrumando a televisão com os meninos. Depois passei na casa de Maria de Jesus e a levei comigo para chamarmos Fernandes para ver o jogo conosco, já que assistiríamos na casa de Maria de Jesus. Fomos para a casa de Fernandes. Buzinei, cheguei gritando: Fernandes!! Fernandes!! Bora acordar!! (brincando, porque Fernandes passa as noites em claro vendo filmes e telejornais e dorme o dia “todinho”, como ela diz). Bati na janela, que estava aberta: “Bora, dona Fernandes! Jogo do Brasil e a senhora dormindo??” Nisso

ela coloca a cabeça pra fora do quarto, com o cabelo “bagunçado”. Ao olhar apertou os olhos para identificar-me. Me viu, abriu um sorriso e gritou: “Ohhhh professora! A senhora disse que ia ver um jogo com a gente e veio mesmo!” Já correu, abriu a porta e disse que estava “me esperando”, porque já tinha um café pronto na térmica. Enquanto ela foi se pentear, disse para que eu pegasse um copo na pia. Também já avisou para pegar uma água na geladeira dela. E foi o que fiz, estava muito quente. Tomei um copão de água e um gole de café. Sentamos na salinha de Fernandes, nas cadeiras brancas, defronte à mesa. Conversamos um pouco, ainda faltava um tempo para o jogo. Maria de Jesus elogiou o café: “ah, mas eu gosto muito de café. Lá em casa não falta”. Fernandes na maior alegria: “Ahhhh, mas minha filha diz que eu sou louca por café que já deixo tudo pronto. E olha, vi no jornal, esse negócios de adoçante é tudo papo (que não são saudáveis). Temos que fazer muito suco com frutas naturais. Aí eu tô no suco e no café. Só sinto falta da feira, que não tem aqui. E pra lá tinha”. “Mas tem um açougue aqui, com legumes, cheiro verde, tudo”, rebate Maria de Jesus. “Não, mas eu digo assim, abacaxi, fruta”. “É, temos que depender do carro e do ônibus”. Enquanto tomávamos café, com o sol em cheio batendo na sala de Fernandes, perguntei a elas sobre a situação da água no conjunto, já que muitos moradores estavam reclamando da falta de água. Elas disseram que ainda não pagavam água, porque a água ainda vinha pela Vex, a construtora responsável pelo local, mas que assim que a Caesa “assumissem a questão da água”, eles seriam cobrados. A água ofertada a eles ainda está sem tratamento. Muitas famílias compravam caixas de água para prender nas vigas do teto, já que não havia forro na casa. Elas dizem que querem colocar uma caixa de mil litros em casa. “Tem uma propaganda na TV que diz que é mil reais pra fazer tudo” (a caixa e a base dentro de casa), diz Fernandes. “Ah, mas eu consigo mais barato pra mim... Compramos por fora”, diz Maria de Jesus. “Tá caro né Jesus”. Neste momento ouvimos o hino nacional tocando com algumas pessoas cantando do outro lado da rua. Eles assistiriam ao jogo em uma das casas na frente da residência de Fernandes onde os moradores pintaram o tatu-bola que era o símbolo da copa do mundo no Brasil, nomeado de Fuleco. Olhei no relógio e ainda faltava meia hora para o início do jogo, começamos a rir da antecipação e pensamos que poderia ser o replay de outro jogo. Mesmo assim, Fernandes fechou a janela, nós saímos e ela trancou bem a porta, certificando-se depois de que estava bem trancada. E corremos para a casa de dona Jesus. Lá toda a família já estava se preparando. Além da TV LCD grande da sala, Rogério estava instalando uma televisão grande (mas do modelo antigo, aquele “com o bucho pra trás”, expressões que já ouvi em Macapá) na lateral da casa, onde não

havia sol. Mas lá a TV pegava muito mal, e, como sempre, trazia as imagens e o som uns 3 segundos antes da TV de dentro. Disseram que hoje não iriam beber porque era segunda-feira (o último jogo foi em final de semana, e eles me mandaram uma foto da família, de camiseta do Brasil, comendo churrasco e tomando cerveja). “Mas amanhã é terça-feira, né.... temos que trabalhar”, disse Diomira. Por fim as mulheres – e Rodrigo – ficaram na sala e os homens lá fora, na outra TV. Mas aumentaram tanto o volume que nós não escutávamos direito a TV que assistíamos. Como tinha *delay*, sabíamos tudo que iria acontecer. Maria de Jesus e Fernandes comentavam muito. Mas falavam mais de outros assuntos do que do jogo.

Torcíamos um pouco, ríamos mais um pouco. Conversávamos outras coisas. De repente, aos 16 minutos de jogo, ouvimos o gol, primeiro lá fora. Já começamos a gritar lá dentro... e só olhamos a bola entrar. Brasil 1X0, Neymar. No finalzinho do primeiro tempo. Aos 25 minutos, Camarões empatou. Diomira me olhou e riu: “Se perder agora... não tô mais preocupada... não tem mais feriado. Os próximos jogos são sexta, sábado e domingo”, e riu. Aos 34 Neymar faz mais um. Dona Maria de Jesus “pirou” de alegria. Terminou o primeiro tempo e o papo voltou. Vira e mexe voltamos a conversa da água. Todos reclamam que está faltando água pelo conjunto. Muitas vezes a água acaba logo pela manhã, e eles precisam encher a caixa à noite e economizar ao longo do dia. “Parece que a Vex (Construtora) vai fazer um poço, mas ainda não tem”. O calor estava muito forte. Elas, hoje, não queriam falar de problemas. No segundo tempo todo mundo prestou atenção no jogo e foi menos sofrido. Mais 3 gols do Brasil: Fred (aos 4 minutos, que não foi poupado das brincadeiras), e Fernandinho aos 39 minutos do segundo tempo. Os homens lá fora estavam mais sérios, mas as mulheres muito animadas, apostando no Hexa. Mal sabíamos do breve futuro 7X1 massacrante da Alemanha sobre o Brasil.

Alguns dias mais tarde, encontro as duas senhoras novamente no conjunto. Era mais fácil de encontrar elas que já estavam aposentadas. Maria de Jesus estava de camisola sentada na frente de casa. Disse-me que estavam dormindo até pouco antes de eu chegar... “Isi” ainda estava dormindo porque pela manhã havia ido na “bandeirada do Camilo” no centro da cidade. A família de Jesus, além de apoiar Camilo, estava aderindo a candidatura de Washington, também deste partido⁷⁹. Rogério havia ido jogar futebol.

⁷⁹ Apoiar estes dois candidatos do PSB eram importantes para o status da família de Maria de Jesus. Pois era a primeira vez que votariam residindo no Conjunto Habitacional. A declaração pública de voto, e o empenho de todos para a eleição dos candidatos, ratifica a adesão em troca de possíveis favores de emprego – para o marido de Isidora manter o emprego dele no Detran da cidade; e em troca da manutenção do cargo de professora de outra nora de Jesus. Esta relação de adesão ratifica-se na “sócio-lógica” proposta por

Enquanto dona Jesus nos serviu um café, a mim e a Fernandes, Isidora chegou enrolada numa toalha amarela... toda descabelada de dormir... estava se preparando para tomar banho. Antes parou e tomou um café conosco, nas xícaras grandes e pintadas de dona Maria de Jesus. Sempre observei suas xícaras, que são imensas, brancas, com desenhos em marrom fraco.

Dona Jesus conta que “pra banda do buraco esta meio violento” (o buraco é o local onde a prefeitura pretende construir uma praça, no meio do conjunto). “Professora, eu confesso que eu fiquei com vergonha... os moradores fizeram uma reunião com a prefeitura e a polícia para pedir mais segurança”, conta Jesus. “O homem da polícia disse que eles nos dariam segurança, mas que nós também tínhamos que cuidar mais do conjunto, porque já estava tudo sujo, casas sujas, cheias de capim na frente de casa, terra, sujeira, lixos jogados na frente de casa.... aí uma mulher disse que a violência aumentou quando o pessoal do Perpétuo Socorro chegou aqui....”, acrescentou Maria de Jesus, que ainda triste terminou: “É muita gente concordou... eu fiquei com vergonha!”. Fernandes interveio: “É, Jesus, aumentou a violência, mas como eu disse pra mulher, não são toooooodos do Perpétuo Socorro que são violentos, malacos”. Jesus continua: “Esses violentos são uns moleques de uns dezesseis anos. São muito violentos. Fazem violência, assaltam, ficam com uns paus por aí. E agora mais essa... a Carla, que tem uns filhos violentos, também está pra cá no conjunto, aqueles pequenos são muito perigosos”, fala. Segundo Maria de Jesus, “tem um que não tem uma mão, é o do bracinho, que eu não lembro o nome, e o outro é o Golias, que saiu agora da cadeia. Esses dois, mana, são muito perigosos... e eles tão aqui...”. A ideia de violência e crime na baixada e que transcende ao conjunto habitacional são manifestados, pelos moradores, como ações e modos de vida de uma minoria, que não representam a coletividade dos moradores da baixada/conjunto, que trabalham, vivem de bicos ou ‘dão um jeito’ para sobreviver sem ser pelo crime. Mas como o estigma existe, muitas vezes todos os moradores são enquadrados como os causadores dos transtornos que elucidam a violência.

A cultura é móvel, são práticas e fruto de experiências vividas. Cultura e política se entrelaçam no que tange a experiência vivida e estrutura de significado e, também, de poder, escolhidos por uma determinada experiência (GEERTZ, 1989). Logo, assim como

Heredia e Palmeira (2006, p.38), num sentido de garantir as necessidades da família e manter seu poder simbólico de prestígio que muitos vizinhos no conjunto habitacional ainda não conheciam. Nenhum dos candidatos deles se reelegeu. Rogério perdeu o emprego, porém a nora de Jesus conseguiu mantê-lo, porém foi transferida para lecionar em uma ilha distante de Macapá, fazendo com que fique longe de casa praticamente um mês.

a cultura é móvel, as pessoas se reinventam o tempo todo e conferem significados a elementos concretos e abstratos. Estes significados muitas vezes são equivocados e genéricos, ocasionando uma espécie de “tráfico de símbolos” (GEERTZ, 1989, p.212), como a ideia da comunidade do Oscar Santos achar que todos os moradores que vieram da Baixada Perpétuo Socorro, são “malacos”. Outro significado atribuído a elementos concretos são as manifestações de medo com relação a suposta violência “dos filhos da Carla”. No lado esquerdo de Maria de Jesus mora a Ruiva, uma senhora que resolveu fazer marmiteira pra vender. Custa 5 reais e vem arroz, macarrão, feijão, salada, e uma carne. Parece que vale muito a pena e esta senhora quer reforçar a segurança, com medo da violência. Também descobri que esta é a senhora que mantinha uma “boca de fumo” perto da feira de peixes na Ana Nery na baixada e segundo moradores do conjunto, ela já voltou a vender drogas no Oscar Santos. Porém Jesus e sua família nunca falaram nada. Uma vez perguntei acerca de bocas de fumo na baixada e no conjunto e eles sempre dizem que “deve ter”, mas que não sabem de nada. Ninguém desta família nunca deu “um pio” sobre Ruiva, apenas sempre falaram muito bem da vizinha. Mas destinavam seu medo aos “filhos da Carla” e não “a vizinha”, o que exemplifica o tráfico de símbolos que se transmuta em medo.

Estes primeiros tempos no Oscar Santos podem ser entendidos como uma hibridez de práticas sociais, discursos e conteúdos culturais que ampliam a formação de uma nova rede social, fruto de um deslocamento coletivo. O Oscar Santos ainda está sendo decifrado dentro do enigma sociológico (BARREIRA, 2012, p.239) e a estigmatização entre moradores se prolifera, em ratificações de violências morais e simbólicas frente ao outro, aos que vêm “do Perpétuo Socorro”. As denúncias e acusações vêm de todos os lados, até da presidente da associação dos moradores do conjunto.

Quarta-feira. 10h. O dia está bonito e quente, como sempre. O cotidiano do verão. Hoje vou ao conjunto para conversar com Irene, 47 anos, presidente da Associação dos moradores do Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos. Ela estava em sua residência, sentada em sua cadeira de balanço, balançava-se lentamente e assistia ao programa da Ana Maria Braga. Ela me disse que era a vice, mas que o senhor renunciou e pela hierarquia ela tornou-se a presidente. Enquanto mal começamos a conversar chegou Janaína, 38 anos, a secretária da associação. Dois minutos depois chega Julio, todo suado, querendo saber “que movimento é esse” e desejando participar da conversa. Apresentei Julio a todos, como meu aluno e morador do conjunto. Elas se lamentaram muito quando souberam que ele trabalha no Jornal do Dia! “Poxa, se a gente soubesse antes... chamamos

os assessores da prefeitura, mas eles não postam nada”. Informamos que os assessores só publicam o que convém ao órgão, e Julio, que “não é bobo nem nada”, já passou seu contato para as vizinhas pensando nas fontes como jornalista e nas resistências como morador. Elas adoraram e ganharam o dia com esta informação de ter um “jornalista” morando no conjunto.

Elas me contam sobre o problema da água. Todos são unânimes em concordar que a falta de água já amenizou, mas que antes estava pior. “O problema é que ainda está na mão da VEX (construtora), eles têm dois poços para todo o conjunto. O problema é que as famílias cadastradas disseram ter 4 ou 5 na família, e agora tem gente morando entre 10 e 15, porque vem filho, nora, neto...”, diz Irene. “Então a gente tá batalhando pra VEX fazer mais dois poços. Na verdade a gente até achou outro poço atrás da praça (área do buraco), mas tem que limpar ele... precisamos de mais dois poços, que aí a Caesa toma conta”. Irene fala para mostrar trabalho enquanto “presidente”. “A Caesa (companhia de água do Estado) disse que só vai tomar conta quando a Vex cumprir com o exigido. E aí a água vai ser tratada, né, porque essa água não é tratada”, diz. Ela continua: “No fundo a Caesa tem razão, ela não vai pegar nada pelo caminho. A situação agora normalizou, mas ainda estamos com um pé atrás”. Na terça-feira, 07 de outubro, elas foram “falar com o prefeito, mas como ele e seu braço direito estavam em reunião, falamos com a secretária dele que agendou um encontro com ele”. Elas dizem que também já encaminharam documentos para a SEMAI solicitando a troca de portas, janelas e demais partes de casas que vieram danificadas. Segundo elas, se resolverem 70% dos problemas, já estão felizes. “Também estamos preocupadas que o centro comunitário já foi depredado umas 3 ou 4 vezes e a gente quer que o poder municipal coloque grades nas portas e janelas do centro”, esmiúça Janaína. É interessante a paisagem e o uso público do centro comunitário. Este está se confirmando como um espaço de negociações, mudanças estruturais no conjunto habitacional e um lugar que passa a ter um significado para a comunidade de luta e dignidade. Para os moradores do conjunto, o centro comunitário caracteriza-se no que Antonadia Borges (2003) chamou de lugar-evento, porque atua como um lugar de mediação e sociabilidades dos moradores. O centro serve tanto como lugar de discussões e conflitos, como nas assembleias, reuniões em torno da doação das casas e das necessidades do conjunto; e também atua como um elemento que amplia as relações sociais nos eventos em datas comemorativas como dia dos pais, dia das crianças, nos cultos que acontecem no centro, bem como nas exposições de filmes que uma vez ou outra

acontecem à noite. O centro também serve, caso o morador faça a reserva, para festas particulares com seus convidados.

Ainda sobre a água, alguns dias atrás da data citada, faltou água o dia inteiro. Julio disse que à noite alguns moradores “roubaram” água de sua caixa d’água pequena que estava para fora de casa. Ele também argumentou que seu vizinho “é bem esperto e já possui uma caixa d’água enorme no quintal, que serve para ele e ainda como ajuda para os vizinhos que ficam sem água. Em uma das muitas faltas de água que acontece, ele foi um dos provedores para que eu não ficasse na pior e me ajudou bastante”, diz.

Além dos problemas da água, a associação dos moradores quer demonstrar trabalho em outras questões: “Também pedimos limpeza (das ervas daninhas), lixeiras e terminal de ônibus no centro comunitário. Fizemos pedidos para linhas adjacentes, mas vamos ver se para as empresas, para os lucros dela, vai valer a pena. Pedimos linha do Ipê – Sol Nascente – Ifap; Ipê – Sol Nascente – Unifap; e já conseguimos Ipê – Sol Nascente – centro”, conta Irene. Em sua sala de estar, havia três cadeiras de balanço, uma cinza, onde me sentei, uma vermelha e uma azul. A vermelha, do meio, recebia a pasta das ações da associação, e na outra cadeira estava Irene, de vestido longo. À nossa frente, Janaína, de frente pra mim, e ao meu lado, encostado de um lado na mesa, Julio, que continuava suando (ainda mais agora que faz tudo correndo e de ônibus, já que sua bicicleta foi furtada no pátio de casa).

“A questão do esgoto é que é preocupante. A Vex passou a perna na gente em todos os sentidos. Primeiro por causa dessa história da caixa d’água, segundo porque não veio com forro – e eles dizem essa história de casa embrião, mas no contrato consta que era pra ter forro”, fala Julio passando a mão na testa para conter o suor. “Também dizem que trocaram o piso pelo forro; e em terceiro por causa do esgoto. Não tem como recolher os dejetos que estão sendo escoados para uma área de ressaca do Bairro Sol Nascente (quem vem do centro, antes do conjunto)”. As senhoras concordam com ele. “Agora parece que querem fechar o córrego, mas aí o problema é que o esgoto vem pra cá”. Irene apoia: “Se nos reuníssemos na justiça por isso era causa ganha! Mas a gente não quer se encrencar, e também porque ninguém quer ajudar. Quando falta água ninguém quer protestar, mas nos criticam por não ter água!”. Janaína conta que passaram de casa em casa solicitando uma ajuda de dois reais de cada morador, para a associação fazer um caixa. Parece que só alguns ajudaram, e teve gente que ainda foi muito grosseiro com elas para não colaborar. “Estamos indo a passos de tartaruga, mas as portas estão sendo abertas. Estamos aproveitando o momento político. É assim. Sabemos que temos que aproveitar

e pedir nesta hora”. Aqui Irene deixa claro a tática da negociação, da micropolítica nas relações de poder. Todos sabem e sentem-se vulneráveis frente à ordem social. As senhoras comentam com Julio como “nunca te vimos por aqui” - felizes, afinal, um jornalista morava no conjunto – e ele diz que as vezes passa quase um mês na casa da mãe dele, que estava com alguns problemas de saúde. As duas o alertaram para não deixar mais a casa sozinha, porque a prefeitura “vai fazer um recadastramento, quem não tiver na casa, vai perder. Porque tem muita gente alugando ou vendendo estas casas, e isto, pelo contrato, não pode”.

Não demorou muito e Irene desabafou que há minutos antes de todos chegarmos em sua casa, “uma pessoa que não aceitava a chapa” passou lá e fez um “piti”. Eu e Julio começamos a rir. Nós dois já sabíamos quem era. Julio disse: “A Sergipana?” e Irene soltou: “Ela mesma”. Sergipana vende acarajé na Praça do Coco e “vem da queimada”. Segundo falam, “ela quer ser a presidente do conjunto, mas não votaram nela”. Sergipana utiliza-se de “rodar a baiana” como tática de resistência, incitando uma forma de desordem social para efetuar a criticidade das necessidades do conjunto e ao respeito para com sua antiga e extinta área de pertencimentos. Ela performatiza cotidianamente uma prática-tática. “Ela já estava cadastrada (para receber uma casa) e já tinha recebido a casa. Então ela não veio pelo sinistro, e sim pelo cadastro”. E Irene começa a discursar e visivelmente percebo o teor da encrenca: “A Sergipana quer poder, mas ela já é da associação dos Artesãos, então ela não pode ser de duas associações ao mesmo tempo. Ela veio aqui gritar, eu disse pra ela ‘isso é recalque de perdedora’; porque ela já foi derrotada duas vezes com a chapa dela”. Julio me olhava de “rabo de olho” segurando-se para não rir, pois todos do conjunto já sabiam da intriga das duas. Por azar, nunca consegui conversar com Sergipana... Só ouvi sua “fama”: “Eu disse pra ela ‘o povo não quer você! Nós abrimos nossos corações para você entrar na nossa chapa. E agora você vem aqui dizer que o povo quer a minha saída?’”, e continua: “aí ela disse que o povo tá fazendo um abaixo assinado pra eu sair, mas na verdade acho que é um pastor aqui do Bairro Ipê que tá passando uma lista para ver as crianças do conjunto, porque ele quer fazer um dia das crianças no domingo de manhã bem cedo”. Irene disse que Sergipana teria que brigar com o Ministério Público e que tudo estava no “tempo de Deus”. Todos a ouviam: “Eu disse pra ela: ‘Você é uma traidora! Nos traiu! Uma traidora! Grite na porta da sua casa, que aqui quem manda sou eu! Você tá atiçando as pessoas! Se você tiver cacife corra atrás das suas coisas’...”. Julio ria... “ora essa... e a gente fica aqui, correndo igual doido para solucionar o problema da água! Eu tô nessa chapa, mas não me

engrandece de nada ser a presidente... se ainda fosse do Brasil”... Julio dá um grito com a voz empostada como locutor de rádio: “Irene, presidente do Conjunto Mestre Oscar Santos!!!”, todos começamos a rir... e ela continua: “Uma andorinha só não faz verão!!!” Janaína tentou participar da conversa: “tentamos fazer reuniões, mas só vem meia dúzia”.... Essa discussão de Irene com a Sergipana revela os processos sociais e políticos do Oscar Santos, que formam um novo grupo, uma nova rede, porém com a existência de fortes estigmatizações ao grupo vindo da Baixada Perpétuo Socorro. Estes mantêm e fomentam estratégias, táticas, redes e lugares, num sentido que nos remete a DE CERTEAU (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1994, 2013), das táticas de Sergipana (que está na transitoriedade da chapa, ou seja, está fora desse lugar) e com as estratégias de Irene (que está num lugar definido e de poder).

Neste momento, quase meio-dia, passa bem devagar um carro do conselho tutelar. “Ah, devem estar indo na casa daquela senhora com as crianças”. Juro que pensei numa casa que vi no sábado, uma senhora muito magra, com umas 3 ou 4 crianças sentadas do lado de fora da casa, elas pareciam descascar algo... devia ser macaxeira. Então Julio disse: “Deve ser daquela senhora morena, muito magra, que mora ali no canto, na última casa, com as crianças”. Pela fala dele já percebi que era a mesma pessoa que eu pensava que era. Julio continua: “Por isso eu acho um absurdo essa história de legalização das drogas... o meu cunhado é um exemplo desses, a pessoa começa fumando maconha e não consegue mais parar”. Irene conta que os 3 mil que todos ganharam do governo para comprar móveis, nesta casa, foram gastos com drogas: “Ela comprou as coisas dela, mas já não tem nada dentro de casa. Ela vendeu tudo”! Os três, neste momento, revelam práticas ambivalentes, pois todos tem um modo de agir contratual com o vizinho, mas quando este mora há algumas casas adiante, todos o observam e – mesmo negando o intrometimento na vida do vizinho – acabam divagando sobre ela, a vida alheia, numa violência simbólica acidental sentindo-se fora do ordinário do cotidiano observado.

Pergunto se o conjunto está tranquilo e seguro. Os três se olham e Irene fala: “A violência tá grande, mas já deu uma aliviada”, os outros dois concordam. “Isto porque a polícia estourou umas bocas de fumo aqui dentro, graças a nós que ligamos para o capitão, do 2º Batalhão. Ele é nosso parceiro, quer montar uma base da polícia aqui dentro” (Julio me faz sinal de que as bocas de fumo “estouradas” foram numa noite que ele estava em casa e já havia me contado)”. Os três me contam que os responsáveis pela violência dentro do conjunto são “uns molequinhos do Bairro Ipê e Novo Horizonte, que vem se juntar com os molequinhos daqui. Tem um tal de Manteguinha que toca o terror! E por trás dele

tá o pai”! E Irene continua: “Por Deus, sem querer ser preconceituosa, mas antes do pessoal do Perpétuo Socorro chegar, nós dormíamos muito tranquilos”! Julio entra: “Verdade, professora, sem querer ser preconceituoso com o pessoal de lá, e não são todos, mas antes dormíamos de janelas abertas, com as roupas penduradas no varal”. Eles concordam. Irene continua:

Professora, aqui ainda tem quatro bocas de fumo, todas do pessoal de lá. Tem uma nesta rua aqui na principal (quem entra no lado direito, ao lado de uma casa de muros), das loiras (me lembrei das loiras que uma de minhas interlocutoras falava que vendiam drogas na entrada da Baixada Perpétuo Socorro); na Rua Pedra Negra também tem umas loiras de lá que vendem droga; Uma na Rua 15 (elas não lembravam o nome da rua) numa casa em frente a uma açazeira; e uma lá no canto, no final da rua em que mora a dona Maria de Jesus também tem uma boca de fumo. A mulher que vende drogas lá é quem comanda a bagaça aqui no Conjunto. Todos vieram do Perpétuo Socorro. A gente sabe que não são todas as pessoas de lá que são assim, mas que a violência aumentou, aumentou.

Todos concordam. Ainda mais Julio, que tem uma raiva porque ele acredita que foi alguém oriundo do perpétuo Socorro que furtou sua bicicleta. Ele até me lembrou: “professora, e tem o caso de minha bicicleta que a senhora já sabe”! Eles pretendem não estigmatizar o conjunto, fogem dos estereótipos, mas os relacionam aos vizinhos. Estas narrativas de Julio, Irene e Janaína reforçam as práticas discursivas de violência simbólica frente ao “outro”, às desigualdades e firmam preconceitos (CALDEIRA, 2000). É claro que estava instalada aqui uma encenação, meus interlocutores também performatizavam (GOFFMAN, 2012), enfocando o que queriam ratificar em seu jogo de cena.

Nisso chega “Pedagoga”, uma senhora alta, gorda, que também colabora com a associação. Ela estava indo comprar sal para o almoço, mas “vi um fuzuê pra cá, com carro e gente e resolvi ver o que era”. Ela faz pedagogia na UNIP. “Faço lá porque é mais barato, se bem que não é a faculdade que faz a gente, é a gente que se faz na faculdade”. Ela conta que estava estudando pra prova, mas que foi Deus que a mandou ali, porque ela gostou da história e gostou de me encontrar. Me pediu para explicar o que eu fazia ali. Expliquei novamente, já que no início já havia explicado em detalhes para os outros. Ela saiu em operações discursivas e corporais, com movimentos de mãos para todos os lados. “A população que veio do Perpétuo Socorro, não todos, mas a maioria, se preocupa com

o hoje, ‘eu já tenho pra hoje’. Muitos não têm escolaridade nenhuma”. Ela continua: “Uma grande fatia deles não tem limite nem senso crítico para a correção dos seus problemas e do poder público. Eles não fazem nada, só cobram! Isto provém do jeito de ser ribeirinho”, diz, em direcionamentos de práticas de julgamento aos “outsiders” do conjunto. “Ontem eu quase levei uma fraldada na cara! Fui sair de casa, passei pela janela do vizinho e voou uma fralda suja!!! Justamente, porque lá na baixada, eles jogavam tudo para baixo das pontes! Esses lugares vivem sujos. E o nosso ribeirinho também era assim. Jogava tudo no rio e o rio levava”, diz Julio, ambos enfocando a teoria de que “quem veio da Baixada Perpétuo Socorro tem um jeito reibeirinho”, como se as demais pessoas não tivessem vindo também de áreas de ressaca da cidade (minha hipótese desta estigmatização com os moradores da “queimada” é em função da doação das casas). Em outro momento, Julio me disse: “é verdade que minha casa está repleta de mato, por descuido meu. Agora o que não está certo é que os meus vizinhos do Perpétuo Socorro estejam jogando lixo constantemente em frente a minha casa, é muita sacanagem, tem que ter muita cara de pau para fazer isso”! “Pedagoga” interfere: “Prefiro morar ao lado de um professor do Estado do que ao lado de gente com filho malandro. Eles só vêem os prós, não vêem os contras. Depois que eles chegaram, olha como tá o lixo, olha a sujeira. Querem fazer extensão do Perpétuo Socorro (Baixada) aqui”. Nesta conversa cheia de julgamentos e estigmatizações, percebo que o atual cotidiano do conjunto Oscar Santos, e da própria associação dos moradores remete às noções de “táticas”, “estratégias”, “trajetórias”, (CERTEAU, 2003, p.37,50) de agentes sociais que ocuparam um espaço social e também político pontuando penúrias e vontades, enfrentando situações de graves dificuldades financeiras, e também se usando de todas as táticas para manter o padrão de vida dentro de um estilo interiorano, tranquilo, autônomo. Desta forma eles reinventam o conjunto, todos os moradores, vindos de todos os lados de Macapá. Não em termos de espaços e decisões físicas, mas principalmente de questões simbólicas e imaginárias. Antes de nos despedirmos, elas dizem que tenho cara de polícia federal, porque “você é branquinha”. E ainda disseram: “Olha, estão ouvindo? Já começaram a tocar esses bregas horrorosos”.

Na esquina da Alameda de entrada com a Rua Sentinela Nortente, a flauta da estátua do Mestre Oscar Santos havia sido furtada e o “dedo do Mestre” amputado. Todas as acusações eram destinadas “ao pessoal da queimada”. Pouco adiante da casa de Irene, na mesma rua, Maria quando me viu já veio me falar “desta história da flauta e do dedo do mestre Oscar”. “Agora, como se não bastasse nos acusar do roubo da flauta, agora acusam

a gente do roubo do dedo que sumiu”, disse. “A gente sofre discriminação sim aqui. Qualquer coisa de miudeza do Mestre Oscar, sumiu o dedo ...Sumiu a flauta e o dedo! E disseram que foi nós da baixada. Amputaram o dedo dele. (risos)”, disse. “Foi agora, aí falaram por aí ‘foi esse pessoal da baixada que roubaram’. E não foi não! Eu ainda vou descobrir quem foi! Atiraram na nossa costa, tá mana (Faz o gesto típico com o beijo que todo amapaense faz)”. Maria fala de uma categoria de estigmatização decisiva para eles que é o rótulo de “ser de baixada”. O que me fez lembrar de uma vez em que dei uma carona para Julio e ele me disse que não conhecia muito bem seu vizinho da esquerda, mas que ele “tinha cara de ser da Baixada, do Perpétuo Socorro”. Lhe perguntei o que era ter cara de ser da baixada, especificamente da “Perpétuo Socorro”. Ele respondeu: “Não é querendo ser preconceituoso, mas eles tem umas características físicas e do jeito de ser”. Lhe perguntei novamente quais eram estas características. “Ah, as físicas, as mulheres tão sempre com roupas muito curtas e apertadas. Shortinhos e saias que mal entram no corpo. E o jeito de ser, eu acho eles meio vulgares, falam palavrões, gírias feias, falam errado, gritam, às vezes são grossos”. Ele disse que sempre reconhece a maioria das pessoas que “vem da baixada. Mas não são todos assim. Mas a maioria”. Estas denotações de violência verbal sempre existiram, no entanto, elas são utilizadas entre pares – de pessoas que moram no mesmo lugar e provavelmente vieram das mesmas dificuldades econômicas num contexto de precarização, entre redes de relações que tem em comum a vulnerabilidade social e econômica. Há, aqui, resistências de moradores fruto de trocas de práticas sociais, envolvendo pertencimentos, subjetividades, julgamentos e moralidades. Há tensões, sobretudo, simbólicas e até mesmo de violência física, como em meados de 2015 quando Irene postou em seu facebook que teria sido ameaçada de morte no conjunto apenas porque “tem um filho policial” (não deixei de pensar se era o seu filho o “policial parceiro” do 2º Batalhão que me disse quando conversamos sobre a “sua gestão” de líder da associação dos moradores no conjunto habitacional). Ao que tudo indicava, segundo ela, os responsáveis pela ameaça de morte seriam os “ex-moradores do Perpétuo Socorro”, que são rotulados e viraram “categoria”.

Neste aspecto, em expressões nativas, quem veio do “sinistro” é rotulado como “violento”, “relaxado”, “joga lixo no chão”, quando na verdade são táticas de resistência. Jogar lixo no chão, “fazer cara de mau”, são formas de se inscrever, ou se marcar, no fluxo das relações sociais. É a forma de conquistar espaço e poder, seja sob o disfarce de violento ou maldoso. No conjunto habitacional, o que lhes foi entregue “pintado”, “bonito”, em “ordem” imposta, agora já se vê muitas casas sujas, já sem a pintura, com

muito lixo em frente a algumas casas, as ervas daninhas viram mato no que há pouco tempo foi gramado. Logo, dentro do conjunto há uma diversidade de tipos e formas de experiências sociais, de “malhas” (INGOLD, 2008) com vidas e trajetórias muito diferentes. Neste ambiente há pessoas ampliam o próprio estado de exceção (DAS; POOLE, 2008) e alimentam a dependência ao seu opressor, muito provavelmente fomentadas pela educação formal que não tiveram, pela prática de diferentes valores e outras práticas sociais e cotidianas, pela falta de amparo governamental coerente e sem corrupção, e, sobretudo, pela falta de ordem estatal, que deveria priorizar educação e formação profissional a todos os seus cidadãos e que não o faz. O Estado precisa dar mecanismos para que a população classificada como “pobres” possam gerir as suas vidas com menos dependência e violência simbólica oriunda do poder público. Muitas outras famílias deste grupo, que não ampliam o estado de exceção, utilizam-se destas ações citadas acima como táticas de enfrentamento aos opressores. Por isso, para Pierobom, às populações “vulneráveis” como os marcados pela “queimada” no conjunto, “não haveria outro caminho senão resistir, e, nesses casos, resistir é *profanar*” (2013, p. 74) e romper com as ordens em vigor. Aqui há uma divisão simbólica entre estas 100 famílias: Alguns grupos tentam alinhar-se simbolicamente com os valores erigidos pela elite, no sentido de um padrão de educação, policiamento, limpeza e religião, como por exemplo, a família de Maria de Jesus e de Vitória. Há outras tantas famílias que se alinham ao desvio moral e social como valor, no âmbito de utilizar como enfrentamento à ordem social o fato de não limpar a frente de sua casa, não pagar as contas, utilizar “gatos” para burlar pagamentos, utilizar de violência física, em alguns momentos a rejeição ao trabalho quando não se está com vontade, o não cumprimento de horários, os discursos críticos ao poder, entre outros, como Maria e Fernandes fazem. São consciências e falsas consciências (SCOTT, 2011) de grupos explorados com perspectivas diferentes. No entanto estas perspectivas diferentes geram fofocas de um grupo que se sente “superior” para um grupo que se sente ou é rotulado como “inferior”, como o “julgamento” prévio da senhora que estava sendo vigiada pelo conselho tutelar. São formas de táticas, estratégias e resistências de ter e lutar por relações de poder. Este, por sua vez, é desproporcional e uns tomam o poder sobre os outros (FOUCAULT, 1992), por isso a necessidade da resistência frente a qualquer poder hegemônico, seja ele conduzido pelos governantes do Estado e do Município, seja pela presidente da associação dos moradores. Estes conflitos geram sentimentos de raiva, ressentimentos, que segundo DAS (2007) são acionados no desencadear cotidiano pós-evento crítico que inclui vociferações,

humilhações e ódios, impondo culpas e poderes a si ou ao outro. E, ao sentirem-se humilhados e abandonados, as pessoas estigmatizadas se autorizam a atos morais e ações de resistência aglutinadas a ódios, instabilidades e vulnerabilidades.

Para rebater os preconceitos, a resistência destas mulheres que são mais participativas no agenciamento do respeito e da dignidade, precisam defender-se de acusações, reabitam seu cotidiano no conjunto, tentando, num primeiro momento, fugir da violência, porém ainda com sentimentos de ressentimento e humilhação. E esta reconstrução do cotidiano, das relações e das práticas e resistências cotidianas têm a ver com a agência do tempo e os testemunhos e memórias que vão sendo vividos e narrados, numa interação de tempo, espaço, passado, presente e futuro. O conjunto é, para elas, um lugar onde o cotidiano será reparado e reconfigurado, dependendo do curso das agências de cada família.

5. A agência do tempo no Conjunto: A produção de subjetividades que nunca se viveu

“Como pode alguém sonhar
O que é impossível saber?
Não te dizer o que eu penso
Já é pensar em dizer
E isso, eu vi
O vento leva
Não sei mais
Sinto que é como sonhar
Que o esforço pra lembrar
É a vontade de esquecer” (Rodrigo
Amarante)

O trabalho do tempo será o futuro do viver no conjunto Oscar Santos. As 100 famílias que viveram o evento crítico em suas vidas, mas que já viviam formas de violências difusas (BARREIRA, 2008; DAS, 1999), agora esperam pelo amadurecimento do tempo. “O tempo leva tudo/ O tempo leva a vida/ Lá fora as margaridas fazem cor” (JÚNIOR, 1991)⁸⁰. O tempo vai dizer o resultado dos infortúnios, das estigmatizações, das considerações ou falta delas, das resistências, das dores, dos testemunhos, das experiências de sujeição, das vivências, das narrativas contadas. “Eu lembro a alegria/

⁸⁰ Trecho da letra da Música Popular Amapaense de Osmar Júnior, Igarapé das mulheres; este que antigamente localizava-se no rio Amazonas próximo à Baixada Perpétuo Socorro. O compositor, com suas letras, está presente nas alamedas do Conjunto Habitacional.

Boiar naquelas águas/ E ver as lavadeiras lavando a dor”(Idem). Hoje o fato vivido da tragédia do incêndio que destruiu 250 casas ocupadas por famílias grandes é experiência, expiação e violência sofrida. A distância do lugar de pertencimentos próximo ao rio Amazonas, traz no corpo e na alma de seus sobreviventes práticas de resistência e superação. Práticas de mulheres que agenciam as práticas cotidianas em suas famílias, que guardam o tempo vivido no porta-joias da memória e que, todos os dias, descobrem novas possibilidades de habitar e dar sentido a um novo cotidiano. Elas são como as lavadeiras do Igarapé das mulheres, “que lavavam a minha esperança perdida,/ De crescer lá no igarapé/ E lavavam o medo que tinha da vida/ E agora o meu medo o que é?” (Idem). Hoje estas mulheres lavam o medo de uma violência marcada pela vulnerabilidade e circuncisada por um evento crítico, lavam o luto dos outros, mas guardam o próprio luto.

Estas mulheres conhecem o sofrimento e o luto via testemunho (DAS, 1999) e constroem e produzem um novo cotidiano, que incorpora a espera da cicatrização da dor e das relações de violência que lhes foram destinadas. Paralelamente, vivem um enfrentamento, ou seja, uma resistência, também por meio da coragem do testemunho, onde a honra e a dignidade de cada pessoa evidencia-se nas práticas discursivas e gestuais das rodas de conversa, das culturas de cada uma, das introjeções da ordem imposta, dos enfrentamentos frente ao Estado, onde há uma autocensura de narrativas em que cada uma sabe o que e como dizer, em atos performáticos e resistentes – talvez o maior destes atos de resistência -, cujas formas de vida⁸¹, em direção aos filhos e a família, passa a ser de esperança em detrimento da dor da violência dos espaços de moradia e do distanciamento social. “E lavavam a minha paixão corrompida/ As mulheres do igarapé/ As Joanas, Marias, Creusas, Margaridas,/ Lavarão o que ainda vier” (JÚNIOR, 1999). O tempo tem um trabalho fundamental nestas trajetórias de vidas e experimentações. Agora é tempo de maturar, marinar as dores de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008) em prol do curso e da agência do tempo.

⁸¹ Nesta noção de “Formas de Vida” DAS emprega as ideias de Wittgenstein acerca de “ênfatisar ou amenizar a natureza social da linguagem e da conduta humana” (DAS, 1999, p. 38).

5.1 As identidades de uma vida e os espaços de dentro e de fora da casa nova no “pedacinho do céu”

A inquietude com relação ao novo espaço de moradia revela indícios de pertencimentos e trajetórias destes agentes sociais, cujas interações com diferentes lugares ao longo dos anos entrecruzam experiências de vida. São, sobretudo, trajetórias de vidas vulneráveis no que tange a dificuldades econômicas e exclusões sociais. Estas Joanas, Marias, Creusas, Margaridas, Vitóriaas, Marias de Jesus, Fernandes e Marias viveram os últimos 20, 30 anos em espaços justapostos, simultâneos, em moradias co-habitadas, num emaranhado de redes sociais e de “coisas” materiais (cf. INGOLD, 2008), onde fincaram seus pertencimentos sociais, pelo movimento que executaram nas pontes, malhas, caminhos; bem como pelas casas espaçosas, em sua maioria de dois pisos de madeira, que construíram com as próprias mãos e com o esforço de anos de economia; e pela proximidade de lugares centrais, de importância notória para cada agente e sua família, sem a necessidade do uso de transportes públicos, que encareciam seu modo de vida.

Após o evento crítico do incêndio, aparentemente fecha-se o ciclo de uma vida informal, em espaço de proteção ambiental, que não oferecia as oficiais “condições de necessidades básicas” de água tratada e saneamento básico, mas que os moradores, através da informalidade, resolviam estas questões. Vivemos, pois, segundo Foucault (2013), na época do espaço simultâneo e justaposto, como já foi dito. E estas agentes fecharam o ciclo de um espaço simultâneo e justaposto em termos de emaranhado social e material. Agora, mergulham em um espaço simultâneo e justaposto de residências, porém organizado e coercitivamente enquadrado numa volta à noção de comunidade (BAUMAN, 2003), com casas milimetricamente projetadas uma ao lado da outra, no conjunto habitacional, em vida formal, com pagamento de luz e transporte público, em breve o pagamento da água, e ainda muitos pagam a parcela da casa que não teve o contrato alterado. Hoje estas pessoas têm seus conflitos de fora (no espaço físico da casa e do conjunto, nas relações sociais que definem as alocações, na história da vida imersa no tempo e no espaço) e os conflitos de dentro (sonhos, devaneios, paixões, amores) (cf. FOUCAULT, 2013) voltados para o final de um tempo e o começo de outro, em espaços diferentes no que se refere a distanciamento social e físico e a formalidade dos ambientes. Todo este tempo de vida percorrido, em espaços e lugares diferentes, condições de vida e formas de vida (WITTGENSTEIN apud DAS, 1999) interpelam uma nova configuração

destas formas de vida em um novo espaço de moradia. Isto só é possível graças às formas cotidianas de novos modos de fazer, de outras operações cotidianas.

Este novo espaço vivido no conjunto Oscar Santos inquirir a incorporação das múltiplas identidades – muitas vezes flutuantes – dos agentes em campo, influenciando sobre a circulação dos agentes no espaço – que ainda os angustia em função do espaço pequeno da casa e da distância do centro – e as novas construções significantes entre eles. Dos valores arrancados, o que passa a ser importante para estas pessoas?

* * *

Maria, que numa trajetória de mais de vinte anos, entre ir e vir no Bairro Perpétuo Socorro, na baixada, já bebeu, fumou, falou palavrão, pensou em si mesma, não quis casar, traiu o marido, foi “muito péssima”, como ela mesma diz; no conjunto vive para a família, é evangélica “em nome do Senhor Jesus”, respeita o marido, cuida de seus filhos e dos vizinhos doentes, é agente de saúde, há mais de dez anos sem beber e falar palavrão. Acha que trocou o inferno pelo céu. Tanto nas práticas sociais da vida quanto no quesito espacial da casa nova do Oscar Santos. “Fora a distância para o centro e as facilidades com comércio, aqui é um pedacinho do céu”, me disse Maria, em práticas gestuais no quintal de sua casa. “Só o espaço é pequeno, mas é um pedacinho do céu”. Na frente da casa de Maria ainda não há grama. Há terra com poucas ervas daninhas. Há em frente a residência um lixo onde Maria queima seu passado recente sem dó nem piedade, diferente do que ocorreu no incêndio que terminou com sua casa e suas lembranças físicas. Na lateral e atrás de casa ela produziu uma horta com legumes e verduras. Há uma plantação pequena de melancia e está tão orgulhosa que me pede para que eu tire fotos das melancias, dos cheiros verdes, dos legumes. “Olhe, professora, já estão nascendo aqui! Ali, começaram a crescer. Todo dia cuido para molhar bem. Cuido da minha plantação professora! Cuido para não ter bichinhos nem para os cachorros mexerem nela”, me diz sorridente. “Quando na baixada eu ia ter uma plantação? Aqui é um pedacinho do céu. Eu amo esta minha casa, cuido dela, limpo ela e vivo para minha família”. O sol está muito forte, quente como sempre e as roupas estão no varal. Adriane come maçã, Decinho no colo da amiga de Maria que a ajuda quando necessário. Atrás da casa, ao lado da horta, uma piscina de plástico. “Professooooora, a Maçã sempre quis ter uma piscina! Agora ela tem! Lá na baixada era só piscina natural né, toda suja, só esgoto (risos)! Agora ela é tão feliz com essa piscininha”. Adriane, só de calcinha, segurando sua maçã, linda, cabelos

negros compridos, me olha, sorri, e num gracejo coloca a perna da esquerda para trás, fazendo pose. Conforme Foucault (2013) as maiores inquietações hoje – e as realizações também – estão relacionadas mais ao espaço do que ao tempo. Ao espaço da casa, da família, do trabalho, da igreja, entre outros. Há aqui dores com relação ao espaço de fora, no que tange às humilhações sofridas pelo deslocamento forçado, a falta de espaço comparado com a casa anterior e a distância central, como já foi dito. Mas há uma realização com a casa longe do lago, longe da violência física e moral de gangues e traficantes, há a realização do espaço de fora e, sobretudo, de dentro, em ter uma horta e, mais do que satisfazer a alimentação da família, satisfaz a alma e o cuidado de si de quem cuida da plantação. A baixada era “invisível” no cenário da cidade. O conjunto, por mais distante que seja dos equipamentos centrais, é um lugar “real”, visto. Maria, além de recriar suas identidades de mãe, agente de saúde, amiga, vizinha, também cria novas identidades de dona de casa, pequena agricultora de subsistência, entre outros. Seus filhos e sua neta, além de conhecerem novas práticas sociais (como a piscina, por exemplo) assimilam novas identidades que não poderiam ser cogitadas no ambiente da baixada. A casa no conjunto – depois dos reparos e acréscimos de cada família – passa a ser, mesmo que ainda de forma introjetada, um lugar sagrado, de amor, cujos valores estão atrelados à família, a fé, e a doação ao outro que lhe representa afeto. Há, entre eles, uma espécie de catarse depois da tragédia do fogo. Logo, no conjunto, para eles, é no espaço da casa – de fora – que a vida ganha sentido nutrida nos espaços de dentro das subjetividades, da noção de pessoa (cf. FOUCAULT, 2013), intercambiados com as relações sociais que se constroem via práticas sociais (de usos e operações cotidianas, táticas e resistências) frente ao opressor, ao Estado, às perspectivas coercitivas.

Maria diz que quer dar o melhor para os seus filhos, e nestes valores estão incluídos o trabalho e a religião. Ela e o marido querem que os filhos vivam a vida simples que eles têm, que eles consideram luxuosa perto de outras situações vividas pelos pares do conjunto e ensinam aos filhos o valor do trabalho “suado”, ou seja, para eles, honesto. E isto, nos dias de hoje, está muito difícil. “Olha, eu tenho meus dois filhos, o Pierre e o Raphael. Eles acham que tá bom se eles tiverem com uma bermuda bonita e uma camisa bonita, uma kenner (sandália cujos modelos variam entre R\$59,90 a R\$99,90), né, que é moda... eles querem tá na moda”. E continua: “Aí querem mandar fazer luzes no cabelo... cortar... e eu já... eu ando com roupa normaaaaaal. Olha, já estouraram meu cartão comprando roupa nova. E das outras mães não é diferente daqui de casa não”, conta ela, sobre a moda dos adolescentes no Conjunto. “Quem tem cartão já tá estourado e quem

recebeu já gastou todo o dinheiro para fazer os filho ficarem bonito. Na realidade eles querem ficar bonito pros outros, não pra eles. Se eles soubessem que a beleza é dentro de nós”, reflete. Segundo ela, seus filhos só querem usar marcas específicas: A “Kenner que é uma sandália, eu até comprei uma pro Raphael. Tripé é uma bermuda (varia de R\$135,00 a R\$200,00), starpolis (de R\$60 a R\$100 reais) é uma camisa. Tem que andar na maaaarca. É a moda do momento. Eles querem isso”. E na sua visão, seus filhos querem estas marcas porque são utilizadas pelo padrão de beleza e estética da classe alta. “Mana, eles querem essas roupas porque é os ricos que usam. Eles querem se espelhar nos ricos, entendeu?”, diz, rindo indignada. “Então não é todo mundo que tem condições, e eles querem se mostrar que eles são igual os ricos. [...] Querem tá com chapéu, óculos, e é tudinho assim. A visão de um é a de outro. Porque o que o filho da vizinha quer o outro quer também. [...] É isso que eles querem. E haja nós trabalhar né”, conta ela dizendo que os adolescentes não querem trabalhar e muitos também não querem estudar. Segundo Maria na baixada ninguém estudava, mas no conjunto os adolescentes estão frequentando a escola. O “playboy” para os adolescentes – e também para a maioria dos adultos no conjunto habitacional -, apesar das críticas que estes lhes fazem sobre as facilidades do playboy na vida, sobre a falta de consideração do playboy para com o outro; este figura como um tipo ideal de praticantes ordinários dos espaços da cidade, no que se refere ao trânsito entre os poderosos e a participação na ordem social vigente, bem como no que se refere aos ideais de conduta no sentido da vestimenta (determinados tipos de calças, camisas e sapatos), perspectivas estéticas (imitações de cortes de cabelo e tatuagens), da alimentação (o fato de muitos adolescentes não comerem peixe vai ao encontro da alteridade do playboy, pois no Amapá comer peixe é “coisa de ribeirinho”, ao contrário do sul do país, por exemplo), dos lugares frequentados (shoppings, casas noturnas e bares), dos bens materiais utilizados (carros, smartphones, relógios, utilização de redes sociais específicas na internet, entre outros). O Playboy é a figura de alteridade para o morador outrora da baixada e do Conjunto (cf. SÁ, 2009). Por mais que sejam chamados de “grã-finos”, os “barões”, os “playbas”, os “bacanas”, estes são invejados pelo fato de fazerem o que têm vontade em função do dinheiro, que falta a tantas pessoas do conjunto. De acordo com Sá (2009, p.263), os playboys são a fantasia de muitas pessoas, estão na “ordem do desejo”. Logo, usar o que o playboy usa é uma forma de sentir-se como ele ou de aproximar-se dele na ordem social. A figura do rico está representada de muitos modos no imaginário. E, assim como no Titãzinho há os “playboys da favela” (Idem), ou no Rio de Janeiro há meninos e meninas que são

imitados, valorizados, considerados pelos outros, que criam modas e funks; no conjunto habitacional – e nas baixadas - muitos adolescentes querem compor uma figura de “playboy do conjunto” (os amamaezados e apapaizados), e outros as rejeitam, para serem “playboys do crime”, adquirindo o que o rico usa através de furtos e não estourando o cartão de crédito dos pais e/ou trabalhando. Há ainda os adultos que também admiram os “ricos” pelo ideal de conduta e poder consumista. Por outro lado, há os adultos “ricos” do conjunto, que são admirados pela educação formal (ensino médio completo, um curso técnico ou superior completo), um emprego formal, com uma casa que já teve reparos importantes como garagem, grades ou “puxadinhos” na casa, como no caso dos filhos de Maria de Jesus. Também são considerados “ricos” aqueles que fazem altos muros na frente de casa e que possuem carros, como os policiais que Fernandes denuncia como “pessoas que não precisam estar aqui”, no sentido de necessidades financeiras. Outra figura que está na fantasia e na ordem do desejo do conjunto e que é como um sinônimo do playboy é o político, o parlamentar. “Ser político”, ou estar num cargo próximo a políticos, para os moradores do conjunto representa consideração, notoriedade, posse de dinheiro – “grana” –, fama. É, até, em alguns casos, segundo os interlocutores, ser “pilantra”, porém bem sucedido. Está na ordem do desejo querer ser ou transitar entre políticos, não importa se falem bem ou mal. Por isso, os “cargos políticos” estão na ordem máxima do desejo do precariado – e também da classe média – em Macapá. Na campanha eleitoral a maioria das pessoas que faz campanha para uma pessoa que concorre a algum cargo público, o faz na expectativa, na esperança de obter o benefício do “cargo” (a “adesão” de que fala Palmeira (1996)), que lhe oferece estabilidade por um período, para eles um trabalho “leve” e que lhes oportuniza a capacidade de poder e consumo de trocar de carro, reformar a casa, comprar coisas novas. Quem consegue um “cargo”, ao lado do “político”, não se preocupa com o dia de amanhã. No entanto, quando a pessoa é destituída do cargo, ela geralmente precisa “repassar” o carro comprado financiado, pois não tem mais condições de pagar, ou vender determinados bens materiais comprados à prestação.

* * *

Neste sentido, identidades formadas em criticidade e resistência, “na brabeza”, expressão usada por muitos deles, é, na verdade, uma prática discursiva da crítica e da indignação, assim como uma performance que evidencia a “tática” da brabeza, de falar

alto, dizer palavrão, não obedecer a hierarquia, acuar o outro, em função de interesses particulares. Estas são transgressões acerca das normatizações do cotidiano transformadas em prática cotidiana. Esta é uma das identidades principais – e o escudo de valores – de Fernandes. Quando entrei no conjunto vi um carro de polícia atrás de mim. De repente, eles ligaram a sirene e aumentaram a velocidade. Eles estavam grudados atrás de mim, e pensei que era comigo o problema. De imediato fiz um movimento brusco com o carro encostando-o ao lado do meio fio da rua, e parando o carro. Então a viatura da polícia passou por mim e parou na esquina em frente, onde havia uma menino correndo. Os policiais desceram, armados, seguraram o menino. O encostaram com as mãos no carro. Eu não ouvia o que falavam, mas gesticulavam bastante e estavam nervosos. Revistaram o menino, o colocaram na viatura e saíram do conjunto. Conte para Fernandes a cena que presenciei da polícia. Esta senhora já se sentia muito experiente nestes assuntos envolvendo polícia e pessoas do conjunto ou baixada. A vida toda ficou de “boca fechada” em seu local de moradia, mas sempre se realizou através das práticas do discurso, proferindo opiniões a quem “confia”. Pedi se ela achava que era gente de fora ou “daqui do conjunto”... e ela respondeu, baixinho, olhando pela janela para ver se não havia vizinho por perto, depois foi para a porta de trás e olhou à direita para o outro vizinho. Então disse: “daqui professora... daqui!!!!” e sussurrando: “professora, é tudo pilantragem. A gente vê tudo isso. Eu não aceito, mas por sobrevivência eu faço que não vejo nada (faz o gesto com a mão nos olhos, na boca e nos ouvidos). É uma questão de sobrevivência. Se eu dedurar esse povo pra polícia, a polícia vem aqui proteger minhas netas? Claro que não!!!”. Sussurrando ela continua: “Bandido é igual mãe Diná, tem faro!!! E outra.... esse povo da polícia... no cadastro (das casas)... colocam o nome de mulheres que ganham menos, ou o salário da pessoa da família que ganha menos, mas aqui tá cheio de policial morando.... sargento... tem muita gente que não precisava”. Me olha bem séria, respira fundo e fala: “E tem mais uma. O prefeito estruturou aqui muito mal. Tinha que ter posto policial aqui dentro, e um posto de saúde. Se alguém passar mal, pobre não tem dinheiro pra pegar taxi e ir pra posto, apesar do Marcelo Candia ser perto do bairro. Mas eu não falo nada. Minha boca é um túmulo”. Em meio às suas práticas de discurso ela oscila opiniões de crítica aos policiais e, também, da necessidade do posto policial para sentir-se protegida. Mas depois já se contradiz: “Repórter bate aqui e eu não falo nada. Também tem outra.... a polícia não pega porque não quer. Se eles se infiltrassem aqui no meio dos outros, ia ser muito mais fácil de pegar. Mas não. Vêm aqui com esses carros iiiiiiiioooooo (imita o



Sala/cozinha da família de uma das minhas interlocutoras. Esta foto foi tirada na véspera de Natal de 2014, enquanto a família preparava a ceia. Foto: Roberta Scheibe



Casa com decoração natalina e já na manutenção de uma casa que se recria, se constrói e está em constante mutação. Foto: Roberta Scheibe

barulho da sirene) e os moleques, que são os aviõezinhos, correm avisar pros grandes se sumirem. Se viessem disfarçados pegavam tudo. Parece que agora tá um medo de ter federal disfarçado morando aqui” (lembro de minha fama de policial federal). Eu fico olhando para Fernandes, tomando sempre o café que ela me oferece. Ela já sabe que, assim como ela, sou dorminhoca pela manhã, e geralmente vou ao conjunto sem tomar café. Então já me espera com bolachas Maria e café feito na hora. Enquanto eu comia as bolachas, ela falava sem parar, baixinho e falando pra eu falar baixo também: “Olha, professora, eu sei sobreviver (cega, muda e surda). Mas esse governo também é muito culpado, e os empresários exploram o pobre. Aquele programa dos peixinhos voadores⁸², que era pra ajudar crianças carentes... só tem filho de bacana lá”, diz. “E essas casas, foram feitas pra casais, não pra famílias que tem quinze pessoas. Sei de muita gente que bota colchão na sala pro povo dormir à noite e de dia tem que recolher tudo e botar pros quartos... essas caixas d’água não dão pra toda a família”. Ao realizar práticas de discurso em crítica aos moradores “bacanas”, que não teriam a “necessidade” de residir no conjunto; e aos “políticos” que priorizam o benefício próprio; Fernandes performatiza para mim, apresenta-se e ao mesmo tempo faz uso da operação mais valorosa de sua vida: Discursar, falar, ser ouvida e admirada. Fernandes, no medo da perseguição, é testemunha de muitas violências e sua forma de reverberar isto é através das narrativas onde mostra a força micropolítica da agência do tempo (que envolve observar, esperar, perceber, entender... é viver em um mundo de desconfianças, incertezas e expectativas. E estes sentimentos e ações também estão na ordem da subjetividade).

* * *

Eram 20h de uma segunda à noite. Próximo do Natal. Vitória, depois de todo o sofrimento com a usurpação de sua filha, as amarguras para não passar fome e conseguir emprego, agora se sentia segura trabalhando na casa de gente “bacana”, onde era respeitada e podia exercitar seus dons de cozinheira. Sua vida mudou depois que “aceitou Jesus”. Estava levando a vizinha para a igreja. Todos, na casa desta, estavam sem emprego e sem dinheiro. A família de Vitória a ajudava, inclusive Vitória “bateu um bolo” e o ofertou aos amigos da casa ao lado. Ela estava se preparando para ir a casa de outra “conhecida” do conjunto, que vendia roupas em casa. Seu objetivo era comprar um

⁸² Programas de práticas culturais para as classificadas “crianças carentes”.

vestidinho para dar de presente de natal para a filha da vizinha, já que eles não tinham dinheiro. Também me mostrou uma blusa que comprou para a vizinha, para dar de presente. Sempre prestativa e, na prática de cuidado de si, deixa-lhe feliz cuidar dos outros, mesmo que em outra ocasião ela me disse que sua relação com os vizinhos era no sentido de um ajudar o outro, sem intimidades. Mas o caso era que a vizinha havia “entrado para a igreja”, e esta é uma prática social e subjetiva que está no topo das prioridades de Vitória. Logo, a vizinha cresceu na esfera de confiança de dela.

No entanto, Vitória só não estava mais feliz porque, dentro de sua casa, no seu espaço de afetos, enfrentava uma situação de conflito com o filho mais velho. Cochichou-me para que o menino não ouvisse: “Foi meu filho que quebrou (o filho de 14 anos quebrou a televisão LCD de quase 50 polegadas, como já foi citado). Ele tava com o controle e jogou. Não tem conserto. E ainda acho que passou o óleo na TV (com a quebra o óleo da televisão vazou atrapalhando a imagem). Eu tenho que levar ele no psicólogo... ele tá com um comportamento estranho”. Segundo ela, foi Paulinho quem entregou o irmão: “O menor disse que ele mirou e jogou. Ele tá batendo muito no Paulo. Eu não tou nem mais deixando ele aqui quando vou ao trabalho (Paulo). Ele (Clarinelson) furou a parede todinha com uma faca. Não sei mais o que fazer, não posso ficar em casa mais tempo com eles!”. Ela coloca a mão no queixo e fica pensativa. Está sentada encolhida no sofá doado de sua sala. Trabalhou o dia todo. Chegou há pouco, às 19h. Ainda ia correr comprar o vestidinho para a vizinha, e depois limpar a casa e fazer o jantar para a família. Ela continua: “Você acha que pode ser adolescência? (Fala baixinho porque o filho tá no quarto). O que tu acha? Ele tem ciúme, ciúme, ciúme do outro. Porque o Paulinho é como eu te falei, ele é filho do meu atual marido né. E ele (Clarinelson) é filho de outro pai”. Ela fica me olhando como se eu tivesse a solução. “Ele tem ciúme. Disque hoje ele jogou uma faca no Paulinho. A mãe dela (uma menininha que tava na sala, vizinha de Vitória, a quem Vitória estava ajudando) é que tá cuidando dele (Paulo) quando eu saio pra trabalhar”. Vitória estava agoniada. Pedia que Deus lhe desse uma luz sobre como tratar a situação. “Quando o Paulinho chegou em casa ele apontou a faca pra ele e disse ‘o que que tu faz aqui’!! E ontem ele disse pra gente: ‘eu vou expulsar esse um daqui’, pro Paulinho. Aí eu ainda agora tava falando pra ele ‘meu filho, você é mais velho, é você que tem que proteger o teu irmão, e tu quer dar aperto nele? Você é que tem que proteger””, diz amável. Fica agoniada, franze a testa. O Clarinelson está no quarto e Paulinho olha para a mãe com pena, virando a cabeça para o lado direito e a escutando. “Aí ainda agora quando eu cheguei o Paulo me disse: ‘mãe, o Clarinelson jogou uma faca

em mim que quase me pega’, só que ele diz que é mentira. Só que a psicóloga falou que não é pra mim bater nele! Não é pra mim bater nele... mas ele tá muito revoltado”, conta. Vitória vive a todo momento novas experiências de tornar-se sujeito. No entanto, preocupa-se em suas operações de “ser mãe” e se domestica na ordem social imposta, incorporando noções sistemáticas sobre suas condutas de mãe, dentro dos paradigmas culturais dominantes para ela, que são a igreja, a família e o trabalho. As normas sociais entram em conflito com as normas de sua subjetividade (de incertezas, de indignação e revolta em determinados momentos com as ações de seu filho mais velho), que muitas vezes ela acaba abafando para recriar as formas cotidianas de “ser mãe” administrando afetos e incorporando normas de “mãe no mundo” e de acionar as práticas de cuidar dos filhos, limpar a casa, não beber, entre outros. Segundo DAS (2011), as mulheres se constroem no desejo da maternidade e não da sexualidade, de acordo com as representações culturais dominantes nos grupos de seus pertencimentos. É importante entender que o núcleo de valores morais de minhas interlocutoras está voltado para o caráter religioso, familiar e de emprego formal; o que reforça laços de pertencimento do grupo familiar. Assim como os valores morais, religiosos e a influência da ordem social na vida de Vitória, Maria de Jesus também tem estes mesmos valores e subjetividades. Está fora do padrão de moralidade, para minhas interlocutoras, roubar, matar, trair vizinhos e amigos. Mas não é, para elas, um delito moral, trabalhar como mototaxista ilegal, ter duas casas quando as regras dos programas habitacionais exija que se tenha apenas a casa recebida, escolher alguns filhos para priorizar a herança ao invés de todos, porque um precisa mais que o outro, entre outras ações que meus interlocutores próximos e distantes realizam.

* * *

“Aqui é um pedacinho do céu”, também disse Maria de Jesus, assim como uma vez também me disse Vitória e Maria. Jesus dizia não querer “nem mais as lembranças” de sua vida anterior, que agregou dificuldades econômicas e o esforço de uma vida dedicada ao estudo dos filhos. No entanto, sofreu no tempo e no espaço, como viúva, depois como separada. Perdeu maridos e filhos mortos pelo sofrimento social. Sofreu como pobre, parteira, semi-analfabeta. Mas Jesus tem uma vantagem: Seu pensamento positivo ao extremo faz todos rirem e confiarem em sua segurança.

Esses dias veio uma senhora aqui e disse ‘ahhhh dona Jesus, mas tá muito bom aqui...’. Ainda tá faltando muita coisa, [...] depois a gente vai ligar os ar-condicionado... mas aqui dá muito frio... tu é doida Roberta... de noite nós tinha que estar embrulhado em cobertor. De tanto frio que dá! Mas é muito boooooom aqui! E bem aqui tem uma guarita que ficam dois guardas... bem aqui pertinho... dois vigilantes na porta de casa. Meu filho que disse: ‘Mamãe, se tem uma pessoa de sorte, a senhora foi uma, que ganhou esta casa aqui na frente, pertinho dos vigilantes...’. Esses vigilantes são da Vex (empresa) que fez esse conjunto. E esse terreno aqui da frente é daquela Aline Gurgel, desses Gurgel (família rica e poderosa na cidade, que agora entrou na política. Aline foi candidata à prefeita de Macapá em 2016, no entanto, não foi para o segundo turno). Parece que nesse terreno vão fazer um posto de saúde e um posto policial. E cada vez as coisas vão melhorando mais... [...] hoje em dia eu nasci de novo! Porque pra mim aquela vida velha lá foi enterrada! Eu nasci de novo e tô construindo outra vida. É uma coisa que 90% pra mim melhorou. E pra todos nós que pegamos nossas casas, foi super feliz. O Ronaldo tá feliz, feliz, feliz... ele disse ‘mamãe, como é bom escutar conselho... eu tava tão de cabeça quente... queimou minha casa, mas a senhora me deu um conselho muito bom, minha casinha, meu terreninho, eu já gradeei minha casa, agora quando chegar o verão eu vou guardar um dinheiro pra fazer o muro’.

Maria de Jesus incorpora as estruturas oficializadas do mundo do sistema e performatiza para sua plateia. Parece que ela sempre está no anfiteatro da vida social como a atriz principal que se movimenta no palco da vida privada. Ela é o polo de atração da família e, mesmo que sua família saiba de suas encenações para introjeções mentais para que a família aceite seu novo lugar de moradia, sua positividade e esforço em deixar a todos felizes contagia a alegria da família. Mas na verdade Maria de Jesus traz o desejo da baixada, mesmo refletindo e verbalizando posições contrárias a tal situação, porque há um contexto de experiências onde muitas vezes se desconsideram vontades e se ampliam escolhas racionais e reflexivas “para o bem da família”. Ela, como matriarca, agencia e sempre fala coisas e ações de estímulo para seus filhos. Logo, a vida de Jesus gira em torno de sua família. Sua noção de pessoa está atrelada a proteção, dignidade, maternidade e religiosidade. Deus lhe dá amparo para todas as violências da vida, assim como para todas as outras interlocutoras. Deus é o esteio das adversidades que lhes ocorre, porque elas não têm a quem mais recorrer. E a ideia de Deus conforta suas mentes.

A expectativa, o futuro, o vir a ser, também é de extrema importância nos testemunhos de Maria de Jesus. Pensar no futuro do descampado, atrelando-o a empreendimentos de pessoas poderosas, políticas e ricas na cidade, amplia suas subjetividades, seus sentimentos de reconhecimento, de conforto, de “ser alguém” visível

e “considerado”. De ser alguém com “certas condições” sociais. E é isso o que move Maria de Jesus: Esperar, esperança e consideração.

5.2 As subjetividades e o cuidado de si: tempo de cada uma

A dor e o sofrimento social são e foram o ponto de partida para entender estas narrativas de experiências cotidianas. E, para elas, o ponto de partida para recomeçar e reconfigurar o cotidiano é a fé em Deus, depois a micropolítica de afetos com família e grupos de relações sociais, e a resistência contra os poderes coercitivos, cujo objetivo inicial e até hoje em luta é transcender aos sentimentos de humilhação, indignidade, abandono social e instabilidade. A entrada no conjunto reconfigurava uma prática silenciosa cotidiana de resistência que envolvia ações subjetivas: a paciência. Um trabalho cotidiano de reparação da violência sofrida evidenciado nas rodas de conversa, nos gestos que dizem sem falar, nas práticas domésticas no espaço privado, nas práticas de cuidar de si e dos filhos, e na prática da religiosidade que para elas atua diretamente no combate ao sofrimento social que é ofuscado pela névoa da fé, onde a condição de encontrar Deus para rebater o sofrimento tenta cicatrizar as dores do passado do abandono familiar, dos envolvimento com álcool e com “promiscuidade”, sobre a pobreza, entre outros. Para elas as igrejas pentecostais indicam um regime moral que minhas interlocutoras já construíram na baixada e que a reconfiguraram ao conjunto habitacional como elemento central e de solução de seus processos de subjetivação (cf. MACHADO, 2014).

“Hoje é tempo de louvar a Deus/ Em nós agora habita o teu Espírito/Então é só cantar e a Cristo exaltar/ E sua glória encherá este lugar” (GRUPO ÁGUIAS, 1984). Maria nesta hora está no máximo cuidado de si. No ponto alto de sua felicidade ao longo do dia. “Vem louvar, vem louvar!!” (Idem). Ali, na igreja Universal do Bairro Ipê, há um quarteirão e pouco do conjunto habitacional, ao lado do filho Decinho e da neta Adriane, ela encontra a paz, delimita seu modo de investimento de suas formas de subjetivação (GOLDMAN, 1999) procurando ou encontrando a si mesma, meditando, descobrindo na vida espiritual sua felicidade, sua noção de pessoa, seus valores e seu modo de vida. Maria enquanto agente de sua experiência e testemunha se produz enquanto sujeito na igreja, entoando cânticos que a alegram, ouvindo o pastor e moldando seu pensamento de acordo com a igreja, chorando e deixando ali suas dores, angústias e sofrimento. “No meio dos louvores Deus habita/ É seu prazer cumprir o que nos diz/ Então é só cantar e a Cristo

exaltar/ E sua glória encherá este lugar” (GRUPO ÁGUIAS, 1984). A prática de Maria é louvar a Deus, e dali tira sua expressão de sentimentos, suas práticas cotidianas, seus usos e operações em casa, no tratamento com os filhos, no trabalho, no relacionamento com o marido. Este é seu “divertimento diferente”. Dali tira forças para a violência da vida, os sofrimentos sentidos. Dali, daquele seu encontro com Deus, ela aprende com Deus – e com as inculcações do Pastor – a cuidar da própria vida, a viver para a família e o trabalho, a prestar serviços para a comunidade e ajudar aos vizinhos no que se refere a necessidades básicas e de saúde. Ali ela tira forças para ser uma mulher ideal, um tipo de mãe impulsionada pelo modo cristão de ser mãe, fruto da ordem social religiosa pentecostal da atualidade. No conjunto habitacional o número de católicos supera em pouco o número de evangélicos, porém a maioria dos católicos não é praticante no momento “porque não tem igreja perto”. Já as igrejas evangélicas pipocam pelo bairro direcionando pregações às questões do sofrimento e acolhendo sujeitos marginalizados (MACHADO, 2014) ou classificados como vulneráveis, realizando performances religiosas e incentivando práticas, como às vezes alguns pastores de determinadas igrejas realizam cultos no centro comunitário ou na casa de alguns fiéis dentro do conjunto.

Como na casa da vizinha da frente de Vitória e muito em breve na casa de Vitória, que pretende arrumar o pátio exclusivamente para o “avivamento” e para conquistar novos fiéis para sua igreja em uma “célula” em sua casa. “Glória a Deus e ao Senhor Jesus aqui na minha casa sou convertida, meus filhos vão comigo para a igreja, a Clarice aceitou Jesus. Só falta meu marido”. Hoje, sobretudo, o ambiente religioso, especificamente evangélico, é espaço de agenciamento feminino. Nas casas, muitas vezes, os maridos permanecem católicos – a maioria não praticantes – e suas esposas e conseqüentemente os filhos menores passam a frequentar as igrejas evangélicas. “Vem louvar, vem louvar!”. Vitória se completa em sua igreja Quadrangular, que está longe de casa, mas pelo menos duas vezes por semana ela está presente nos cultos. “Sinto falta que lá na baixada era só atravessar a rua e eu ia toda a noite, às 19h. Agora nem sempre dá. Mas toda vez que eu posso eu vou. Eu vivo para isso! Glória a Deus!” Vitória relaciona-se com seu Deus e com a instituição religiosa escolhida e suas devidas crenças. A pessoa de Vitória se forma neste lugar, onde escolhe para si uma moralidade (GOLDMAN, 1999) e uma forma de ser feliz cuidando de si mesma (FOUCAULT, 2010). Formar-se enquanto pessoa tem a ver com as escolhas que elas fizeram para si, e aí inserem-se as identidades, como as de mães, trabalhadoras, fiéis, amigas; e sobretudo, a noção de pessoa para elas tem a ver com uma espécie de construção política do que é escolhido como sendo correto

pela ordem social. Daí estas questões são incorporadas na rede de relações sociais, nos grupos sociais e culturais de que cada pessoa participa e valoriza.

Enquanto Maria e Vitória vivem a igreja, Maria de Jesus e Fernandes têm muita fé em Deus, são evangélicas, mas nem sempre conseguem ir à “casa do Senhor” desde que se mudaram para o conjunto habitacional. “O que eu mais sinto é que dentro da baixada, há uns metros da minha casa, tinha a Assembleia de Deus que eu ia toda noite. Eu ouvia os hinos no meu quarto que eu adoro! Agora aqui não tem igreja e nem tenho quarto só pra mim. Minha neta (com quem dorme) não gosta desses negócios de hino”, diz Jesus. “Eu não sou creeeente, de viver ajoelhada na igreja e não poder beber, essas coisas. Mas eu confio muito em Deus e eu ia pra igreja quando me dava vontade. Era perto de casa. Aqui tudo é longe. Mas eu oro todo dia e Deus está sempre presente em minha vida”, argumenta Fernandes que revela em suas práticas de expectativas o quanto gostaria de voltar a frequentar uma igreja evangélica para ouvir o pastor e cantar. Afinal, Deus é o invisível que preenche mentes e corações em dor no conjunto habitacional. As igrejas revelam poder e força moral e os fiéis levam a elas suas subjetividades do corpo e da alma. Percebe-se que a ordem social religiosa anula desejos e vontades femininas de uma forma micropolítica, inserindo nelas valores morais de recusa da sexualidade e de determinados entretenimentos em troca da “doação a Deus”, onde há um trabalho longo de produção da subjetivação e elaboração de novas práticas de cuidados de si, como trocar as festas e as danças pela pregação, por exemplo; ou por não beber. A igreja ratifica-se num lugar de pertencimentos para Maria, Vitória, Maria de Jesus e também para Fernandes em função do seu lugar de participação e lugar de afetos.

As interlocutoras, através das formas de subjetivação determinadas pelo sobrenatural incorporam códigos de comportamentos nas relações consigo e com os outros, em experiências da ordem do desejo previamente delimitadas e enquadradas em um padrão de moralidade. Como Vitória que acolheu a sobrinha grávida, expulsa de casa pela família, assim como há mais de dezoito anos aconteceu com ela; mas neste caso, descobriu que a menina começou a ir todos os dias “deitar com o pai da criança”. Então pediu a eles para “se amigarem”; como Maria que leva o filho que saiu da cadeia para a igreja evangélica e sonha com a conversão de todos mentalizando-os como obreiros da igreja, numa atividade para ela considerada reconhecida e admirada; como Fernandes que critica arduamente a homossexualidade e a “libertinagem” na televisão, mas que os revela como desejo íntimo em gestos, falas e rosto vermelho ao “falar dessas coisas”; como Maria de Jesus que parece trair os próprios sentimentos de amor e afeto de sua antiga

morada em função do bem estar de sua família. Quando ela diz “Ahhhh tô preferindo aqui! Porque aqui eu não tenho mais aquela vida que eu vivia lá, em cima daquele lago, daquela água poodre, daquelas doenças... era muito rato. Pra cá é muito melhor pra mim...”, sua nora Diomira a olha com carinho e sorri. Todos ao seu redor sabem que aquilo é performance para acalmar o coração da família que, como diz Diomira, “no fundo, no fundo, queria estar lá (na baixada)”.

O que, nas subjetividades destas mulheres está em jogo, é manter e/ou resgatar uma forma de subjetividade construída na Baixada Perpétuo Socorro que está atrelada a noção de pessoa de tornar-se mulher, mãe, evangélica, num cenário inhóspito, onde deram vida a casas em cima de um lago, onde se fizeram respeitar por suas trajetórias de mães, profissionais, religiosas, onde resistiram no direito à cidade. Hoje, é questão de honra retomar estas resistências como transgressões de uma ordem imposta, habitando o conjunto como um gesto de luto (DAS, 2011) que busca a dignidade e a honra ratificado no reconhecimento (HONNETH, 2007), na consideração que tomam corpo na justiça para com os moradores. Sentir-se digno é poder ter esperança, ter perspectivas morais, éticas, que podem resultar na sensação de valorização, de estima, sentir-se aceito pela alteridade, de sentir-se respeitado. Aliás, isso é “ser uma pessoa” para minhas interlocutoras. A indignidade traz dor. Minhas interlocutoras resultam das formas de violência que sofreram, das dores, dos amores; resultam das agências em diferentes posições, de “vítimas”, “agressores”, “testemunhas”. Aqui, para elas, ao contrário de Asha da pesquisa de DAS (2011), o tempo não destrói relações, pelo contrário, as consolida. Porque as relações são ancoradas nas zonas de afetos com maridos, filhos, netos, igreja, casa. Esta é a forma de cultivar o seu eu (FOUCAULT, 2010), fazendo com o que as cerca seja o objetivo pertencido de sua vida, salvando aos outros e a si mesmas. Minhas interlocutoras são o que as experiências fizeram delas. E enquanto o tempo trabalha a seu modo, elas compartilham, recontam e mentalmente reescrevem memórias da Baixada Perpétuo Socorro e memórias de um passado recente no conjunto habitacional, uma memória subterrânea (POLLAK, 2013), narrada verbalmente e gestualmente, no palco performatizado e subjetivo da vida, através de testemunhos de experiências de sofrimento social. Elas são as guardiãs das memórias dos lugares por onde passaram e hoje reverberam o cotidiano criado subjetivamente no conjunto habitacional.

CONCLUSÃO

“Andar com fé eu vou,
 que a fé não costuma "faiá" (...)
 Que a fé tá na mulher
 A fé tá na cobra coral (...)
 Num pedaço de pão
 A fé tá na maré
 Na lâmina de um punhal (...)
 Na luz, na escuridão (...)
 A fé tá na manhã
 A fé tá no anoitecer (...)
 No calor do verão
 A fé tá viva e sã
 A fé também tá pra morrer (...)
 Triste na solidão (...)
 Certo ou errado até
 A fé vai onde quer que eu vá” (Gilberto Gil)

A investigação etnobiográfica, ao longo da tese, buscou descrever e analisar os modos como quatro mulheres viveram o evento crítico do incêndio de seu local de moradia, a Baixada Perpétuo Socorro. Este lugar era tido como “invisível”, em casas construídas precariamente sobre um lago poluído, sem saneamento básico, mas que agregava processos de sociabilidades e pertencimentos sociais ao espaço de moradia e ao centro da cidade. A partir do fim de seu espaço praticado, a investigação detalhou como estas mulheres e suas famílias reconfiguraram o seu cotidiano, partindo de um período de incertezas, transitoriedade, sentimentos de falta de dignidade, humilhação e dor; até a mudança para a casa nova no conjunto habitacional Mestre Oscar Santos. A casa, doada pelo governo municipal, é distante de seu cotidiano experienciado e de seu outrora espaço praticado, num lugar distante dos equipamentos centrais e de seu estilo de vida. A partir desta guinada em suas vidas, elas passaram a reconfigurar práticas cotidianas de ir e vir, de morar, de pertencer, de se alimentar, de viver; por meio de micro-relações e práticas sociais.

Esta ressignificação do lugar de moradia envolve recriação do cotidiano e formas de táticas e resistências dos moradores frente a violências físicas e simbólicas vindas do “socialmente mais forte”, num universo de sofrimentos sociais e humilhações. Esta investigação relatou e interpretou testemunhos de violências que desceram ao cotidiano (DAS, 1995; 2001; 2010), como evidenciado nas narrativas de Vitória e Maria, que ao longo de toda a vida sofreram as mais variadas e constantes agressões físicas, verbais e morais. Falou de experiências de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008) oriundas do Estado e/ou de forças de violências simbólicas que partem da alteridade, como percebido nas narrativas de Fernandes e Maria de Jesus. Sobretudo, interpretou um cotidiano movido a subjetividades e práticas de si para resistir e criar táticas frente ao sofrimento social. O trabalho mostrou tentativas de reconstrução e reconfiguração da vida cotidiana centrada na subjetividade.

Inicialmente as táticas de ocupação do espaço no conjunto habitacional Mestre Oscar Santos traziam – como ainda hoje trazem – traços de sofrimento e humilhação, de desprezo social pelo distanciamento sofrido, na interpretação deles. Para os moradores, o conjunto habitacional tem boas condições de moradia, um espaço arrumado e bonito, com casas boas e “no chão”. No entanto é extremamente distante, há falta de dinheiro para o transporte público necessário para ir ao centro, há ainda no bairro carência de muitos serviços (para serem executados a pé, como faziam antes) como posto de saúde, supermercados, padarias, postos policiais, escolas, entre outros. Sentem-se “longe do centro”, dos amigos, das festas, dos acontecimentos sociais de Macapá. Logo, as práticas sociais como as táticas de ocupação do espaço envolviam e ainda envolvem ameaçar “fechar a casa” e ir morar no centro, fazer grades nas portas e janelas, construir muros altos de concreto ou cercas fortes de madeiras, enclausurar-se em casa para não ter contato com “o outro”, com moradores oriundos dos demais lugares da cidade. Até porque, neste caso, apesar da maioria dos moradores terem vindo de baixadas, os estigmas eram destinados aos moradores da “queimada”. Estes precisavam se usar de táticas e resistências para se posicionar frente a estas acusações e, através das práticas de discurso e práticas gestuais, sentir-se “superior” a quem os acusava, táticas que não representam a totalidade dos moradores, mas sim das minhas interlocutoras etnobiografadas. Exemplos de outras táticas e resistências são as falas realizadas no centro comunitário do conjunto, nas discussões com os outros moradores do conjunto e nos posicionamentos de “brabeza” dos moradores. Há alguns ainda que se utilizavam de resistências que os afetavam também, como o não recolhimento do lixo, de discussões com as lideranças da associação

dos moradores; a resistências maiores frente ao Estado como no enfrentamento com o governo na ocasião da entrega das últimas casas aos moradores e nas ameaças aos gestores públicos por ocasião da visita da presidente Dilma a Macapá. Esta também era a forma que os moradores, especialmente as mulheres, tinham para lidar com o luto da perda da residência na baixada. Resistir ao estigma, ao poder coercitivo do Estado, da Associação dos moradores, dos moradores estabelecidos no lugar há alguns meses antes do que eles, era, e é, uma forma de luto e de superação deste luto, porém não de superação da distância. Assim como o aprimoramento das residências, a reconstrução do cotidiano e a própria construção da subjetividade – práticas de si – diante da nova vida no conjunto, referindo-se a reconfiguração de sonhos, paixões e desejos das agentes etnobiografadas, sempre ancoradas na fé. Tudo se amplia nos novos contextos de tempo e espaço, onde a informalidade da baixada, num microcosmo espacial e humano de jogo social e micropolítico passa a ser na maioria das situações – exceto da TV à cabo – de tempo e espaço de formalidades vividas no conjunto habitacional, com relação à oficialização da casa, da água, luz e outros; num cenário de distanciamento social, em conjuntos habitacionais longe do centro da cidade, em bairros ainda com carência de prestação de serviços básicos.

Neste âmbito Macapá vive um problema no que diz respeito à “resolução” da questão da moradia, uma vez que há políticas públicas para a retirada de “populações vulneráveis” de áreas de ressaca, porém, com o distanciamento parte dos moradores não quer ir para os conjuntos, pois dos quatro conjuntos habitacionais em funcionamento hoje em Macapá, dois são longe do centro. Os moradores afirmam sentir dificuldades de deslocamento para o sustento diário através de bicos. Há também uma forte estigmatização das pessoas residentes nestes locais, chamadas por quem “mora no centro”, ou sente-se socialmente “superior” aos moradores dos conjuntos, de “malacos”, “bandidos”, “marginais”, sendo uma categorização genérica para uma pluralidade e diversidade cultural. Logo, as pessoas rotuladas passam a viver em constante sentimento de humilhação e sofrimento social. Este distanciamento, além da dor, causa distanciamento social, cultural, econômico. Estas sensações de sentimentos flutuantes reverberam principalmente em quem não queria estar ali, como no caso dos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, que residiam neste espaço há mais de vinte anos, muitas famílias há mais de trinta anos. Nesta área de ponte formaram-se e forjaram-se identidades, gostos, atitudes, trajetórias, pertencimentos, status social dentro da baixada e poderes simbólicos. Casas grandes moldadas ao gosto do dono, que levaram anos para

serem executadas com as próprias mãos, foram destruídas em minutos, levando todo o pertencimento de uma vida. Por isso estas pessoas não querem estar no conjunto porque o conjunto resulta em uma humilhação de vida e uma queda na escala social. Como uma de minhas interlocutoras disse para mim, em conversa privada, e depois disse também em uma roda de conversa com minhas interlocutoras: “Deus que me perdoe, eu sei que aqui tá muito melhor, minha casa é muito melhor, mas eu não sei... eu preferia lá. Lá na baixada... Na verdade eu não queria ter saído daquele jeito, enxotada pelo incêndio, perdendo tudo o que eu conquistei. [...] Dentro de mim eu não tô feliz”. Em outro momento chegou a me dizer: “Lá minha casa era grande, de altos e baixos, sou professora, eu tinha até escritório no andar de cima da minha casa. Sempre fui de estar comprando as coisas, impulsiva... eu tinha eletrodomésticos novos guardados em caixas, que eu nunca tinha usado e estava esperando a oportunidade”. É desta humilhação que se fala, da sensação e do sentimento de ter tudo dentro de suas possibilidades, de ter sido alguém, de ter visibilidade dentro de um lugar considerado invisível por muitos, perto de tudo que precisavam; e depois de se ter muito pouco com relação ao que já se teve, de ter que pegar ônibus e ficar muito tempo esperando, sendo que antes se atravessava a rua para trabalhar, de ter que conquistar tudo de novo, de ser “pobre” de novo, ou mais pobre do que já se foi.

Há aqui a explosão dos “espaços de dentro” (FOUCAULT, 2013) de minhas interlocutoras, o querer, o desejar, o sonhar... Como me foi dito de diversas maneiras: “Amanhã eu não sei, mas hoje eu não sou feliz aqui”, ou ainda, “Aqui é um pedacinho do céu, estou vivendo o que nunca vivi. Agora tenho uma plantação!”, “Minha casa agora é no chão... já sou aposentada, aqui tenho tudo. Faço compras no mês, passa o homem do pão (vendedores), o homem do peixe, o caminhão do açáí... eu não quero aquela vida nem de graça”. Ou ainda: “Lá eu tinha pão quentinho feito na hora. Aqui não tem nada. Passo o mês comendo bolacha”. A exacerbação destes lugares de fora e, sobretudo, de dentro, sob diferentes perspectivas, revela as formas de subjetivação (FOUCAULT, 1984), que envolvem as composições de corpo (depressão, obesidade, nervosismo) e alma (a fé, o sonho da família ir para a igreja, de ter um restaurante em casa, de ampliar a residência, sonho de que os filhos estudem). Os investimentos são no eu, e/ou na razão, em se sentir distinto, com “certas condições”, muitos correspondendo à ordem social como se ela fosse correta e comum, uniforme, padrão. Como as sensações de Maria de Jesus em achar que tinha “certas condições” sociais e simbólicas além de seus pares, por ser amiga de políticos, ter uma casa “murada”, ter filhos com ensino superior e empregos com carteira

assinada; como Fernandes em sentir-se crítica e argumentativa entre seus colegas; como Maria, em dizer que não tem medo de resistir. A delimitação do modo de subjetividade também é algo que move o cotidiano de agência de minhas interlocutoras. Um exemplo desta delimitação é a busca pelo sobrenatural para abalizar os sofrimentos sociais e as formas de existência destas pessoas. A fé – e por consequência a religião – é uma prática social e de cuidado de si (FOUCAULT, 2010), é uma forma de estremar a questão espiritual, de encontrar em Deus uma segurança. Como Vitória, que encontrou em Jesus uma maneira para acalmar o coração diante da usurpação de sua filha, do abandono da família, da violência verbal de seus patrões contra ela; como Maria de Jesus e Fernandes que encontram na igreja evangélica – sem ser fervorosas, daquelas “creeeeeentes que não saem da igreja”, como diz Fernandes – a forma de entender o evento crítico que ocorreu em suas vidas; ou como Maria, que se considera “Maria igreja”, que através das introjeções da igreja evangélica moldou uma nova forma de cuidado de si e passa a viver na igreja o seu “norte”, o seu direcionamento de agências na vida. As práticas religiosas, de mulheres que se criaram nas práticas culturais da igreja Católica, ao longo da vida migraram para as práticas das igrejas evangélicas neopentecostais, pois estas iam e vão até elas, faziam cultos dentro da baixada e agora dentro do conjunto habitacional, ou muito próximo dele. Especificamente no caso de minhas interlocutoras, a Universal, frequentada por Maria e Fernandes; a Quadrangular, frequentada por Vitória; e a Assembleia de Deus, frequentada por dona Maria de Jesus representam acolhimento e proteção. São lugares que atendem às necessidades delas, dão um alento a elas enquanto sujeitos subjetivados (FOUCAULT, 2010). Estes agentes frequentadores destas igrejas, transformam-se em “clientes da igreja” e de “Jesus”, no sentido de consumir bens e serviços oriundos destas “instituições”, que agem na resolução das angústias anteriores. Logo, os “clientes” fazem uma “adesão” aos serviços que são disponibilizados pela igreja, como os cultos de cura (Cf. CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER; PEREIRA, 2004, P.83). Esta questão da “adesão” de um serviço, neste caso espiritual – assim como as pessoas aderem um candidato nas eleições, segundo Palmeira (1996) – através de uma religião, faz com que elas depositem no sobrenatural (cf. FOUCAULT, 1984) a explicação de fatos da vida, como o incêndio na baixada Perpétuo Socorro e a mudança ocorrida nas vidas das famílias. Estas práticas religiosas são a válvula de escape para o sofrimento social, onde, através de uma cultura bíblica elas encontram sentido para suas práticas culturais e de vida, para seus processos significativos e suas representações.

A nova vida depende da agência do tempo e do/no espaço. Depende do vir a ser. Tem a ver com a prática da paciência nas práticas cotidianas, com as residências, as pessoas, as situações, as imposições e a resistência às imposições. Tem a ver com as representações – e sensações e dores, que são diferentes de representações – criadas por quem agencia formas de vida no conjunto. Tem a ver com luta e busca por dignidade. Logo, minhas interlocutoras, em práticas de agenciamento, em espaços de dentro e de fora, em representações (cf. FOUCAULT, 2013), no espaço do conjunto, significam o luto da baixada e são as guardiãs da memória do antigo lugar de pertencimentos, os agregando, os recriando e os reconstruindo numa vida no conjunto que ainda constrói e reelabora práticas cotidianas que futuramente poderão integrar um pertencimento social, ou não.

Hoje a memória da baixada é de um lugar ambivalente, “bom” e “ruim”, “pacato” e “perigoso”, “pessoas boas” e “pessoas más”, “gente trabalhadora” e “vagabunda”, lugar “bacana” e “bomba que ia estourar a qualquer momento”. Porém, era um lugar onde os pertencimentos foram construídos em uma vida com mais de vinte anos. As famílias, que ainda introjetam o afeto a seu novo local de moradia, constroem lembranças de nostalgia com relação ao outro espaço de experiências. Já as pessoas que ainda não receberam as suas casas nos conjuntos habitacionais, continuam a viver com a memória presa ao dia do incêndio, remoendo cada momento daquele dia, cada móvel queimado, e cada consideração (ou falta dela) possuída. Duas senhoras já faleceram após o incêndio, dona Angela e dona Argia, esta minha interlocutora. Os filhos, familiares, esposos, amigos são uníssonos em dizer que “elas pensavam demais na queimada”. Foi, portanto, uma memória viva que matou. Outro fator que em si deve ser levado em conta, é que os residentes na outrora baixada são hoje classificados como “sobreviventes” da “queimada do Perpétuo Socorro” ou do “sinistro”, rotulando as pessoas e, por outro lado, faz com que se crie uma memória grupal de um lugar onde se morou e que por enquanto está fechado pela defesa civil, somente com a promessa de uma reapropriação ou construção de uma nova “paisagem” urbana, termo citado por Abreu (2009, p. 31). A “Baixada” da Marcílio Dias, como muitos dizem, marcará na história do Amapá a singularidade de um determinado tempo deste lugar. E no Conjunto Oscar Santos, hoje quem pertenceu “a área da queimada” passa a reconstruir diariamente uma memória coletiva, de vida, sofrimento, alegria, cujas guardiãs são as mulheres, que “cismam” em lembrar-se de “uma vida velha que não se quer mais”, mas que é quase diariamente acessada, lembrada, revivida com saudade. Por isso os testemunhos das mulheres são memória subterrânea (POLLAK,

1989) da baixada e do conjunto, são registros bravos de um tempo que fisicamente e espacialmente não existe mais, mas que é presente nas memórias, nas formas de subjetivação, que se mostra viva nas práticas cotidianas de vivências, táticas e resistências na nova morada.

Estes testemunhos das interlocutoras deste trabalho são registros de experiências (DAS, 2000) que mostram a nuance entre violência, cotidiano e subjetividade, neste caso acrescido do evento crítico. Paralelamente, contar histórias é ter um pacto com a agência do tempo. Pois estas pessoas que viviam na Baixada Perpétuo Socorro, antes de vivenciar um evento crítico, já vivenciavam violências físicas e simbólicas impetradas pelo Estado e pelo “outro” como um todo. Violências difusas (Cf. BARREIRA, 2008; DAS, 1999), vindas por ordem da polícia, das burocracias governamentais, da ordem social imposta, daquele que socialmente se sente superior. E estas violências surgem nas histórias contadas e revividas. Esta tese apresentou relações oriundas do evento crítico da ordem do cotidiano vivido e da subjetividade de quem foi observador e de quem foi observado, através do olhar etnobiográfico, do sujeito que se constrói; de onde se vê a reconfiguração de um cotidiano, a violência e as subjetividades já visíveis e as muitas outras invisíveis que, com a observação intermitente, sobem à superfície. Entrelaçam-se experiências de contextos macropolíticos aos micropolíticos. No meu caso procurei entender e interpretar um contexto micropolítico e ver como ele está diretamente encadeado ao contexto macropolítico, da “sociedade”, do “estado”, da “ordem social”, da “tradição”, daquilo que já está engendrado como padrão. Através deste olhar direcionado para um contexto micropolítico foi possível compreender sujeitos – as mulheres – que teciam agências no seu lugar de moradia, construindo ou reconstruindo práticas cotidianas de sociabilidades, de vivências, de táticas e resistências frente a alteridade.

Este é um contexto micro de um conjunto habitacional de casas populares, por meio do programa Minha casa, Minha vida; com casas pequenas, de dois quartos, sala e cozinha conjugados, um pequeno banheiro e uma área externa para lavar roupas. As casas são consideradas casa-embrião e os moradores precisam expandir a casa, caso tenham interesse e dinheiro. É um lugar de dificuldades de acesso, distante do centro, onde se precisa esperar às vezes mais de hora para pegar um ônibus, onde há policiamento ostensivo, com viaturas policiais que transitam de horas em horas para averiguar “maus elementos”, “suspeitos”, “criminosos”, “malacos”. Se consolida num lugar onde as pessoas estão em constante estado de intranquilidade, vivendo sob suspeita de tudo, sendo categorizado como uma má pessoa, alguém de quem se desconfia por morar no “conjunto

Oscar Santos”, onde residem famílias pobres, proletárias, “vulneráveis”, de pouco estudo formal, sem qualificação para o trabalho. O conjunto é um lugar onde a maioria vive de bicos, precisa da ajuda de programas governamentais como o federal Bolsa Família e o estadual Renda para Viver Melhor, onde parte dos moradores – principalmente adolescentes – já tiveram passagem pela polícia por tráfico de drogas, furto e pequenas delinquências juvenis. É um lugar onde a família precisa economizar para colocar comida dentro de casa, para comprar parcelada a tão sonhada televisão LCD ou os outros móveis. É lugar de gente simples onde muitos não medem esforços para trabalhar, aprender e “dar um futuro para a família”, muitas vezes trabalhando o dia todo e à noite indo estudar.

No contexto micro, a agência feminina no conjunto habitacional, de acordo com o testemunho de minhas interlocutoras oriundas da Baixada Perpétuo Socorro, as experiências são voltadas para práticas cotidianas em torno do ir e vir no espaço (para o trabalho, para a escola, para o comércio); práticas do lar (o cuidado com a casa, a limpeza, as roupas lavadas, o café da tarde, os almoços de finais de semana regados a muita comida quando se tem dinheiro e a pouca comida quando não se tem); práticas de rodas de conversa (conversar com amigos na hora do café, falar com vizinhos e conhecidos pelas ruas do conjunto, o bate-papo com a família nas longas horas do encontro de sábado ou domingo, que inicia “a partir do meio-dia” e estende-se até mais de 22h. Se for sábado, não tem hora para acabar); práticas religiosas (cultos, orações, cantos religiosos, pregações); práticas de resistência (discursos de ameaça ao governo em eventos promovidos pelos órgãos estatais coercitivos no lugar de moradia das pessoas ou por ocasião de visitas governamentais em período de eleições, quando há negociações de votos em troca de dinheiro, cargos ou favores); práticas de resistência de cuidar da casa frente a “agressores”; práticas de “sujar” a área externa da sua casa ou a dos outros como formas de resistência a um lugar de não-pertencimentos sociais, de gatos de TV à cabo para resistir e enfrentar o consumo e a ordem social do entretenimento, da informação); das práticas de “brabeza” (de utilizar tom de voz agressivo para ser ouvido, reconhecido pelo “outro” dotado de poder social, de poder simbólico do consumo, do cargo, da instituição, do dinheiro); práticas de consumo (da utilização de materialidades como roupas, sapatos e acessórios de marca e da moda, uso de televisão à cabo, de eletrodomésticos como televisão LCD e smartphones); e das práticas de cuidado de si (através de conversas e desabafos em rodas de conversas, dos cultos e as operações de cantar, orar, gestos de louvação a Deus, festas de final de semana com comidas e bebidas e os cafés da tarde).

Este cenário micro reflete o cenário macro de uma cidade com muitas ocupações irregulares, em lugares impróprios para moradia e sem registros formais das escrituras dos terrenos e das casas; onde governo municipal e estadual, com a ajuda do governo federal começam a instituir políticas públicas para a retirada das populações de “áreas de risco” através da construção de conjuntos habitacionais no centro e fora dele. Logo, a população afetada pelo incêndio na Baixada Perpétuo Socorro migrou de modo forçado para o conjunto habitacional, no entanto, “mais dia, menos dia” também seria remanejada para os conjuntos para sair da área considerada imprópria para moradia e que também é de proteção ambiental. Esta população insere-se na paisagem macro da política negociada, violenta, em que muitos políticos são corruptos e sancionam leis em bens próprios ou de uma classe dominante e que não prioriza uma cultura plural e diversa; numa cidade onde a base da economia é o contracheque, sem opções variadas de ofertas de emprego. Há um panorama, neste cenário macro, de habitação padronizada, imposta, onde a violência desce ao cotidiano em casas pré-planejadas cujo estilo e formato é infligido nas famílias grandes que não se acostumam a casas “apertadas”, “pequenas”, “cubículos”, acostumados a casas grandes, de altos e baixos, construídas de madeiras, no centro da cidade, ampliando uma situação de distanciamento social, cujas casas estão longe do centro, dos supermercados, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, postos policiais, das escolas. E esta população resiste a este distanciamento, querendo fazer parte “da sociedade” que frequenta regiões centrais e que possui equipamentos eletrônicos de ponta. Estes aparelhos “inserem” as pessoas no mundo, no consumo, na consideração, na admiração, no respeito. É uma questão de “condição”, de “consideração”, de “inserção”.

Por isso as práticas sociais e, sobretudo, de resistência são tão importantes para estas famílias, porque é através delas que se enxerga o futuro, o vir a ser, as formas de vida (WITTGENSTEIN apud DAS, 1999), de subjetivação, de cuidados de si (FOUCAULT, 1984), de sociabilidades. É assim que eles tecem o macro com o micro, através da resistência como dissimulação (SCOTT, 2011) e também como enfrentamento (DAS, 1995), tornando esta relação entre os dois contextos uma questão de relação micropolítica (SÁ, 2010), onde se luta pela consideração, pelo respeito e pela ocupação justa do espaço físico e social num cenário de práticas de ocupação, onde há grandes fronteiras de violências agenciadas pelo espaço e principalmente pelo tempo (DAS, 1998) em conflitos com grupos sociais e com o Estado, frente ao “sistema”, a “ordem social”, a “sociedade”.

O Estado é aquele que detém o poder físico e simbólico legítimo (BOURDIEU, 2014), que abarca desígnios e coerções. É força vigilante (FOUCAULT, 2002). É uma entidade etnocêntrica oficial. Ele que impetra normas e valores. E a violência sofrida pelas pessoas, pós-evento crítico não termina, esta violência simbólica, na verdade, não é eventual, é factual. Já havia antes do incêndio e continuou ocorrendo após ele. É uma violência transparente (DAS, 2007), que desce ao cotidiano e se torna presente, permanente. Muitas vezes não é “notada” pela alteridade, mas para quem a vive e “sente na pele”, é dor, representação, subjetividade. Esta é a importância e a aposta desta tese: perceber as práticas sociais, subjetivas e de cuidado de si (FOUCAULT, 2010) das interlocutoras, evidenciadas a partir do evento crítico. São as possibilidades desse agenciamento feminino em circunstâncias de violências difusas (DAS, 1999). A tese é relato, é denúncia, é um viés da história social de Macapá. São agências de relações micropolíticas. Por isso a importância dos testemunhos, dos gestos, dos olhares, das práticas sociais, subjetivas e corporais aqui relatadas, como vozes de resistência – são, afinal, práticas de resistências –, como reverberações de um mundo às margens (DAS e POOLE, 2004), que é “sabido” pelo Estado, porém ignorado. As vivências cotidianas são praticadas, vividas, construídas, não como atos impensados e mecânicos, cansados pelo tempo; ao contrário, estão sim cansados pelo tempo, mas o cotidiano é sobrevivência, é tessitura, é desejo, é paixão, é sonho, é frustração, é construção. Por isso “ela faz tudo sempre igual” e “sorri um sorriso pontual” (CHICO BUARQUE, 1971), mas no âmbito elas estão, a cada dia, construindo o cotidiano, que faz tudo igual, mas que sente e vive diferente, amando “daquela vez como se fosse a última”, “seus olhos embotados de cimento e lágrima” (Idem), no entanto as lágrimas sempre correm pela primeira vez e nunca são as mesmas. O olho é também o órgão que chora (DAS, 2001). Minhas interlocutoras bebem e soluçam “como se fossem um naufrago”, e dançam e gargalham “como se ouvissem música”. Lutam “por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir”, moram num conjunto habitacional, com nome de maestro, decorado por letras de músicas, detendo a dor da “certidão pra nascer e a concessão pra sorrir”, num mundo onde os pobres resistem ao longo da vida frente às arbitrariedades do Estado, do sistema e da sociedade. Por isso minhas interlocutoras não admitem “morrer na contramão atrapalhando o tráfego” como ocorreu com Argia e Angela, que “se acabaram no chão feito um pacote tímido” (CHICO BUARQUE, 1971), no maior gesto de resistência possível.

Aqui estamos falando de subjetividades incorporadas, elaboradas e encontradas frente a agências do tempo vivido e de um tempo possível onde estas subjetividades são utilizadas como ferramentas de enfrentamento a um sofrimento social dependente de fluxos de tempos. Tempos que vão e vem. E alçam e aterrissam. Fluxos de tempo via memória, via relações sociais, via espaço visto, observado, vivido. Tempo de trabalhar, tempo de descansar, tempo de sofrer, tempo de amar, tempo de negociar, tempo de usufruir, tempo de chorar, tempo de sorrir. O tempo que muda o corpo (cf. DAS, 2007) - engorda, emagrece, envelhece -, é também o tempo que age no espaço das relações e das subjetividades, onde a agência humana é o alicerce e serve de motor (ou alma) para os fluxos de tempo. Das, pensando sobre as reflexões de Dejarlais e Kisang, acerca destes fluxos de tempo, vivendo experiências de viver onde se vai morrer, escreve que “[...] it appears from this description as if these various temporal fluxes reside on some flat surface and they can move from one kind of time to another as if moving in space” (DAS, 2007, p. 99). Os olhos se movem no tempo e no espaço assim como o corpo e o espírito, embebidos nas cavidades do self e suas motivações (cf. TAYLOR, 2007), fatores que nos levam a pertencimentos, identidades, sentidos, onde os modos de agência variam conforme os modos de vida e os valores morais com aquilo que se pretende e se acredita, ou com aquilo que se quer sustentar e performatizar. São as escolhas versus às imposições; onde se evidencia uma questão de gênero (enquanto categorização sexual, mas também enquanto introjeções da ordem social que as mulheres são violentadas a aceitar, domesticam-se, internalizam) e onde as mulheres, neste espaço social, tomam para si a agência do tempo e da experiência, cujo objetivo para a maioria dos agentes é a preservação da honra. Foi a honra – e a ação em torno dela – que motivou a luta e a resistência de Antígona (BUTLER, 2014) frente às relações de poder entre normas, subjetividades e parentesco.

É pela honra e pela experiência vivida, dos olhos, do corpo e do espírito mental que se movem no espaço e no tempo, que os testemunhos resistentes destas agentes são tão importantes, porque a violência do evento crítico (DAS, 1995) e a violência descida ao cotidiano (DAS, 2007), testemunhados como atos (novas práticas) de resistência, documentam a história social do Amapá, mostrando pontos de vista e perspectivas que normalmente são invisibilizados. As agentes colocam-se como sujeitos posicionados em suas experiências, como indivíduos autônomos em suas iniciativas subjetivas, nas reflexões e ações e tornam-se peças no mosaico (BECKER, 1993) da grande história social de um lugar. É a genealogia do processo (FOUCAULT, 2013), em que os agentes

se realizam pelo reconhecimento da honra, da “consideração”, pela sua “lei moral” (GINZBURG, 2001). Qual será, daqui pra frente, a maturação do sentido de dignidade de minhas interlocutoras e suas famílias? É justamente por isso que a distância, para minhas interlocutoras, é uma categoria fundamental. Mas o que aparentemente revela um medo da distância espacial é, na verdade, o pavor da distância dos fluxos agenciados do tempo, que são imensamente mais fortes e poderosos. A distância do Oscar Santos, materializada na agonia de estar longe dos equipamentos centrais é, na verdade, a subjetividade do medo de ser esquecido na distância do tempo que separa presente e passado e cujo futuro pode ser mais distante ainda daquilo que se amava, se pertencia, se considerava. A distância temporal é um agenciamento inevitável do tempo, porém esta é a resistência da agência feminina (e dos testemunhos e da memória subterrânea), lutar contra o tempo da distância social do que foi pertencido e a favor do tempo da honra. Esta agência humana que age entre a memória do passado e o presente tem a ver com um trabalho de tradução e sobretudo de experiências que envolvem as práticas do cotidiano, sobre o olhar de si mesmo no tempo e no espaço (cf. DAS, 2007).

Oscar Santos é experiência de vida, de luta ao respeito, ao reconhecimento, a dignidade. O conjunto Oscar Santos é testemunho de agências de resistências frente ao poder do estado e da alteridade. É luta pelo agenciamento dos fluxos do tempo e das subjetividades, contra poderosos, contra simbolismos, criando táticas para sentir-se cidadão praticante do cotidiano da cidade, imerso em práticas de consumo e de cultura, onde morar longe do centro significa não existir, não estar, não pertencer, não ser. São agências de ser mãe, de incentivar, ajudar, acalmar corações, “fazer a vida andar”. É um agenciamento de ser e estar no espaço e no tempo. É buscar a dignidade de volta arrancada à unha, é sufocar sonhos, desejos e fantasias, mas nunca desistir deles... É entrelaçar a fala e o silêncio em formas de existências e pensamentos que se capturam. É se introjetar valores, mentir para si mesmo para recomeçar a vida. É fingir que está tudo bem quando não se tem o pão do afeto, nem a esperança. Aliás, o “homem do pão”, além do alimento traz também a esperança – e a fé – de uma vida digna. Viver no Oscar Santos é se relacionar, lutar pela apropriação do espaço, do viver e das práticas subjetivas.

Qual será o futuro desta agência do tempo? Qual o seu curso? Está em xeque aqui não o tempo do relógio, mas o tempo da existência, que busca a autonomia, os “espaços de liberdade” (ELIAS, 1998, p. 18), numa socialização comunitária que enxergue o indivíduo, à luz das suas experiências singulares e sua existência no tempo e no espaço. Que enxergue as pessoas na diversidade cultural e social. O que não é praticado hoje pelo

Estado e pela Mídia, que ratifica e veicula padrões e práticas entronizados pela “ordem social” (STRATHERN, 2006, p.35).

Há uma histórica omissão midiática, dos meios de comunicação de massa, diante dos moradores por eles considerados como “invisíveis”, subalternos sociais (SÁ, 2010). A eles são negados direitos constitucionais, como a dignidade, por exemplo, direito este que lhes falta e lhes custa tão caro. A mídia hegemônica os prensa sob fronteiras de violências simbólicas, adotando práticas discursivas agressivas, com textos e audiovisuais que ratificam discursos políticos e policiais institucionalizados, que (de)forma o imaginário do leitor ideal amapaense, branco, formado no ensino superior, com profissão formal, da classe média e alta da população. As práticas de conduta da imprensa, em suas matérias publicadas, de modo geral ignora os conflitos de fronteira nos conjuntos habitacionais. Apenas a versão policial é esmiuçada. É uma forma violenta, simbólica, transparente (DAS, 1999) de desprezo, indiferença, e imaginário de medo. As pessoas hoje residentes em conjuntos habitacionais e áreas de ressaca são vistas como agressivas, infratoras, desprovidas de boa índole, instigando no leitor, com relação a população que habita estes lugares, um “simbolismo de bandido” (SÁ, 2010, p.273), classificando-os como “malacos”, “vagabundos”, “bandidos”, como pode ser observado na maioria das “editorias de polícia” dos jornais impressos, radiofônicos e televisivos. Esta população é objeto de práticas discursivas de segregação urbana e de invisibilidade. As redes e suas tramas (LATOUR, 2000) de poder midiático, em suas agências, articula a sustentação de normas e regras hegemônicas dos grupos oligárquicos, do micro ao macro mundo social, cultural, econômico, geográfico, político. A grande imprensa ignora maneiras de viver, de ser, de pensar, de amar, de sentir, de imaginar, de habitar que não sejam as impostas, num poder que circula nas redes e que molda o agente (FOUCAULT, 1985); onde os saberes e as relações de poder se embrenham em instituições como imprensa, órgãos governamentais, políticos, igrejas, entre outros. A imprensa, por sua vez, reproduz um viés do saber, cuja produção da informação se configura em um processo de significação, onde há processos de produção de sentido nas matérias jornalísticas, por exemplo, com um direcionamento de tratamento, organização e seleção das informações. Logo, todo sistema linguístico jornalístico (texto, manchete, legenda), bem como o sistema analógico (fotografias, infográficos, entre outros) contém uma intenção, uma versão informativa da realidade (LOPES, 2009). E a imprensa é responsável pela construção de um sentido moral, espacial e temporal do conjunto habitacional e de áreas de ressaca, que não é reconhecido pelos seus moradores, que possuem interpretações dos fatos de modo

diferente daquele refletido pela ordem dominante e veiculado na grande mídia. Geralmente, a linha editorial dos veículos jornalísticos, dos grandes conglomerados midiáticos, angula o foco das reportagens para um discurso em tom acusatório e em defesa da polícia (BUCCI, 2000/2001). Logo, os moradores têm outras representações da realidade e outros sistemas de valores (GUATARRI; ROLNIK, 1993). Cada vez mais, em um universo marcado por mídias sociais e evolução tecnológica, as grandes empresas de comunicação avançam para uma mediação, um jornalismo e uma comunicação perversa, “bruta e feroz” (SILVESTRE; FERREIRA, 2013, p.82).

Neste sentido, é muito importante pensar nas práticas discursivas presentes nas reportagens jornalísticas cuja temática sejam os moradores dos conjuntos habitacionais e das áreas de ressaca de Macapá, invisibilizados e segregados e tratados como estigmatizados. Aos moradores, o enfrentamento (DAS, 1995; 2001) à imprensa significa prática de resistência, bem como ocupar os lugares da imprensa local. Por isso Julio, meu aluno, meu interlocutor e morador do conjunto, ao ser descoberto como repórter do Jornal do Dia, passou a ser reconhecido como alguém importante e que realmente pudesse ajudar a comunidade, veiculando matérias que refletissem a zona moral e as representações simbólicas do imaginário local. Esta posição de Júlio pode ser tida como um lugar de enfrentamento, e que dê espaço para a diversidade. No entanto, estas posições, estas trajetórias, como a de Julio, que são comuns dentro do jornalismo, muitas vezes são anuladas pelos interesses dos proprietários dos veículos de comunicação que “pautam” seus funcionários, ou seja, decretam o que deve ou não ser publicado. Práticas e relações de poder baseadas no clientelismo, no dinheiro. Práticas de humilhar e ser humilhado. Práticas de exercer “certas condições” das oligarquias e de quem detém a supremacia política e o controle do Estado. E quem detém o controle do Estado, detém, na maioria das vezes, o controle da mídia.

A mídia como um todo, especialmente os grandes conglomerados de comunicação, não prioriza as experiências dos sujeitos que resultam em processos sociais que aliam interação e sociabilidade da vida cotidiana. Trabalham na “construção da realidade” de uma versão da história, aquela cujos valores são padronizados e sancionados (BERGER; LUCKMANN, 2004). O caminho para a visibilização destas experiências é a apreensão subjetiva da experiência etnobiográfica. Por isso acredito que o estilo do jornalismo literário e seus subgêneros, praticado sobretudo nos veículos midiáticos independentes, possa ser um dos caminhos para descrever e entender a diversidade cultural e social na mídia contemporânea brasileira, que deve ser um espaço de debate e análise. Está aqui,

pois, o caminho que acredito para o Jornalismo, com uma fundamental ajuda da Sociologia: uma crônica sociológica. Uma análise sociológica, com as versões de um fato. Narrativas da vida real.

REFERÊNCIAS

TERRA, Chico. **Prefeito Clécio Luís entrega Conjunto Residencial Mestre Oscar Santos nesta sexta-feira.** In: <http://chicoterra.com/2013/11/07/prefeito-clecio-luis-entrega-conjunto-residencial-mestre-oscar-santos-nesta-sexta-feira/> Em 11/07/2013.

ABREU, Jorge. **Vítimas de incêndio que atingiu 250 casas correm risco de novo acidente:** CEA alerta para o risco de ligações clandestinas em feira desativada. Caso ocorreu em outubro de 2013, no bairro Perpétuo Socorro, em Macapá. In: G1 Amapá. Disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/10/vitimas-de-incendio-que-atingiu-250-casas-correm-risco-de-novo-acidente.html?utm_source=twitter&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar. Acesso em 23 de outubro de 2016.

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

ABREU, Maurício. **Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités.** BULLETIN DE L'ASSOCIATION DE GEOGRAPHES FRANCAIS, Paris, v. 73, p. 30-38, 1996.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos.** Trad. Graça Índias Cordeiro. Editora Terceiro Nome, 2011.

ÁGUAS, Grupo. **Hoje é tempo de louvar a Deus.** Música. Rio de Janeiro: s/gravadora, 1984.

AMAPÁ DIGITAL. **Dados Geográficos sobre o Amapá.** In: www.amapadigital.net/dados_geograficos_amapa.php. Acesso em: 20 de maio de 2015.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos palavras.** Uberlândia, EDUFU, 2005.

ASSIS, Cláudia Maria Arantes de; SCHEIBE, Roberta (ORG). **Caldo Fino: crônicas sobre o cotidiano no Amapá.** Pará de Minas-MG: Virtual Books, 2011.

ASSIS, Machado de. **Do jornal ao livro.** Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 10 e 12/jan/1859, s/pg.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas, SP: Papius, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Edições UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BARREIRA, Irllys. **A cidade como narrativa**. Lisboa: ICS, 2013.

_____. **Cidades Narradas**: Memória, representações e práticas de turismo. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012.

_____. A cidade e o medo. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio. (in) **Segurança e Sociedade**: Treze Lições. Campinas, SP: Editora Pontes; Fortaleza, CE: Fundação Demétrio Rocha, 2011.

_____. **Pulsações no coração da cidade**: Cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. Caderno CRH. Salvador, v.23, n.59, p.255 – 266, maio/ago. 2010.

_____. **Política, Memória e Espaço Público**: a via dos sentimentos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 16. N. 46. Junho de 2001.

BARROS, Myriam Moraes de. A cidade dos velhos. In: VELHO, Gilberto (ORG). **Antropologia Urbana**: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

BATISTA, Djalma. **Amazônia**: Cultura e Sociedade. 3ª edição. Organização de Tenório Telles. Manaus: Editora Valer, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Falando da Sociedade**: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BIRMAN, PATRÍCIA; LEITE, M. (org). **Um mural para a dor**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BIRMAN, Patrícia. Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v.32, n.1, p.209-226, 2012.

_____. **Croyances et Appartenances**: un débat français.in: Ethnographiques.org. Revue en ligne de sciences humaines et sociales.. Ethnographiques.org, v. 15, p. 1-20, 2008.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. **Um emaranhado de casos**: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana* 20(3): 431-460, 2014.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BORGES, Antonádia Monteiro. **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUKOWSKI, Charles. **Misto-quente**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato Org. **Pierre Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Editora Ática. 1983.

_____. **Introduction à la socioanalyse**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 90, décembre, 1991.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. A ilusão Biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista; FERREIRA, Marieta De Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. São Paulo: FGV Editora, 8ª Edição, 2006.

_____. **A Distinção**: A crítica social do Julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. (org). **A miséria do Mundo**. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. Anexo: A casa ou o mundo invertido. In: BOURDIEU, P. **O senso prático**; tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp 437-462.

_____. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Estudos Avançados, ano 27, n. 79, 2013.

_____. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL247.COM. **Obras da rodovia do Pacoval avançam na Zona Norte**. Em: <http://www.brasil247.com/pt/247/amapa247/166204/Obras-da-rodovia-do-Pacoval-avançam-na-Zona-Norte.htm>. 10 de janeiro de 2015. Acesso em: 23 de março de 2015.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; SILVA, Luiz Antonio Machado da; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BUTLER, Judith. **The psychic life of power: theories in subjection**. California, Standford University Press, 1997.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1ª edição, 2003.

_____. **O clamor de Antígona: Parentesco entre a vida e a morte**. 1ª edição. Florianópolis/SC: Editora UFSC, 2014.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2008.

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMELO, Marcelo. **Morena**. Música. In: LOS HERMANOS. Álbum 4. Rio de Janeiro: BMG, 2005.

CANDIDO, Antonio. O personagem de ficção. In: **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

_____. (Org.). **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992.

CANTO, Fernando. **Vertentes discursivas da Fortaleza de São José de Macapá: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas**. Macapá: Unifap, 2014.

CARRETEIRO, T.C. **Sofrimentos sociais em debate**. Psicologia USP. São Paulo, V.14, n.3. P.57-72, 2003.

CARVALHO, Jacinta Maria Gonçalves. Cronicar. In: ASSIS, Cláudia Maria Arantes de; SCHEIBE, Roberta (ORG). **Caldo Fino: crônicas sobre o cotidiano no Amapá**. Pará de Minas-MG: Virtual Books, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O medo dos outros**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 2011.

CECCHETTO, Fátima; FARIAS, Patrícia. ‘Tu mora onde?’ Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). **Cidades: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas, 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; KOLLER, Silvia Helena; PEREIRA, Maria Teresa Lisboa Nobre. **Religião, saúde e cura:** Um estudo entre Neopentecostais. Revista Psicologia Ciência e Profissão, Porto Alegre, 2004, 24 (3), 82-91.

CHAGAS, Marco Antonio. **As Ressacas da Pior das Capitais.** Texto para Biblioteca Sema. Macapá: 2009.

COLEMAN, J.S. **Foundations of Social Theory.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORGs). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CORTÁZAR, Julio. **Historias de cronopios y famas.** Buenos Aires: Alfaguara, 1995.

CUSTODIO, E. S.; BRITO, D. M.. **Espaços socioambientais de aprendizagem em áreas de ressaca e unidades de conservação:** uma proposta de educação ambiental no Amapá. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, v. 5, p. 83-96, 2013.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica:** objetividade, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAS, Veena. **Critical Events:** An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. **Violence and subjectivity** et. Al. (ED). Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. **Violência e tradução.** In: RBSE. Dezembro de 2007.

_____. **Life and Words:** Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007.

_____. **O ato de testemunhar:** violência, gênero e subjetividade. Capítulo de **Life and Words:** Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007. In: Cadernos Pagu , n.37, julho-dezembro de 2011, p.9-41.

_____. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo:** alguns temas wittgensteinianos. Conferência proferida no XXII Encontro Anual da Anpocs, 27-31 de outubro de 1998, Caxambu-MG. In: RBCS. Vol.14, n.40, junho de 1999.

Das, Veena; Poole, Deborah (ED). **Anthropology in the margins of the State.** Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAVIS, Natalie Zenon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOIVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol.1. São Paulo: Cosac Naifi, 2015.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1990.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 2014.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 2013.

DECCA, Edgar Salvadori de. A Humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (ORG). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DECCA, Edgar Salvadori de. A humilhação: ação ou sentimento?. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos palavras**. Uberlândia, EDUFU, 2005.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora USP, 2009.

DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. 1º Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004.

ECKERT, Cornélia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Cidade Narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração**. Revista Rua, Campinas, n.16, volume 1, junho de 2010) - ISSN 1413-2109

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.**

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O MST sob o signo de uma economia subjetiva: O assentamento José Lourenço**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004.

FANTE, John. **Pergunte ao Pó**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

FANTON, Marcos. **Sujeito, sociedade e linguagem:** Uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n.3, set-dez, 2011.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: **Revista Cadernos de Campo**, USP. São Paulo: N. 13, p.155-161, 2005.

FERRERI, Marcelo de Almeida; NOBRE, Maria Teresa. **A festa dos canos e a noite das facadas:** a pesquisa etnográfica e o estatuto das falas dispersas no campo. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 01, p.264-280, 2010.

FILHO, Herondino dos Santos; ALMEIDA, Maria das Graças de; RIBEIRO, Magno Meirelles. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B.** Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ponte nada pontual.** Editorial. Versão eletrônica em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/02/1595497-editorial-ponte-nada-pontual.shtml>. Em: 27 de fevereiro de 2015. Acesso: 24 de maio de 2015.

_____. **Cidades nas sombras.** Editorial. Versão eletrônica em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/05/1630731-editorial-cidades-nas-sombras.shtml>. Em: 19 de maio de 2015. Acesso: 24 de maio de 2015.

FONSECA, Lázaro Batista da; NOBRE, Maria Teresa. **Entre práticas e invenções cotidianas:** fragmentos narrativos sobre degradação ambiental e Saúde em Aracaju, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol. 19, ano 10, p.4031-4040, 2014.

FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irllys Alencar; BEZERRA, Roselane; GOMES, Carina Sousa. “O passado das cidades: Revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra”. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. **Diálogos Urbanos:** Territórios, cultura e patrimônios. CES/Almedina, 2012.

FOUCAULT, Michel. **De espaços outros.** Estudos Avançados, vol27, n.79, p. 113-122. 2013.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **A microfísica do poder.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault:** Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. P.89-128.

_____. **História da sexualidade 2:** O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si.** Ed. Graal - RJ, 1985.

FREHSE, Fraya. Usos da Rua. In: LEITE, Rogério Proença; FORTUNA, Carlos. **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos.** Coimbra: Edições Almedin/CES, 2009.

_____. **Erving Goffman, Sociólogo do Espaço.** RBCS, vol.23, n. 68, outubro de 2008.

FREITAG, Barbara. Teorias da Cidade: A Recepção no Brasil: In: **Teorias da Cidade.** 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1983.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** Tradução Eric Nepomuceno. 9ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis:** Movimentos e durações no norte de Goiás. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

_____. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

G1. **Bombeiros iniciam perícia para saber causas do incêndio no Amapá.** (www.g1.com.br/amapa) – Acesso em 24 de outubro de 2013, às 13h27.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Matar um mandarim chinês. In: **Olhos de madeira:** Nove reflexões sobre a distância. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **Os quadros da experiência social:** Uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma Antropologia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, 1999.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elemento para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.).

Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996. Pp. 13-40.

GOMES, Dias. **O bem amado.** Novela. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1973.

GONÇALVES FILHO, J.M. **Humilhação social:** um problema político em psicologia. Psicologia USP. São Paulo, V.9, n.2, p.11-67, 1998.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). **Etnobiografia:** subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: Biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). **Etnobiografia:** subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. www.amapa.gov.br.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001

GUATARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Revista Etc..., Espaço, tempo e crítica. N. 2(4), volume 1, 15 de agosto de 2007, ISSN 1981-3732.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade,** DP&A Editora, Rio de Janeiro, 11ª edição, 2006.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity.** Oxford: Blackwell, 1989.

HEREDIA, Beatriz M. A.; PALMEIRA, Moacir. **O voto como adesão.** Teoria e Cultura, Juiz de Fora, vol.1, n.1, jan-jun de 2006.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade:** entre o mercado e a vida. Tese. USP. 2010.

HOLANDA, Chico Buarque de. **Cotidiano.** Música e álbum. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1971.

_____. **Construção.** Música e álbum. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1971.

HONNETH, Axel. **O eu no nós:** reconhecimento com força motriz de grupos. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n.33, mai., 2013.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Anablume, 2007.

IBGE. **Amapá**. Informações censo de 2014, 2010 e 2000. Em: <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/perfil.php?sigla=ap>. Acesso em: 10 de maio de 2013, 24 de abril de 2014 e 24 de maio de 2015.

INGOLD; Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida**: emaranhados criativos num mundo de materiais. Revista Horizontes Antropológicos. Vol.18, n.37. Porto Alegre: Jan-Jun de 2012.

_____. **Lines: A Brief History**. Routledge, Oxon, UK, 2007.

_____. When ANT meets SPIDER; social theory for arthropods. In: KNAPPETT, C.; MALAFOURIS, L. (Ed.). **Material agency**: towards a non-anthropocentric approach. New York: Springer, 2008. p. 209-215.

ITAMARATY. **O Estado do Amapá**. Em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>. S/D. Acesso em: 20 de maio de 2015.

JORNAL DO DIA. www.jdia.com.br.

_____. **IMAP revela à Comissão do Meio Ambiente que Prefeitura alterou o projeto no Pantanal**. In: **Jornal do Dia**. <http://www.jdia.com.br/portal/index.php/noticias/4100-imap-revela-a-comissao-do-meio-ambiente-que-Prefeitura-alterou-o-projeto-no-pantanal>. Em: 26 de março de 2015.

Jornal A Gazeta. www.jornalagazeta-ap.com.br.

JUNIOR, Osmar. **Igarapé das mulheres**. Música. Macapá: s/gravadora. 1991.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margareth, (ED). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco**: Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. Novos Estudos: SEBRAP, n. 63, 2002.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do Espaço**. Revista Estudos Avançados, 27 (79), 123-132, 2013.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVY, Dan Rodrigues. Uma tentativa de emancipação social na favela: breve análise da primeira etapa do projeto habitacional e urbanístico da Vila da Barca em Belém-PA. In:

Comunicação apresentada a “Metrópolis das Américas: desigualdades, conflitos e governança”. Montreal. Canadá. 3-4 de outubro de 2011.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário.** Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas:** o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1993.

LIMA, Elaine Azambuja de. **O lugar do leitor na crônica contemporânea brasileira.** Porto Alegre: PUCRS, 2001a.

_____. O narrador da crônica reinaldiana. **Letras de Hoje.** Porto Alegre, v.37, n. 2, p. 139-143, jun. de 2001b.

LIMA, Cássia. **Conjunto Mestre Oscar: Casas são retomadas de mutuários irregulares.** www.selesnafes.com. Acesso em: 28 de julho de 2015.

LOPES, José Sergio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO. Carly Barboza. **Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)Bandido:** Testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n.42, p.153-180, jul./dez. 2014.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACIEL, Márcia Nunes. **O espaço lembrado:** experiências de vida em seringais da Amazônia. Manaus: Edua, 2013.

MACIEL, N.C. 2001. **Ressacas do Amapá:** diagnóstico preliminar - propostas de recuperação, preservação e uso sustentado. 2 Vol., Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/AP.

MAGNANI, J. Guilherme. **A Antropologia Urbana e os Desafios da Metrópole.** Revista Tempo Social. Vol. 15. N. 1. São Paulo: abril de 2003.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão.** 45ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record Editora, 1998.

_____. **Viver para contar.** Tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2003.

MARTINS, Dileta Silveira. **História e tipologia da crônica no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado em Letras pela PUCRS. Porto Alegre, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARTINS, Rodrigo. **Assembleia do Amapá gasta mais em diárias que o Senado Federal**. In: Revista Carta Capital. Versão digital. 22 de maio de 2015. Acesso em: 24 de maio de 2015.

MAYOL, Pierre. Morar. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park**. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>. S/d

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ. **Ministério Público e IEPA apresentam relatório técnico do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de ressaca de Macapá e Santana**. In: <http://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/2480-ministerio-publico-e-iepa-apresentam-relatorio-tecnico-do-zoneamento-ecologico-economico-urbano-das-areas-de-ressaca-de-macapá-e-santana>, 2013. Acesso em 26 de setembro de 2016.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 17. Jan./jun. 2007.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Crônica**. Campinas: Unicamp, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NUNES, Brasilmar Ferreira; VELOSO, Letícia. **Guetos e Favelas: Recorrência do “déficit” de territórios nas metrópoles contemporâneas**. IN: ST3 – CIDADES: Dimensões, Escalas e Composições. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010, Caxambu-MG.

NOBRE, Maria Teresa. **Formação policial e violência de gênero: Relatos de experiências nas delegacias da mulher de Sergipe**. Tomo – Revista do Núcleo de pós-

Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, n.17, p.79-111, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** 3ª Ed., São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PAIVA, Cristian. **Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas.** São Paulo: Pontes, 2007.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. A violência como evento de resignificação e construção da realidade social. In: BARREIRA, César; RUSSO, Maurício Bastos; PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Violência como campo de pesquisa e orientação.** Campinas/SP: Pontes Editora, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996. Pp. 41-56.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas.** Fortaleza: Edições UFP, 2012.

PEREIRA, Maria Teresa Lisboa Nobre. **Resistências Femininas e ação policial: (Re) Pensando a função social das delegacias da mulher.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Sociologia. – PPGS. Fortaleza: 2006.

PIEROBOM, Camila. **Uma experiência ligeiramente deformada: a etnografia do escrutinador Italo Calvino.** Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 44, p. 53-80, 2013.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Portal de Notícias G1. g1.globo.com/ap/amapa/.

Portal de Notícias Seles Nafes. www.selesnafes.com/.

Portal Chico Terra. www.chicoterra.com.

PORTO, J. R. **Os territórios federais e sua evolução no Brasil.** Revista Presença, Porto Velho, n. 16, 2000.

_____. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais.** Macapá: 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4)

PORTILHO, I. S. **Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP.** VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Tema 4 - Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios, Coimbra: Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. www.macapa.ap.gov.br.

_____. **Residencial Oscar Santos**: um memorial a céu aberto. In: <http://www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=962> Acesso em setembro de 2015.

RAGO, Margareth L.. De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

RÉGIO, José. **Poemas de Deus e do Diabo**. 9ª ed. Porto : Brasília Editora, 1978, p. 59.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. **Literatura confessional**: autobiografia e ficcionalidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, Lia Mattos. **Uma favela “diferente das outras?”**: Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Tese, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento

Micropolítico. In: MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6.

_____. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Sociologia. – PPGS. Fortaleza: 2010.

SANTIAGO, Abinoan. **Fotos mostram ostentação de joias e dinheiro de presos na operação ‘mãos limpas’**: Material pertence a empresários e ex-gestores do Amapá. Operação completa nesta quarta-feira, 4 anos, com 14 ações ajuizadas. In: Site G1. <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/fotos-mostram-ostentacao-de-joias-e-dinheiro-de-presos-na-maos-limpas.html>. Em: 10 de setembro de 2014. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 4ª ed., 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994

SARDINHA, Edson. **Justiça bloqueia bens de 21 dos 24 deputados do Amapá**: Juíza determina indisponibilidade do patrimônio de quase 90% dos integrantes da Assembleia Legislativa. Eles são acusados de desviar R\$ 2,8 milhões da Casa por meio de programa que, segundo o Ministério Público, abrigava cabos eleitorais e fantasmas. In: Congresso em Foco. <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/justica-bloqueia-bens-de-21-dos-24-deputados-do-amapa/>. Em: 14 de abril de 2014. Acesso em 14 de abril de 2014.

SARNEY, José. **70 anos da formação do Território Federal do Amapá**. In: <http://www.josesarney.org/sem-categoria/70-anos-da-formacao-do-territorio-federal-do-amapa/>. Em: 16 de setembro de 2013. Acesso em: 03 de março de 2015.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: A terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SCHEIBE, Roberta; AUGUSTO, Isabel Regina. **Por uma conversão do olhar: Desbravações epistemológicas no Amapá**. *Jornal da Alcar*. Ano 2 - nº 9 - Segunda fase - Agosto de 2013. ISSN: 2316-6835

SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto De Campos**. Imperatriz: Ética, 2008.

SCHÜTZ, Alfred. **O Estrangeiro: Um Ensaio em Psicologia Social**. Tradução: Marcio Duarte e Michael Hanke. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 113, Outubro de 2010 – Mensal – Ano X – ISSN 1519-6186.

SCOTT, James. **Exploração normal, resistência normal**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de gênero: Teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, A.Q.; TAKIYAMA, L.R., SILVEIRA, O.F.M, VALE, L.F. COSTA NETO, S.V.C. **Carta ambiental da bacia hidrográfica da bacia do igarapé da Fortaleza**. 2005. Disponível no sítio www.sema.ap.gov.br/ Consultado em outubro de 2014.

SILVA, A. Q. (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, p.1-22. 2003.

SILVIOUSOUZA.COM. **Rodovia do Pacoval pode ser embargada a qualquer momento**. Em: <http://silviosousa.com/rodovia-do-pacoval-pode-ser-embargada-a-qualquer-momento/>. 26 de março de 2015. Acesso em 26 de março de 2015.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

_____. **Sociologia do espaço**. *Estudos Avançados*, v.17, n.79, São Paulo, 2013. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007

_____. **Questões fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

_____. **El individuo y la libertad**. Barcelona: Península, 1986.

SOUZA, Heraldo Jeferson. **Dicionário Amazônico**: de termos, abusões e verbetes. Manaus: Edua, 2012.

SOUZA, Manoel Azevedo de. **Relações Interculturais Amapá/Guiana Francesa, no Contestado Franco-Brasileiro**: Um olhar a partir do romance Saraminda, de José Sarney. Macapá: Unifap, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORGs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da Dádiva**: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradutor: André Villalobos. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2006.

TAYLOR, Charles. O que é agência humana? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. (ORG) **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Anablume, 2007.

TAKIYAMA, Luís Roberto. [et al.] **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. /Luis Roberto Takiyama. Macapá: IEPA, 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Deslocando o ponto da crítica**: indagações a partir de realidades urbanas em mutações (anotações inconclusas de um percurso de pesquisa). Revista de Estudos Universitários (Sorocaba), v. 33, p. 13-28, 2007.

_____. **Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. V. 2, n.5-6, p.97-126, jul./ago./set-out./nov./dez. 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel veloso. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo**. Tempo Social (USP. Impresso), v. 22, p. 39-59, 2010.

_____. **PMM pavimenta vias do Conjunto Maestro Oscar Santos**. In: <http://chicoterra.com/2013/10/25/pmm-pavimenta-vias-do-conjunto-maestro-oscar-santos/> em 10/05/2013

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida**. Uma interpretação da Amazônia. Biblioteca do Exército editora: Rio de Janeiro, 1973.

TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das cidades amazônicas**. Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil, v. 1, p. 92-113-100, 2014.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (orgs). **Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Dor e catástrofe: Um estudo sobre drama e sofrimento social**. 33º Encontro anual da Anpocs. Caxambu-MG, 2009.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Trad. João Roberto Martins Filho. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, Max. (1994). **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1, Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WINKIN, Yves. Erving Goffman: O que é uma vida? O incômodo fazer biografia intelectual. P. 30. IN: GASTON, Edison (org). **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004.

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. Chicago: Phoenix, 1928.

_____. **Le Ghetto**. Paris, Champ Urbain, 1980.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed., 1994, Editora Brasileira.

APÊNDICE A – PESQUISA DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO CONJUNTO HABITACIONAL MESTRE OSCAR SANTOS

Realizei uma pesquisa a fim de identificar índices econômicos entre os moradores residentes no conjunto Oscar Santos na semana de 07 a 13 de dezembro de 2014. Conteí com a ajuda de seis alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Nós sete circulamos pelo conjunto. A maioria dos moradores já me conhecia e apresentei os alunos para grupos de pessoas. Eles estavam com camisetas da Unifap para o reconhecimento e maior segurança para as pessoas, que são muito desconfiadas em ceder informações pessoais para IBGE e “Governo”, mas às universidades eles não são tão resistentes. A pesquisa obteve o maior sucesso no sábado, dia 13, quando a maioria das pessoas estava em casa. Durante a semana eu e Julio fizemos pesquisas com famílias que estavam em casa. E no sábado conteí com os demais cinco alunos, quando a maioria das pessoas estava em casa, na parte da tarde.

Há no conjunto habitacional um total de 528 casas. Destas, pesquisamos em 330 residências (62,5%) das casas, na parte à direita do espaço vago do conjunto, ou seja, do “buraco”, pois neste local encontra-se a maioria das famílias oriundas da área que sofreu o incêndio no Bairro Perpétuo Socorro, entre eles meus interlocutores de pesquisa (neste espaço totalizam 50 núcleos familiares oriundos da Baixada Perpétuo Socorro), cujo perfil das famílias era meu principal objetivo. Das 330 casas, 232 residências (70,3%) responderam à pesquisa; 36 residências (10,9%) estavam fechadas, ou seja, os moradores não foram encontrados em nenhum dia da semana. 35 (10,6%) residências estavam vazias, segundo os moradores; ou seja, as casas estavam “abandonadas”. Os donos fecharam suas casas há mais de mês e mudaram-se para o centro de Macapá. 26 (7,8%) pessoas que estavam em casas nesta área não quiseram fornecer os dados e ajudar na pesquisa. Especula-se, segundo os vizinhos que informaram à equipe da pesquisa, que muitos moradores não quiseram responder porque podem ser “compradores irregulares” das casas. Em 1 (0,30%) residência os moradores não souberam responder o que lhes foi solicitado. O total de pessoas residentes nas casas entrevistadas é de 1.084.

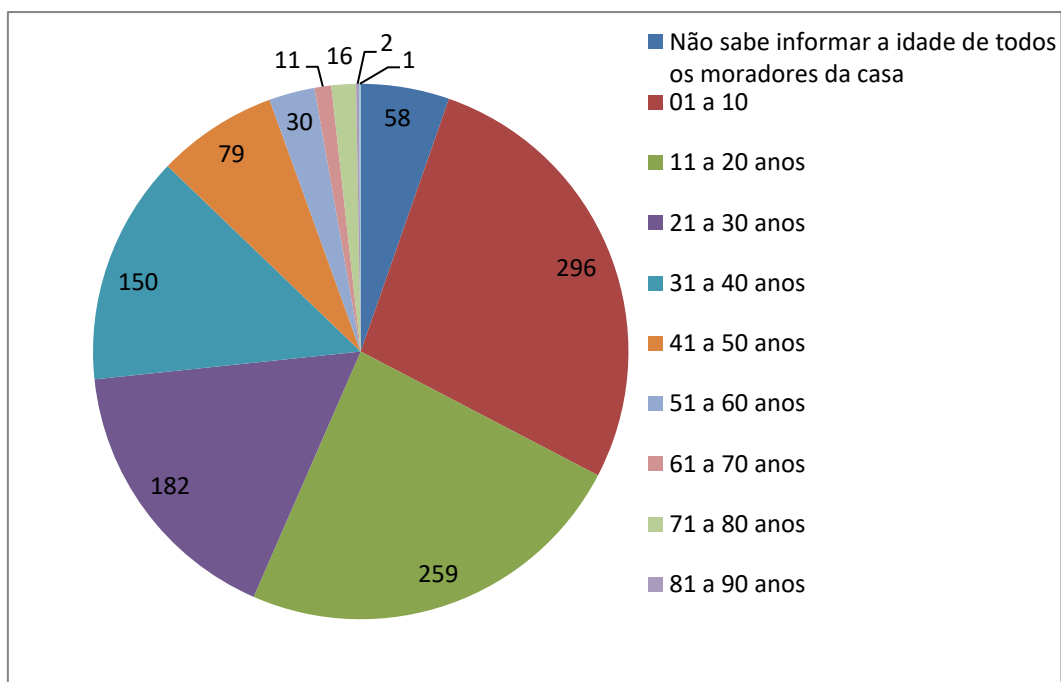
É necessário destacar que, com relação à Baixada Perpétuo Socorro, segundo a defesa civil (G1, 2013), havia 250 casas, 700 desabrigados, 1245 desalojados; e uma média de 7,7 pessoas por casa. No Oscar Santos foram doadas 100 residências.

Os dados apurados estão nas tabelas e gráficos abaixo:

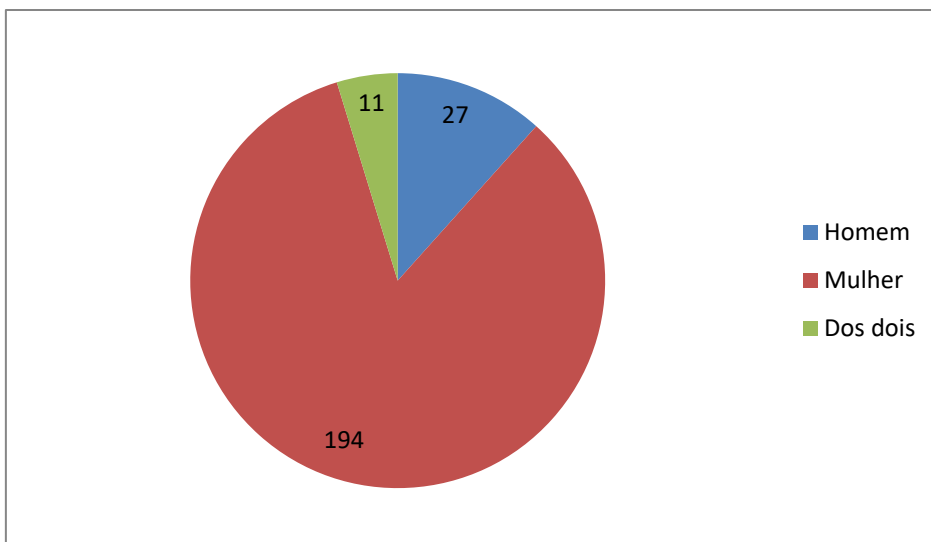
1) População residente em cada casa

População residente em cada casa	MASCULINO	FEMININO	CRIANÇAS (0A 13 ANOS)
Uma (01) pessoa por casa – 04 casas	1	3	0
Duas (02) pessoas por casa – 20 casas	17	23	3
Três (03) pessoas por casa – 46 casas	58	79	32
Quatro (04) pessoas por casa – 51 casas	103	100	73
Cinco (05) pessoas por casa – 59 casas	142	163	115
Seis (06) pessoas por casa -19 casas	56	57	54
Sete (07) pessoas por casa – 12 casas	44	43	37
Oito (08) pessoas por casa – 9 casas	39	39	31
Nove (09) pessoas por casa – 8 casas	29	34	25
Dez (10) pessoas por casa – 1 casa	4	6	4
Onze (11) pessoas por casa - -	0	0	0
Doze (12) pessoas por casa - -	0	0	0
Treze (13) pessoas por casa - -	0	0	0
Quatorze (14) pessoas por casa – 1 casa	5	9	6
Quinze (15) pessoas por casa – 2 casas	16	14	5
Dezesseis (16) pessoas por casa - -	0	0	0
População total de 230 casas – 1.084	514	570	385

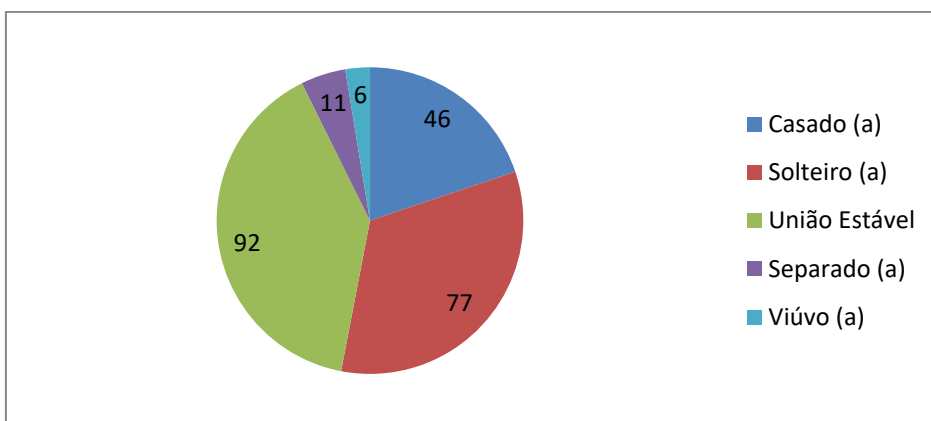
2) Idade dos moradores do conjunto



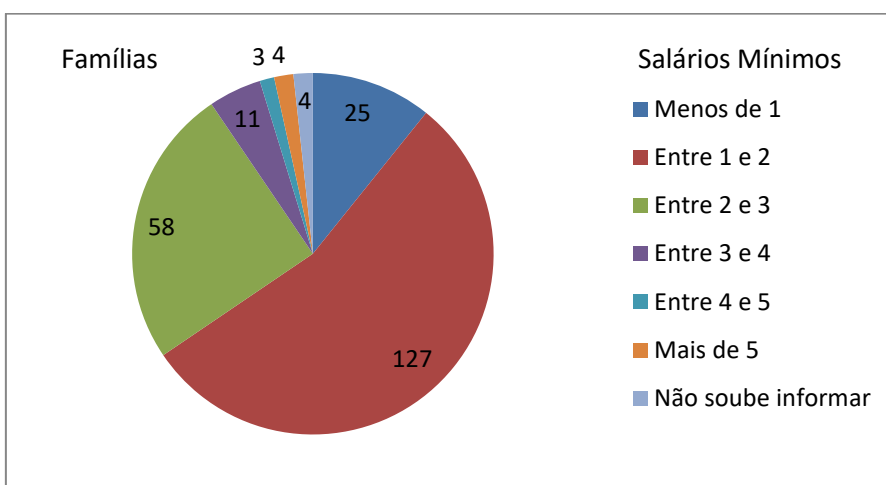
3) A casa no conjunto habitacional está no nome de qual membro familiar



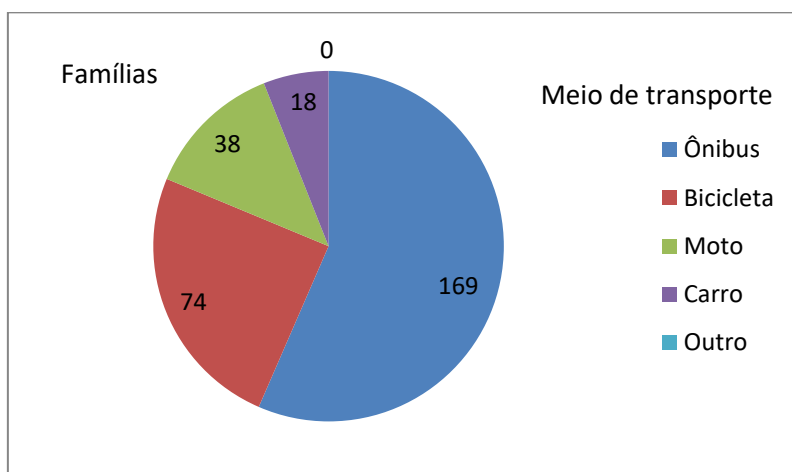
4) Estado civil formal do proprietário também formal da casa



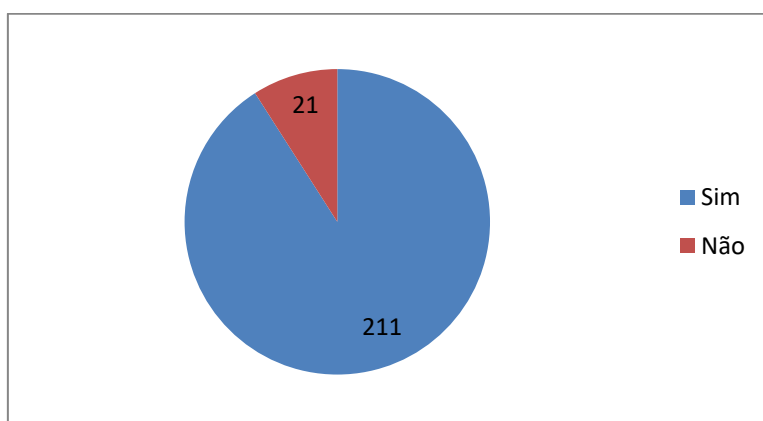
5) Renda familiar (em salários mínimos) das famílias



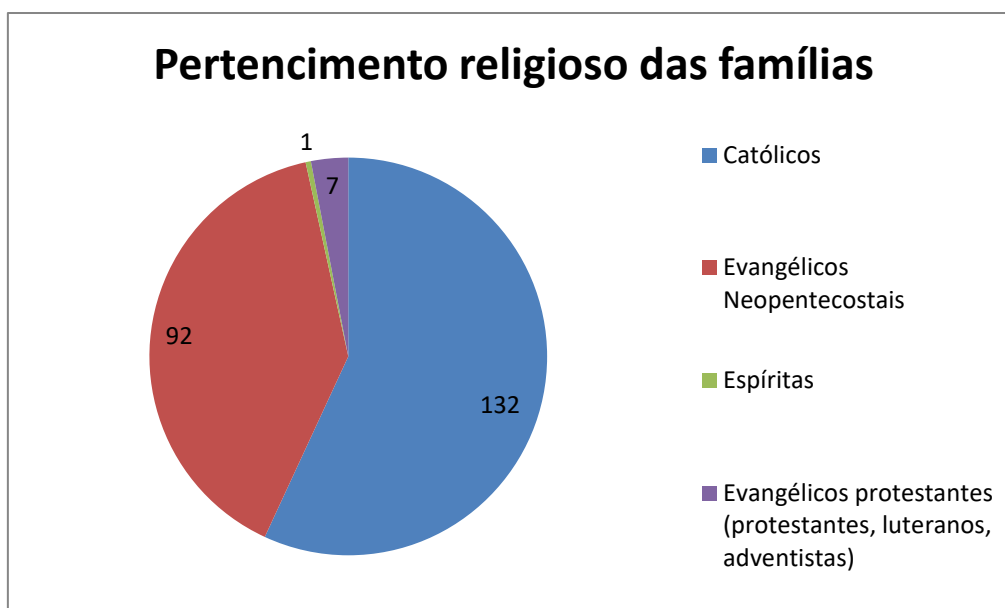
6) Principal meio de locomoção das famílias (cada entrevistado poderia elencar até opções)



7) A família tem alguma religião?



8) Qual o pertencimento religioso da maioria da família?



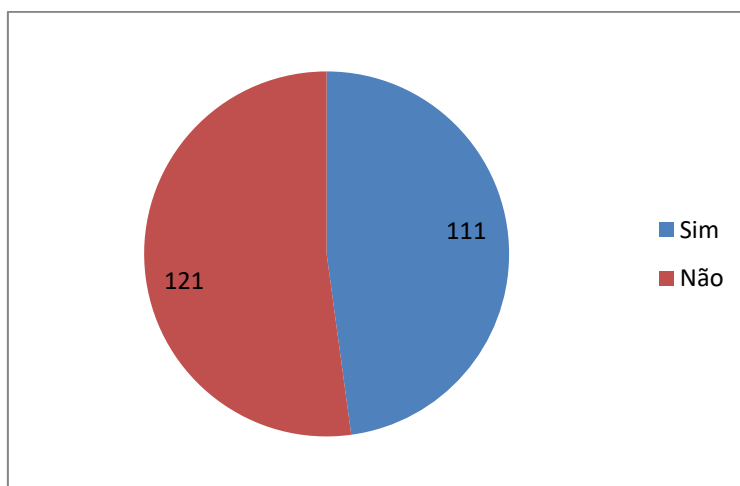
* (nem todas as pessoas da mesma família pertencem à mesma religião. A maioria dos moradores do conjunto pertencentes à igreja CATÓLICA são NÃO PRATICANTES ou praticam muito pouco, em razão da distância das igrejas. As mais próximas são as evangélicas. Há algumas no Bairro Ipê, os pastores vão ao conjunto e há cultos em casas de moradores.)

9) Onde residiam antes do Conjunto Habitacional Oscar Santos?

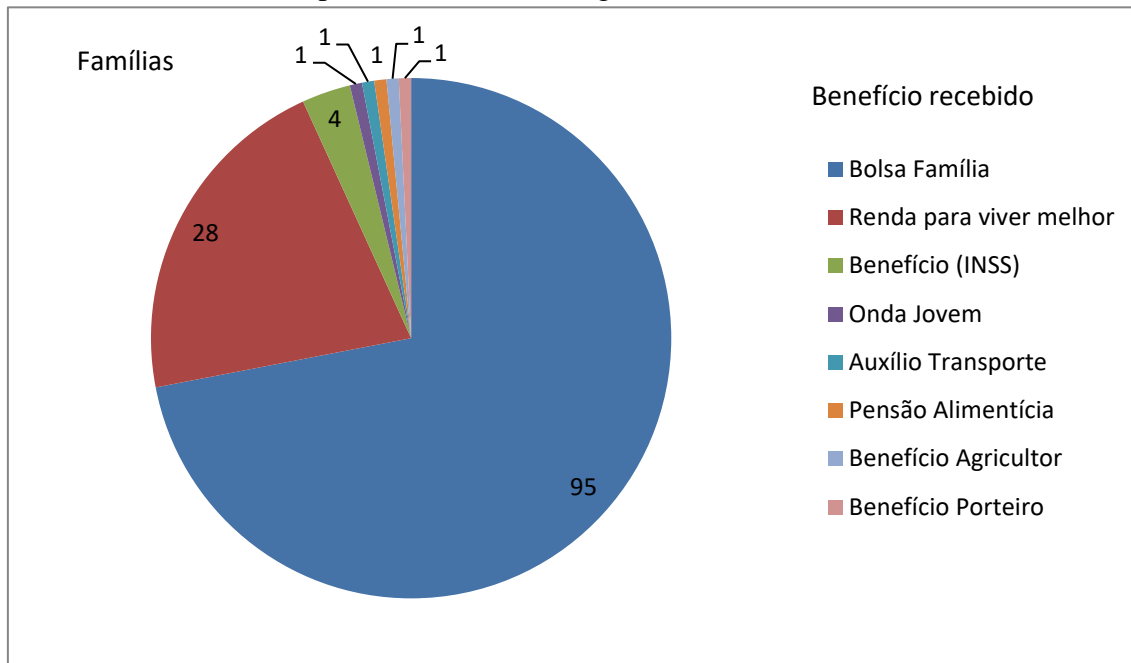
<u>Lugar da residência anterior</u>	Quantidade de famílias
Bairro Açaí	1
Bairro Araxá	4
Bairro Aturiá	1
BAIXADA PERPÉTUO SOCORRO	50
BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO	27
Bairro do Muca	7
Bairro Beiril	4
Bairro Boné Azul	1
Bairro Brasil Novo	5
Bairro Buritizal	19
Bairro Cidade Nova	3
Bairro Congós	9
Bairro Infraero	11
Bairro Ipê	7
Bairro Jardim	15
Bairro Jesus de Nazaré	6
Bairro do Laguinho	1
Bairro Laurindo Banha	1
Bairro Marabaixo	3
Bairro Novo Buritizal	1

Bairro Nova Esperança	1
Bairro Novo Horizonte	18
Bairro Pacoval	4
Bairro Palmeiras	2
Bairro Pantanal	1
Bairro das Pedrinhas	2
Bairro Renascer	4
Bairro Santa Inês	1
Bairro Santa Rita	3
Bairro São Lázaro	3
Bairro Trem	7
Bairro Universidade	1
Bairro Zerão	6
Centro de Macapá	2
Distrito da Fazendinha	1
Estado do Pará	2
Total	232

10) A família recebe alguma ajuda financeira? (bolsa)

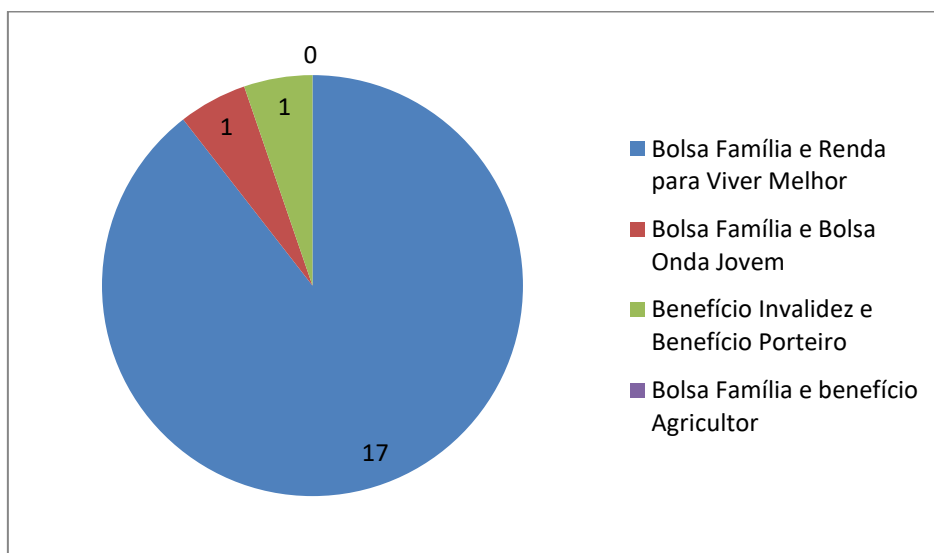


11) As bolsas recebidas pelas famílias são: (algumas famílias acumulam bolsas)



* (Muitas famílias têm algum tipo de ajuda, porém muitas vezes negam. Elas têm medo que emitindo uma informação possam ser prejudicadas no sentido do corte da bolsa. Alguns vizinhos os “entregam”).

12) Famílias com benefícios acumulados:



13) Quantidade de pessoas que trabalha no Conjunto Habitacional

<u>Quantas pessoas trabalham na família por residência</u>	Quantidade de pessoas que trabalha por	Destes, quantos possuem
--	--	-------------------------

	casa (pessoa por casa – trabalhos formais e informais)	carteira assinada
Uma (01) pessoa trabalha	108	37
Duas (02) pessoas trabalham	81 (x2)=162	50
Três (03) pessoas trabalham	20(x3)=60	14
Quatro (04) pessoas trabalham	2(x4)=8	2
Cinco (05) pessoas trabalham	2(x5)=10	
Seis (06) pessoas trabalham	0	
Sete (07) pessoas trabalham	0	
Oito (08) pessoas trabalham	0	
Nove (09) pessoas trabalham	0	
Dez (10) pessoas trabalham	0	
Onze (11) pessoas trabalham	0	
Doze (12) pessoas trabalham	0	
Treze (13) pessoas trabalham	0	
Quatorze (14) pessoas trabalham	0	
Quinze (15) pessoas trabalham	0	
Dezesseis (16) pessoas trabalham	0	
Nenhuma pessoa trabalha na casa	18 casas	
Quantidade de pessoas que trabalham	348 pessoas trabalham	100

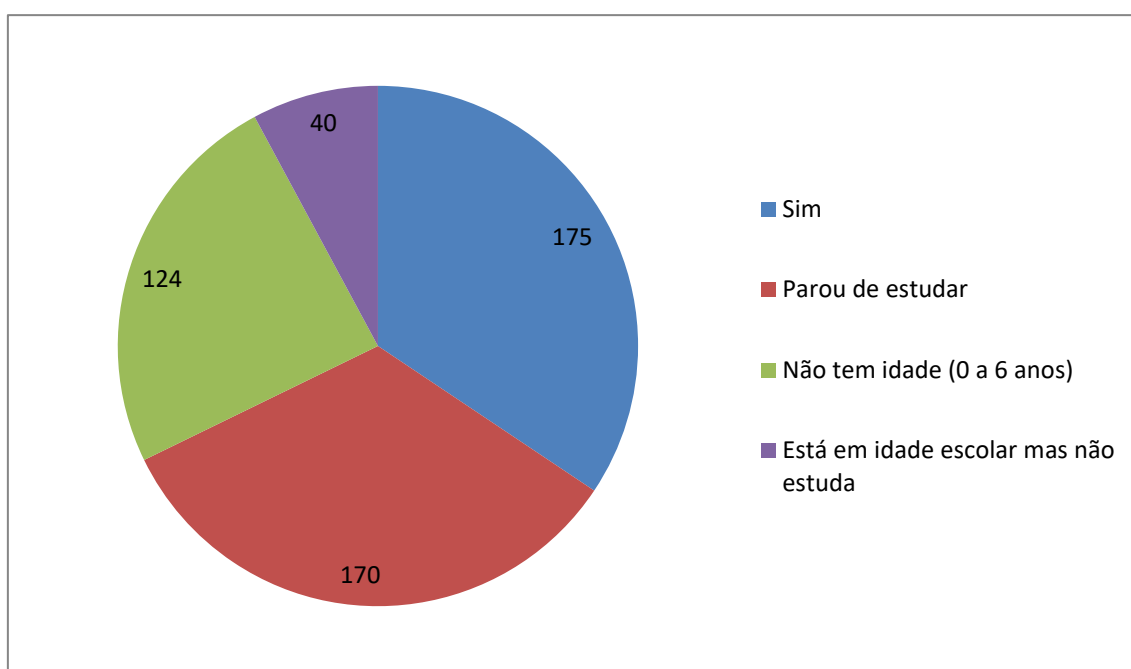
14) Profissões dos trabalhadores

<u>Profissões (que eles referendaram)</u>	
Açougueiro	1
Autônomo (babá, ambulante, reparador de carro, lavador de carro, catador de latinha, pedinte de dinheiro, açazeiro, “faz tudo”)	90
Área da beleza (manicure, pedicure, cabeleireira, massagista)	9
Vendedor	38
Serralheiro	2
Músico	1
Funcionário Público	6
Microempresário	3
Revendedor	3
Taxista	2
Mototaxista	4
Cozinheira	4
Artesanato	1
Pizzaiolo	1
Pintor	2
Moveleiro	1

Carteiro	2
Camareira	1
Borracheiro	1
Copeira	2
Manutenção de Minérios	1
Caseiro	1
Carpinteiro	6
Policia	1
Secretária	4
Empilhador	2
Pedreiro/ajudante de pedreiro	19
Marceneiro	1
Frentista	1
Assessor Parlamentar	1
Vigilante	12
Repositor	2
Ferreiro	1
Cargo político	5
Monitora	1
Professora	5
Técnico em Patrimônio	1
Agente Comunitário	2
Técnico em Enfermagem	1
Construção civil	7
Marítimas / fluviais (marinheiro, marítimo e pescador)	3
Técnico em operação de máquinas	2
Instalador de sistema de segurança	1
Instalador Hidráulico	1
Auxiliar logístico	3
Promotor de eventos	1
Estagiário	2
Auxiliar de serviços gerais	22
Diarista	3
Auxiliar administrativo	5
Motorista	9
Cobrador	1
Feirante	1
Beneficiário	4
Servente	8

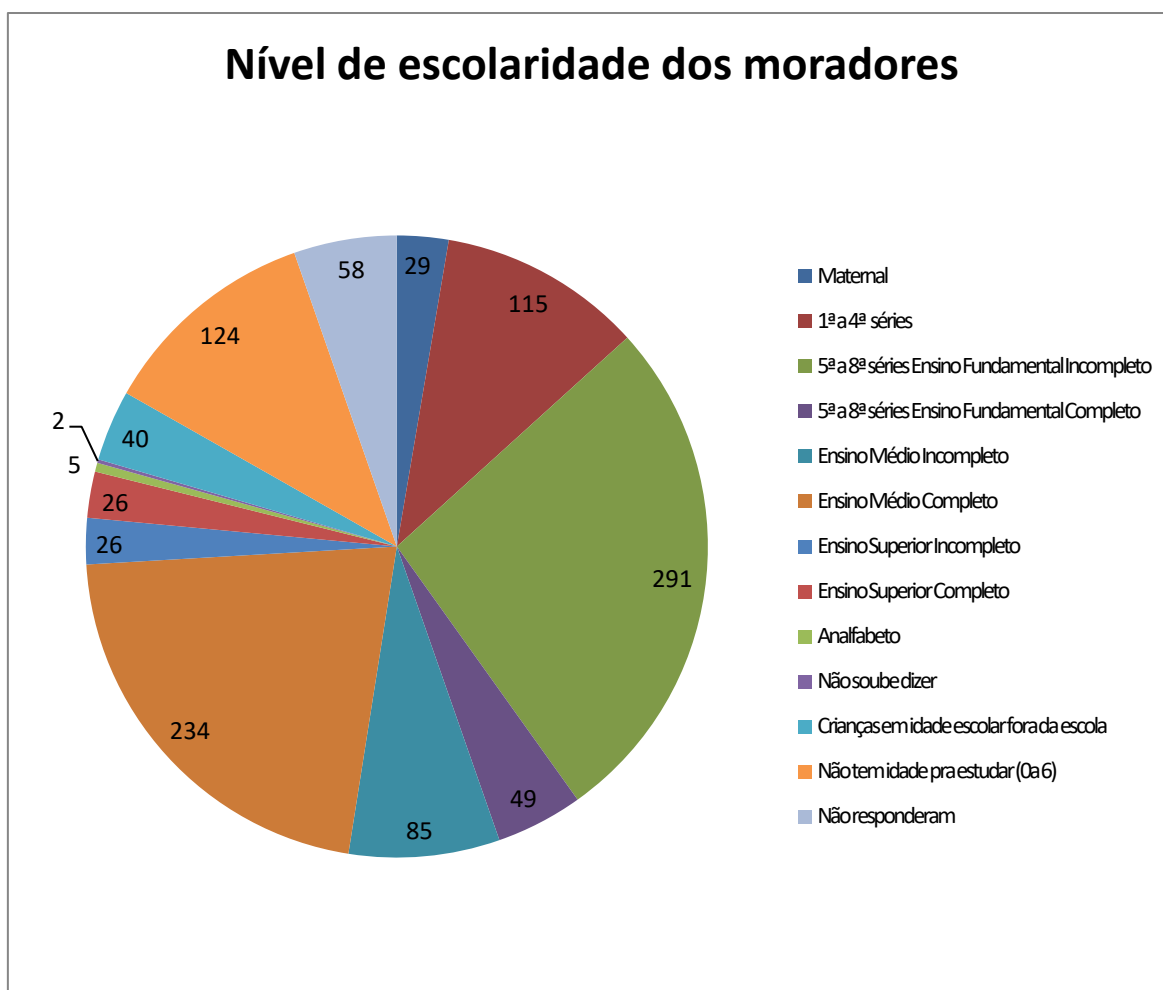
Doméstica	24
Mecânico	5
Líder de expedição	1
Ajudante de depósito	2
Caixa de Supermercado	2
Sub-Total	348
Aposentados	16
Pensionista	1
Total	365

15) Algum membro da família estuda?



*Os dados aqui não representam a totalidade dos moradores. O morador dizia de modo geral sobre o grau de escolaridade da residência.

16) Nível de escolaridade das pessoas que vivem no conjunto habitacional?



* Estão incluídos estudantes em atividade e os que pararam de estudar.

APÊNDICE B – OS NÚMEROS GANHAM VIDA

Ainda não eram 14h e eu já saí de casa rumo ao Oscar Santos. No meio do caminho parei e fiquei esperando com meu carro os alunos Ivaniel Flexa, Loiana Silva, Valdeí Balieiro, Cliver Campos e Alexandre Evangelista. Eles toparam me ajudar na parte final da pesquisa com os questionários em troca de algumas horas de atividades complementares em meu projeto de pesquisa.

Chegamos ao conjunto em torno de 14h20. De imediato passamos na casa do Julio para pegar as cópias do formulário. Ele, como sempre, acumula muitas atividades e não consegue terminar nenhuma. Abandonou o trabalho e a ajuda que me dava em troca de uma bolsa. Chegou a me mandar uma mensagem chamando-se de “irresponsável”. Na verdade Julio fazia TCC, trabalhava no jornal diário e fazia bico em outros lugares. Abandonou meu projeto e foi reprovado em disciplinas por falta e no projeto de TCC por excesso de trabalho. Quando cheguei em sua casa, as suas filhinhas, com os cabelos lindamente cacheados, ambas só de calcinha, vieram conversar comigo na janela e falaram que o “papai tá tabaiando”. Julio, na sua loucura de tantos empregos, dá um duro danado para sustentar a família. É uma figura ímpar, mas às vezes acumula tantas coisas e não vence o que se propõe a fazer.

O Oscar Santos estava muito quieto e tudo fechado, mas era o melhor dia, no sentido de encontrar o máximo de pessoas em casa. O turno que tem mais moradores em casa é no sábado à tarde. O sol estava muito quente. Levei protetor solar fator 30 para nós. Também pensei em levar água, mas depois achei melhor comprar nos dois minibox do conjunto. E começamos a trabalhar por pares: eu e Cliver, Alexandre e Ivaniel, Loiana e Valdeí. Cada dupla numa rua. Começamos da rua da dona Maria de Jesus para dentro do conjunto, até chegar ao grande espaço aberto, no meio do conjunto, onde será feita uma praça, no atual “buraco”. É neste trecho a maior concentração de moradores do perpétuo Socorro.

Na primeira rua, na casa de dona Maria de Jesus, eu e Cliver ficamos contra o sol. Ainda não eram 14h30. Deixei o carro na frente da casa de Jesus, dei um oi a todos e Cliver já foi fazendo o questionário com ela, e eu fui para o início da rua. E de lá comecei meu trabalho. Estava muito quente. O sol batia em cheio nas costas e na cabeça... E nesta tarde tive uma das mais fantásticas experiências da minha vida. Conheci tipos de moradores. Muitas casas estavam fechadas, mas muitas mesmo – inclusive na área que não estávamos pesquisando! Algumas com moradores que saíram (passar fim de semana

ou dias fora, alguns poucos estavam trabalhando e voltariam à noite, e muitas casas com cadeados e fechadas, segundo os moradores, há bastante tempo, mais de mês). Impressionei-me com isto.

Passsei em casa de idosos, famílias pequenas, famílias populosas. Meus alunos, idem. Quando terminei a primeira rua fui atrás de água para eles. E nenhum minibox tinha água pra vender, somente refrigerante. Comprei coca-cola e saí distribuindo. Mas os alunos tomavam água na casa dos moradores. E a cada rua em que nos encontrávamos, eles me diziam: “Professora, que experiência a senhora está nos proporcionando... nem estou mais preocupado com as atividades complementares”.

Passsei em muitas casas... Conheci uma senhora de 80 anos, que estava trancada em casa. Toda fechada. Bati e quando a janela se abriu, saiu um cheiro muito forte de carne sendo fritada na panela... Era um bife. Havia muita fumaça dentro de casa. Comecei a lhe perguntar. Ela morava com o marido, bem mais jovem que ela, e um filho. Só o filho trabalhava. Ela recebe um benefício. Respondeu-me o questionário, falou que estava mal de dinheiro, falou um pouco da questão financeira e ficou batendo papo comigo. O cheiro de carne aumentava e eu comecei enjoar (eu não como carne). Pelo barulho alguém estava terminando de fazer o bife no fogo. Ela conversou quase 10 minutos comigo e disse: “Tenho que ir, acho que meu bife está queimando”... Eu tive certeza... porque jurava que alguém estava cuidando da carne. Ela fazia o bife trancada em casa, sem uma única janela aberta. A casa estava no escuro e ela tinha medo de assaltos.

Outra casa que me chamou muito a atenção e ainda era na Rua Minha Cidade. Bati e comecei a ouvir uma gritaria, uma discussão. Pensei que não tivessem ouvido a minha batida e bati novamente na porta. Ouvi uma voz de mulher gritar: “Não dá pra esperar não?!”, fiquei meio sem jeito e nisto vem por trás da casa um homem jovem, com menos de 30 anos. Eu ouvia crianças chorando e ele veio com uma cinta enorme na mão. Pedi-lhe se poderia responder algumas perguntas sobre as pessoas que moravam na casa e sobre a renda, ele disse que morava na casa, mas que não sabia de nada e chamou sua irmã. A mulher que havia me repreendido abriu uma janela. Quando me viu mudou o tom de voz e respondeu minhas perguntas. Havia praticamente 10 moradores na casa. A dona era a matriarca, solteira. Quem eu entrevistava era uma filha, o homem com o cinto na mão era outro filho. Havia vários filhos adultos e muitos netos. Quando eu terminei de perguntar, o homem entrou e as crianças começaram a gritar de novo. Fiquei mal com aquilo. Elas pararam de apanhar apenas enquanto os adultos respondiam o questionário.

Cheguei em outra casa, e lá tinha um cachorrinho de uns 2 ou 3 meses. Ele estava preso numa corrente com menos de meio metro de comprimento, e havia se enrolado numa pedra. Só podia ficar deitado. O focinho estava seco de terra. Não tinha água nem comida. Juro por Deus que me deu vontade de levar o cachorro dali para minha casa. Já comecei a chorar, não posso ver animal sofrer. Aliviei a corda e ele começou a pular em mim, chorava, mexia o rabo, me lambia. Corri pra casa da dona Jesus pegar água. Voltei e ele tomou um monte. Na verdade não sabia se tomava ou se me lambia. Corri pra meu carro pegar ração (sempre ando com ração no meu carro, para ocasiões como esta). Coloquei no chão de cimento e ele tava com tanta fome que derrubava toda a ração para a terra. Fui pedir a Jesus informações sobre o morador e ela me disse (não se pode esquecer do código de ética entre moradores e vizinhos): “Não, Roberta, este vizinho cuida bem do cachorro. Só que ele sai de manhã e volta de noite. O cachorro deve ter comido toda a comida e derrubado a água”.

Depois passei por uma casa só de mulheres, por casas com famílias onde só o pai trabalha ou faz bico. Encontrei pouquíssimas casas com renda maior do que dois salários mínimos. A maioria é de 1 salário mínimo. No final do dia me deparei com casas em que todos da família estavam desempregados e viviam do Bolsa Família. Chamou-me muito a atenção uma menininha que conversei na rua principal do conjunto. Ela era linda....morena, cabelo preto e liso, tinha 8 anos. Ela me disse que poderia dar entrevista porque sua mãe não estava, e que sabia me responder o que precisava. Eu lhe perguntei onde estava sua mãe: “ela saiu e não disse pra onde”. E o seu pai, lhe perguntei: “Meu pai morreu. Faz dois anos.” Perguntei o que havia acontecido com seu pai: “morreu com veneno de rato”. Ela tinha quatro irmãos. Uma maior que ela e os outros todos menores. Eles estudavam e a mãe havia acabado de ficar desempregada.

Em outra casa quase fui mordida por um cachorro, na outra uma senhora com vitiligo não sabia a própria idade, e me mostrou uma identidade (82 anos), moravam em oito e só uma pessoa na família fazia bicos; outra senhora parecia ter mais de 40 anos e tinha menos de 25; no minibox em que entrei havia 11 pessoas e uma menina grávida, eles fizeram um puxadinho na casa e as paredes estão erguidas só com tijolo (sem estar “emassado”, como dizem); passei em casas de mães solteiras, casas com muitos filhos adolescentes. Numa outra casa uma menina me atendeu de sutiã na frente de seu padrasto; e uma senhora me atendeu com uma herpes labial tão grande que me assustei e não sabia se tentava lhe ajudar ou se isso seria invasão de privacidade.

Terminamos nosso trabalho mais de 19h. Já estava escuro. No conjunto se ouvia muito brega. Como diz uma senhora residente no lugar, que por sinal foi minha aluna em um projeto de extensão da Unifap, e que tem 72 anos: “me sinto num balneário, porque o povo anda de sutiã e a música é comunitária”. O brega era alto nas casas, muitas pessoas já bebiam nas residências, afinal era o dia mais esperado da semana. As crianças ainda brincavam na rua. Algumas casas começavam a se organizar para assistir UFC (lutas de MMA). Muitos cachorros famintos, abandonados. Demos comida a eles. Terminamos nosso trabalho e trouxe os meninos para casa. Os pais de um deles já estavam ligando, afinal dois deles tem pouco mais de 17 anos. Na volta Loiana me disse que foi uma experiência incrível. “Nunca pensei que dentro da mesma cidade tivessem pessoas tão diferentes da minha realidade”, os outros meninos disseram que tiveram uma “aula” por ver e conversar com tantas pessoas “diferentes” do mundo em que viviam.